

LEONARDO DALLACQUA DE CARVALHO

A EUGENIA NO HUMOR DA REVISTA ILUSTRADA *CARETA*:
raça e cor no Governo Provisório (1930-1934)

ASSIS
2014

LEONARDO DALLACQUA DE CARVALHO

A EUGENIA NO HUMOR DA REVISTA ILUSTRADA *CARETA*:
raça e cor no Governo Provisório (1930-1934)

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras
de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para
a obtenção do título de Mestre em História (Área de
Conhecimento: História e Sociedade).

Orientadora: Dr^a. Fabiana Lopes da Cunha

ASSIS
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

C331e

Carvalho, Leonardo Dallacqua de

A eugenia no humor da Revista Ilustrada Careta: raça e cor no Governo provisório (1930 – 1934) / Leonardo Dallacqua de Carvalho. - Assis, 2014

315 f. : il.

Dissertação de Mestrado - Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista.

Orientadora: Dr^a. Fabiana Lopes da Cunha

1. Eugenia. 2. Questão racial. 3. Imprensa - Brasil. 4. Cultura - História. 5. Brasil - História - Governo provisório - 1930 - 1934. I. Título.

CDD 572.981

981.08

LEONARDO DALLACQUA DE CARVALHO

A EUGENIA NO HUMOR DA REVISTA ILUSTRADA
'CARETA': raça e cor no Governo Provisório (1930-1934)

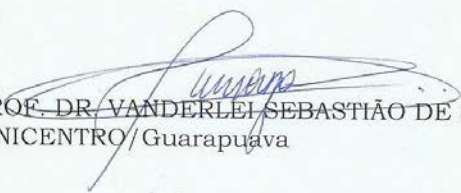
Dissertação apresentada à Faculdade
de Ciências e Letras – UNESP para a
obtenção do título de Mestre em
História (Área de Conhecimento:
História e Sociedade)

Data da Aprovação: 19/11/2014

COMISSÃO EXAMINADORA



Presidente: PROFA. DRA. FABIANA LOPES DA CUNHA - UNESP/Assis



Membros: PROF. DR. VANDERLEI SEBASTIÃO DE SOUZA -
UNICENTRO/Guarapuava



PROF. DR. PAULO CÉSAR GONÇALVES - UNESP/Assis

AGRADECIMENTOS

Com a satisfação do resultado desta pesquisa que direciono meus agradecimentos àqueles que, cada um à sua maneira, contribuíram para este fim.

Primeiramente, agradeço minha orientadora, a professora Dra. Fabiana Lopes da Cunha, com quem eu sempre terei uma dívida pessoal. Foi responsável por acreditar na minha entrada no mestrado, em uma fase conturbada de indecisões e receios. Acreditou que eu poderia começar novamente uma nova proposta e junto comigo trabalhou para atingirmos nossos objetivos. Teve uma dedicação exclusiva com minha formação desde a redação dos meus textos ao comprometimento teórico. Abriu as portas de sua casa para que juntos pudséssemos pensar cada etapa desde o projeto ao seu produto final. Nutri um respeito e admiração que cresce exponencialmente por uma profissional comprometida, com valioso caráter, competência e, sobretudo, sensibilidade humana. Sem ela seria impossível chegar até aqui. Obrigado por me dar liberdade intelectual e confiar no meu trabalho.

Parte fundamental nesta caminhada foi a participação do professor Dr. Vanderlei Sebastião de Souza. Souza foi minha bibliografia, meu mentor, membro da minha banca de qualificação e defesa, também uma inspiração. Com paciência e competência possibilitou a execução dessa dissertação e foi peça chave para minhas aspirações, motivações e prognósticos profissionais. Espero que todas as expectativas que o professor tenha depositado em mim se concretizem nesse trabalho, pois o seu reconhecimento e respeito intelectual foi um dos meus objetivos. Na introdução de *Cidade Febril*, de Sidney Chalhoub, o autor agradece o professor Robert Slenes referindo-se a ele como “minha bússola intelectual”. No meu caso, ele traduz com exatidão minha consideração pelo professor Souza.

O professor Dr. Paulo Cesar Gonçalves é lembrado com carinho e admiração por diversas razões. Inicialmente, por ter acreditado quando hipoteticamente sugeri o tema da eugenia. Pacientemente sentou comigo e prestou todo apoio na minha nova empreitada, mesmo sem nenhum tipo de vínculo com minha pós-graduação até aquele momento. Acreditou que eu teria condições e durante toda a pesquisa deu suporte e orientações, algumas delas, em momentos decisivos da pesquisa. Presto gratidão aos apontamentos que fez na qualificação, pois algumas referências foram fundamentais para que esse trabalho se elevasse qualitativamente e rumasse para uma nova percepção da fonte.

Ao professor Dr. José Roberto Franco Reis, que prontamente me auxiliou na direção de arquivos da LBHM quando fui à Mangueiras e seu aceite por ler meu trabalho e participar como suplente da defesa. Devo dizer que como bibliografia foi decisivo para o

direcionamento de muitas das minha indagações e possibilidades quanto a eugenia e a psiquiatria.

Ao professor Dr. Milton Carlos Costa meus mais sinceros agradecimentos pelo aceite em ler meu trabalho e por toda colaboração que me ofereceu desde os tempos de graduação. Leitor impecável, foi um dos poucos professores que conseguia ter uma perspectiva além do óbvio. Apesar de ser um aluno sempre atento, devo dizer que gostaria de ter aproveitado melhor suas aulas.

Agradeço também à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo fomento.

Cito os professores que fizeram parte da minha formação desde o início na UNESP-Assis. À Prof^a Andréa Rossi, Prof^a Lúcia Silva, Prof. Wilton Silva, Prof^a. Tânia Regina De Luca, Prof. Ricardo Bortolotti, Prof. Ennio Sanzi, Prof. José Carlos Barreiro.

Neste panteão de professores, reservo agradecimentos especiais ao Prof. Antônio Celso Ferreira pela lucidez, amizade, conhecimento e caráter. Foi um grande entusiasta desta pesquisa, tivemos a oportunidade de trabalhar e escrever juntos. Foi uma experiência incrível para um aluno mestrando aprender com um historiador que é, indubitavelmente, uma referência no que trabalha. Eu devo dizer que tenho muita sorte.

Expresso minha gratidão aos funcionários José Ricardo Pinheiro e João Paulo de Almeida, ambos da Biblioteca de Manguinhos, Fundação Oswaldo Cruz – RJ, que me receberam e me auxiliaram em tudo que eu precisava com relação às fontes, materiais e boas vindas. Nesta etapa, também tive contato com o professor Dr. Robert Wegner, que deu dicas valiosas sobre a reflexão da escrita.

Quanto aos meus amigos, um deles merece atenção especial, Breno Sabino Leite Souza. Moramos juntos por um tempo e o destino reservou que estudássemos na mesma turma de pós-graduação. Falamos quase que diariamente durante todo o mestrado. Breno pôde me ajudar com cada ponto, capítulo, página e parágrafo. Muitas das vezes que eu estava perdido no trabalho, nossos diálogos permitiram uma luz para uma nova abordagem, reflexão, corrigir equívocos ou simplesmente aprovar o que eu havia escrito. Agradeço muito por sua presença constante e amizade sincera. Tive o privilégio de escrever com ele e constatar sua competência. Também devo lembrar o respeito que tenho pela forma como enxerga a historiografia e a vida acadêmica. Posso dizer que ele foi um dos pilares deste trabalho e muitas vezes a parte racional que necessitava. Sei que mesmo não podendo vir à defesa por motivos maiores, esteve na torcida pelo sucesso deste trabalho.

Devo indicar outros amigos que cada um a sua maneira colaboraram para a pesquisa em diversas fases. Estes são: Letícia Fernanda da Silva Oliveira, Wesley Salles, Vanessa Kiara, Felipe Yera, Moises Stahl, Artur Pais, Diogo Manoel, Diego Arzoli, Otávio Erbereli, Ricardo Sorgon Pires, Leandro Guirro, Angelo Biazi, Gerson Pietta, Roberto Negrini, Fabíula Sevilha, Danilo Ferrari, Edmar Lourenço, Maurício Martins, Auro Sakuraba, Lucelena Alevato, Åsa Heuser, Regina, Clarice, Zazá, Everton Barbosa, Maria Cristina, Renan Petersen-Wagner, Lucilene Franco, Rafael Antunes, Renan Rivaben, Eutimio Gustavo Fernández Núñez e Fernando Frei.

Meu parceiro de quatro patas “Bomber”, que de maneira terapêutica sua companhia e alegria me confortaram em vários momentos.

Minha mãe, Suzel Dallacqua e meu pai, Rogério Márcio Costa. Também devo agradecer minha outra família que me acolheu tão bem, Paulo e Meiry Shinya e todos os outros membros.

Por fim, meu agradecimento a Thaís Yumi Shinya, a mulher que escolhi para dividir minhas glórias e sofrimentos por toda a vida. Ela me deu o completo equilíbrio e paz para que eu não tivesse outras preocupações fora este trabalho.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. *A eugenia no humor da Revista Ilustrada Careta: raça e cor no Governo Provisório (1930-1934)*. 2014. 309 f. Dissertação (Mestrado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2014.

RESUMO

Com o início do Governo Provisório, em 1930, o Brasil inicia uma nova etapa política sob a liderança de Getúlio Vargas. Além do rompimento com a gerência antecessora, seu governo será marcado por propostas inovadoras em diversos meios sociais como, por exemplo, trabalhista, funcionalista, educacional, economia, entre outros. Além disso, teve como características políticas próprias para o trato dos imigrantes, comunistas, judeus, negros, etc.. Os debates que surgiram na intelectualidade, política e imprensa, permitiram que questões como cor e raça tivessem um lugar reservado nas perspectivas das discussões e ações entre os anos de 1930 e 1934. Para nós, no que concerne a esta discussão, cabe analisarmos o lugar da eugenia neste processo. Por meio do semanário *Careta*, em circulação no país desde 1908, temos uma importante fonte de análises que combina humor e crítica social à realidade brasileira. Nos anos iniciais da chamada Era Vargas, o semanário, em diversos números, ponderou através de caricaturas e crônicas a situação da cor e raça no cenário brasileiro, em relação ao organismo social como um todo. Nosso trabalho tem por objetivo debruçar-se sobre o periódico e problematizar a visão humorística da revista acerca da “questão racial” na sociedade, bem como o debate sobre eugenia no Brasil.

Palavras – Chave: Eugenia. Revista Careta. “Questão racial”. Governo Provisório.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. *Eugenics in humor of the Illustrated Magazine Careta: race and color during the Interim Government (1930-1934)*. 2014. 309 f. Dissertação (Mestrado em História). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2014.

ABSTRACT

With the beginning of the interim government in 1930, Brazil enters a new political Era under the government of Getúlio Vargas. Besides his break with the past government, his period would be marked by innovative proposals in different social areas, as for instance, work rights, functionalist, educational, economic, between others. Moreover, he had some particular political characteristics in relation to migrants, communists, jews, blacks, etc. The debates that sparked between the intelligentsia, political sphere and press permitted that questions in relation to color and race had their reserved space for discussions and actions between 1930 and 1934. For us, in relation to this discussion, we analyzed the role of eugenics in this process. Through the weekly magazine *Careta*, printed in Brazil since 1908, we have an important source of data that combines humor with social critic to analyze. In the first years of the Era Vargas, the weekly magazine, in numerous editions considered through cartoons and crônicas the color and race situations in relation to the wider social organism in Brazil. Our work has as an objective to analyze the weekly magazine and problematize the magazine's humoristic approach to the racial question within society, as well as about eugenics in Brazil.

Keywords: Eugenics. Magazine *Careta*. “Racial Question”. Interim Government.

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1 – Francis Galton, a eugenia e os paradigmas do seu tempo	38
1.1. O “Pai da Eugenia” na ciência do século XIX	38
1.2. Eugenia em contexto científico: Paradigma e heterogeneidade	59
Capítulo 2 – Questão racial e eugenia no Brasil	85
2.1. “Raça” e ciência no Brasil na virada do século XIX	85
2.2. Eugenia no Brasil: Polimorfa e Multifacetada	107
2.3. A eugenia de Edgard Roquette-Pinto	126
2.4. Eugenia, imigração e educação no Governo Provisório	135
Capítulo 3 – Revista <i>Careta</i> e a “Raça ilustrada”	162
3.1. <i>Careta</i>	162
3.2. “Standartizando” o “tipo nacional”	185
Capítulo 4 – O lugar do negro nas caricaturas	233
4.1. A simbologia negativa da cor negra	233
4.2. A cor do crime	275
Considerações finais	294
Referências	300

INTRODUÇÃO

A *Careta* pode até ser representada como uma revista que elencou o humor e variedades como um dos seus carros chefes, mas não deve ser entendida apenas como uma revista sem preocupações e com a finalidade exclusiva de entretenimento. Constataremos isso neste trabalho, ao observarmos muitas de suas posições em Crônicas e caricaturas referente à questão da eugenia e a dinâmica das relações de cor e raça no Brasil nos anos de 1930-1934.

Uma de nossas teses está em demonstrar como a eugenia foi tomada como teoria e ganhou grande aceitação dentro do Governo Provisório, fazendo parte dos debates políticos e sociais. A escolha neste recorte político está justamente em analisar por meio das nossas fontes a discussão em torno da eugenia e da questão racial sob a luz do novo governo. Está em nossos objetivos expor que esses diálogos com a eugenia continuaram em manutenção no novo governo e as expectativas de colocá-lo na ordem do dia de leis ou debates.

Como perceberemos, diversos atores políticos, médicos e intelectuais fizeram da eugenia uma teoria volátil que permitiu se encaixar nas suas próprias concepções raciais e como entendiam a questão nacional em volta de cor e raça. Para isso, observaremos caricaturas e crônicas na tentativa de reconstruir alguns contextos do início da Era Vargas e debater as posições de indivíduos do período em relação a eugenia e questão racial. Para tanto organizamos nosso trabalho em quatro capítulos que responderam as nossas necessidades de indagações enquanto eugenia, humor, caricatura e questão racial.

O estudo da eugenia no Brasil, ou em qualquer outra parte do mundo em que ela foi adotada, tem suas particularidades e contextos históricos próprios. Em vista das novas abordagens¹ da temática com autores como Mark Adams², Nancy Leys Stepan³, Vanderlei Sebastião de Souza⁴, entre outros, permitiu-nos ir além de digressões do século XIX na formulação da eugenia por Francis Galton e, por meio de suas obras, propiciar a este estudo o

¹ Quando este trabalho se refere as “novas abordagens” sobre eugenia, não se deve confundir com o aspecto cronológico das publicações, pois, não significa que estes são trabalhos apenas localizados nos últimos anos ou década. O que se justifica é pela interpretação que foi feita sobre o tema, partindo de uma literatura que tem como base olhar o movimento de formas heterogêneas dependendo de onde foi inserido. Dessa forma, temos leituras que abarcam desde a segunda metade do século XX, que, oportunamente, serão utilizadas em nossa pesquisa.

² ADAMS, Mark B. Eugenics in the History of Science. In: _____ (org.). *The Wellborn science: eugenics in Germany, France, Brazil and Russia*. New York: Oxford University Press, 1990.

³ STEPAN, Nancy L. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Tradução de Paulo M. Garchet. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005; _____. *Eugenia no Brasil, 1917-1940*. In: HOCHMAN, Gilberto (org.). *Cuidar, controlar e curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

⁴ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *A Política Biológica como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. Dissertação de Mestrado: Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

nosso próprio olhar da eugenia como objeto heterogêneo. Nosso fio condutor foi a eugenia e para compreendê-la mediante as novas interpretações da historiografia atual, houve a necessidade de visitar os escritos de Galton, justamente pela vastidão que a temática compreende. Na década de 1980, Adams apontava para a necessidade dos novos enfoques para os historiadores da História das Ciências:

In recent years eugenics has emerged as a major topic of research in the history of science. There are both disciplinary and social reasons for this persistent and growing interest. Over the last two decades, historians of science have sought to integrate the so-called internalist account of the evolution of scientific ideas with the so-called externalist account of its social context.⁵

Parte dessa compreensão de método pode ser exemplificada com o trabalho de Fábio Koifman sobre os “imigrantes ideais” no Brasil, no período de 1941-1945. O autor, ao tratar da eugenia, mostra que “Além dos problemas relativos à falta de cuidados com o anacronismo, os críticos não levam em conta, justamente, as particularidades que o eugenismo tomou em diferentes países”⁶. Apesar do seu período de análise ser posterior ao nosso, ele insere uma observação importante com o trato da eugenia. Por sua vez, Stepan e Souza, ao trabalharem com a ciência de Galton e com o médico brasileiro Renato Kehl, retrataram as especificidades do momento eugênico no Brasil e suas singularidades na adaptação da eugenia em contextos de tempo e espaço específicos.

Nosso esforço em estudar um tema como a eugenia reflete no argumento de Stepan de que “nos estudos recentes, a eugenia latino-americana foi completamente ignorada pelos historiadores. Mesmo se considerarmos essa negligência como simples parte de um padrão mais abrangente de desprezo para com a ciência desta região [...]”⁷. Esta constatação de Stepan acaba sendo um convite para novas pesquisas priorizando este enfoque. Por outro lado, a temática nos motiva mediante a sua especificidade e adaptação em seus diversos momentos no Brasil. Por isso, a utilização de crônicas e caricaturas da *Careta* são elementos riquíssimos na visualização deste debate no epicentro do problema de cor e raça. Nesta linha de pensamento de Stepan, faz parte de nosso empenho um estudo da eugenia no Brasil “que estamos cada vez mais conscientes de importantes variações dentro da tradição eugênica anglo-saxônica devemos também encontrar significativos subtipos dentro da eugenia latina”⁸. E mais, “podemos enriquecer sobremaneira nosso entendimento das origens, do estilo

⁵ ADAMS, Mark B. *Eugenics in the History of Science. op.cit.*, p. 3.

⁶ KOIFMAN, Fábio. *Imigrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 68.

⁷ STEPAN, Nancy Lays. *Eugenia no Brasil, 1917-1940. op.cit.*, p. 333.

⁸ *Ibid.*, p. 334.

científico dos significados sociais da eugenia como movimento internacional se incorporarmos a América Latina à literatura existente”⁹. Em concordância com Souza, é nossa intenção mostrar como a eugenia no Brasil não situou-se apenas de uma maneira "branda" como sugere alguns autores, mas também na direção da "eugenia negativa”¹⁰.

Por esta razão, nossas escolhas bibliográficas priorizaram os estudos que direcionam a interpretação da eugenia sob os novos enfoques, mais particulares e com interpretações sem juízos de valores atrelados aos sujeitos, que levaram a ciência de Galton a um patamar que interferiu nas esferas políticas, econômicas e sociais. Apesar de nos centrarmos em nomes como o de Renato Kehl, parte deste trabalho pretende mostrar que as ideias eugenistas perpassaram por outros personagens como médicos, políticos, escritores, juristas, etc. – Koifman em sua obra estabelece o pensamento eugenista dos responsáveis pelo Serviço de Visto do Ministério da Justiça e Negócios Interiores¹¹ -. Além disso, o debate da eugenia figurou em páginas de diversos jornais, revistas da época - como a *Careta* -, atas jurídicas, documentos oficiais do governo e até mesmo no pensamento para a Constituinte de 1933/34. Nossa análise vai ao encontro das prerrogativas que Adams sugeria nos anos oitenta sobre as novas abordagens no campo do estudo da eugenia e o desenvolvimento da ciência contemporânea:

In recent years controversy has surrounded IQ tests, race and intelligence, sociobiology, genetic engineering, in vitro fertilization, cloning, and the relationship between crime and the "XYY" karyotype. The scientific validity and the ethical, legal, social, and political implications of this work have received much public attention. For these and other reasons, it is interesting and important for us to understand the history of eugenics, and the new interest in the subject has been reflected in a new historical literature.¹²

Sendo assim, identificar a formação da eugenia estabelece, para nós, a compreensão de uma interpretação mediante as necessidades de desenvolvimento do seu contexto nacional. Tanto em períodos em que ela esteve atrelada a saúde pública e projetos de higiene mental, como salienta José Roberto Franco Reis¹³, como em períodos denominados “negativos”, como mostra Souza em seu estudo sobre a eugenia de Renato Kehl. A própria discussão racial que emergiu no Brasil possibilita-nos apreender como a eugenia pôde se encaixar com alguns intérpretes da nação.

⁹ *Ibid.*

¹⁰ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *A Política Biológica como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. *op.cit.*, p. 13.

¹¹ KOIFMAN, Fábio. *Imigrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. *op.cit.*, p. 71.

¹² ADAMS, Mark B. *Eugenics in the History of Science*. *op.cit.*, p. 3.

¹³ REIS, José Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 1994.

Além da eugenia, diversas outras teorias científicas faziam parte do convívio de alguns intelectuais no Brasil, algumas delas avistadas desde o século XIX. A antropologia criminalista, também reconhecida como uma ciência da sua época esteve sob a tutela de Cesare Lombroso e emergia nos estudos de Nina Rodrigues antes do alvorecer do século XX. A antropóloga Lilia Schwarcz dissertou como as teorias deterministas e climáticas que tinham muita força nas vozes de alguns pensadores europeus ganhavam a tônica dentro do século XIX para vários intelectuais brasileiros.¹⁴

Nesse sentido, a análise do discurso científico necessita ser avaliada diante do contexto histórico a qual foi projetado. Para isso, a visão do paradigma que Thomas Khun estabeleceu nos permite compreender os elos entre os “estágios” da ciência.¹⁵ Isto direciona um elemento para compreendê-la, na época em que foi forjada mediante as suas limitações e conhecimentos. É por estas linhas que ao utilizarmos como referência a obra *Biologia Militante*¹⁶, de Regina Horta Duarte, constatamos no Brasil uma ciência em construção, respondendo aos conflitos do seu tempo, pensando o seu povo com as ferramentas intelectuais disponíveis naquele momento. Não à toa, insistimos ao analisar no primeiro capítulo a criação da eugenia e sua recepção em vários países, na desconstrução do termo “pseudociência” que alguns historiadores utilizam ainda hoje. Acreditamos que ao focar a questão conceitual poderemos iluminar melhor o caminho da nossa pesquisa.

Nas leituras das fontes¹⁷ das obras de Renato Kehl, Roquette-Pinto, Miguel Couto, Azevedo Amaral e tantos outros, se verificou que estes autores legitimavam cada um à sua maneira, a ciência que utilizavam. Discordantes ou não em alguns aspectos, a eugenia fazia parte do âmbito de discussões científicas das suas disciplinas. Tal ponto foi sua validade, que firmou-se em universidades dos Estados Unidos em práticas do governo e em congressos especializados. Em sua tese de doutorado *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)*, Souza salienta que “em diálogo com estas leituras, os intelectuais brasileiros do final do século XIX tiveram que lidar com as teorias produzidas pela ciência europeia, das quais não podiam escapar, já que delas emanava sua

¹⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹⁵ KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 5ª. ed. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1998.

¹⁶ DUARTE, Regina Horta. *A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

¹⁷ Ao transcrever as fontes optamos por atualizá-las na norma ortográfica atual. Dessa forma, acreditamos que facilite a leitura dos documentos para futuras consultas.

legitimidade científica”¹⁸. Sendo assim, se fez necessário pensar a apropriação da ciência no seu espaço-tempo, para compreender qual a legalidade destes argumentos naqueles momentos. Acreditamos ainda que seja necessário entender a postulação das teorias científicas, como a eugenia, para perceber, por exemplo, suas influências para como “os brasileiros formularam a teoria do branqueamento como uma solução para enfrentar o dilema que representava a larga miscigenação praticada no país”¹⁹. Citando Duarte, em *História e Biologia: diálogos possíveis distâncias, necessárias*, a autora versa que os historiadores “consideram o lugar histórico a partir do qual realizam suas enunciações, percebem as relações entre o saber que produzem e os dilemas de seu próprio tempo. Esses debates são complexos e não têm solução única”²⁰.

O nosso trabalho se deu nessa importância de não atribuir à eugenia interpretações que a levem ao reducionismo de inviabilidade do seu estudo como ciência. Pelo contrário, assim como fez José Roberto Franco Reis, que ao tratar da Higiene Mental e eugenia, nas décadas de 1920 e 1930, propôs trazer a discussão para o campo do historiador sem que se prenda a interrogações a todo o momento sobre a “cientificidade” do saber psiquiátrico (para Reis) ou da eugenia como ciência (para nós). Esperamos que o primeiro capítulo e o segundo mostrem-se por si mesmos, através do trabalho com as fontes e as interpretações contextuais, que a eugenia está em um campo de análise da cientificidade de um período. Compreender sua importância nesses estabelecimentos permitirá entender as próprias caricaturas nas discussões que se faziam no periódico *Careta*.

Citando Koifman outra vez, o autor faz uma importante crítica aos trabalhos que se referem a eugenia de forma homogênea, pois “À exceção de Stepan, a historiografia ainda segue considerando como próprio do que se possa classificar como ideário eugenista de boa parte dos intelectuais brasileiros os discursos que, tão somente, seguiam os modelos estabelecidos dentro dos padrões estrangeiros clássicos”²¹. Além de Stepan, Souza trabalhou sob esta perspectiva que tem sido referência para historiadores da eugenia e que faz parte da fundamentação teórica deste trabalho. Portanto, a digressão a Galton, ou mesmo pensar o

¹⁸ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1930-1935)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011. Na tese de Souza, uma referência a Zygmund Bauman se faz oportuna para fomentar essa ideia, “produto legítimo do espírito moderno, daquela ânsia de auxiliar e apressar o progresso da humanidade rumo à perfeição que foi por toda parte a mais eminente marcada era moderna” (Bauman, 1999 apud SOUZA, *Ibid.*, p. 282).

¹⁹ *Ibid.*, p. 273.

²⁰ DUARTE, Regina Horta. História e biologia: diálogos possíveis, distâncias necessárias. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, 2009, p. 937.

²¹ KOIFMAN, Fábio. *Imigrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. *op.cit.*, p. 74.

diálogo científico racial na virada do século XIX para o XX, tornou-se necessário para compreender como os discursos foram utilizados como ferramentas científicas.

Nossa opção por trabalhar com os escritos originais de Galton segue a linha de pensamento metodológico de Lilian Al-Chueyr Pereira Martins, ao fazer recomendações no cuidado com a História das Ciências, pois “o historiador nunca deve confiar inteiramente em uma tradução, pois muitas vezes nela são introduzidos erros. Por exemplo, trabalhar com uma tradução para a língua portuguesa de Descartes não é o mesmo (não tem o mesmo valor) que trabalhar com o seu texto em seu idioma original”²². Não desconsideramos na totalidade a importância das traduções, mas exatamente pela ausência destas nas obras de Galton para o português, a afirmação de Martins possibilitou que percebêssemos as peculiaridades da formação teórica e contextual da eugenia.

Nos envolver neste debate permite perceber a influência da heterogeneidade dos discursos eugênicos nos quatro primeiros anos da Era Vargas, um momento em que o Brasil passou por transformações políticas, econômicas, trabalhistas, sociais, entre outras. Assim, cabem algumas questões: Como estaria situada a eugenia no país nesse momento? Seus representantes, debates, enfim, como esta eugenia dialogaria na década de 1930, tendo em vista que estava a mais de dez anos sob a voz de Renato Kehl no Brasil? Como ela se adaptaria a realidade da nossa ciência nacional? Souza responde que, no caso da eugenia:

Ao invés dos modelos deterministas que privilegiavam as reformas biológicas de caráter seletivo e segregacionista, como ocorria nos países de origem anglo-saxônica, os brasileiros preferiram um modelo de eugenia que entrasse em consonância com a tradição científica, as práticas médicas e a realidade social do país.²³

O nosso primeiro capítulo corresponde a esta intenção em estabelecer um diálogo entre a História das Ciências com a eugenia, por meio da averiguação das obras de Galton e os escritos do autor com a ciência do seu tempo. O segundo capítulo não foge desta discussão. No Brasil, nas primeiras décadas do século XX, podemos perceber a legitimidade do estudo da formação da eugenia no país como ciência e suas relações com a questão da “raça”, sociedade e política. Estamos nos fixando no campo das pesquisas que buscam olhar por meio

²² MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira. História da Ciência: objetos, métodos e problemas. *Ciência & Educação*. v. 11, n. 2, 2005. p. 311. A autora não desconsidera as traduções, mas ela recomenda que o historiador busque se pautar nos originais, ou nas traduções mais confiáveis.

²³ Vanderlei Sebastião de Souza. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1930-1935)*. Tese de Doutorado. *op.cit.*, p. 297-298. Na página seguinte conclui parte da sua análise: “Na verdade, o modo como a eugenia mendeliana foi apropriada precisa ser visto de acordo com as discussões raciais e científicas de cada país, bem como com as ideologias e os projetos políticos e intelectuais defendidos por seus adeptos. No caso do Brasil, ela serviu tanto para a defesa de projetos radicais, como se pode observar nas obras de Renato Kehl, quanto para reafirmar a miscigenação enquanto um elemento positivo, conforme as interpretações elaboradas por Roquette-Pinto e Frões da Fonseca”. (*Ibid.*, p. 199).

da biologia, ciência e eugenia no tempo em que elas se inserem e nos trazem possibilidade de análises e interpretações. Aceitamos mais uma vez o argumento de Duarte para estabelecer os laços entre a história e a biologia, onde, “sobretudo, tanto a história como a biologia nos ensinam que, a cada momento, há várias possibilidades em aberto. Tratemos de mapeá-las, pois, no horizonte de nossa contemporaneidade”²⁴.

Gostaríamos de trazer outro elemento para fomentar nossa discussão sobre as ciências de seu tempo, ou melhor, o papel da história da ciência médica. Para tanto, adentraremos em certa medida na história das doenças, em especial, o trabalho de Simone Kropf sobre a doença de Chagas. Carlos Chagas (1878-1934) encontrou a doença que leva seu nome em 1909 no município de Lassance, no estado de Minas Gerais. A recepção científica da descoberta não respondeu de forma homogênea a todos que se envolveram no seu estudo. Chagas passou por momentos de contestação na Academia Nacional de Medicina e, inclusive, acusado por Afrânio Peixoto de ter “[...] inventado uma doença rara e desconhecida, doença que se falasse muito, mas quase ninguém conhecesse os doentes, encantoada lá num viveiro sertanejo de vossa província, que magnanimamente distribuís por alguns milhões de vossos patrícios acusados de cretinos”²⁵. As dúvidas com relação à doença em vários aspectos das descrições de Chagas custaram controvérsias na academia e a criação de uma comissão para revisar os trabalhos do cientista brasileiro.²⁶

O que estamos observando não é uma comparação entre eugenia e relações de nosologias de doenças tropicais em estudos de contextos específicos. Nossa intenção é mostrar como o discurso científico pertence ao seu tempo e é interpretado mediante as indagações dos saberes científicos destes locais. Kropf lançará uma questão importante que desenvolverá ao longo da sua tese: “Em que medida se pode considerar essa doença como um produto da história”²⁷. Ao substituímos “doença” por “eugenia” estaremos tentando responder esta pergunta enquanto produto de uma ciência que necessita de interpretações heterogêneas. Por esse olhar é que percebemos nosso material como “Fruto de acordos resultantes de um processo coletivo de negociação, no qual os atores se comportam em função dos interesses que os constituem como diferentes grupos sociais, a prática e, sobretudo, os

²⁴ DUARTE, Regina Horta. *História e biologia: diálogos possíveis, distâncias necessárias*. *op.cit.*, p. 938.

²⁵ KROPF, Simone Petraglia. *Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006, p. 207; Cf.: COUTINHO, Marília; FREIRE JR., Olival and DIAS, João Carlos Pinto. The noble enigma: Chagas' nominations for the Nobel Prize. *Mem. Inst. Oswaldo Cruz* [online]. vol. 94, suppl. 1, 1999, p. 128.

²⁶ KROPF, Simone Petraglia. *Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação*. *op.cit.*, p. 208.

²⁷ *Ibid.*, p. 7.

conteúdos da ciência passaram a ser tratados como objetos legítimos para a investigação sociológica”²⁸.

Ao trazemos este argumento visamos a discussão desse processo de negociação no campo científico por meio de seus atores e os diferentes grupos sociais. Assim, a periodicidade de doenças e ou teorias científicas, como a eugenia, respondem a momentos específicos de sua junção com seus pares ou outros personagens. Portanto, substituindo “doença” por “eugenia”, concordamos com a autora quando diz:

Com base nas diretrizes teóricas dos estudos sociais da ciência, acreditamos ser possível ampliar estas fronteiras e afirmar que as doenças constituem objetos histórica e socialmente construídos no que diz respeito às maneiras pelas quais os indivíduos ou grupos as percebem ou respondem a elas em termos de valores e práticas, e também no que concerne à sua própria conceituação como entidades biológicas específicas. Em outras palavras, o desafio é analisar como os fatores sociais interferem não somente na maneira de se representar, atribuir significados e enfrentar concretamente um fenômeno da natureza, já definido enquanto tal, mas inclusive no processo de definição e aceitação deste fenômeno como realidade orgânica, dotada de características específicas. Trata-se, em suma, da perspectiva de analisar a dimensão social das doenças em seu estatuto de fatos produzidos pela ciência médica.²⁹

Esta percepção de Kropf em relação ao seu estudo de Chagas nos traz uma reflexão da abordagem da eugenia enquanto fenômeno social e pertencente a um debate acadêmico que diverge de um consenso específico sobre o tema. A doença de Chagas respondeu a indagações diversas desde sua descoberta, desde questionamentos sobre sua veracidade até mesmo as duas indicações para o Prêmio Nobel (1913 e 1921) – da qual alguns autores argumentam que o debate travado na sociedade médica sobre a doença e as oposições à descoberta de Chagas teriam sido suficientes para Carlos Chagas não conseguir o prêmio em 1921.³⁰ Hoje, por meio dos documentos, podemos observar os caminhos percorridos pela doença de Chagas, suas contestações, repercussões na imprensa nacional e internacional, na Academia Nacional de

²⁸ *Ibid.*, p. 8.

²⁹ *Ibid.*, p.12. Mais adiante a autora complementa: "Além das formulações gerais de Bloor, consideramos pertinentes ao tratamento de nosso objeto algumas noções propostas por Bruno Latour a respeito da produção e da validação dos fatos científicos, enquanto processos que envolvem não apenas o mundo do laboratório, mas outras esferas e atores da vida social". Para este autor, o destino dos enunciados formulados pelos cientistas – se eles vão permanecer como artefatos, isto é, objetos instáveis, ou se estabilizar como fatos, tido como inquestionáveis e naturais – é dado, fundamentalmente, pelo uso concreto que outras pessoas, cientistas e não cientistas fazem deles. Assim, a certificação do conhecimento científico depende de uma série de procedimentos e estratégias por parte dos cientistas para convencerem outros indivíduos e grupos a aceitarem – e utilizarem – as afirmações e objetos por ele produzidos. Para analisar a ciência em ação, ou seja, os processos efetivos pelos quais se estabilizam os fatos científicos, é preciso, diz Latour, “seguir os cientistas sociedade afora” e examinar os recursos de que estes lançam mão para “mobilizar o mundo” e produzir concretamente, em circunstâncias específicas, o consenso necessário para o fechamento das “caixas-pretas” da ciência (*Ibid.*, 19).

³⁰ COUTINHO, Marília; FREIRE JR., Olival and DIAS, João Carlos Pinto. *The noble enigma: Chagas' nominations for the Nobel Prize. op.cit.*, p. 128-129.

Medicina e nas pesquisas em gerais. Suas ações, profilaxias e debates em diferentes governos e instituições. Esta relação entre ciência e história dita o ritmo do nosso trabalho em vista da eugenia como dentro de um complexo debate científico do período.

Por sua vez, nossa demarcação temporal corresponde às delimitações que fizemos nas fontes. Decidimos analisar a *Careta* nos quatro primeiros anos do governo de Getúlio Vargas. Assim, um recorte político facilitou enxergarmos os diálogos que se projetavam acerca da “raça” nessa nova rumada política que mergulhava o país. Não obstante, analisamos com profundidade parte do movimento eugênico no Brasil e, isso se deve justamente na tentativa de compreender as rupturas e permanência de uma ciência que dialogou com diversos setores sociais, políticos e científicos, e sofreu algumas mudanças, como por exemplo, uma posição mais dura de Kehl em relação à aplicação da eugenia no final dos anos de 1920.

Sobre nossa fonte, a *Careta*, esta apresentou suas publicações aos sábados, semanalmente, entre 1908 a 1960. Nosso material, que pode ser encontrado digitalizado no acervo *on line* da Biblioteca Nacional³¹, nos permitiu avaliar mais de 240 edições entre 1930 a 1934. Neste enfoque, foi possível recuperar as caricaturas e crônicas que contribuíssem para a nossa proposta. Houve a pretensão de considerar as caricaturas que possuíssem referência a questões raciais, cor, eugenia, de modo que a seleção contribuísse para o debate em torno do período. Dessa forma, das muitas caricaturas que selecionamos, estas dialogam com as fontes bibliográficas e historiográficas que trabalhamos ao longo dos capítulos um e dois, possibilitando uma melhor interpretação quando efetivamente surgissem na pesquisa. Por exemplo, quando discorremos sobre as “cotas de imigração” e sua visão eugênica, apresentamos também por meio de duas caricaturas no segundo capítulo a visualização desse debate em consonância com o governo Vargas. Por isso, as caricaturas tornaram-se uma fonte preciosa do período, para literalmente “ilustrar” o debate “racial” e eugênico que estava na ordem do dia, tanto de 1924, quanto do Governo Provisório. E é esta a proposta de debate que tentaremos recuperar.

Alguns problemas de delimitação teórica surgiram ao trabalharmos com iconografia e caricatura. Primeiramente, entendemos que todas as nossas imagens são caricaturas e não charges, por quê? Como trabalhar com o humor que está inserido nessas imagens? Qual sua função? Por fim, utilizamos ao longo da pesquisa o conceito de “estereótipos culturais”, sendo assim devemos entender qual seria o seu significado para nós. Uma breve explanação desses temas que envolvem fonte e método podem evitar confusões ao longo do texto.

³¹ http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/careta/careta_anos.htm, Acessado em 01/02/2013.

Antes de falarmos da função do humor e dos estereótipos culturais que são elementos incluídos em nossas caricaturas, cabe explicar o motivo em termos adotado nas ilustrações a denominação de “caricatura” e não “charge”.

Ernst Gombrich nos lembrou em seu livro *A história da arte*, ao discutir o expressionismo na arte de Van Gogh, um episódio em que ao pintar o retrato de um amigo da maneira “correta” resolveu mudar as cores e o cenário³². Na análise de Gombrich, sobre a definição do termo “caricatura” utilizada por Van Gogh, naquele momento exprime o que havia além dos traços disformes:

Van Gogh estava certo em dizer que o método por ele escolhido podia ser comparado ao do caricaturista. A caricatura sempre foi "expressionista", pois o caricaturista joga com o retrato de sua vítima e distorce-o para expressar justamente o que sente a respeito de seu semelhante. Enquanto essas distorções da natureza navegaram sob a bandeira do humor, ninguém as considerou difíceis de entender. A arte humorística era um campo em que tudo se permitia, porque as pessoas não a encaravam com os mesmos preconceitos reservados à Arte com A maiúsculo. Mas a ideia de uma caricatura séria, de uma arte que deliberadamente muda a aparência das coisas, não para expressar um sentido de superioridade, mas talvez um sentimento de amor, ou admiração, ou medo, provou ser, de fato, um empecilho, como Van Gogh previra. Contudo, nada existe de incoerente nisso. É a pura verdade que nossos sentimentos acerca das coisas dão colorido ao modo como as vemos e, ainda mais, às formas que recordamos. Todos nós temos experimentado como um mesmo lugar parece diferente quando estamos alegres e quando estamos tristes.³³

Inicialmente, isso nos leva a entender como a própria caricatura é vista como representação artística. Depois, o sentimento que ela propaga que está além da deformação. Pode sugerir amor, admiração, medo, ou o que seu artista pretender retratar. Assim como pontua Gombrich, a caricatura é vista como arte, sem preconceitos com sua relação com o humor e traduz algo que seu artista deseje expressar. Com isso, fornecemos os passos iniciais para elucidar que a pertinência do termo caricatura vai muito além da deformação ou da própria comicidade das ilustrações. Elas estão inseridas na imagem, mas são elementos e não a essência como um todo.

Controverso, o debate entre caricatura e charge apresenta-se mais como uma opção dos seus respectivos usos do que um conceito formado e empregado da mesma forma por todos os autores que a utilizaram como material de pesquisa. Para nós, optamos em seguir como referencial, estudos que trabalharam com o conceito de caricatura a partir das suas

³² Segundo Van Gogh, “Exagerei a cor clara do cabelo, usei laranja, cromo e amarelo de limão, e por trás da cabeça não pintei a parede trivial do quarto, mas o Infinito. Fiz um fundo simples com o azul mais rico e intenso que a paleta era capaz de produzir. A luminosa cabeça loura sobressai desse fundo azul forte misteriosamente, como uma estrela no firmamento. Infelizmente, meu caro amigo, o público apenas verá nesse exagero uma caricatura - mas que nos importa isso?” (GOMBRICH, Ernest Hans. *A história da Arte*. 13ª. ed. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 447).

³³ *Ibid.*

análises e que se aproxima com a nossa. Explicaremos a escolha do uso com base na metodologia das obras de Elias Thomé Saliba, *Raízes do Riso*; Rodrigo Patto Sá Motta, *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*; Fabiana Lopes da Cunha, *Caricatura carnavalescas: carnaval e humor no Rio de Janeiro através da ótica das revistas ilustradas Fon-Fon! e Careta (1908-1921)*.

Antes, cabe ressaltar um expoente para os estudos sobre caricaturas. *História da Caricatura no Brasil*, dividida em 4 volumes, de Herman Lima, foi publicada em 1963 e se mantém até hoje como referência para os trabalhos que envolvem caricaturas. Como o próprio nome diz, o autor estudará caricaturas, mas nem por isso o termo “charge” deixa de aparecer. O primeiro volume é praticamente um tratado ao modo de como a caricatura foi concebida no Brasil e no mundo e seria impossível em apenas um trabalho abordar a obra de Herman Lima. O que podemos trazer são algumas visões do autor a respeito do que entendia como caricaturas. Contudo, alertamos que mesmo pelo seu olhar, ela possui uma amplitude de variações no próprio conceito:

A arma do caricaturista dos tempos modernos é tão poderosa que dispensa os excessos da deformação e da distorção, desde que ele pode, muito mais do que o escritor, como no caso de Ângelo Agostini, exprimir seu pensamento, caracterizando a verdade, ainda mais quando todo caricaturista é quase sempre um intelectual, antena vibrátil a toda solicitação exterior, para o registro tantas vezes profético de suas impressões da hora que passa.³⁴

Esta citação não responde ao nosso questionamento inicial, mas transparece a visão de Lima sobre o poder da caricatura e do caricaturista na sociedade e abre margens para irmos adiante à utilização do termo. O que nos interessa é atentar para a visão crítica, moral, política ou social que encontramos nas caricaturas, e esta é notada de maneira semelhante a qual Lima versou no mesmo período, ao estudar os mesmos caricaturistas. Se apropriando das palavras de Robert de La Sizeranne, ele argumenta que “a caricatura moderna não deve mesmo ser deformante, isto é, não deve provocar o riso, deve, sim, caracterizar”³⁵. Em outras palavras, ela exerce uma função de crítica do meio social, caracterizando como arma o desenho. O riso pode aparecer, mas nem sempre precisa ser o objetivo da caricatura.

Também se pode observar o amplo debate dos conceitos na introdução do livro de Motta, no qual o autor faz alusões às características desses elementos. Ele diz que muitos acreditam que a caricatura seja apenas referência para traços pessoais, enquanto o de charge

³⁴ LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. 4 vols. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1963, p. 15.

³⁵ *Ibid.*, p. 18.

seria algo mais crítico a pessoas e situações específicas.³⁶ Ainda assim, mesmo que suscite debates de pertinência ou não, o autor prefere utilizar o termo caricatura por ser uma classificação genérica para as diversas formas do humor gráfico e devido as suas ilustrações configurarem-se ao estilo da caricatura, mesmo transpondo as barreiras do simples retrato pessoal³⁷. Para nós, este tipo de imagem também aparece nas caricaturas que elegemos, pois além do retrato pessoal há o viés político e a crítica social.

Outro ponto importante situa-se em estabelecer como os próprios ilustradores se viam naquela época. Saliba, ao retratar estes personagens que desenhavam nas revistas do período, define-os no que concerne às suas atividades profissionais como “caricaturistas”. Assim, K. Lixto foi descrito como caricaturista, inclusive participando como ilustrador da revista *Careta*. A. Storni e J. Carlos que assinam boa parte das nossas caricaturas também foram classificados como caricaturistas.³⁸

Se pensarmos na época em que estes personagens viviam, veremos que o tema fazia parte do seu cotidiano profissional. Um dos mais importantes do início do século, Raul Pederneiras – humorista, caricaturista e professor de Belas-Artes -, foi um dos que tentaram legitimar teoricamente o riso. Saliba diz que ele “chegou a proferir algumas conferências cujos temas foram, invariavelmente, o humor e a caricatura”³⁹. Sintetizando, a caricatura é parte do jargão desses homens que associavam sua produção a este conceito. Independente da forma como se olha, buscaremos tratar seu viés aos moldes como eram entendidas no espaço de tempo que estavam inseridas⁴⁰.

Fabiana Lopes da Cunha trabalhou com nosso periódico e analisou caricaturas carnavalescas vinculadas nas revistas *Careta* e *Fon-Fon!*, entre os anos de 1908 a 1921. Apesar do recorte temporal e da temática abordada diferenciar-se da nossa, ao utilizar a *Careta* como fonte, a historiadora estabelece as matrizes da sua análise nos elementos contidos nela. Assim sendo, delimita o conceito de caricatura nas ilustrações que examina, por acreditar ser mais pertinente ao momento que estão inseridas nos debates. Cunha se apropria da concepção de caricatura de Herman Lima, da qual utilizaremos frequentemente como suporte teórico no manejo das nossas fontes. Destarte, “quando falamos aqui em caricaturas

³⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe militar de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 15. Na mesma página, o autor aponta que historicamente o termo caricatura parece ter surgido por volta do século XVII, na Itália.

³⁷ *Ibid.*, p. 15-16.

³⁸ SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 78-79.

³⁹ *Ibid.*, p. 134.

⁴⁰ Talvez, tenham-se notícias de “sujeitos históricos” daquele período que se intitulavam “chargistas”, porém justificamos o nosso uso com base no suporte metodológico dos autores citados.

estendemos seu significado para além dos desenhos com teor humorístico crítico, pois as compreendemos como Herman Lima, que vê a caricatura também nas expressões verbais de conteúdo burlesco e satírico”⁴¹.

Outro autor a ser lembrado nessa direção é Renato Lemos. Organizador de *Uma história do Brasil através da caricatura (1840-2001)*, Lemos utiliza no título do seu trabalho a palavra “caricatura”, mas na introdução se refere às imagens tanto com o termo de charge, como de caricatura. Porém, o autor, ao longo do seu texto, opta por utilizar o termo charge nas imagens que se apresentam.

Indo além, se pode fazer uma pertinente comparação entre Lemos e Saliba, ao tratarem de suas fontes. Lemos, ao abordar a Revolução de 1930, emprega uma ilustração de Storni na *Careta*. Nela, ele assinala que “a charge, baseada em fotografia da época, mostra Vargas e companheiros amarrando seus cavalos no obelisco da avenida Rio Branco [...]”⁴². Por sua vez, Saliba também emprega ilustrações de Storni da *Careta* em seu trabalho. Em uma delas retrata uma senhora com um vestido escrito “política” questionando para um homem o que ele acha da “chapa” que tem nas mãos. No caso, a sátira que envolve “chapas políticas” emprega uma ferramenta metafórica para que a outra personagem diga que “é uma excelente chapa negativa”⁴³. Lemos e Saliba usam os mesmos ilustradores, no mesmo periódico. Enquanto a primeira diz respeito ao ano de 1930 a segunda se encontra em 1924, seis anos de distanciamento. Ambas as imagens oferecem uma crítica política e social de sua contemporaneidade permeada por um desenho humorístico. Lemos chama suas ilustrações de charge, Saliba define Storni como caricaturista. Assim, pela própria indefinição que o termo sugere, acreditamos que fica a critério do historiador como mediará o conceito em seu trabalho. Por nossa vez, preferimos adotar a denominação de caricatura.

Em tempo, a consideração de Maria Luiza Tucci Carneiro nos ajuda a compreender a pertinência da utilização dos periódicos, ao passo que “No mundo do riso – charges, piadas, filmes – ridicularizavam-se alguns e atribuíam-se virtudes a outros. Analisando a maneira pela qual cada personagem é caracterizado, podemos identificar a mentalidade racista do período,

⁴¹ CUNHA, Fabiana Lopes da. *Caricaturas carnavalescas: carnaval e humor no Rio de Janeiro através da ótica das Revistas Ilustradas Fon-Fon! E Careta (1908-1921)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2008, p. 36.

⁴² LEMOS, Renato. *Uma história do Brasil através da caricatura 1840-2001*. Rio de Janeiro: Editora Letras & Expressão, 2001, p. 62.

⁴³ SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio. op.cit.*, p. 189.

ora apoiada, ora denunciada”⁴⁴. Esta observação estabelece outro elemento constante em nosso texto, o humor.

A aplicação humorística aparece como outra ferramenta privilegiada para a nossa inquirição. Além de fazer parte de toda a existência da *Careta*, pois afinal, o humor era uma de suas principais características. O cômico tornou-se uma forma diferenciada de expressar o sentimento do que se enxergava na sociedade. Elias Thomé Saliba, em uma de suas diversas produções dedicadas a compreender a figura do humor como elemento de representação social, distingue claramente a importância deste componente como ferramenta de entendimento para o historiador. Para Saliba:

Superposição de tempos, movimento constante, jogo paródico – a representação cômica parecia buscar outros domínios para falar da vida cotidiana e da vida privada brasileira, cujas fronteiras com a vida pública jamais se definiam, pois a superposição e a mistura pareciam constituir parte intrínseca das próprias formas de representação do social.⁴⁵

Isto é essencial para a constituição deste estudo, pois a partir do jogo caricatural que o humorista arranjava por meio dos seus traços é que podemos destacar a representação social do seu tempo. O público e o privado foram instrumentos aproveitados por estes humoristas ao passo que maximizavam em seus desenhos o retrato do que se deveria rir. Mônica Pimenta Velloso contribui com este debate na importância da sua pesquisa sobre modernismo no Rio de Janeiro, por meio do uso da caricatura, ou seja,

De modo geral, essas caricaturas registravam o impacto da modernidade sobre a cidade, desestruturando e modificando hábitos, costumes e tipos populares. Essa fonte foi extremamente sugestiva e me fez repensar os próprios rumos de minha pesquisa sobre a cidade do Rio de Janeiro⁴⁶.

Com efeito, as vinculações das caricaturas da *Careta* confundem-se com os momentos vividos pelo país. Por ser justamente uma forma de expressão imagética, ao modo de traços próprios e do icônico humor, ela constitui-se em uma de diversas maneiras de expressar crítica política social e/ou social por exemplo. A imagem atuará de maneira diferente do texto escrito, pois são de rápida absorção e podem ou não utilizar-se de legenda ou fragmento de textos para explicar ou adicionar algo para facilitar a identificação da imagem. Desta forma, a

⁴⁴ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O racismo na história do Brasil: mito e realidade*. 3ª. ed. São Paulo: Ática, 1996, p. 33.

⁴⁵ SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na república brasileira. In: NOVAIS, F. (org.). *História da vida privada no Brasil 3: Da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 326.

⁴⁶ VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro: Turunas e Quixotes*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 15. A autora se enquadra como referencial para a compreensão teórica e metodológica da pertinência da caricatura como fonte para o historiador.

unidade que se faz presente é a do reconhecimento do traço e da assimilação daquilo que o receptor observa com aquilo que ele associa e projeta para a sua realidade.

A própria longevidade da *Careta* (1908-1960) legitima sua força como uma revista ilustrada de humor. Sobreviveu à Primeira República, à Era Vargas e perdurou até 1960. A força da revista e seu humor pode ser exemplificada por sua duração de quase cinco décadas. Se na primeira edição, de 6 de junho de 1908, temos a figura do presidente Afonso Pena, na última, em 29 de outubro de 1960, temos Juscelino Kubitschek. Para nós, tanto no seu primeiro número quanto no seu último ela enraíza uma preocupação política, crítica e convergente com a sociedade que a *Careta* está inserida, em que por meio dos traços das caricaturas e o tom humorístico que se constrói, foi possível entender ao menos um pouco da história do país tanto pelos traços de J. Carlos, em 1908, como por Théo, em 1960. Cunha nos conta que "Com um designe mais despojado em seu título, a revista, vendida a 300 réis o número avulso, mostra na ilustração da capa, sempre, um '*portrait charge*', ou uma '*careta*' de um político ou pessoa que estava em proeminência no cenário social"⁴⁷.

O que está desenhado pelos caricaturistas, necessariamente precisa estar dentro de um contexto coletivo de compreensão – mesmo que dormente –, para possuir sentido, ou caso contrário, não provocaria humor. Para Alain Deligne “ela depende igualmente de um público que saiba apreciar as agressões maldosas e perceber as alusões”⁴⁸. Henri Bergson talvez tenha sido um dos melhores autores que conseguiu teorizar o humor e o utilizamos em nosso trabalho com relação a expressividade da caricatura. A citação a seguir é longa, porém ela se revela pertinente à complexidade do tema para Bergson:

A arte do caricaturista consiste em apreender este movimento, por vezes imperceptível e torná-lo visível a todos os olhos, aumentando-o. Ele obriga os seus modelos a fazerem caretas como eles próprios as fariam. Adivinha, por debaixo das harmonias superficiais da forma, as revoltas profundas da matéria. Põe a claro desproporções e deformidades que poderiam ter existido na natureza em estado de veledade, mas que não puderam concretizar-se, recalcadas por uma força melhor. A sua arte, que tem qualquer coisa de diabólico, põe em evidência o demônio que venceu o anjo. Sem dúvida que é uma arte que exagera e por isso é que se dá uma definição muito errada quando se lhe assinala como fim um exagero, visto que há caricaturas mais parecidas do que retratos, caricaturas onde mal se nota o exagero e inversamente também se pode exagerar ao máximo sem obter um verdadeiro efeito de caricatura. Para que o exagero seja cômico é preciso que apareça não como um fim, mas como um simples meio de que o desenhador se serve para tornar manifestas aos nossos olhos as contorções que ele vê esboçarem-se na natureza. É esta contorção que importa, é ela que interessa. E é por isso que ela é procurada até

⁴⁷ CUNHA, Fabiana Lopes da. *Caricaturas carnavalescas: carnaval e humor no Rio de Janeiro através da ótica das Revistas Ilustradas Fon-Fon! E Careta (1908-1921)*. *op.cit.*, p. 84. [Grifo do autor].

⁴⁸ DELIGNE, Alain. De que maneira o riso pode ser considerado subversivo. In: LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, humor e caricatura: A questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 36.

nos elementos da fisionomia incapazes de movimento: na curva dum nariz ou na forma duma orelha.⁴⁹

Através de Bergson percebemos como o humor e as caricaturas se contribuem para a compreensão de contextos da vida cotidiana e política. E no que concerne a *Careta*, utilizamos o estudo de Vladimir Propp que ao escrever *Comicidade e Riso*, ajuda-nos a compreender que “As revistas e a imprensa refletem a vida cotidiana, que, como a arte, está dentro do âmbito de nossa atenta pesquisa”⁵⁰. Aliás, Propp pode ser definido como outro referencial teórico do humor e do riso. O autor russo resume que “Em poucas palavras, tanto a vida física quanto a vida moral e intelectual do homem podem tornar-se objeto de riso”⁵¹. Nossas caricaturas fazem estas ligações para maximizarem a partir dos traços o riso que se buscava no cenário montado pelo ilustrador. Nesse ponto, no envolvente contexto histórico em que a caricatura é fabricada, o humor “[...] pode residir em condições de ordem histórica, social, nacional e pessoal. Cada época e cada povo possui seu próprio e específico sentido de humor e de cômico, que às vezes é incompreensível e inacessível em outras épocas”⁵². São os signos que atuam nesse caso. Para o historiador é necessário identificar o significado e significante para abranger na problematização do seu objeto a forma como eles ecoam no tempo e no espaço.

Por isso, no caso da caricatura, mesmo não sendo o único elemento, uma das características de sua comicidade está inserida nos exageros que ela projeta. Os lábios volumosos dos negros, a estatura de Getúlio Vargas - bem como sua aparente falta de cabelos acima da testa -, o nariz do judeu, a barriga do gordo, e assim por diante. Propp explica esta questão ao passo que, “toma-se um pormenor, um detalhe; esse detalhe é exagerado de modo a atrair para si uma atenção exclusiva, enquanto todas as demais características de quem ou daquilo que é submetido à caricaturização a partir desse momento são canceladas e deixam de existir”⁵³. Este ponto abordado por Propp complementa a definição de Bergson na citação que colocamos anteriormente. Portanto, o sentido do humor está inserido no próprio trato da caricatura, não somente no ato de deformar características, mas também nas paródias que nela estão contidas.

⁴⁹ BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre o significado do cômico*. 2ª. ed. Tradução de Guilherme de Castilho. Lisboa: Guimarães Editores, 1993, p. 31-32.

⁵⁰ PROPP, Vladímir. *Comicidade e Riso*. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. São Paulo: Ática, 1992, p. 17.

⁵¹ *Ibid.*, p. 29.

⁵² *Ibid.*, p. 32.

⁵³ *Ibid.*, p. 88-89. Na mesma página o autor diz que “A caricatura de fenômenos de ordem física (um nariz grande, uma barriga avantajada, a calvície) não se diferencia em nada da caricatura de fenômenos de ordem espiritual, da caricatura dos caracteres. A representação cômica, caricatural, de um caráter está em tomar uma particularidade qualquer da pessoa e em representá-la como única, ou seja, em exagerá-la”.

Dentro da caricatura há uma série de figuras que trazem o riso à tona. Fazer alguém de bobo, o alogismo⁵⁴, trocadilhos, paradoxos, além dos elementos textuais que podem aparecer e causar o riso por meio da ambiguidade, metáfora, ironia, sentido figurado, entre outras. A variante da inserção do humor depende das possibilidades com que o humorista cria o seu trabalho. Em nosso caso, deparamos com diversas formas do riso nas caricaturas sublinhadas em que é possível identificar que “raça” e “cor” fazem parte deste diálogo na construção do humor. Mais uma vez, Propp nos ajuda a pensar esta questão ao dizer que

[...] o riso surge apenas quando os defeitos são de pequena mostra e não alcançam aquele grau de culpa ou de depravação que suscitariam dentro de nós repugnância ou o máximo de perturbação e de indignação. *Não existe aqui um limite exato, ele depende da mentalidade de quem ri ou de quem não ri.*⁵⁵

Chegamos assim a uma indagação de Bergson que suscita nosso próprio trabalho no que se referem ao humor, caricaturas e a “questão racial”: “Porque nós rimos dum preto?”⁵⁶ Certamente há um embaraço na pergunta, ou melhor, porque rir de uma cor de pele diferente da sua? A questão implícita nesse tipo de humor vai além da teoria do cômico, pois ela pede à construção que a sociedade faz atribuindo aspectos morais à condição da cor. Pelas palavras do autor, podemos anotar:

É qualquer coisa como a lógica do sonho, mas dum sonho que não fosse abandonado ao capricho da fantasia individual, um sonho sonhado pela sociedade inteira. Para a reconstituir impõe-se um esforço muito especial, com o qual levantaremos a crosta exterior de juízos bem construídos de ideias solidamente assentes, para vermos correr, no mais íntimo de nós próprios, como uma toalha de água subterrânea, uma certa continuidade fluída de imagens que entram umas nas outras. Esta interpretação das imagens não se faz ao acaso: obedece a leis, ou melhor, a hábitos que são para a imaginação aquilo que a lógica é para pensamento.⁵⁷

O autor proporciona ferramentas para examinar como a sociedade forja seus próprios mecanismos de enxergar ou reduzir o “Outro”. Tanto Bergson como Propp ao teorizarem sobre o riso, nos trazem subsídios para refletir como o humor é visto na sua construção e na sociedade que está inserida. Igualmente, Saliba pensa o riso como função social a partir de elementos que compõe a própria sociedade.⁵⁸ O autor pôde identificar formas da construção do humor na *Belle Époque*, e estas “forneceram indicações preciosas para compreender o humor, não apenas como ele foi concebido nesta mesma época, mas também como forma de

⁵⁴ Propp explica que, “Ao lado do fracasso daquilo que se deseja por causas externas ou internas, há casos em que o fracasso se deve à falta de inteligência. A estultice, a incapacidade mais elementar de observar corretamente, de ligar causas e efeitos, desperta o riso”. (*Ibid.*, p. 107).

⁵⁵ *Ibid.*, p. 174. [Grifo nosso]

⁵⁶ BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre o significado do cômico*. *op.cit.*, p. 39.

⁵⁷ *Ibid.*, p. 40.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. *op.cit.*, p.22.

representar e expressar toda a fascinante e trágica história do século que começava”⁵⁹. Pensamos da mesma maneira. Enquanto Saliba procurou traçar a construção do riso na sociedade na *Belle Époque*, nós, por meio do Governo Provisório, tentaremos ponderar o humor construído nas caricaturas como expressão daquela realidade que circundava o período. Assim, a melhor definição parece ser esta:

Por tudo isso, mais do que percepção e sentimento da ruptura e da contrariedade, a representação humorística é uma epifania da emoção. Ela se dilui na vida cotidiana e só de vez em quando brilha e ilumina, como um intervalo de riso e de alegria na rotina dos ritmos repetitivos e diários.⁶⁰

Finalmente, outro componente que está inserido em nossas leituras é a abordagem dos estereótipos, que não à toa estão presentes nas caricaturas selecionadas. Durante a verificação das fontes, sobretudo no capítulo três e quatro, com a revista *Careta*, não raramente trabalharemos com o conceito de “estereótipos culturais” que se fazem pertinente nas apreciações de textos e caricaturas quando se diz respeito a “questão racial”. À medida que proporciona um discurso do Estado vigente que se apresentava com uma proposta de ruptura de antigos preceitos da Primeira República, a sociedade ainda mantém-se nas sequelas dos “paradigmas raciais” que são engendrados por meio dos estereótipos culturais. Mas afinal, o que são os estereótipos culturais que buscamos investigar? Qual o papel da “questão racial” nos ditos estereótipos, principalmente quando se tem em vista o riso e o humor das caricaturas?

A resposta pode parecer simples se levarmos em consideração seu uso pelo “senso comum”, mas o contexto pressupõe o contrário. É necessária uma crítica profunda das conceituações dos estereótipos culturais para compreendermos o lugar da “raça” nessa vertente. Tentar encontrar em uma sociedade multirracial os preconceitos dela mesma, nem sempre é uma tarefa fácil, principalmente quando chamam à baila o mito da “democracia racial brasileira”. Mesmo assim, todos se dizem blindados desses estigmas, mesmo sabendo que eles cercam a todos os ditos estereótipos culturais e suas construções sob aqueles que consideram “diferentes” por algum aspecto físico, religioso ou moral.

A definição que consideramos de estereótipos é próxima a de Deligne, que os considera “no sentido atribuído pelas ciências sociais às representações coletivas estabelecidas (com duas vertentes, negativa e positiva)”⁶¹. O riso do estereótipo cria um elemento estético em que toda vez que a imagem direcionar-se àquele padrão trará em sua

⁵⁹ *Ibid.*, p. 28.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 29.

⁶¹ DELIGNE, Alain. De que maneira o riso pode ser considerado subversivo. *op.cit.* p. 30.

bagagem uma memória cômica das significações representativas dentro da sociedade sobre a carga do indivíduo pensado coletivamente.

O ponto caricatural nos traz este esboço do humor nas cifras do exagero do caricaturado na representação dos seus estereótipos culturais dentro da sociedade ou da coletividade que nele faz sentido. Em outras palavras, no caso do judeu, ele será satirizado, por exemplo, pelos exageros dos traços da barba, o negro pelos lábios volumosos ou pelo cabelo crespo, o japonês através do olho, e assim sucessivamente, à medida que quando a imagem chegar à sua recepção ela possa ser identificada e causar o riso através das suas significações que se compreendem dentro de um coletivo que as aceitam e as recebem. Não estamos com isso demonizando o caricaturista, na expressividade de como manipula seu material caricatural em detrimento de qualquer grupo. Muitas vezes, o humor que deveria denunciar o contraste atua como ambiguidade moral que acaba por consolidar a imagem do estereótipo. Determinada caricatura pode expressar uma crítica à insegurança social dos roubos de propriedade privada, por exemplo. Porém, a partir de sucessivas representações desses roubos serem realizados por negros, que em determinado espaço temporal é visto como supostamente “inferior” e mais propenso ao crime, isto poderá deflagrar dentro do organismo social a conclusão equivocada de que o negro é naturalmente um ladrão.⁶² Dessa forma, a construção da imagem denota os elementos que nela estão inseridas.

Rui Zink vai ao encontro a esta observação quando propõe que a “caricatura, anedota, sátira são os termos favoritos para apreender uma impressão global do outro”⁶³. Esse conjunto de forças que se estabelece por esta forma de riso se torna subversiva, pois coloca a unidade de países, religiões ou traços étnicos em constante segregação. Mas, se essas expressões caricaturais generalizantes de estereótipos culturais são erradas, por que estão enraizadas e tidas como uma “profecia” da atitude ou característica de certos grupos? Talvez este seja o ponto de consolidação desta questão. Todos nós sabemos dos equívocos das generalizações, mas nem por isso algumas imagens deixam de satirizar o judeu, por exemplo, como um povo avarento. Assim, após Segunda Guerra Mundial – mesmo antes existindo a caricatura do judeu - com os frequentes pedidos de indenização material pelos traumas sofridos na guerra abriu-se margem para o público caricaturá-lo como “avarentos” e “oportunistas”. Portanto, quando vinculada à notícia do pedido de indenização sobre as sequelas do Holocausto, por

⁶² Deligne nos apresenta o exemplo de Reiser que ao apoderar-se do assunto do direito ao prazer sexual da mulher pode parecer colocá-la como promíscua, porém a relação de Reiser é com o jogo de poder entre a violência sofrida pela mulher e uma crítica a truculência policial que enxergava “todas umas safadas e só tem o que merecem” (*Ibid.*, p. 42).

⁶³ ZINK, Rui. Da bondade dos estereótipos. In: LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, humor e caricatura: A questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 47.

exemplo, cairá na concordância do senso comum aliada àquela ideia de avareza e que dará legitimidade ao traço de distinção do humor com relação ao judeu.

Como elegemos o judeu em nível de comparação caricatural, por significar em escala global seu humor satírico ligado, entre outras, a avareza, traremos como exemplo o estudo de Marcela Gezé, sobre as caricaturas de judeus na imprensa de Buenos Aires entre os anos de 1930-1940. Em um recorte sugestivo para entendermos o lugar do judeu na sociedade, a autora estuda *Clarinda, Revista Mensual de Propaganda Argentina y Contrapropaganda Roja* (1937-1945), que foi um importante instrumento que “estandardizaram um tipo humano, fixando-o na memória coletiva”⁶⁴. Gené pensou o contexto vivido pela Argentina neste recorte temporal, sob a ótica de grupos antisemitas que tinham um discurso político de demonizar a figura do judeu no imaginário popular e, com isso, por meio das caricaturas, encontraram um elemento gráfico que possibilitou em grande escala esse objetivo que, no sentido da análise da autora permitiu a caricatura como forma expressiva de propaganda de estigmas de uma “caça aos judeus”⁶⁵. Os elementos que envolviam a construção da imagem desse povo davam a tônica da simbologia que deveria pairar na sua imagem negativa através de representações deste grupo como animais peçonhentos ou bactérias que subentendem um desprezo social e uma “alternativa” de aniquilação, assim como com o uso de inseticidas⁶⁶. O judeu era propagandeado como um grande mal a ser erradicado e “a presença da população judaica representava para eles, segundo uma ideologia na *eugenia social*”⁶⁷.

Maria Luiza Tucci Carneiro mostrou esta questão política no seu livro *O Anti-semitismo na Era Vargas*. Apesar do nosso foco não ser a figura do judeu, ela estabelece uma referência para abarcarmos as outras formas de propaganda ou assimilações dos chamados “indesejados” ou mesmo do sentido de “raça”. A autora enfatiza como a imagem do judeu foi forjada no âmbito da Era Vargas, caracterizando-o por um elemento inassimilável onde “carregavam consigo a imagem estereotipada do ‘falso cristão’, ‘do judeu explorador’, ‘agiota’ e ‘ambicioso’”⁶⁸. Carneiro ainda complementa que ao colocarem o judeu como sinônimo de perigo nacional e ao empregarem uma linguagem antisemita estavam

⁶⁴ GENÉ, Marcela. Construindo o “inimigo da nação”: caricaturas de judeus na imprensa de Buenos Aires (1930-1935). In: LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, humor e caricatura: A questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 441.

⁶⁵ *Ibid.*, p. 442.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 447-449.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 445. [Grifo nosso]

⁶⁸ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*. 2ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 419.

expressando “[...] uma mentalidade racista fortemente influenciada pelas teorias em voga na Europa”⁶⁹.

Sobre a questão das “anomalias” representadas na forma do judeu – como o nariz – tem também suas raízes no desejo de tornar a figura deste grupo como “repulsiva e degenerada”. Nesse momento, Carneiro cita a visão caricatural da *Careta* no traço do judeu. Sobre os estereótipos do seu espectro que provinha desde a Idade Média como seres de cauda, chifres e diversas “anomalias”, diz:

Transportados para o século XX, tais estereótipos ganham forma humana através dos desenhos caricaturados do judeu, que passou a ocupar espaços da imprensa compromissada com o integralismo e nas revistas ilustradas do tipo *Careta*, *Cultura* e *Vamos Ler*. Unindo a “ideia estereotipada” à “imagem” deturpada do judeu, os meios de comunicação reforçaram junto à população brasileira atitudes de repulsa e desprezo pela sua figura.⁷⁰

Parecidamente, Carneiro assinala no seu estudo sobre os judeus aquilo que muitas vezes visualizamos com a temática racial, ou seja, como a representação desses grupos, tende a sugerir para a população uma regra de conduta ou de pertencimento, por conta da sua origem. Elucidando melhor, em nosso caso, a “raça” como explicação para aqueles que se apropriaram da sua ideia “degenerativa” para esclarecer os “problemas nacionais”, ausência de “progresso” em relação a outros países, “degeneração hereditária”, ou mesmo com uma interpretação ímpar aliada as necessidades de “homogeneizar” a nação.

A problemática se insere ao passo que as caricaturas muitas vezes são recheadas de estereótipos culturais que permitem uma generalização de grupos ou de uma *comunidade imaginada*. Isto é, os conflitos que envolvem grupos ou nações são reforçados nos estigmas dos estereótipos, como mostramos no caso dos judeus, mas há vários outros exemplos. Gostaríamos de oferecer rapidamente outros modelos para mediar nosso debate.

Não são raras as associações que o brasileiro faz com o português que, historicamente foi metrópole do Brasil por séculos de colonização e, no humor do estereótipo cultural negativo o brasileiro traveste o português - todo o português e não um grupo de portugueses - como ignorante ou intelectualmente inferior. Esta “questão nacional” tem como característica o humor chamado *stupid person* sendo

o que está em questão é a relação entre quem conta a piada e quem é o alvo da piada. Quase todos os povos escolhem outro para ser o tema preferênciada de suas

⁶⁹ *Ibid.*

⁷⁰ *Ibid.*, p. 422.

piadas. A relação com esse ‘outro’ é sempre mediada pelos processos de categorização, cristalização de imagens e classificação, inerentes à estereotipia.⁷¹

Esta problemática advém desde os conflitos da “herança portuguesa” em que os brasileiros atribuíam o atraso do Brasil devido à colonização de Portugal e não de ingleses, holandeses ou franceses, sendo os ibéricos – e também os espanhóis – considerados como péssimos colonizadores⁷². Este “atrito atlântico” perdurou na imprensa brasileira e portuguesa, onde frequentemente trocavam ofensas e provocações entre as nacionalidades. Como relata Lustosa, “Para os portugueses éramos botocudos, negros, selvagens e incultos. Diziam que ‘a terra dos negrinhos’ nação seria nada sem Portugal e que seu destino era uma nova São Domingos banhada de sangue no final do século XVIII por uma revolta de escravos”⁷³. Esta “lusofobia” cristalizou-se com o estereótipo cultural do português, que mediada pela sua proximidade histórica com a colonização, tornou-o a partir deste humor um alvo assegurado de risos entre as nações.

Partindo do humor entre outras nações, Zink oferece um exemplo de como o cômico depende da interação dos contrastes muitas vezes históricos de onde o riso foi forjado: “Sabes por que não deves rir quando um polonês se choca de bicicleta contra um muro? Porque pode ser que aquela seja a tua bicicleta”⁷⁴. O humor em cena nos introduz a cogitar o polonês como propenso a criminalidade e inferioridade. Por sua vez, no Brasil, a piada se construiria muito facilmente com o branco no lugar do alemão e o negro no lugar do polonês. Na construção do riso, ele poderia se fundamentar quando as notícias de jornais enfatizarem roubos onde destacaram a presença de indivíduos negros. Assim, o casamento perfeito na memória coletiva do estereótipo cultural estaria na associação em que os negros são mais propensos à criminalidade e, por consequência, justificaria a piada. As “memórias da nação” são chamadas à baila para justificar estas construções humorísticas. Na verdade, não há uma preocupação do roubo em si, mas quem foi responsável pela ação. A condição “racial” estaria acima dos fatores socioeconômicos, por exemplo, para explicar a criminalidade. Entendemos a diferença de propagação entre as piadas contadas, que podem ser modificadas e situarem-se por meio de sujeitos anônimos. Para as caricaturas que segundo Davies ‘se diferenciam de muitas formas

⁷¹ LUSTOSA, Isabel; TRICHES, Roberta. O português da anedota. In: _____ (org.). *Imprensa, humor e caricatura: A questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 266.

⁷² *Ibid.*, p. 251.

⁷³ LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2004, p. 32.

⁷⁴ ZINK, Rui. *Da bondade dos estereótipos*. *op.cit.*, p. 50. Diz o autor: “Assim, mesmo que a arrogância contra os poloneses não seja necessariamente uma característica do povo alemão, é essa a sensação que estes últimos têm quando constatarem a maneira como continuam a ser representados no repertório humorístico de seus vizinhos” (*Ibid.*, p. 51).

de piadas. Elas são objetos visuais e materiais compostos por um indivíduo específico para um grupo específico de indivíduos e, geralmente, só podem circular se houver um meio físico de reprodução, seja mecânico ou eletrônico”⁷⁵.

Contudo, o caricaturista tem a autonomia de críticas perante o político-social para conduzir uma ideia que vai significar um consenso editorial a partir do momento em que sua ilustração é publicada e, assim, configura-se a bagagem ideológica do impresso – ou do veículo da caricatura - no meio a que pertence, mesmo que a recepção da caricatura tenha um efeito diferenciado da ideia original do caricaturista. Por esta faceta é que percebemos o campo escorregadio deste processo humorístico, arraigado sobre a questão étnica e racial. Uma simples caricatura em que seu ilustrador pretende focar-se em um problema de desemprego ou de roubo - que são problemas sociais - pode configurar todo o humor numa crítica ao governo e suas ferramentas administrativas de sanar este problema. Porém, a partir do ponto que, conscientemente ou inconscientemente, o retrato da bandidagem ou do desemprego é um negro, colocado de forma repetitiva, por exemplo, há um signo sendo impresso para o receptor. Assim como aponta Davies “O ponto de vista do cartunista sobre a sua criação é importante, embora, é claro, não seja definitivo. Estamos em uma área onde os significados são escorregadios”⁷⁶. Esta repetição contribui para que o receptor sempre espere que determinados elementos signifiquem ações específicas.

Não acreditamos na neutralidade do caricaturista⁷⁷, seria o mesmo que pensar nos romances de Jorge Amado e Machado de Assis e dizer que não há elementos de críticas sociais do espaço temporal da vivência dos autores em relação à perseguição ao candomblé ou ao paternalismo, respectivamente. As obras desses autores não estão avessas ao mundo que os cercam. Na caricatura tende-se a uma semelhança estrutural, pois há uma crítica social que pode causar humor ou não e pode refletir a um acontecimento que envolve um coletivo. O limiar do uso do recurso humorístico muitas vezes traz para o caricaturista a reafirmação do

⁷⁵ DAVIES, Christie. Cartuns, Caricaturas e piadas: roteiros e estereótipos. In: LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, humor e caricatura: A questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 94. Por essa questão teórica que podemos compreender as facilidades de censura do material físico para a piada oral.

⁷⁶ DAVIES, Christie. *Cartuns, Caricaturas e piadas: roteiros e estereótipos. op.cit.*, p. 94.

⁷⁷ Um bom exemplo talvez seja o caricaturista mexicano José Guadalupe Posada. Conhecido por suas figuras icônicas das Calavera Catrina, seus traços buscavam retratar o social e sua visão sobre este. Denúncias sociais e preconceitos próprios são inerentes a posição desse caricaturista na confecção do seu material. Para Rafael Barajas, que se debruçou sobre o estudo de Posada, “o repúdio à dor e ao sofrimento humano está na origem das caricaturas em que denuncia a violência cotidiana, os abusos patronais, os excessos da polícia, a miséria do pobre e a violência dos revolucionários. No entanto, o humanismo de Posada não é nem de longe, perfeito, e sua obra contém erros de apreciação e juízos enviesados: com frequência ela reflete os preconceitos classistas, xenófobos e machistas de seu tempo” (BARAJAS, Rafael. Posada, cronista gráfico da identidade popular. In: LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, humor e caricatura: A questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 218).

conteúdo do estereótipo cultural engessado na sociedade. Vimos à propaganda antissemita na Argentina na década de 30 do século passado, as feições referentes aos judeus como barbas e nariz são evidentes, e hoje elas permanecem no humor caricatural, sob esses mesmos grupos. Isso não expressa que todo caricaturista se apropriará de um discurso antissemita ou fará uma apologia ao antissemitismo, mas “o que provoca nosso desconforto diante desses cartuns é o fato de essas imagens terem sido utilizadas em contextos muito perversos”⁷⁸ e ainda podem reafirmar antigos valores.

Destarte, nas dinâmicas dessa recepção humorística todos os elementos são de extrema importância para serem examinados. Segundo Davies, no caso dos irlandeses, eles são associados nas caricaturas não somente referente às suas vestes, mas à questões de classes sociais.⁷⁹ E é nas palavras de Bergson que esta prerrogativa se sustenta, pois “O que deve preencher certas exigências da vida comum, deve ter um significado social”⁸⁰. Igualmente, os estereótipos farão sentido na sociedade em que se compreende a sátira seja por preocupações históricas, de situações cotidianas, mas que detenham uma relação entre seus protagonistas. Victor Raskin também tentou explicar os mistérios dos risos e, para nós, a convergência com os estereótipos, “In any case, however, laughter is more often than not the expression of the feeling of funniness. Independently of their age, sex, social or economic status, culture, or epoch, people are capable of finding things funny, and laughing at them”⁸¹.

É nesta metodologia de análise que nos preocuparemos em identificar a “questão racial” nos traços da caricatura da *Careta*. O contexto em que raça e cor estão inseridas que proporcionaram aos caricaturistas fazerem este resgate da imagem arraigada na cultura brasileira como elementos “degenerados”, muitas vezes construídos pela potencialidade das teorias raciais, eugenia e de um preconceito latente que guiou a sociedade brasileira. Por estas e outras, tornou-se impossível enxergar esse contexto a partir do prisma de autores que defendem a “democracia racial” como explicação para as relações raciais no Brasil. Na mesma linha de Velloso, nosso estudo procura remontar dentro do Brasil, e sua *comunidade imaginada*, a criação de estereótipos raciais, físicos, morais, sejam eles do negro ou do imigrante japonês:

Os estereótipos oferecem elementos cognitivos e identitários capazes de organizar ideias e produzir referências de autoconhecimento e ação para os diferentes grupos sociais. Nesse sentido, estão fortemente ligados à questão da constituição das

⁷⁸ DAVIES, Christie. *Cartuns, Caricaturas e piadas: roteiros e estereótipos*. *op.cit.*, p. 113.

⁷⁹ *Ibid.*, p.117.

⁸⁰ BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre o significado do cômico*. *op.cit.*, p. 21.

⁸¹ RASKIN, Victor. *Semantic mechanisms of humor*. Dordrecht: D. Reidel, 1985, p. 1-2.

identidades nacionais e de pertencimento, inscrevendo-se em um contexto de acirradas disputas.⁸²

Complementando, Luiz de Aguiar Costa Pinto, ao analisar os estereótipos do negro na sociedade carioca, considerou sua compreensão em que,

as imagens, explicações, ideias ou sistemas de ideias que, generalizando o resultado de experiências parciais e limitadas, caracterizam o conteúdo a-lógico de nossos pensamentos, julgamentos e ações, imagens e explicações que tendem a se fixar e permanecer, resistindo à revisão crítica e racional.⁸³

Esta projeção dos grupos que se formam pelo estereótipo traz características próprias de como parte do organismo social vai enxergá-los. Assim, as opiniões que se construíram sobre o negro, por exemplo, somam-se ao conjunto da visão que se tem dele na sociedade. Para integrar nosso pensamento, o autor estabelece que estes estereótipos são “resultantes de experiências anteriores, parciais e frustradas, e de uma interpretação *útil* dessas experiências – sua consolidação e propagação dificulta a aquisição de novas experiências, pela inércia que opõe à revisão do estabelecido e à aceitação de inovações”⁸⁴.

Dagoberto José da Fonseca, no livro, *Você conhece aquela?: A piada, o riso e o racismo à brasileira*, auxilia-nos a pensar a relação entre a produção do humor com os estereótipos culturais que se aprofundam nas culturas, em nosso caso, especialmente nas relações etnorraciais. Ao tratar da piada, ele afirma que “é um discurso informal que fomenta preconceitos, estereótipos e discriminações etnorraciais, mas também denuncia a existência dessas distorções sociais”⁸⁵. Elas também operam como denúncia, pois a partir das análises das caricaturas percebe-se o jogo imagético entre a realidade, construída por meio das diferenças sociais, e como elas se legitimam nas relações dos atores históricos ao longo dos anos. Ilustradores como Storni e J. Carlos ao desenharem as situações raciais estão além do humor, indicando aquilo que notavam no seu cotidiano. Por isso, cabe a nós confrontar o que diz a bibliografia sobre a “questão racial” no Brasil, neste período, e tentar abranger como estes humoristas do desenho também percebiam as relações que os circundavam. Temos aí mais que caricaturas, há também um olhar da realidade.

⁸²VELLOSO, Mônica Pimenta. A mulata, o papagaio e a francesa: o jogo dos estereótipos culturais. In: LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, humor e caricatura: A questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 369.

⁸³ COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. *O Negro no Rio de Janeiro: Relações de Raças numa Sociedade em Mudança*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953, p. 195.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 199. [Grifo do autor].

⁸⁵ FONSECA, Dagoberto José. *Você conhece aquela?: a piada, o riso e o racismo à brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 12.

Porque Storni faria uma caricatura sobre concursos de beleza e colocaria mãe e filha de cor negra sob o título de “Doce esperança” trazendo à tona a impossibilidade do reconhecimento de uma negra como padrão de beleza daquela época? Essa construção humorística foi feita com base em que? Como a eugenia pensava esses concursos e quem construía esse tipo de padronização da beleza humana, tangenciando o aspecto do branqueamento contra a negritude ou mestiçagem? Por trás dessa caricatura há um extenso debate que iria desde Renato Kehl à Roquette-Pinto. Também, um colóquio findado nos estereótipos culturais que se encontravam no seio de uma sociedade verticalizada na sua formação etnicorracial. Citando novamente Fonseca,

As piadas devem ser interpretadas com base na leitura de seus códigos e por meio da contextualização histórica de suas mensagens, das origens e dos fins sociais que as fizeram emergir dos subterrâneos ou do vértice mais alto da pirâmide social⁸⁶.

Trabalharemos com diversas dessas imagens que fazem esta denúncia nos capítulos que compõe esta pesquisa Ademais, nossos capítulos tentarão este esforço de compreender a discussão da eugenia no Brasil e sua vinculação com o “pensamento racial”, que pairava em uma parcela da intelectualidade, sociedade e política brasileira. Utilizando como fonte a revista *Careta*, de grande recepção da época, perceberemos como as caricaturas são ótimas fontes do período que possibilita abranger um pouco mais da construção “racial” que se fazia no Governo Provisório.

Efetivamente a construção dos nossos capítulos tomam a seguinte forma. No primeiro capítulo não entramos diretamente nas fontes, pelo contrário, buscamos fazer uma digressão ao século XIX, mais propriamente a Francis Galton, o criador da eugenia. Nosso objetivo com esse capítulo possui duas vertentes. A primeira é de traçar a formulação da eugenia e interpretar por meio da produção intelectual de Galton seu contexto de criação e suas posições enquanto cientista. Isso ajudará a contribuir quando pensarmos o caráter multifacetado que a eugenia será tomada em várias partes do mundo, sobretudo no Brasil e, por consequência, na análise da *Careta*. Em um segundo momento deste capítulo, refletimos sobre a questão conceitual da eugenia e da sua concepção como "pseudociência" para a historiografia após a Segunda Guerra Mundial. Isso significa que pensamos o tema fora dos preconceitos e juízo de valores das consequências da aplicação da eugenia como medida draconiana no final do século XIX e, sobretudo, nos decênios iniciais da década de 1930. Sendo assim,

⁸⁶ *Ibid.*, p. 31.

consideramos fundamental entremear essa discussão para nos capítulos seguintes o leitor compreender "o que" e "como" entendemos a eugenia.

O segundo capítulo está dividido em quatro tópicos e propõe uma reflexão da eugenia em termo de Brasil durante diferentes enfoques. Pela temática do nosso trabalho estar reservada a questão de cor e raça, procuramos sempre dar prioridade a este objetivo. Sendo assim, trataremos como o mote racial foi pensado por determinados intelectuais como Silvio Romero, Raimundo Nina Rodrigues, Manoel Bomfim e Euclides da Cunha, na virada do século XIX para o XX. A posição de um dos maiores propagandistas da eugenia no Brasil, Renato Kehl e sua ação desde o final da década de 1910 será analisada no item dois, assim como no item três o pensamento de Edgard Roquette-Pinto, na tentativa de demonstrar a pluralidade do pensamento eugênico no Brasil. E, no final, entrando em nossas caricaturas, notaremos como no Governo Provisório a questão da eugenia foi elevada na discussão política e social.

O terceiro capítulo nos traz dois itens que convergem com nossas fontes. No primeiro nos debruçamos sobre as questões mais técnicas da *Careta*, no que compreende sua difusão, seu corpo editorial, suas publicações e aqueles que faziam parte em nosso período. Também fizemos algumas discussões sobre imprensa, caricaturas e humor para embasar nossa forma de enxergar as caricaturas. O segundo item adentramos diretamente nas análises das caricaturas e crônicas, em vista de perceber no recorte das publicações da *Careta* no Governo Provisório o debate que se fazia de eugenia, cor e raça. Nesse item, sobretudo, selecionamos as caricaturas que procuravam dar um enfoque a um "tipo nacional", algo muito debatido nesse período em vista de uma padronização do "povo brasileiro" em seu aspecto racial. Nessa mesma linha de raciocínio ressaltamos caricaturas que elencaram o negro em níveis inferiores em suas posições sociais e econômicas em relação ao branco.

O último capítulo pretende tratar de dois aspectos que consideramos essenciais para a relação racial e a eugenia: o negativismo da cor negra e a cor relacionada à criminalidade. As caricaturas e crônicas balizam o sentido de marginalidade que a questão de cor direcionava àqueles que não eram brancos. Veremos, nestes casos, a impossibilidade de uma negra conseguir ter sua filha vencedora em um concurso de beleza, a dificuldade do negro de entrar na política nacional, as piadas em relação a cor da pele, as aparições do negro marginalizado como estereótipo do bandido, as referências da eugenia na concepção de loiras e morenas ou mesmo das posições matrimoniais de Hitler na Alemanha Nazista, entre outras.

Nesta pesquisa está entre nossos objetivos pensar qual a posição das caricaturas e crônicas da *Careta* em relação a eugenia, cor e raça. Refletir sobre o debate no Governo

Provisório de Getúlio Vargas os sentidos entre identidade nacional e questão racial. Perceber em diferentes níveis da sociedade o debate sobre eugenia, contribuir na linha da historiografia da eugenia na ênfase de mais uma evidência do seu caráter polimorfo, a partir da análise de produções intelectuais e das nossas fontes.

CAPÍTULO 1

FRANCIS GALTON, A EUGENIA E OS PARADIGMAS DO SEU TEMPO.

1. O “PAI DA EUGENIA” NA CIÊNCIA DO SÉCULO XIX.

“Quem quiser saber, ao certo, o que vem a ser Eugenia, precisa ler Galton no original”.

ROQUETTE-PINTO.⁸⁷

A cidade de Sparkbrook, em Birmingham, na Inglaterra, foi um local de íntima ligação para a família de Francis Galton (1822-1911). Em suas memórias, descreve esta aproximação por meio da genealogia paterna, onde Samuel Galton (1753-1832) (avô) e Samuel Tertius Galton (1783-1844) (pai), estiveram intimamente ligados. Este também foi o local do seu nascimento em 16 de fevereiro de 1822.⁸⁸

A justificativa em traçar essa pequena genealogia de Galton nos remete a importância de seus parentes na sociedade que compunham. Seu avô era um membro da chamada Sociedade Lunar, que contava com a participação de aristocratas e cientistas da época. Além do avô Samuel Galton - que era um “homem de ciência” e um respeitado “homem de negócios” -, participavam desta o Dr. Erasmus Darwin (1731-1802) (médico e avô de Charles Darwin e Francis Galton), o químico e geólogo James Keir (1735-1820), o botânico e médico William Withering (1741-1799), Matthew Boulton (1728-1809) (fabricante de produtos de metal que posteriormente foi parceiro de James Watt (1736-1819) na produção de máquinas a vapor), por exemplo. Como salientou Galton, apesar da sociedade ser composta por poucos participantes, ela possuía um alto requisito para a seleção de seus membros.⁸⁹

Esta sociedade científica da qual os avôs de Galton participavam não era uma exceção da Inglaterra⁹⁰. Sua importância além do diálogo científico sugere uma preocupação dos “homens de ciência” e propriedades em torno do diálogo entre eles e, conseqüentemente, para a

⁸⁷ ROQUETTE-PINTO. *Seixos rolados – estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado e Cia., 1927, p. 167.

⁸⁸ GALTON, Francis. *Memories of my life*. London: Methuen & CO, 1908, p. 2. Para mais detalhes da árvore genealógica de Francis Galton ver também: BULMER, Michael. *Francis Galton: pioner of heredity and biometry*. Maryland: The John Hopkins University Press, 2003, p. 2; GILLHAM, Nicholas Wright. *Sir Francis Galton: From African exploration to the birth of eugenics*. New York: Oxford University Press, 2001, p. 14.

⁸⁹ *Ibid.*, p. 3.

⁹⁰ Cf.: Robert Schofield nos fornece outros exemplos, como: “Manchester Literary and Philosophical Society, a Derby Philosophical Society, a Literary and Philosophic Society of Newcastle-on-Tyne, and philosophic clubs in Liverpool, Bristol, Leeds, and many other places” (SCHOFIELD, Robert E. The Industrial Orientation of Science in the Lunar Society of Birmingham. In: *Chicago Journals*. Isis, Vol. 48, No. 4 (Dec., 1957), p. 409).

disseminação do conhecimento e avanço científico-social-industrial da época. Os colóquios dessa sociedade geraram aproximação de pesquisas e técnicas do que estavam realizando nos campos que atuavam. Prova disso são os interesses em comum como o de James Watt e Matthew Boulton, no que concerne ao maquinário a vapor. Mesmo com uma evidente preocupação aos problemas industriais, as conversações contribuíram para uma exploração da ciência, no seu sentido geral. Para Robert Schofield, “no consideration of the relationship between science and technology during the early years of the industrial revolution can afford to ignore the activities of the Lunar Society”⁹¹.

A pesquisadora Jenny Uglow escreveu uma interessante obra sobre os homens que participaram da Sociedade Lunar, destacando a importância tamanha para o avanço do conhecimento. Contextualmente, a autora faz uma referência sugestiva, para aquela atmosfera que surgia no país:

Science was popular because it was 'gentlemanly' and cultured, and like all crazes it produced its share of jokes. But it was also a great spur to industry, helping Britain to surge ahead of other European nations. As professors and savants brought their improved mathematics and theoretical knowledge of chemistry, minerals, heat or hydraulics to bear on the ad hoc wisdom of old crafts, so the artisans developed new processes and technologies at an astonishingly accelerated rate. The manufacturers among the Lunar men pounced on the new findings. Their ambitions were unbounded: 'I hate piddling you know', wrote Wedgwood, who also declared that he would 'surprise the World with wonders'.⁹²

Seu avô, além da ciência, era um grande empreiteiro nos negócios, com destaque à suplementação em grande escala de armas para o exército durante a guerra. Conhecido como o “Capitão da indústria”, fundou um banco de auxílio nos tempos de batalha e prosperou em suas finanças. Essa posição, descrita pelo próprio Francis Galton, coloca-o em um grau importante daquela localidade de Birmingham, bem como para a Inglaterra de modo geral. Notamos a influência do seu avô no que tange a sua formação e, portanto, seu apreço e curiosidade pela ciência.

Citamos Charles Darwin (1809-1882) em parágrafos anteriores, e não por acaso enfatizamos o laço familiar entre ele e Francis Galton. Isso pode ser demonstrado pelo próprio Galton em suas memórias ao transparecer o pleno orgulho em fazer parte da família. Do outro lado da árvore genealógica ele cita Dr. Erasmus Darwin, - membro da Sociedade Lunar - e o parentesco com o que ele chamava de *the great naturalist*. Ele ratifica como sua carga genética parecia ser “especial”, pois além do próprio Galton teria formado outro grande cientista na

⁹¹ *Ibid.*, p.415.

⁹² UGLOW, Jenny. *The Lunar Men: The Friends Who Made the Future 1730-1810*. London: Faber & Faber, 2003, p. XVI-XVII.

família em diversas gerações. Em suas palavras diz que: “*His hereditary influence seems to have been very strong*”⁹³, se referindo ao Dr. Erasmus Darwin. Uma frase que pode parecer casual em um livro de memórias revela uma crença de Galton, que será estudada nesse trabalho e que motivou parte da sua vida na busca de identificar os “bem-nascidos”, ou conceitualmente, a eugenia. Como notou Nicholar Gillham, Erasmus Darwin publicou várias contribuições sobre os estudos de plantas e foi sempre visto por Galton com grandes admirações.⁹⁴

De fato, Galton era crente na contribuição de sua família ao longo das gerações para a ciência, estatística e poesia⁹⁵, e não à toa, os familiares de Galton acreditavam que ele possuía certa aptidão para a ciência, em especial, a medicina. Investiu em medicina no King's College Medical School, em Londres, mas parece não ter apreciado o curso, mesmo com um ótimo histórico. A mudança veio em 1840, quando se matriculou no curso de matemática na *Cambridge University*.⁹⁶

Desde suas passagens na *Cambridge University*, até suas viagens ao Egito, Sudão e, posteriormente, sob o auspício da *Royal Geographical Society* a outros lugares da África, como a região da África do Sul, Namíbia e Botsuana, relatados nos livros *Narrative of an Explorer in Tropical South Africa*⁹⁷ e *The Art of Travel*⁹⁸, nos trazem à tona os contatos de Galton durante o período do seu amadurecimento intelectual. Um caso que chama a atenção foi do seu contato com Herbert Spencer (1820-1903), que contribuirá para o pensamento do darwinismo social e das conceituações do nosso trabalho, no que diz respeito às “evoluções das raças humanas”. Uma interessante relação entre Spencer e Galton aconteceu quando ambos escreveram em um periódico denominado *The Reader*. Juntamente com Huxley, que ficou responsável por escrever fisiologia, e Spencer, a filosofia, Galton articulou as questões inerentes a “Viagens e Geografia”, devido a sua experiência exploratória. O jornal acabou não publicando por mais de um ano com problemas financeiros e encerrou suas atividades. A criação de um periódico,

⁹³ GALTON, Francis. *Memories of my life. op.cit.*, p. 6-7.

⁹⁴ GILLHAM, Nicholas Wright. *Sir Francis Galton: From African exploration to the birth of eugenics. op.cit.*, p. 16.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 11.

⁹⁶ Cf.: KEVLES, Daniel J. *In the name of eugenics: genetics and uses of human heredity*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1985, p. 7.

⁹⁷ Esta obra é uma narrativa de viagem da trajetória de Galton no Sudoeste africano. Ele pôde entrar em contato com a fauna e flora da região, bem como povos do local, como Ovampos, Damaras, Namaquás, entre outros. Seu relato como viajante/explorador nesta fase da sua vida ajuda-nos a compreender a formação do seu pensamento perante outras civilizações, tendo em vista a sua carga cultural e maneira como enxerga os outros povos. Suas anotações de viagem renderam-lhe posteriormente uma medalha de ouro pela *Royal Geographical Society*. Cf.: GALTON, Francis. *Narrative of an Explorer in Tropical South Africa*. London: John Murray, Albemarle, 1853.

⁹⁸ Cf.: GALTON, Francis. *The Art of Travel*. London: John Murray Albermale Street, 1860.

mesmo em um curto espaço de tempo e com expoentes científicos da época, mostra a interação, sua inserção na ciência e o reconhecimento de Galton com os pares.⁹⁹

Por este contexto, percebemos parte da influência que Galton teve, desde sua família até suas atividades no início de sua formação acadêmica. Essa trajetória abrange um homem da ciência por excelência, dedicando-se também como viajante, estatístico, matemático e geógrafo. Parece agora o momento de entrarmos mais especificamente no contexto da eugenia, e sua influência propriamente dita nas formulações científicas que corroboram com o pensamento acerca da raça e hereditariedade, que passou vigorar com mais ênfase na segunda metade do século XIX. Posto isso, optamos em adentrar nas obras mais importantes de Galton, em que sua tese do “talento hereditário” encontra-se em desenvolvimento e nos permitirá compreender suas observações sobre a eugenia. Nesta tentativa de examinar os estudos de Galton, nos focaremos em quatro obras que se apresentam como importantes fontes, com espaços temporais significativos e amadurecidos da eugenia: *Hereditary Talent and Character* (1865), *Hereditary Genius* (1869), *Inquiries Into Human Faculty and its Development* (1883) e *Essays in Eugenics* (1909).

A escolha de trabalhar com as citadas obras, e não outras, passa por um rigor de seleção da nossa análise, que não tem a intenção de se apropriar na direção de uma “biografia” de Galton, mas de estudar suas inquirições no que diz respeito a eugenia, hereditariedade, sua posição enquanto ciência de uma época e, incluso nesta redoma, a “questão racial”.

Sendo assim, a primeira, trata-se de artigo denominado *Hereditary Talent and Character*, o qual podemos considerar como um estudo primário de Galton sobre os traços hereditários. A segunda, em formato de livro, *Hereditary Genius*, desenvolveu e ampliou a discussão do artigo anterior e efetiva o nascimento do pensamento do “talento por meio da hereditariedade”, para muitos o ideal sobre eugenia - mesmo sem cunhar o conceito ainda - está ali. A terceira obra, *Inquiries Into Human Faculty and its Development* nos interessa porque foi neste momento que Galton cunha o termo “eugenia”. Apesar de trabalhar as proposições do retrato composto, há uma maturidade conceitual na sua teoria eugênica, isto é, a eugenia para Galton começa a tomar um corpo teórico mais desenhado e complementando as posições sobre o “talento hereditário”. Por fim, a última obra é *Essays in Eugenics*, que nos trará no fim da vida de Galton um entendimento de toda a fase da sua proposta hereditária e da eugenia. Acreditamos que ao término da análise poderemos entender a importância da eugenia para este trabalho e sua contribuição para as pesquisas na temática, tendo em vista a busca por

⁹⁹ GALTON, Fancis. *Memories of my life. op.cit.*, p. 168.

compreender o pensamento de Galton, que muitas vezes é interpretado com certos reducionismos.

Na obra de Nancy Leys Stepan, *A hora da eugenia: raça gênero e nação na América Latina*, a autora salienta a contribuição de *A origem das espécies* (1859), de Charles Darwin, para a empreitada de Galton no estudo da hereditariedade humana, sendo estas, “agrupadas de nova maneira, constituiriam o cerne da eugenia: a importância da variedade hereditária na reprodução doméstica, a sobrevivência do mais apto na luta pela vida e a analogia entre reprodução doméstica e seleção natural”¹⁰⁰. Seguindo essa pista, *Hereditary Genius* compila as ideias mais concisas sobre o que viria a ser a eugenia projetada por Galton, fazendo-se uma obra indispensável para análise da temática. Entendemos, portanto, esta obra como incisiva na elaboração do “talento hereditário” por Galton e da eugenia como um todo.

A origem das espécies exerceu uma forte influência para Galton no desenvolvimento da sua teoria da evolução social. De fato, a proximidade pelo parentesco pode ter um significado relevante aos estudos dos dois cientistas, mas deve-se ressaltar o distanciamento de ambos no trato de suas especificidades científicas. Como naturalista do seu tempo, a obra de Darwin desempenhou grande influência para os pares da época, não só na reinterpretação de teorias Lamarckistas e a resignificação das noções do uso-e-desuso, como também acerca de questões pontuais como evolucionismo e hereditariedade, em que está última serviu como modelo para todos os defensores da eugenia.

Em estudos correntes do período, muitos atribuem apenas a Darwin o início da teoria da evolução, mas vale ressaltar a própria afirmativa do autor, da contribuição com uma teoria em desenvolvimento. Em tempo, ele demonstra as formulações Dr. Well (1813) e Sr. Matthew (1831) de que, para Darwin, o precederam no trato com a evolução das espécies.¹⁰¹ Hobsbawm ao versar sobre ciência em *A Era do Capital* apontou que o próprio conceito de evolução, apesar de novo, era familiar há décadas.¹⁰²

Este estudo não tem o anseio de uma discussão metodológica sobre a validade ou as novas perspectivas historiográficas da sua obra clássica, porém temos o compromisso na ênfase de examinar uma ciência em desenvolvimento, que contribuiu para a ampliação das pesquisas do seu tempo, gerando novas expectativas a partir de sua elaboração, como por exemplo, o darwinismo social e a eugenia. *A origem das espécies* carrega um fardo em seu próprio nome

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 30.

¹⁰¹ DARWIN, Charles. *A origem das espécies*. 4ª. ed. Tradução de John Green. São Paulo: Martin Claret, 2004, p. 19-22.

¹⁰² HOBBSAWM, Eric J. *A era do Capital, 1948-185*. 5ª. ed. Tradução de Luciano Costa Neto. São Paulo: Paz e Terra, 2011, p. 383.

no envoltório da discussão da “origem” quando colide com *By means of natural selection or the Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life*¹⁰³, ou seja, Darwin falava de uma origem das espécies por meio da seleção natural. Fica claro que a recepção do livro no seu tempo gerou um direcionamento nos estudos e, ao citarmos o darwinismo social de Herbert Spencer e a eugenia de Francis Galton, estamos elaborando formulações de uma ciência situada em meados do século XIX. Doravante, veremos a procedência dos diálogos entre os pesquisadores, que não por acaso comunicavam entre si, como pares da ciência. Ainda assim, recorreremos ao *best-seller* de Darwin quando for necessário, para complementar as análises que concernem ao contexto entre Galton e o naturalista inglês.

De modo geral, o impacto da tese de Darwin contribuiu para diversas controvérsias e interpretações teóricas sobre sua aplicabilidade no meio social. Nas memórias de Galton, ao tratar sobre seus estudos acerca da hereditariedade, é possível identificar a importância das pesquisas de Darwin para suas formulações e para o contexto científico da época. Diz Galton:

The publication in 1859 of the Origin of Species by Charles Darwin made a marked epoch in my own mental development, as it did in that of human thought generally. Its effect was to demolish a multitude of dogmatic barriers by a single stroke, and to arouse a spirit of rebellion against all ancient authorities whose positive and unauthenticated statements were contradicted by modern science.¹⁰⁴

O destaque dessa produção por Galton traduz sua consideração da autoridade no tratamento com a hereditariedade. A importância de Darwin para Galton pode ser corroborada mediante as trocas de correspondências entre ambos. Em suas memórias percebemos essa comunicação quando Galton salienta a estima por seu primo aconselhá-lo sobre seus escritos em *Art of Travel*, que para ele, “I cannot resist quoting the following letter from my cousin Charles Darwin, the great naturalist, whose opinion as the author of the Voyage of the Beagle was naturally valued by me most highly”¹⁰⁵. A página seguinte é enfática ao colocar a resposta de Darwin sobre seus escritos¹⁰⁶, pela linguagem é perceptível a proximidade entre ambos, o que não significa que em suas pesquisas individuais sobre hereditariedade tenham tido plena concordância.

¹⁰³ Cf.: DARWIN, Charles. *Origin of species by means of natural selection, or The preservation of favored races in the struggle for life*. New York: P. F. Collier, 1902.

¹⁰⁴ GALTON, Francis. *Memories of my life. op.cit.*, p. 287.

¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 162.

¹⁰⁶ Em resposta a Galton, segue o trecho da carta de Darwin: "Down, jan. 10, ?1855 "My dear Galton, I received your kind present yesterday. I always thought your idea of your Book a very good one, and that you would do it capially, and from what I have seen my forethought is, I am sure, quite justified. I hope that your volume will have a large sale, but what I fully expect is that it will have a long sale, and if you save from some disasters half a dozen explorers, I feel sure that you will think yourself well rewarded for all the trouble your volume must have cost you. Believe me, my dear Galton, yours very truly, C. Darwin" (*Ibid.*, p. 163).

Nesse “divisor de águas científicas”, observa-se como a aproximação teórica de Darwin com Galton tornou-se profícua, mas não duradoura. Darwin procurou esboçar a teoria de transmissão dos caracteres, conhecida como “pangênese”, na crença de que esta era um mecanismo de transmissão hereditária por meio das “gêmulas”, que seria transferido de pai para filho e poderia ser alterada pelo ambiente. Em suma, o trabalho era impreciso, e pelos estudos dos caracteres, o meio ambiente não poderia influenciar na carga hereditária para viabilizar a teoria da melhoria das raças. Podemos ressaltar o ímpeto de Galton em demonstrar seu experimento na carta a Darwin a seguir. Em 12 de maio de 1870, Galton relata:

Meu estimado amigo Darwin. Boas notícias “coelhísticas”! Um coelhinho das últimas ninhadas tem uma pata branca. [...] {O}s filhotinhos se aglomeraram mostrando apenas a parte traseira e a cabeça, mas, em algum momento, o pé. A mãe recebeu uma transfusão cinza e branco, e o pai, de preto e branco. Isso, lembre-se, é de uma transfusão de apenas 1/8 parte de sangue estrangeiro em cada pai e mãe; agora, depois de muitos experimentos fracassados, melhorei muito o método de operação e estou começando a fazê-lo nas outras jugulares de meu estoque. Ontem operei dois que estão passando bem hoje e que agora têm 1/3 de sangue estrangeiro em suas veias. *No sábado espero obter sucesso ainda maior, e continuarei adiante, não importa quantos coelhos eu faça perder a vida, até obter pelo menos 1/2 de sangue estrangeiro. O experimento não é justo para a Pangênese, enquanto eu não chegar lá.*¹⁰⁷

Na biografia sobre Galton, Karl Pearson (1857-1936), pesquisador e amigo do eugenista, nos diz que a partir desses experimentos do cientista acerca das pangêneses reduziram os contatos entre Darwin e Galton, encontrando após esse período pouco material da comunicação entre ambos.¹⁰⁸

Autor de *In the name of eugenics: genetics and uses of human heredity*, Daniel Kevles acredita que a formulação de Darwin pela pangênese por meio das gêmulas e as experimentações de Galton com coelhos, possibilitaram acreditar que os caracteres poderiam ser passados de geração para geração. Não vinculados a Galton, os estudos de August Weismann reforçaram a ideia do “germoplasma”, o que daria respaldo das transmissões de caracteres para os postulados do que viria a ser a eugenia.¹⁰⁹

Como pontuou Valdeir Del Cont, esta crença na teoria da pangênese de Darwin poderia receber tratamento especial, e que através das gêmulas resultaria em uma possibilidade de comprovação empírica desta herança. Isto, para o autor, que ao citar Galton, diz que ele

¹⁰⁷ BURKHARDT, Frederick; EVANS, Samanta, PEARN, Alison. *A evolução: cartas seletas de Charles Darwin, 1860-1870*. Tradução Alzira Vieira Allegro. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 280-281. [Grifo nosso].

¹⁰⁸ Cf.: PEARSON, Karl. *The life, letters and labours of Francis Galton*. v. 2. Cambridge: University Press, 1924, p. 156.

¹⁰⁹ KEVLES, Daniel J. *In the name of eugenics: genetics and uses of human heredity*. *op.cit.*, p. 18-19.

[...] propôs a sua teoria da herança em estreita sintonia com o desenvolvimento do debate biológico em curso, no sentido de oferecer um procedimento científico que, pela utilização de instrumental laboratorial e matemático/estatístico, pudesse identificar as unidades responsáveis por determinadas características e criar procedimentos de controle reprodutivo selecionadores das características que representariam o melhoramento genético do ser humano.¹¹⁰

Galton estava decidido ao estudo da hereditariedade, o que posteriormente colocou-a como uma possível solução para a “melhoria racial humana”. Apesar de *Hereditary Genius* ser sua obra mais famosa, seu esboço inicial pode ser constatado em seus escritos denominado *Hereditary Talent and Character* (1865).¹¹¹ Para Galton:

I find that talent is transmitted by inheritance in a very remarkable degree; that the mother has by no means the monopoly of its transmission; and that whole families of persons of talent are more common than those in which one member only is possessed of it.¹¹²

Assim sendo, estamos diante da geneses das formulações eugênicas, e que “They are only a part of much material I have collected, for a future volume on this subject”¹¹³. Por isso, a vontade em aprimorar a hereditariedade torna-se peça chave para compreendermos as preposições dos “bem-nascidos”. Galton acreditou que da mesma maneira que os criadores de animais domésticos tiveram a inquietação em dominar o aprimoramento das raças e animais selvagens e domésticos, o ser humano também deveria ser motivo de estudo e preocupação nesse sentido.¹¹⁴ Dessa forma, Galton sugere, inclusive, a atenção do homem para a criação de cães preservando as características intelectuais como variante para raça.¹¹⁵

Stepan salienta as conclusões de Galton que direcionavam para que o sucesso intelectual seria herdado e não adquirido em “outras oportunidades sociais”¹¹⁶. O próprio Galton seria um exemplo dessa prerrogativa. Afinal, era descendente de uma família de grande prestígio, ligado a família Darwin desde seu avô Erasmus Darwin, bem como primo Charles Darwin, do qual considerava sua obra de extrema influência. Somado a isso vale lembrar sua ascendência vitoriana e parentescos com Edwood. Enfim, justamente pela sua

¹¹⁰ DEL CONT, Valdeir Donizete. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. *Scientiae Studia*. São Paulo, v. 6, n. 2, 2008, p. 203.

¹¹¹ GALTON, Francis. *Hereditary Talent and Character*. *Macmillan's Magazine*, vol. 12, 1865, p. 157-166. Disponível em <http://galton.org/essays/1860-1869/galton-1865-hereditary-talent.pdf>

¹¹² *Ibid.*, p.157.

¹¹³ *Ibid.*

¹¹⁴ Charles Darwin, principalmente nos primeiros capítulos de *A origem das espécies*, utiliza as criações de raças domésticas em comparação com as selvagens para explicar a seleção natural. Este dado chama-nos a atenção ao lermos o discurso de Galton, enquanto preocupado com uma “evolução” das raças humanas.

¹¹⁵ GALTON, Francis. *Hereditary Talent and Character*. *op.cit.*, p. 158.

¹¹⁶ STEPAN, Nancy L. *A hora da eugenia: raça gênero e nação na América Latina*. *op.cit.*, p. 33.

genealogia e suas condições econômicas e sociais parecia que Galton acreditava também estar entre os chamados "bem-nascidos".

Para o fundador da eugenia, os traços intelectuais e de caráter poderiam ser encontrados nas crianças e observados em qualquer um dos seus pais. Haveria, então, casos de que pais com grandes caracteres tenham filhos “mediócras”, porém as características dos pais são combinadas e pode acontecer da característica benéfica (intelectual ou moral) ser neutralizada.¹¹⁷ Galton acreditava que esse caráter ou talento especial sofre outras influências, mas no momento de sua publicação ainda são obscuras para ele. Dessa forma, percebemos que a trajetória porvindoura da dedicação à hereditariedade, e posteriormente à eugenia, será fruto de desenvolvimento.

Ao se inclinar sobre dados biográficos de alguns nomes que considerava de grandes características hereditárias, pôde concluir que “that when a parent has achieved great eminence, his son will be placed in a more favorable position for advancement, than if he had been the son of an ordinary person”¹¹⁸. O autor salientou que se o indivíduo estiver inserido nas classes privilegiadas pode receber mais cedo um incentivo ao estudo e terá mais chances de prosperar. As classes mais baixas encontram-se por si só desanimadas e teriam dificuldades para ascender-se. Como um exímio estatístico, Galton propôs formulações para identificar nesses dados biográficos as ramificações das gerações intelectuais dos sujeitos estudados.¹¹⁹

É evidente que no curso daquela ciência em desenvolvimento, indivíduos como Galton e Pearson se enquadravam como agentes produtores de ciência e de um diálogo científico. Stepan nos diz que “Galton encarnava posição bastante convencional em uma tradição científica reconhecida e era membro de pleno direito, por assim dizer, do *establishment* científico”¹²⁰. Destarte, parece equivocado julgar pré-disposições científicas em elaboração e em diálogos com pares do período, sendo frutos de “pseudociências”. Galton formulava suas pesquisas científicas a partir dos argumentos que detinha na época tendo em vista um viés que considerava da “evolução humana” e de suas formações, entre elas a estatística. Apresentando receptividade favorável ou contra pelos pares, ainda sim era um agente da ciência. Neste pensar, exercia sua contribuição com a disponibilidade científica que tinha. Em seu primeiro

¹¹⁷ GALTON, Francis. *Hereditary Talent and Character*. *op.cit.*, p. 158-159.

¹¹⁸ *Ibid.*, p. 161.

¹¹⁹ Como mostrou Kevles, “Galton assumed that talent was normally distributed - that deviations in either direction from the mean talent of the population would follow the Gaussian distribution. He used the law to try estimate the number of de men of genius - and of exceptional stupidity - among the British population of 1860” (KEVLES, Daniel J. *In the name of eugenics: genetics and uses of human heredity*. *op.cit.*, p. 14).

¹²⁰ STEPAN, Nancy L. *A hora da eugenia: raça gênero e nação na América Latina*. *op.cit.*, p. 33.

volume da biografia de Galton, Pearson diz na introdução a importância de Galton para o período, comparando-o a grandiosidade de seus feitos científicos a uma paridade com Darwin, e complementa nas páginas seguintes:

If my view be correct, Erasmus Darwin planted the seed of suggestion in questioning whether adaptation meant no more to man than illustration of creative ingenuity ; the one grandson, Charles Darwin, collected the facts which had to be dealt with and linked them together by wide-reaching hypotheses; the other grandson, Francis Galton, provided the methods by which they could be tested, and saw with the enthusiasm of a prophet their application in the future to the directed and self-conscious evolution of the human race.¹²¹

Donald Mackenzie, ao estudar a eugenia na Inglaterra, estimou a importância desta para o próprio desenvolvimento da ciência do período, afinal, ela não florescia a parte do conhecimento científico geral, e contribuiu para novas perspectivas de outros saberes. Nas palavras de Mackenzie:

“Psychological testing and psychometric theories were developed primarily by men with eugenic convictions (Galton, Charles Spearman, Cyril Burt). Thus, the science of the eugenicists made a considerable impact on the scientific and intellectual development of twentieth-century Britain”¹²².

Assim, quando Galton chama atenção para o estudo biográfico de indivíduos importantes e seus parentes que embasam o “sucesso hereditário”, estamos à frente de uma tentativa de comprovação da sua argumentação, pautadas nas evidências que o mesmo encontrara. Em *Hereditary Talent and Character*, Galton se mostrou incerto sobre como as leis hereditárias funcionariam em sua totalidade, mas acreditava que ainda havia muitas coisas para conhecer. Assim, pôde definir que a transmissão do talento também necessitaria de uma harmonia para dar resultado na prole ao notar que nem pessoas consideradas “mediócras” pertenciam a famílias “bem dotadas”. De geração para geração, homens e mulheres ilustres em união poderiam passar seus caracteres para seus descendentes, e estes poderiam receber como herança suas qualidades que os destacaram no social. Quanto a isso, diz Galton que, “If a twentieth part of the cost and pains were spent in measures for the improvement of the human race that is spent on the improvement of the breed of horses and cattle, what a galaxy of genius might we not create!”¹²³. A convicção de que as leis da seleção natural de Darwin poderiam ser pensadas no aspecto humano parecia evidente.

¹²¹ PEARSON, Karl. *The life, letters and labours of Francis Galton*. v.2. Cambridge: University Press, 1924, p. VII.

¹²² MACKENZIE, Donald. Eugenics in Britain. *Social Studies of Science*. University of York-UK, v. 6, n. 3/4, 1976. p. 500.

¹²³ *Ibid.*, p. 165-166.

Além das formulações sobre a hereditariedade, Galton inicia a elaboração do conceito entre “espécies de seres humanos”, em outras palavras, ele começa a classificar os tipos humanos – negros, judeus, ciganos, indígenas – e suas caracterizações, bem como essas “espécies humanas” serão dotadas por características próprias.¹²⁴ Nesse momento devemos fazer um parêntese. Apesar de muitas vezes elegermos o negro como condição de análise em volta da eugenia no Brasil, isso não deve ser entendido como um princípio motriz da eugenia de Galton ou da Inglaterra. Estes, mediante ao seu tempo tinham suas visões “racistas”, mas elas não devem ser interpretadas como o efeito da teoria. Elas, como se refere Mackenzie, são um “acidente” das suas preocupações: “Doubtless British eugenicists, like Britons in general at this time, held 'racist' views, but these prove largely incidental to their eugenic concerns”¹²⁵.

Esse tipo de análise anatômica e antropológica do homem fará parte e estudos no século XIX, juntamente com a Antropologia Criminalista sob a gerência de Cesare Lombroso (1835-1909). Ao lado de Enrico Ferri (1856-1929), Raffaele Garofalo (1851-934) e outros intelectuais, a escola italiana de antropologia criminalista fez frente nas pesquisas na segunda metade do século XIX.¹²⁶ Essa escola ganhou interpretações também no Brasil, com a Escola de Direito de Recife e com o famoso médico Raimundo Nina Rodrigues.¹²⁷

Esta discussão levará ao próximo passo de nossa análise galtoniana, que se tornará frequente nas discussões posteriores: a apreciação das “raças humanas”. Galton observava, por exemplo, nos índios americanos a apatia, e notava em seus hábitos uma forma não apropriada, mediante a sua definição de moralidade ou mesmo de “atraso social”. Galton enxergava o “Outro” através da sua lente cultural e sua bagagem interpretativa do que seria o “ideal humano” para o progresso da sociedade. Daí entende-se como concebe a invasão espanhola como um traço colaborativo para aquelas civilizações, pois segundo ele, “The

¹²⁴ *Ibid.*, p. 320.

¹²⁵ MACKENZIE, Donald. *Eugenics in Britain. op.cit.*, p. 501.

¹²⁶ . Cesare Lombroso, na segunda metade do século XIX, defendia a tese de que a criminalidade estaria associada a fatores como fisionomia, raça, doenças ou hereditariedade, por exemplo. Ele teve recepção por parte da ciência na virada do século XIX e nas primeiras décadas do XX, inclusive no Brasil. Ou seja, por meio da biotipologia seria possível identificar propensos criminosos podendo, inclusive, coibi-los. O termo “biotipologia” foi cunhado por Nicolau Pende, que também se fez valer nos estudos da biotipologia no Brasil. Com base nas medidas antropométricas, saía na defesa na busca das diferenças entre os indivíduos. Cf. GOMES, Ana Carolina Vimieiro. A emergência da biotipologia no Brasil: medir e classificar a morfologia, a fisiologia e o temperamento do brasileiro na década de 1930. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.* Belém, v. 7, n. 3, 2012, p. 705-719.

¹²⁷ Lília Schwarcz nos lembra da faculdade de direito da segunda metade do século XIX no Brasil e sua inclinação para com as questões da criminologia. Schwarcz cita a *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito* que no ano de 1893 enxergava que a nova escola de Lombroso, Garofalo e Ferri representavam “a modernidade no combate desse fenômeno tenebroso conhecido pelo nome de crime” (RADFDR, 1893 apud SCHWARCZ, Lília. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. op.cit.*, p. 209).

Spaniards had to enforce the common duties of humanities by positive laws. They are strangely taciturn”¹²⁸.

Essa linha de pensamento levará Galton a colocar o desenvolvimento das nações em pauta. Mas o que é nação na segunda metade do século XIX? Como podemos interpretar as “espécies humanas” e o “desenvolvimento das nações” com base no contexto do Galton e do que se entende por pertencer a uma nação? Este texto introdutório de Galton nos levou a essas indagações.

A historiografia acerca da temática do nacionalismo e nacionalidade é extensa, e percorrer por esse campo pode nos levar a caminhos que ultrapassem o objetivo do nosso trabalho, cometendo reducionismos e análises exacerbadas de anacronismos dos quais não fazem parte da nossa proposta. Dito isto, nos atentaremos aos modelos do século XIX, buscando entender como Galton percebia o sentido de nação mediante ao contexto em que vivia, afinal, sabe-se que para ele, os anglo-saxões detinham uma melhor hereditariedade e produziam mais intelectuais, artistas e diversos talentos, comparados a outras civilizações. Ao passo que colocarmos Galton nesse debate com o termo “nação”, analisaremos também suas afirmações no que diz respeito ao sentido de nação e hereditariedade.

Primeiramente, “nação” possui seus aspectos individuais em contextos sociais, temporais e geográficos, o que dispõe de uma compreensão mais elaborada por nós na tentativa de traçar características que compunham o tempo de Galton, e nos remeta a um entendimento sobre seus escritos e interpretações, mediante ao contexto da Inglaterra neste período.

O historiador inglês Eric Hobsbawm debate a importância no século XIX da língua e raça, para trazer ao inglês um sentimento de uma “origem híbrida (bretões, anglo-saxões, escandinavos, normandos, escoceses, irlandeses, etc.) e orgulhar-se da mistura filológica de sua língua”¹²⁹. Dessa forma, a tentativa de explicar a raça arraigada ao sentido de nação torna-se um sustentáculo do pensamento de alguns cientistas e intelectuais. Com o advento da Revolução Industrial e a importância do papel que desempenhou a Inglaterra nesse ínterim parecia evidente para alguns o espírito progressista e sobressaído dos ingleses, comparado a outras sociedades. Como ressaltado anteriormente, Galton viajou para diversos países, entre eles Egito e Síria, ou seja, não podemos dizer que ele apenas conhecia os seus limites

¹²⁸ GALTON, Francis. *Hereditary Talent and Character*. *op.cit.*, p. 320.

¹²⁹ HOBBSAWM, Eric J. *Nação e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 132.

geográficos de Birmingham ou da Inglaterra, afinal, ele fez contato com outras sociedades, que sugestionam-nos suas impressões com relação à vivência de cada uma delas.

Hobsbawm assinala que nação e governo não estavam ligados até 1884, e sendo assim, muito do que se entendia de nação estava atrelada a descendência, ou seja, para o autor, o significado de nação na época de Galton não tinha o mesmo significado moderno. Segundo “o New English Dictionary em 1908, o velho significado da palavra contemplava principalmente a unidade étnica, embora seu uso recentemente indicasse mais a ‘noção de independência e unidade política’”¹³⁰.

Benedict Anderson¹³¹ oferece uma informação que coaduna com este sentido de nação. Ao estudar a obra de Donald Eugene Smith, *India as a secular state*, e Percival Spear, *India, Pakistan and the West*, depara-se com o caso de Thomas Babington Macaulay, que se tornou presidente – por volta de 1834 - do comitê de educação pública em Bengala. Macaulay tinha a missão de implementar um sistema educacional totalmente em inglês na Índia, que para ele, criaria “uma classe de pessoas, indianas no sangue e na cor, mas inglesas no gosto, na opinião, na moral e no intelecto”¹³². De certo, nota-se na primeira metade do século XIX uma postura sobre a influência da hereditariedade na formação intelectual, moral ou opinião. Havia um modelo de nação inglesa que almejavam reproduzir com o imperialismo, e sendo eles os conquistadores, nada mais “lógico” do que mostrar esta superioridade. Por isso, como expõe o excerto citado, existe uma crença de que os indianos são de certa forma inferiores aos ingleses e, para Anderson, “ninguém na plena posse das suas faculdades negaria o caráter profundamente racista do imperialismo oitocentista inglês”¹³³.

Para entendermos melhor o processo de reconhecimento do termo “nação” do século XIX, e compreender suas peculiaridades com relação ao “Outro”, Hobsbawm aponta três critérios que permitiriam um povo ser firmemente classificado como nação. Em suma, são eles:

- a) associação histórica com um Estado existente ou com um Estado de passado recente e razoavelmente durável; b) a existência de uma elite cultural e longamente estabelecida, que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito; c) a capacidade de conquista.¹³⁴

¹³⁰ *Ibid.*, p. 30-31.

¹³¹ ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

¹³² SMITH, 1963; SPEAR 1949 apud ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. *op.cit.*, p. 136-137.

¹³³ *Ibid.*, p. 140. Cf.: ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 235.

¹³⁴ HOBBSWANM, Eric J. *Nação e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. *op.cit.*, p. 49.

Para a Inglaterra, seu passado era consolidado, e o advento do espectro de uma herança a se orgulhar e cultivar não era um problema, pelo contrário, a língua e a tipografia exerceram papéis significativos¹³⁵ na sua consolidação. A existência de uma elite hegemônica, solidificada e aportada por um poder administrativo e literário, não era uma dificuldade para a Inglaterra, ainda mais para Galton, um homem que representava as elites aristocratas e de heranças vitorianas. Ao menos, no engatinhar da eugenia de Galton, ainda é válido o argumento de Mackenzie de que “Thus, eugenic thought drew on resources present in the culture of Victorian Britain”¹³⁶. Isto quer dizer que não podemos interpretar a experiência eugênica de Galton como a mesma para todos os países ou para as gerações posteriores dentro da própria Inglaterra. A eugenia de Galton representa a vivência dentro do seu contexto social, quando outros grupos ou gerações se apropriaram da eugenia, esta foi moldada segundo as necessidades desses grupos e contextos. Em outras palavras, a adoção da eugenia em outras épocas e contextos pode ser entendida como a necessidade de responder perguntas e ideologias específicas de um tempo que foge das aspirações iniciais de Galton.

Com relação ao excerto de Hobsbawm devemos nos atentar ao último item, e nesse caso, o autor faz uma ressalva pertinente, a saber, “Além disso, no século XIX, a conquista dava a prova darwiniana do sucesso evolucionista enquanto espécies sociais”¹³⁷. Assim sendo, entre os anos de 1830-1880 da era do triunfante liberalismo burguês, essas concepções de Estado-Nação estavam vinculadas ao progresso e à evolução humana. De outro modo, a nação e o progresso eram etapas a serem cumpridas para sua consolidação como sociedades hegemônicas. Essa conquista seria uma evidência de que dentro das chamadas “espécies humanas” a mais apta conquistaria a menos desenvolvida, uma analogia direta à seleção natural das espécies. Ao ligarmos a teoria de Darwin a partir da seleção natural com a conquista de povos por meio de “espécies humanas”, ressaltamos a argumentação da importância da ciência em desenvolvimento do século XIX, ao passo que se atribui uma comparação animal/vegetal para o ser humano. O que não se deve negar é que o viés social somado com os avanços das ciências trazia à tona uma diferenciação humana, em que o termo “raças” ganharia um peso importante na condução do entendimento das sociedades humanas.

¹³⁵ Entendemos como papéis significativos e não como fundamentais. Seguimos os escritos de Hobsbawm (1990) e Anderson (2008) no que delimita a tipografia e a língua como contribuintes para a construção do entendimento do sentido de “nós” para os ingleses. Sobretudo, existem outros fatos que devem ser levados em conta para a consolidação de uma nação e entender o sentimento que emanaria nos sujeitos pertencentes a ela mediante ao contexto e período estudado.

¹³⁶ MACKENZIE, Donald. *Eugenics in Britain*. *op.cit.*, p. 503.

¹³⁷ *Ibid.*, p. 50.

O florescimento das ciências ocupa um espaço referencial dentro do século XIX. Esse avanço científico era concomitante aos anseios da burguesia¹³⁸, da qual respaldava um suposto sucesso de sua gerência e civilização. Não é exagero pensar que esses “homens da ciência” arraigados a um *status* prestigioso dentro dos holofotes da época acreditavam que viviam em um tempo de progresso contínuo. Hobsbawm nos lembra do importante físico William Thompson (Lord Kelvin) que pensava “que todos os problemas básicos da física haviam sido resolvidos, e só alguns problemas menores ainda precisavam ser solucionados. Ele estava, como sabemos, redondamente enganado”¹³⁹.

Essa gama científica que se desenvolvia foi evidenciada por nós por meio da Sociedade Lunar e como o próprio Galton rememora esses eventos destacando sua importância no período. Podemos citar eminentes homens da ciência, como, por exemplo, os naturalistas Charles Darwin, Richard Owen, Alexandre Von Humboldt e Jean-Baptiste de Lamarck, físicos assim como John Dalton, Franz Ernst Neumann, Pierre Curie e Michael Faraday, na química podemos exemplificar os sucessos de Thomas Graham, Friedrich Wöhler e Louis Pasteur, apenas para citar alguns. Hobsbawm nos lembra de outros nomes relevantes, tal qual Thomas Robert Malthus e Adolphe Quételet, que desenvolveram papéis fundamentais para seus enfoques nas análises científicas.¹⁴⁰

Com todo o progresso científico em curso, não tardou para a recepção das teorias raciais entrarem em voga. Como dito antes, se os animais e as plantas poderiam ser classificados em uma cadeia evolutiva, porque o homem não poderia receber uma classificação, ou ainda, ser colocado em uma pirâmide evolutiva que justificasse as diferenças físicas, morais e sociais? É compreensível que nesse limiar a ciência do século XIX buscasse cada vez mais compreender o mundo que a cercava.

Com os estudos das “classificações humanas” surgindo no contexto do século XIX, o termo “raça” logo ganhou espaço entre os estudos científicos, inclusive para Galton. Deve-se fazer uma observação sobre a associação entre a argumentação da “questão racial”. Para Benedict Anderson os sonhos do racismo, na verdade, têm a sua origem nas ideologias de classe, e não na ideia de nação: sobretudo nas pretensões de sangue “azul” ou “branco”, entre as aristocracias. Assim, não admira que o reputado pai do racismo moderno seja, não qualquer

¹³⁸ Cabe a seguinte nota: “Havia muitos industriais inteligentes, de espírito experimentador, e até mesmo cultos, que lotavam as reuniões da Associação Britânica para o Progresso da Ciência, mas seria um erro supor que eles representavam o conjunto de sua classe” (HOBSBAWM, Eric J. *A era das Revoluções 1789-1848*. 25ª. ed. Tradução de Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p. 299).

¹³⁹ HOBSBAWM, Eric J. *A era do Capital, 1948-185*. *op.cit.*, p. 381.

¹⁴⁰ Cf.: HOBSBAWM, Eric J. *A era das Revoluções 1789-1848*. *op.cit.*, p. 445; HOBSBAWM, Eric J. *A era do Capital, 1948-185*. *op.cit.*, p. 379-416.

nacionalista pequeno-burguês, e sim Joseph Arthur, o conde de Gobineau (1816-1882). E tampouco admira que, no geral, o racismo e o antissemitismo se manifestem dentro, e não fora, das fronteiras nacionais. Em outras palavras, eles justificam mais a repressão e a dominação interna que as guerras com outros países.¹⁴¹

Mesmo “raça” tendo sido empregada de outras maneiras ao longo da história – e daí a nossa preocupação com a semântica e conceito contextual da palavra, como abordaremos no tópico subsequente -, o termo, como pondera Lilia Moritz Schwarcz, é introduzido na literatura especializada no começo do século XIX, por Georges Cuvier (1769-1832).¹⁴² Para esta autora, o caso de Gobineau – um dos maiores expoentes do pessimismo racial - foi um exemplo de como as “raças” poderiam ou não contribuir para o progresso da humanidade, e seus respectivos estágios de civilização.¹⁴³ No que tange aos arianos, por exemplo, na sua obra *Essay sur l'inégalité des races humaines* (1884) percebemos que estes são para ele “*un jour, en audace et en intelligence, tout ce que les autres civilisations avaient jamais pu exécuter*”¹⁴⁴. No caso dos indígenas para os estudos de Gobineau “*D'autres, au contraire, en faisant sonner bien haut des déclamations contre ce vice, reprochent à la race qui en est atteinte un développement monstrueux de l'égoïsme, d'où résultent les habitudes les plus follement féroces*”¹⁴⁵. Na perspectiva de Hannah Arendt, Gobineau nada mais fez que transformar uma opinião em elaborada doutrina histórica, que era aceita de modo coletivo entre a nobreza da França.¹⁴⁶ Não parece restar dúvida de que as diferenças entre “raças” dos seres humanos e sua tentativa de diferenciá-las e estudá-las caracteriza um espaço próprio dentro do século XIX.

O que a princípio aparenta algo sem respaldo, Hobsbawm nos apresenta o argumento do crânio do Homem de Neanderthal descoberto em 1856. Esta é uma demonstração de que a ciência descobria indícios da ancestralidade do homem, que diversificava até da ideia vinculada a religiosidade de um ancestral comum, que por consequência, inflamava os

¹⁴¹ ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. *op.cit.*, p. 209.

¹⁴² SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. *op.cit.*, p. 63.

¹⁴³ *Ibid.*, p. 80.

¹⁴⁴ GOBINEAU, M.A. de. *Essay sur l'inégalité des races humaines*. 10ª. ed. Paris: Librairie de Firmin-Didot ET CIE, 1884, p. 2.

¹⁴⁵ *Ibid.*, p. 252.

¹⁴⁶ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. *op.cit.*, p. 241. Com Gobineau, completa Hannah, “a ideologia racista completou o seu primeiro estágio, iniciando o segundo, cujas influências seriam sentidas até a década de 20 do século XX”. (*Ibid.*).

debates. Este ponto, em especial, se ramificou no andar do século XIX na figura das controvérsias entre os chamados monogenistas e poligenistas.¹⁴⁷

Os ingleses, por esse viés, estariam delimitados em sua *comunidade imaginada* como uma “espécie humana” avançada e, por isso, “ser” inglês para alguns cientistas como Galton era estar à frente de outros povos dos quais consideravam inferiores. Hobsbawm lembra de que “esta inferioridade era comprovada porque, de fato, a ‘raça superior’ era superior pelo critério de sua própria sociedade: tecnologicamente mais avançada, militarmente mais poderosa, mais rica e mais ‘bem-sucedida’”¹⁴⁸. Este argumento não nos traz surpresas ao ser empregado para a colonização, como vimos com Macaulay, isto na verdade seria uma justificativa até mesmo de consciência para a exploração de outros povos.

Como cita Hannah Arendt, o racismo vem antes da Alemanha Nazista e só exerceu o poder que teve devido a um pensamento que comungavam vários países e refletia em uma opinião pública. Nesse sentido, as ideologias “raciais” que tiveram maior proeminência nas doutrinas nacionais estariam ligadas a uma luta econômica de classe ou uma luta natural entre “raças”¹⁴⁹. No que tange a chamada “luta natural” o sentido político tornou-se uma arma que endossaria a discussão em prol de interesses próprios de um grupo ou de uma nação. Nem Hitler, nem Galton, “inventaram” o racismo, ele existia na sociedade muito antes travestida de um molde de “racismo imperialista”, usado na conquista de povos contra povos. A ideologia “racial” foi uma arma para alguns nacionalistas e não o contrário.

Mediante nossa proposta de contextualizar o panorama científico-social de Galton, não podemos ir além do contexto dos termos “raça” e nação do século XIX. Após este panorama,

¹⁴⁷ A visão monogenista dominou até meados do século XIX e fora pensada por aqueles que se pautavam nas escrituras da bíblia, que propunha uma existência única para a humanidade. Tendo em vista a prerrogativa da criação, a partir dela a humanidade teria se desenvolvido. Na visão poligenista que surge a partir do século XIX, parte da fundamentação de que existiam vários locais de surgimento do homem, o que explicaria a diferenciação racial. Assim sendo, ao invés de se pautarem na legitimidade bíblica para uma única formação do homem, acreditavam que por meio da ciência poderiam enfatizar a orientação poligenista dando legitimidade a esta. Ver: SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. *op.cit.*, p. 64-65.

Para uma discussão mais elaborada sobre ciência e religião no século XIX, bem como a ciência contestando o “monopólio” da “verdade” sobre as coisas que detinha a religião, ver: HOBBSAWM, Eric J. *A era dos Impérios 1875-1914*. 9ª. ed. Tradução de Sieni Maria campos e Yolanda Steidel de Toledo. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 393-416. Assim como Buffon, outros foram culminantes para o desenvolvimento da teoria poligenista, a exemplo do jurista Cornélio de Pauw, que contribuiu com o desenvolvimento conceitual de “degeneração humana”. Ressaltam-se as contribuições de Montesquieu, que ao passo que se opõe ao modelo escravista, adere às questões deterministas climáticas para explicar a diferença na força de trabalho entre os seres humanos e, por conseguinte, formular que apesar dos homens nascerem iguais acredita que em alguns países “ela esteja baseada num motivo natural e é necessário distinguir precisamente esses países daqueles em que os próprios motivos naturais os rejeitam como nos países da Europa, onde ela foi tão felizmente abolida” (MONTESQUIEU, 1985 apud HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p. 115).

¹⁴⁸ HOBBSAWM, Eric J. *A era dos Impérios 1875-1914*. *op.cit.*, p. 402.

¹⁴⁹ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. *op.cit.*, p. 233-234.

nos compete entrarmos mais especificamente no pensamento eugênico de Galton, que será formulado no livro *Hereditary Genius* e que pode nos ajudar a perceber o reflexo deste sentido de pertencimento de nação, atrelado ao contexto da eugenia.

Podemos dizer que esta é a obra clássica de Galton que o projeta para os estudos da eugenia e hereditariedade, sendo uma das fontes iniciais para a compreensão do estudo galtoniano. Stepan, enseja apropriadamente a importância de *Hereditary Genius*, em que é “considerado o texto seminal da eugenia”¹⁵⁰. Souza, em seu estudo sobre Renato Kehl e a eugenia “negativa” no contexto brasileiro, versa que o escrito de Galton “introduziu um conjunto de ideias que, em 1883 ele denominou de eugenia, ‘a ciência da hereditariedade humana’”¹⁵¹. Seguiremos na mesma linha de estudos. Publicada em 1869 esta obra tornou-se uma etapa fundamental para o entendimento das ideias de Galton e do que viria a ser nominalmente conhecido em 1883 como eugenia. Portanto, buscaremos uma análise mais profunda destes escritos para prestar nossa contribuição a historiografia da eugenia.

Quatro anos após a publicação do *Hereditary Talent and Character* na *Macmillan's Magazine* em 1865, Galton dedicou-se a aprimorar e condensar sua teoria em um livro que não somente continua com o seu estudo sobre a hereditariedade, como complementa seu pensamento de que seja possível analisar as habilidades humanas derivadas de heranças hereditárias. Em outras palavras, se as características físicas são herdadas e poderiam ser verificadas, a herança intelectual e moral também poderia. De fato, foi isso que ele pretendeu investigar. De tal modo, por um estudo de famílias, o autor pretendeu demonstrar que um “gênio” - em um número grande de casos - provém de genes com características notáveis. Para Galton, a própria história daria indícios da grandiosidade de alguns homens:

I am sure that no one who has had the privilege of mixing in the society of the abler men of any great capital, or who is acquainted with the biographies of the heroes of history, can doubt the existence of grand human animals, of natures pre-eminently noble, of individuals born to be kings of men.¹⁵²

Em um tempo em que as grandes biografias eram destinadas à exaltação e mitificação de reis, nobres e militares, não nos impressionam que no contexto do século XIX a visão de Galton esteja direcionada nesse rumo. Assim, parecia suficiente para suas projeções escolher os grandes nomes que permearam na história e traçar sua linha hereditária familiar para mostrar como a “grandiosidade de suas ações” os seguiam hereditariamente por gerações. O

¹⁵⁰ STEPAN, Nancy L. *A hora da eugenia: raça gênero e nação na América Latina*. *op.cit.*, p. 30.

¹⁵¹ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *A Política Biológica como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. *op.cit.*, p. 9.

¹⁵² GALTON, Francis. *Hereditary Genius*. *op.cit.*, p. 24.

próprio autor fundamenta sua tese da herança em seus estudos biográficos, portanto, fica fácil imaginar suas conclusões por uma visão biográfica de “homens vitoriosos e talentosos”.

Para tanto, Galton tentou mostrar nomes proeminentes nas mais diversas áreas do conhecimento, bem como seus traços familiares, para fomentar o talento hereditário. Alguns exemplos podem ser constatados como juízes ingleses (Heneage Finch e Robert Forster); estadistas (Mirabeau e Cromwell); comandantes (Alexandre, O grande e Napoleão); escritores (Irving e Bossuet); cientistas (Aristóteles, Bacon, Newton e Buffon); poetas (Goethe e Milton), Músicos (Beethoven e Mozart); pintores (Raffaello e Bellini), entre outros. Estes representam indivíduos considerados eminentes e contidos nos anexos de *Hereditary Genius*, que podem ser tomados como uma evidência para Galton dos traços de sucessos hereditários.¹⁵³

Agora podemos ampliar o viés de Galton para o sentido de “raça” e nação. Em toda a obra é evocada aproximações naturais no quesito “raça” e atreladas com comparações às raças de animais como cachorros, por exemplo. Galton parecia acreditar que havia uma maneira de controlar a hereditariedade em função da busca das melhores “raças humanas”. Estas “raças” estariam organizadas em nações, sendo cada nação peculiar de suas características individuais. Nesse momento, a análise percorre trilhas mais delimitadas e inicia a formulação das comparações “raciais” em prol de uma seleção do que seria a “melhor espécie humana”.

A comparação entre a “raça negra” com a “raça anglo-saxão” nos fornece o rumo de nossa investigação ao examinarmos as obras de Galton. O cientista inglês foi enfático nas comparações das “raças” em destacar a variante intelectual entre negros e anglos-saxões, isto é, para ele, a “raça negra” muito raramente conseguiria criar homens eminentes na sociedade ao estilo de François-Dominique Toussaint Louverture¹⁵⁴. Mais ainda, na classificação de Galton, os melhores níveis de intelectualidade negra em comparação com os anglo-saxões seriam de nível médio. Um negro nível E ou F (considerado como alta eminência) seria nada mais que um nível C ou D (média eminência) entre os anglo-saxões, e entendeu que a “raça negra” estaria dois níveis intelectuais abaixo do anglo-saxão. Deixemos as próprias palavras de Galton tomar forma: “In short, classes E and F of the negro may roughly be considered as

¹⁵³ Galton explica que, “The number of cases of hereditary genius analysed in the several chapters of my book, amounts to a large total. I have dealt with no less than 300 families containing between them nearly 1,000 eminent men, of whom 415 are illustrious, or, at all events, of such note as to deserve being printed in black type at the head of a paragraph. If there be such a thing as a decided law of distribution of genius in families, it is sure to become manifest when we deal statistically with so large a body of examples” (*Ibid.*, p. 316).

¹⁵⁴ O Líder da Revolução Haitiana. Para Galton, “First, the negro race has occasionally, but very rarely, produced such men as Toussaint l’Ouverture, who are of our class F” (*Ibid.*, p. 338).

the equivalent of our C and D—a result which again points to the conclusion, that the average intellectual standard of the negro race is some two grades below our own”¹⁵⁵.

Por seu estudo, Galton chegou à conclusão da inferioridade negra em relação a outras “raças”. O livro *Hereditary Genius* será tomado como leitura por aqueles que desejaram entender ou aplicar a eugenia, inclusive neste sentido “racial”. Não estamos afirmando que a eugenia nos países onde foi aplicada possuía formas padronizadas, pelo contrário, ela terá sua particularidade em cada dispositivo social em que será empregada. Tanto é verdade que o negro, ou a “raça”, nunca foi o epicentro da discussão eugênica de Galton, mas uma consequência do seu postulado maior da hereditariedade. Deve-se sublinhar que apesar de Galton falar das “raças” e, conseqüentemente, do negro ela não corresponde a totalidade do seu pensamento. Como diz Kevles, “Galton was at best vague about the ethnological inquiries. Indeed, though his African travels had confirmed his standard views of "inferior races", racial differences occupied only a minuscule fraction of his writings on human heredity”¹⁵⁶. Elencamos o viés racial pelo objetivo do nosso trabalho, mas entendemos a pequena fração que isto representa para sua tese central da hereditariedade.

As viagens que o cientista inglês fez pela África e em outras localidades podem ter chamado a atenção na comparação dos aspectos raciais. Estas excursões trouxeram-lhe uma visão do que ele poderia considerar como desenvolvido ou não em termos de nação, desde a educação ao “progresso” dessas civilizações. Para isso, era suficiente que Galton olhasse através do que entendia como “avanços” de sua sociedade em comparação com as outras. Destarte, ao compreender a relação de um viajante branco se deparar com um líder negro, seria o estranhamento devido a sua própria noção do branco se colocando em um grau de superioridade ao dialogar com o negro.¹⁵⁷ Em seguida, Galton relatou o quão impressionado ficou com a “baixa intelectualidade dos negros” em suas viagens, inclusive chegando a destacar que às vezes tinha vergonha da própria espécie. Diz Galton, “I was myself much impressed by this fact during my travels in Africa. The mistakes the negroes made in their own matters, were so childish, stupid, and simpleton-like, as frequently to make me ashamed of my own species”¹⁵⁸. Ou seja, bem antes de pensar a eugenia, ele já carrega os aspectos do sentido de “raça” do seu próprio tempo.

Devemos ressaltar que as diferenças entre as “raças” e nações não compreendem apenas a negra e aos países africanos, pois, Galton também faz comparações com australianos

¹⁵⁵ *Ibid.*

¹⁵⁶ KEVLES, Daniel J. *In the name of eugenics: genetics and uses of human heredity. op.cit.*, p. 8.

¹⁵⁷ GALTON, Francis. *Hereditary Genius. op.cit.*, p. 339.

¹⁵⁸ *Ibid.*

e atenienses, e como a imigração contribui para uma possível “degeneração racial”. Também se posicionou sobre o casamento e a importância da seleção para o melhoramento da “raça”. Em todo o escrito, o livro corrobora com a ideia que posteriormente fundamentará a tese da eugenia. Essa primeira etapa contribuiu para a visão do seu escrito central da “pangênese” e o entrelaçamento das teorias de Darwin, sendo aplicadas em um sentido da hereditariedade humana em que seja passível de ser analisada e compreendida. Em suma, para ele, “the theory of Pangenesis brings all the influences that bear on heredity into a form, that is appropriate for the grasp of mathematical analysis”¹⁵⁹.

Hereditary Genius demonstra-nos sua importância na construção do pensamento eugênico. O termo propriamente dito, só aparece pela primeira vez em 1883, na obra *Inquiries into human faculty and development*, na qual Galton delineará mais especificamente o que seria a eugenia. Além de outras proposições, como a questão da doença mental e a criminalidade, a eugenia acaba por ganhar seu espaço e uma nomenclatura que estará carregada com a marca de Galton acerca dos seus estudos da hereditariedade.

Entre suas pesquisas, Galton esforça-se para observar o chamado “retrato composto”¹⁶⁰, e aqui ressalta-se uma fundamentação teórica criada por Galton acerca da recém cunhada “eugenia”. Ao usar o termo “eugenia”, o autor traduz em rodapé aquele que será um novo conceito científico, com um viés teórico próprio que o intitularia futuramente com o título de “O pai da eugenia”:

That is, with questions bearing on what is termed in Greek, *eugenes*, namely, good in stock, hereditarily endowed with noble qualities. This, and the allied words, *eugeneia*, etc., are equally applicable to men, brutes, and plants. We greatly want a brief word to express the science of improving stock, which is by no means confined to questions of judicious mating, but which, especially in the case of man, takes cognisance of all influences that tend in however remote a degree to give to the more suitable races or strains of blood a better chance of prevailing speedily over the less suitable than they otherwise would have had. The word *eugenics* would sufficiently express the idea; it is at least a neater word and are generalised one than *viriculture*, which I once ventured to use.¹⁶¹

A criação do termo parecia uma ânsia por buscar uma palavra que sintetizasse suas ideias que vinham sendo formuladas há quase duas décadas, desde sua publicação na *Macmillan's Magazine*. Haja vista o desenvolvimento da sua teoria, ela poderia ser

¹⁵⁹ *Ibid.*, p. 372.

¹⁶⁰ Não nos cabe entrar nas especificidades do estudo do Retrato Composto de Galton tendo em vista a objetividade do nosso trabalho com relação à eugenia. Para tanto, os estudiosos porvindouros encontrarão uma rica fonte de análise no *Inquiries into human faculty and development* para o estudo do biótipo na segunda metade do século XIX.

¹⁶¹ GALTON, Francis. *Inquiries into human faculty and its development*. London: Macmillan and Co, 1883, p. 24-25.

entendida como o estudo de Galton sobre a hereditariedade, ou mesmo um viés dessa tese. Ao conceituar, ele nada mais fez do que condensar seus estudos sobre os “bem-nascidos” e colocá-las em um campo de uma carga teórica. Assim, quando se tratar da eugenia, ela representará a tese do “talento hereditário” de Galton. Sob esse prisma enxergamos a condição da importância entre a linguagem e o mundo que o circunda.

EUGENIA EM CONTEXTO CIENTÍFICO: PARADIGMA E HETEROGENEIDADE.

A cunhagem do termo que expressasse em um único conceito o que viria a ser a eugenia sinaliza uma tentativa de unificar por meio da semântica sua teoria. No excerto da aparição do conceito de “eugenia” podemos observar que o próprio autor clama por uma palavra que sintetizasse suas teorias hereditárias. A importância de delinear e lapidarmos o conceito de eugenia exercerá uma grande influência no seu emprego, nos âmbitos políticos e sociais do século XIX e XX, principalmente no que concerne ao caráter histórico-filológico. Apesar de resgatar um termo grego¹⁶², a carga conceitual empregada por Galton ultrapassa os padrões associados à Antiguidade, não só sob o rigor criterioso do tempo, mas também da ciência. A história dos conceitos de Reinhart Koselleck nos ensina que uma palavra pode ser definida pelo seu uso, mas o conceito deverá agregar o valor polissêmico em que “uma palavra se torna um conceito se a totalidade das circunstâncias político-sociais e empíricas, nas quais e para as quais essa palavra é usada, se agrega a ela”¹⁶³.

O que estamos propondo é que o conceito de eugenia, mesmo quando pensado em vários momentos, denote o sentido dos “bem-nascidos” e seu emprego político-social torne-se polissêmico mediante ao contexto social na qual ela é reproduzida. O historiador Souza relata um relevante argumento a este respeito, pois para ele, “a eugenia não foi um movimento homogêneo e singular”¹⁶⁴, pelo contrário, ela atendeu aos interesses próprios dos lugares onde foi aplicada e pensada. Assim, penalizar a teoria de Galton sobre a eugenia em decorrência as consequências do seu uso no século XX por alguns países seria um equívoco

¹⁶² Não foram raros os momentos em que eugenistas citaram a antiguidade para justificar o uso da eugenia como uma espécie de “herança”. Porém, os historiadores do presente não devem cair na armadilha de associar a eugenia de Galton com qualquer comparação com práticas de “seleção humana” de tempos anteriores à formação da teoria. Os que se aventurarem nestas comparações cairão inevitavelmente em anacronismos.

¹⁶³ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Mass e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 109.

¹⁶⁴ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *A Política Biológica como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. *op.cit.*, p. 10.

e também uma forma de descontextualizar uma ciência em formação, que obtinha um *establishment* na ciência do XIX.

Com base nesses preceitos, discordamos dos que tratam a eugenia a partir do termo reducionista e simplista de uma “pseudociência”. No momento que escrevemos nosso trabalho, com os conhecimentos pós-projeto genoma e todo o avanço da compreensão de hereditariedade, partimos do pressuposto da sua construção científica, com as antigas proposições galtonianas. Entretanto, isso não a faz uma “pseudociência” no momento de sua formulação. Galton era reconhecido por parte dos seus pares, e até o período de descrença da sua teoria científica - e mesmo com ela -, teve um *status* de ciência. O historiador ao olhar para a eugenia deverá ter cuidado com a análise científica que a circunda.

Martins nos ajuda a compreender esta análise ao passo que “é preciso estudar não apenas os vencedores, mas também os derrotados verificando quais os argumentos que apresentavam contra as novas ideias. Muitas vezes os argumentos eram excelentes”¹⁶⁵. Independente de como o historiador olha para a eugenia no presente, à luz das informações da ciência atual, ele não pode confundir a eugenia como um “erro científico” ou um postulado que não teria justificativas no momento em que foi cunhado. Para esta questão, a autora arremata que “Em cada época e em cada autor o estilo de pensamento é diferente, e é preciso conhecer bem essas diferenças em vez de procurar encontrar a identidade entre autores e épocas distintas. Não se pode também criticar autores antigos utilizando argumentos e fatos muito posteriores”¹⁶⁶.

Portanto, o estudo da eugenia deve obedecer as regras de suas particularidades e compreensões dos seus movimentos para não cair em equívocos interpretativos e generalizações. Adams, ao analisar os estudos de casos específicos e as comparações, alertava:

The comparative dimension is also important if we are to get the most out of national case studies. When eugenics is studied in only one country, no matter how thoroughly, outcomes can appear to be over determined by a plethora of contextual religious, cultural, social, economic, institutional, and scientific variables that are difficult to rank in terms of their relative importance.¹⁶⁷

Em *A estrutura das revoluções científicas*, Thomas Kuhn precava o historiador de observações equivocadas nesse sentido. Ao invés de buscarmos o que a ciência trouxe de permanente, devemos procurar apresentar a “integridade histórica daquela ciência, a partir de

¹⁶⁵ MARTINS, Lillian Al-Chueyr Pereira. *História da Ciência: objetos, métodos e problemas*. *op.cit.*, p. 314.

¹⁶⁶ *Ibid.*

¹⁶⁷ ADAMS, Mark B. *Eugenics in the History of Science*. *op.cit.*, p. 6.

sua própria época”¹⁶⁸. Fica mais evidente ao usarmos o exemplo do cientista Galileu Galilei em que para Khun, não se deve perguntar “pela relação entre as concepções de Galileu e as da ciência moderna, mas antes *pela relação entre as concepções de Galileu e aquelas partilhadas por seus grupos, isto é, seus professores, contemporâneos e sucessores imediatos nas ciências*”¹⁶⁹.

Daí, reconhecemos o papel da História da Ciência na análise das estruturas que condicionam o saber científico em suas determinadas fases. Nesse sentido, Khun trouxe contribuições interpretativas importantes para as leituras que devem ser feitas de determinadas épocas em que as ciências são estabelecidas, padronizadas, fundamentadas, ou seus métodos e fontes são empregados seguindo determinada forma ou rigor. Kuhn escreve que:

Preocupado com o desenvolvimento científico, o historiador parece então ter duas tarefas principais. De um lado deve determinar quando e por quem cada fato, teoria ou lei científica contemporânea foi descoberta ou inventada. De outro lado, deve descrever e explicar os amontoados de erros, mitos e superstições que inibiram a acumulação mais rápida dos elementos constituintes do moderno texto científico.¹⁷⁰

Esta perspectiva de Khun deve ser mais bem trabalhada para justificar a nossa própria fundamentação da eugenia, como ciência heterogênea do seu tempo, e a visão do historiador perante os processos científicos no período. Assim sendo, Khun estabelece que a dinâmica aristotélica ou a química flogística, por exemplo, não são apenas crenças sem fundamentos, baseadas em mitos, e não são “acientíficas” somente porque foram descartadas pelo conhecimento científico contemporâneo. Para o autor, a visão não deve ser observada apenas cumulativa da ciência para o historiador, e sim não cumulativas.¹⁷¹ Podemos pensar quais foram os benefícios de uma determinada ciência dentro de uma época definida para àqueles que pertenciam a ela. Pela eugenia, devemos indagar, a quais pontos essa ciência do seu contexto respondia aos problemas que englobavam dúvidas teóricas da hereditariedade. A partir disso podemos estabelecer que “As revoluções científicas são os complementos desintegradores da tradição à qual a atividade da ciência normal está ligada”¹⁷². Logo, estabelecesse que, “Se não se tem o poder de considerar os eventos retrospectivamente torna-se difícil encontrar outro critério que revele tão claramente que um campo de estudos tornou-se uma ciência”¹⁷³. Olhar para trás neste “espaço-tempo” da construção do paradigma serve

¹⁶⁸ KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. *op.cit.*, p. 22.

¹⁶⁹ *Ibid.* [Grifo nosso].

¹⁷⁰ *Ibid.*, p. 20.

¹⁷¹ *Ibid.*, p. 21-22.

¹⁷² *Ibid.*, p. 25.

¹⁷³ *Ibid.*, p. 42.

de apoio para compreender sua aplicação científica e social, e a partir dele colocar o “problema do paradigma” a ser resolvido.

A eugenia tornou-se uma ciência difundida no âmbito acadêmico, um paradigma a ser considerado dentro das instituições. Na Inglaterra, pode-se citar o Laboratório de eugenia na Universidade de Londres, e em 1907 a fundação da Sociedade de Educação Eugenia como exemplos de institucionalização.¹⁷⁴ A partir das fontes do estudo de Edwin Black, alguns exemplos fazem coro à forma como a eugenia estava institucionalizada. Nos escritos do autor, “metodicamente, textos eugenistas, especialmente os de Davenport, foram incluídos na lista de obras das faculdades, e sem alguns casos inspiraram a criação de um currículo exclusivo de eugenia”¹⁷⁵. Citando algumas universidades, Black evidencia que “Na Harvard University, dois cursos de eugenia eram ministrados pelos doutores East e Castle. O curso da Princeton University era dado pelo doutor Schull e pelo próprio Laughlin”¹⁷⁶. A lista de universidades que adotaram os cursos de eugenia eram vastas, para exemplificarmos, “Na Universidade da Califórnia, em Berkeley, um curso de sociologia ministrado pelo doutor Holmes, com um semestre de duração era simplesmente chamado de ‘Eugenia’”¹⁷⁷. Por fim, o excerto abaixo demonstra como a educação eugênica além de atingir o nível mais alto da academia, também fazia presença nas escolas de curso secundário:

A eugenia avançou feito um foguete no mundo acadêmico, tornando-se de um dia para o outro, virtualmente, uma instituição. Em 1914, cerca de quarenta e quatro instituições importantes ofereciam instrução eugenistas. Em uma década, esse número cresceria para centenas, abrangendo cerca de vinte mil alunos por ano. As escolas de curso secundário também adotaram rapidamente os livros didáticos eugenistas. O livro de biologia para o curso secundário de George William Hunter era publicado pela maior editora de livros didáticos do país, a American Book Company. Tipicamente, o livro didático de Hunter de 1914 se chamava *A civic Biology: Presented in Problemas* [Uma biologia cívica: apresentada em problemas], e ecoava muitos princípios de Davenport.¹⁷⁸

Estas são algumas referências que colaboram para os que consideram a eugenia como “não científica”, no momento histórico em que foi empregada nos circuitos científicos e acadêmicos por uma gama de intelectuais. Khun expõe esta relação do paradigma quando estes

¹⁷⁴ MACKANZIE, Donald. *Eugenics in Britain. op.cit.*, p. 503.

¹⁷⁵ BLACK, Edwin. *Guerra contra os fracos: a eugenia e a campanha dos Estados Unidos para criar uma raça dominante*. Tradução de Tuca Magalhães. São Paulo: A Girafa Editora, 2003, p. 145.

¹⁷⁶ *Ibid.*

¹⁷⁷ *Ibid.*, p. 146. O autor ainda cita exemplos de Universidades como a University Stanford, Alma College, em Michigan, Bates College, no Maine, entre outros. (*Ibid.*).

¹⁷⁸ *Ibid.*

não diferem somente por suas substâncias, pois visam não apenas à natureza, mas também a ciência que os produziu. Eles são fontes de métodos, áreas problemáticas e padrões de solução aceitos por qualquer comunidade científica amadurecida em qualquer época que considerarmos.¹⁷⁹

Na ocasião em que os paradigmas são substituídos é que a nova visão científica se estabelecerá mediante ao novo conjunto de formulações que permitam fazer com que o antigo paradigma seja rejeitado ou substituído. Khun desenvolve alguns exemplos com relação à astronomia e como o descobrimento do planeta Urano, que antes era considerado uma estrela, permitiu a Herschel com um telescópio aperfeiçoado notar que se tratava de um planeta¹⁸⁰. Por sua vez, só poderíamos desconsiderar a eugenia como “acientífica” ou “pseudocientífica” em sua existência se no seu tempo existissem elementos em sua totalidade que a marginalizassem para a periferia do campo e a deslegitimasse. O fato dela não ter sido aceita como teoria em momentos posteriores apresenta-se como a substituição do paradigma.

O historiador da atualidade que estuda a eugenia tanto na segunda metade do século XIX, quanto no XX, deve evitar conceituá-la segundo sua visão contemporânea daquela ciência ou do estágio em que se encontra a genética moderna, por exemplo. Khun alertava que os cientistas possuem um contexto e informações muito particulares de seus predecessores ou sucessores e “por exercerem suas profissões em mundos diferentes, os dois grupos de cientistas vêem coisas diferentes quando olham de um mesmo ponto para a mesma direção”¹⁸¹. O historiador da eugenia que observa sua temática no presente com as percepções dos avanços da ciência do seu tempo, pode equivocar-se ao empregar juízos de valores acerca das mudanças paradigmas que irão distorcer suas interpretações não só no âmbito científico, como dos sujeitos¹⁸² envolvidos dentro de um espaço político-social característico.

Assim sendo, quando há uma quebra de antigos paradigmas a ciência tende a descartá-los e desconsiderá-los em seu rigor, por consequência do novo paradigma científico, “daí decorre, em alguns casos, uma distorção drástica da percepção que o cientista possui do

¹⁷⁹ KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. op.cit., p. 209.

¹⁸⁰ *Ibid.*, p. 150-151.

¹⁸¹ *Ibid.*, p. 190.

¹⁸² Para essa questão, Kuhn introduz um argumento importante para entendermos a qualidade do sujeito e o comprometimento dentro da ciência que produz no seu tempo. Assim, “A transferência de adesão de um paradigma a outro é uma experiência de conversão que não pode ser forçada. A resistência de toda uma vida, especialmente por parte daqueles cujas carreiras produtivas comprometeu-os com uma tradição mais antiga da ciência normal, não é uma violação dos padrões científicos, mas um índice da própria natureza da pesquisa científica. A fonte dessa resistência é a certeza do que o paradigma antigo acabará resolvendo todos os seus problemas e a natureza pode ser enquadrada na estrutura proporcionada pelo modelo paradigmático. Inevitavelmente, em períodos de revolução, tal certeza parece ser obstinação e teimosia e em alguns casos chega realmente a sê-lo. Mas é também algo mais. É essa mesma certeza que torna possível a ciência normal ou solucionadora de quebra-cabeças”. (*Ibid.*, p. 191-192).

passado de sua disciplina”¹⁸³. Por isso, para os historiadores, por exemplo, é possível enxergar além daquele momento científico e analisar as rupturas e permanências de um modelo que, mesmo descartado, representou um contexto científico e social pertinente para análise e compreensão. Destarte, “o conhecimento científico, como a linguagem, é intrinsecamente a propriedade comum de um grupo ou então não é nada. Para entendê-lo precisamos conhecer as características essenciais dos grupos que o criam e o utilizam”¹⁸⁴.

Queremos com isso trazer à luz dos estudos da eugenia uma visão do seu conceito como posição científica de um período em que ela exerce e se reinventa de várias formas, no contexto social em que foi empregada, servindo de base para discursos “raciais” e relacionando-se com os contextos político-sociais de períodos e nações. Para nós, o conceito de eugenia não possui neutralidade política e, posterior a eventos que deflagrados na humanidade, como as esterilizações em massa nos Estados Unidos ou a utilização na Alemanha Nazista, percebe-se uma tentativa de “esquecimento histórico” ao classificar a eugenia como “pseudocientífica”, mesmo na sua gênese no século XIX. Dessa maneira, concordamos com Stepan que “Galton encarnava posição bastante convencional em uma tradição científica reconhecida e era membro de pleno direito, por assim dizer, do *establishment* científico”¹⁸⁵. Acreditamos não haver neutralidade na fusão entre política e biologia, portanto devemos ficar atentos às reduções muito comuns no trato da historiografia da eugenia que a situam como “pseudociência” ou como movimentos homogêneos onde foram empregadas. Hobsbawm alertou que “Contudo, a política, a ideologia e a ciência são aspectos inseparáveis em áreas como a biologia, pois suas vinculações são por demais óbvias”¹⁸⁶. Além disso, como aponta Lowy:

O fato de reconhecer que a ciência, ou melhor, as práticas dos cientistas estão ancoradas na sociedade e na cultura torna problemática o uso do conceito de ciência tratada como descritora do mundo de um ponto de vista situado 'em lugar nenhum' produtora de um saber universal, neutro e objetivo. Não se pode falar de 'saber universal' sem um exame crítico do que este termo contempla, do que ele exclui, o que ele oculta, e sem se determinar a quem ele beneficia.¹⁸⁷

¹⁸³ *Ibid.*, p. 209.

¹⁸⁴ *Ibid.*, p. 257.

¹⁸⁵ STEPAN, Nancy L. *A hora da eugenia: raça gênero e nação na América Latina. op.cit.*, p. 33.

¹⁸⁶ HOBBSAWM, Eric J. *A era dos Impérios 1875-1914. op.cit.*, p. 355. Para complementar Suarez e Guazo dizem que: "La revisión histórica de las diferentes clasificaciones de las razas humanas, refleje la postura ideológica de sus proponentes y las ideologías dominantes determinadas por factores sociopolíticos, en diversas regiones y épocas. Es importante destacar que el papel que históricamente han jugado las comunidades científicas nos debe llevar a eliminar el mito de la 'neutralidad de la ciencia'; los científicos son personas con intereses específicos y su actividad ha tenido un valor central como reforzador y legitimador de las ideologías dominantes" SUÁREZ, Laura; GUAZO, López. *Eugenesia y racismo en México. Coyoacán, México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005, p. 60.*

¹⁸⁷ LÖWY, Ilana. *Vírus, mosquitos e modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006, p. 400.*

Loren R. Graham ainda nos anos de 1970 perceberia como a relação entre ciência e cultura moderna não deixaria a ciência livre de valores. Mais explícito ainda quando os grupos de cientistas estão atrelados a outros grupos que atuam diretamente em contextos políticos e sociais. Graham explica, “If both the impact of technology on values and the influence of scientists as a political and social group are excluded from consideration, a persuasive case can be made that science is, indeed, neutral. There is no logical bridge between ‘is’ and ‘ought’”¹⁸⁸.

Hobsbawm deixa claro que as bases que os cientistas usam, seja por métodos, teorias, ideias, modelos e outros, “são de homens e mulheres cujas vidas, mesmo no presente, não se restringem ao laboratório ou ao estudo”¹⁸⁹. Isso significa que para uma análise que englobe um período científico ou quando determinada questão da história da ciência está envolvida, é necessário procurar estabelecer as vivências do tempo em que são colocadas.

A eugenia entrará como elemento desta projeção, pois para este autor ela será representada como “um movimento político, em sua esmagadora maioria composto de membros da classe média e burguesia [...]”¹⁹⁰, ou seja, muitos dos adeptos que faziam parte do jogo político e “racial” se consideravam pertencentes às estirpes nórdicas ou dominantes. O estudo científico da hereditariedade poderia englobar agentes envolvidos no próprio discurso “racial”, para fundamentar e legitimar sua posição como “superiores” dentro da sociedade ou fora dela, na condição imperialista. As ciências podem autenticar discursos sociais que estão se movimentando por interesses individuais, bem como ela pode ser fomentada financeiramente e direcionada a estudos de interesses específicos. A eugenia dos Estados Unidos, por exemplo, teve grande incentivo financeiro da Fundação Rockefeller, Carnegie Institution - do “homem do aço” Andrew Carnegie¹⁹¹ - e da Sra. Harriman, viúva do milionário E. H. Harriman, um famoso magnata das ferrovias.¹⁹² Pessoas e instituições despejaram dinheiro para financiar pesquisas ou investigações científicas do seu tempo.

¹⁸⁸ GRAHAM, Loren R. Science and Values: The Eugenics Movement in Germany and Russia in the 1920s. *The American Historical Review*. Oxford, v. 82, n. 5, 1977, p. 1133.

¹⁸⁹ HOBBSAWM, Eric J. *A era dos Impérios 1875-1914. op.cit.*, p. 349. O autor cita como exemplo que o “ímpeto do desenvolvimento da bacteriologia e da imunologia foi uma função do imperialismo, pois os impérios ofereciam um forte incentivo ao controle das doenças tropicais, como a malária e a febre amarela, que prejudicavam as atividades dos homens brancos nas regiões coloniais” (*Ibid.*).

¹⁹⁰ *Ibid.*, p. 352.

¹⁹¹ Cf.: BLACK, Edwin. *Guerra contra os fracos: a eugenia e a campanha dos Estados Unidos para criar uma raça dominante. Op.cit.*, p. 83

¹⁹² *Ibid.*, p. 104.

As possibilidades da ciência de Galton, ou mesmo das propostas do darwinismo social, poderiam apresentar soluções que ultrapassavam as barreiras do estudo científico. Elas foram empregadas para justificar as diferenças entre raça/classe e a dominação com base em argumentos científicos. Afinal, “nos EUA o ‘darwinismo social’ destacava a livre concorrência com a lei fundamental da natureza, e o triunfo do mais apto (isto é, do homem de negócios bem sucedido) sobre os menos aptos (isto é, os pobres)”¹⁹³.

Galton, situado no século XIX, remete-nos ao processo da Revolução Industrial na Inglaterra, da alta produtividade do carvão e algodão e onde o cientista pôde vivenciar pelas suas próprias condições sociais econômicas da sua família os reflexos da segunda metade do século XVIII próspero economicamente. Hobsbawm notou que o “crescimento econômico surge de um acúmulo de decisões de incontáveis empresários e investidores particulares, cada um deles governado pelo próprio mandamento da época, comprar no mercado mais barato e vender no mais caro”¹⁹⁴. Seu avô era um cientista e membro da Sociedade Lunar, seu pai um grande investidor, sua região potencialmente rica, Galton colhia os avanços tecnológicos, econômicos e industriais da época. Em suas memórias, ele atesta essa prosperidade ao lembrar que, em 1832, “leaving a fortune of some, £12,000 a year, of which about a quarter went to each of his three sons, of whom my father was the eldest, and the rest between his three daughters”¹⁹⁵.

Outros elementos da vivência do cientista podem ser refletidos. Aos 43 anos, publicou o esboço do que viria a ser o “talento hereditário”. Neste ano de 1865 presenciaria os efeitos econômicos que seu país adquiriria e os avanços tanto na agricultura como nas ferrovias nas décadas seguintes. Estabelecendo o recorte de *A era do capital* (1848-1875), observa-se que “[...] nunca brancos de origem européia dominaram com menos oposição, pois o mundo da economia e do poder capitalista incluía pelos menos um Estado não europeu [...]”¹⁹⁶. Neste excerto, destacamos a referência de “brancos de origem européia” para configurar a dinâmica das relações de dominação entre “vencedores” e “vencidos”. Estar no lado dos “vencedores”, com características ímpares de nações, isto talvez significasse conclusões de superioridade que à luz das explicações que surgiriam do darwinismo social, poderiam parecer claras. Dessa

¹⁹³ HOBBSAWM, Eric J. *A era dos Impérios 1875-1914. op.cit.*, p. 354.

¹⁹⁴ HOBBSAWM, Eric J. *A era das Revoluções 1789-1848. op.cit.*, p. 65.

¹⁹⁵ GALTON, Francis. *Memories of my life, op.cit.*, p. 5. Em uma comparação, Hobsbawm diz que “por volta de 1800 menos de 15% das famílias britânicas tinham uma renda superior a 50 libras por ano, e, destas, somente um quarto ganhava mais de 200 libras por ano” (HOBBSAWM, Eric J. *A era das Revoluções 1789-1848. op.cit.*, p.71).

¹⁹⁶ HOBBSAWM, Eric J. *A era do Capital, 1848-1875. op.cit.*, p. 213. A respeito do Estado não europeu, Hobsbawm se refere aos Estados Unidos.

maneira, o contexto social contribui na compreensão de como alguns indivíduos pensaram a ciência.¹⁹⁷

Posto isto, a fundamentação da ciência e contexto inserido numa determinada época nos remete a preocupação de Galton com o próprio termo eugenia. Em *Inquiries into human faculty and development*, o trabalho composto com fotografias e a genealogia, em que se pretende entender as características do indivíduo e associá-lo a padrões pré-definidos corroboram com a atenção que o autor oferece as evidências científicas da eugenia. Para ele, essas compilações de retratos e estudos antropométricos são uma contribuição ao estudo eugênico e esses meios de identificações devem ser processados em todos os lugares, devido a importância que tinha a sua teoria postulada.¹⁹⁸

No que diz respeito à eugenia, além da sua elaboração como conceito, nota-se a maturação das ideias que se congregam neste livro. Dissemos que o foco são os retratos compostos, entretanto, o autor engloba discussões sobre o “cruzamento racial” e a preocupação com sua tese central eugênica. Mais uma vez torna-se enfática a comparação das competições da seleção natural dos animais e plantas com o homem e, de fato, manifesta a inquietação com a questão matrimonial. Para ele, o casamento seria uma forma perigosa que pode extinguir os elos de boa hereditariedade se for mal empregado, tendo em vista que não havia um controle, não se sabe das gerações anteriores, e nem havia um processo de verificação que poderia degenerar a “raça superior”. Assim como com os cães, Galton acreditava que o homem tem uma responsabilidade em gerenciar as “raças humanas” para obter a “melhor espécie” e seria “foolish to fold the hands and to say that nothing can be done, inasmuch as social forces and self-interests are too strong to be resisted”¹⁹⁹. A discussão matrimonial acerca do controle “racial” terá forte influência nas aplicações da eugenia do século XX.

Com a difusão da eugenia de Galton, ela estaria à deriva das interpretações e adaptações próprias daqueles que a utilizavam como teoria científico-social. Como veremos, Galton ao escrever *Essays Eugenics* - e em suas memórias -, ressaltou as diversas interpretações que sua tese gerou e a discordância argumentativa com alguns intelectuais a

¹⁹⁷ Hobsbawm inclui que “o imperialismo e o surgimento dos movimentos de massa trabalhista podem ajudar a elucidar questões de biologia, mas dificilmente terão a mesma utilidade em lógica simbólica ou teoria quântica. Os acontecimentos do mundo exterior aos seus estudos não eram, entre 1875 e 1914, catastróficos a ponto de intervir diretamente em seus trabalhos – como seria o caso após 1914 e como pode ter sido no fim do século XVIII, início do XIX” (HOBSBAWM, Eric J. *A era dos Impérios 1875-1914. op.cit.*, p. 356). Ou seja, para o autor, apesar dos atenuantes do mundo externo trazerem referências para o contexto dos cientistas, eles não devem ser colocados como foco principal das mudanças de paradigmas.

¹⁹⁸ Cf.: GALTON, Francis. *Inquiries into human faculty and its development. op.cit.*, p. 45.

¹⁹⁹ *Ibid.*, p. 317.

seu respeito. Para exemplificar, o debate²⁰⁰ entre Galton e o botânico suíço Alphonse de Candolle (1806-1893), do qual o último buscou contestar a teoria de Galton através da sua obra *Historie sciences et des savants depuis deux siècles* (1873). Este debate científico que se desenvolveu na segunda metade do século XIX era a definição do próprio posicionamento de Galton sobre sua teoria da herança hereditária. Deste modo, Candolle indaga a importância da educação e do ambiente social como fatores fundamentais para o desenvolvimento de qualquer pessoa e que esse fato não iria ao encontro a questões do “talento hereditário”, estudada por Galton. Esta “troca de farpas científicas” podem ser vistas nas correspondências entre Galton e Candolle nos anos de 1873.²⁰¹

Em suas memórias, Galton atesta a importância das suas teses sobre hereditariedade, sobretudo, o livro *Hereditary Genius*, que independente das críticas, deixou uma marca no tempo.²⁰² O cientista parecia ter consciência que suas teorias não eram uma unanimidade no meio acadêmico, mas estava convencido de que ela tinha um embasamento na constituição da hereditariedade humana. Galton percebia a eugenia como uma ciência que deveria ser levada em conta para a melhoria da “raça humana”. *Essays in eugenics* publicado em 1909 – dois anos antes da sua morte - evidencia nossa afirmativa:

Eugenics is the science which deals with all influences that improve the inborn qualities of a race; also with those that develop them to the utmost advantage. The improvement of the inborn qualities, or stock, of some one human population, will alone be discussed here.²⁰³

Estamos diante de uma delimitação pontual do conceito na entrada do século XX. No que concerne ao negro, assim como as “raças bárbaras”, ele era um sinônimo de atraso, porém, a “primeira raça”, para Galton, desapareceu e a segunda persiste.²⁰⁴ Este pensamento do negro ainda visto como uma “raça” degenerada e atrasada, e sua “perigosa” miscigenação, poderia ser uma “desgraça” para parte da “espécie humana” que se

²⁰⁰ Sobre este debate e seu desdobramento, Galton foi pontual para a contribuição sobre o tema ao tratá-las em suas memórias, a saber, “I had much pleasant correspondence at a later date with Alphonse de Candolle, son of the still greater botanist of that name. He had written a very interesting book, *Histoire des Sciences et des Savants depuis deux Siecles*, in which he analysed the conditions that caused nations, and especially the Swiss, to be more prolific in works of science at one time than another, and I thought that a somewhat similar investigation might be made with advantage into the history of English men of science” (GALTON, Francis. *Memories of my life. op.cit.*, p. 291).

²⁰¹ PERARSON, Karl. *The life, letters and labours of Francis Galton. op.cit.*, p. 135-145.

²⁰² Cf.: GALTON, Francis. *Memories of my life. op.cit.*, p. 290.

²⁰³ GALTON, Francis. *Essays in eugenics*. London: The Eugenics Education Society, 1909, p. 35. O capítulo *Eugenics: its definition, scope and aims* que se encontra em *Essays in Eugenics* foi publicado pela primeira vez em 1904 por Galton no *The American Journal of sociology*, Volume X; July, 1904 number 1 e na *Nature* em 26 de maio de 1904, nº 1804, vol. 70. Essas informações podem ser verificadas no site dedicado a Francis Galton: <http://www.galton.org/> (acessado em 1 de julho de 2013).

²⁰⁴ “But while most barbarous races disappear, some, like the ‘negro’, do not” (*Ibid.*, p.39).

preocupava com o “melhoramento racial”. *Essays in Eugenics* aparenta ser uma espécie de “manual da eugenia”, com fácil entendimento e não muito extenso. Ali, ele ofereceu as rédeas da teoria e sua promoção em diversos meios sociais.

Quando se ouve falar da eugenia, muitas vezes têm-se atribuído um conceito errado e sem verificar as fases que a ela correspondem. Se conferirmos a Galton o que é chamado de eugenia “negativa” cometeremos um erro de interpretação da sua ciência eugênica. Ele propõe um “controle racial” para a melhoria da “espécie humana”, e isto não deve ser interpretado como estratégia de hecatombe humana por meio da eugenia. O cientista acreditava em um controle consciente para a gerência da “espécie mais apta”, mas não induz aos que considera “degenerados” uma “solução final”. Para ele, o homem poderia exercer com muito mais sabedoria e rapidez aquilo que a natureza levaria um longo tempo para selecionar.

As tentativas de controles matrimoniais nada mais eram do que ajustar os elos “positivos” dos talentos, em prol de uma geração porvindoura mais apta e que produzirá nos campos sociais – sejam eles quais forem - com mais melhorias que suas “espécies” antecessoras. Selecionar o mais hábil é diferente de suprimir os “degenerados”. Não se deve colocar um aspecto draconiano nas formulações eugênicas de Galton, sem entender o que realmente o cientista projetava dentro da teia evolutiva e da ciência da sua época. Esta interpretação dentro da literatura da historiografia da eugenia é conhecida como “eugenia positiva”²⁰⁵. “Positiva” não por agregar um caráter destrutivo aos indivíduos considerados degenerados, mas sim por fazer parte de uma gama de estudos que buscava enxergar os sujeitos através de um viés biológico e aplicado no social orientado pela eugenia.

A chamada eugenia “negativa” vai ao desencontro da prerrogativa anterior.²⁰⁶ Alguns adeptos da eugenia acreditavam que uma solução rápida para manter as “melhores raças” seria levar a questão por este viés. Para estes, a esterilização, eutanásia, aborto, infanticídio e genocídio poderiam acelerar o processo em torno da seleção das “melhores espécies”. O termo eugenia “negativa” aparece no próprio *Essays in eugenics*, quando Galton refere-se a denominação do Dr. Caleb Williams Saleeby (1878-1940) alertando para o cuidado em levar

²⁰⁵ Cf.: SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *A Política Biológica como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. *op.cit.*; STEPAN, Nancy L. *A hora da eugenia: raça gênero e nação na América Latina*. *op.cit.*, p. 37.

²⁰⁶ MacKenzie define o assentamento dessas definições da seguinte maneira: “On this basis a programme of social action to improve the quality of the population was put forward. Central to this was the alteration of the relative birth-rate (or survival rate) of the 'fit' and 'unfit'. Those with good hereditary qualities should marry with care and have large numbers of children (this came to be called positive eugenics), while those with hereditary disabilities should be discouraged from parenthood (negative eugenics)”. MACKENZIE, Donald. *Eugenics in Britain*. *op.cit.* p. 499.

a eugenia a uma definição “anti-eugênica”, em alguns sentidos da sua aplicação dentro da sociedade.²⁰⁷ Dr. Saleeby foi um grande entusiasta da eugenia “negativa” e avistava nela a possibilidade de avanços nos estudos eugênicos e aplicados ao social. Vejamos:

Therefore it must be recorded that the progress of positive eugenics halts here. We have not knowledge enough, but the future is very hopeful, and there should be much of -value to record in another five years. During that period we shall do very well indeed if we successfully deal with those duties in negative and preventive eugenics which the knowledge of today imposes imperatively upon us. And if real and feasible eugenics becomes more medical every day, that cannot be helped. It only constitutes the greater need for the sympathy and co-operation, absolutely indispensable, of the medical profession, in research, as in Dr. Kerr Love's case, and in propaganda, where its power is unparalleled.²⁰⁸

Nesse momento é pertinente uma discordância no pensamento de Hannah Arendt²⁰⁹ ao tratar sobre a questão da eugenia em *Origens do Totalitarismo* e que convém na nossa tentativa de explicar a diferenciação entre a eugenia “positiva” e eugenia “negativa”. Entre outras, a autora constrói sua reflexão a partir das lutas de classes aristocratas dos liberais ingleses do século XIX e o atenuante daqueles que viam a “raça inglesa” como superior as demais. Quando trata do tema, Arendt salienta que “a bestialidade *sempre* esteve inerente na eugenia e, bem característica a velha observação de ‘Haeckel, de que a eutanásia pouparia muitas despesas inúteis à família e ao governo’”²¹⁰. Independente das interpretações que possam surgir à parte, a citação de Haeckel, lembrada pela autora, fomenta a sua ideia do “sempre”, ou melhor, generalizada, na descrição da eugenia como uma “bestialidade genocida”. Apesar de levarem a eugenia a consequências extremas em alguns países, a gênese da teoria de Galton não propõe uma aniquilação dos chamados “degenerados”, na verdade propõe um controle da “melhor espécie” em relação a “pior”, preservando os traços hereditários e do “talento”. É errôneo tratar o pensamento eugênico como forma unitária de adjetivação de bestialidade – aos moldes da eutanásia –, coexistindo dentro de toda teoria eugênica formulada por Galton.²¹¹

²⁰⁷ GALTON, Francis. *Essays in eugenics. op.cit.*, p. 100.

²⁰⁸ SALEEBY, Caleb Williams. *The progress of eugenics*. London: Cassell and Company, Ltd, 1914, p. 175.

²⁰⁹ Devemos sublinhar que entendemos antes de tudo o contexto em que Arendt pensou a questão racial, sobretudo, o antisemitismo. Porém, acreditamos que por ter virado uma referência bibliográfica (inclusive para nós neste trabalho), alguns aspectos da sua interpretação devem ser revistos para compreendermos a nossa discordância com sua apropriação do tema da eugenia. Assim, entendemos os percausos da suas trajetória e o efeito que muitas consequências da Segunda Guerra Mundial a levaram a chegar a determinadas conclusões, mas é justamente baseado nessas interpretações que surgem a possibilidade do historiador hoje entender o momento atual da literatura da eugenia e não se apropriar de conclusões que antes, respondem as particularidades da vivência de cada autor e ator.

²¹⁰ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo. op.cit.*, p. 260. [Grifo nosso].

²¹¹ Percebe-se aqui algo que vemos frequentemente com alguns pesquisadores que tratam da eugenia dentro de contextos e, acabam generalizando ou simplificando a questão. A eugenia, assim como foi mostrado, no sentido de nação tem seus “momentos”. Muito é desconsiderado de uma ciência própria do século XIX ao tratar do

Por tudo que estamos pontuando sobre a compreensão dos paradigmas científicos de uma determinada época, eles atendem ao conhecimento que se tem no momento em que são gerados e respondem a perguntas postuladas por determinados grupos. Portanto, seria uma má compreensão da história da ciência desqualificar uma teoria pré-estabelecida no século XIX, tendo em vista os novos paradigmas que surgiram elencando uma nova teoria ou candidata a paradigma. Burrhus Frederic Skinner, ao dissertar da ciência e do comportamento humano, mostra que desde muito tempo existiu a tentativa de associar estereótipos às tendências do comportamento humano, o que, para o autor é errôneo tendendo a levar a generalizações. Inclusive, citando nos “tipos raciais”, a eugenia.²¹² Na busca de ferramentas científicas para decifrar estes comportamentos e associá-los a “tipos genéticos” com base em “raças” ou estrutura corporais respondiam em muito a uma ciência que se vislumbrava na antropologia física e na estatística suas maiores possibilidades de aceitação dentro do grupo científico que compartilhavam seus dados. Sendo assim, Arendt percebe a eugenia no seu aspecto de causa e efeito social, atribuindo-a apenas ao aspecto do seu uso político de coerção dos “tipos humanos”, mas parece não perceber que a própria eugenia, na concepção de Galton, foi postulada para compor o melhoramento hereditário do homem, tendo como objetivo o “aprimoramento humano”, que detinha uma vertente “positiva”.

Arendt ainda acredita ser provável que “o racismo tivesse desaparecido a tempo, juntamente com outras *opiniões irresponsáveis* do século XIX, se a corrida para a África e a nova era do imperialismo não houvesse exposto a população da Europa ocidental a novas e chocantes experiências”²¹³. Novamente há um reducionismo na questão eugênica e na ciência “racial” do XIX. A leitura feita após as fatídicas consequências imperialistas e genocidas com leis raciais não sobrepõe o fato da inexistência das mesmas experiências em período anterior, levando em conta o que se tinha de conhecimento da ciência. Galton, por exemplo, vivenciou o início da eugenia “negativa”, como expressa em *Essays in Eugenics* e, prontamente tratou de resgatar o pensamento fundamental a questão perante os preceitos iniciais da eugenia. Não há “opiniões irresponsáveis do século XIX”, e isso se torna mais agravante sob os nossos olhos, quando enxergamos as consequências do término da Segunda Guerra Mundial e o repúdio da eugenia pelo trauma da ideologia aplicada na guerra.

darwinismo social ou das aplicações de Spencer, ou mesmo de Galton. Sobre isso, mais uma vez, torna-se importante este primeiro capítulo para compreender os contextos do conceito de eugenia, que aplicado de forma errônea pode ser apreendida ao leitor em um balaio único de aplicabilidade entre século XIX e o XX.

²¹² SKINNER, Burrhus Frederic. *Ciência e comportamento humano*. 11ª. ed. Tradução de João Carlos Todorov e Rodolfo Azzi. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 25.

²¹³ *Ibid.*, p. 266. [Grifo nosso].

Entretanto, não é possível fazer prognósticos históricos tendo em vista o contexto científico e social de um período que dava respaldo as teorias raciais. Para ilustrar, Galton, no início do século XX, salientou a importância da “não descontextualização” do caráter eugênico, ou seja, ele não nega sua teoria, mas direciona o pensamento para o que venha a ser “anti-eugênico”:

I propose to take the present opportunity of submitting some views of my own relating to that large province of eugenics which is concerned with favouring the families of those who are exceptionally fit for citizenship. Consequently, little or nothing will be said relating to what has been well termed by Dr. Saleeby "negative" eugenics, namely, the hindrance of the marriages and the production of offspring by the exceptionally unfit. The latter is unquestionably the more pressing subject of the two, but it will soon be forced on the attention of the legislature by the recent report of the Royal Commission on the Feeble-minded, We may be content to await for awhile the discussions to which it will give rise, and which I am sure the members of this society will follow with keen interest, and with readiness to intervene when what may be advanced seems likely to result in actions of an anti-eugenic character.²¹⁴

A eugenia “negativa” foi bem recebida em diversos lugares do globo. Diferentemente do que alguns acreditam, as aplicações de Adolf Hitler na Alemanha Nazista não são exclusivas do seu regime, apesar de serem as mais lembradas. Stepan nos mostra que na Dinamarca entre os anos de 1930 a 1949 mais de 8.500 dinamarqueses foram esterilizados por razões de anormalidade sexual e psíquica. Na Suécia pelo menos 15.000 pacientes mentais foram esterilizados devido a questões eugênicas. Mas para a autora, o país que tem sido líder em leis voltadas a eugenia antes da década de 1930 seria o Estados Unidos, onde ela pauta que aproximadamente 30.000 indivíduos foram esterilizados até a década de 1930, aumentando para 70.000 até o final da Segunda Guerra Mundial.²¹⁵

Os Estados Unidos podem ser destacados pelo seu número considerável de esterilizações e por meio da literatura da eugenia constatar o sucesso de sua recepção, sob a voz de Charles Davenport. Com esterilizações em massa, controles matrimoniais e de imigrações, os Estados Unidos desempenharam um papel de segregação social não unicamente voltado aos asiáticos, mas também a outros grupos sociais, entre eles, os negros.²¹⁶ O leitor que situa a eugenia apenas no âmbito da Alemanha Nazista ficará surpreso com a ação teórica e prática desta ciência nos Estados Unidos. A conotação

²¹⁴ GALTON, Francis. *Essays in eugenics. op.cit.*, p. 100.

²¹⁵ STEPAN, Nancy L. *A hora da eugenia: raça gênero e nação na América Latina. op.cit.*, p. 37-38.

²¹⁶ Black aponta outros focos da eugenia dos Estados Unidos como cegos, pobres, doentes, entre outros. Cf.: BLACK, Edwin. *Guerra contra os fracos: a eugenia e a campanha dos Estados Unidos para criar uma raça dominante. Op.cit.*, 2005.

importante da eugenia estadunidense pode ser vista na obra de um dos maiores eugenista da época, o Dr. Saleeby em *The Progress of eugenics*:

But the United States has really done more for the progress of eugenics than any other country in the world. Eugenists everywhere are are indebted to the initiative of the American Genetic Association in this respect. Its Eugenics Record Office, established in 1910, under the leadership of Dr. Davenport, has applied the principles of a new department of knowledge to the study of human heredity, and has added more to our exact knowledge of that fundamental subject, in the last four years, than all preceding time could record.²¹⁷

Além dos países europeus citados, vale ressaltar outros dois que renderam estudos profícuos de Stepan e outros pesquisadores, a saber, Argentina e México, e seus respectivos contextos na América Latina. Na Argentina, com uma população predominantemente branca, ofereceu uma resistência contra a imigração, que antes bem vinda, como mão de obra barata, acabou sendo posteriormente interpretada por alguns como um prejuízo para a identidade nacional. Esta preocupação dos argentinos, que a autora chama de “mosaico étnico”, concerne à tentativa de uniformidade do povo dando o caráter dessa busca de “identidade nacional”. Assim, admitir uma imigração de povos que consideravam “degenerados” iria de encontro à essa procura de nacionalidade idealizada. A partir de 1910, a eugenia ganhou espaço dentro da Argentina, adaptada às necessidades étnicas e raciais daquele espaço social. A *Asociacion de Biotipología, Eunesia y Medicina Social* foi um exemplo da recepção dessas ideias em prol de defender o que chamam de “profundo polimorfismo de nosso povo”^{218 219}.

Andrés Reggiani oferece mais uma visão interessante para compreender a eugenia na Argentina. Para ele, a queda da taxa de natalidade, um número crescente de pessoas idosas e o declínio da demografia da população branca, trouxeram a necessidade de medidas mais severas para o interesse da população nacional como, por exemplo, a coibição à imigração.²²⁰ Muito mais que esta síntese, estamos tentando mostrar a pertinência do estudo da eugenia pelas singularidades e, sobretudo, seu teor científico nos contextos. Como elaborou Reggiani no caso da Argentina, “From a more general perspective, the history of

²¹⁷ SALEEBY, Caleb Williams. *The progress of eugenics. op.cit.*, p. 4.

²¹⁸ PENDE, 1935, apud STEPAN, Nancy L. *A hora da eugenia: raça gênero e nação na América Latina. op.cit.*, p. 154.

²¹⁹ *Ibid.*, p. 152-157.

²²⁰ REGIANNI, Andrés H. Depopulation, Fascism, and Eugenics in 1930s Argentina. *Hispanic American Historical Review*. Duke University, v. 90, nº2, 2010, p. 290-291.

Pertinentemente, o autor salienta que “The world depression, combined with the negative demographic trends, gave new political relevance to the link between biology and nationalistic worldviews. In the illiberal mood that characterized the political and intellectual culture of the 1930s and 1940s, eugenics lost its progressive traits to become a state project with deeply authoritarian undertones” (*Ibid.*, p. 295).

eugenics in Argentina further sheds light on the role of science in state-formation processes and the ways in which medical professionals shaped the relationship between knowledge, politics, and society”²²¹. Eduardo Zimmerman, por sua vez, chegou a demonstrar que a influência da eugenia na Argentina era inspiração desde o início do século XX, com o intelectual Joaquín V. González (1863 – 1923) que participou do Congresso de Eugenia no ano de 1912, em Londres, e expressaria sua satisfação na frase “that new science incorporated to the science of government... eugenic science”²²².

Stepan percebeu singularidades também na eugenia mexicana. Neste caso, há uma investigação na aceção das teorias eugênicas em um país que, diferentemente da Argentina, possuía uma quantidade de mestiços em grande escala. A autora nos diz que intelectuais como Justo Sierra pensaram o “problema racial” de forma “inversa”, ou seja, rejeitaram algumas críticas do cientificismo racial europeu acerca do mestiço, entre elas, as críticas de Hebert Spencer e Gustave Le Bon. De fato, a Revolução Mexicana foi um atenuante para a valorização do seu povo. O período “estatizante” de Álvaro Obregón permitiu novas maneiras de pensar a identidade nacional mexicana, inclusive, o mestiço foi considerado pelo apologista José Vasconcelos como um elemento primordial da vida do país.²²³ O conceito de eugenia para Vasconcelos era empregado em relação a uma “eugenia cósmica”, que rejeitava o modelo de “eugenia científica” e acreditava em uma “eugenia espiritual”, da qual dentro das próprias “raças” existentes poderiam encontrar os melhores elos para a continuação das gerações, a melhor forma do “talento hereditário”²²⁴. Com exposto, a eugenia mexicana adaptou-se as suas necessidades em termos de povo.²²⁵

Para mostrar a pluralidade de eventos que giram em torno da eugenia, Alexandra Minna Stern discorreu como em Vera Cruz, no México, a política de saúde pública contou com o forte teor do movimento eugenista e, entre outras, a vigilância contra prostitutas, que

²²¹ *Ibid.*, p. 318.

²²² ZIMMERMAN, Eduardo A. Racial Ideas and Social Reform: Argentina, 1890-1916. *Hispanic American Historical Review*. Duke University, v. 72, nº 1, 2010, p. 43-44.

²²³ STEPAN, Nancy L. *A hora da eugenia: raça gênero e nação na América Latina*. *op.cit.*, p. 158-159.

²²⁴ *Ibid.*, p. 160-161.

²²⁵ Certamente, o contexto que envolve a eugenia mexicana é impossível de ser delimitado em poucas linhas, por toda problemática que insere a questão raça-povo de uma sociedade heterogênea que buscava a homogeneidade e seu “ideal comum como mexicanos”. Para somar, o momento de agitações políticas e culturais contribuía para a gama interpretativa do contexto eugênico como um todo. A eugenia mexicana via a possibilidade de transformar os que acreditavam “inferiores” (como os índios) em seres “superiores” (mestiços), ou seja, dentro da hipótese eugênica deveria preservar os “melhores” para dar continuidade e melhorias às raças e, por assim dizer, “melhorar o indígena”. No que cerne à imigração, Stepan aponta que o México tomou medidas consideráveis, chegando a afirmar que imigrantes orientais e negros seriam prejudiciais ao ideário étnico (*Ibid.*, p. 146).

acabaram sendo consideradas como perigosas para a “degeneração da raça”²²⁶. A preocupação de Vera Cruz com a Saúde Pública e a higiene social fez com que a eugenia apresentasse a oportunidade de florescer com uma alternativa.²²⁷ Nessa direção a prostituição e a criminalidade entraram no alvo dos eugenistas, pois:

También se analiza la vieja concepción de la condición hereditaria del coeficiente intelectual, dado que la debilidad mental era considerada una de las causas esenciales de diversas patologías como la epilepsia, oligofrenias y diferentes síndromes psicóticos, así como un factor importante causal de la criminalidad, de múltiples tipos de toxicomanías e incluso de la pobreza, la mal vivencia y la prostitución.²²⁸

Tanto na Argentina, como no México, destacamos a percepção em entender a “eugenia” nos seus respectivos contextos, o que desqualifica um pensamento eugênico único, tese esta que procuramos insistir. Uma vez que na Argentina visualizamos uma busca de extinguir um “mosaico étnico” por meio da eugenia, no México notamos que o referencial mestiço por excelência traz para os eugenistas mexicanos pensar a nação com sua mestiçagem ímpar e sua produção e valorização através de medidas eugênicas, como, por exemplo, a restrição da imigração pôde, ao seu molde, criar um povo “mestiço superior”.

Stern, ao relatar a importância da interpretação da eugenia na América Latina, coloca o estudo de Stepan sobre México, Brasil e Argentina como literatura essencial da eugenia para trabalhos que queiram ir além dos contextos da Inglaterra, Estados Unidos ou Alemanha:

The prism of preventive eugenics helped scholars grasp how Latin America’s neo-Lamarckian philosophy of heredity and human betterment could undergird policies that were just as interventionist, if not more so, than those prevailing in countries such as the United States and Germany, where Mendelian eugenics held sway. Indeed, if according to neo-Lamarckism, traits and conditions considered hereditary — including alcoholism, syphilis, and tuberculosis — were “germs” or “racial poisons” that could be acquired by children of affected parents, then intrusive public health campaigns were imperative in order to halt degeneration.²²⁹

Aqui, mais uma vez, a compreensão de Mark Adams nos sugere o curso dos estudos da eugenia, pois para o autor, “In the decades between 1890 and 1930, eugenics movements developed in more than thirty countries, each adapting the international Galtonian gospel to suit local scientific, cultural, institutional, and political conditions”²³⁰.

²²⁶ STERN, Alexandra Minna. “The Hour of Eugenics” in Veracruz, Mexico: Radical Politics, Public Health, and Latin America’s Only Sterilization Law. *Hispanic American Historical Review*. Duke University, v. 91, nº 3, 2011, p. 439.

²²⁷ *Ibid.*, p. 443.

²²⁸ SUÁREZ, Laura; GUAZO, López. *Eugenésia y racismo en México*. Coyoacán, México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005, p. 17.

²²⁹ STERN, Alexandra Minna. “The Hour of Eugenics” in Veracruz, Mexico: Radical Politics, Public Health, and Latin America’s Only Sterilization Law. *op.cit.*, p. 434.

²³⁰ ADAMS, Mark B. Eugenics in the History of Science. *op.cit.*, p. 5.

Outro argumento que define a pluralidade das interpretações eugênicas é que ela não está associada apenas a conjuntura política da “extrema direita”, ou no caso mais conhecido, da Alemanha Nazista. Graham constata isso ao dizer que “observers of its early history are frequently surprised to learn that Soviet Russia in the 1920s’ possessed a strong eugenics movement”²³¹. O socialismo também flertou, à sua maneira, com a eugenia, haja vista os estudos de Alberto Spektorowski. Nomes como A. Filipchenko (1882-1930) e Nikolai K. Koltsov (1892-1940) faziam parte da Sociedade Russa de Eugenia. Por sua vez, o autor diz que os Bolcheviques tiveram participações no pensar eugênico, embora não fossem os únicos a pensá-lo²³². Como exemplo da apreciação do pensamento na Rússia, Spektorowski faz referência ao jornal *Science and Marxism*, do qual:

Soviet Marxists published articles on Darwinism, genetics, and eugenics. They admired the experimentalist, materialist, scientific, and non-religious approaches to the human condition. What they did not like were those aspects that appeared idealistic, which suggested therapeutic impotence, or provided no basis for action.²³³

O contexto particular da eugenia russa nos anos de 1920-1930 pode ser dividido em duas fases. Na primeira, entre 1920-1925, alinharam-se as ideias eugênicas de outros países como a Alemanha. Na segunda, posterior a 1925, se esforçaram para criar uma eugenia mais voltada aos interesses socialistas. De toda forma, ela possuiu seu reconhecimento, sendo legitimada em 1921, pela União Internacional de Eugenia, com sede em Londres.²³⁴ Esta percepção Russa é predominante para situarmos como a variação da apreensão da eugenia pelos países correspondeu as suas especificidades e necessidades próprias. Não à toa, o conflito no campo eugênico científico entre Lamarckistas e Mendelianos foram tão proeminentes na discussão da eugenia.

Finalmente, devemos adentrar no emprego mais conhecido da eugenia e que mais trouxe traumas na sua compreensão: a eugenia da Alemanha Nazista. Contudo, esta eugenia antecede Hitler. Ela pode ser percebida ainda no final do século XIX com os debates da relação do darwinismo social abrangido de maneiras pessimistas ou otimistas com Otto Ammon (1842-1916) e Wilhelm Schallmayer (1857-1919).²³⁵

²³¹ GRAHAM, Loren R. *Science and Values: The Eugenics Movement in Germany and Russia in the 1920s*. *op.cit.*, p. 1144.

²³² SPEKTOROWSKI, Alberto. *The Eugenic Temptation in Socialism: Sweden, Germany, and the Soviet Union*. *Comparative Studies in Society and History*. Cambridge University Press, v. 46, nº 1, 2004. p. 102.

²³³ *Ibid.*

²³⁴ GRAHAM, Loren R. *Science and Values: The Eugenics Movement in Germany and Russia in the 1920s*. *op.cit.*, p. 1148.

²³⁵ Para uma discussão mais detalhada sobre o tema ver: GRAHAM, Loren R. *Science and Values: The Eugenics Movement in Germany and Russia in the 1920s*. *op.cit.*, p. 1135-1136.

Os autores Henry P. David, Jochen Fleischhacker e Charlotte Hohn dizem que “The German version of eugenics had its own ancestor, Ernst Haeckel (1834-1919), a highly regarded medical zoologist, biologist, and early Darwinian. He was also a strong racist, embraced Galton's concepts, and believed in a mystical Volk”²³⁶. Posteriormente, seguindo as ideias de Galton, Alfred Plötz, um médico e darwinista social, fundou a *German Society for Race Hygiene* em 1904.²³⁷ Assim, na própria Alemanha as ideias de Galton fluíram em diferentes contextos cronológicos e políticos. É curioso notar que ao final do período de Weimar, como explica Graham, uma coalizão de centristas, católicos e biólogos – além de antropólogos sociais-democratas - fizeram uma ofensiva contra a *German Society for Race Hygiene* com o objetivo de mudar seu nome para a *German Society for Eugenics*. Esta medida foi adotada pela crença do alarmante crescimento de sentimentos racistas entre os especialistas em hereditariedade humana e o aumento da aliança deste grupo com a direita política²³⁸.

Na década de 1920, Hugo Iltis (1882-1952), o biógrafo de Mendel, teceu duras críticas ao movimento de higiene e raça. Ao mostrar o pensamento de Iltis, Graham disse que

[...] subverted science for politics and noted with regret the presence among them of a number of prominent academic geneticists. He criticized the typological description of races, which - displacing the populational view - attributed mental and ethical qualities to individual races”²³⁹.

Isto não significa que Iltis não apoiava a eugenia, mas como ele relacionou sua ligação como uma “arma política”. O excerto apresenta a própria complexidade no pensamento da “questão racial” alemã inserindo-a em um debate muito anterior a Hitler.

Diante deste contexto anterior, observa-se na fala de Adolf Hitler as manutenções dos “pensamentos raciais” do século XIX à luz do século XX. Não retomaremos a ascensão de Hitler ou sua trajetória, focalizaremos principalmente como a eugenia circundou a esfera das suas reflexões sobre a crença de “superioridade racial”. De outro modo, o que faremos aqui é situar como as falas de Hitler no capítulo “Povo e Raça”, da obra *Minha Luta*²⁴⁰, se ligam com o que foi grafado não somente no ideário do racismo científico, como da eugenia “negativa”, e o quão esse discurso foi sedutor para Hitler.

²³⁶ DAVID, Henry P; FLEISCHHACKER, Jochen; HOHN, Charlotte. Abortion and Eugenics in Nazi Germany. *Population and Development Review*. Population Council, v. 14, n. 1, 1988, p. 88.

²³⁷ *Ibid.*

²³⁸ GRAHAM, Loren R. *Science and Values: The Eugenics Movement in Germany and Russia in the 1920s*. *op.cit.*, p. 1139.

²³⁹ *Ibid.*, p. 1142.

²⁴⁰ Cf.: HITLER, Adolf. *Minha Luta*. Tradução de Klaus Von Puschen. São Paulo: Centauro, 2001.

Seudizado pela noção de “sangue puro”, Hitler eleva o ariano ao mais alto escalão da “evolução da espécie humana”, sendo esse o responsável pela maioria dos grandes frutos culturais, científicos, artísticos, técnicos da humanidade. Para ele, os resultados colhidos da cultura humana “é quase que exclusivamente produto da criação do Ariano”²⁴¹. Um discurso que pode ser notado quando tratamos do conde de Gobineau e a apreciação da cultura ariana em relação a moral do indígena na América. É perceptível também a inclinação dessa fala no pensamento do “talento hereditário”, que no caso do ariano, pôde colaborar para o progresso da cultura humana por ser puro e mais capaz pelas “leis da natureza”. Não podemos esquecer que no ano de 1933, o gabinete de Adolf Hitler promulgou, entre várias leis²⁴², a Lei de Esterilização Eugênica.²⁴³

Estas “leis da natureza” direcionam ainda mais o sentido biopolítico estabelecido por Hitler com base no pensamento do século XIX que prosperou no XX. Considerando a mistura de “raças” como um “pecado”, o autor ajuíza um retrocesso físico e intelectual para a miscigenação, sendo essa prática “um golpe quase mortal” contra o aperfeiçoamento da natureza:

Dado o fato de que o elemento de menor valor sobrepuja sempre o melhor na quantidade, mesmo que ambos possuam igual capacidade de conservar e reproduzir a vida, o elemento pior muito mais depressa se multiplicaria, ao ponto de forçar o melhor a passar mais um plano secundário. Impõe-se, por conseguinte, uma correção em favor do melhor.²⁴⁴

Nesse contexto, as ideias da hereditariedade sendo transmitidas de geração para geração e o fato da “melhoria racial” estar atrelada a teorização de Hitler sobre as diferenças “raciais”, fez-se valer em sua preocupação o cuidado das misturas de raças. Nas proposições eugênicas, deveriam se preservar o caráter do “melhor com o melhor” para o aperfeiçoamento da espécie. Para Hitler, este aprimoramento estaria em prol do progresso humano a partir de uma “raça pura”, que para ele seriam os arianos.

Justifica-se assim, para ele, a dominação entre a “espécie humana”, pois foi preciso os “superiores” subjugarem os “inferiores” para a continuidade do “progresso humano”. A escravidão torna-se explicável e, o escravo nada mais é que um animal – assim como o

²⁴¹ *Ibid.*, p. 215.

²⁴² Stepan salienta que a legislação mais abrangente sobre esterilização foi da Alemanha Nazista. Nesta, inclui-se a “Lei para Prevenção de Prole geneticamente Doente” que incluía a esterilização de Esquizofrenia, psicopatia maníaco-depressiva, “debilidade mental hereditária”, “epilepsia hereditária”, Coréia de Huntington, cegueira e surdez hereditárias, deformidades graves pelo corpo e alcoolismo. A autora versa com base nos estudos de Robert Proctor que as esterilizações involuntárias até 1945 chegaram a 1% de toda a população da Alemanha (STEPAN, Nancy L. *A hora da eugenia: raça gênero e nação na América Latina. op.cit.*, p. 38-39).

²⁴³ Cf.: KEVLES, Daniel J. *In the name of eugenics: genetics and uses of human heredity. op.cit.*, p. 116.

²⁴⁴ HITLER, Adolf. *Minha Luta. op.cit.*, p. 212

cavalo - que serve como mão de obra. Nesse sentido, Hitler salienta o posicionamento do negro como “raça inferior” para servir a “raça superior” e evoca "o ditado: 'o negro fez a sua obrigação, pode se retirar', possui, infelizmente, uma significação profunda"²⁴⁵. E assim, o ariano presta um favor às “raças inferiores”, conduzindo-os “para um trabalho útil, embora duro, o ariano poupava, não só as suas vidas, como lhes proporcionava talvez uma sorte melhor do que dantes, quando gozavam a chamada ‘liberdade’”²⁴⁶.

Hitler acreditava no poder do Estado para a conservação da “boa raça”. Em outras palavras, o Estado tinha quase que um “dever” de conservar os melhores elementos do seu povo. Para ele, “O Estado é um meio para um fim. Sua finalidade consiste na conservação e no progresso de uma coletividade sob o ponto de vista físico e espiritual. Essa conservação abraça em primeiro lugar tudo o que diz respeito à raça [...]”²⁴⁷. Mas quais seriam as formas desta intervenção? Neste momento, Hitler flerta com o discurso da eugenia “negativa”:

Nesse estado de “paz e ordem” dos dias de hoje, neste mundo de bravos “nacionalistas” burgueses, a proibição da procriação de portadores de sífilis, tuberculose e outras moléstias contagiosas, de mutilados e de cretinos, é vista como um crime, ao passo que a esterilidade de milhares dos indivíduos mais fortes da nossa raça não é tida como um mal ou ofereça à moral dessa hipócrita sociedade, mas aproveita ao seu comodismo. Se fosse de outra maneira, eles teriam que quebrar a cabeça para arranjar meios de promover a subsistência e à conservação dos elementos sadios da nação, que deveriam prestar esse grande serviço às gerações futuras.²⁴⁸

A esterilização viria a ser uma das marcas do seu regime na Alemanha Nazista. Segundo ele e alguns eugenistas, determinadas moléstias graves que comprometeriam a “raça” poderiam ser sanadas com a coibição da procriação humana. Com uma política eficiente, em que Estado e eugenia entrariam em ação, o objetivo de uma “raça superior” poderia ser atingido com muito mais eficácia, além da propaganda ou orientações. Como expuseram David, Fleischhacker e Hohn, “Eugenics was to merge with racial hygiene, becoming the central core of Nazi population policies”²⁴⁹.

Não há como esquivar-se que o conteúdo científico, como estabelecido aqui, serviu como fomento para atitudes políticas e totalitárias, sempre adaptadas mediante ao interesse de quem importava essas ideias e como as utilizavam como propaganda para sua difusão no meio das massas. Dessa vez, com base em Arendt, as massas “têm de ser conquistadas por

²⁴⁵ *Ibid.*, p. 218.

²⁴⁶ *Ibid.*, p. 219.

²⁴⁷ *Ibid.*, p. 300.

²⁴⁸ *Ibid.*, p. 306.

²⁴⁹ DAVID, Henry P; FLEISCHHACKER, Jochen; HOHN, Charlotte. *Abortion and Eugenics in Nazi Germany*. *op.cit.*, p. 89.

meio da propaganda”²⁵⁰. A ciência tornou-se uma importante arma para legitimar um discurso opressor, e passou a servir propósitos próprios, que no caso da Alemanha Nazista culminaram, entre outros, no genocídio e em experiências humanas. Fica evidente o grau de repúdio que a eugenia conquistou após a Segunda Guerra Mundial, os experimentos e traumas da guerra geraram um engavetamento das ideias, somados com a crescente evolução da genética e de novas perspectivas de análises culturais. A eugenia passou a representar um momento de amnésia para a prosperidade, afinal, ninguém queria ser associado ao nazismo. Quando fosse tratada, muitos procuraram se posicionar contra ela, mesmo dentro das pesquisas. Parecia haver sempre a necessidade em tomar uma posição de distanciamento.

Em *Essays in eugenics*, Galton alertou como a má interpretação da eugenia poderia acarretar em uma via de dois lados. Talvez, percebendo a ascensão de uma eugenia “negativa”, o cientista tentara focar a ideia da eugenia como melhoria para o progresso da humanidade, reservando assim, a esta ciência, profícuos estudos, que ao serem implantados dentro das nações gerariam diversas interpretações, mas sem saber o que isso realmente poderia ocasionar. Para ele, “The first and main point is to secure the general intellectual acceptance of Eugenics as a hopeful and most important study. Then let its principles work into the heart of the nation, who will gradually give practical effect to them in ways that we may not wholly foresee”²⁵¹.

O estigma depreciativo da eugenia é, para Stepan, “o extermínio que fizeram de milhões de judeus em nome da ‘inferioridade racial’ causaram repulsa tão profunda que a própria palavra ‘eugenia’ tornou-se um tabu”²⁵². Para nós, houve a tentativa de compreender como essas relações entre a ciência, política e sociedade dialogaram em vista das questões eugênicas e do pensamento racial, assim como entender os agentes históricos nos seus respectivos contextos, deixando a parte os juízos de valores.

Nessa difusão de conceitos biológicos que se formavam, entre elas, a enunciada por Galton, as “raças” eram apresentadas por suas variedades físicas e genéticas que desempenhariam ações humanas voltadas para as características do seu biótipo. Isso ajuda a explicar, por exemplo, os trabalhos que apareceram nesse momento da compreensão biológica-racial associando o negro à criminalidade, o imigrante à força de trabalho ou às doenças, como forma de degeneração física e mental, pois segundo alguns estudiosos, a “raça” agregava valores morais.

²⁵⁰ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. *op.cit.*, p. 474.

²⁵¹ GALTON, Francis. *Essays in eugenics*. *op.cit.*, p. 43.

²⁵² STEPAN, Nancy L. *A hora da eugenia: raça gênero e nação na América Latina*. *op.cit.*, p.209.

No Brasil, sob o viés do estudo da hereditariedade podemos citar a célebre obra do médico brasileiro Raimundo Nina Rodrigues que discutiu *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*²⁵³, onde denotará o sistema de punição mediante as “raças”, alegando que o código penal não pode tratar todas elas como se fossem iguais perante a lei, pois os estados de consciências das “raças” são diferentes. Afinal, para ele, o índio é incapacitado para viver em civilização e, citando o Dr. Corre

o negro crioulo conservou vivaz os instintos brutais do africano: é rixos, violento nas suas impulsões sexuais, muito dado a embriaguez e esse fundo de caráter imprime o seu cunho na criminalidade colonial atual.²⁵⁴

O trabalho de Nina Rodrigues é apenas um exemplo das ideias que se importavam sobre “raças humanas” e conseqüentemente, a metamorfose que sofrerá na virada do século XIX para o XX no cenário brasileiro.

Como ensina Carlos Alberto Doria, “não há, no século XIX, como se libertar do tema das raças humanas, e dos aspectos implicados nas teorias biológicas e seu uso no domínio dos fenômenos sociais”²⁵⁵. Assim sendo, as teorias evolucionistas fomentaram um ideário de nacionalidade e, serão as vozes de uma ciência do progresso na construção de uma possível narrativa da “identidade nacional”, afinal, se há uma busca por uma “raça superior”, porque não haveria espaço para uma “nação superior”, ou melhor, servir de instrumento para “curar” uma nação que estava “doente” pela sua “mistura racial”.

A visão de “raças” no século XIX também estava atrelada a noção de povo, ao passo que trazia especificidades próprias de um grupo perante outro. Como muitas vezes debatido neste trabalho, essa compreensão “racial” serviu como elemento para o imperialismo e a “domesticação” dos povos conquistados. Assim pensar este tema ajuda-nos a refletir o que seria o entendimento de “raça” para Galton, a ciência do XIX e como este conceito variou mediante os termos como “progresso” e “saúde/higiene”. Há uma confusão quando se discute “raça”, sempre atrelando a fatores exclusivamente fenótipos. Andreas Hofbauer aponta que, entre os nobres, o termo “ser de boa raça” era arraigado a um sentido humano de linhagem familiar e não de grupos étnicos ou raciais.²⁵⁶ A transformação conceitual e a carga implicada nesse sentido derivaram dos contextos históricos e da acepção da palavra

²⁵³ Cf.: RODRIGUES, Raimundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. 3ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

²⁵⁴ *Ibid.*, p.161.

²⁵⁵ DÓRIA, Carlos Alberto. *Cadências e decadências do Brasil: o futuro da nação à sombra de Darwin, Haeckel e Spencer*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2007, p. 17.

²⁵⁶ HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão. op.cit.*, p. 100-101.

neste conceito. Para isto, basta-nos lembrar do peso da palavra “Revolução” pós a queda do *Ancien Regime*, como bem estabeleceu Koselleck.²⁵⁷

Em uma atmosfera científica em que a concepção de “raças” tornava-se cada vez mais delineada, o impacto da obra de Darwin, *A origem das Espécies*, na segunda metade do XIX, alavancou de vez as interpretações humanas. Mesmo o naturalista se focando em plantas e animais (principalmente domésticos, como pombos e cães), sua obra trouxe uma gama de alternativas para aplicar os conceitos da seleção aos seres humanos que, com pré-teorizações sobre suas “diferenças raciais” ganhavam uma importante munição para o diálogo e a permanência das diferenças humanas. De maneira semelhante, à medida que se procurava entender as evoluções aos tipos de plantas e animais, o homem era visto sob sua forma biológica, onde a “evolução” seria classificada por “inferioridade” de classe social ou “tipo racial”, por exemplo. Nesse sentido, “[...] essa inferioridade era comprovada porque, de fato, a ‘raça superior’ era superior pelos critérios de sua própria sociedade: tecnologicamente mais avançada, militarmente mais poderosa, mais rica e mais ‘bem-sucedida’”²⁵⁸.

O trecho a seguir, demonstra como o trabalho de Darwin contribuiu para a compreensão da interpretação do homem nos possibilitando entender a influência do autor para Galton e a interpretação dos estudos sobre hereditariedade que mais tarde ecoariam nas vozes de outros cientistas:

Uma vez que consideramos que, com o passar do tempo e sob diversas condições de vida, os seres vivos modificaram bastante muitas partes de seu organismo, o que considero incontestável, e também consideramos que, em virtude da alta tendência de crescimento geométrico da quantidade das espécies, ocorre uma luta pela sobrevivência especialmente em determinada idade, ou em determinada estação do ano, ou em determinados anos, o que também para mim não tem contestação, a consequência disso, dada a infinita complexidade das inter-relações dos seres vivos entre si e de cada um deles com suas condições de existência, é que houve uma diversidade infinita com relação a seus hábitos, estruturas e constituições internas. Dada essa diversidade, que lhes é proveitosa, seria mesmo extraordinário se jamais fossem produzidas variações úteis ao homem. *Mas se variações úteis a um ser vivo qualquer se apresentam algumas vezes, certamente os indivíduos que disso são objetos têm mais chances de vencer na luta pela sobrevivência graças ao princípio de hereditariedade. Por esse princípio os indivíduos legam a seus descendentes a mesma variação. A isso denominei de seleção natural, ou seja, princípio da conservação ou da persistência do mais capaz. Esse princípio conduz ao aperfeiçoamento de cada ser vivo em relação às condições orgânicas e inorgânicas de sua existência.*²⁵⁹

O leitor mais atento notará a importância dessa longa citação para nos dar alicerce ao cuidado na elaboração do pensar as “raças humanas” atreladas às espécies animais e o

²⁵⁷ Cf.: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. *op.cit.*, p. 102-103.

²⁵⁸ HOBBSAWM, Eric J. *A era dos Impérios 1875-1914*. *op.cit.*, p. 402.

²⁵⁹ DARWIN, Charles. *A origem das espécies*. *op.cit.*, p. 158. [Grifo nosso].

deslocamento hereditário como influência para os seres vivos. Em nossos grifos, visualizam-se palavras-chave alocadas em um mesmo espaço textual, que se apresentam como influências para a espécie humana, ou seja, “chances de vencer na luta pela sobrevivência graças ao princípio de hereditariedade”, “variação”, “legam aos seus descendentes a mesma variação” “persistência do mais capaz”, corroboram as principais ideias galtonianas e de outros ideólogos das “teorias raciais” que defendiam o “talento seria hereditário” humano. E ainda, que havia uma luta pela sobrevivência que se concatena com as diferenciações entre as “espécies humanas”.

Doravante, o chamado “darwinismo” ganhou força no meio científico e emprestando as palavras de Hofstaldter, ele “forneceu uma nova relação com a natureza e, aplicado a várias disciplinas sociais – antropologia, sociologia, história, teoria política e econômica – formou uma geração social-darwinista”²⁶⁰. Não é coincidência o aparecimento de uma gama de estudos da antropologia humana com o objetivo de entender as “raças”, a frenologia e a craniologia que foram cada vez mais ferramentas de análises. As “raças” são associadas a princípios morais, retratos são comparados para identificar “padrões entre raças”, escolas e centros de estudos em várias partes do mundo ganham laboratórios de “análise humana”, alguns estudiosos começam a pensar as leis pelo viés científico “racial”, a medicina tenta enxergar a doença por meio das “raças”, a saúde e higiene são adotadas como ideal em diversas partes do globo e, não menos importante, a eugenia ganha força como aparato de “arrumação hereditária” em diversos ciclos científicos. Raça e cor tornaram-se cada vez mais uma preocupação social, política e médico-legal. No Brasil não será diferente.

²⁶⁰ HOFSTADTER, 1975 apud SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. op.cit*, p. 72.

CAPÍTULO 2

QUESTÃO RACIAL E EUGENIA NO BRASIL.

1. “RAÇA” E CIÊNCIA NO BRASIL NA VIRADA DO SÉCULO XIX.

Não se deve lançar boas sementes em maus terrenos, ou em terrenos não preparados.

RENATO KEHL.²⁶¹

É preocupação ociosa e anti-científica pretender que o Brasil seja um dia habitado por um tipo antropológico. Só os que, erradamente, confundem raça e povo desejam para este país aquela utópica unidade.

ROQUETTE-PINTO.²⁶²

A “questão racial” foi matéria de análise de diversos pensadores brasileiros durante a virada do século XIX para o XX e se entrelaça com o cientificismo em formação no Brasil. A ciência no país desempenhou um papel importante na tentativa de compreensão do seu sentido dentro da nação. Como observou Doria, um dos exemplos deste esforço no meio intelectual tem raízes na chamada “geração de 1870”. O conceito de “raça” sai da redoma exclusiva das relações sociais/políticas/econômicas e apresenta-se como uma “questão” para ser compreendida e respondida por intelectuais, literatos, políticos, etc. O autor explica que os decênios finais do século XIX apontaram para uma visão biológica do conceito “racial” para o entendimento da “nação” e, por isso, as teorias científicas como o darwinismo/evolucionismo entraram em voga na pauta dos que analisariam os “problemas raciais”²⁶³. Na mesma linha, Schwarcz anota que no final do século XIX o que se “consumia” no Brasil eram os modelos evolucionistas e social-darwinistas, que além de popularizados no meio científico justificaram práticas imperialistas de dominação.²⁶⁴

Este período de ascensão das ciências contribuiu dentro dos limites do Brasil para uma série de investimentos que abriram ainda mais o leque de “progresso” e desenvolvimento das ciências em expansão no país. Um ambiente nacional composto por um clima variado, povos de diferentes características físicas e com diversos problemas na estruturação social, implicava numa visão científica para tentar resolver os aspectos que alguns consideravam como preocupantes para a nação. As ideias importadas acarretariam um agravante adicional

²⁶¹ KEHL, Renato. *Educação Moral*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1937, p. 64.

²⁶² ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Ensaio de antropologia brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1933, p.171.

²⁶³ DÓRIA, Carlos Alberto. *Cadências e decadências do Brasil: o futuro da nação à sombra de Darwin, Haeckel e Spencer*. *op.cit.*, p. 38-39.

²⁶⁴ SCHWARZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. *op.cit.*, p. 41.

para o “enigma brasileiro”: a “mestiçagem”. De modo geral, para muitos intelectuais do exterior – das quais as ideias eram importadas como Henry Buckle, Louis Agassiz e Gobineau –, o Brasil era considerado doente por natureza.²⁶⁵

A imagem do “povo brasileiro” era um debate frequente da intelectualidade na procura de uma homogeneidade nacional, pois era necessário um “Diagnóstico para a (N)ação”²⁶⁶. Diagnosticando os problemas nacionais seria possível agir e corrigi-los, na tentativa de almejar uma nação progressista e soberana. Para isso, foram construídos institutos, financiados estudos e escolas, que deram um caráter científico para o Brasil que, ao passo que se modernizavam como instituições, estabeleciam relações do “pensar racial” dando a si mesmos ares de legitimidade.

Para ilustrar este avanço, Schwarcz apresenta alguns importantes locais de desenvolvimento científico na figura dos museus etnográficos. A autora destaca entre os anos de 1870 e 1930, a importância do Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense, que por sua prosperidade, este recorte cronológico acaba por ser lembrado como a “era dos museus”. A partir do final do século XIX estavam “profundamente vinculadas aos parâmetros biológicos de investigações e a modelos evolucionistas de análise”²⁶⁷. A entrada na “era dos museus” no país é entendida pela pesquisadora como uma tentativa de alcançar o progresso. Estes espaços traziam não só uma memória da – e para a - nação, como também recebiam visitas de pesquisadores de outros países. Nesses lugares, poderiam exercer diálogos entre seus pares e exporem os resultados de suas pesquisas, bem como realizar novas. O Museu Nacional que tem raízes no período de D. João VI foi um desses importantes centros de estudos das chamadas ciências naturais que, segundo Schwarcz, nos anos de 1876-1926, com a *Revista Archivos do Museu Nacional*, tinha um acentuado predomínio dessas especificidades chegando a 78% do seu material.²⁶⁸ Atentamos ao posicionamento do médico

²⁶⁵ Jair Souza Ramos e Marcos Chor Maio estabelecem os indícios desse pensamento europeu que alcançasse dentro da escala científica brasileira em formação um arranjo para a discussão interna. A mistura racial ganhou formulações próprias dentro dos estudos do país, inclusive na tentativa de desmistificar algumas teorias deterministas importadas. Cf.: MAIO, Marcos Chor; RAMOS, Jair de Souza. Entre a riqueza natural, a pobreza humana e os imperativos da civilização, inventa-se a investigação do povo brasileiro. In: _____ (org.). *Raça como questão: história ciência e identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010, p. 25-49.

²⁶⁶ O nome faz alusão *A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação*, de Tania Regina De Luca. A obra que também é parte da bibliografia desse estudo busca uma análise sobre a *Revista do Brasil* e a problemática dos “projetos nacionais” no início do século XX. O subtítulo se faz bem vindo nesse contexto para salientar a crença de alguns intelectuais em uma sociedade “doente pela raça”, e que por meio das investidas biológicas poderiam diagnosticar e pela ação resolverem os problemas de uma nação que almejava o progresso. Neste sentido, não podemos esquecer o papel da eugenia como a “ação” e as teorias como “diagnóstico” para a “nação brasileira”.

²⁶⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. *op.cit.*, p. 87.

²⁶⁸ *Ibid.*, p. 95.

João Batista de Lacerda (1846-1915), que ministrando o primeiro curso de antropologia no país em 1887, entendia a disciplina mais “como um ramo da biologia, afastada das teorias sociológicas ou filosóficas”²⁶⁹, ou seja, Lacerda pontuava a ciência enxergando nos seus aspectos mais válidos o trato do ser humano sob à luz da explicação biológica.

Outros museus desempenharam papéis importantes nesta discussão, como o Museu Paulista sob a figura do zoólogo Hermann Von Ihering (1850-1930)²⁷⁰, que também olhava pela lupa das ciências biológicas, assim como o Museu Paraense Emilio Goeldi, sob a tutela do zoólogo suíço Emílio Augusto Goeldi (1859-1917), que procurou fazer do museu uma “reprodução fiel das instituições congêneres europeias”²⁷¹. Em termos de institutos, o século XIX se realiza para o Brasil com o célebre Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), que contava com a participação física e financeira do imperador D. Pedro II. Com uma disposição científico-cultural, o IHGB se dedicou na tentativa de compreensão da História do Brasil e do “povo brasileiro”²⁷².

A importância dos museus, institutos e posteriormente as faculdades de Direito e Medicina²⁷³, dão ênfase em nossa interpretação na disseminação do debate científico-racial. A profissionalização da prática médica nas únicas faculdades de medicina do período pôde priorizar uma legitimação daquilo que se almejava de uma ciência nacional, somada ao empirismo como prática. Assim, como aponta Mariza Corrêa, ao passo que os profissionais tentam criar um espaço para consolidar suas pesquisas empíricas em vista da “realidade

²⁶⁹ *Ibid.*, p. 101.

²⁷⁰ Cf.: DÓRIA, Carlos Alberto. *Cadências e decadências do Brasil: o futuro da nação à sombra de Darwin, Haeckel e Spencer*. *op.cit.*, p. 42-44. O autor faz algumas importantes considerações sobre a visão de Ihering e a questão indígena.

²⁷¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. *op.cit.*, p.110.

²⁷² Para citar um exemplo, o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), foi um secretário do instituto que contribuiu com estudos para entender o país na metade do século XIX. A lista de intelectuais que pensaram o período brasileiro na “questão racial” e que desempenharam um profícuo estudo sobre as ciências no Brasil é vasta. Schwarcz cita Alfredo d’Escagnolle Taunay, Von Martius e sua tese premiada sobre as “três raças”, Pedro Lessa e Oliveira Lima, entre outros. Por delimitarmos nosso objetivo, não podemos tratar cada um deles da maneira merecida para a constituição das ciências no Brasil e suas discussões sobre “raça” e “progresso”, mas vale deixar a nota registrada para não cometermos “negligências” a estes atores históricos.

²⁷³ Schwarcz cita duas faculdades que desempenharam estudos importantes na condução da “questão racial”. A Faculdade de Direito de Recife, onde há a discussão de Silvio Romero, que apesar de não condenar a mestiçagem letalmente, ainda sim era um seguidor dos determinismos raciais. A autora também distingue a importância da Antropologia Criminalista na associação entre a busca do crime no criminoso, que muito contribuiu para os estigmas sociais (Cf.: *Ibid.*, p. 185-245). A Faculdade de Medicina na Bahia e do Rio de Janeiro terão um importante papel no contexto biológico na identificação das mazelas das doenças que atingiam o país, bem como o “problema racial”. Vale ressaltar dois nomes importantes que tiveram destaque na recepção e na ação de suas ideias entre o fim do século XIX e o início do XX: Raimundo Nina Rodrigues e Oswaldo Cruz, (Cf.: *Ibid.*, p. 247-312).

nacional”, as formações teóricas derivadas da Europa influenciaram na percepção dos trabalhos de pesquisa desse período.²⁷⁴

Todas essas entidades tinham como um dos seus objetivos nas suas especificidades compreender o índio, o negro, o branco e, conseqüentemente, a miscigenação. É a partir desses “diagnósticos” que perceberemos os “respingos” de uma “ideia racial” para resolver - e aí entra a “ação” - os “problemas” do Brasil como nação. Com isso, pensamos a força que as “ideias raciais” desempenharam no país ainda no século XIX e sua consolidação com estudos de uma parcela preocupada em compreender este “fenômeno”. Para perceber a relação entre o progresso, desenvolvimento racial - inclusive as ideias evolucionistas - emprestemos novamente as palavras de Doria, da qual o autor saliente que o evolucionismo representava nesse momento “uma racionalização teórica do processo histórico e, quando ele foi associado às necessidades de construção de um discurso sobre a constituição da nação, precisou contemplar as questões relacionadas ao passado que permaneciam no presente ou deveriam persistir no futuro”²⁷⁵. De tal modo, a chamada “geração de 1870”, enfrentou vertentes científicas “negativas” ou “positivas” em relação à “raça”, mas forneceram múltiplos métodos de estudos no século XIX, que se infiltraram nos debates de “povo e raça” no século XX.

Mesmo importando teorias e a formas de fazer ciência do exterior, os intelectuais também as adaptavam mediante a nossa realidade nacional. O avanço da ciência aliada ao uso de conceitos biológicos possibilitou o desenvolvimento de teorias como o higienismo, eugenia e branqueamento no Brasil. A miscigenação racial tornou-se um aspecto de análise para abranger a constituição do brasileiro e possibilitou, em partes, “as respostas que hoje temos à disposição sobre o que é o “povo brasileiro” são fruto de um caminho aberto por autores como Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha”²⁷⁶. Estes autores tinham suas próprias definições do que entendiam por “raças” e contribuíram cada um à sua maneira para tentar decifrar o Brasil por meio dos seus estudos.

A referência a estes autores ajuda-nos a situar, de certa forma, a atmosfera de “homens da ciência” da virada de século, que tinham influências nos diálogos das escolas as quais pertenciam. Sabemos que outros intelectuais poderiam entrar em nossa reflexão como Gonçalves Dias (1823-1864), Guilherme Schüch - barão de Capanema – (1824-1908), João Batista de Lacerda, entre outros. Por uma questão de opção nesta fase inicial e contextual do

²⁷⁴ CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista, BP: EDUSF, 1998, p. 100-101.

²⁷⁵ DÓRIA, Carlos Alberto. *Cadências e decadências do Brasil: o futuro da nação à sombra de Darwin, Haeckel e Spencer*. *op.cit.*, p. 44.

²⁷⁶ MAIO, Marcos Chor; RAMOS, Jair de Souza. *Entre a riqueza natural, a pobreza humana e os imperativos da civilização, inventa-se a investigação do povo brasileiro*. *op.cit.*, p. 47.

diálogo entre ciência e “raça” na virada de século elegemos como referência os estudos de Silvio Romero (1851-1914), Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), Euclides da Cunha (1866-1909) e, finalmente, Manuel Bomfim (1868-1932). Tomando o argumento de Maria Corrêa em sua investigação:

Não deixa de ter importância para esta reflexão observar que tanto Silvio Romero, que tinha formação jurídica, como Euclides da Cunha, engenheiro de profissão, e ambos absorvidos hoje pela área de estudos literários, pretenderam, como outros, colocar a questão das relações raciais dentro de um quadro de explicação rigorosamente científico.²⁷⁷

O alvorecer do século XX trouxe em seus primeiros raios as permanências das teorias do século anterior, na tentativa de compreender o aspecto “racial” brasileiro. As explicações das “degenerações” pressupunham cada vez mais novas elucidaciones: o índio, o negro, o sertanejo, as doenças, a sujeira, a pobreza, enfim, o “retrato” do Brasil ganhava, por vezes, novas e mais pinceladas, ao passo que sua reconstituição perpassava pelas mãos dos mais diversos intérpretes da nossa sociedade. Euclides da Cunha foi um desses pintores do quadro do país. Em sua obra, *Os Sertões* (1902), contribuiu com um livro “cheio de paradoxos como, entre outros, o que se origina das tensões entre textos científicos e obra ficcional”²⁷⁸. Os determinismos do meio e da “raça”, o pessimismo com relação ao mestiço, e a noção do sertanejo como distante da civilização, compunham esta obra que angariou sucesso de tiragem em pouco tempo de publicação. Independente das críticas recebidas pelas gerações seguintes, Euclides da Cunha nos ilustra em sua literatura uma forma de pensar em relação à ciência da sua época, ou como estabelece Santos, “o escritor enfatiza a questão da desigualdade entre as raças, tanto em atributos intrínsecos como nos de origem. Nesse caso, alinha-se com o poligenismo ao afirmar que *Homo Americanus*, isto é, o índio, seria autóctone do Novo Mundo”²⁷⁹. Ou seja, nada tão longe do que se discutia no período.

Ao considerar o sertanejo como um retrógrado, Euclides da Cunha tece críticas ao contraste entre as localidades distantes à medida que impõe determinismos climáticos, como forma de traçar o perfil da população. Para De Luca, “nossos intelectuais do início do século

²⁷⁷ CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. *op.cit.*, p. 40.

²⁷⁸ LIMA, Nísia Trindade. Euclides da Cunha: o Brasil como sertão. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 106.

²⁷⁹ SANTOS, Ricardo Ventura. Os debates sobre mestiçagem no Brasil no início do século XX: Os sertões e medicina-antropologia do Museu Nacional. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (orgs.). *Antropologia Brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008, p. 127.

XX estavam envoltos numa densa e complexa atmosfera de negatividade”²⁸⁰, por isso, podemos nos indagar no curso dos projetos nacionais como suas ações legitimaram o povo e seu *habitat*. Temas a respeito da “modernidade”, “progresso” e “raças” não pareciam estar em universos distintos. Na verdade, estas preocupações estavam próximas, na medida em que políticos e intelectuais compreendiam em suas visões sociais as “deficiências” do Brasil. Este começo de século reservou temas importantes nesses vieses, como a Revolta da Vacina, os projetos sanitaristas e higienistas, as teses de branqueamento e a preocupação racial relativa à imigração.

A vida particular tornava-se pública aos olhos do controle social para sanar as doenças e os “problemas nacionais”. Visitando as condições sociais do país neste período, podemos lembrar-nos das chamadas Vilas Operárias²⁸¹ e o controle das zonas urbanas pelo Estado e pelas fábricas. Segundo Margareth Rago, essa organização entre as fábricas e a política, possibilitou um maior domínio do trabalhador e adentrar na sua privacidade em um momento em que as doenças eram uma das preocupações dos sanitaristas. Além de uma política de revigoração da *Belle Époque* dos centros urbanos, os espaços privados sofreram influências na sua estética interior e exterior. Rago lembra que “em 1894 O Código Sanitário decretado pelo Estado estipula um capítulo sobre ‘Habitações das Classes Pobres’, no qual se determina que sejam proibidas as construções de cortiços e eliminados os já existentes”²⁸².

José Roberto Franco Reis complementa que havia a necessidade de controlar o trabalhador também fora da fábrica, pois isso refletiria na sua produtividade. “Daí a necessidade de se criar mecanismos disciplinares extra-fábrica que exerçam uma coerção moral sobre o tempo integral de vida dos trabalhadores”, diz o autor²⁸³.

Muito mais que uma questão de preocupações higiênicas e sanitárias, a “raça” estava contida nos discursos de ações políticas e sociais. Em vista dessa afirmação, para Rago, “da questão da doença e do perigo da emergência de focos de contágio, desloca-se para o problema moral: *a degenerescência da raça*, a degradação do espírito, a corrupção do

²⁸⁰ DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 156.

²⁸¹ Para Sidney Chalhoub não havia um número suficiente dessas vilas operárias, o que não amenizou a crise de habitações que se agravava no Rio de Janeiro. CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p. 92.

²⁸² RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 171.

²⁸³ REIS, José Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930)*. *op.cit.*, p. 94.

trabalhador. Finalmente a ameaça política”²⁸⁴. Inspeções, multas e controle do Estado eram frequentes à população. Também, o estigma da vadiagem deveria ser abolido deste “Brasil parisiense”, e um elemento como o violão, como aponta o historiador Sevcenko, passou a ser considerado como sinônimo de ociosidade.²⁸⁵ Diversos pontos coagiam em vista de um ideal que refletia nas tentativas de um controle da população. Por esse foco podemos imaginar como a eugenia será bem recebida como ciência no Brasil, pois:

Neste contexto, a eugenia se constituía também como um importante mecanismo civilizador, capaz de reeducar os hábitos sociais e os comportamentos morais, investindo, por exemplo, sobre as regras de higiene individual e familiar, a educação sexual, a regulamentação sobre o uso do álcool e do tabaco, além do controle da prostituição e da criminalidade.²⁸⁶

Convidativo a esta discussão, está a obra de Sidney Chalhoub, *Trabalho, Lar e Botequim*²⁸⁷, em que o autor situa a condição do mundo do trabalho no até então Distrito Federal, principalmente, sua organização social com o término da escravidão. O autor demonstra como este arranjo do trabalho serviu para as classes privilegiadas continuarem exercendo sua dominação com a massa liberta – e imigratória – que aflorava nos centros urbanos, em especial, no Rio de Janeiro. Para o historiador, as condições que foram impostas à população de cor deixavam estes “despreparados para o papel do trabalhador livre”²⁸⁸. Logo, “a população de cor não tinha nem o treinamento técnico nem a mentalidade do trabalhador livre, ficando, assim, excluída das oportunidades econômicas oferecidas pela ordem social competitiva emergente”²⁸⁹. Ou como veremos mais adiante, a imigração contribuiu com o processo de baixas condições de trabalho para o negro no Rio de Janeiro ao passo que “[...] desde a chegada maciça de imigrantes, especialmente portugueses, à cidade, resultou a recriação ou a continuação em um novo contexto da subordinação social do negro brasileiro”²⁹⁰.

²⁸⁴ RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. op.cit.*, p. 190. [Grifo nosso].

²⁸⁵ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª. ed. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1985, p.32. Para o autor: “Modelando-se essa sociedade, como seria de se esperar, por um critério utilitário de relacionamento social, não é de se admirar a condenação veemente a que ela submete também certos comportamentos tradicionais, que aparecem como desviados diante do povo parâmetro, como a serenata e a boemia. A reação contra a serenata é centrada no instrumento que a simboliza: o violão” (*Ibid.*).

²⁸⁶ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1930-1935). op.cit.*, 2011, p. 292.

²⁸⁷ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. op.cit.*

²⁸⁸ *Ibid.*, p. 52.

²⁸⁹ *Ibid.*, p. 52-53.

²⁹⁰ *Ibid.*, p. 75.

Do mesmo autor, *Cidade Febril* dispõe um argumento relevante para a identificação do negro na sociedade como “classe perigosa”. Este termo estabelece consonância com estratégias de coibição de ascensão de alguns setores sociais, principalmente após a abolição. Daí o argumento do historiador de que “se não era mais viável acorrentar o produtor ao local de trabalho, ainda restava amputar-lhe a possibilidade de não estar regularmente naquele lugar”²⁹¹. Isto serviu, em partes, como prerrogativa para disseminar as manutenções de homens e mulheres nos centros rurais com condições muito semelhantes aos tempos da escravidão.

Não tardou para que este vendaval modernizante restringisse cada vez mais os hábitos populares, trocando-os por uma série de regras travestidas de “bem estar” social. Obviamente, as classes menos privilegiadas deste cenário de modernização sofreriam as consequências mais drásticas. Em vista disso, o livro *Cidades negras* cita o exemplo que a moradia denominada *zungu* era um refúgio para que os negros mantivessem sua cultura em um local secreto, pois à luz da lua a repressão era constante. Nesses lugares reflexivos do século XIX, escravos, pardos, mulatos, libertos poderiam compartilhar sua cultura, jogar capoeira e rezar para seus deuses em um local secreto, fora do olhar recriminatório daqueles que pensavam a cidade sob os olhos de um lugar “limpo”, ou melhor, “branco”²⁹².

Com as epidemias que se alastravam na virada do século, como a febre amarela, varíola e malária, a saúde tornou-se uma preocupação cada vez mais constantes. Somada com os índices de mortalidade pelas doenças, as ciências esforçavam-se para adquirir alguma forma de combatê-las, mesmo que à luz dessas ações envolvessem resoluções políticas e sociais. Sevcenko, ao estudar a Revolta da Vacina, lembrou-se que a impopularidade de Rodrigues Alves na presidência contribuiu ainda mais para inflar os ânimos da capital federal. Destarte, não é de se estranhar as proporções que a revolta tenha tomado nos anos de 1904 no Rio de Janeiro.²⁹³

Aliás, este movimento teve como um dos seus precedentes as imposições sanitaristas do até então presidente Alves no porto do Rio de Janeiro, como por exemplo, a promulgação de leis que concediam os despejos. Outra ação importante para o desfecho das realizações

²⁹¹ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 24. No debate que propõe Chalhoub, estabelece em alguns dos argumentos de políticos da época os “vícios” ou a “indisciplina” do negro estar atrelada a valores de “natureza”. Nesse sentido, ele alude às teorias raciais que tornariam a questão da cor algo da “raça” (Cf.: *Ibid.*, p.25).

²⁹² ARAÚJO, C. E. M; FARIAS, J. B; GOMES, F. S. G; SOARES, C. E. L. Nas quitandas, Moradias e Zungus: fazendo gênero. In: _____ et al. (orgs.). *Cidades Negras: Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006, p. 84.

²⁹³ SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Cosac Naify, 2010, p. 55-58.

sanitárias foi o convite de Oswaldo Cruz para assumir a coordenação dos esforços de desinfecção e profilaxia da capital.²⁹⁴ A influência de Oswaldo Cruz pode ser vista na obra de Sevcenko quando o autor constata o relato do médico para um repórter do *Jornal do Comércio*, em que podemos verificar sua influência e autonomia nas demandas sanitaristas. Dizia o médico: “Preciso de recursos e da mais completa independência de ação. O governo me dará tudo de que necessito, deixando-me livre na escolha de meus auxiliares, sem nenhuma interferência política”²⁹⁵. Posteriormente nomeado como diretor-geral de Saúde Pública, as imposições sanitárias tornavam-se uma realidade.²⁹⁶

O que se viu posteriormente foi uma política extrema, em que era afastado tudo que fosse considerado ruim para longe dos centros urbanos “modernizados”. Vadios, mendigos, negros, cães, nada poderia atrapalhar a vontade em se adequar os bons padrões aos olhos da visão estrangeira. Como consequência, o “entulho humano” se aglomerava nas periferias e fora das vistas dos idealistas da modernidade. Este problema das habitações populares também pode ser notado pela constituição de uma classe burguesa emergente e da sua acumulação de capital. Em decorrência disso, “em quatro anos, milhares de pessoas tiveram de deixar suas casinhas em cortiços ou estalagens e seus quartos em casas de cômodos que foram desapropriadas e demolidas por ordem da prefeitura”²⁹⁷. Aos afetados restava procurar novos locais de anexação em morros, no subúrbio ou aderir aos aluguéis caríssimos de um mercado imobiliário inflacionado.

A concepção do Brasil como um “imenso hospital”²⁹⁸ fez com que houvesse um esforço na tentativa de curar estas “enfermidades”. Foram empregadas ações em diversos pontos geográficos do país chegando, inclusive, ao sertão do “Jeca Tatu” de Monteiro Lobato

²⁹⁴ A psiquiatria também esteve na pauta dos esforços sanitaristas. Vera Portocarrero dissertou que além de Oswaldo Cruz, Juliano Moreira foi destinado para a Assistência Federal a Psicopatas: “Os projetos sanitários caracterizavam-se fundamentalmente pela prevenção. Eles foram elaborados com vistas à atuação no campo da saúde física e mental. É nessa época que Oswaldo Cruz é nomeado diretor do Instituto de Manguinhos para pesquisa das principais endemias do Brasil, e Juliano Moreira, diretor geral da Assistência Federal a Psicopatas, antes Assistência a Alienados, que, a partir de 1903, inclui os desviantes perigosos” (PORTOCARRERO, Vera. *Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002, p. 101).

²⁹⁵ SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. *op.cit.*, p. 71.

²⁹⁶ Nomeando de “ditadura sanitária”, Sevcenko diz que a lei de março de 1904 permitia “invadir, vistoriar, fiscalizar e demolir casas e construções”. Além disso, “a lei de regulamentação da vacina obrigatória, em novembro desse mesmo ano, viria a ampliar e fortalecer essas prerrogativas, colocando toda a cidade à mercê dos funcionários e policiais a serviço da Saúde Pública” (*Ibid.*, p. 73).

²⁹⁷ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. *op.cit.*, p. 91.

²⁹⁸ Miguel Pereira caracterizou o Brasil, em 1916, como um “imenso hospital” (SÁ, Dominichi Miranda de. Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, 2009, p. 189); (Cf.: HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: As bases da política de Saúde Pública no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec Anpocs, 1998, p. 63).

(1882-1948). Por sua vez, o sertanejo que estaria “estagnado na escala evolutiva” e “inapto para enfrentar os desafios da modernização”²⁹⁹, ganhou atenção especial de médicos respeitados como Oswaldo Cruz, que por volta de 1912 foi aos confins dos sertões com sua ciência sanitária resolver as “mazelas” desse povo “vegetativo”. Carlos Chagas também atribuía desde o início da década de 1910 as doenças ao atraso do país.³⁰⁰ Mota, resgatando uma feliz citação de Sandra Jantahy Pesavento traduz este momento peculiar do sanitarismo, política e “raça”, que estavam por tantas vezes interligados:

A cidade tornou-se burguesa, bela, moderna, higiênica, ordenada e acima de tudo, branca. No entanto, os conhecidos lugares de enclave, termo usado para designar as ruas e habitações dos pobres, mais particularmente dos negros, ou foram demolidos e sua população expulsa para os arrabaldes da cidade ou permaneceram sendo considerados locais inóspitos. Curiosamente, lugares considerados insalubres – como os becos – não eram atingidos pelos melhoramentos urbanos pelos quais se empenhava a municipalidade, ratificando também as escolhas médicas de regiões e pessoas que deveriam receber essa restauração sanitária.³⁰¹

Com isso, queremos mostrar que as teorias raciais e a ciência advinda do século XIX estavam em pleno diálogo com as políticas públicas do século XX. Além da cidade bela que seduziria mais imigrantes no início do século, havia também a cobiça pelos “melhores imigrantes”, isto é, muitos intelectuais e políticos preferiam determinadas nacionalidades estrangeiras selecionando-os com base nas teorias raciais. Alguns exemplos dessa “seleção” foram emblemáticos na imigração. Como escreve Giralda Seyfereth, “a imigração foi objeto de debates acirrados nos meios políticos, administrativos e acadêmicos, numa espécie de interface com o ‘problema racial’”³⁰².

Este debate sobre o “imigrante ideal” reluz no século XIX, como expressa Paulo Cesar Gonçalves. Nos anos de 1855, Lacerda Werneck (membro de uma importante família de cafeicultores no Vale do Paraíba fluminense) salientava que o tipo ideal dos emigrantes deveria ser o europeu³⁰³, por se tratar de uma raça “forte e robusta”³⁰⁴. Na tese de Gonçalves,

²⁹⁹ DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. *op.cit.*, p. 203.

³⁰⁰ SÁ, Dominichi Miranda de. Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935). *op.cit.*, p. 189.

³⁰¹ PESAVENTO, 1998 apud MOTA, André. *Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 35.

³⁰² SEYFERETH, Giralda. Roquette-Pinto e o debate sobre raça e imigração no Brasil. “As leis da eugenia” na antropologia de Edgard Roquette-Pinto. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (orgs.). *Antropologia Brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008, p. 148.

³⁰³ Esta posição quanto ao “imigrante ideal” correspondendo ao europeu variava de acordo com o contexto de abordagem. Veremos manifestações nacionalistas xenófobas contra os alemães ao passo que a Primeira Guerra Mundial se encaminha, daí nossa posição quanto à variabilidade da visão “racial” do imigrante, pois ela também sugere conflitos em escala global voltado a nacionalidade como pressuposto de uma visão degradante dessa ou daquela raça/nação. Ramos aponta que com a chegada da Primeira Guerra Mundial que “os imigrantes passaram a ser vistos, mais do que nunca, tanto por parte dos governos dos países de imigração quanto por parte dos países

o mesmo Werneck se mostrava contrário à vinda de chineses como uma mão de obra associada ao progresso, pois estes não tinham a mentalidade progressista, na visão do fazendeiro. Nos anos de 1870, o autor nos explica que as discussões com argumentos raciais permeavam Menezes e Souza, o conselheiro do império, que se manifestava contrário às investidas dos não europeus. Para Gonçalves, “um desfile de cientificismo, teorias raciais classificatórias e sobre a capacidade de assimilação de cada povo, além das observações sobre as experiências ocorridas no país que resultaram na opção pelo alemão”³⁰⁵. Portanto, era vista com bons olhos a imigração dos europeus para o país e, melhor ainda, se estes fossem alemães ou italianos.

Isto posteriormente terá recepção na visão de eugenistas. Independente das preferências de nacionalidades que poderiam ser variadas, lembremos uma frase do eugenista Renato Ferraz Kehl (1889-1974), décadas depois, para acreditarmos que essa premissa perdurou por um bom tempo no Brasil, “Basta lançar os olhos para os Estados onde existe maior número de italianos e de alemães e confrontá-los com os Estados onde tais elementos não figuram: a diferença salta ao primeiro exame”³⁰⁶.

Entre as maiores ebulições dos debates sobre “raça” e nacionalidade, a imigração japonesa sofreu sérias restrições no início do século XX. Por volta de 1906, com o Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio, Luiz Guimarães, que expressou sua preocupação com a ida dos japoneses ao país. Leão Neto salienta que Guimarães assinalava suas preocupações com relação à imigração japonesa que até então estava sendo selado por Ryu Mizuno, o fundador da *Kokoku Shokumin Kaisha* (Companhia Imperial de Imigração), em 1906.³⁰⁷ Em ofício datado de 4 de dezembro de 1906, Guimarães enseja seu descontentamento:

Parece-me que o Governo Federal deve dificultar, uma vez que não pode impedir em absoluto, a entrada de asiáticos em nosso país. O japonês que emigra não só não assimila os costumes da nossa nova pátria como pretende impor os seus. Além disso, é um colono que incomoda os Governos com queixas de todos os dias, podendo dar origem a reclamações e atritos desagradáveis, porque o Japão de hoje é um país ao

de emigração como extensões dos estados de que se originavam logo como instrumento das lutas nacionais”. (RAMOS, Jair Souza. Como classificar os indesejáveis? Tensões e convergências entre raça, etnia e nacionalidade na política de imigração das décadas de 1920 e 1930. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (orgs.). *Antropologia Brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008, p. 190).

³⁰⁴ GONÇALVES, Paulo Cesar. *Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o novo mundo*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2008, p. 159-163.

³⁰⁵ *Ibid.*, p.164

³⁰⁶ KEHL, Renato. *Lições de Eugenia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929, p. 186.

³⁰⁷ LEÃO NETO, Valdemar Carneiro. *A crise da Imigração Japonesa no Brasil, (1930-1934): Contornos Diplomáticos*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989, p. 24-25.

qual é preciso dar-se contas desde que ele as reclame. Basta advertir no que se está passando em São Francisco...

E complementa:

... não enxergo a vantagem de se introduzir na *vitalidade do nosso organismo nacional* um elemento completamente disparatado, como seja *o sangue mongólico, sem falar na fealdade desta raça* – o que também é um elemento a se considerar – parece-me, Senhor Ministro, que seria de avisada política cortar desde já as asas à ideia que está dia a dia tomando maior vulto sobre a emigração japonesas para o Brasil.³⁰⁸

Igualmente, muito mais que o trabalho nas produções agrícolas, o imigrante tinha para alguns intelectuais e políticos, dentro do contexto do “ideal nacional”, uma função de “branquear” e “colaborar” com a melhoria da “raça”. Daí permite entender a complexa fiscalização e cobiças dos administradores da nação em almejar imigrantes que se adequassem “racialmente” com as propostas do país, tanto no século XIX e até a metade do XX. Longe de ser um consenso, as “raças humanas” estariam sujeitas as interpretações dos intelectuais da época, seja do alemão considerado a “raça pura e superior”, ou das “raças degeneradas”, como negras e japonesas. A tônica destas reflexões fez com que os debates das leis da imigração fossem acompanhados mais de perto pelo Estado. Não por acaso, veremos nos anos de 1920 a 1930 as discussões sobre a temática e a influência da eugenia. Propostas de leis, ou mesmo discussões em congressos de eugenia, colocaram o imigrante como pauta da ordem do dia para repensar “que tipo de material humano deveria ser importado”.

Concordamos com Jair Souza Ramos, quando o antropólogo salienta que, “onde está escrito nacionalidade ou etnia o pesquisador pode, sem problemas, ler raça e se poupar o trabalho de explicar as relações de oposição, convergência e predomínio entre os termos”³⁰⁹. Isto deve ser sublinhado, pois são as discussões raciais em voga que levaram a olharmos pela janela da nacionalidade e etnia. Quando se discute sobre os “japoneses”, “asiáticos”, “orientais”, “afro americanos”, “sírio-libaneses”, “judeus”, etc., antes de tudo estamos observando através de uma ótica racial, que faz jus à busca do “imigrante desejável” em contrapartida ao “imigrante indesejável”. Todos eles, ressaltados pela ótica da “raça”. Quando Guimarães olha para o japonês em 1906 e cita, por exemplo, a “fealdade”, ele ponderou a partir do conceito racial, e não acreditou em benefícios da inclusão desta “raça” no organismo nacional.

³⁰⁸ Seguem as informações no qual o documento o autor se refere: AHI, ofício nº 4, 2º Seção, Reservado, de 04/12/1906, recebido da Legação em Tóquio. Cf.: rodapé (*Ibid.*, p. 25). [Grifos nosso].

³⁰⁹ RAMOS, Jair Souza. *Como classificar os indesejáveis?* Tensões e convergências entre raça, etnia e nacionalidade na política de imigração das décadas de 1920 e 1930. *op.cit.*, p. 180.

Não podemos esquecer o forte laço subsidiário que o Brasil possibilitou para a imigração, inclusive com financiamento do Governo Federal. Lembremos também do decreto de 1907 e o respectivo Serviço de Povoamento do Solo Nacional que contribuiu efetivamente para interação dos trabalhadores imigrantes com os nacionais na concessão de lotes coloniais. Ramos sugere que essa concepção reflete na política imigratória com base na “questão racial” da imigração europeia, funcionando como um adendo ao sangue “superior” em meio a uma população miscigenada.³¹⁰ A ação do Estado, mais uma vez, tinha nas suas políticas nacionais o ideário racial que era condizente ao contexto das teorias raciais.

Por fim, uma última análise pontual deve ser feita em relação às ideias raciais: a teoria do branqueamento. Esta tese, segundo Skidmore, baseava-se na superioridade branca pelo “uso dos eufemismos raças ‘mais adiantadas e ‘menos adiantadas’”³¹¹. Acreditando em uma superioridade branca, esse tema, para o autor, visava que o *gene* branco era mais forte, e por isso, deveria ser estimulada a sua disseminação, pois só assim teríamos uma população saudável tanto cultural quanto física.

A cor da pele exerceu influência política e separatista desde o período da Diáspora Africana, afinal, o “negro” esteve à mercê do “branco”. O contexto da escravidão no Brasil reflete este jogo de poder dentro da casa grande e da senzala. Uma vez que havia desníveis da sociedade brasileira em relação à potencialidade da cor no meio econômico e político, não é surpresa que mesmo após a abolição não haveria uma amnésia coletiva das diferenças “raciais” e surgiria uma “paz nacional entre as cores”. Somado a isso, também envolvia uma situação político-econômica e relações de poder na sociedade. Mesmo com o final da abolição, a permanência do julgamento em face de cor da pele continuava a fazer parte das mentalidades sociais. No estudo de Hofbauer, o autor aponta que desde o período da escravidão fazia-se esta concepção maniqueísta entre o querer ser “branco” e o afastamento do “negro”. Com relação a este momento pontua:

Estas citações e comentários indicam não apenas o amplo consenso social que a ideologia escravista tinha atingido, mas também a disseminação, inclusive entre os “não-brancos”, de um ideal que hoje chamamos de branqueamento: um ideário historicamente construído (uma “ideologia”, um “mito”) que funde status social elevado com “cor branca e/ou raça branca” e preta ainda possibilidades de transformação da cor de pele, de “metamorfose” da cor (raça). Ao atuar como interpretação do mundo (das relações sociais), esta construção ideológica foi fundamental para a manutenção da ordem social. Chamar a atenção para a cor de pele escura (ou “traços raciais negróides”) de alguém era uma grave ofensa, sobretudo para aqueles que buscavam ascender socialmente. Enquanto as palavras

³¹⁰ *Ibid.*, p. 188.

³¹¹ SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 81.

“negro” e “preto” estavam intrinsecamente associadas à vida escrava, a cor branca estava ligada ao status “livre”.³¹²

Está claro que a abolição da escravidão não significou igualdade social. Como vimos no início do século XX, com as propostas sanitaristas e higienistas, a comunidade negra tornou-se alvo da “limpeza” e, inclusive, a forte crença da sua eliminação por meio das gerações.³¹³ Era comum, como na fala do médico e filósofo Francisco Soares Franco, ainda no século XIX, algumas sugestões de como os Estados poderiam atuar para um suposto “projeto de branqueamento”. Para ele, “muitos são os meios, de que o Legislador se pode servir para acelerar os casamentos dos brancos, e dos mestiços”³¹⁴. Esse tipo de referências de um “controle matrimonial” será uma política comum nos processos de eugenia no Brasil. Vale ressaltar como exemplo desde agora – e voltaremos nisso mais adiante –, a frase de Kehl, na obra *Política Eugênica* (1932): “Só motivos acidentais ou aberrações mórbidas fazem um branco se unir com uma negra ou vice-versa”³¹⁵.

Com os debates acirrados tanto na questão biológica aplicada na sociedade como das políticas públicas em relação à nação, não tardou para que a *intelligensia* brasileira apresentasse certa dualidade nos debates acerca da “raça” e da “cor da pele”. O mestiço era um componente importante nas análises entre as divisões “raciais”, sendo enxergado tanto em um caráter “positivo” quanto “negativo”. Deste modo, basta-nos observar certa aceitação ao mestiço em Silvio Romero, em contraponto à crença a uma degeneração da “raça” pelos escritos de Raimundo Nina Rodrigues. Além de Euclides da Cunha, estes dois intelectuais representam nesse trabalho a voga e o vigor do pensamento científico na “questão racial” e por consequência, suas posições na sociedade brasileira e reconhecimento como intelectuais.

Silvio Romero, “era antes de mais nada um grande agitador. Autodidata e pouco preocupado com o que chamava ‘pura especulação’, utilizou com entusiasmo a última palavra

³¹² HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão. op.cit.*, p. 177.

³¹³ Seguindo as pistas de Johann Moritz Rugendas em *Viagem através do Brasil* (1979), Hofbauer destaca um importante trecho que alude este ponto no ideário de uma limpeza da cor. Segundo Rugendas, em relação ao problema da quantidade de “negros libertos” salientava: “já o mesmo não se dirá se tiver em consideração que poucas gerações se fazem necessárias para destruir a cor preta, na população livre, em razão dos casamentos entre negros e homens de cor e, em consequência das ligações frequentes entre as negras livres e os brancos. Muitas vezes a cor preta desaparece com os filhos ou netos, de modo que os descendentes dos negros livres, em vez de aumentar a população negra perdem-se, insensivelmente, na massa dos homens de cor” (RUGENDAS, 1979 apud HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão. op.cit.*, p. 178).

³¹⁴ FRANCO, 1821 apud HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão. op.cit.*, p. 186.

³¹⁵ KEHL, Renato. *Política eugênica*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1933b, p. 13. Esta frase aparecerá mais vezes ao longo do nosso trabalho para expressar algumas ideias que demonstrem a relação com os estereótipos e a eugenia.

em ciência e filosofia para lidar de forma direta com os problemas nacionais”³¹⁶. É por este olhar que procuramos entender sua participação no pensamento científico do país: a sua forma de lidar com os chamados “problemas nacionais”. Provocativo, avesso ao “afrancesamento brasileiro”, crítico ao positivismo de Comte³¹⁷, Romero esteve longe de ser uma unanimidade entre os intelectuais do período. Contudo, suas posições refletem os diálogos que se mantinham naqueles momentos. Entre embates com o historiador Capistrano de Abreu (1853-1927), o médico Manoel Bomfim e Nina Rodrigues, Romero “acreditava ver na mestiçagem a saída para uma possível homogeneidade nacional”³¹⁸.

Ao tratar de “raça” e ciência vai em direção a alguns discursos em pauta do período, como a diferença entre culturas das “raças humanas”, o evolucionismo como ciência e o positivismo – além de debater exaustivamente em várias de suas obras sobre questões convergentes ao poder monárquico e republicano e a política nacional. Apesar de ter uma visão distinta no que concerne ao mestiço, Romero pensa as “raças” nas estruturas da “superioridade” e “inferioridade”. Para ele, “não deve aí haver vencidos e vencedores; o mestiço congraçou as raças e a vitória deve assim ser de todas três”³¹⁹. O autor ainda complementa com um viés científico da adaptação: “Pela lei da adaptação, elas tendem a modificar-se nele, que, por sua vez, pela lei da concorrência vital, tendeu e tende ainda a integrar-se a parte, formando um tipo novo em que há de predominar a ação do branco”³²⁰.

Considerando a importância da escravidão para as relações interétnicas, Romero tenta demonstrar que o mestiço é um produto do Brasil e que a união entre brancos, negros e índios

³¹⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. op.cit.*, p. 201.

³¹⁷ As críticas ao positivismo de Comte são frequentes nas obras de Romero. Para nós, uma importante referência de estudo nesse sentido foi *Doutrina contra doutrina* (1894). Entre tantos embates sobre o positivismo, podemos salientar uma passagem que nos chamou atenção pela agressividade com relação às posições de Comte. Comparado-a como uma espécie de “fanatismo religioso”, Romero diz: “Primeiramente, ele é um sistema fácil, de assimilação pronta pela semi-cultura dos espíritos preguiçosos, e religiosamente exige apenas a fé” (ROMERO, Silvio. *Doutrina contra doutrina: o evolucionismo e o positivismo na República do Brasil*. Rio de Janeiro: J. B. Nunes, 1894, p. 112 - 113). Por outro lado, percebemos como este positivismo estava atrelado a ciência dos anos de 1870 e até as primeiras décadas do século XX. Luiz Otávio Ferreira destaca a importância dessas ideias no Brasil e complementa que “Na maioria das vezes, as objeções recordam o aspecto ‘religioso’ e ‘ortodoxo’ assumido pela militância do Apostolado Positivista Brasileiro ou enveredam pelo caminho da demonstração do anacronismo nas ideias científicas, em particular dos conceitos físicos e matemáticos e da filosofia e história das ciências de Augusto Comte, com as quais supostamente estariam comprometidos os adeptos da versão ‘científica’ do positivismo. Desse modo, em geral, o positivismo não importando o seu matiz ou a forma como os positivistas se manifestaram socialmente, é rejeitado como fenômeno cultural a ser considerado quando se trata de entender a institucionalização das ciências brasileiras no início do século XX” (FERREIRA, Luiz Otávio. *O ethos positivista e a institucionalização das ciências no Brasil*. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (orgs.). *Antropologia Brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 88).

³¹⁸ *Ibid.*

³¹⁹ ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira. v.I*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1888, p. 106.

³²⁰ *Ibid.*

é algo que está inserido no sangue nacional. Empréstando as palavras de Antônio Cândido, Romero “feria de morte a ilusão de brancura” e fazia alarde sobre “a importância e a generalidade da mestiçagem”³²¹. O autor se coloca como defensor do mestiço em um tempo em que o evolucionismo e as teorias da hereditariedade são um componente presente no pensar dos cientistas da época. Contudo, fez prognósticos da crença de um branqueamento da nação. Romero acreditava que a relação darwinista contribuía para o progresso nacional, afinal, como um “homem da ciência”, ele emergiu o discurso hereditário para sua análise da literatura brasileira. Nota-se como as ideias da transmissão biológica hereditária estavam sendo recepcionadas no Brasil e faziam parte do imaginário intelectual na análise brasileira das “raças”:

A poderosa lei da concorrência vital por meio da seleção natural, a saber, da adaptação e da hereditariedade, é aplicável às literaturas, e à crítica incumbe comprová-la pela análise dos fatos. A hereditariedade representa os elementos estáveis, estáticos, as energias das raças, os dados fundamentais dos povos; é o lado nacional nas literaturas. A adaptação exprime os elementos móveis, dinâmicos, genéricos, transmissíveis de povo a povo; é a face geral, universal das literaturas. São duas forças que se cruzam, ambas indispensáveis, ambas produtos naturais do meio físico e social.³²²

Como pensar um Brasil rumo ao progresso quando se tem em vista as constantes teorias críticas ao hibridismo – como de Agassiz - ou mesmo das determinações climáticas de Buckle? Para Rodrigo Turin, que estudou o pensamento de Romero, este intelectual da virada do século pensa o mestiço como um produto que se adéqua aos conformes do ideal nacional, não impedindo em nada a realização de propostas progressivas com base no discurso degenerativo da miscigenação.³²³ Romero pensa o Brasil e percebe na mestiçagem um elemento que poderia adaptar a ordenação social para os objetivos da nação.

No que diz respeito à ciência, o autor é enfático na postura nacional do seu desenvolvimento e importância para a nação, principalmente no que tange às pesquisas internas. Romero acreditou que deveríamos deixar apenas de importar teorias e investir em uma ciência brasileira:

Um povo que nada produz na ordem das ideias é um povo estéril e inútil para a humanidade. Na ordem das ideias as mais importantes são as científicas, e por isso o povo que nada fundou nas ciências não tem o direito de viver na história. O Brasil nada de notável, de saliente tem produzido até agora no terreno de que falamos:

³²¹ CANDIDO, 1978 apud DIMAS, Antonio. O turbulento e fecundo Silvio Romero. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Moritz (orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país* São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 83.

³²² ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira. op.cit.*, p. 15 - 16.

³²³ TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro: Silvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2005, p. 164.

queremos dizer, não existem doutrinas, teorias ou grandes fatos novos que entrassem para o patrimônio geral da humanidade levados pelos brasileiros.³²⁴

Não à toa, tece críticas severas aos trabalhos que tentam interpretar a “raça” e o homem, que ao seu modelo de interpretação não convergem com suas apreciações do meio. Entre críticas a Comte e outros, podemos destacar no livro *História da literatura brasileira*, um capítulo exclusivo dedicado à crítica do determinismo climático de Buckle. Isso não quer dizer que Romero desconsiderava o clima na formação “racial”, pelo contrário, ele acreditava na importância ambiental, mas indagava-se sob sua condição essencial como meio formador de um povo. Segue um exemplo: “Pela lei darwinica da transformação dos seres, entendida o mais largamente, as raças despontaram diferentes em climas diferentes também. Os climas depois disto só tem feito conservar e fortalecer as predisposições nativas”³²⁵.

Com efeito, postulamos o envolvimento do autor na dinâmica dos debates científicos da virada do século XIX para o XX, se colocando como um personagem na formação do pensamento social-científico do país e um componente da discussão racial do período. Ao debruçar sobre estes intérpretes, o que nos interessa é localizá-los no cenário intelectual científico da virada do século XIX nos debates de raça e cor no Brasil. Principalmente no que tange a multiplicidade de possibilidades de entendimento do que seriam “raça” e ciência nesse período.

Assim como Romero, o médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues³²⁶ pensava as questões “raciais”. Este acreditava que a mestiçagem era um sinônimo de degeneração para as “raças”. Entre várias possíveis interpretações dos seus estudos, concordamos com Mariza Corrêa ao defini-lo como “homem de ciência de seu tempo”³²⁷. Esta caracterização converge com nossas pretensões analíticas ao identificar os sujeitos que faziam ciência no Brasil estabelecida nos paradigmas do seu espaço e tempo. Nina Rodrigues, como muitos homens da sua contemporaneidade estão contextualizados no saber das práticas médicas que, no caso deste autor, estiveram presentes em contribuições de estudos para a área. Portanto:

³²⁴ ROMERO, Silvio. *História da Literatura Brasileira. op.cit.*, p. 375.

³²⁵ *Ibid.*, p. 38.

³²⁶ A importância das análises “raciais” de Nina Rodrigues foi notada por Mariza Corrêa ao tratar da “Escola Nina Rodrigues”. Para a autora, “A maioria dos médicos formados no Brasil no início deste século, ao escolherem essa especialidade, se filiavam também à ‘escola’ ou se diziam por ela influenciados de alguma forma. Isso não é de espantar uma vez que até 1910 apenas duas faculdades de Medicina funcionavam no país, no Rio de Janeiro e na Bahia, e dado o particular zelo de Nina Rodrigues em tornar a Medicinal Legal um ramo autônomo da medicina brasileira do final do século 19. Mas não apenas os médicos reivindicaram Nina Rodrigues como seu pai espiritual, muitos cientistas sociais, médicos de formação mais importantes na constituição do campo da antropologia no Brasil, também afirmaram filiação direta de suas pesquisas, particularmente sobre ‘questão racial’, aos estudos de Nina Rodrigues sobre africanos e seus descendentes” (CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. op.cit.*, p. 14-15).

³²⁷ *Ibid.*, p. 199.

Julgar com padrões oferecidos pela ciência do nosso tempo os erros ou acertos de sua atuação científica, tanto como desqualificá-la ou louvá-la por ser politicamente orientada em benefício de uma determinada ordem social, caminho frequentemente percorrido por seus analistas, nos levaria a correr o risco de fazer uma crítica ideológica de sua ideologia, ingressando no mesmo círculo traçado por ele ou seus seguidores.³²⁸

Nos trilhos entre os estudos da antropologia criminalista e sua profissão de médico, aventurou-se na compreensão do homem e suas medições antropométricas, e até mesmo as causas que levariam as “raças” à degeneração e sua ligação com a criminalidade. Os livros *O Alienado no direito civil brasileiro* e *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* deram o tom da nossa argumentação, em vista das pesquisas de Nina sobre a mestiçagem. Na crença de que as “raças” possuíam diferenças significativas a ponto de serem distinguidas no direito constitucional, o autor pensava que “os códigos penais estavam ainda muito permeados por concepções metafísicas e não reconheciam os avanços da ciência moderna”³²⁹ e, portanto, haveria a “necessidade de criação de códigos penais distintos que permitissem estabelecer responsabilidades atenuadas”³³⁰. A visão de Nina respaldava em uma fração da ciência de sua época, em que era possível enxergar as “diferenciações raciais” pelo olhar científico evolucionista. Um exemplo disso foi a condenação de Nina às práticas da metafísica em contraposição aos princípios científicos. Segundo o antropólogo:

A concepção espiritualista de uma alma da mesma natureza em todos os povos, tendo como consequência uma inteligência da mesma capacidade em todas as raças, apenas variável no grau de cultura e passível, portanto, de atingir mesmo numa representante das raças inferiores o elevado grau a que chegaram as raças superiores, é uma concepção irremissivelmente condenada em face dos conhecimentos científicos modernos.³³¹

Este abandono da metafísica em favor das teorias científicas pode ser constatado ainda na década de 1870, no célebre diálogo da defesa de doutorado de Silvio Romero com seu arguente Dr. Coelho Rodrigues.³³² Portanto, munido dos avanços da biologia, Nina Rodrigues

³²⁸ *Ibid.*, p.200.

³²⁹ HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p. 199.

³³⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nina Rodrigues: um radical do pessimismo. In: *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país* / BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 93.

³³¹ RODRIGUES, Raimundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. *op.cit.*, p. 44.

³³² Schwarcz nos apresenta o diálogo que traduz um exemplo das ciências no Brasil, bem como o evolucionismo sobreposto à metafísica: “A solenidade, transformada prontamente em ato político, tem seu ápice no diálogo tenso que se estabelece entre os dois intelectuais que, naquele momento, representavam correntes opostas de pensamento. O estopim do ríspido debate se deu quando o arguente reclamou da oposição que fazia Silvio Romero à metafísica, que desta maneira respondeu:- Nisto não há metafísica, há lógica. – A lógica não exclui a metafísica, replicou o arguente. – A metafísica, não existe mais, se não sabia, o saiba, treplicou o doutorando. – Não sabia, retruca esse. – Pois vá estudar para saber que a metafísica está morta. – Foi o senhor quem a matou?”

procura explicar o problema das “raças” no Brasil com ênfase em um tom pessimista nos mestiços. Pela vertente biológica, o autor observava o cruzamento humano entre “raças” da mesma forma como nos animais – uma associação comum para a época -, o que conseqüentemente acaba por gerar “produtos evidentemente anormais, impróprios para a reprodução e representando na esterilidade de que são feridos, estreitas analogias com a esterilidade terminal da degeneração física”³³³.

O “mestiço” de Nina Rodrigues é o mais pessimista possível, assim como no hibridismo animal que não pode gerar vida, o cruzamento entre “espécies humanas” gera um indivíduo psicologicamente sem valor que “não presta enfim para gênero algum de vida”³³⁴. Esta “espécie” representaria as piores características da junção das “raças”, dando existência a um indivíduo “degenerado por natureza”. Pautado nessas observações, Nina procurou estabelecer um equilíbrio perante a lei, tendo em vista que os negros, mestiços e índios não possuíam a mesma noção civilizatória que o “branco civilizado”³³⁵. Para ele, deveriam ser levadas em conta essas formulações na confecção da lei. É importante realçar que o médico da escola de Recife, era um seguidor da Escola da Antropologia Criminalista Italiana e, por isso, seguia em alguns pontos os passos de Lombroso, Garofalo, Ferri e outros. Ele acreditava que as “raças” eram um dos fatores que contribuíam para a criminalidade. Esta questão é elucidativa no capítulo IX da obra *Os africanos no Brasil*:

A sobrevivência criminal é, por outro lado, um caso especial de criminalidade, que se poderia denominar étnica, resultante da coexistência em uma mesma sociedade, de povos ou raças em fases diferentes de evolução moral e jurídica, de modo que aquilo que ainda não é imoral ou antijurídico para uns, deve já ser para outros. Desde 1894, insisto no contingente que muitos atos antijurídicos dos representantes das raças inferiores, negra e vermelha, prestam à criminalidade brasileira, os quais, contrários à ordem social estabelecida no país pelos brancos, são, ainda, perfeitamente legais, morais e jurídicos, considerando-se do ponto de vista de quem os pratica.³³⁶

Como o excerto acima demonstra, havia um pessimismo em relação ao “negro” e ao “vermelho” que, segundo o autor, estariam atrasados em suas civilizações e, portanto, algumas de suas práticas na sociedade são vistas como atributos das “raças” como normal por

Perguntou-lhe o professor. – ‘Foi o progresso, a civilização’” (SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. *op.cit.*, p. 194).

³³³ RODRIGUES, Raimundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. *op.cit.*, p. 172.

³³⁴ *Ibid.*, p. 173.

³³⁵ Em vista da diferenciação do branco do negro por Nina Rodrigues, Mariza Corrêa diz que “ambos eram ameaças sociais e os dois deveriam ser retirados da sociedade, mas por razões diferentes: os negros porque estavam historicamente defasados em relação a ela, os brancos por não terem se adaptados às normas de conduta que eles próprios produziram” (CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. *op.cit.*, p. 142).

³³⁶ RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Madras, 2008, p. 246.

não terem um código ético e moral condescendente com o código do “branco” que seria mais evoluído. Em relação aos negros, salienta: “Os negros africanos são o que são: nem melhores nem piores que os brancos; simplesmente eles pertencem a outra fase do desenvolvimento intelectual e moral”³³⁷.

Além das noções raciais, o autor trabalha com *O alienado no direito civil brasileiro*, onde em sua formação de médico tenta compreender como as doenças afetam na estrutura do indivíduo, levando-o a cometer crimes e, até mesmo, sugerindo formas da lei “cuidar” desses alienados. Este entendimento também se faz presente na Escola de Antropologia Criminalista Italiana, com os estudos de Lombroso e os epiléticos. As teorias raciais tomam forma no discurso de Nina e pautado por um aparato científicista enxerga pelos seus prismas as formas de adequação entre o Estado e ciência. Esta observação é valiosa, pois o miscigenado, assim como o “alienado”, entra como apreciação para compreender a sociedade da qual faziam parte. Nina, reafirma sua relação com a ciência a partir de um ideário nacional:

No meu intento de agora, entraram, todavia, por igual o amor à ciência que professo e o desejo de ver a minha pátria dotada de um Código Civil, que a contribuição de todos, ainda as escassas de valor como esta, concorram para tornar digno da ciência e da cultura geral da sua época.³³⁸

Para Schwarcz, o médico nordestino definirá a mestiçagem como um mal nacional³³⁹ e, por isso, a mistura não seria algo pertinente para o “progresso do país”. Citando Buckle, Spencer e outros intelectuais deterministas do XIX³⁴⁰, o debate científico com relação ao miscigenado enraíza-se no cenário nacional, gerando diversas hipóteses, inclusive com Silvio Romero, que tinha uma visão diferenciada do mestiço de Nina Rodrigues. Devemos notar como estes autores estrangeiros participavam em ambos os debates dos intelectuais nacionais.

Junto com as teorias raciais podemos avistar como os conhecimentos de hereditariedade estavam tão presentes. Ao citar a cultura, por exemplo, indaga-se em resposta a Romero do porque um país como Portugal que detinham nomes importantes como Gil Vicente, Camões, Christovão Falcão, Sá de Miranda, não levaram mais sabiamente uma colonização no Brasil. Ele mesmo responde e culpa a “índole do caboclo, refratário à cultura,

³³⁷ RODRIGUES, Raimundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil. op.cit.*, p. 156.

³³⁸ RODRIGUES, Raimundo. *O alienado no direito civil brasileiro*. 3ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 13.

³³⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. op.cit.*, p.97.

³⁴⁰ “Com Buckle, com Spencer, a fertilidade deve mesmo ser considerada uma das condições principais das civilizações primitivas e para o Brasil o ponto está exatamente em saber como a sua tão decantada fertilidade pode ficar de harmonia com a ausência de civilização dos aborígenes” (RODRIGUES, Raimundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil. op.cit.*, p. 181).

e a imperícia do governo da metrópole”³⁴¹ como causa. O que nos interessa é a relevância de rememorar grandes nomes de Portugal como pressupostos para gerar uma cultura “boa” e relacionada ao progresso. Isto é, a herança hereditária como base sólida para uma nação fortificada.

Mais adiante, ao refutar os argumentos de Romero, ele trata do caráter da herança adquirida como pressuposto para uma “raça boa”. No item III, Nina decreta: “Feita assim a parte de todos os fatores, discutamos como a incapacidade das raças inferiores influiu no caráter da população mestiça, transformando ou combinando em síntese variáveis os predicados *transmitidos pela herança*”³⁴². O termo “herança” se faz presente no debate de Nina e aponta o tema em voga sobre o caráter hereditário. Seja com Romero, Ladislau Netto, Veríssimo, Lacerda, Dr. Coelho ou trazendo à tona as ideias importadas de Buckle, Darwin, Spencer, as discussões de raça e cor ganharam uma importância no meio científico e político brasileiro colocando-os muitas vezes em um estágio evolutivo inferior ao branco.

Por último, partiremos para as discussões científicas de Manoel Bomfim que foi considerado um dos primeiros críticos do chamado “racismo científico”³⁴³. O médico sergipano percebeu os problemas nacionais sob um pano de fundo diferente da “questão racial” tão frequente no período. A apreciação de Bomfim sobre hereditariedade e os discursos científicos da biologia se apresentaram de uma forma avessa às determinações sociais darwinistas que incorriam uma parcela do pensar da época.

Crítico de Agassiz ponderou a mistura racial apoiado em Weismann, Conklin, Loeb, Chabry, Wilson entre outros. Isto o coloca em uma posição atualizada dos estudos científico da sua contemporaneidade³⁴⁴. Diferentemente das vertentes que apoiavam o argumento que a cruzamento racial seria “degenerativa”, Bomfim parte do pressuposto da relação consanguínea entre famílias nobres e aristocráticas para manter a “pureza racial”. Para ele, este tipo de relação gera a “degradação, com extinção gradual das famílias que, por preconceito aristocrático, se fecham e se isolam, não admitindo uniões senão nos círculos dos parentes”³⁴⁵. Se utilizarmos das observações do capítulo anterior, com Galton, na obra *Hereditary Genius*, perceberemos que a aproximação das famílias na seleção da

³⁴¹ *Ibid.*, p. 179.

³⁴² *Ibid.*, p. 182. [Grifos nosso].

³⁴³ BOTELHO, André. Manoel Bomfim: Um percurso da cidadania no Brasil. In: _____; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 120.

³⁴⁴ BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 170.

³⁴⁵ *Ibid.*, p. 174.

hereditariedade era uma crença de manter a superioridade dos “bem dotados”. Bomfim compreende o tema como uma obsessão das famílias aristocráticas e principescas e salienta que “a união de parentes é um perigo para a sociedade”³⁴⁶.

Pelo seu conhecimento científico, Bomfim discorda que haja problemas com o cruzamento racial e tece críticas duras àqueles que buscam condenar esta forma de interação sexual no Brasil, pois “os que negam valor a tais cruzamentos, e até os condenam elevam a voz no repetir tiradas de pseudo-sábios – a defenderem e exaltarem as chamadas *raças puras*, consagradas na significação de teoria, para uma aristocrática superioridade”³⁴⁷. O autor notou a influência da denegação da combinação racial proeminentemente por fatores de preconceitos que buscariam nas teorias científicas uma forma de legitimação.

Ao tratar de Bomfim, Lowy assinala sua importância nas interpretações dos problemas sociais ao direcionar suas críticas ao parasitismo social que mascarava a real situação social do país. Como dispõe a autora ao falar do “Mal de origem”, a solução de Bomfim estaria no rompimento “com o determinismo biológico ou climático em voga entre alguns penados latino-americanos, Bomfim explica que o parasitismo social, ao contrário do parasitismo biológico, não é uma situação imutável: ele é curável pela educação”³⁴⁸.

André Botelho, ao estudar as obras do autor, diz que seria na “sua defesa da educação, tomando como premissa a ideia de que os sistemas educacionais moldariam as sociedades, implicava a própria recusa da assimilação do social pelo biológico como categorias homólogas [...]”³⁴⁹. Isto é, Bomfim acreditava que “não há nenhum motivo biológico para duvidar do futuro do Brasil como incapacidade das suas raças”³⁵⁰. Ao discorrer sobre o autor no prefácio da obra *O Brasil na América*, Maria Thétis Nunes salienta a visão da espoliação no passado colonial como passiva de superação para a “construção de um Brasil nacional”³⁵¹. Portanto, diferente de outros autores, não há pessimismo com relação à mistura racial

³⁴⁶ *Ibid.*

³⁴⁷ *Ibid.*, p. 173-174. [Grifo do autor].

³⁴⁸ LÖWY, Ilana. *Vírus, mosquitos e modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política*. *op.cit.*, p. 100.

³⁴⁹ BOTELHO, André. *Manoel Bomfim: Um percurso da cidadania no Brasil*. *op.cit.*, p. 123.

³⁵⁰ BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. *op.cit.*, p. 183.

³⁵¹ *Ibid.*, p. 25. Para o autor: “Manoel Bomfim amadureceu sua tese dos males de origem, lançada originalmente em A América Latina, segundo a qual os problemas econômicos, políticos e culturais contemporâneos do Brasil, e de outros países da América Latina, decorriam do próprio processo histórico de colonização e da herança cultural e institucional ibérica dos colonizadores. Herança que, no caso do Brasil, seria acentuada pelo sistema escravista sob o qual nos formamos e a monarquia bragantina que institucionalizou as políticas no século XIX. Nossos males de origem seriam, portanto, de natureza histórico-social, e não raciais, geográficos ou climáticos” (BOTELHO, André. *Manoel Bomfim: Um percurso da cidadania no Brasil*. *op.cit.*, p. 125).

Com pensamento similar, Roquette-Pinto também descreveria a escravidão como um dos males para o desenvolvimento histórico do Brasil. Cf.: ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Ensaio de antropologia brasileira*. *op.cit.*, p. 50-51.

brasileira, pelo contrário, há otimismo. A visão de Bomfim é destacada do discurso conflituoso entre o que se pensava de ciência da hereditariedade e “raça” naqueles momentos.

Devemos nos ater as múltiplas possibilidades do argumento científico-racial que transbordavam nos círculos do pensamento de um projeto para a nação aliado ao progresso. Sejam dos sergipanos Manoel Bomfim e Silvio Romero ou do maranhense Raimundo Nina Rodrigues, podemos estabelecer o quão a intelectualidade brasileira gerava abordagens plurais sobre hereditariedade, “raça” e “progresso nacional”. Enquanto uns buscavam nas teorias europeias a solução para o Brasil, outros as negavam ao formular interpretações próprias, e ainda outros adaptavam o que lhes fossem convenientes. Não havia unanimidade nos discursos e eles perduraram por décadas no cenário nacional mostrando a vitalidade destes embates no curso da história das explicações de povo e “raça” no país.

A ciência de Galton foi mais um elemento que vem endossar este debate, que está sacramentado na análise social brasileira e personificou-se em um estigma para as relações políticas e sociais. Esta primeira parte do capítulo é um esforço para mostrarmos que a discussão dos “problemas raciais” engatinhava de longa data no Brasil. A eugenia, por sua vez, terá sua importância científica, política e social na contribuição deste debate.

2. EUGENIA NO BRASIL: POLIMORFA E MULTIFACETADA

Suponhamos que um fazendeiro tem um rebanho de carneiros brancos, dos quais a quarta parte de pretos e três quartos de brancos e que deseje só ter carneiros brancos. Se o fazendeiro evitar que os carneiros pretos se cruzem com os brancos, em pouco tempo serão reduzidos os carneiros pretos do rebanho. Se o fazendeiro estabelecer uma genealogia dos carneiros para saber a procedência genealógica dos mesmos e evitar a reprodução dos carneiros que tenham produzido uma única geração preta, em poucas gerações ele obterá um rebanho onde não mais aparecerão carneiros desta cor. Convém frisar o seguinte: com isso o fazendeiro não conseguirá que os carneiros brancos se tornem mais alvos, ou por outra, o grão de brancura dos brancos não se terá elevado. Um resultado foi completo: a eliminação dos carneiros pretos do rebanho.

RENATO KEHL.³⁵²

O item anterior nos permitiu identificarmos alguns passos do discurso sobre “raça” no Brasil e suas recepções por alguns intelectuais nos períodos em que participavam desta discussão. Foi-nos possível posicionar entre paradigmas científicos que doravante permite-nos ir além, na tentativa de entender a recepção da eugenia no Brasil, principalmente nas décadas de 1920 e 1930 e seu caráter polimorfo e multifacetado³⁵³. Acerca da produção intelectual de

³⁵² KEHL, Renato. *Lições de Eugenia*. *op.cit.*, p. 173-174. Citando as palavras de Raymond Pearl e sua obra *The Eugenics Review*.

³⁵³ Os termos denominados aqui como "polimorfo" e "multifacetado" no que concerne a eugenia foi observado por Souza em sua dissertação de mestrado contribuem com a nossa visão da eugenia no que concerne a sua

um dos maiores – se não o maior - nome da eugenia no Brasil, o médico Renato Ferraz Kehl, analisaremos a sua aderência e enraizamento no discurso racial que se manteve para a compreensão da situação da cor e raça no cenário brasileiro. Além deste, outros intelectuais como Edgard Roquette-Pinto (1884-1954) e aqueles que enxergavam por outro enfoque a condição da “construção racial” no país serão chamados na discussão. A nossa reflexão demonstrará a pluralidade dos discursos sobre eugenia e “raça” que vigoravam naqueles momentos, além da sua aderência em uma parcela do estabelecimento científico brasileiro.

A “situação racial” no Brasil continuou sendo alvo das políticas governamentais e com a consolidação do discurso eugênico abrangeu ainda mais interpretações na sua essência hereditária. Utilizando os preceitos de Galton e também da chamada eugenia “negativa”, corroborou para o argumento da “inferioridade” e a segregação entre raça e cor nas relações sociais. Contemplar as posições da eugenia no Brasil nos permitirá entender sua posição no âmbito das relações raciais no país.

A escolha de trabalharmos com Kehl justifica-se pelo aporte bibliográfico que nos é servido na temática eugênica, bem como sua atuação no cenário político-nacional. Dos mais de 30 livros publicados, ações em comitês de eugenia, periódicos como o *Boletim de Eugenia*, diálogos no Ministério do Trabalho da Era Vargas, Kehl tornou-se uma referência da propaganda eugenista. Com o aporte da historiografia atual, balizada por Nancy Stepan e Vanderlei Sebastião de Souza, pretendemos nos posicionar no que concerne às fundamentações eugênicas de Kehl, esperançosos de que nosso trabalho produza frutos para outros pesquisadores, principalmente nas interpretações da eugenia no Brasil.

Tem-se notícia do termo “eugenia” no Brasil ainda nos anos de 1914 com a tese da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, de Alexandre Teperdino.³⁵⁴ Contudo, se há a necessidade de eleger um momento específico para Kehl e a eugenia aparecerem no cenário nacional com mais proeminência e efetividade, seria por volta de 1917 ao ser convidado a proferir uma palestra na Associação Cristã de Moços na qual versou sobre a posição dos casamentos matrimoniais consanguíneos.³⁵⁵ Com a fundação da Sociedade Eugênica de São

compreensão no Brasil e suas diversas forma interpretativas que foram apropriadas por diferentes personagens do período. E, como veremos, isso será consumado, inclusive, na *Careta* enquanto análise das caricaturas e crônicas. Cf.: SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *A Política Biológica como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. *op.cit.*

³⁵⁴ STEPAN, Nancy. *Eugenia no Brasil, 1917-1940*. *op.cit.*, p. 335.

³⁵⁵ Cf.: STEPAN, Nancy L. *A hora da eugenia: raça gênero e nação na América Latina*. *op.cit.*, p. 55. Cabe adicionar que para Kehl suas investidas no curso dos ensinamentos eugênicos datam por volta de 1912, como expressa nos apêndices da obra *Porque sou eugenista? 20 anos de campanha eugênica (1917-1937)*. O eugenista demonstra que o Congresso Internacional de Eugenia, em Londres, foi seu primeiro eco sobre a temática (KEHL, Renato. *Porque sou eugenista? 20 anos de campanha eugênica (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1937, p. 99).

Paulo³⁵⁶, em 1918, as ideias de Galton parecem entrar diretamente no bojo das discussões intelectuais do cenário brasileiro. Pautado na concepção médica que obteve respeito com o sanitarismo e o higienismo – não por acaso temos a participação de Belisário Penna -, esta ciência encontrou-se como mais uma vértebra para toda discussão que se desencadeava de traçar um projeto nacional, estabelecendo debates com nomes de relevantes participantes na intelectualidade e no ideário de nação.

A história da eugenia no Brasil confunde-se com os avanços da ciência no país, ou melhor, complementa-se. Com as melhorias das vacinas, descobertas genéticas, microbiologia e sua aplicação em projetos nacionais permitiu uma consolidação da ciência, especialmente, da biologia nos anos de 1920. Segundo Regina Horta Duarte, “a importância da biologia na sociedade brasileira emergiu mesclada à ampla recepção da eugenia”³⁵⁷. Esta referência assinala os debates acalorados que se desenvolviam na sociedade e a importância das posições médica e científicas do limiar das interrogativas eugênicas e biológicas na nação. Assim, as grandes práticas de diversos setores médicos científicos, assim como as investidas nos “estudos raciais”, geraram um clima favorável no país para o aprofundamento cada vez maior da biologia e conseqüentemente da eugenia. Outra característica dos anos de 1920 é apontada por Sérgio Carrara no que diz respeito ao intervencionismo do governo:

Os anos 1920 testemunharam um movimento em direção a uma crescente intervenção federal em várias áreas das políticas públicas. A organização de campanhas sanitárias e a expansão dos serviços públicos de saúde deram mais ímpeto ao movimento. De um lado, os programas de reforma sanitária aceleraram o crescimento da burocracia federal e tornaram mais importante o papel do Tesouro junto as finanças internas de cada estado. De outro, como resultado da expansão do setor de saúde pública, grande parte do clientelismo político caiu nas mãos da burocracia do governo central.³⁵⁸

O saber científico nas áreas da saúde estava arraigado às necessidades nacionais onde o Brasil se mostrava eficiente nesta conjuntura. Homens como Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Vital Brasil, Arthur Neiva, fortaleceram a importância das descobertas na saúde no contexto

³⁵⁶ Stepan faz algumas pontuações sobre a Sociedade Eugênica de São Paulo que, dos 140 membros, apenas dois não eram médicos, não havia mulheres nesta sociedade e apenas oito eram de fora do estado de São Paulo. Entre alguns membros destacam-se Arnaldo Vieira de Carvalho (diretor da nova Faculdade de Medicina de São Paulo), Vital Brasil (bacteriologista diretor do Butantã), Arthur Neiva (microbiologista do Instituto Oswaldo Cruz), Luís Pereira Barreto (escritor médico e positivista paulista), Antônio Austregésilo (psiquiatra e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro), Juliano Moreira (higienista mental e diretor do hospital Nacional de Alienados, no Rio de Janeiro) entre outros. (STEPAN, Nancy L. *A hora da eugenia: raça gênero e nação na América Latina. op.cit.*, p. 55-56).

³⁵⁷ DUARTE, Regina Horta. *A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945. op.cit.*, p. 37.

³⁵⁸ CARRARA, Sérgio. *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996, p. 218.

histórico em que cada vez mais se procurava sanar as “doenças do Brasil”³⁵⁹. Ao passo que ganhava mais autoridade no cenário nacional³⁶⁰, também “subsidiou os argumentos eugênicos em torno do debate sobre a inferioridade ou não do povo brasileiro”³⁶¹. Assim, a projeção da biologia e das conquistas nas áreas médicas possibilitou no quadro nacional esta aproximação da eugenia com os meios intelectuais especializados.

Tomando como base o argumento da pesquisadora Dominichi Miranda de Sá, “na virada do século XIX para o XX, a medicina não deve ser meramente considerada conhecimento e prática científica relacionada à manutenção da saúde, mas discurso sobre a sociedade e programa visando à reforma social”³⁶². A ida de médicos como Arthur Neiva e Belisário Penna ao interior do Brasil se apresenta como evidência para o argumento de Sá. Para tanto, como lembra Souza em análise da preocupação da “questão nacional” por Neiva, salienta a participação do médico em diagnosticar os “males que impediam o desenvolvimento e a ascensão do Brasil no chamado concerto das nações”³⁶³. Isto é, a ciência esteve atrelada não somente ao seu saber científico, mas aos problemas sociais do Brasil. Nacionalistas ou não, esta intelectualidade foi um reflexo de como os saberes e práticas científicas se entrelaçam com a forma de pensar a unidade nacional.

Outro elemento que deve ser levado em consideração no trato da institucionalização das ciências no país deve-se a importância do positivismo no debate nacional e suas implicações. Como expusemos, as ciências se alavancavam como autoridade na segunda metade do século XIX, e o positivismo se apresentava como uma vertente para a compreensão de mundo e busca de resolução dos “problemas nacionais”. A identificação dessas apreciações no Brasil perdurou por algum tempo, principalmente no que tange à agenda cientificista brasileira. Com isso queremos destacar a influência das reflexões e debates positivistas que contribuíram no campo teórico da formulação científica e as legitimidades do

³⁵⁹ Skidmore escreveu sobre a importância de Belisário Pena e Arthur Neiva que viajaram pelo sertão da Bahia, de Pernambuco, Piauí e Goiás, relatando as condições de saúde daquelas localidades (SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. *op.cit.*, p. 201).

³⁶⁰ Duarte diz que a ascensão das ciências biológicas e todo o comprometimento a um projeto político não pode ser confundido com melhorias na condição desses agentes da ciência e saúde. Para ela, estes possuíam um sentimento de “subvalorização pelas autoridades públicas e pela sociedade em geral” (DUARTE, Regina Horta. *A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945*. *op.cit.*, p. 51). Sendo assim, muitos institutos ficaram a mercê do descaso das autoridades, mesmo estes reconhecendo sua importância na construção nacional.

³⁶¹ *Ibid.*, p. 48.

³⁶² SÁ, Dominichi Miranda de. *Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935)*. *op.cit.*, p. 184. Sá enfatiza outras preocupações como a demarcação do espaço geográfico brasileiro e as comunicações com o telégrafo. Há um projeto de integração nacional e a ciência está envolvida nessa dinâmica.

³⁶³ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Arthur Neiva e a ‘questão nacional’ nos anos 1910 e 1920. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, 2009, p. 250.

amadurecimento do que se pretendia seguir na ciência do Brasil. Independente das críticas às ideias de Comte e “a morte do progresso científico no século XVIII”, o pensar positivista ocupou espaços nos debates e entusiasmaram intelectuais durante as primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, diz Ferreira:

A importância do ethos comtiano para a história das ciências no Brasil encontra-se particularmente na postura anti-racista do pensamento antropológico positivista, que como é sabido inspirou as ações de Rondon e Roquette-Pinto em favor dos indígenas Brasileiros.³⁶⁴

Em defesa dessa institucionalização científica podemos também citar o manuscrito inédito encontrado no arquivo pessoal de Edgard Roquette-Pinto sobre os momentos científicos no Brasil, fazendo um balanço das principais conquistas e nomes do que ele chamava de “surto científico brasileiro”. Entretanto, atenta-se para a frase: “houve um Brasil antes de Rondon: em ciência, foi o Brasil Português; há um Brasil depois de Rondon: é o Brasil brasileiro”³⁶⁵. Roquette-Pinto decreta a legitimidade e a importância das ciências no cenário nacional. Suas atuações com Mello Leitão e Sampaio corroboram na prática com este discurso de legitimidade e institucionalização dos debates, investimentos e práticas científicas no Brasil.

É nesta totalidade de ascensão científica que vemos a eugenia se legitimar com significativa importância na interpretação hereditária das “raças” e do social como um todo. Estes “homens da ciência”, como Roquette-Pinto, Belisário Penna e Monteiro Lobato, fizeram parte das discussões que envolviam a eugenia e o meio social no Brasil, o que nos mostra a viabilidade de compreender a eugenia como mais um elemento de uma abordagem científica de uma ciência europeia que tentasse – e de certa forma conseguiu – se adaptar a realidade brasileira. A ideia da eugenia parecia plausível principalmente em um momento em que o saneamento³⁶⁶ também era o foco das discussões.³⁶⁷ Assim, a eugenia se apresentava como

³⁶⁴ FERREIRA, Luiz Otávio. *O ethos positivista e a institucionalização das ciências no Brasil. op.cit.*, p. 92.

³⁶⁵ ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Ciência e Cientistas do Brasil*. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (orgs.). *Antropologia Brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008, p. 32.

³⁶⁶ Em torno das políticas da saúde pública no Brasil, Gilberto Hochman define, em partes, o movimento como: “Uma política nacional de saúde pública no Brasil foi possível e viável a partir do encontro da consciência das elites com seus interesses, e suas bases foram estabelecidas a partir de uma negociação entre os estados e o poder central, tendo o federalismo como moldura político-institucional. Esse encontro foi promovido pelo movimento sanitarista brasileiro que buscou redefinir, entre 1910 e 1920, as fronteiras entre os sertões o litoral, entre o interior e as cidades, entre o Brasil rural e ao urbano em função do que consideravam o principal problema nacional: a saúde pública” (HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: As bases da política de Saúde Pública no Brasil. op.cit.*, p. 16).

³⁶⁷ Aliás, os debates estavam próximos à medida que “eugenizar” e “sanear” nesta década de 1920 somaram-se com a criação da Liga Brasileira de Higiene Mental, que atraía muitos eugenistas nas suas pautas (Cf.: REIS,

uma maneira de “sanear” a hereditariedade ou o “interior do corpo”, tendo em vista que o saneamento buscava sanear o “exterior do corpo”³⁶⁸.

A eugenia brasileira aos olhos do estrangeiro poderia até mesmo ser vista como descontextualizada dos preceitos em outros países como os Estados Unidos, que observava nas análises científicas eugênicas do Brasil alguns “equivocos”. Isso se deve às estruturas do estudo mendeliano que, por aqui, como salienta Stepan “era fundamentalmente não mendeliana, uma visão que tanto era resultado como produzia valores particulares”³⁶⁹. Esse ensejo mostra a argumentação tão discutida no capítulo anterior sobre a adaptação da eugenia em determinados contextos particulares como, por exemplo, Argentina e México. Nesta luta de interpretações e reinterpretações, aproximações e distanciamentos, nossa análise permeia nas pegadas da eugenia, como um pressuposto científico que respeitava uma ordem social-política da qual foi empregada. Daí cabe compreendermos a noção da eugenia lamarckiana dentro da América Latina como um todo.

Debates sobre teoria de Thomas Malthus (1766-1834), Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829), Charles Darwin (1809-1882), Gregor Mendel (1822-1884)³⁷⁰ e August Weismann (1834-1914)³⁷¹ desdobram-se em temáticas relevantes para entender como ciências nos cenários políticos-nacionais se desenvolveram. Sem negligenciar estas discussões cabe-nos pensar em uma retomada das concepções de Lamarck, pautados, principalmente, no que traria a interpretação posteriormente do “talento hereditário”, que para nós é a base dos “bem nascidos”. Mesmo com a chegada da teoria de Darwin, as ideias lamarckistas não foram abandonadas prontamente. Na verdade, elas perduraram como vertente para alguns cientistas até posteriormente a década de 1930, mesmo com a ênfase e os avanços dos estudos genéticos e mendelianos³⁷². Muito mais que teorias, eram campos de disputas científicos.

José Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930)*. *op.cit.*, p. 54).

³⁶⁸ Renato Kehl chega a dizer em suas publicações que a eugenia é a “higiene da raça” (KEHL, Renato. *Lições de Eugenia*. *op.cit.*, p. 6).

³⁶⁹ STEPAN, Nancy L. *A hora da eugenia: raça gênero e nação na América Latina*. *op.cit.*, p. 76.

³⁷⁰ Stepan argumenta que “o primeiro livro sobre mendelismo propriamente dito e a nova ciência da hibridização foi publicado, em 1917, por Carlos Teixeira Mendes, professor da Escola Agrícola de Piracicaba, no estado de São Paulo. A importância social das teorias concorrentes sobre hereditariedade também foi reconhecida. Na verdade, a teoria genética era geralmente apresentada junto com a eugenia” (*Ibid.*, p. 81).

³⁷¹ Ressalta-se a influência de Weismann para as proposições eugênicas, tendo em vista que suas considerações postulam o agregado de ideias referente ao plasma germinativo e a continuidade de características nos descendentes das gerações subsequentes de um indivíduo. A fundamentação de Kehl sobre a questão é extensa por ser tratar da hereditariedade, algo que se inclina em suas pesquisas, porém cabe salientar um dos seis itens onde essa referência se faz necessária para a compreensão dos estudos de Weismann na eugenia de Kehl: “Caracteres adquiridos são os que resultam das influências externas sobre o organismo, em contraste com os que emanam da constituição da célula germinal” (KEHL, Renato. *Lições de Eugenia*. *op.cit.*, p. 63).

³⁷² Acerca disso, Kehl relata que “Para estudar a eugenia é imprescindível ter noções de anatomia histologia, fisiologia e embriologia. Desconhecendo os fenômenos da reprodução, da hereditariedade, bem assim as

Um argumento interessante para entendermos essa sincronia entre as teses neolamarckistas compactadas aos moldes da eugenia brasileira é por meio de uma observação social e política, aliada ao ideário ambientalista e sanitário, que se fundam no cenário brasileiro no começo do século XX. Destarte, percebe-se que:

Politicamente, o neolamarckismo também aparecia, com frequência, matizado de expectativas otimistas de que reformas do ambiente social resultassem e melhoramento permanente, ideia afinada com a tradição ambientalistas-sanitaristas que se tornara moda na região.³⁷³

É nesta trilha do “politicamente” que a eugenia se encaixava por uma visão neolamarckista que, no trato da “eugenia negativa” dará fomento para embasar as premissas do mais apto e justificaria que “os melhoramentos adquiridos ao longo da vida de um indivíduo poderiam ser transmitidos geneticamente, que o progresso seria possível”³⁷⁴. Em nome da ciência eugênica, o pensamento neolamarckista permitiria adentrar no social e controlá-lo³⁷⁵ por meio da “ciência da hereditariedade”³⁷⁶. Kehl foi influenciado pelas teorias de Mendel, Weismann e Galton, mas como notam os historiadores da ciência Souza e Robert Wegner, não se pode ignorar influência da tradição lamarckista – também predominante na França – como suporte para Kehl e outros eugenistas do país.³⁷⁷

Desse modo, o alcoolismo, a “higiene mental”³⁷⁸, as doenças infecciosas, a criminalidade, a sujeira, tudo poderia estar na mira da eugenia. A década de 1920 “foi

doutrinas de Darwin, de Weismann e de Mendel, etc., torna-se difícil, senão impossível, acompanhar um curso de eugenia” (KEHL, Renato. *Lições de Eugenia. op.cit.*, p. 51).

³⁷³ STEPAN, Nancy L. *A hora da eugenia: raça gênero e nação na América Latina. op.cit.*, p. 82.

³⁷⁴ *Ibid.*, p.83.

³⁷⁵ Para Souza, além do aspecto hereditário social: “Para os eugenistas brasileiros, os pressupostos neolamarckistas autorizavam, inclusive, a investirem no aprimoramento do estado hígido e da robustez física da população. Através das diferentes formas de terapêuticas, a “ciência eugênica” poderia tanto contribuir para a purificação higiênica e o melhoramento rigoroso dos progenitores como para o aperfeiçoamento físico, a saúde e o embelezamento da sociedade. A eugenia se constituía, deste modo, também como um movimento que visava à estetização da identidade nacional. A idéia de progresso e civilização exigia, sobretudo, a saúde, a força e a beleza física (SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *A Política Biológica como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932). op.cit.*, p. 47). Essa afirmativa corrobora com as ideias de Kehl, que em *Lições de Eugenia* mostra-se um admirador dos gregos em comparação a perfeição do corpo (KEHL, Renato. *Lições de Eugenia. op.cit.*, p. 8).

³⁷⁶ *Ibid.*, p. 46.

³⁷⁷ WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia 'negativa', psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. *Hist. cienc. Saúde –Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, 2013, p. 9-10. Ver também: SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1930-1935). op.cit.*, p. 289.

³⁷⁸ Para entender a relação entre eugenia e a chamada “higiene mental”, foi referência para nós o trabalho de José Roberto Franco Reis intitulado “Higiene Mental e Eugenia: O projeto de ‘regeneração’ da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930)”. O estudo de Reis traz importantes colaborações para a compreensão entre psiquiatria e a eugenia, inclusive com relação à raça. Sobre isso, diz que os negros “eram tidos a como candidatos naturais à uma vaga no hospício, posto que, segundo o discurso psiquiátrico, portadores de traços degenerativos próprios a sua condição racial” (REIS, José Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930). op.cit.*, p. 151).

profundamente marcada por um estilo de ‘eugenia preventiva’, muito associada às campanhas médicas e sanitárias de caráter reformista³⁷⁹. No que concerne à ideia de “higiene mental” caberia aos psiquiatras “a competência de identificar e mapear esses candidatos potenciais ao hospício, visto o grau de nebulosidade, e ao mesmo tempo amplitude que envolvia os novos contornos da vesânia”³⁸⁰. Isto seria uma espécie de profilaxia contra aqueles que poderiam ser considerados como “degenerados” na ótica social. Alcoólatras, doentes, imigrantes, negros ou indivíduos que fossem propensos da hereditariedade dos “germes da desordem”³⁸¹. A união entre “higiene mental” e eugenia possibilitaria, segundo alguns psiquiatras, “prever o nascimento de um tipo de homem, sadio, vigoroso, acima de qualquer suspeita, digo tara ou degenerescência”, aponta Reis³⁸².

Renato Kehl esteve atento a estes assuntos e procurou aplicar o pensar eugênico nos mais variados temas que influenciavam na concepção social, sejam eles o alcoolismo, imigrantes, fealdade, tuberculose, “raça” ou mesmo o controle matrimonial. A ciência eugênica tornou-se um instrumento privilegiado para os que almejavam uma população que nutrisse os desejos com relação aos planos dos ideários nacionais de uma sociedade fisicamente e mentalmente forte e saudável³⁸³. Sendo assim, delimitar a eugenia no Brasil por um viés homogêneo é errôneo, pois as leis eugênicas no país obedeciam a diversos pressupostos políticos, médicos, sanitários. Como mostramos no primeiro capítulo a eugenia foi interpretada de forma distinta em vários contextos e no Brasil essa pluralidade só aumentou.

Para isso, vejamos a colocação de Roquette-Pinto acerca daqueles que ainda acreditavam que o meio teria condições de agir e modificar os caracteres hereditários. Diz ele:

O meio – é hoje corrente – modifica apenas o somato-plasma, a parte do ser vivo que não entra na herança. Convém dizer que, em rigor, as coisas não se passam inteiramente assim; e a discussão, de fato, continua entre a maioria e um grupo que ainda acredita na transmissão de caracteres adquiridos pelos seres vivos por influência do meio.³⁸⁴

Algumas obras de Renato Kehl desenvolvem o pensamento da eugenia aliada às concepções nacionais políticas do Brasil. Nas dezenas de escritos sobre o tema, o autor

³⁷⁹ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *A Política Biológica como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. *op.cit.*, p. 50.

³⁸⁰ REIS, José Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930)*. *op.cit.*, p. 25-26.

³⁸¹ *Ibid.*, p. 24.

³⁸² *Ibid.*, p. 40.

³⁸³ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. “As leis da eugenia” na antropologia de Edgard Roquette-Pinto. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (orgs.). *Antropologia Brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 214.

³⁸⁴ ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Ensaio de antropologia brasileira*. *op.cit.*, p. 59.

esquadrinhou a grande maioria que se infringia nos debates nacionais pelo viés eugênico. Partindo desde Galton até sua visão eugênica, pôde consagrá-lo como um dos mais fiéis defensores da teoria no país. *Lições de Eugenia* (1929) possui este reflexo do ensinamento eugênico onde logo na introdução salienta a dificuldade inicial na propaganda da eugenia, que teria encontrado no país ignorância, incredulidade e indiferenças e, que hoje, “já se ouve falar em eugenia, em questões eugênicas, já se proclama a imperiosa necessidade de defesa eugênica da família e da nacionalidade”³⁸⁵. Este livro estabelece um “manual brasileiro de eugenia”, onde Kehl, *grosso modo*, assemelhasse a Galton no que concerne à propaganda e disseminação do conhecimento eugênico. A eugenia também estava aliada aos estudos médicos, pois tratava do corpo humano. Rapidamente, a imagem abaixo mostra um artigo informativo sobre ciência para os leitores da revista *Careta*, em 1934:



Ilustração 1: *Careta*, 2 de junho de 1934, Ano XXVII, nº 1354.

O texto versa sobre os sintomas de degenerescência da pele. Apresenta uma imagem anatômica do corpo humano, em que uma lupa maximiza a imagem da qual se pretende enfatizar o conhecimento médico. O que chama atenção neste texto foi grifado na imagem por

³⁸⁵ KEHL, Renato. *Lições de Eugenia. op.cit.*, p. 3.

nós. A matéria diz: “hoje, como difusão que os cientistas modernos fazem sobre a prática da *eugenia*, certos ensinamentos detidos outrora na esfera dos sábios, vão se divulgando no meio das massas mais cultas”. Vale pontuar esta relação entre a ciência e a eugenia que se fazia válida na compreensão médica. A imagem oferece uma evidência para demonstrar que eugenia não dizia respeito apenas ao programa científico do Brasil e aos “bem dotados”, mas era uma ferramenta médica adotada para compreender o corpo humano.

Posto isso e diante da imensidão de assuntos abordados por Galton e Kehl, nos focaremos no que tange à questão da “raça” e da “cor”. Segundo Souza e Wegner, Kehl teria transitado no final da década de 20 de uma eugenia “positiva” para uma eugenia “negativa”, pois “Se até esse período Renato Kehl compartilhava um ponto de vista otimista sobre o futuro do Brasil, passaria, a partir de então, a ver com ressalvas as promessas reformadoras propostas pela maioria dos intelectuais brasileiros”³⁸⁶.

Após este momento, relata-nos o historiador Souza, que Kehl teria se afastado das postulações da medicina social e se inclinou a um aspecto mais “radical” da eugenia. Segundo o autor, seduzido pelos feitos da eugenia “negativa” em lugares como Estados Unidos e Alemanha, o eugenista teria mudado consideravelmente sua forma de ver a aplicabilidade da questão no Brasil³⁸⁷ - um exemplo são os meios aplicados nos casamentos pela *Reichsgesundheitsamt*.³⁸⁸ Publicado em 1929, *Lições de Eugenia* representou a fase de transição, em que percebemos o tom pessimista do autor em relação a alguns pontos que envolvem “raça” e hereditariedade.³⁸⁹ Kehl começava a se irritar com a confusão que se fazia entre eugenia e saneamento³⁹⁰, da qual procurava distanciar nesse momento, dando uma

³⁸⁶ WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Eugenia 'negativa', psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil*. *op.cit.*, p. 3.

³⁸⁷ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *A Política Biológica como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. *op.cit.*, p. 121. Para complementar o argumento do autor, podemos citar na obra *Aparas eugênicas: Sexo e Civilização* um parêntese de Kehl sobre a defesa de esterilização do Brasil como forma profícua de gerenciar o meio: “A esterilização, medida eminentemente eugênica, deve ser instituída em nosso país, como já o é nos Estados Unidos da América do Norte. Suas vantagens são indiscutíveis á luz de razões positivas e práticas” (KEHL, Renato. *Aparas eugênicas: Sexo e Civilização*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933a, p. 185).

³⁸⁸ KEHL, Renato. *Lições de Eugenia*. *op.cit.*, p. 161.

³⁸⁹ Uma nota interessante pode ser constatada no item do livro em que Kehl refere-se a tuberculose. Adotando um tom extremamente pessimista chega a afirmar que a doença seria algo positivo: “A tuberculose, perdoemos, talvez, o paradoxo, é uma doença, até certo ponto misericordiosa, porque abrevia a vida sofridora de incapazes e defende a espécie da sua influencia debilitadora. Não fosse Ela, e estaríamos esmagados pela massa colossal das monstruosidades: - ter-se-ia criado uma sub-raça cacoplástica; não fosse Ela, e o mundo seria hoje o teatro de uma situação muito pior, talvez, do que se dá em países onde os homens se consideram felizes com uma única refeição diária” (*Ibid.*, p.120).

³⁹⁰ STEPAN, Nancy L. *A hora da eugenia: raça gênero e nação na América Latina*. *op.cit.*, p. 104. Na obra *Porque sou eugenista? 20 anos de campanha eugênica (1917-1937)*, configura-se essa insatisfação pela confusão dos termos, Kehl explica “Nós mesmos, no início da campanha de propaganda em prol desta ciência, não fomos muito claros na delimitação das suas bases e de seus propósitos! Visando despertar a atenção pública

autonomia ainda maior para a eugenia. Podemos ainda traçar a argumentação de Kehl, ao dizer que a eugenia “positiva” não seria tão eficaz apenas com a propagação e sua divulgação, pois ela não atingiria aos que realmente eram “degenerados”. Estes, para ele, ignoravam as propostas e continuavam a se proliferar. Estes fatores podem evidenciar a sua migração para uma eugenia “negativa”³⁹¹.

Nessas “fases de Kehl” estabelecemos uma possível contradição de obra que fomenta o estudo de Souza. Se na obra *Lições de Eugenia*, em 1929, ele diria, “a tuberculose, perdoem-nos, talvez, o paradoxo, é uma doença, até certo ponto misericordiosa”³⁹², seis anos antes, no livro *Eugenia e Medicina Social*, de 1923, Kehl acreditava que a morte não era o melhor caminho e condenava inclusive, a eutanásia: “Mas não a morte com os seus mistérios, não é a solução verdadeira para os males da vida”³⁹³. Mais adiante, mostrou-se sendo contra a eutanásia até mesmo de um “tuberculoso no terceiro grau”³⁹⁴. Enquanto em 1923 vemos uma propaganda ao higienismo, ao sanitarismo e a eugenia, em 1929 o discurso propagandista eugênico atuou de uma forma mais “negativa”, no que tange às resoluções dos “problemas” sociais. A mudança de concepção de Kehl pode ajudar a compreender estes contrastes explícitos em seus escritos.

Devemos lembrar que nesta época, em janeiro de 1929, surge o *Boletim de Eugenia*. Dirigido pelo próprio Kehl, ele terá periodicidade de cinco anos e encerrará suas atividades em 1933.³⁹⁵ Em nossa consulta notamos a influência de Kehl para sua vontade propagandística da eugenia e seu “endurecimento” com relação às propostas eugênicas. Recebendo colaboradores adeptos da eugenia no Brasil e no mundo, o *Boletim* discutirá temas que envolveriam o “melhoramento” hereditário da nação, bem como apresentar a eugenia para quem não conhecia. Curiosamente, em seu primeiro número, o eugenista ratificava: “O

para o assunto, inteiramente novo e, portanto, desconhecido do nosso meio, dissemos, muitas vezes, que ‘educar é eugenizar’, ‘sanear é eugenizar’, sem esclarecer a razão dessas afirmativas breves e incisivas” (KEHL, Renato. *Porque sou eugenista? 20 anos de campanha eugênica (1917-1937)*. *op.cit.*, p. 45).

³⁹¹ Sobre essa afirmativa, em 1933, discursa Kehl: “pretendo ter evidenciado que a educação e as influências favoráveis do meio não são suficientes para melhorar a situação genética da coletividade, porque ambas afetam, tão somente, o desenvolvimento do indivíduo e não a constituição da espécie humana” (KEHL, Renato. *Aparas eugênicas: Sexo e Civilização*. *op.cit.*, p. 4).

³⁹² KEHL, Renato. *Lições de Eugenia*. *op.cit.*, p. 120.

³⁹³ KEHL, Renato. *Eugenia e Medicina Social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1923, p. 78.

³⁹⁴ *Ibid.*

³⁹⁵ Entre 1929 a 1931 o *Boletim* será mensal. Nos anos de 1932 e 1933 será trimestral.

‘*Boletim*’ será remetido gratuitamente a quem solicitar”³⁹⁶. Ademais, temas como as esterilizações não raramente apareciam como possibilidades ou sugestões de sua aplicação³⁹⁷.

Outro elemento que cabe reflexão encontra-se no livro *Melhores e prolonguemos a vida* (1922), em que se refere positivamente ao caboclo e faz um elogio ao povo fixado no norte do país. Kehl salienta que “o brasileiro considerado do ponto de vista de sua origem étnica não é um degenerado”³⁹⁸ e complementa, “oriundo do cruzamento heterogêneo de três troncos principais e do caldeamento de outros sangues, tem como representante o tipo forte, resistente, valente e patriota que denominamos caboclo”³⁹⁹. Parece uma contradição quando analisamos os escritos de Kehl após 1929 e o julgamento do autor sob a miscigenação. Percebemos assim como Souza⁴⁰⁰, uma preocupação ainda no início da década de 1920 de Kehl voltada às questões higiênicas e sanitárias, onde considerava o povo doente e pretendia com a eugenia uma possibilidade de revigorar este “povo brasileiro”. Na investigação de Souza:

De acordo com Renato Kehl, a eugenia, saneamento e medicina social apresentavam-se como instrumentos fundamentais através dos quais se poderia salvar o futuro racial da nação. Para ele, as grandes endemias que assolavam o país tornavam “a população brasileira mirrada, doentia, anêmica e feia”.⁴⁰¹

Kehl dialogava com os intelectuais e os “problemas” da sua época e, portanto, sua fala converge com a de vários de seus pares do cientificismo desses primeiros anos do século XX. Contudo, o “problema da cor” é inerente na voz do eugenista e a discussão que flui no decorrer das suas alegações eleva-se à tônica do discurso de segregação racial, principalmente quando pauta-se na ciência pelo viés “negativo”. Ajustado na linha das ciências, ele busca explicar que havia diferenças entre as “raças humanas”, mesmo endossando que não havia preconceito em pensar dessa forma. As teorias raciais se adaptam à sua explicação de uma

³⁹⁶ *Boletim de Eugenia*, Ano I, nº 1, p. 2, 1929.

³⁹⁷ *Boletim de Eugenia*, Ano I, nº 10, p. 4, 1929; *Boletim de Eugenia*, Ano I, nº 11, p. 4, 1929; *Boletim de Eugenia*, Ano I, nº 12, p. 4, 1929; *Boletim de Eugenia*, Ano II, nº 15, p. 2, 1930; *Boletim de Eugenia*, Ano III, nº 30, p. 4, 1931.

³⁹⁸ KEHL, Renato. *Melhores e prolonguemos a vida: a valorização eugênica do homem*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1922, p. 42.

³⁹⁹ *Ibid.*

⁴⁰⁰ Nosso estudo não tem a intenção de traçar todos os níveis em que Kehl participou e compartilhou suas obras, que vão desde a eugenia até aos escritos médicos-sanitários. Portanto, aconselha-se a dissertação de Vanderlei Sebastião Souza, que contempla outros enfoques e olhares da atuação do eugenista. Nossos objetivos inserem-se na compreensão dessa eugenia polimorfa e multifacetada, à medida que estamos traçar uma fusão dela com nosso trabalho que, também voltado à temática eugênica, detém suas particularidades e potencialidades da análise de “cor e raça”. Renato Kehl pode ser estudado por diversos prismas de investigações acadêmicas, e em nossa proposta objetivaremos a análise na “questão racial”, mesmo contextualizando outras participações do eugenista no processo de significação da eugenia no Brasil.

⁴⁰¹ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *A Política Biológica como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. *op.cit.*, p. 54.

“nação higienizada”, à medida que consideram certos “tipos humanos raciais” a serem evitados. Por nossa preocupação de pesquisa ser em relação à cor e raça, este será nosso principal viés, mas sem deixar de lado, na medida da pertinência, outras propostas da eugenia.

As duas citações a seguir estabelecem a “contradição” da cor e refletem como os pensamentos raciais estavam inseridos no imaginário social e intelectual para justificar o olhar que se tinha entre brancos e negros. Os excertos a seguir, curiosamente, estão separados por um único parágrafo:

Dentre os elementos em desassimilação, como dissemos, contam-se os da raça negra e silvícola. Há uma verdadeira depuração desses sangues. Ninguém poderá negar, que no correr dos anos, desaparecerão os negros e os índios das nossas plagas e do mesmo modo os produtos provenientes desta mestiçagem. A nacionalidade embranquecerá a custa de muito sabão de coco Ariano!⁴⁰²

Não temos preconceito de raça; a nosso ver tanto são dignos os brancos como os pretos ou amarelos, quando eles são dignos. Consideramos todos os seres humanos merecedores, igualmente, das nossas atenções.⁴⁰³

Kehl desaprova a ação da mistura incontrolável no país, que causaria a falta de identidade do “povo brasileiro”. Para ele, poderia haver miscigenação, contanto que realizada com “raças” próximas e equivalentes em suas contribuições de “talentos”. A mistura da “raça negra” com outras, degeneraria ainda mais o homem e criaria vertentes humanas que não atingiriam o almejado progresso. Este “sabão de coco ariano” é o elemento que traz a ânsia no seu discurso para uma sociedade em que a cor da pele foi considerada como adjetivo de progresso. A segunda citação pode parecer uma contradição da anterior e se forem lidas em contextos diferentes, estas frases podem até sugestionar autores distintos. Contudo, este ponto estabelece como Kehl considerava a ciência como um princípio regulador para seu argumento, que ao seu modo, não era preconceituoso. Em sua leitura, as “raças” deveriam ser respeitadas, e por essa conjuntura ele legitima a superioridade da “raça branca”. Porém, os negros e amarelos devem manter suas “raças”, mas estariam bem longe do que ele pensava como “ideal”. Há uma complexidade própria no pensamento do autor, sendo está uma das dificuldades de entender a formação da eugenia no Brasil.

O argumento de Souza da guinada à eugenia “negativa” de Kehl pode ser vislumbrado pelas análises do negro e do mestiço, travestindo uma concepção inerente ao meio social e de uma parcela da intelectualidade que, embebida das teorias raciais, há décadas projetavam um país preponderantemente branco. Para Kehl, estava comprovado “que os mestiços são inferiores, representando produtos quase híbridos, faltando-lhes apenas, a infecundidade, para

⁴⁰² KEHL, Renato. *Lições de Eugenia. op.cit.*, p. 188.

⁴⁰³ *Ibid.*, p.189.

receberem essa designação integral”⁴⁰⁴. Em vista disso, argumenta que intelectuais como Agassiz e Darwin corroboram com este fato e, por isso, acreditava que além da preocupação interna, era necessário fechar as portas da imigração⁴⁰⁵ para que negros e amarelos não viessem para o Brasil, afinal “bastam-nos os que aqui aportam espontaneamente,... e que não são poucos!”⁴⁰⁶.

Negros deveriam se casar com negros. Brancos deveriam se casar com brancos. Do contrário, a sociedade se esfacelaria pelo elemento mestiço que nada contribuiria para o ideal eugênico. Considerando o negro como elemento “inferior”, ele não estava impedindo de procriar, desde que o fizesse com outro indivíduo da mesma “cor” evitando assim proliferar seus “genes mal nascidos”, em indivíduos “bem nascidos”. A propaganda da “bula” eugênica é enfática nesse sentido: “Sob o ponto de vista eugênico *contra-indicamos* toda e qualquer união de raças, isto é, entre indivíduos da raça branca com negra, e assim por diante”⁴⁰⁷.

Kehl reafirmava constantemente que não se tratava de preconceito de cor ou raça, mas ao mesmo tempo salientava que algumas “raças” estão mais adaptadas ao progresso e a civilização que outras. Isto, para ele, seria um postulado científico e de eugenia e não representaria “qualquer motivo ou preconceito de superioridade ou inferioridade”⁴⁰⁸. No parágrafo seguinte, persiste na afirmativa de que não existem “povos eleitos”, mas que as “raças” possuem “caracteres que os tornam mais ou menos ‘civilizáveis’, ‘disciplináveis’, progressistas, enquanto noutros se observa a predominância de caracteres que os tornam mais ou menos ‘brilhantes’, ‘improvisadores’ e ‘boêmios’”⁴⁰⁹. Por esta perspectiva, percebemos o discurso por trás da tentativa de legitimar as “diferenças raciais” pelo viés científico. Mesmo que o autor enfatize que o problema não seriam as “raças”, ele valida que existem diferenças entre elas, que as fazem “melhores” ou “piores”, mais “civilizadas” ou “menos civilizadas”, mais “contribuidoras ao trabalho” e outras mais as “boemias”. Sua própria classificação de elementos pautados em adjetivações maniqueístas sugere o mecanismo eugênico nacional de diferenciar pela raça e cor.

⁴⁰⁴ *Ibid.*, p. 190.

⁴⁰⁵ Diante ele reafirma a não concordância sobre a imigração negra por meio de um eufemismo “não somos partidários da proibição da entrada de imigrantes pretos ou amarelos no país. Não vamos a tanto. Somos sim de opinião, que *não devemos, absolutamente, facilitar, fomentar e estimular* certas imigrações - tolerando, apenas, a entrada espontânea dos que aqui vierem para colaborar conosco no progresso do país” (*Ibid.*, p. 195). [Grifos do autor].

⁴⁰⁶ *Ibid.*, p. 190

⁴⁰⁷ *Ibid.*, p. 191. [Grifos nosso]

⁴⁰⁸ *Ibid.*, p. 196.

⁴⁰⁹ *Ibid.*

Basta uma breve reflexão para compreendermos melhor essa “contradição” de Kehl. O médico é um seguidor assumido das ideias de Galton, admirador de Charles Davenport e Leonardo Darwin, bem como das esterilizações nos Estados Unidos e seus resultados. Pensar a eugenia de Kehl é trazer à baila os elementos da eugenia galtoniana dos “bem nascidos” e tudo o que era considerado como sinônimo de perfeição – lembremos-nos do exemplo de Galton onde destacou o negro Toussaint l’Ouverture, na revolução do Haiti, sendo uma “exceção” da cor -, e da visão da eugenia estadunidense em relação ao negro. Satisfaz-nos estes exemplos para demonstrarmos que o pensamento eugênico agregava valores das teorias raciais de “superioridade” e “inferioridade” que, mesmo Kehl se dizendo neutro de “preconceito racial”, ele faz parte do seu discurso da ciência eugênica e nos contextos que elas foram empregadas. A cor das “raças” serão pressuposições de “talento hereditário” em que estaria ligada aos sinônimos de progresso para as sociedades, sobretudo, a brasileira.

Outro item importante a ser considerado para a argumentação da “inferioridade dos negros” para Kehl foi a tese do tipo ideal de “eugenizado” fisicamente.⁴¹⁰ O tipo físico ideal para o médico seria o de pessoas dotadas de “robustez, beleza, vitalidade e longevidade”⁴¹¹. Para o autor, estas seriam características de seres eugenizados fisicamente. Entretanto, ao tratar da beleza negra foi enfático ao dizer “conhecem-se belas mulatas e mulatos bonitos, mas como exceção e não como regra”⁴¹². Em outras, ele relata os padrões de beleza almejados, mas quando o negro se encaixa nesse ideal, eles seriam apenas exceções e não a totalidade. Há uma busca por minar qualquer tentativa de reavaliar os “indesejáveis”, por um âmbito satisfatório pelo prisma da eugenia.

Assim, o cuidado com o controle matrimonial eugênico perpassa pela indelével questão da negação do casamento entre negros e brancos. O zigoto gerado seria um mestiço, - ou para as conclusões eugênicas um “degenerado”. Tratando-se da união de um branco e um negro, cabe-nos a pergunta: para o eugenista, quem dentro dessa união representaria o gene hereditário que poderia danificar a espécie? Ou então: nesta união, quem estaria contribuindo para o *stock* “negativo”? O negro possuiria o “germe” que no momento da união com o branco o “degeneraria” resultando o mestiço. Isso pode ser comprovado no discurso de Kehl na conferência da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, em 1933, quando salienta que “só motivos acidentais fazem unir-se v.g. um homem branco com uma negra ou

⁴¹⁰ Possuir um corpo perfeito era equivalente a ter uma mente brilhante. Os próprios eugenistas consideravam esses elementos em suas análises. Havia indivíduos fortes, robustos e belos, porém sem um grau de intelectualidade significativa.

⁴¹¹ *Ibid.*, p. 199.

⁴¹² *Ibid.*, p. 191. Voltaremos neste item no Capítulo 4 ao analisarmos caricaturas que estabelecem essa ligação.

vice-versa”⁴¹³. Não sabemos quais seriam esses “motivos acidentais”, mas compreendemos que esta união é considerada venenosa para a “raça humana” e para a eugenia de Kehl.

Kehl não era o único que mantinha o discurso da “inferioridade” do negro em relação ao branco, afinal como salientava Roquette-Pinto, “a Eugenia está, exatamente na ponte que liga a biologia às questões sociais, à política, à religião, à filosofia e... aos preconceitos”⁴¹⁴. Quando a Academia Nacional de Medicina, em 1933, coube de empossar Renato Kehl entre seus pares, uma citação do Sr. Abel de Oliveira reflete nos anos da década de 1930, em pleno discurso na faculdade medicina, a noção de que o “branco” e o “negro” tinham na sociedade para estes homens. Segue o trecho:

O branco é orthognatha, de ângulo facial apurado e índice cefálico exagerado, indicando esses caracteres sensível afastamento das espécies inferiores, à medida que o preto se mostra com pronathismo, ângulo facial exagerado e índice cefálico quase nulo, marcando isso uma franca e indiscutível animalidade.⁴¹⁵

O “ângulo facial exagerado” do negro ratifica como a expectativa física era percebida e retratada. Grafada logo em seguida como “índice cefálico quase nulo”, isto é, o negro possuía traços físicos disformes e carecia no grau intelectual e, assim, era taxado como um ser voltado para a “animalidade”. Isso justificaria as ações do negro na sociedade e sua conclusão como “degenerado”, boêmio e propenso ao crime, onde seria culpado de seus traços físicos, intelectuais e morais, condizentes com sua “raça”. Por outro lado, o branco com “ângulo facial apurado e índice cefálico exagerado”, confirma a personificação da perfeição por meio da cor, sendo este o sinônimo aceitável dentro daquela sociedade, pois ele tinha um corpo belo, face “apurada” e uma inteligência “exagerada”. Estas eram algumas das afirmativas que refletiam na autoridade médica-eugênica na construção dos sujeitos dentro do corpo social.

Ao tomarmos a obra *Aparas eugênicas: Sexo e Civilização*, estes elementos também ganham espaço pela degradação do negro e do mestiço. Ancorado por leituras de Nina Rodrigues e Oliveira Vianna - em que ambos respectivamente trataram da “inferioridade” negra na criminalidade e sobre o branqueamento -, Kehl justificava a degeneração da “raça” e suas raízes ancestrais que estiveram fadadas aos vícios e às más condutas:

O mestiço brasileiro de branco e preto (mulatos), são, na maioria, elementos feios e fracos, apresentando com frequência, os vícios dos seus ancestrais. De grande instabilidade de caráter constituem, pois, elementos perturbadores do progresso nacional, sob o ponto de vista étnico e social.⁴¹⁶

⁴¹³ KEHL, Renato. *Aparas eugênicas: Sexo e Civilização*. *op.cit.*, p. 13.

⁴¹⁴ ROQUETE-PINTO, Edgard. *Ensaio de antropologia brasileira*. *op.cit.*, p. 69.

⁴¹⁵ Discurso do paraninfo acadêmico, Sr Abel de Oliveira, na posse do novo acadêmico Renato Kehl na Academia Nacional de Medicina. (KEHL, Renato. *Política eugênica*. *op.cit.*, p. 4).

⁴¹⁶ KEHL, Renato. *Aparas eugênicas: Sexo e Civilização*. *op.cit.*, p. 200.

Como vimos anteriormente, a antropologia criminalista de Nina Rodrigues contribuiu para a compreensão da doutrina da “inferioridade” do mestiço e do negro, e suas relações com a criminalidade⁴¹⁷. Isso justificaria a ideia advinda desde os fins do século XIX dos “vícios ancestrais”, do qual o negro era descrito como preguiçoso e incivilizado e que, por conseguinte, perpetuaria ao longo das espécies por meio da sua hereditariedade todos os seus vícios. Compreende-se assim a repulsa ao “cruzamento racial”, que elevaria essas “más condutas” de tempos antigos à tona do caractere branco. Ao invés de melhorar a “raça”, como pressupunha a eugenia, o resultado seria a “degeneração humana”.

Muito se pensou em vista da elaboração de um argumento sobre “degeneração”, e a teoria do “branqueamento” tenderia a eliminar o fator “negativo” do negro, pois se o branco era “bem dotado”, obviamente acabaria nas gerações porvindouras predispondo o indivíduo a embranquecer e melhorar sua prole. Entretanto, parece-nos que Kehl era mais aderente ao discurso da “pureza racial”, acreditando que os de “boa herança” deveriam relacionar-se com pessoas da mesma magnitude para gerar melhores sucessões. Por este raciocínio, o negro e o mestiço estariam à margem da sociedade, considerados “degenerados” e sem a “possibilidade de uma solução final”. Desse modo, cabia à eles pensarem uma forma de contornar esta “epidemia” antes que afete e “degenere” o progresso da nação como um todo.

A análise quantitativa e estatística que permeou os estudos de Galton permanece semelhante nos escritos de Kehl no que concerne à comparação entre “brancos e pretos” de atitudes notáveis. Nas palavras de Kehl: “quando pedimos notícias de mestiços capazes de se emparelharem no valor físico, psíquico, mental com brancos sem mesclas de sangues heterologos, citam sempre a meia dúzia de homens que todos conhecem, e que mais?”⁴¹⁸. Poderiam ser citados como exemplos, Machado de Assis ou mesmo as argumentações de Silvio Romero, mas parece que esses homens não tinham características suficientes ou argumentos para fomentar o que, para eles, na verdade, seriam raríssimas exceções na sociedade brasileira. Este discurso corrobora com nossa investigação sobre a posição social do negro, que está estereotipado no cenário brasileiro como um “animal inferior” e o mestiço praticamente como um “híbrido que se reproduz”.

Esta fundamentação de que cada “raça” deveria interagir entre si condiciona a compreensão eugênica da formação de cidadãos acima da média, tendo em vista os fatores “positivos” deste cruzamento. Isso também explica a não miscigenação sob o pretexto da

⁴¹⁷ A ideia da criminalidade em composição com a moralidade aparece no tópico “hereditariedade e crime” do livro *Sexo e Civilização* de Renato Kehl. (*Ibid.*, p. 124).

⁴¹⁸ *Ibid.*, p. 201.

“degeneração” da mistura racial e, por isso, para Kehl, “formar-se-ão grupos de acordo com a constituição e temperamento e subgrupos conforme as tendências, vocações e valores sociais”⁴¹⁹. O médico-eugenista sacramenta dentro da sociedade a divisão “racial” existente e “diagnostica” esse problema em que o remédio seria não misturar, pois os indivíduos à margem poderiam “degenerar” os que estão “saudáveis”. O argumento “racial” e de subgrupos são inerentes à cor da pele e ao negro. Apesar do eugenista por diversas vezes expressar seus desejos pela esterilização, não houve tanto progresso nessa questão. Contudo, a forma como ele tratou da “questão racial” apresenta-se como um convite a “não reprodução” dos “degenerados”.

Aliás, as medidas médicas sejam elas sanitárias, higienistas ou eugênicas, tinham ênfase no corpo social. Portanto, seria inimaginável pensar que parte da sociedade não compartilhava dos pensamentos destes intelectuais, uma vez que eram reproduzidos em jornais e periódicos. Como não pensar que o médico que curava a varíola, que descobria novas espécies animais, criava antídotos, uma medicina respeitada no exterior, uma biologia crescente não teria a mesma legitimidade quando o assunto fosse as “raças humanas”? Parece evidente que o discurso científico era comprado pelo discurso social e tinha uma ação legitimadora na divisão da igualdade social.

Vamos um pouco além. Se a eugenia dizia que o cruzamento entre pessoas com doenças hereditárias era algo ruim e comprometeria a prole, podemos imaginar que no interior dos grupos sociais as famílias teriam o cuidado em orientar seus familiares sobre as “mazelas” desses relacionamentos em vista da indicação médica-eugênica, pois poderiam ter filhos com os mesmos problemas genéticos de seus portadores. Se não era aconselhável o cruzamento “racial”, o mesmo exercício mental se faz no exemplo da união de negros com brancos para as famílias brancas. Ao passo que uma família branca acreditava nos preceitos eugênicos, não é de estranhar que ela não veja com bons olhos o casamento inter-racial, afinal, sendo eles os “bem-nascidos” o cruzamento com possíveis “degenerados” ocasionaria como resultado a mestiçagem. Em vista disso, como anunciava Renato Kehl: “a vida numa sociedade é tanto mais intensa, desordenada, prenhe de vicissitudes, de crimes, de degenerações, quanto mais heterozigotos os elementos que a compõem...”⁴²⁰.

É justamente pela eugenia se fundamentar na “melhoria do homem” que existiria a separação de “raças”. Kehl é um discípulo das ideias galtonianas e frequentemente cita-o em

⁴¹⁹ *Ibid.*, p. 251.

⁴²⁰ *Ibid.*, p. 44.

seus livros como a “ciência de Galton”⁴²¹. A eugenia propõe um aperfeiçoamento do homem, por isso, a partir do instante em que se consideram os nórdicos mais notáveis que os africanos, por exemplo, segregam-se os grupos e estigmatizam-se. Qual seria a função de alguém “eugenizado”? Apenas dar continuidade com o processo hereditário com outro “eugenizado” para resultar em proles cada vez mais aprimoradas. Mas e se determinada “raça” não é a considerada ideal pelos eugenistas? Negros e asiáticos possuíam um perfil que não se adequariam às mesmas condições do “talento hereditário” que teriam os povos europeus, logo, estariam desaprovados a relacionarem-se com os eugenizados. Cria-se assim uma sociedade de castas onde havia “sangue bom e ruim”. Quando se tratava da cor da pele não havia subterfúgios.

Partindo da obra *Porque sou eugenista? 20 anos de campanha eugênica (1917-1937)*, compreendemos depois de 20 anos o pensamento de Kehl no momento em que discorre sobre o “problema racial”. Ao citar a Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra, Suécia, Dinamarca e Noruega como países que estabeleceram em suas agendas a educação eugênica, ele pretendia dizer que o Brasil – que aprovava o artigo 138 da nova Constituição o ensino de eugenia -, estaria no caminho certo para a disseminação da eugenia.⁴²² Com as propagandas eugênicas, além da conscientização desta ciência, ele propôs leis para sua manutenção em nome da “preservação racial”. Parece-nos então, que ao dizer sobre “preservação racial”⁴²³ o eugenista foi enfático na denegação da fusão das “raças” em prol da melhoria da cor branca.

Kehl considerou a fealdade um retrocesso ao progresso físico e, como apontado antes, ponderava os mulatos belos como uma rara exceção da prole. No entanto, a união racial entre brancos e negros era condenada, pois o elemento resultante não estaria apto ao dote de pessoas “belas”⁴²⁴. Sendo assim, nossa equação torna-se compreensível quando o eugenista condena a miscigenação, por onde não viu proveito no *stock* da mistura entre negros e brancos que gerariam indivíduos “degenerados”. Com outras palavras, nessa “forja racial”, o negro seria o agente que “degeneraria” a “raça”, pois se a união fosse entre pessoas do mesmo “tipo” não haveria problemas. A citação a seguir demonstra a confusão que muitas vezes é evidenciada nesse discurso eugênico de Kehl, pois “a eugenia não tem preferências raciais, simpatias por uma raça e antipatia por outra, *nem desconsidera os produtos oriundos de cruzamentos heterogêneos, embora os desaconselhe*”⁴²⁵. Esta eugenia desaconselhava o

⁴²¹ KEHL, Renato. *Melhoremos e prolonguemos a vida: a valorização eugênica do homem. op.cit.*, p. 26.

⁴²² KEHL, Renato. *Porque sou eugenista? 20 anos de campanha eugênica (1917-1937). op.cit.*, p. 14.

⁴²³ *Ibid.*, p. 17.

⁴²⁴ *Ibid.*, p. 26.

⁴²⁵ *Ibid.*, p. 42. [Grifo nosso].

cruzamento racial e diante sua legitimidade no campo científico esta recomendação serviria para os adeptos do discurso como uma profilaxia para quem se preocupava com “questão racial”. Não à toa, anos antes, com Nina Rodrigues e Oliveira Vianna, são postos em debate por trazerem à baila a sina do branqueamento e do problema do cruzamento heterogêneo.

Quando Kehl afirmava que “toda raça, seja a branca, a preta, a amarela, a bronzeada deve defender a sua relativa pureza impedindo a intromissão de caracteres exóticos”⁴²⁶, não entendemos que o eugenista está preocupado unicamente com as ditas “purezas raciais” – que ele mesmo acredita não existirem mais “raças” totalmente “puras”⁴²⁷ - induzindo a ideia da valorização de todas as “raças” e sua importância, pelo contrário, o que demonstrava é a preocupação da “raça branca” em preservar seus caracteres e não elevando-os para a degradação da miscigenação. Isto pode ser comprovado no mesmo documento, em que, para Kehl, “contra a mestiçagem no grande sentido, existem provas de ordem científica que não se inutilizam com simples palavras, venham de onde vierem”⁴²⁸.

A eugenia no Brasil ganhou diversas interpretações. Ela esteve atrelada aos movimentos sanitaristas e higienistas, pelo seu caráter de revigorar a população em um âmbito genético humano. Mesmo para Kehl, que teve um discurso próximo de Galton, mas também caminhou com a eugenia “negativa”, outros enxergavam esta ciência aliada a formas diversas de ações que nem sempre se ligavam as crenças da eugenia de Kehl, o que, como vimos, causou a insatisfação do médico na compreensão da eugenia como sinônimo de saneamento⁴²⁹. Adiante, veremos outras formas de interpretação da eugenia no Brasil.

3. A EUGENIA DE EDGARD ROQUETTE-PINTO

Outro personagem nas discussões eugênicas e que teve grande destaque no cenário antropológico brasileiro, no que concerne à interpretação da “raça”, foi Roquette-Pinto. Sua trajetória engloba a participação na editoria da *Revista Nacional de Educação*, membro fundador da Associação Brasileira de Educação, professor do Museu Nacional desde 1906, sócio-fundador da Academia Brasileira de Ciências e aventurou-se juntamente com Marechal Rondon e Sampaio no estudo e coleta de dados nos mais longínquos sertões do país. Participou ainda, em 1911, do Congresso Universal das Raças. Em 1924 esteve no Congresso

⁴²⁶ *Ibid.*, p. 44.

⁴²⁷ *Ibid.*, p. 43.

⁴²⁸ *Ibid.*

⁴²⁹ Prova disso são os debates que se sucederam no Congresso de Eugenia de 1929. Roquette-Pinto aponta que “há pessoas, no Congresso, para quem ‘Eugenia’ é apenas um nome, em moda, de que se enfeita a velhíssima ‘Higiene’. Pode-se dizer mesmo que é só esse mal entendido o responsável por algumas discussões que ali se têm verificado” (ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Ensaio de antropologia brasileira. op.cit.*, p. 70).

de Americanistas, na Suécia. Viajou também para os Estados Unidos onde manteve contato com Franz Boas. Suas atividades demonstram que esteve inserido em diversas discussões sobre “raça” e vinculado à compreensão da história e do “povo brasileiro”⁴³⁰. Há trabalhos que se debruçam sobre a trajetória deste intelectual⁴³¹, mas, para nós, ele se insere no debate acerca das “raças” e sua relação com a eugenia, sobretudo, com sua indicação para presidir o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia.

A longa tradição científica de Roquette-Pinto nos revela em que direção trabalhar com este personagem. Suas múltiplas leituras despontam seu aporte bibliográfico que passaria por estrangeiros como Eugen Fischer⁴³², Charles Davenport, Franz Boas e Rudiger Bilden.⁴³³ Como estudou Souza, as constatações das leituras desses teóricos revelam a diversidade do pensamento de Roquette-Pinto, uma vez que alguns deles, como Davenport, posicionaram em suas pautas políticas e científicas, elementos explícitos de segregação racial⁴³⁴.

O que queremos contribuir em nossa leitura é a perspectiva mendeliana de Roquette-Pinto, para mostrar a multiplicidade em pensar a eugenia no país, pois “[...]é um mendeliano de primeira hora e insiste que o ‘meio’ não interfere naquilo que foi constituído segundo determinações hereditárias”⁴³⁵. No Brasil podemos estabelecer que o movimento eugênico, em toda sua amplitude e suas vozes, possuía também a sua visão heterogênea desta tradição

⁴³⁰ DUARTE, Regina Horta. *A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945. op.cit.*, p. 54-61.

⁴³¹ Cf.:Vanderlei Sebastião Souza: Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1930-1935). Para uma contextualização da relação desse intelectual com instituições e atuações vale atentar-se novamente para o livro de Regina Horta Duarte, *A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945.op.cit*

⁴³² Ao estudar Roquette-Pinto e Fischer, Souza percebe um argumento do antropólogo alemão que nos ajuda a pensar a própria formação da argumentação de Roquette, “Fischer teria demonstrado também que os efeitos dos cruzamentos raciais não era uma simples mistura de fatores hereditários, muito menos a sobreposição ou a dominância de uma raça sobre a outra. O que haveria de fato era uma “combinação” de fatores hereditários, nos quais ocorria a dominância de alguns fatores sobre outros, independentemente da origem racial” (SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1930-1935). op.cit.*, p. 224). Mais adiante explica o afastamento do estudioso brasileiro com o pensamento do alemão no que concerne à segregação racial. Embora as investigações de Fischer fossem referências constantes nos trabalhos de Roquette-Pinto, jamais fez menção aos argumentos antissemitas, ao arianismo e, mais tarde, ao forte envolvimento do antropólogo alemão com o tribunal eugênico nazista. (*Ibid.*, p. 226).

⁴³³ No Brasil, Souza percebeu a influência de Euclides da Cunha e Alberto Torres, “além da própria tradição antropológica que se desenvolvera no Museu Nacional”, na formação do antropólogo brasileiro. (*Ibid.*, p. 261). Vale salientar que Roquette-Pinto presta admiração às obras *Brasil na América* (1929), de Manoel Bomfim, e *Casa-Grande e Senzala* (1933), de Gilberto Freyre. (*Ibid.*, p. 265). Em *Anthropologia Brasileira*, Roquette demonstra sua admiração intelectual por Alberto Torres a respeito da imigração: “A consideração do fenômeno leva o meu pensamento para os ensinamentos de Alberto Torres, sociólogo realmente sábio e profundo, que a nossa cultura, em geral taful e teórica, pode apresentar ao mundo. (ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Ensaio de antropologia brasileira. op.cit.*, p. 17).

⁴³⁴ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1930-1935). op.cit.*, p. 208.

⁴³⁵ CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927 – 1942. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002, p. 287.*

científica. Não compartilhamos a crença daqueles que pensam a eugenia como um movimento unilateral que carregaria em seu sinônimo apenas uma noção de “segregação racial”, aos moldes dos Estados Unidos da esterilização. Rapidamente – e durante todo nosso texto – a visão de Roquette⁴³⁶ e outros são exemplos de que eugenia, hereditariedade, genética e, sobretudo, a ciência, faziam parte de um terreno fora de unanimidades, cercadas por debates e divergências teóricas.

Como apontamos em sua trajetória, Roquette-Pinto insere-se desde o início do século XX na intelectualidade brasileira e se constata sua participação recorrente naquela atmosfera sobre a “questão racial”. Souza menciona que “seu interesse pelo estudo das populações mestiças, como sempre fizera questão de ressaltar, teria iniciado por volta de 1910, quando auxiliara João Batista de Lacerda em seus trabalhos acerca dos mestiços do Brasil”⁴³⁷. No ano seguinte, o antropólogo participou do Congresso Universal das Raças, em Londres, na companhia do também antropólogo Lacerda. Souza assinala que esta experiência vivida por Roquette-Pinto contribuiu para sua aproximação com os principais assuntos da antropologia física e, principalmente, dos chamados “cruzamentos raciais”. Inclusive, permaneceu na Europa algum tempo após o término do Congresso para “ampliar sua formação científica e de visitar museus de história natural e outras instituições de ciência, especialmente em Londres, Berlim e Paris”⁴³⁸.

Isso corrobora que a “questão racial” provém de uma longevidade de interesse e do pensamento do antropólogo na primeira metade do século XX, elencando-o a um estudioso participativo nos debates que envolvem o cruzamento racial e a população brasileira. O que se deve destacar é como o pensamento mendeliano contribuiu para a posição de Roquette-Pinto em suas pesquisas voltadas à eugenia e hereditariedade.

As leis de Mendel traziam para o antropólogo algumas formas de contra-argumentar as teorias daqueles que viam na mestiçagem aspectos de hibridismo ou de inferioridade. Por este viés, ele não concordava com o postulado neolamarckista de que a fusão da herança genética no cruzamento de “raças” heterogêneas iria danificar ou regredir as novas proles. Ao pensar assim, argumenta que “os biólogos, a sua maioria, não acreditam que o meio seja capaz de agir sobre os caracteres hereditários, todos eles dependentes do plasma germinativo. O meio -

⁴³⁶ Vale, por exemplo, entender uma das noções de eugenia para Roquette, onde “Na compreensão de alguns eugenistas, entre eles o próprio Roquette-Pinto, investir em políticas de controle da mortalidade e da natalidade significava pensar diretamente na saúde e no aperfeiçoamento contínuo das populações” (SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1930-1935)*. *op.cit.*, p. 318).

⁴³⁷ *Ibid.*, p.210.

⁴³⁸ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Retratos da nação ‘tipos antropológicos’ do Brasil nos estudos de Roquette-Pinto 1910-1920. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.* Belém, v. 7 n. 3, 2012, p. 647.

e hoje corrente – modifica apenas o somato-plasma, a parte do ser vivo que não entra na herança”⁴³⁹. Para completar, expõe que o problema não estaria no cruzamento, pois “em geral, tem-se o habito de considerar degenerados, mestiços que são apenas doentes ou disgênicos. Não é o cruzamento; é a doença a causa do aspecto débil de muitos deles”⁴⁴⁰.

Roquette-Pinto esquadrinhou e energizou suas pesquisas em 1921 sobre os “tipos antropológicos do Brasil” para compreender, como resume Souza, a “nossa gente”⁴⁴¹. Pautado em uma antropologia física do homem, o antropólogo acreditava que era possível caracterizar as “raças” por seus biótipos, porém, desqualificava a visão de que o exame do crânio, por exemplo, criaria características de elementos “superiores” e “inferiores”. Isto demonstra o antagonismo de uma pressuposição notoriamente sacramentada pela eugenia no que concerne à tese de “raça” e miscigenação, entre outros. O mais voltado para um aspecto cultural das sociedades “atrasadas e adiantadas” desconsiderava a premissa de que o “atraso brasileiro” estaria arraigado à “inferioridade da raça” pela hereditariedade. Explica o autor:

A antropologia não se limita mais a medir crânios e a calcular ‘índices’ discutíveis, na esperança de poder separar as ‘raças superiores das ‘raças inferiores. Hoje a doutrina da igualdade vai ganhando terreno; ‘superiores’ e ‘inferiores’ são agora ‘adiantadas’ e ‘atrasadas’. As últimas lucraram com a mudança, pois que ficou, assim, reconhecido o seu direito à existência que a ciência bastarda andou procurando contestar. E a antropologia, desanimando de encontrar a verdade naquele mau caminho enveredou noutros atalhos mais felizes e agora, de maneira muito mais promissora, procura, entre outras coisas, verificar como as raças se transformam pela migração, pelo cruzamento e por outras influências.⁴⁴²

Pode-se destacar uma tentativa de entender e não de segregar os “grupos humanos”. A partir do momento que estamos estabelecendo uma conexão diferenciada entre o aspecto eugênico de hereditariedade como, por exemplo, do “mestiço inferior” e ao mesmo instante estamos colocando Roquette-Pinto no debate, dizendo que não havia “inferiores e superiores”, mas sim outros critérios culturais, emerge então uma interrogativa. O que aproximaria a ideia de eugenia de Roquette-Pinto, que ao que parece mostra um paradoxo substancial com a eugenia de Renato Kehl? O que sugestiona uma contradição, na verdade, pode ser explicada pela linha de pensamento de Roquette-Pinto que desempenhava estudos na verificação dos

⁴³⁹ ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Ensaio de antropologia brasileira*. *op.cit.*, p. 59.

⁴⁴⁰ *Ibid.*, p. 147. O autor complementa: “Contudo, não seria o cruzamento de raças a causa de sua degeneração, mas sim as péssimas condições de vida, a miséria, a falta de higiene e nutrição, a ‘promiscuidade’, as doenças e o analfabetismo. Em geral, lembrava ele durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929” (SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1930-1935)*. *op.cit.*, p. 215).

⁴⁴¹ *Ibid.*, p. 163.

⁴⁴² ROQUETTE-PINTO, 1927 apud (SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1930-1935)*). *op.cit.*, p. 171-172. Ver também: ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Ensaio de antropologia brasileira*. *op.cit.*, p. 63.

traços antropológicos da população. Suas pesquisas o levaram para o lado da eugenia com um caráter semelhante na instrumentalização, mas diferente na conclusão.

A eugenia era, entre outras, a representação de uma ciência que tinha um prognóstico de uma “ciência do melhoramento do futuro”, somada aos aditivos das pressuposições que estavam em voga na antropologia física, das necessidades sociais do saneamento com a participação de médicos e da elite intelectual na discussão. Seria ingenuidade acreditar que o autor ignoraria ou ficaria avesso à participação desses estudos que ganharam escala política nacional e mundial.

Roquette percebe a eugenia como um assunto delicado, pois envolveria paixões humanas ou interesses particulares e reconhecia as várias vertentes interpretativas que ela assumia no país, inclusive ligadas a higiene.⁴⁴³ Como estabelecemos no primeiro capítulo, a eugenia de Galton não parecia fundamentar o contraste da radicalização, como se viu com a eugenia “negativa” no século XX. Deve-se atentar a este ponto para compreendermos o porquê da “simpatia de Roquette-Pinto pelo programa galtoniano derivava, em certa medida, do caráter menos radical que seu fundador estabeleceu na segunda metade do século XIX”⁴⁴⁴. Isso elucidaria a posição do antropólogo brasileiro em relação ao seu posicionamento, aderindo uma interpretação da eugenia e sua postura sob os temas da “raça” e da imigração que, de certa forma, muitas vezes entrava em colisão com as ideias de Kehl ou do médico Miguel Couto (1865-1934). Isto, novamente, remete à heterogeneidade que a eugenia poderia tomar nas interpretações no Brasil por diferentes intelectuais. Em suma, a visão da eugenia para Roquette deveria se restringir:

Em seu ponto de vista, a eugenia deveria ser vista como “a biologia da herança”, a ciência responsável por “proteger as células reprodutoras” e aperfeiçoar as futuras gerações, enquanto a higiene atuaria para melhorar as condições do meio, agindo somente sobre a saúde física dos indivíduos, e não sobre os caracteres hereditários.⁴⁴⁵

Sendo assim, o antropólogo percebia o atraso mediante aos fatores que constituíam o retrocesso pautado na condição social, e não apenas identificava os aspectos deterministas biológicos como única suposição para o “progresso” ou “atraso” dos indivíduos pertencentes à nação. Como nos mostra Souza, “a eugenia por ele divulgada afastava-se diametralmente dos pressupostos que vinculavam o aperfeiçoamento humano às características raciais e ao

⁴⁴³ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1930-1935)*. *op.cit.*, p. 284-285.

⁴⁴⁴ *Ibid.*, p. 287.

⁴⁴⁵ *Ibid.*, p. 290.

determinismo biológico”⁴⁴⁶. Nesse sentido, o historiador versa sobre a influência do antropólogo ligado a nomes internacionais da eugenia, em especial Davenport, que representou um dos principais agentes da eugenia estadunidense.⁴⁴⁷ Podemos grafar esta afirmativa ao constatar na obra *Ensaio de antropologia brasileira*, uma clara referência as correntes em voga: "Entre as duas correntes, uma que afirma a herança mendeliana na espécie humana (Davenport), e outra que a contesta (Boas), as minhas observações levam-me a preferir a primeira"⁴⁴⁸.

Mais adiante, notamos que sua compreensão era mais elaborada no que diz respeito à formação das “raças humanas”, considerando outros elementos além do hereditário na composição das determinações do indivíduo na nação ou contexto em que está inserido. Sobre isso e se tratando do negro, ele afirma:

No entanto, o indivíduo negro, ou os indivíduos mulatos oriundos do cruzamento aqui lembrado, não têm as mesmas garantias de longevidade. Porque, embora não exista a *questão de raças* no Brasil, não é menos certo que negros e mulatos não encontram a mesma facilidade de vida, o mesmo *amparo social*, que os brancos.⁴⁴⁹

Este excerto é elucidativo para a apresentação dos estudos do autor, corroborando com sua percepção na diferenciação da influência do meio social para o determinismo biológico. Ao grifar “amparo social” nos anos de 1933, mostrou em seus estudos que a “questão de raças” vai muito além dos chamados determinismos hereditários e não bastaria apenas o “talento eugênico”, pois as condições sociais que condenaram os considerados “disgênicos” e “degenerados” foram tomadas pelo organismo social e afetaram conseqüentemente sua ascensão. Desse modo, entende-se porque os “brancos” estariam em um patamar superior aos “negros”, à medida das suas oportunidades dentro do esquema social. Esta realidade é vista nos estudos de Florestan Fernandes, décadas depois, onde o autor conclui que

existe um dilema racial brasileiro e que ele possui um caráter estrutural. Para enfrentá-lo e corrigi-lo, seria preciso mudar a estrutura da distribuição da renda, do prestígio social e do poder, estabelecendo-se o mínimo de equidade econômica, social e cultural entre ‘brancos’, ‘negros’ e ‘mulatos’.⁴⁵⁰

A abordagem de ambos os autores reflete o argumento que denuncia a latente contradição entre vida social e o aspecto hereditário que trouxe à tona o fato de que não

⁴⁴⁶ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. “As leis da eugenia” na antropologia de Edgard Roquette-Pinto. *op.cit.*, p. 219.

⁴⁴⁷ *Ibid.*, p. 219.

⁴⁴⁸ ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Ensaio de antropologia brasileira*. *op.cit.*, p. 156.

⁴⁴⁹ *Ibid.*, p. 156-159. [Grifos do autor].

⁴⁵⁰ FERNANDES, Florestan. *O Negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972, p. 105.

bastava ser um “bem-nascido” na sociedade brasileira, afinal, na dinâmica social do país, o aspecto histórico e o gerenciamento das classes econômicas pautadas na cor da pele esbarraram no favorecimento de uma classe e no prejuízo de outra. Roquette-Pinto avalia que “a ação conjugada da *herança mendeliana* e da *seleção social* não pode, destarte, ser desprezada quando se consideram os tipos antropológicos do país”⁴⁵¹. O antropólogo foi feliz ao denominar “seleção social”, pois a nosso ver, trouxe o paralelismo da “seleção natural” ratificando que não bastava “nascer bem” se as condições sociais não permitissem que o indivíduo tivesse condições de melhorias ao longo da sua vida.

A conclusão de Roquette-Pinto é enfática acerca da degeneração dos “tipos nacionais”, “Há vista de todos os dados condensados nesta monografia, pode-se concluir que nenhum dos tipos da população brasileira apresenta qualquer estigma de degeneração antropológica. Ao contrário. As características de todos eles, são as melhores que se poderiam desejar”⁴⁵². Para o autor, o foco não deveria se resumir a julgamentos degenerativos das “raças”, mas um problema que envolveria política, sanitarismo e educação.⁴⁵³ Na tese de Souza:

A compreensão desenvolvida pelo antropólogo sobre o significado da miscigenação racial, analisada sob a angular da biologia mendeliana, deve ser vista, portanto, como decisiva para a percepção de que a origem dos problemas brasileiros era de ordem sociológica e política, e não racial.⁴⁵⁴

Para ilustrar este controverso debate, trazemos a fala do professor Oliveira Vianna (1883-1951)⁴⁵⁵, que considerava que todas as “raças” têm a mesma chance de se desenvolver no Brasil. Vianna categorizou a situação harmônica entre as “raças” no país e professou:

Homens de raça branca, homens de raça vermelha, homens de raça negra, homens mestiços dessas três raças, todos têm aqui as mesmas oportunidades sociais as mesmas oportunidades políticas. Está, por exemplo, ao alcance de todos, a propriedade da terra. Francos a todos, os vários campos do trabalho, desde a lavra da terra as mais altas profissões. Quanto aos direitos políticos, não figura em nossas leis, entre as condições da sua investidura, o critério das raças.⁴⁵⁶

⁴⁵¹ ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Ensaio de antropologia brasileira*. *op.cit.*, p. 159. [Grifos do autor]

⁴⁵² *Ibid.*, p. 169.

⁴⁵³ *Ibid.*, p. 170.

⁴⁵⁴ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1930-1935)*. *op.cit.*, p. 217.

⁴⁵⁵ Endrica Geraldo completa: “Com uma extensa produção escrita, Oliveira Vianna destacou-se pela defesa de um Estado autoritário e como colaborador político no regime de Vargas ao atuar como assessor jurídico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio entre 1932 e 1940. Oliveira Vianna também desempenhou um importante papel ao se tornar uma presença constante nas comissões formadas oficialmente para avaliar e preparar propostas de políticas imigratórias” (GERALDO, Endrica. *O “perigo alienígena”*: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945). Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2007, p. 24).

⁴⁵⁶ VIANNA, Oliveira. *O typo brasileiro: seus elementos formadores*. In: *Dicionário, Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB, v. 1, 1922, p. 277.

Ao tratar sob um aspecto essencialmente antropológico, quando analisa as “raças”, Vianna entendeu o problema multiétnico sob o caráter científico. Não é por acaso, que quando fala das “raças” e - seus momentos psicológicos -, salienta que “abre-se então a questão do *eugenismo* das diversas raças, que entram na formação do nosso povo; a da maior ou menor potencialidade ascensional dos seus elementos inferiores”⁴⁵⁷. Na argumentação de uma “arianização”, o autor endossa o discurso do qual prevê o desaparecimento do tipo “negro” do âmbito nacional. Por meio de quadros e estatísticas demográficas, Vianna relata que

[...] de 1872 a 1890, o grupo negro cresce, anualmente de 7.000 indivíduos e o grupo mestiço de 44.000, ao passo que o grupo branco aumenta a sua massa com 137.000 indivíduos cada ano. O sentido da nossa evolução étnica, no seu aspecto demográfico, é, portanto, francamente arianizante.⁴⁵⁸

A “arianização” que se estendia ao branqueamento racial procurava no caráter eugênico e hereditário resolver o “problema racial”, afinal, “quanto maior, portanto, for a dose de sangue ariano nos nossos mestiços, tanto mais eles tenderão a revestir-se dos atributos somatológicos do homem branco”⁴⁵⁹. Endrica Geraldo apontou que “Oliveira Vianna procurou traçar o que denominou de caracterização antropológica de imigrantes, em especial de judeus, árabes e japoneses”⁴⁶⁰.

Manoel Bomfim, por sua vez, discordava do pensamento de Vianna acerca da “inferioridade racial”. Para ele, Vianna “faz um julgamento oficial, sobre a *Evolução das raças*, através de muita etnologia, eugenia e antropologia... mas peremptório: ‘O negro e o índio não deram nenhum elemento de valor’ [...]”⁴⁶¹. Mais adiante, chega a ironizar a adoração pela arianização de Vianna. Segundo Bomfim ele teria “*inferiorizado* suecos e frísios, como fez para os nossos *guaianás e tupiniquins*”⁴⁶² caso olhasse a região na antiguidade.

Trazemos estes exemplos para mostrar que o diálogo não se restringia a Kehl, mas a Vianna, Roquette-Pinto, Bomfim e tantos outros. Por estes autores percebemos como novos elementos para entender os “aspectos raciais” são inseridos em seus discursos na tentativa de compreender o Brasil e seus habitantes pela “cor da pele”.

⁴⁵⁷ *Ibid.* [Grifo nosso].

⁴⁵⁸ *Ibid.*, p. 282.

⁴⁵⁹ *Ibid.*, p. 283

⁴⁶⁰ GERALDO, Endrica. *O “perigo alienígena”*: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945). *op.cit.*, p. 26.

⁴⁶¹ BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América*: caracterização da formação brasileira. *op.cit.*, p. 193. [Grifo do autor].

⁴⁶² *Ibid.*, p. 198.

Nessa multiplicidade entre as falas sobre “raça” e suas funções sociais no Brasil, não se deve cair no erro de acreditar que Roquette-Pinto vislumbrava a temática apenas pelo caráter cultural. O antropólogo brasileiro estava inserido nas discussões científicas do seu tempo e fazia a sua própria interpretação da “eugenia”. Por este aspecto podemos entender o uso de Charles Davenport e Franz Boas, ao passo que se distanciam no aspecto da “visão humana”, complementam-se na análise particular de Roquette-Pinto. Souza, nesse sentido destaca “o uso que fazia da eugenia mendeliana, ao contrário do que ocorria entre os adeptos do racismo científico, o possibilitava demonstrar que não havia mal algum no processo de miscigenação”⁴⁶³. Por outro lado, em alguns de seus trabalhos há uma tentativa de explicar a teoria do branqueamento a partir da ótica da “moderna antropologia”⁴⁶⁴.

Ao afirmarmos que o antropólogo brasileiro fazia suas interpretações a partir de figuras com pensamento antagônico no aspecto racial, como Davenport⁴⁶⁵ e Boas, isso se deve ao “uso que fazia das ideias, dos argumentos e da autoridade científica que estes autores estrangeiros ostentavam implicava necessariamente em um diálogo seletivo”⁴⁶⁶. Em outras palavras, Roquette-Pinto selecionava as ideias que comportassem no seu ideário intelectual e político “mesmo que fosse necessário ignorar e escamotear o conjunto ou o resultado dessas

⁴⁶³ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. “As leis da eugenia” na antropologia de Edgard Roquette-Pinto. *op.cit.*, p. 225.

⁴⁶⁴ Sobre isso, afirma Souza que, “Apoiando-se nas análises dos aspectos antropométricos, ou mesmo da genética mendeliana, argumentava em suas *Notas sobre os tipos antropológicos do Brasil* que o ‘cruzamento racial’ entre o branco, o negro e o mestiço, na maioria dos casos, apresentava uma ‘acentuada tendência para a raça branca’, especialmente em relação à estatura, à natureza do cabelo, à cor da pele, o índice nasal e cefálico, o perímetro torácico, entre outros caracteres físicos (Roquette-Pinto, 1929, p. 129). Em geral, acreditava ele, ‘tipos brancos’, cuja avó é negra, podem ser perfeitamente caracterizados entre os ‘brancos mediterrâneos da Europa’, sem que se perceba a diferença. A aplicação das leis de Mendel sobre o funcionamento da hereditariedade nos cruzamentos humanos provaria ser um ‘erro crer que os filhos de mulatos sejam sempre mulatos’” (*Ibid.*, p. 139) [Grifo do autor]. “Em muitos casos, nos cruzamentos entre brancos e negros, ou brancos e mulatos, ‘só um perito poderá descobrir sangue negro’, tal seria o retorno perfeito desses mestiços ao tipo branco. Além disso, como a ‘união’ entre o ‘branco e a mulata’ seriam mais frequentes no Brasil, acreditava ele, haveria uma tendência ainda mais acentuada para o nascimento de indivíduos leucodermos, conforme classificava os brasileiros brancos” (*Ibid.*). (Cf.: SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1930-1935)*. *op.cit.*, p. 275).

⁴⁶⁵ Segundo Olívia Maria Gomes da Cunha, “Quanto à referência a Davenport, devia-se às pesquisas que o autor àquela época empreendia em países do Caribe, na sua cruzada em prol da criação de uma Federação Internacional das Organizações Eugênicas. Encarregado de responder ao questionário enviado por Davenport, Roquette se via compelido a reconsiderar as questões relativas ao papel da ‘herança’ na identificação do ‘germino-plasma’. Embora acreditasse que só os caracteres ‘somáticos’ poderiam ser alterados pelo meio, o ‘caso brasileiro’ o fazia colocar em relevo aspectos mais sociais. Ainda que corroborasse os dados obtidos por Davenport quanto à deficiente inteligência dos mulatos e à constituição diferencial dos negros e brancos na Jamaica, comparando-os com o quadro observado no Brasil, comentava de maneira otimista a proeminência das ‘causas sociais’ sobre as ‘biológicas’” (CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927 – 1942*. *op.cit.*, p. 293).

⁴⁶⁶ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1930-1935)*. *op.cit.*, p. 218.

obras”⁴⁶⁷. Ao citar esses autores, mesmo discordando de algumas de suas prerrogativas, fomentava o trabalho científico, pois eram reconhecidos no âmbito internacional da antropologia e assim, também compunham legitimidade aos trabalhos.⁴⁶⁸

Essa visão ímpar não demorou a entrar em choque com o espectro eugênico de Renato Kehl, principalmente nos debates com relação às restrições à imigração por critérios “raciais”⁴⁶⁹. Enquanto percebemos que Kehl pensava em imigrantes “ideais”, alicerçado em elementos de “raça”, das quais considerava benéfico para o “ideal nacional de progresso”, Roquette-Pinto, por sua vez, foi contra essa premissa com a justificativa de que apesar de acreditar em um controle contra a imigração, este estava longe de ser fundamentado por meio da “comparação racial”. Não à toa, ele foi um defensor dos valores eugênicos dos japoneses para a imigração.⁴⁷⁰ No seio do debate no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, parece evidente que as lacunas e múltiplas interpretações do que era “raça”, eugenia e “tipos ideais”, não eram unânimes mesmo para aqueles que buscavam enxergar saídas para o “progresso” do Brasil por meio da eugenia ou dos estudos hereditários. Interessante notar que no governo Vargas, por volta de 1931, Kehl e Roquette-Pinto atuaram juntos dentro do ministério do Trabalho para aconselhar sobre os problemas da imigração.⁴⁷¹ Isto fará parte da nossa próxima análise.

4. EUGENIA, IMIGRAÇÃO E EDUCAÇÃO NO GOVERNO PROVISÓRIO.

A relação entre imigração e identidade nacional tem suas peculiaridades no Brasil. Jeffrey Lesser, ao se referir a estas singularidades, comentou que uma constelação de

⁴⁶⁷ *Ibid.*, p. 218. Para o historiador podemos dizer que “Roquette-Pinto fazia apropriações seletivas de autores como Fischer, extraindo conceitos e pressupostos científicos que pudessem legitimar ou autorizar a sua própria atuação científica, sem problematizar aspectos políticos mais emblemáticos” (*Ibid.*, p. 227).

⁴⁶⁸ Para Souza: “Importava extrair destes autores mais a autoridade científica que emanavam de seus trabalhos do que os pressupostos que defendiam. Apoiar-se sobre a autoridade destes autores significava legitimar, entre seus pares brasileiros, o próprio trabalho científico que desenvolviam, uma vez que tanto Fischer quanto Davenport eram figuras das mais proeminentes na antropologia internacional”. (*Ibid.*, p.235).

⁴⁶⁹ Souza relata que vários debates ocorreram e agregaram uma divisão dos intelectuais acerca da imigração. A exemplo, o autor cita a conferência de Azevedo Amaral intitulada “o problema eugênico da imigração” que acarretou em um amplo debate onde se podia perceber notoriamente as divisões contra e a favor às pressuposições de quais seriam os imigrantes ideais. Enquanto uma orientação “arianista” era protelada por Renato Kehl, Miguel Couto, Xavier de Oliveira e Oscar Fontenele, do outro lado contra este discurso estavam as lideranças de Roquette-Pinto, Belisário Penna, Levi Carneiro, Frões da Fonseca e Fernando Magalhães. (Cf.: SOUZA, Vanderlei Sebastião de. “*As leis da eugenia*” na antropologia de Edgard Roquette-Pinto. *op.cit.*, p. 226).

⁴⁷⁰ STEPAN, Nancy L. *A hora da eugenia: raça gênero e nação na América Latina. op.cit.*, p. 172.

⁴⁷¹ Outro importante trabalho que diz respeito à eugenia no Brasil e refere-se à participação de ambos no governo Vargas é: STEPAN, Nancy Lays. *Eugenia no Brasil, 1917-1940. op.cit.*, p. 372-373. O texto foi publicado originalmente em: STEPAN, Nancy Lays. *Eugenics in Brazil, 1917-1940*. In: ADAMS, Mark B (org.). *The Wellborn science: eugenics in Germany, France, Brazil and Russia*. New York: Oxford University Press, 1990, p. 139. O trabalho conta com outras pesquisas da temática da eugenia organizadas por Mark Adams.

intelectuais, políticos e outros, perceberam na imigração uma forma de melhorar a nação “marcada por anos de colonialismo português e escravidão africana”⁴⁷². Sendo assim, esta relação transoceânica via no imigrante uma plausível solução para mudar ou aperfeiçoar o país. Contudo, como expressa o autor, “ocorreram com a absorção, a miscigenação e o uso de categorias raciais e étnicas cada vez mais flexíveis”⁴⁷³.

Em vista disso, no documento em anexo do livro *Aparas eugênicas: Sexo e Civilização*, que contém as principais conclusões aprovadas no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, o item 9º mostra-nos com era imprecisa e controversa acerca da sua problemática “racial”:

O primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, embora reconhecendo o valor da seleção por meio de uma escala diferencial das correntes imigratórias em *muito desejáveis, desejáveis e indesejáveis*, julga, entretanto, que o critério seletivo mais eficaz é o exame das condições individuais de cada imigrante.⁴⁷⁴

Este item em especial reflete o quanto a pluralidade das convicções dos participantes com relação à “raça” tomou corpo. No documento que contém 31 itens, destacamos este pela dualidade que expõe as argumentações, em vista ao que analisamos no acirrado e camaleônico sentido do debate singular da eugenia no Brasil. Estudando o item, podemos perceber que o Congresso reconheceu que havia diferenças do que “se quer” como imigrante para o Brasil – algo difundido por Kehl em suas preferências do europeu ao asiático ou negro, por exemplo.⁴⁷⁵ Porém, ao julgar que o melhor elemento para identificar o imigrante seriam as “condições individuais de cada um” entendemos que a discussão flui no consenso da linha de Roquette-Pinto da não generalização do grupo de indivíduos com base no “elemento racial”. Apesar da hereditariedade ser uma ciência a ser considerada no discurso da “evolução das raças humanas”, não havia unanimidade quando o mote eram as restrições com base nos tipos raciais. Pelo contrário, as discordâncias e aprovações tinham os argumentos científicos dos mais variados.

A consideração mais equitativa do documento diz respeito ao “aprimoramento” do homem, o que dialoga com as duas correntes que estabelecemos, pois apesar de um movimento mais radical por parte de Kehl e uma interpretação roquetteana mais específica do

⁴⁷² LESSER, Jeffrey. Um Brasil melhor. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, 2014, p. 182.

⁴⁷³ *Ibid.*

⁴⁷⁴ KEHL, Renato. *Aparas eugênicas: Sexo e Civilização*. *op.cit.*, p. 260 [Grifos do autor]. Este documento compõe o referido livro com as principais resoluções do Congresso.

⁴⁷⁵ O item 22º diz: “O primeiro Congresso de Eugenia Brasileiro aconselha ao governo facilite o mais que for possível à imigração europeia para o Nordeste Brasileiro, preferentemente, de colonos agricultores” (*Ibid.*, p. 262).

meio, ambos aceitaram os pressupostos de que seria necessária a melhoria do “povo” e que o Estado deve se esforçar para este fim. Os itens 12º e 13º se referem diretamente aos doentes mentais e criminosos, nos itens 25º, 26º, 27º, 28º, 29º, 30º, 31º, ao alcoolismo. Há um apontamento por parte da ata delimitando quem deveria se evitar. Porém, quando se referem à imigração e seus descontentamentos há apenas uma classificação “subentendida” como “muito desejáveis, desejáveis ou indesejáveis”. De certa forma, não havia uma nomenclatura para quem são eles, ao menos nestes itens. Contudo, o item 22º aconselha a imigração europeia.

Independente das imprecisões do documento, ele estabelece a perspectiva de seus componentes em torno da ambiguidade da “questão racial”, que ao passo que aconselhavam nitidamente a vinda do europeu, desaconselhavam, sem citar nações ou etnias, os “indesejáveis”, mas entendem a necessidade dos olhares particulares. Esse jogo duplo que recortamos do processo eugênico é entendido por Souza sendo a forma como a “eugenia no Brasil se caracterizou por seus aspectos polissêmicos, por sua capacidade camaleônica de transitar entre as mais diversas tendências do pensamento social e científico”⁴⁷⁶.

Destaca-se aqui a importância atribuída a eugenia no meio político fazendo parte de propostas e regulamentações de leis. Assim, a eugenia estabelece o convívio dentro da sociedade, o que a fez ser pensada mediante as suas medidas e questionamentos. Neste contingente político, é possível estabelecer que os diálogos lembrados em 1929 sobre os problemas migratórios que analisamos até aqui teriam reflexos nos anos porvindouros da Assembléia Constituinte de 1933-1934, que instituiu uma lei de imigração, em parte, aos moldes eugênicos. Nesta lei, explica Stepan, além das “cotas raciais” que eram vislumbradas pelos eugenistas, comprovações de caráter econômico e testes de adequação fizeram para das iniciativas do poder público para este controle que perdurou até 1937.⁴⁷⁷

A entrada do Governo Vargas e a crise que decorria do *Crash* de 1929⁴⁷⁸ deram uma reviravolta no contexto brasileiro. A revolução de 1930 apresentou um caráter estrutural de rompimento com as barreiras da oligarquia e a projeção de uma expectativa de um novo projeto para o país. Neste caso, a revolução trouxe a quebra dos obstáculos liberais que estariam desviando o Brasil do seu curso evolutivo como nação que, somada à crise de 1929,

⁴⁷⁶ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. “As leis da eugenia” na antropologia de Edgard Roquette-Pinto. *op.cit.*, p. 233.

⁴⁷⁷ STEPAN, Nancy L. *A hora da eugenia: raça gênero e nação na América Latina. op.cit.*, p. 176.

⁴⁷⁸ Acerca dos acontecimentos de 1929, Gomes diz que “de maneira geral, conforme os exemplos europeu e norte-americano demonstraram, após a Crise de 1929 ocorreu um afastamento, mais ou menos radical, do paradigma clássico de Estado Liberal”. (GOMES, Ângela de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. (orgs.). *A era Vargas: Desenvolvimento, economia e sociedade*. São Paulo: Editora UNESP, 2012, p. 73).

agravou ainda mais os sistemas econômicos e políticos do país. Ângela de Castro Gomes aponta que este Estado Liberal “era ‘inconsciente e inconsistente’ e só gerava ‘balbúrdia’. Em nosso país tínhamos um território imenso e rico; um povo cheio de potencialidades, mas não tínhamos governo”⁴⁷⁹. Em tese, a revolução romperia este sistema inerte de liberalismo proporcionando ao Estado novas possibilidades de emergir no cenário econômico, político e social, construindo uma base sólida que viabilizasse um projeto progressista para a nação.

Podemos rapidamente citar como arquétipo desse íterim econômico-político aliado ao pensamento “racial”, a fala de Azevedo Amaral (1881-1942)⁴⁸⁰, formado em medicina e jornalista e escritor de *O problema eugênico da imigração*, de 1929. O aspecto “racial biológico” congregado aos processos econômicos justificava para ele a visão enferma do Brasil. Nesta quebra do liberalismo propõe uma visão autoritária da política que poderia gerenciar melhor a nação, isto é, com as tendências que em escala global via-se amadurecendo, como o nazismo e o fascismo. Não há de se surpreender como as posições autoritárias⁴⁸¹ insurgiam no imaginário de alguns intelectuais mais radicais que pensavam determinismos e evolucionismos como fontes prodigiosas de “consertar a nação”. Este pensamento evolucionista de Azevedo em prol da cristalização de um desenvolvimento industrial aliava-se à visão do Estado autoritário e sua administração. Segundo Lúcia Lippi Oliveira, transparecia a tendência pelo “anglo-saxão”, e isto foi expresso por Amaral como “povo ideal” para os projetos da nação. Ainda, para ele, os anglo-saxões teriam um “pendor inato para aceitar sem relutância o comando de um chefe”⁴⁸².

No entanto, Azevedo Amaral teve uma firme oposição no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia acerca de suas propostas da imigração exclusiva da “raça branca”. Mas isto não significou um abandono do pensamento do autor, pois como expôs Endrica Geraldo,

⁴⁷⁹ GOMES, Ângela de Castro. O redescobrimento do Brasil. In: GOMES, Ângela M. C; OLIVEIRA, Lúcia. L; VELOSSO, Mônica. P. (orgs.). *Estado Novo: ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 114.

⁴⁸⁰ A escolha de Azevedo Amaral não foi aleatória. Acreditamos que sua formação médica e suas posições jornalísticas contribuíram para a propagação do ideal eugênico na Era Vargas. Por isso, a identificação deste autor em nosso trabalho possui os signos da aceção eugênica na intelectualidade aliada a proposições que coadunam de forma voraz com a política. Deixamos claro não somente a participação de Renato Kehl no pensamento eugênico brasileiro, mas de tantos outros intelectuais.

⁴⁸¹ Neste caso, Azevedo Amaral, embora retome o conceito de autoridade, diferentemente do pensamento conservador, propõe a centralização do poder. Só o governo soberano; portanto, é ele que deve corporificar toda a autoridade. (OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Autoridade e política: o pensamento de Azevedo Amaral*. In: GOMES, Ângela M. C; OLIVEIRA, Lúcia. L; VELOSSO, Mônica. P. (orgs.). *Estado Novo: ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 56). Ainda, para ele, o que legitima um governo autoritário é: “- desenvolvimento do potencial econômico e fortalecimento da segurança nacional; - robustecimento dos vínculos unificadores da nacionalidade; - salvação da soberania e projeção internacional”. (OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Autoridade e política: o pensamento de Azevedo Amaral: ideologia e Poder*. *op.cit.*, p. 61).

⁴⁸² AVEVEDO, 1938, apud OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Autoridade e política: o pensamento de Azevedo Amaral: ideologia e Poder*. *op.cit.*, p. 66.

“posteriormente, Azevedo Amaral teve suas propostas retomadas na Constituinte de 1933/34, demonstrando a continuidade dos confrontos sobre o tema”⁴⁸³.

Os itens do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia que dizem respeito à imigração são reflexos de como a “discussão racial”, eugênica e sanitária estavam ligadas às políticas, aos trabalhadores e ao novo governo que surgia. Ao assinalarmos este período como foco, perceberemos como a década de 1930 acirraram os debates sobre “tipos ideais” versus os “indesejáveis”. Por este ponto, Endrica Geraldo diz:

Desde o primeiro ano do Governo Provisório, os decretos sobre a entrada e a presença de trabalhadores estrangeiros revelavam a intensificação de um combate à imigração. Os defensores de políticas imigratórias mais restritivas conseguiram, a partir de então, importantes vitórias no campo legislativo. Em fins de 1930, o governo aprovou decretos visando aumentar o controle sobre o ingresso de imigrantes, além de estabelecer privilégios para trabalhadores nacionais nos centros urbanos. Em 1934, a Constituinte aprovou a “lei de cotas”, que estabelecia que cada nacionalidade de imigrantes poderia ingressar no país respeitando o limite de 2% sobre o total dos que haviam imigrado nos cinquenta anos anteriores.⁴⁸⁴

A proposta da imigração deve ser ressaltada devido a dedicação do próprio Renato Kehl neste tema. Em vista disso, o eugenista levou essa “cruzada eugênica” para coibir a entradas não somente de negros, mas de todos aqueles que fossem um “perigo” para a “mistura racial”. Estes debates estavam intrinsecamente ligados ao Governo Provisório – e permaneceu até mesmo posterior ao período Vargas⁴⁸⁵ - que insurgia no país. Para Geraldo, “assim, Kehl estava objetivamente condenando os incentivos e investimentos para a entrada de trabalhadores nipônicos”⁴⁸⁶.

As maneiras de entender as restrições à imigração eram compreendidas até mesmo pelos adeptos da eugenia de forma heterogênea. Geraldo nota como as explicações de eugenistas tornaram-se variadas sob a ótica de quais deveriam ser as restrições adotadas e quem seriam os “alvos” dessas medidas⁴⁸⁷. Para a autora, “a associação entre a vinda de imigrantes e a formação étnica ou racial do Brasil desempenhou um importante papel nos

⁴⁸³ GERALDO, Endrica. *O “perigo alienígena”*: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945). *op.cit.*, p. 58-59.

⁴⁸⁴ *Ibid.*, p. 61.

⁴⁸⁵ Cabe a nota: “Além disso, as teorias eugenistas puderam desfrutar ainda de mais um meio de divulgação oficial em relação à questão imigratória: a *Revista de imigração e colonização*. Em 1938 havia sido criado o *Conselho de Imigração e Colonização*, um órgão deliberativo e consultivo que estava subordinado diretamente à Presidência da República. A partir de 1940, o *Conselho* começou a publicar a *Revista de imigração e colonização*, a qual continuou após o final do Governo Vargas com artigos que ou foram produzidos durante tal governo, ou que mostram ainda a permanência dessas concepções e debates.” (*Ibid.*, p. 42).

⁴⁸⁶ *Ibid.*, p. 15.

⁴⁸⁷ *Ibid.*, p. 22-23,

debates e propostas de restrições na legislação imigratória, o que se tornou cada vez mais explícito a partir de 1930⁴⁸⁸.

Após o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia e durante a década de 1930 uma atenção cada vez maior se dava ao tema “raça” e imigração. Geraldo analisou as fontes do *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, e constatou, por exemplo, que um funcionário do Departamento Nacional do Povoamento, chamado José Magarinos, possuía uma preocupação médico-legal e eugênica com os trabalhadores que provinham da imigração no final dos anos de 1934: “o fenômeno racial impera; a antropologia se nos depara como ciência mestra; a eugenia no seu conjunto de tríplice higiene e a sociologia como padrão para investigar processos que nos ponham em pleno descortino para a devida seleção”.⁴⁸⁹ E mais adiante complementa:

Sob o ponto de vista médico-sociológico, a dedução é fácil, pois que o mau elemento só nos prejudicará, e porque, mesmo admitido, só seria de conceber-se o homem eugênico dentro da concepção: física, psíquica e moral. Será absurdo que entre nós penetre elemento que não se disponha ao trabalho e que, além disso, seja portador de enfermidades transmissíveis ou de estados mórbidos que inutilizem o próprio indivíduo.⁴⁹⁰

O historiador Fábio Koifman, observou que as ideias eugenistas foram largamente apreciadas nos debates e “formularam propostas para a política imigratória, propostas essas que ao longo do primeiro governo Vargas foram sendo realmente implementadas”⁴⁹¹. A eugenia serviu de ferramenta teórica para aqueles que viam na imigração um perigo para a unidade nacional. O autor demonstra ao longo do seu livro, como as teses eugênicas colaboravam para aplicar a lei de restrição a determinados grupos de imigrantes com um caráter subjetivo de facilitação ou não da sua entrada no país.⁴⁹²

A imigração sob o ponto de vista “racial” e pertencendo às decisões do Ministério do Trabalho pareciam estar fortemente ligadas. Para os que viam na eugenia uma solução, o imigrante “ideal” deveria atender a determinadas necessidades antropológicas, pois isto traria consequência no mundo do trabalho. Assim, “o imigrante, ao contrário, deveria ser o agricultor, ‘são de corpo e de espírito, que se agite dentro das boas tendências da ordem e do

⁴⁸⁸ *Ibid.*, p. 23.

⁴⁸⁹ MAGARINUS, 1934 apud GERALDO, Endrica. *O “perigo alienígena”*: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945). *op.cit.*, p. 34.

⁴⁹⁰ *Ibid.*, p. 35.

⁴⁹¹ KOIFMAN, Fábio. *Imigrante ideal*: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945). *op.cit.*, p. 28. O estudo de Koifman centra-se nos anos de 1941 a 1945, ou seja, no Estado Novo. Entretanto, cabe ressaltar sua importância de como o pensamento eugênico perdurou na seleção de imigrantes durante toda a Era Vargas. As digressões feitas pelo autor no início dos anos de 1930 ajudam-nos a fomentar a visão da eugenia durante este processo.

⁴⁹² *Ibid.*, p. 43-44.

trabalho”⁴⁹³. Ainda para Geraldo, “a presença desse tipo de argumento no *Boletim* evidencia o alcance que as concepções médicas e eugênicas exerceram no debate presente no Ministério do Trabalho”⁴⁹⁴.

Por sua vez, o Chefe do Governo Provisório, salientava que “o argumento de que a inferioridade do trabalhador nacional em relação ao estrangeiro era originada não em seu caráter mestiço, mas sim resultado de problemas educacionais, de saneamento e de saúde pública”⁴⁹⁵. Portanto, notamos que o pensamento do seu governo ainda abria caminhos para vislumbrar aspectos da eugenia e da saúde, mesmo não pertencendo exclusivamente a essa temática, pois havia os conflitos que eram inerentes à relação dos trabalhadores, como as concorrências trabalhistas, valorização do trabalhador nacional ou mesmo a Segurança Nacional, por exemplo.⁴⁹⁶

Vargas acreditava que deveria haver controle na imigração. Porém, mesmo com a crença de que o problema não girava em torno do mestiço, não significou um cessar do discurso racial perante aqueles intelectuais que pensavam o problema da imigração no Brasil. O trabalhador foi uma preocupação da Era Vargas e a mão de obra proveniente da imigração fazia parte das inquietações para a inserção tanto nacional como nas dinâmicas das relações trabalhistas. Eram diversos os debates sobre como deveriam conduzir a imigração. Enquanto homens da política, como Xavier de Oliveira, teciam fortes críticas aos japoneses, outros como Abel Chermont, da bancada do Pará, defendiam sua imigração como indivíduos assimiláveis.⁴⁹⁷

Dessa forma, indagações envolvendo “raça” e imigrações perduraram por todo o contexto do regime varguista por diferentes enfoques. Os argumentos eugenistas eram

⁴⁹³ GERALDO, Endrica. *O “perigo alienígena”*: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945). *op.cit.*, p. 35.

⁴⁹⁴ *Ibid.*, p. 37.

⁴⁹⁵ *Ibid.*, p. 66; RAMOS, Jair Souza. *Como classificar os indesejáveis?* Tensões e convergências entre raça, etnia e nacionalidade na política de imigração das décadas de 1920 e 1930. *op.cit.*, p. 200.

⁴⁹⁶ Contudo, neste debate, Endrica pontua que “Em 1934, o *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* contribuiu para difundir as justificativas dessas medidas, associando a imigração à ameaça de desemprego e apresentando uma nova definição do termo “imigrante”: todo o estrangeiro que desejasse “permanecer por mais de trinta dias com intuito de exercer a sua atividade em qualquer profissão lícita e lucrativa que lhe assegure a subsistência própria e a dos que vivem sob sua dependência” (GERALDO, Endrica. *O “perigo alienígena”*: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945). *op.cit.*, p. 69). Isto será mais frequente com o início do Estado Novo, pois para a autora: “De fato, a campanha contra a imigração japonesa pôde, pelo menos até o início do Estado Novo, reunir argumentos principalmente de teor racial e político, o que até então pouco atingia imigrantes de origem alemã e italiana. Porém, o início da Segunda Guerra modificou essa situação, e estas três nacionalidades, mas especialmente os estrangeiros de origem japonesa e alemã, passaram a ser investigados e analisados não tanto a partir de qualquer hierarquia racial, mas pela situação política e militar de suas nações de origem e, muito especialmente, pelo que foi compreendido como um alto grau de organização e desenvolvimento de seus núcleos coloniais e respectivas instituições e associações” (*Ibid.*, p. 164-165).

⁴⁹⁷ *Ibid.*, p. 98.

utilizados na descaracterização daquele “alienígena” que poderia ou não contribuir para o organismo social. Por outro lado, fatores como a Segunda Guerra Mundial e os problemas diplomáticos que surgiam nesse período trouxeram novas conjunturas referentes aos imigrantes, inclusive, perseguições aos alemães, italianos e, novamente, aos japoneses.⁴⁹⁸ Para Koifman, “a eugenia forneceu a aparência de ciência e tecnicidade tão cara aos homens de governo da época”⁴⁹⁹ e em nosso período isso se fez valer.

Queremos dizer que a eugenia não foi a única linha de argumentos restritivos com a imigração, “mas os projetos foram elaborados de forma diferenciada em relação a esses grupos. Isto porque, apesar da importância das categorias raciais e eugenistas, elas não possuíram bases bem definidas e sequer constituíram a única influência nos debates sobre a imigração”⁵⁰⁰, salienta Geraldo. Com relação ao negro, a autora mostra que “[...] o que é importante destacar é o fato de que a concepção de que o grande problema racial brasileiro estava fundado na presença da raça negra, considerada inferior”⁵⁰¹. Os anos de 1930 nos permitem analisar a influência da discussão racial imigratória em seus prós e contras, sobretudo com a polêmica lei de cotas de 1934.

A partir dessa análise, podemos compreender o entendimento que Giralda Seyfereth faz sobre a importância da eugenia e do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia para o debate da imigração e a condição da “raça” como pressupostos para aceitação do imigrante. Fazendo referência à ideia de cotas por nacionalidade e o entrelaçamento com as discussões na Constituição de 1934, as teses eugenistas foram um elo forte da corrente do “tipo de imigrante desejável ou não”⁵⁰². Para a autora, muitos acreditavam que a ciência ainda não havia dado uma resposta “final” sobre a “questão racial” e, portanto, “muitos crentes do

⁴⁹⁸ No estudo de Koifman verifica-se a atuação de Francisco Campos, que adepto às ideias eugênicas, principalmente provindas da atuação dos Estados Unidos com relação à imigração, apontou em um parecer para Getúlio Vargas os problemas que aquele país enfrentara com a questão. Campos, que foi ministro da Justiça e Negócios Interiores, afirmou que: “No Paraná, em Santa Catarina, e no Rio Grande do Sul, o afluxo de alienígenas foi, igualmente, surpreendente, e tanto maior é o perigo quanto mais próximos se encontram do território estrangeiro e quanto mais poderoso se mostrou, nessas riquíssimas zonas o processo de enquistamento das colônias estrangeiras” (KOIFMAN, Fábio. *Imigrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. *op.cit.*, p. 105). No entanto, Campos não adaptou as ideias eugenistas segundo a realidade nacional que ele estava inserido. Mais ainda, essas ideias eram para ele um argumento para a discussão e não o ponto crucial, outros elementos como a “desnacionalização”, demografia, crises econômicas também faziam parte.

⁴⁹⁹ KOIFMAN, Fábio. *Imigrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. *op.cit.*, p. 93.

⁵⁰⁰ GERALDO, Endrica. *O “perigo alienígena”: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945)*. *op.cit.*, p. 219.

⁵⁰¹ *Ibid.*, p. 217.

⁵⁰² SEYFERETH, Giralda. Roquette-Pinto e o debate sobre raça e imigração no Brasil. “As leis da eugenia” na antropologia de Edgard Roquette-Pinto. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (orgs.). *Antropologia Brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 164-165.

branqueamento da raça duvidaram das pesquisas que mostram o caráter falacioso e estereotipado da atribuição genérica de disgenesia aos mestiços, sobretudo nas décadas de 1920 e 1930”⁵⁰³.

O historiador Jair Souza Ramos contribui nesse ponto interpretando as raízes da “visão racial” na década de 1920, em relação à imigração e sua nova forma de observação na década de 1930. Ramos notará na década do governo varguista uma forte conotação da aparição da imigração voltada às populações e não exclusivamente aos indivíduos.⁵⁰⁴ Para tanto, diz:

Contudo, os anos de 1930 marcaram a ruptura da distância entre estes dois tipos de alvo, uma vez que a restrição de populações vai reencontrar um espaço na lei. E o ponto culminante dessa mudança de rumo foi a Assembléia Constituinte, que elaborou a Constituição de 1934. Ali, alguns deputados retomaram a proposição de restrições raciais em base muito próximas daquelas que haviam sido propostas na década de 1920.⁵⁰⁵

Contudo, como mostra o autor, o debate era tão intenso e com tantas diversificações de compreensão da imigração “que nem mesmo o critério de nacionalidade, base da classificação de populações praticadas pelos estados nacionais, era líquido e cristalino, o que dirá os critérios de raça e etnia”⁵⁰⁶. Mais ainda, percebemos essa liquidez a partir dos argumentos de agentes influentes na década de 1930, com Roquette-Pinto, Oliveira Vianna, Miguel Couto, Azevedo Amaral, Renato Kehl e, porque não, do próprio Getúlio Vargas. Os argumentos de Renato Kehl e do jurista Julio de Reyorêdo, por exemplo, são valiosos para visualizarmos os diferentes discursos que tomavam rumo naqueles momentos.

Talvez Kehl esperasse que a simples propaganda eugênica fosse suficiente para conscientizar a todos, mas ao passo que procurava novas estratégias impositórias, como das leis de exames pré-nupciais e restrições à imigração, notamos que o esforço propagandista não atingia seus objetivos, principalmente sobre a “seleção racial”.

⁵⁰³ *Ibid.*, p. 157.

⁵⁰⁴ RAMOS, Jair Souza. *Como classificar os indesejáveis?* Tensões e convergências entre raça, etnia e nacionalidade na política de imigração das décadas de 1920 e 1930. *op.cit.*, p. 194-195. Sobre esse ponto ele afirma que nos debates sobre imigração e nacionalidade “pouco a pouco classificação racial deu lugar, pouco a pouco, à classificação por nacionalidades. Esse deslocamento, que culmina com a adoração de um mecanismo de restrição à imigração na forma de quotas por nacionalidade, pode ser explicado, em parte, pelo fato de que, como vimos, a nacionalidade era a forma fundamental de classificação de populações no direito internacional e política imigratória brasileira” (*Ibid.*, p.195).

⁵⁰⁵ *Ibid.*, p. 195.

⁵⁰⁶ *Ibid.*, p. 203. Para o autor: “ainda que os diferentes princípios de classificação apareçam confundidos frequentemente nos discursos dos intelectuais brasileiros, é importante fazer o esforço analítico de desmembrá-los e recuperar seus significados e planos de atuação específicos, sem o qual acabamos por enxergar todos os princípios de classificação e mecanismos de ação como expressão uniforme de doutrinas racialistas”. (*Ibid.*, p. 206.)

No primeiro item deste capítulo estabelecemos alguns diálogos no início do século XX sobre os “imigrantes ideais”. Nos propomos agora rapidamente estabelecer como essa discussão perdurou e que, aliada aos ideais da eugenia, se fez valer nas décadas de 1920 e 1930, constituindo assim a continuidade do “pensamento racial” do início do século sob a gerência do argumento eugênico nestes novos anos. Traçar estes debates permite identificarmos sua manutenção no Governo Provisório e na Constituinte de 1934.

Com a percepção de um patriotismo aliado à eugenia, para Kehl não bastava gritar “viva o Brasil”, era necessário contribuir para os programas dos desenvolvimentos nacionais, neste caso, a eugenia. Dizia Kehl, “de que modo poderá cada um dos meus patrícios prestar assim o seu culto à pátria estremecida? Estudando, propagando e praticando os preceitos da doutrina da ‘boa geração’ ou eugenia”⁵⁰⁷. Muitas questões do âmbito político, que foram sacramentadas pelas justificativas das teorias raciais, encontraram um suporte equalizador nas ideias de nação e política. Desenvolveremos agora um exemplo conhecido sobre a ação política voltada à restrição da imigração negra para alicerçar nosso argumento.

Skidmore conta-nos que na década de 1920, mesmo com sinais de propagação de ações anti-racialista o ideal de “branquear a raça” permeava nas discussões políticas do Brasil. Uma referência disso decorre na data de 1921, quando o Mato Grosso oferece concessões de seus territórios a quem quisesse explorá-los. Porém, a imprensa notificou que um dos grupos interessados era de negros e que estariam sendo recrutados para emigrar para o país. Logo que se soube das intenções, as autoridades cancelaram as concessões. A fala do ministro das Relações Exteriores no Brasil, Arthur Neiva, enfatiza este problema: “Porque irá o Brasil, que resolveu tão bem o seu problema de raça, implantar em seu seio uma questão que não entra nas nossas cogitações? Daqui a um século, a nação será branca”⁵⁰⁸.

A consequência viria mais tarde com dois deputados federais, Andrade Bezerra (Pernambuco) e Cincinato Braga (São Paulo) que condenavam a vinda da imigração da “raça negra” no Projeto de Lei nº 209, de 1921, que gerou um amplo debate sobre a “questão racial” na câmara. Apesar da ideia não ganhar corpo nas instâncias superiores, Skidmore salienta que foi em 1923, com o deputado federal por Minas Gerais, Fidélis Reis, que o projeto de lei voltava às pautas das proposições. Por meio da lei de imigração de 1907, via no artigo quinto

⁵⁰⁷ *Ibid.*, p. 23.

⁵⁰⁸ SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. *op.cit.*, p. 212; RAMOS, Jair Souza. *O ponto da mistura: raça, imigração e nação em um debate na década de 20*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994, p. 142; Cf.: MOTA, André. *Quem é bom já nasce feito: sanitarianismo e eugenia no Brasil*. *op.cit.*, p. 73.

a limitação da “raça preta” a uma cota anual de tolerância a esta imigração.⁵⁰⁹ Dessa forma, a tentativa de restringir a cor negra - que para Fidélis Reis representava um elemento étnico “inassimilável” -, concatena com as formulações dos debates raciais aliados ao poder público se fazendo valer nas decisões políticas e nos discursos sociais.

Ramos discutiu em sua dissertação os pontos entre “raça” e imigração na década de 20 e estudou o caso de Fidélis Reis. O autor demonstrou as preocupações com as imigrações de “raças indesejáveis”, como a negra:

Foram tais preocupações que, concretizadas num conjunto de critérios de seleção definiram tanto a imagem do imigrante ideal quanto os temores em relação a outros tipos de imigrantes. Vale dizer que, tomando o imigrante como um “ingrediente” regenerador na mistura de que deveria emergir um povo brasileiro racialmente mais puro, as elites republicanas buscaram selecionar os tipos possíveis de imigrantes segundo pelo menos três critérios, quais sejam: o grau de *eugenia* da raça imigrada, sua disponibilidade à *assimilação* e seu estado *civilizatório*.⁵¹⁰

Pelas prerrogativas acerca da recepção dos imigrantes negros “indesejáveis”, esta medida “chocaria com os ideais de branqueamento da política eugênica brasileira”⁵¹¹. O discurso eugênico se enquadrava nas premissas da denegação da vinda de imigrantes que não colaboravam com o ideário nacional e da higiene da “raça” que se pretendia no país. Os problemas concernentes à imigração se apresentam em quase todas as obras de Kehl utilizadas por nós. A saber, na obra *Porque sou eugenista?* Kehl pronuncia sobre a imigração: “todo o esforço da política imigratória deve tender para incentivar o afluxo de povos com afinidades de raça e de etnias compatíveis, de elementos, em suma, que venham elevar o índice eugênico da população nacional”⁵¹². Em *Lições de Eugenia*, o autor nos “dá a dica” do que ele considerava como imigrantes “desejáveis” para o “bem” da nação, pois como demonstramos no começo deste capítulo, “basta lançar os olhos para os Estados onde existe maior numero de italiano e de alemães e confrontá-los com os Estados onde tais elementos não figuram: a diferença salta ao primeiro o exame”⁵¹³.

Kehl ponderava apoio às “raças” que possuíam “afinidades” a fim de se elevar o índice eugênico da população. Em momento posterior, nota a vantagem que, para ele, “salta aos primeiros exames” dos italianos e alemães. Assim, evidencia a preferência da eugenia com relação ao europeu branco, pois este higienizaria a “raça”. Para endossar melhor nossa discussão, na obra *Aparas eugênicas: Sexo e Civilização*, o autor chegou a considerar uma

⁵⁰⁹ *Ibid.*, p. 213.

⁵¹⁰ RAMOS, Jair Souza. *O ponto da mistura: raça, imigração e nação em um debate na década de 20*. *op.cit.*, p. 47 [Grifo do autor].

⁵¹¹ MOTA, André. *Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil*. *op.cit.*, p. 73.

⁵¹² KEHL, Renato. *Porque sou eugenista? 20 anos de campanha eugênica (1917-1937)*. *op.cit.*, p. 82.

⁵¹³ KEHL, Renato. *Lições de Eugenia*. *op.cit.*, p. 186.

ameaça à nação a imigração negra e asiática: “o Brasil que já é um ‘melting pot’ de raças, será dominado pelo elemento xanto-negróides, se uma política imigratória enérgica não vier, com presteza, por cobro a tal ameaça”⁵¹⁴. Nesta frase, percebe-se o tom negativista e quase um apelo às leis que buscavam impedir a vinda desses indivíduos para dentro da nação.

Para ilustrarmos que a questão envolve a raça e cor, Kehl demonstrou a recepção de “imigrantes indesejáveis” para os Estados Unidos – país que se tornou para alguns eugenistas um exemplo no trato com o imigrante - e lamenta a imigração em massa de “outras raças”:

[...] os verdadeiros americanos originários das famílias puritanas, que constituem a nata dos elementos nobres da América do Norte lamentam, profundamente, a situação racial do país, que poderia ser hoje habitada pela mais nobre estirpe nórdica existente na terra depois da Escandinávia.⁵¹⁵

O “problema racial” nos Estados Unidos foi um dos motivos que levou ao projeto de esterilização de Davenport e, conseqüentemente, à segregação racial que situou o negro como “inferior” ao branco. Pode-se compreender a citação desse modelo como a preocupação de Kehl com o que aconteceria ao Brasil com a flexibilidade da entrada de mais “indesejáveis” no país. As concepções das políticas referentes à imigração estavam sujeitas as interpretações das teorias raciais, inclusive da eugenia. Estas teorias que angariaram a legitimidade das ciências seriam a “prova empírica” de que as políticas públicas poderiam resolver os problemas sociais da nação e elevá-la ao grau de “superioridade”.

Diversos congressos apresentaram em suas pautas o “problema da imigração” relacionado à “raça” e suas possíveis soluções. Stepan relata que nesses congressos, o tema da eugenia e imigração era controverso e, segundo a autora, os participantes buscavam “uma legislação nacional de imigração que restringisse a admissão no Brasil aos indivíduos considerados eugenicamente ‘sadios’, com base em algum tipo de exame médico”⁵¹⁶. Os discursos que eram inferidos na intelectualidade e na política estavam essencialmente atrelados a sociedade e refletiam no senso comum, que dinamizava as relações raciais no organismo social principalmente quando relacionados à vinda de imigrantes negros, orientais e outros que em determinados momentos representassem algum tipo de “perigo”.

Para isso, basta-nos ater à observação de Stepan, da qual os cientistas são elementos da sociedade e fazem parte dos seus valores empregados e do contexto em que vivem.⁵¹⁷ Eles estão presos às suas próprias visões de mundo, que legitimam ou não suas ações e

⁵¹⁴ KEHL, Renato. *Aparas eugênicas: Sexo e Civilização*. *op.cit.*, p. 207.

⁵¹⁵ *Ibid.*, p. 208.

⁵¹⁶ STEPAN, Nancy L. *A hora da eugenia: raça gênero e nação na América Latina*. *op.cit.*, p. 61.

⁵¹⁷ *Ibid.*, p. 213.

interpretações das suas áreas de atuação quando estas estão voltadas para o meio social. Sujeitos como Kehl, que estariam vinculados às ciências e à política, estabeleceram diretrizes que condiziam com o pensamento eugênico baseado na estrutura do sistema político da qual faziam parte. Isto é, para eugenistas legitimados com a ciência que tinha “corpo presente” nas discussões, parecia normal propor reformas que refletissem atenção nas bases da eugenia e da hereditariedade.

Em contrapartida, Julio de Revorêdo, um advogado paulista, possuía uma visão diferenciada no trato da imigração. Nosso referencial, seu livro *Imigração*, de 1934, analisa por meio da visão jurídica os entraves em que o sentido da imigração vinha sendo estabelecida e discordando daqueles que acreditavam que a imigração deveria ser coibida como expressada nas leis de “quotas” de 1934. Pelo contrário, ele acreditava que “nossos governos deveriam mesmo promover todas as facilidades para a organização de companhias de imigração e colonização, nos moldes das que já existem em S. Paulo”⁵¹⁸. O autor diz ainda que “as imigrações internacionais sofrem, na hora presente, uma verdadeira guerra legislativa, não só por parte dos países de imigração, onde se intensifica uma política de seleção social, como dos países de emigração”⁵¹⁹. Preocupado com a agricultura admitia que uma coibição pudesse prejudicar a economia agrícola nacional.⁵²⁰

O segundo capítulo, intitulado *As medidas restritivas dos Estados Unidos*, condiz um esforço em debater o próprio histórico dos motivos restritivos de imigrantes nos Estados Unidos que, não à toa, muito se fez presente na leitura da imigração no Brasil. A lei de 26 de maio de 1924 - que aparece em nosso texto -, foi um momento importante para a compreensão das “quotas raciais” e sua influência legislativa para ambos os países.

Apesar de desde a segunda metade do século XIX vigorasse uma prática de controle de alguns imigrantes que apresentassem alguma ameaça para os trabalhadores locais, foi com a lei de 1924 que um determinado grupo que até então não pertencia a “Asiatic Barred Zone” foi incorporado: os japoneses. Sendo assim, com relação a estes, “aquela cláusula em que ficavam formalmente proibidos de penetrar no país os imigrantes aos quais não pudesse ser outorgada a cidadania americana!”⁵²¹. Agora, uma nação que até então contribuía com um contingente para a imigração dos Estados Unidos, pela nova lei de 1924, estariam sujeitos a uma “quota” específica para a entrada no país.

⁵¹⁸ REVOREDO, Julio. *Imigração*. São Paulo: Editora Paulista, 1934, p. 123.

⁵¹⁹ *Ibid.*, p. 27.

⁵²⁰ No Item VII do capítulo Título II, Revorêdo trabalha com a possibilidade de limitar a imigração somente a agricultores. Bem como, acredita que o Brasil deve tomar cuidado com “estrangeiros profissionalmente ‘indesejáveis’” (*Ibid.*, p. 160).

⁵²¹ *Ibid.*, p. 42.

Em vista disso, a caricatura da revista *Careta*, a seguir, demonstra como o envolvimento político atravessou as barreiras daquele país e esteve presente em uma nova abordagem do trato da imigração. O Brasil, que desde décadas anteriores se preocupava com essas pautas, parecia perceber nos modelos estadunidense a forma de conter os chamados “imigrantes indesejáveis”. Este arquétipo é perceptível nas páginas da *Careta* no ano de 1924:



Ilustração 2. *Careta*, 3 de maio de 1924, Ano XVII, nº 828.

Enquanto precisou, estendeu-lhe a mão. Agora estende-lhe o pé.

A avalanche de imigração asiática para a América mostrava-se preocupante aos olhos de alguns políticos. Geraldo assinala que “em 1933 foi registrado o maior número de ingresso de japoneses, que atingiu a cifra de 24.494 indivíduos”⁵²². A caricatura que expusemos publicada no ano de 1924 reflete a intenção em restringir a imigração para um “tipo ideal”, ao passo que explora estes imigrantes em prol do capital e da mão de obra barata que eles ofereciam. Como sublinhamos, na mesma época, a restrição à imigração era pontual no Brasil com as propostas de Fidélis Reis para um controle que posteriormente, foi defendida por Juliano Moreira e teceu suas teias no Ministério do Trabalho com Kehl no Governo Vargas.⁵²³

⁵²² GERALDO, Endrica. *O “perigo alienígena”*: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945). *op.cit.*, p. 16.

⁵²³ As comparações do sistema imigratório e “raça” entre Brasil e Estados Unidos provinham desde o início do século XX. Pode-se citar, por exemplo, na voz de João Batista Lacerda que: “Enquanto que os portugueses não

A problemática da necessidade do imigrante como mão de obra, mas a “inadequação racial” perante a uma constituição de ideal nacional trazia à baila as querelas proeminentes da “questão racial” nessas primeiras décadas do século XX.

Ramos nos ajuda a entender melhor esta caricatura ao relatar que desde o início dos anos de 1920, onde “os EUA haviam fechado suas portas aos imigrantes asiáticos de modo geral. Isso fora sentido pelo governo japonês como uma humilhação. Era nessas condições que o Brasil aparecia como uma opção alternativa”⁵²⁴.

Esta forma “optativa” configurou-se como mostra Revorêdo no Diário da Assembléia de 14 de abril de 1934. No artigo 121 § 6 da Constituição apresenta:

A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias a garantia da integridade étnica, capacidade física e civil dos imigrantes, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o numero total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos.⁵²⁵

Revorêdo demonstra como as quotas de 2% estavam travestidas como uma “cópia” da legislação estadunidense. Revorêdo destaca a posição de Azevedo Amaral sobre a questão racial nipônica, “[...] primeiro, porque são absolutamente insuspeitos, visto ser aquele jornalista infenso a imigração japonesa, segundo, por partirem de um nome que goza do maior acatamento da imprensa nacional”⁵²⁶. Ele se refere à nota esboçada em 27 de março de 1934 por Amaral na Gazeta do Rio:

Sem dúvida, entre os adversários da imigração nipônica figuram elementos influenciados por tendências doutrinárias que os colocam na corrente anti-nipônica inspirada e mantida no mundo pelo governo da potência mais direta e imediatamente ameaçada pela formidável projeção japonesa na Ásia continental.⁵²⁷

Na projeção da restrição estadunidense foi que Revorêdo mostrou que “os preconceitos raciais, nos Estados Unidos, não se limitam, como muita gente erradamente supõe, as chamadas ‘raças de cor’, mas se estendem a todas etnias consideradas ‘inferiores’

hesitaram em misturar-se aos negros, com riscos de produzir filhos mestiços, os anglo-saxões, zelosos da sua pureza da sua linhagem, guardaram o negro à distância, e somente o usaram como instrumento de trabalho. É rucioso e digno de nota que nem a passagem do tempo nem qualquer outro fator foi capaz de alterar essa primeira atitude dos norte-americanos, que mantêm a raça negra separada da branca até os nossos dias. O Brasil agiu diversamente. Os brancos estabeleceram uma raça de mestiços, que se encontra, hoje, espalhada por uma vasta extensão de seu território” (SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. op.cit.*, p. 86-87).

⁵²⁴ RAMOS, Jair Souza. *Como classificar os indesejáveis? Tensões e convergências entre raça, etnia e nacionalidade na política de imigração das décadas de 1920 e 1930. op.cit.*, p. 196.

⁵²⁵ REVOREDO, Julio. *Immigração. op.cit.*, p. 47.

⁵²⁶ *Ibid.*, p. 48-49. Vale apontar que Revorêdo cita *Immigração e Eugenia*, de 1933 de Azevedo Amaral. O autor o considera um especialista no tema.

⁵²⁷ *Ibid.*, p. 49.

por provirem de mestiçagens”⁵²⁸. Nesta vertente, nota que “tem florescido, ultimamente, nos Estados Unidos, uma vasta literatura incentivando os preconceitos étnicos. Madison Grant, com seu, ‘The Passing of the Great Race’, Lothrop Stoddard com seu ‘The Revolt Against Civilization’”⁵²⁹.

A obra de Grant, por exemplo, era apologética no sentido da restrição racial da imigração. Souza, a respeito deste comenta: “O Estado norte-americano deveria reformar amplamente a sua política de imigração, promovendo a entrada da “raça nórdica” e impondo barreiras aos grupos indesejáveis, inclusive aqueles vindos da Europa central, do leste e do sul”⁵³⁰. Para termos uma ideia da recepção do livro naquele país e no mundo, as vendas nos Estados Unidos chegaram 1,6 milhões. Lembremos que o próprio Adolf Hitler enviou uma carta a Grant agradecendo-o e se referindo a obra como “minha Bíblia”⁵³¹.

Merece destaque a crítica de Revorêdo ao fato do Brasil ter se inspirado no movimento de restrição dos Estados Unidos para formular sua constituição a respeito do tema. Segundo ele, “fizeram-no, porém, infelizmente, sem um conhecimento amadurecido da situação real dos Estados Unidos, sem um indispensável cotejo do habitat americano com o brasileiro”⁵³². O jurista parece perceber as peculiaridades entre as duas nações tornando inviável apenas utilizar do mesmo elemento jurídico de restrição.

Aqui cabe uma análise fundamental na leitura de *Imigração* no que concerne a sua ideia de “raça”. Ao discordar da forma como os Estados Unidos tratam da “questão racial”, o autor interpela no seu discurso traços visíveis da crença de que o Brasil se difere daquele país, pois aqui vivermos em uma “democracia racial”.

Primeiramente traz um excerto de Roquette-Pinto, onde cita que para o antropólogo “o problema das raças não existe no Brasil. Negros, índios, mestiços ou brancos todos gozam mais ou menos das mesmas considerações sociais que só dependem do grau de instrução ou de riqueza”⁵³³. Logo em seguida faz referência ao argentino Emilio Frers (1854-1923), e dessa vez afirma que “diz que a inexistência de preconceitos raciais, na Argentina e no Brasil, tem as suas origens no fato de todas as populações ribeirinhas do Mediterrâneo, donde provêm os nossos avós espanhóis, italianos e lusos, terem ‘muita mescla de sangue africano’”. Revorêdo

⁵²⁸ *Ibid.*, p. 54. Entre outros motivos que levaram às restrições a imigração: “Imposições das ‘Trade Unions’ (associações de operários americanos); Saturação de imigrantes; Decréscimo de natalidade nas famílias ‘100% americanas’; preconceito de raça; crise de assimilação” (*Ibid.*, p. 50).

⁵²⁹ *Ibid.*, p. 58.

⁵³⁰ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1930-1935)*. *op.cit.*, p. 241.

⁵³¹ *Ibid.*, p. 241-242.

⁵³² REVOREDO, Julio. *Imigração*. *op.cit.*, p. 60.

⁵³³ *Ibid.*, p. 67.

parece crer na alternativa de que no Brasil não havia preconceito racial como nos Estados Unidos e que aqui, o povo representaria uma unidade “racial” solidária:

A questão da existência ou inexistência de preconceitos raciais é fundamental no conceito de assimilação. Pretender transplantar para o Brasil, como por exemplo, ou modelo, o que existe nos Estados Unidos, a respeito dessa matéria, *constitui verdadeiro absurdo*. Os americanos, em consequência de seus preconceitos, sofrem uma verdadeira crise de assimilação. *No nosso país, onde tais preconceitos não existem, a assimilação do alienígena processa-se sem grandes dificuldades*. E o problema já estaria muito próximo de uma solução, se não fora a indiferença, a inércia de nossos governos.⁵³⁴

Este último excerto conclui o trânsito desigual na análise da matéria jurídica no que tange à restrição da imigração, por uma abordagem da comparação “racial” e de assimilação entre Brasil e Estados Unidos. A posição do autor, para descontextualizar a recepção aos moldes estadunidenses em nossa constituição, é projetada por uma reflexão de igualdade “racial” no país. Citando Roquette-Pinto, inclusive, parece compreender de forma equivocada as considerações do antropólogo. Quando Roquette diz que não havia problemas de “raças” no Brasil, seria pelo fato daqueles que utilizavam a “questão racial” para afirmar o atraso nacional. Na verdade, o antropólogo brasileiro salienta que o problema não se concentraria em “raças”, mas muitas vezes na estrutura social.⁵³⁵ Independente disso percebe-se a forte influência do antropólogo na argumentação de Revorêdo. Ironicamente, no final deste item ele cita Oliveira Vianna para concluir “‘que o exemplo americano não nos serve em suas conclusões’ que ‘o meio americano não é igual ao nosso’”⁵³⁶. Apesar das possíveis contradições do exposto, Revorêdo apresenta uma forma de invalidar as restrições à imigração no Brasil com bases nas “quotas” mediante a uma análise das particularidades do nosso meio social. Ele acaba por transitar em autores que mesmo pensado de maneira diferente, ajudam a fomentar a sua visão de “raças” no Brasil.

Em muitos pontos, Revorêdo se apoiará na interpretação de Roquette-Pinto. A forte influência da obra *Ensaio de antropologia brasileira* se fez presente em vários momentos para promover sua posição em relação à imigração. Em uma delas, fez referência ao autor desta obra como uma autoridade de mestre antropologista indiscutível e reproduz sua opinião de que a “Antropologia prova que o homem, no Brasil, precisa ser educado e não

⁵³⁴ *Ibid.*, p. 68. [Grifo nosso].

⁵³⁵ A visão de “Roquette-Pinto defendia uma seleção baseada na análise das qualidades individuais dos imigrantes, e não pelas características raciais do grupo ao qual pertencia”. (SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Em busca do Brasil*: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1930-1935). *op.cit.*, p. 323).

⁵³⁶ REVOREDO, Julio. *Immigração. op.cit.*, p. 70.

substituído”⁵³⁷. Assim como Roquette, Revorêdo acreditava na valorização dos trabalhadores nacionais em vista da seleção racial da imigração.

Se por um lado Revorêdo critica a restrição étnica de imigrantes, por outro, não parece incomodado com algumas recepções eugênicas do decreto de 1934, com relação à restrição de surdos-mudos, deficientes físicos, analfabetos, portadores de doenças contagiosas ou incuráveis, entre outros. Para ele, “sem uma legislação que prevenisse os males decorrentes da entrada desses indivíduos, verdadeiro peso morto no nosso meio social, o Brasil era até ultimamente um refúgio de muitos ‘desprotegidos da sorte’”⁵³⁸. Este momento sugere evidências, ao menos em parte, da concordância com o pensamento eugenista. Ao discutir o problema da necessidade de um povoamento com o advento da imigração, ele cita a máxima: “Sanear, educar, povoar”⁵³⁹. Se em um primeiro momento não parecia um crítico da questão étnico-racial, no segundo, as ideias sanitaristas arraigadas ao pensamento eugênico pareciam seduzir Revorêdo.

A fala do jurista é um exemplo de que não se pode discorrer sobre o tema do pensamento eugênico ou “racial” no Brasil através de generalizações. Nem mesmo reduzindo o tema aos que concordam ou discordavam de tais práticas, pois a demanda de análise deve percorrer cada caso de maneira específica. Como pensar de maneira homogênea um autor que concorda, em seu texto, reflexões raciais de Roquette-Pinto e Oliveira Vianna ao mesmo tempo? As diversidades de interpretações sobre o tema transbordam mediante a particularidade de cada material das fontes de intelectuais do período. Revorêdo para formar sua opinião a respeito de “raça” e imigração conseguia utilizar-se de Roquette-Pinto e Oliveira Vianna quase no mesmo parágrafo colocando-os em concordância com o seu pensamento. Ao passo que discordava da seleção racial pela cor, como fazia os Estados Unidos, acreditava que deveria haver uma seleção contra “populações vagabundas” que estariam inseridas em nacionalidades:

O máximo que poderíamos realizar nessa matéria seria procedermos a uma seleção de nacionalidades. Dizemos “nacionalidades”, primeiro porque devemos repudiar, por odioso, todo e qualquer preconceito de raça, e depois porque umas tantas etnias indesejáveis, como as denominadas “populações vagabundas”, constituídas por ciganos, boêmios, etc., estão hoje englobadas em quadros nacionais.⁵⁴⁰

⁵³⁷ *Ibid.*, p. 185.

⁵³⁸ *Ibid.*, p. 113.

⁵³⁹ *Ibid.*, p. 136.

⁵⁴⁰ *Ibid.*, p. 166-167. Em seguida, o autor chega a citar os assírios e chineses como “indesejáveis”: “Nenhum empecilho de ordem jurídica existe para que se chiba o acesso ao território brasileiro de levadas emigratórias provenientes de povos de civilização inferior a nossa, Como os assírios, ou de outros que por motivos diversos, representam uma corrente imigratória indesejável, como os chineses” (*Ibid.*, p. 167).

No curso do seu trabalho intelectual em *Immigrantes*, ele acabou versando incisivas críticas para alguns deputados da época na defesa do seu ponto de vista, principalmente sobre a vinda de imigrantes japoneses. Nesse sentido, a caricatura da *Careta* de 10 de março de 1934, o caricaturista Storni ilustra que a discussão ainda estava na tônica dos debates:



Ilustração 3. *Careta*, 10 de março de 1934, Ano XVII, nº 1.342.

Aperfeiçoando o tipo étnico (A estreia do deputado Miguel Couto na Assembleia foi com um discurso mostrando as vantagens da imigração japonesa).

Jeca- É de estranhar, que *vmcê.*, sendo *doutô*, ache que *nois* não *semo* bastante amarelos para ainda mais misturar a raça...

A ilustração 3, reflete este embate da “crise” da imigração asiática, que perdurava na década de 1930 e vinha aumentando desde o início do século XX. Sob o título provocativo, “Aperfeiçoando o tipo étnico”, a referência as propostas eugênicas da proibição e definição desses “tipos étnicos” chegavam às páginas da *Careta* mostrando como a ciência e a medicina atingiam efetivamente a “questão racial” dentro da sociedade. A personagem retratada na caricatura é Miguel Couto, médico e um notório simpatizante da eugenia. O caricaturista Storni tratou com ironia a postura de Miguel Couto em relação aos asiáticos da qual se mostrava à favor de cotas para o controle de imigração deste “tipo racial”. Couto foi presidente na posse de Renato Kehl na Academia Nacional de Medicina. No dia 20 de abril de

1933, podemos notar a ânsia de Miguel Couto, ao falar da “raça”, prestigiando o novo integrante da Academia, Renato Kehl:

O SNR. PRESIDENTE – Meu caro colega.

A academia já há muito tempo vos esperava. Havia aqui uma cadeira não vaga, mas vazia, a pedir quem a preenchesse. A academia precisava de uma autoridade como a do meu nobre colega, em assumpto da maior transcendência, que diz respeito com a própria nacionalidade, com a nossa gente e a nossa raça. Ou havemos de melhorar rapidamente, ou havemos de cair vencidos pelos mais fortes e mais hábeis. Os fatos de ordem social subordinam-se a leis tão fatais com os de ordem física. Um dia isso aconteceria se não tivéssemos sempre alerta homens como Renato Kehl.⁵⁴¹

O discurso de boas vindas do presidente da Academia para Kehl demonstra a satisfação da chegada do eugenista, no objetivo de “sanar os problemas raciais”. Entendia que a nacionalidade estava arraigada à “raça” e, não nos surpreende o fato das suas preferências étnicas em relação a outras. A caricatura apresenta em dois extremos o perfil do brasileiro, representado pelo famoso Jeca de um lado e de um casal de imigrantes asiáticos do outro. A indagação do Jeca para o “doutô” compreende-se na insistência de não aceitar-se o “tipo brasileiro” como o da nacionalidade, e a todo o momento os simpatizantes do movimento eugênico tentarem o “aperfeiçoamento” do sertanejo brasileiro – ou do povo como um todo.

O humor expresso na fala do nosso Jeca também denota uma preocupação de doenças que atingiam a população brasileira como a febre amarela e a ancilostomíase. Nessa questão, o riso insere-se no momento em que o Jeca compara a cor da pele dos nipônicos conhecida como "amarela" com a cor amarelada característica dos enfermos da febre amarela e ancilostomíase, por exemplo. Como nos mostra Lowy, o ano de 1928 traria consigo uma nova epidemia de febre amarela que atingiria o Rio de Janeiro. Entretanto, nos anos subsequentes a doença voltaria a ser uma preocupação do Governo Provisório e se tornaria tema na ordem do dia dos discursos políticos e sanitários. Além disso, uma nova forma da febre amarela foi notada, não se reservando aos centros urbanos, mas ao interior: a febre amarela "silvestre". Esta, por sua vez, trouxe novas concepções do seu quadro de combate e compreensão de transmissão.⁵⁴² Para se ter uma ideia da importância da febre amarela silvestre, Jaime Larry Benchimol nos conta que "A partir de 1934, foram detectados surtos em todos os estados brasileiros e em diversas províncias da Bolívia, Paraguai, Peru e Colômbia".⁵⁴³

⁵⁴¹ Discurso de posse do novo acadêmico do novo acadêmico, em 20 de abril de 1933. Cf.: KEHL, Renato. *Política eugênica. op.cit.*

⁵⁴² LÖWY, Ilana. *Vírus, mosquitos e modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política. op.cit.*, p. 173-175.

⁵⁴³ BENCHIMOL, Jaime Larry. *Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001, p. 162

A Ancilostomíase também representa uma moléstia que é lembrada pela tonalidade amarelada aparente na pele do enfermo. No Brasil, em especial, como apontou Luís Rey, a doença recebeu o nome de "Amarelão" e "Opilação".⁵⁴⁴ Outra característica que interage com nossa ilustração foi o fato de que a doença atacava em boa parte o homem do campo, principalmente ao andar descalço no solo. No Brasil, a representação do Jeca Tatu na luta contra as doenças pode ser sistematizada com sua junção ao medicamento fortificante e antianêmico Biotônico Fontoura. Inspirador para Monteiro Lobato ao escrever seu Jeca-Tatuzinho, o medicamento "[...] adquiria características de ícone publicitário e atingiu os recantos mais distantes do país nas páginas do Almanaque Fontoura, que divulgava o Biotônico e demais produtos do laboratório contra verminoses"⁵⁴⁵, diz De Luca.

Por este contexto é interessante notarmos a posição do caricaturista Storni, que situa por meio dos traços o discurso de Miguel Couto em dois problemas consideráveis do período como da imigração asiática e da doença da febre amarela na construção do humor. Assim, o caricaturista sugere como os governantes poderiam resolver o "problema amarelo" no Brasil, seja o "amarelão das doenças" ou o "amarelo imigrante", o caricaturista se mostrou atento aos problemas sociais que impregnavam o discurso de políticos e propunha soluções tanto que envolviam tanto questões de "tipos raciais" quanto de ações sanitárias.

Devemos sublinhar que Miguel Couto propôs uma emenda no texto constitucional que, como assinalou Geraldo: “apresentou a emenda de nº 21-E, a qual proibia a imigração africana ou de origem africana e apenas consentia a asiática ‘na proporção de 5%, anualmente, sobre a totalidade de imigrantes dessa procedência existentes no território nacional’”⁵⁴⁶. O médico somava-se ao grupo dos que olhavam o “problema” da imigração em vista de um “aspecto racial” e debatia os pensamentos com base na eugenia.

Personagem importante deste tópico, Couto “certamente pretendia não deixar brechas para a entrada de imigrantes negros”⁵⁴⁷. Em fevereiro de 1934, no mês anterior a nossa caricatura, o médico fez um discurso na Assembléia sobre a “condição racial” da imigração, inclusive colocando na discussão personagens como Roquette-Pinto, Oliveira Vianna, Renato Kehl e até mesmo Gobineau. O médico também fazia duras críticas à imigração japonesa:

⁵⁴⁴ REY, Luís. Um século de experiência no controle da ancilostomíase. *Rev. Soc. Bras. Med. Trop.* vol. 34, n. 1, 2001, p. 62.

⁵⁴⁵ DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 219.

⁵⁴⁶ GERALDO, Endrica. *O “perigo alienígena”: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945)*. *op.cit.*, p. 73.

⁵⁴⁷ *Ibid.*, p. 74.

Miguel Couto fez uso de argumentos dos debates eugenistas para sustentar sua crítica à imigração japonesa. Por um lado, procurava demonstrar que esses imigrantes não poderiam contribuir para o desejado “branqueamento”. Por outro, porém, fez uso de um outro elemento que passou a ganhar crescente importância: a questão do imperialismo e expansionismo japonês como ameaça à segurança nacional.⁵⁴⁸

Ao analisar o retrospecto de emendas do art. 121 § 6, Revorêdo credita a Miguel Couto (3-12-1930) parte da iniciativa das campanhas com caráter restritivo à imigração racial. Posteriormente, seguido pela emenda de Xavier de Oliveira (27-12-1933), Arthur Neiva (24-12-1933) e Levy Carneiro (11-3-1934). Seguem os pareceres de cada um:

Emenda Miguel Couto – 3-12-30 – É proibida a imigração africana, e só consentida a asiática em proporção de 5 por cento anualmente sobre a totalidade de emigrantes dessa procedência existentes no território nacional.

É vedado ao Estado fazer contratos para introdução de imigrantes em contravenção do disposto neste artigo.

Emenda Xavier de Oliveira – 27-12-33 – Para o efeito de residência, é proibida a entrada no país de elementos das raças negras e amarela de qualquer proveniência.

Emenda Arthur Neiva – 24-12-33 – Só será permitida a imigração de elementos da raça branca, ficando proibida a concentração em massa em qualquer ponto do país.

Emenda Levy Carneiro – 11-3-34 – É proibida a imigração africana ou de origem africana, e só consentida a asiática em proporção não superior a 2 por cento, anualmente, sobre a totalidade de imigrantes dessas procedências, já existentes no território nacional.⁵⁴⁹

A crítica de Revorêdo concentra-se nos deputados Arthur Neiva e Xavier de Oliveira, do qual questiona suas intransigências e tentativas de se colocarem como avessos aos preconceitos raciais.⁵⁵⁰ Mas é contra o deputado nordestino Xavier de Oliveira que parece ter maior incômodo com sua postura, no que tange à imigração e “raça” - principalmente em referência aos nipônicos. De maneira irônica e contundente ataca-o,:

Depois de tão violentamente se lançar contra lusos, negros e mongóis, que nenhum mal lhe fizeram, aquele deputado vem, candidamente, declarar em um discurso posterior a sua “justificação”: “Senhores, não tenho preconceitos de raça, que julgo um sentimento antipático e desumano”.⁵⁵¹

Em um tom sarcástico, ironiza o fato de Xavier de Oliveira lutar contra tipos raciais de imigrantes, mas que “não é nenhum louro Adonis, de tez alva e cabelos encaracolados. Longe disso”⁵⁵² e a seguir cita uma descrição de Agrippino Grieco sobre o deputado nordestino, “Xavier de Oliveira, Belo Brummel do Sertão, detesta os japoneses e passou também a

⁵⁴⁸ *Ibid.*, p. 75.

⁵⁴⁹ REVOREDO, Julio. *Imigração. op.cit.*, p. 82-83.

⁵⁵⁰ *Ibid.*, p. 83.

⁵⁵¹ *Ibid.*, p. 170-171.

⁵⁵² *Ibid.*, p. 171

detestar os espelhos porque estes, provavelmente subornados pela gente nipônica, também lhe mostram uma figura de japonês sempre que se mira neles”⁵⁵³.

Dedicando algumas páginas para criticar as afirmações de Xavier de Oliveira, termina dando-lhe um conselho: “Não continue a falar mal de nossa ‘raça’, não seja ingrato para com os seus antepassados, não se humilhe tanto... E não fale muito em doliocéfalos louros”⁵⁵⁴. Percebe-se assim que os debates acalorados a respeito de “raça” e imigração não ficaram reduzidos ao âmbito dos deputados. Posições de juristas, médicos e imprensa, cada um à sua maneira, estabeleceu o diálogo sobre o conflito que perpassava sobre o “tipo” nacional.

Reis, a respeito de Xavier de Oliveira, aponta-o como “a encarnação máxima de um embriagamento radical”⁵⁵⁵. Oliveira fazia parte dos profissionais da psiquiatria e sendo assim, era mais uma voz ativa na área da saúde que deixava impregnadas em seu discurso conotações eugênicas referentes à imigração. Apesar da figura do oriental estar bastante em voga neste momento, o historiador salienta que isso “não deve sugerir uma brandura em relação aos negros”⁵⁵⁶. Isto é, a “questão racial” era uma presença constante na seleção imigratória para Oliveira principalmente atrelada aos fatores eugênicos.

A imigração de asiáticos e outros “tipos indesejáveis” ainda era uma preocupação, assim como na Ilustração 2. Cinco anos depois, Renato Kehl, em *Lições de Eugenia*, iria dizer que se o Estado favorecesse a vinda dos imigrantes asiáticos logo nos tornaríamos “núcleo de filhos do império do sol nascente, tal qual com o quisto racial com que os Americanos do Norte tanto se preocupam”⁵⁵⁷. Diferentemente do pensar de Revorêdo, que repudiava as ideais raciais estadunidenses, por sua vez, Roquette-Pinto foi bem incisivo quanto à imigração japonesa: “Pode haver motivos que desaconselhem a livre recepção de japoneses sadios e educados neste país. Serão motivos de ordem social, política, religiosa, estética... ou esotérica. Razões eugênicas e antropológicas – científicas – não”⁵⁵⁸.

Isto serve de apoio para compreendermos como o pensamento racial e eugênico mantiveram-se também nos anos de 1930 e não estão reservadas apenas às décadas anteriores. Estas propostas corroboram com o estudo sobre eugenia de Stepan, que salienta que a grande depressão e a queda do café contribuíram para o colapso do antigo sistema e a busca de novas

⁵⁵³ *Ibid.*

⁵⁵⁴ *Ibid.*, 1934, p. 173

⁵⁵⁵ REIS, José Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930)*. *op.cit.*, p. 168.

⁵⁵⁶ *Ibid.*, p. 174.

⁵⁵⁷ KEHL, Renato. *Lições de Eugenia*. *op.cit.*, p. 196.

⁵⁵⁸ ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Ensaio de antropologia brasileira*. *op.cit.*, p. 180.

ideias que suplantassem as posições antigas em prol de um novo desenvolvimento⁵⁵⁹. As “pressões” eugênicas acarretaram efeito na composição da constituição no que tange às suas especificidades conclusivas acerca da imigração e educação, por exemplo. Esta aderência na era Vargas embasa nossa tese de que a eugenia encontrou campos profícuos para se desenvolver nos anos do Governo Provisório com bastante coesão. Nas palavras de Stepan:

Mesmo que tais desenvolvimentos fossem, obviamente, resultado de muito mais que meras pressões dos eugenistas, estes defenderam ativamente seus pontos de vista durante os debates da Assembléia Constituinte de 1933 e conseguiram transformar parte de suas preocupações eugênicas em novas leis e instituições culturais e sociais. Muitas dessas inovações legislativa e culturais sobreviveram ao Estado Novo. As áreas de sucesso e fracasso lançam considerável luz sobre o caráter ideológico da Era Vargas.⁵⁶⁰

Para a autora as propostas propagandistas de uma “educação eugênica” floresceram na Era Vargas principalmente na identificação da relação entre eugenia e saúde. Isto é, a contribuição de uma classe eugênica pautada prioritariamente de médicos veio a calhar, onde as propostas sanitárias e higienistas - bem como a ciência da hereditariedade sob a tutela da eugenia -, possibilitaram repensar todas essas questões da saúde do povo, que envolvia uma das preocupações de um governo que tinha o intuito de repensar o Brasil e desatrelar-se do pensamento de uma política oligárquica. Este governo insurgente pôde enxergar nas propostas desses “legitimadores” da saúde uma maneira de “curar” as “enfermidades” do Brasil – e a “raça”, mais uma vez, estaria em questão. Apoiando com esta afirmativa, Stepan expressa:

A proposta dos eugenistas à Assembléia Constituinte de fazer da promoção da educação eugênica uma responsabilidade do Estado nacional foi aceita na constituição (Kehl, 1935). Considerando a identificação da eugenia com a ‘saúde’, esse resultado talvez não seja excepcional, e certamente pouco representou em um país onde provavelmente 90% da população era de analfabetos, e onde a escolarização primária era calamitosa. A cláusula de ‘educação eugênica’ tem mais significância pela importância simbólica que conferiu à eugenia que por seus resultados práticos.⁵⁶¹

Era justamente essa a função da Comissão Central Brasileira de Eugenia (1931). Ela deveria formular leis e propostas que entrariam nos estatutos e projetos da legislação que visavam os componentes da eugenia em seus mais diversos ramos. Sob a presidência do Dr. Renato Kehl, o secretario E. Penna Kehl, Dr. Belisário Penna, Dr. Gustavo Lessa, Dr. Ernani Lopes, Prof. Porto Carreiro, Dr. Cunha Lopes, Prof. S. de Toledo Piza Jr., Prof. Octavio Domingos, Dr. Achiles Lisbôa e o Farm. Caetano Coutinho. Esta comissão com expressivos nomes da eugenia do Brasil elaborou um documento que dizia logo no seu primeiro artigo

⁵⁵⁹ STEPAN, Nancy Lays. *Eugenia no Brasil, 1917-1940. op.cit.*, p. 372.

⁵⁶⁰ *Ibid.*, p. 374.

⁵⁶¹ *Ibid.*, p. 374-375.

suas principais funções. O item “a” e “b” são esclarecedores para compreender a convergência dessa comissão em 1931, em vista do que se pretendia em relação à eugenia e o poder público e educação, a saber, “a) manter no país o interesse pelo estudo das questões de hereditariedade e eugenia” e “b) propugnar a difusão dos ideais de regeneração física, psíquica e moral do homem”⁵⁶².

O item “a)” pode-se traduzir como a difusão da educação eugênica e os princípios da hereditariedade para o maior número de pessoas possíveis. Afinal, foi com a informação que se subentendia a aderência do pensar eugenista, incentivando as pesquisas e o desenvolvimento na área. O item “b)” atua como propaganda, mas no sentido reformador do homem. Pensar o físico (fealdade e aprimoramento do corpo), psíquico (sanar as doenças loucuras, epilepsia e demais sinônimos de degeneração) e moral (a questão do valor hereditário da moralidade da “raça”) estava nesta cartilha, que com eminentes nomes do cenário brasileiro, era um convite aos demais segmentos da sociedade a agregarem esses valores. Ainda, esta fonte chama atenção quando no item 11º do sugestivo tópico, “A constituição brasileira e a eugenia”, profere:

O Estado, tendo em consideração os itens acima empenhar-se, desde já, para a defesa das futuras gerações, na preservação e multiplicação das boas linhagens nas diversas classes de trabalhadores sadios e uteis, sejam manuais, artísticos ou intelectuais. As medidas sumariamente expostas são indispensáveis para resguardá-las da degeneração, ao mesmo tempo em que favorecem o aumento de suas proles. São recursos básicos, ao lado da educação, para elevar o nível médio, somatopsíquico, da nacionalidade.⁵⁶³

Esta educação é constatada na pesquisa de Simone Rocha e no *Boletim de Eugenia*, do qual os eugenistas tinham como conclusão de que a educação era um elemento indispensável para a propagação do ideal eugênico. A autora salienta a constituição de 1934 e 1937 e as diversas referências às conclusões eugênicas com o Artigo 138º de 1934 que pretendia: a) Estimular a educação eugênica; f) Adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a propagação das doenças transmissíveis.⁵⁶⁴

Levi Carneiro, por exemplo, era um dos intelectuais que pensavam eugenia e educação como discussão. Souza nos mostra que, para ele, a questão da hereditariedade deveria ser um

⁵⁶² KEHL, Renato. *Lições de Eugenia. op.cit.*, p. 91.

⁵⁶³ *Ibid.*, p. 95-96.

⁵⁶⁴ ROCHA, Simone. A educação como ideal eugênico: o movimento eugenista e o discurso educacional no Boletim de Eugenia 1929-1933. *Caderno de Pesquisa: Pensamento educacional*. Paraná, v. 6, n. 13, 2011, p. 171.

dos fatores de debate eugênico e que dentro dela a educação exerceria a função de transformar os sentimentos do homem.⁵⁶⁵

Nota-se também a preocupação da comissão nesta época de mudanças no país em fazer valer suas considerações no aspecto eugênico para o governo que surge. Não por acaso, o ano de 1933 apresentou uma sugestão para a elaboração de um anteprojeto da Constituição Brasileira. Em 1934, uma campanha na imprensa contra a vinda de imigrantes assírios e japoneses. Em 1935, consta um a elaboração de um estudo de Renato Kehl como membro da Comissão de Imigração do Ministério do Trabalho, que tratou sobre a questão da imigração. Por último, destaca-se no mesmo ano uma propaganda pela imprensa carioca sobre o alcance e as vantagens da esterilização eugênica.⁵⁶⁶ O assunto permanecia na ordem do dia do Governo Provisório.

No que concerne os efeitos do pensamento eugênico na educação, Kehl tem um papel fundamental nos diálogos com intelectuais do período, o que potencializou a discussão eugênica com obras que atingiram não apenas seus pares e a política, mas também o organismo social. Assim, desde os bons modos para as crianças com o livro *Educação Moral*⁵⁶⁷ até *Lições de Eugenia* com uma completa explicação do que era esta ciência e seu pertencimento dentro do estudo hereditário e da humanidade. Os programas que ligavam eugenia e “higiene mental” de crianças com base na educação também podem ser visualizados na Liga Brasileira de Higiene Mental.

Com relação a esta Liga, lembra-se da criação em 1932 de uma clínica nomeada como “Clínica de Euphrenia”, com forte teor teórico⁵⁶⁸ eugenista que, segundo Reis, não tinha como finalidade apenas “‘corretivas ou de reajuste psíquico’, mas, sobretudo, ‘de aperfeiçoamento

⁵⁶⁵ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1930-1935)*. *op.cit.*, p. 293.

⁵⁶⁶ *Ibid.*, p. 104-105.

⁵⁶⁷ O livro *Educação Moral* tem entre seus objetivos ensinar os “jovens” a se comportarem mediante a etiqueta dos bons modos sociais. Como escreveu para crianças, logo no início salienta que “A nossa linguagem será simples e clara, como convém ao caso. Nada de palavras difíceis” (KEHL, Renato. *Educação Moral*. *op.cit.*, p. 9). É nesse contexto que Kehl dará aproximadamente 24 lições de como as crianças devem se comportar, o que devem evitar e o que fazer para serem bem vistas na sociedade. Passando por temas como “obediência”, “ordem” e “delicadeza” ele mostrará o que esta sociedade considera como preceitos para ser uma “boa criança”. Também dará exemplos do que deveria ser evitado como “o preguiçoso”, “o mentiroso”, “o imprudente”. Apesar de não trabalharmos a obra no corpo do texto, a leitura é válida para entendermos como Kehl esforçava-se para atingir todos os segmentos da sociedade. Afinal, educando as crianças e mostrando-lhes como deveriam agir e o que evitar nada mais estava fazendo do que contribuindo para o desenvolvimento daquilo que considerava um ponto do “aperfeiçoamento humano”.

⁵⁶⁸ A Liga Brasileira de Higiene Mental, assim como os diversos grupos científicos não eram uniformes no seu pensamento e dentro dos seus estabelecimentos havia discordâncias sobre as práticas teóricas e práticas que realizavam. Um exemplo disso é a presença do antropólogo culturalista Arthur Ramos.

do psíquico, através de uma atuação médico pedagógica direta no período inicial do desenvolvimento mental infantil”⁵⁶⁹.

Finalmente, a eugenia no Brasil com seu caráter multi interpretativo, pode considerar-se segmentada dentro de um período de mais de 20 anos, em que estabeleceu raízes tanto dentro da sociedade, como no espaço político. Se a Inglaterra produziu homens como Galton e Leonardo Darwin, os Estados Unidos com Charles Davenport, o Brasil não deixou a desejar com Renato Kehl, símbolo intelectual do pensamento eugênico no país, mas não o único a discorrer sobre o tema. Pelo contrário, estes homens só existiram porque havia outros para dialogar com eles. Ao que nos conta a historiografia, poucos indivíduos dedicaram-se tanto na efetivação da eugenia como Kehl, que dedicou praticamente toda sua vida na consolidação de políticas públicas e propagandas eugênicas. Contudo, a eugenia se mostrou como uma ferramenta de várias interpretações, muitas vezes atendendo a ideais políticos, teóricos ou pessoais.

⁵⁶⁹ REIS, José Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930)*. *op.cit.*, p. 239. O autor se remete ao documento “A Clínica de Euphrenia”. In: ABHM, ano V, out-dez. de 1932, p. 66. Cf.: *Ibid.*, p. 265.

CAPÍTULO 3

REVISTA CARETA E A “RAÇA ILUSTRADA”

1. CARETA.

É cada vez mais necessário questionar as imagens canônicas mostrando, ao máximo, *por que e como* elas foram inventadas, que necessidades coletivas elas atenderam e, sobretudo, perguntar, juntamente com os alunos: por que, afinal, as imagens alternativas não chegaram até nós?

ELIAS THOMÉ SALIBA.⁵⁷⁰

Embora se diga que o caricaturista “ri, ri sempre, umas vezes para atenuar a dor; outras para acentuar a alegria; algumas, para impor sãs rebeldias aos homens de coração puro e alma nobre”, o certo é que a caricatura política ou social raramente pode levar ao riso despreocupado, como acontece com o desenho humorístico.

HERMAN LIMA.⁵⁷¹

A segunda metade do século XIX possibilitou uma guinada nos recursos de impressão e de confecção da imagem nos periódicos. Porém, foi no final da primeira metade deste século que presenciamos o nascimento do que viria ser a difusão e o aperfeiçoamento de novas técnicas. O ano de 1844, por exemplo, tornou-se notório pelo surgimento da “*Lanterna Mágica – Jornal de Caricaturas*” que sob a orientação de Manuel José de Araújo Porto Alegre (1806-1879) e o caricaturista Rafael Mendes de Carvalho (1817-1870), apresentava, segundo Sodré, “o primeiro sério avanço técnico na imprensa brasileira”⁵⁷². O surgimento da caricatura como mais um elemento de crítica social reflete a mudança que a imprensa e suas técnicas estavam adquirindo na transmissão da informação. O autor complementa:

Em 1854, a *Ilustração Brasileira*, de que parece terem circulado apenas nove números, oito nesse ano e um em janeiro de 1855, publicaria, em seu número inaugural, uma página de caricaturas, provavelmente de autoria de Francisco Moreau. Ainda em 1854, apareceu como caricaturas, a publicação bilíngue *L’ride Italiana*, que circulou até 1855. Mas é nesse ano que, com o Brasil Ilustrado, inicia-se, a rigor, a publicação regular de revistas de caricaturas, entre nós, trazendo no próprio texto, ao lado de retratos e vistas do Brasil, desenhos humorísticos de costumes, devidos a Sebastien Auguste Sisson.⁵⁷³

⁵⁷⁰ SALIBA, Elias Thomé. As imagens canônicas e a história. In: Maria Helena Capelato, et al. (org.). *História e cinema Dimensões históricas do audiovisual*. 2ª. ed. São Paulo: Alameda, 2011, p. 93. Saliba discute no texto a relação da imagem na assimilação do conteúdo escolar, mostrando a questão icônica pertencente a determinadas imagens que inserem no imaginário coletivo – neste caso, os alunos –, algumas imagens “canônicas” de determinados fatos históricos e elementos sociais. Para nós, o encaixe é preciso, pois representa uma indagação nossa: A que necessidades coletivas essas imagens atendem?

⁵⁷¹ LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. op.cit., p. 26.

⁵⁷² SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Muad, 1999, p. 179. Este momento também é discutido por Paula Janovitch, ver: JANOVITCH, Paula Ester. *Preso por trocadilho – A imprensa de narrativa irreverente paulistana de 1900 a 1911*. São Paulo: Editora Alameda, 2006, p. 35.

⁵⁷³ *Ibid.*, p. 203. Sobre a *Lanterna Mágica* Cf.: LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. op.cit., p. 67,

Posteriormente, Sodré faz referência a *Semana Ilustrada*⁵⁷⁴ (1860) e o *Diabo Coxo* (1864), que tiveram uma forte influência no curso da domesticação das novas técnicas.⁵⁷⁵ Com a junção da pena e da pedra litográfica, o caricaturista italiano Ângelo Agostini (1843–1910) deu os contornos cômicos da movimentada São Paulo em meados do XIX.⁵⁷⁶ Os jornais ilustrados ganhavam cada vez mais apreço e disseminação em São Paulo. Por exemplo, tomara existência alguns periódicos como *Diabo Coxo* (1864), o *Cabrião* (1866), *Polichinello* (1876), *Coaracy* (1875), *Platéa* (1888).⁵⁷⁷ No Rio de Janeiro tínhamos *Bazar Volante* (1863), *O Mosquito* (1875), *O Mequetrefe* (1875), entre outros.⁵⁷⁸ A popularidade das ilustrações e as suas caricaturas findavam as novas formas da disseminação de conteúdos dentro da imprensa.

Neste período, as revistas ilustradas desempenharam um papel relevante na temática da relação social do negro. A *Semana Ilustrada*⁵⁷⁹ (1860) de Henrique Fleiuss (1824-1882), que perdurou até o ano de 1875, além dos novos parâmetros gráficos, possibilitou descortinar por outro prisma as relações sociais da escravidão, com personagens ao estilo de “Moleque e Dr. Semana” – criados por Fleiuss. A dupla, nos traços do caricaturista, vivia cenas do cotidiano do cenário nacional escravista. O Dr. Semana era caracterizado como um homem de cabeça avantajada, corpo mirrado e cabelos grandes e contracenava com Moleque, um menino negro.⁵⁸⁰

Esta representação do negro no cenário social como inferior, não só pela sua condição de escravizado, mas pela sua cor tem reflexos também na *Revista Ilustrada* sob os traços de Agostini. No estudo de Renato Lemos podemos observar um exemplo dos diálogos travados na imagem abaixo:

⁵⁷⁴ Sodré relata a importância da *Semana Ilustrada* sob a tutela de Henrique Fleiuss, pois: “Quando Henrique Fleiuss lançou, na Corte, Em 1860, a *Semana ilustrada*, tinha circulado já, como ficou explicado, pequenos e toscos jornais de caricaturas e havia litografias que tiravam estampas avulsas; o que não havia era uma revista ilustrada: nesse sentido, Fleiuss foi, realmente, pioneiro” (*Ibid.*, p. 205).

⁵⁷⁵ *Ibid.*, p. 204.

⁵⁷⁶ JANOVITCH, Paula Ester. *Preso por trocadilho – A imprensa de narrativa irreverente paulistana de 1900 a 1911. op.cit.*, p. 39.

⁵⁷⁷ *Ibid.*, p. 39-40.

⁵⁷⁸ TELLES, Angela Cunha da Motta. *Desenhando a nação: revistas ilustradas do Rio de Janeiro e de Buenos Aires nas décadas de 1860-1870*. Brasília: FUNAG, 2010, p. 38.

⁵⁷⁹ A tiragem chegou a 4.000 exemplares, o maior índice de um periódico na América do Sul (SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil. op.cit.*, p. 217).

⁵⁸⁰ *Ibid.*, p. 68. Para não deixar lacunas sobre o personagem Moleque, Telles diz: “O moleque da *Semana Ilustrada* é um jovem negro, que por um lado, como observou Machado de Assis (cronista ‘Dr. Semana’), é um moleque instruído, fato que o distinguia dos demais, mas por outro, o seu lado moleque era reforçado pelo apelido e por seus atos, como suas brincadeiras com o leão, que mostram uma forma de relacionamento das brincadeiras dos moleques das ruas do Rio de Janeiro da época. Na óptica de Fleiuss, essa forma de relacionamento dos moleques era representativa da nacionalidade brasileira daquele momento. O Moleque, naquela sociedade, era visto como um elemento que transitava em diferentes esferas sociais e adquiria certa sabedoria em lidar em diferentes situações e meios sociais” (TELLES, Angela Cunha da Motta. *Desenhando a nação: revistas ilustradas do Rio de Janeiro e de Buenos Aires nas décadas de 1860-1870. op.cit.*, p. 37).

um contraditório dom Pedro II, tentando fazer-se aceito pelo mundo desenvolvido sem descartar a escravidão, e o cinismo das nações ditas civilizadas, que, na prática, legitimava a Monarquia brasileira nessas condições.⁵⁸¹

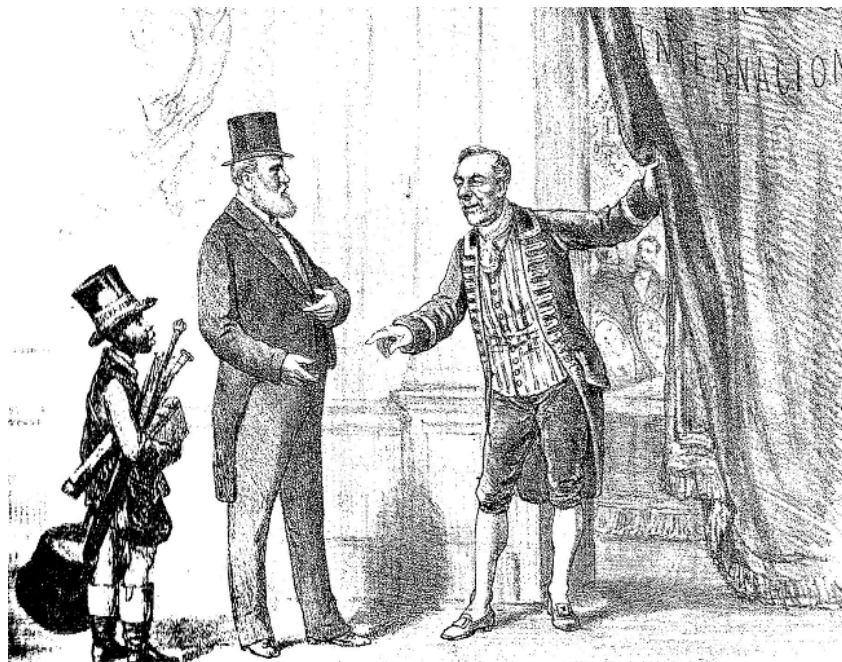


Ilustração 1. *Revista Ilustrada*, 30/06/1883.

- Queira perdoar, mas... com aquele negrinho não pode entrar.
- Mas é que eu não posso separar-me dele: É quem me veste, quem me dá de comer, quem... me serve em tudo, afinal!
- É que enfim, em atenção às ilustres qualidades pessoais de tão sábio soberano, creio que as nações civilizadas não duvidarão em admiti-lo.

Na segunda metade do século XIX, o retrato do negro nesses periódicos condizia com sua situação social, pois ao passo que se discute os problemas daquela sociedade, os colocavam em suas respectivas posições dentro da dinâmica brasileira. Como expressa Ana Luiza Martins, ao tratar do tipo do brasileiro nas caricaturas do Brasil Imperial:

Não seria diferente no Brasil, onde a “procura do brasileiro” foi uma constante, delineada no quadro do império, no bojo da construção da nação, acentuada no espaço multirracial republicano e ainda hoje, questionada no território plural de raças, cores, sons e classes que conformam o país.⁵⁸²

⁵⁸¹ LEMOS, Renato. *Uma história do Brasil através da caricatura 1840-2001*. op.cit., p. 13. A imagem retirada da Biblioteca Nacional possui as seguintes referências: (AGOSTINI. *Revista Ilustrada*, Ano 8, nº 347, 30/06/1883).

⁵⁸² MARTINS, Ana Luiza. Desenho, letra e humor: estereótipos na caricatura do império. In: LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, humor e caricatura: A questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 525.

A imagem desenhada por Agostini nos oferece este contraste a exemplo de Moleque, da *Semana Ilustrada*. O diálogo que se sucede na imagem de Agostini aponta para a dependência do sistema escravista paradoxalmente na mesma proporção que a nação tenta se modernizar e orbitar nas ditas “civilizações”. Comparando com a figura do “Moleque”, percebemos a mesma intensidade da representação da nação que constrói seus valores por meio da sua condição de escravos e senhores. Angela Cunha da Motta Telles, ao estudar as imagens da *Semana Ilustrada*, define parte desta questão:

Isso talvez demonstre o esforço de Fleiuss em representar aquela sociedade, mostrando o negro como parte do quadro explicativo da forma de relacionamento da cidade do Rio de Janeiro. Na imagem criada por Fleiuss, ele incorpora os moleques como parte daquela nação que está sendo forjada. Afirma a escravidão como um traço nacional, considerando como uma especificidade da nação imperial brasileira. Outro aspecto que merece observação é que Fleiuss utiliza o moleque escravo como símbolo da nação e sabemos que por trás da Questão Christie havia uma pressão em relação à escravidão.⁵⁸³

Certamente, as revistas ilustradas nortearam uma nova forma de avistar a sociedade através do seu humor aliado à crítica social. No país que tinha como objetivo se incluir nos projetos modernizantes e almejando “progressos” no cenário interno e externo, este humor foi bem recebido pelas críticas dos assuntos mais gerais, como forma de “provocar” as feridas brasileiras. Para Elias Thomé Saliba, a “representação cômica da vida nacional não nasceu nem se iniciou como a República, mas, com ela, certamente adquiriu novas dimensões”⁵⁸⁴. Assim sendo, neste período, as revistas ilustradas desde cedo saboreavam uma popularidade considerável em vários segmentos da sociedade. As criações artísticas de Fleiuss e Agostini entrelaçadas no humor desdobravam-se em uma militância política que atingiam temas complexos e delicados no cenário político e social do país como a escravidão.⁵⁸⁵

As formas caricaturais da sociedade ainda no século XIX se adaptaram às críticas no ambiente onde estariam sendo produzidas. Janovitch, por exemplo, relata o caso do recém-criado *Diário de São Paulo*, fundado em 1865, e sua coluna caricaturada denominada “Cartas de Segismundo”. Entre diversas caricaturas trabalhadas pela autora, ela reconstrói a função destas imagens cômicas na sociedade de São Paulo com a entrada proeminente dos escravos ou negros libertos na cidade. A autora expressa o momento da crise que “começa a se

⁵⁸³ TELLES, Angela Cunha da Motta. *Desenhando a nação: revistas ilustradas do Rio de Janeiro e de Buenos Aires nas décadas de 1860-1870. op.cit.*, p. 74.

⁵⁸⁴ SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio. op.cit.*, p. 38.

⁵⁸⁵ *O Abolicionista*, de 1880, é um exemplo do lado militante da imprensa contra a escravidão. No seu Editorial: “Estudando-se a nossa produção, vê-se que o trabalho escravo é a causa única do atraso industrial e econômico do país. [...] Parte da escravatura está nas mãos de estrangeiros” (SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil. op.cit.*, p. 235).

estabelecer entre classes sociais até então bastante incomunicáveis”⁵⁸⁶. O movimento das cidades em desenvolvimento era retratado por estes periódicos nas identificações dos costumes e das pertinências do modo de vida, que se construíam no seio da sociedade e, não à toa, os vícios das relações sociais foram desenhados em comunhão com o que era visto e assimilado no seu organismo social.

A Proclamação da República⁵⁸⁷, em 1889, não desacelerou a crescente emergência da imprensa, das técnicas de aprimoramento e construção da crítica social por meio do seu maquinário. Esta imprensa, que surgia ainda no início do século XIX, esteve no processo de Independência, na abolição e na Proclamação da República, estaria ainda participante em toda a gênese dos processos de construção da nação. Fortificada nos anos porvindouros, destacando assim, sua solidificação como um agente de voz ativa nos debates e na estruturação da imprensa nacional. Com o nascimento do século XX, a imprensa se colocava como um meio importante de informação, ou como afirma Sodré, de pequena, para uma “grande imprensa”⁵⁸⁸. Melhores equipamentos gráficos, mais bem organizados, melhor gerência do seu capital, diálogos com leitores e anunciantes, tudo isso favoreceu para este campo que se reinventava em suas dinâmicas de existência e expansão.

O sucesso das revistas ilustradas refletia na conjuntura econômica, com relação às facilidades da sua fabricação. Monteiro Lobato, por exemplo, lamentava no início do século XX o protecionismo dos jornais em detrimento dos livros. Era mais barato importar um livro de Portugal do que comprar papel branco para a fabricação do mesmo em solo nacional. Por sua vez, a imprensa degustava de liberdade dos impostos.⁵⁸⁹ Isto foi notado por diversos intelectuais e, nesta fase dos jornais, no início do século, possibilitou não só pela sua

⁵⁸⁶ JANOVITCH, Paula Ester. *Preso por trocadilho – A imprensa de narrativa irreverente paulistana de 1900 a 1911. op.cit.*, p. 47.

⁵⁸⁷ Sobre a imprensa: “A exaltação da política da época está integralmente retratada na imprensa. Até em livros, sem falar naqueles que os monarquistas exilados escreveram lá fora, criticando acerbamente o novo regime e suas figuras mais destacadas”. (SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil. op.cit.*, p. 263).

⁵⁸⁸ *Ibid.*, p. 275. Acerca do termo, Tania Regina De Luca faz uma ressalva: “A expressão grande imprensa, apesar de consagrada, é bastante vaga e imprecisa, além de adquirir sentidos e significados peculiares em função do momento histórico em que e empregada. De forma genérica, o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro”. (DE LUCA, Tania Regina. *A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; _____ (orgs.). História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2013, p. 149.*

⁵⁸⁹ FIORENTINO, 1892 apud JANOVITCH, Paula Ester. *Preso por trocadilho – A imprensa de narrativa irreverente paulistana de 1900 a 1911. op.cit.*, p. 94. Na mesma página, a autora cita uma passagem da revista ilustrada *Kosmos* (1904) que denotam este cenário: “Quem está matando o livro, não é propriamente o jornal; é, sim, a revista, sua irmã mais moça, cujos progressos, no século passado e neste começo de século, são de uma evidência maravilhosa” (KOSMOS, 1904 apud JANOVITCH, Paula Ester. *Preso por trocadilho – A imprensa de narrativa irreverente paulistana de 1900 a 1911. op.cit.*, p. 94). Sobre isso, ver também a discussão de ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (orgs.). História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2013, p. 83-102.*

disseminação, mas como chamariz de visibilidade, a ida de vários deles para o corpo editorial de jornais e revistas ilustradas.

O livro, por diversos motivos, sejam eles econômicos, de disseminação - ou o que mais poderíamos qualificar como chamativo aos “públicos alvos” -, estava em segundo plano no apreço dos leitores, em vista das novas publicações das revistas. Não nos impressiona que nesse início do século começavam a surgir as principais revistas semanais que tiveram destaque no Rio de Janeiro⁵⁹⁰, a saber, *Revista da Semana* (1902), *O Malho* (1902), *Kosmos* (1904), *Fon-Fon!* (1907) e *Careta* (1908), assim como em outras localidades.⁵⁹¹ É na *Belle Époque*, que veremos uma maior evolução das revistas ilustradas. A revista *Kosmos*, nesse sentido, “tornou-se um marco do periodismo no início do século XX”⁵⁹².

Mesmo contendo um caráter fortemente político nas páginas de diversos periódicos, os espaços para outras temáticas como esporte, lazer, curiosidades, crônicas, anedotas e assuntos diversos, configuravam um novo aspecto emergente para a busca do leitor que apreciava essas edições. Esta configuração, digamos, mais “modernizante e visando o capital”, encontrava-se em um rumo diferente do século XIX. De Luca comenta que enquanto os jornais da época da Independência abalizavam propriamente para a discussão política, nesta nova era a atualização tecnológica despontou rumo ao mercado.⁵⁹³ Assim sendo:

A preocupação fundamental dos jornais, nessa época, é o fato político. Nota-se: não é a política, mas o fato político. Ora, o fato político ocorre, então, em área restrita, a área ocupada pelos políticos, por aqueles que estão ligados ao problema do poder. Assim, nessa dimensão reduzida, as questões são pessoais, giram em torno de atos, pensamentos ou decisões de indivíduos, os indivíduos que protagonizam o fato político. Daí o caráter pessoa que assumem as campanhas a necessidade de endeusar ou destruir o indivíduo. Tudo se personaliza e se individualiza. Daí a virulência da linguagem da imprensa política, ou o seu servilismo, como antípoda. Não se trata de condenar a orientação, ou a decisão, ou os princípios – a política, em suma – desta ou daquela personalidade; trata-se de destruir a pessoa, o indivíduo. É virulência semelhante, na forma, a do pasquim da primeira metade do século XIX, mas

⁵⁹⁰ Como nos focamos na *Careta* e em seu universo, não adentraremos nas análises profundas dos humoristas de São Paulo, que contribuíram para uma faceta das revistas ilustradas da época no contexto “marcada por persistentes traços da memória coletiva” (SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. *op.cit.*, p. 154). A obra de Janovitch (2006) é um referencial para aqueles que pretendem se debruçar na imprensa macarrônica paulistana.

⁵⁹¹ *Ibid.*, p. 39. O autor comenta outros dados por todo o país. Em São Paulo, por exemplo, estima-se a maior produção periodística possuindo certa de 341 periódicos em 1912, posteriormente o Rio Grande do Sul, com 124 e Rio de Janeiro (Distrito Federal, com 118). No que tange ao humor, Saliba escreve que de um total de 523 revistas publicadas entre 1870 - 1930, 62 delas (12%) consideravam-se “humorísticas”; 78 (15%) de “variedades”; e 179 (34%) “literárias” (*Ibid.*).

⁵⁹² ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. *Imprensa a serviço do progresso*. *op.cit.*, p. 84. Para Eleutério, na revista “encontra-se a visão de progresso material e civilizatório que permeou aqueles tempos ‘eufóricos’, metaforizados em nossa *Belle Époque*. Graficamente esmerada e arroada na diagramação, trazia abundância de cores, uso de fotografias, que exigiam recursos bastante elevados. Em suas páginas sucediam-se caricaturas assinadas pelos mais notáveis artistas do traço, como J. Carlos, Raul, Calixto, Raul Pederneiras e imprimindo ainda as fotografias de Marc Ferrez e Guilherme Gaensly”. (*Ibid.*, p. 90).

⁵⁹³ DE LUCA, Tania Regina. *A grande imprensa na primeira metade do século XX*. *op.cit.*, p. 154.

diferente no conteúdo. Essa distinção é que não tem sido percebida pelos historiadores, enganados pela semelhança formal que resulta da simples observação.⁵⁹⁴

O que queremos reafirmar é justamente este alinhamento entre o humor e o mercado, que deu a “sobrevivência” da revista e a ideologia política. Estes elementos agregavam valores de potencialidades para a “sobrevivência” dos periódicos para a conquista do seu público. Ao olharmos para o censo de 1900 perceberemos que a população alfabetizada representava apenas 25% do seu total. Esse dado não sofreu alterações significativas até 1920.⁵⁹⁵ Ou seja, o consumo dos periódicos aliado à vinculação de imagens e a força do humor inserida contribuía para que as diversas estruturas da sociedade adquirissem os periódicos. Quanto a este apontamento, a historiadora Fabiana Lopes da Cunha estabelece uma ligação predominante que corrobora com nosso argumento, pois:

Apesar das altas taxas de analfabetismo existente no Brasil no início do século XX, há um crescimento do consumo de alguns periódicos e revistas semanais. Tal fato estaria intimamente relacionado com as inovações pelas quais a imprensa estava passando, nestes anos com as mudanças em seus layouts, e principalmente com a introdução de imagens.⁵⁹⁶

Para estas revistas ilustradas do século XX “ficava reservado o campo da diversão, da distração e do prazer, seduzindo o leitor com textos leves e (se possível) belas imagens”⁵⁹⁷. Deste modo, o ritmo de vida e a nova aceleração frenética do tempo davam os contornos nas páginas das revistas ilustradas constituindo uma matéria-prima nas publicações desses periódicos. Em torno disso, diz Ika Stern Cohen:

A diversidade da imprensa dava conta das múltiplas faces da metrópole de São Paulo e do embelezamento do Rio de Janeiro. Se algumas revistas ilustradas, como a *Kosmos* ou a *Ilustração Brasileira*, exaltavam em papel de luxo e belas fotografias as vantagens das transformações, títulos menos sofisticados exibiam também o outro lado desse progresso; ao lado das imagens fotográficas, a charge e o humor tratavam de temas mais árduos, como a luta pelo espaço entre pedestres e veículos, a falta de moradia, a explosão dos preços dos alugueis, o aumento do custo de vida, *o difícil cotidiano das classes populares*. Na esteira de Ângelo Agostini, pioneiro desse gênero, artistas como Voltolino, Raul Pederneiras, J. Carlos, Calixto e Nássara, entre outros, traduziam em imagens criativas e bem-humoradas as sensações despertadas

⁵⁹⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. op.cit., p. 277. Aqui há uma pontuação fundamental de Saliba que nos explica este raciocínio de Sodré. Segundo o autor: “Trata-se de uma produção humorística muito circunstanciada, ligada a ódios e rancores de momento, com referências muito particularizadas e com os objetos de escárnio muito bem definidos” (SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. op.cit., p. 57).

⁵⁹⁵ DE LUCA, Tania Regina. *A grande imprensa na primeira metade do século XX*. op.cit., p. 156.

⁵⁹⁶ CUNHA, Fabiana Lopes da. *Caricaturas carnavalescas: carnaval e humor no Rio de Janeiro através da ótica das Revistas Ilustradas Fon-Fon! E Careta (1908-1921)*. op.cit., p. 49-50.

⁵⁹⁷ COHEN, Ika Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 111.

pela torrente de novidades que alterava o ritmo da vida, ressaltando a convivência de tempos e realidades diversos no espaço urbano.⁵⁹⁸

O difícil cotidiano das classes populares será um elemento frequente dessas revistas que contrastarão os “problemas dos estereótipos culturais”, que serão reproduzidos dentro do espaço social. Afinal, “expressões fisionômicas, gestos, vestes, linguajar e traços raciais, entre outros *dados* coletados nas ruas, compõem as cenas cotidianas”⁵⁹⁹, diz Laura Nery. Este reflexo é evidenciado nas próprias ilustrações do período. Cunha mostra-nos em seu estudo sobre carnaval e humor nas revistas ilustradas *Fon-Fon!* e *Careta* o tom satírico expressado pelo caricaturista Kalixto ao analisar o carnaval na alta sociedade.⁶⁰⁰ Estas irreverências adotadas nas caricaturas apresentam ambiguidade no que muitas vezes era tentado passar pelas posições dominantes, em reflexo com a contradição das suas reais posições.

Em face desta prerrogativa, Herman Lima destaca a relevância dos dois periódicos ao passo que “paralelo ao relevo intelectual e artístico da *Careta* foi inegavelmente o da *Fon-Fon!* [...]”⁶⁰¹, o que nos leva a perceber como estas duas revistas desempenharam um papel importante na consolidação do material impresso e imagético. Por sua vez, a *Careta* também desfrutou do prestígio de perdurar por longos anos na imprensa brasileira. A revista circulou por cerca de cinquenta e três anos, totalizando 2.732 números, sendo sua última aparição em 05 de novembro de 1960.⁶⁰² O periódico circulava aos sábados, semanalmente, no formato 18,5 x 26,7cm, e era apresentada toda em papel *couché* até o ano de 1916 e, posteriormente, como mostra-nos Garcia, com suporte misto em papel jornal, dispunha os assuntos em colunas alternadas com numerosas imagens, com duas ou mais cores.⁶⁰³

A revista anuncia no seu primeiro número, no dia 6 de junho de 1908, sua apresentação do que viriam a ser as “caretas”, ou melhor, qual seria a intenção da *Careta*:

Ai vai a nossa Careta.

Lançando a publicidade este semanário, é preciso confessar que a Careta é feita para o Público, o grande e responsável Público com P. grande!

(...) Faremos tudo para que as nossas, não correspondam caretas de mau humor; preferimos, francamente, sorrisos, mesmo daqueles que mais parecem caretas.⁶⁰⁴

⁵⁹⁸ *Ibid.*, p. 115. [Grifo nosso].

⁵⁹⁹ NERY, Laura. Nostalgia e novidade: estratégias do humor gráfico em Raul Pederneiras. In: LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, humor e caricatura: A questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 235. [Grifo da autora].

⁶⁰⁰ CUNHA, Fabiana Lopes da. *Caricaturas carnavalescas: carnaval e humor no Rio de Janeiro através da ótica das Revistas Ilustradas Fon-Fon! E Careta (1908-1921)*. *op.cit.*, p. 47.

⁶⁰¹ LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. *op.cit.*, p. 152.

⁶⁰² GARCIA, Sheila do Nascimento. *Revista Careta: um estudo sobre humor visual no Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação de Mestrado. Assis: UNESP, 2005, p. 14. Ver também: LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. *op.cit.*, p. 149-150.

⁶⁰³ *Ibid.*, p. 30

⁶⁰⁴ *Careta*, Rio de Janeiro, 06 de junho de 1908, Ano I, nº 1.

É neste teor de apresentação humorística que a revista fundada por Jorge Schmidt passou a ser conhecida como um reduto de poetas parnasianos, com a contribuição de vários profissionais da revista *Fon-Fon!*, como J. Carlos, Kalixto e Basto Tigres.⁶⁰⁵ Para Cunha, o editorial revelava o rumo que a revista pretendia seguir em suas tiragens, “o das camadas médias e talvez o das elites, mais propensas ao que o editorial chama de ‘jornalismo smart’ e, também, principalmente, o masculino”⁶⁰⁶.

Por esta vertente, Saliba completa que “As imagens não são feitas gratuitamente, mas por alguém que ganha a vida fazendo imagens e que obedece a um certo número de regras e limitações”⁶⁰⁷. A revista *Careta* teve como característica humorística esta abordagem. Além das paródias e articulações macarrônicas franco-brasileiras⁶⁰⁸, há uma apropriação icônica e imagética como fundamentação de crítica social e, por isso, suas “variedades” que permearam ao longo de toda sua existência estabelecem este traço predominante da sua intenção fundadora. Seu idealizador, Jorge Schmidt – que também criou a *Kosmos* (1904) – com uma visão empreendedora, deu à *Careta* o “toque” diferenciado de variedades nas suas publicações e seu alto teor gráfico, somado com as caricaturas políticas e sociais, mostrava o “vai e vem” da vida urbana do Rio de Janeiro e do Brasil. Este engajamento publicitário da revista adentrava no cotidiano de praticamente toda a população. Como notou Lima, “a revista de Jorge Schmidt se manteria por tanto tempo com aquele prestígio paradoxal que a fazia disputada pelos fregueses de engraxates e barbeiros e pela elite intelectual do Brasil”⁶⁰⁹.

A grande dimensão do semanário na sociedade pôde dialogar com os diversos momentos dos seus problemas sociais em que o humor e as ilustrações os tornariam de fácil compreensão e de rápido alvo todos aqueles que faziam parte daquele grande “teatro social”. Nesse sentido, complementa Garcia:

Durante todo o tempo de existência da revista, as imagens de humor não constituíram mero recurso ilustrativo, mas canais privilegiados pelos quais reflexões

⁶⁰⁵ CUNHA, Fabiana Lopes da. *Caricaturas carnavalescas: carnaval e humor no Rio de Janeiro através da ótica das Revistas Ilustradas Fon-Fon! E Careta (1908-1921)*. *op.cit.*, p. 84. A historiadora faz uma ressalva pertinente sobre o “parnasianismo”. Segundo a historiadora, “É importante ressaltar que as denominações dadas a estas revistas, a *Fon-Fon!* como reduto de poetas simbolistas e a *Careta* como sendo a dos parnasianos, refere-se muito mais ao grupo idealizador destas publicações do que, de fato, à contribuição dos inúmeros literatos no transcorrer de suas existências. Até porque o momento de sua criação e o período em que estamos focando era ‘vulnerável a novas ideias’ e, muitas vezes, estas correntes estéticas e seus representantes acabavam mesclando-se com outras tendências contemporâneas” (*Ibid.*).

⁶⁰⁶ *Ibid.*, p. 86.

⁶⁰⁷ SALIBA, Elias Thomé. As imagens canônicas e a história. *op.cit.*, p. 92. [Grifos do autor].

⁶⁰⁸ Cf.: *Ibid.*, p. 105-108. Mais uma vez, a forma de humor através da linguagem entre o português e o francês, criando uma língua humorística híbrida, reflete no cunho social das relações entre Brasil e França, mais precisamente o afrancesamento brasileiro, na pauta da ordem do dia do humor.

⁶⁰⁹ LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. *op.cit.*, p. 152.

e debates eram viabilizados, incitando, pela via do humor, os leitores a uma percepção crítica sobre o período.⁶¹⁰

Aliás, esta química entre revistas ilustradas e o humor gerou bons resultados na recepção pública, pois além da *Fon-Fon!* e da *Careta*, revistas como *O Pirralho* (1911) e *Tagarela* (1915), foram exemplos de periódicos que obtiveram sucesso nessa linha de trabalho. Talvez a *Careta* nesse momento represente para nós o estado atual da imprensa ilustrada no Brasil. Ela fez muitas “caretas” para esta modernidade, grafando as ironias da vida pública e dos regimes no Brasil, ou mesmo, do que era ser brasileiro, ao passo que buscava uma unidade de identificação nacional, que em diversos momentos inspirava-se no exterior para sua construção. É assim que aborda Saliba, à medida que “uma atmosfera que ansiava por cosmopolitismo gerada a partir do Rio de Janeiro, autêntica capital cultural do Brasil na *Belle Époque* percorre o país uma ânsia sôfrega pela europeização e pela modernização”⁶¹¹.

Além disso, Sevcenko nos oferece um curioso exemplo dessa vontade de reproduzir o europeu - particularmente o francês. No início da Primeira Grande Guerra era comum as pessoas no Rio de Janeiro ao se cruzarem nas localidades centrais da cidade ao invés de trocarem uma “boa tarde” ou “boa noite” diziam expressões como “Viva a França”⁶¹². Apesar da *Careta* retratar com seu habitual humor o estilo de vida carioca, ela nem sempre agradava a todos. O semanário, por exemplo, foi alvo do frei Pedro Sinzig. Em 1911, Sinzig condenava a produção caricatural do Brasil e na tentativa de separar o humor por um viés moral, criava um maniqueísmo entre revistas boas e ruins, por meio do seu conteúdo ilustrado.⁶¹³

As transições políticas e sociais que advinham no Brasil criaram uma atmosfera que misturavam os mais diversos sentimentos dentro da nação: sejam elas monarquistas, republicanos, abolicionistas, latifundiários, modernizadores, positivistas, enfim, características distintas que coexistiam neste universo. As caricaturas e, conseqüentemente, a carga de humor arraigada, eram transmitidas em contrapartida a estes vários grupos e cenários que emergiam e se mantinham em constante colisão no país. Neste teatro em papel de cores e traços, os personagens eram satirizados para uma plateia sedenta que assistia e consumia

⁶¹⁰ GARCIA, Sheila do Nascimento. *Revista Careta: um estudo sobre humor visual no Estado Novo (1937–1945)*. *op.cit.*, p. 77.

⁶¹¹ SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. *op.cit.*, p. 68.

⁶¹² SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. *op.cit.*, p. 37.

⁶¹³ SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. *op.cit.*, p. 112.

vorazmente esses periódicos. Para aqueles que eram satirizados, imagina-se o desconforto do riso dos outros.

Em sua estrutura semanal, a revista era recheada de contos, humor escrito, imagens, novelas em forma de contos, propagandas das mais variadas, artigos críticos sobre temas diversos como os governos vigentes, episódios sociais, econômicos e políticos que o país estivesse vivenciando, sejam eles nacionais ou internacionais – juntamente com sua habitual irreverência ao tratar de muitos desses assuntos. Nas edições entre 1930 e 1934 podemos identificar também matérias sobre o cinema, futebol, enfim, uma enorme variedade, como se propunha a ser. Podemos enfatizar a importância das fotos que compunham a revista, onde se é possível reconstruir a cada semana o que se acontecia no país, principalmente no então Governo Provisório. E, obviamente, diversas caricaturas por edição também vinculadas às épocas que estavam inseridas. De forma independente, as caricaturas nem sempre acompanhavam um texto ou uma notícia. Suas imagens, muitas vezes apareciam entre matérias escritas e possuíam sua própria singularidade nos assuntos que tratavam. Portanto, era possível ler uma notícia, um conto ou uma anedota e na página seguinte deparar-se com uma caricatura do mais variado tema ou acontecimento, mas em sua maioria retratando alguma ocasião daquela semana ou período, que pudesse ser representada pela arte e humor do caricaturista que a desenhava.

Na década de 1920, as imagens ganharam ainda mais espaço juntamente com a foto novela.⁶¹⁴ Em uma definição conceitual, podemos estabelecer que “embora não realizasse um jornalismo propriamente informativo, *Careta* procurava manter vínculos com sua atualidade, dialogando com as novas tendências da imprensa brasileira”⁶¹⁵. Como veremos nas caricaturas, a *Careta* estabeleceu diálogos com diversos setores da sociedade. Por isto, desde a crise do café e até mesmo a criminalidade poderiam ser inspirações para as caricaturas do período. De outra maneira, homens do poder político como Oswaldo Aranha e Getúlio Vargas, eram figuras caricaturadas frequentemente, podem ser notadas por diversas vezes dialogando com a população brasileira nas mais curiosas situações políticas, sociais e cômicas.

As capas igualmente merecem destaque na análise do periódico. Eram compostas por caricaturas daquilo que se queria destacar na semana. Chamativas, ocupavam todo o espaço da capa. Para salientar a importância delas no periódico, selecionamos o primeiro ano

⁶¹⁴ GARCIA, Sheila do Nascimento. *Revista Careta: um estudo sobre humor visual no Estado Novo (1937–1945)*. *op.cit.*, p. 36

⁶¹⁵ *Ibid.*, p. 37.

completo do Governo Provisório, o ano de 1931. Neste ano, a revista *Careta* lançou 52 edições. Destas, Getúlio Vargas apareceu ilustrado na capa em aproximadamente 35 caricaturas. Ou seja, além da figura notória do chefe do Governo Provisório presente nas capas, a revista vinculou na maioria dos seus números deste ano caricaturas voltadas à temática do novo governo.

Em termos editoriais, os anos de 1930 e 1934, J. Schmidt atuou como diretor proprietário e Roberto Schmidt na posição de gerente. Essa informação encontrava-se como cabeçalho da coluna que se tornaria famosa na revista, a *Looping the Loop*.⁶¹⁶ Além das referências aos editores, o cabeçalho continha a localização física da revista, a saber, Rua Frei Caneca, número 383, no Rio de Janeiro. Além disso, continha preço das assinaturas e a quantidade de páginas daquela edição.

Exemplificando melhor a estrutura da revista, tomemos por base a edição de 18 de Junho de 1932.⁶¹⁷ Como tradicionalmente se constituía a revista, sua capa é ocupada em sua totalidade com uma caricatura. Neste número, a caricatura é assinada por Storni e traz como título *A moderna torre de Babel*. Nela aparece Getúlio Vargas, de terno e cartola, orquestrando a construção da torre de babel. Quem a constrói são elementos de partidos políticos da época. Na legenda aparece a seguinte frase “Eles não se entendem, mas o Getúlio entende a todos eles!...”. Assim, o humor se constitui na liderança de Getúlio ao dialogar com todos os partidos que naquele momento não se entendiam. Para completar a analogia com a “Torre de Babel”, dos contos bíblicos, em que as línguas foram confundidas, faz parte do humor da nossa caricatura para induzir o leitor a rir sobre a dificuldade do diálogo com os partidos na época. Nas próximas páginas a revista traz propagandas tanto voltadas para o público feminino como masculino. Aparecem pequenas notas sobre conhecimento geral, alguns contos e humor escrito.

A seguir encontra-se o cabeçalho editorial e, na mesma página, a coluna *Looping the loop*, geralmente com textos críticos e provocativos sobre momentos políticos do Brasil e do mundo - ou mesmo voltado a assuntos do cotidiano. Nas páginas seguintes temos uma mistura de trovas, fotos políticas, sociais, caricaturas, matérias (como de artistas de cinema), etc.. Outra coluna que pode ser observada em nossa periodicidade é a chamada *Block-Notes*, que assim como *Looping the loop*, oferece, na maioria das vezes, uma crônica mais crítica voltada para algum assunto escolhido por seu autor. Fotos, caricaturas e propagandas continuaram a

⁶¹⁶ Segundo Garcia, essa estrutura “permaneceu até o segundo semestre de 1942” (*Ibid.*, p. 51).

⁶¹⁷ *Careta*, 18 de Junho de 1932, Ano XXV, nº 1. 252.

fazer parte ao longo desta edição. O que podemos pontuar no curso das nossas análises entre 1930 e 1934, é que esta linha técnica se mantém, com algumas variações, de edição para edição.

Estas informações são referenciais inclusive para o aporte teórico-metodológico. Como percebeu De Luca,

o conteúdo de jornais e revistas não pode ser dissociado das condições materiais e/ou técnicas que presidiram seu lançamento, dos objetivos propostos, do público a que se destinava e das relações estabelecidas com o mercado, uma vez que tais opções colaboram para compreender outras, como formato, tipo de papel, qualidade da impressão, padrão da capa/página inicial, periodicidade, perenidade, lugar ocupado pela publicidade, presença ou ausência de material iconográfico, sua natureza, formas de utilização e padrões estéticos. A estrutura interna, por sua vez, também é dotada de historicidade e as alterações aí observadas resultam de complexa interação entre técnica de impressão disponível, valores e necessidades sociais.⁶¹⁸

No que concerne às caricaturas, ao longo de suas aparições, foram assinadas por homens como K. Lixto, J. Carlos⁶¹⁹, A. Storni, Raul Pederneiras, Basto Tigre e tantos outros que compunham um grupo que, muito mais que caricaturistas, eram observadores e participantes da *intelligentsia* brasileira e de suas raízes do riso.⁶²⁰ Além destes, diz Garcia:

Sob a influência do convívio íntimo entre imprensa e literatura, *Careta* contou com a colaboração de Olavo Bilac, que nela publicou sonetos de *A Tarde*; além de Martins Fontes, Olegário Mariano, Aníbal Teófilo, Alberto de Oliveira, Goulart de Andrade, Emílio de Menezes, Bastos Tigre e Luís Edmundo. A atuação desse grupo de intelectuais, de singular comportamento boêmio, e os padrões de produção pouco convencionais para a cultura letrada do período, conferiram um aspecto irreverente e provocador à publicação, que elegeu o humor como principal veículo para retratar as transformações urbanísticas e sociais ocorridas no início do século XX.⁶²¹

Com relação a esses personagens, Saliba analisou 16 humoristas desse período, e o que podemos constatar é que as atividades desses grupos iam muito além dos traços cômicos. J. Carlos era publicitário, K. Lixto funcionário público, João Foca ator e teatrólogo, Raul Pederneiras delegado de polícia e professor, Bastos Tigre era publicitário, revistógrafo e bibliotecário. Ou seja, com exceção do caricaturista Alfredo Storni, todos os outros parecem

⁶¹⁸ DE LUCA, Tania Regina. *Leituras, Projetos e (re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 2.

⁶¹⁹ Clara Asperti Nogueira, sobre os caricaturistas, destaca J. Carlos e sua importância para a *Revista Careta*: “Raul (pseudônimo de Raul Pederneiras), K. Lixto (pseudônimo de Calixto Pereira) e J. Carlos (pseudônimo de José Carlos de Brito e Cunha) nacionalizaram a arte da caricatura no Brasil, além de serem verdadeiramente as maiores referências do desenho satírico no limiar do século XX (NOGUEIRA, Clara Asperti. *Revista Careta (1908-1922): símbolo da modernização da imprensa no século XX. Miscelânea*. Assis: v.8, 2010, p. 70).

⁶²⁰ Saliba diz que o “humorista não era reconhecido socialmente, e eles próprios tinham dificuldade em reconhecer-se como humoristas. O mais notável é que quando designados publicamente como humoristas, o rótulo colava-se a eles como uma máscara do palhaço e não havia meio de tirá-la” (SALIBA, 2002, p.133-134).

⁶²¹ GARCIA, Sheila do Nascimento. *Revista Careta: um estudo sobre humor visual no Estado Novo (1937-1945)*. *op.cit.*, p. 33.

ter desempenhado alguma outra função empregatícia, o que nos faz acreditar que era difícil viver apenas das caricaturas⁶²². Para o autor, “o humorista foi, assim, uma figura múltipla, com alta capacidade de trânsito entre diferentes práticas culturais, e a trajetória de alguns dele é exemplo desta multiplicidade”⁶²³. Estes homens nem sempre eram reconhecidos e aceitos na sociedade. Muitas vezes eram descritos como boêmios e não recebiam o prestígio e aceitação pública. Este fato pode ser estabelecido com as várias tentativas do humorista Bastos Tigre de adentrar na Academia Brasileira de Letras, onde, por diversos momentos, teve seu nome denegado. Em 1934, quase como um desabafo, Tigre acreditava que a sombra que carregou de “humorista” pairou sobre as decisões.⁶²⁴

Dentre vários caricaturistas que ilustraram a revista ao longo das décadas, três se fazem presentes e merecem destaque especial em nossa análise: José Carlos de Brito e Cunha (J. Carlos), Alfredo Storni e Osvaldo Navarro. Todas as caricaturas que trabalhamos do período de 1930-1934 são estes que as assinam. Em tempo, existem caricaturas onde não há assinatura por conta da própria forma de escolha da *Careta*⁶²⁵, ou como nos casos dos anúncios comerciais. Portanto, se faz necessário dedicar uma pequena parte deste tópico para os caricaturistas que utilizamos e que estão vinculados ao período.



626

Como argumenta Garcia, o carioca de Botafogo, J. Carlos (1884-1950), foi presença em toda vida útil do semanário e fazia uma “crítica política e de costumes e realizavam uma valiosa análise da sociedade carioca do período”⁶²⁷. Podemos elegê-lo como um dos maiores caricaturistas da *Careta*. Destarte, sua trajetória artística se confunde com a da revista, sendo seu ilustrador exclusivo entre 1908 e 1921.⁶²⁸

Herman Lima situa J. Carlos como um dos mais importantes caricaturistas brasileiros de todos os tempos. Segundo ele:

⁶²² SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio. op.cit.*, p. 78-79.

⁶²³ *Ibid.*, p. 77.

⁶²⁴ *Ibid.*, p. 142.

⁶²⁵ Garcia, em seu estudo da *Careta*, diz que “Nesta escolha jornalística, conforme afirma Fernando Cascais, subentende-se uma *assinatura coletiva*” (GARCIA, Sheila do Nascimento. *Revista Careta: um estudo sobre humor visual no Estado Novo (1937-1945). op.cit.*, p. 57). [Grifo da autora].

⁶²⁶ Em ordem, as assinaturas de J. Carlos, Alfredo Storni e Osvaldo Navarro.

⁶²⁷ *Ibid.*, p. 34.

⁶²⁸ NOGUEIRA, Clara Asperti. *Revista Careta (1908-1922): símbolo da modernização da imprensa no século XX. op.cit.*, p. 70

Ninguém exerceu com maior dignidade profissional a sua arte do que esse incomparável desenhista, cujas criações, da mais bela e escorreita execução e do mais fino gosto, aliados à graça do motivo e à elegância do traço, encheram durante quase meio século as páginas das nossas melhores revistas ilustradas.⁶²⁹

Mais adiante, ao tratar das revistas da qual contribuiu com sua arte, ele reafirma, “efetivamente, não foi só naquelas revistas que a sua arte se firmou entre nós, ao ponto de ser hoje considerado com justiça o nosso maior caricaturista de todos os tempos”⁶³⁰. De certo, a expressão das caricaturas de J. Carlos em nosso trabalho traduz o sentimento de Lima. O caricaturista parecia ser um cronista social dos desenhos, suas representações ilustrativas eram “elaborados textos” dos quais a partir da percepção dos seus traços havia todo um jogo de informações que o rodeava.

J. Carlos torna-se importante, justamente, pela sua perspicácia de não deixar passar nada na ponta do seu lápis. Entre outras características “[...] sabia olhar as coisas da sua cidade, fixando-as sempre por um prisma inteiramente original, ora num traço, ora na finura duma legenda inesquecível”⁶³¹, diz Lima. Nesse sentido, temos o privilégio de trabalhar em nossa fonte com um dos melhores na arte da caricatura de sua época.

Outra assinatura constante é do gaúcho Alfredo Storni (1881-1965). Storni desenhava ao lado de J. Carlos na *Careta* no início dos anos de 1930, mas participava do periódico desde 1922. Para Lima, Storni na *Careta* tinha “[...] o vigor do seu traço, a larga popularidade do vibrante magazine, de tanta influência nos nossos costumes políticos literários e sociais”⁶³². Ainda segundo ele:

Caricaturista nato, votado, por vocação e pelo próprio traço, à sátira política, é Storni, no gênero, um dos nossos mais notáveis artistas, não lhe tendo sido feita ainda a justiça que merece. Duma arte direta, duma linha nervosa, embora um tanto rígida, o que não lhe vem, todavia, de qualquer deficiência artística, mas, antes, do seu próprio estilo incisivo e contundente, são inúmeras as boas charges, na verdade, que espalhou em perto de meio século, pela imprensa do Brasil.⁶³³

O terceiro e último caricaturista que aparece em nossas imagens é o carioca Osvaldo Navarro (1893-1965). Além da *Careta*, participou também de diversos periódicos como *Razão*, *Rio Jornal*, *A Rajada*. Para Garcia, sua melhor participação foi na *Careta* entre 1924 e 1930.⁶³⁴ Em nosso recorte também traz importantes contribuições para o cenário carioca e nacional e, por consequência, acreditamos que suas aparições durante os anos de 1930

⁶²⁹ LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. op.cit., p. 1072.

⁶³⁰ *Ibid.*, p. 1074.

⁶³¹ *Ibid.*, p. 1098.

⁶³² *Ibid.*, p. 1235.

⁶³³ *Ibid.*, p. 1230.

⁶³⁴ GARCIA, Sheila do Nascimento. *Revista Careta: um estudo sobre humor visual no Estado Novo (1937-1945)*. op.cit., p. 59.

revelam sua relevância além deste período. Entendemos pelas suas caricaturas a facilidade em trazer o povo simples da sociedade brasileira em seus desenhos. As expressões, traços e ações, remetem quase que ao cotidiano de como percebia as manifestações sociais da qual o brasileiro fazia parte.

Além dos caricaturistas, trabalhamos com alguns textos da *Careta*. Tendo em vista este foco, devem-se ressaltar os nomes que aparecem e seus pseudônimos. Isso não somente facilita a localização dos autores no semanário para os historiadores, como nos ajuda a compreender quem eram eles. Para não deixar lacunas nestas assinaturas, rapidamente trataremos informações gerais destes cronistas.

João Peregrino da Rocha Fagundes, ou simplesmente Peregrino Júnior (1898-1983), foi jornalista, médico, contista e ensaísta.⁶³⁵ Foi o “sexto ocupante da Cadeira 18, eleito em 4 de outubro de 1945, na sucessão de Pereira da Silva e recebido pelo Acadêmico Manuel Bandeira em 25 de julho de 1946. Recebeu o Acadêmico Odylo Costa, filho”⁶³⁶. Além da *Careta* escreveu para outros periódicos como *O Brasil*, *Rio Jornal*, *O Jornal* e *A Notícia*. Voltado à área médica, mas não se limitando a ela em suas crônicas, escreveu livros como *Vitaminologia* (1936), *Biotipologia e Educação* (1936) e *Biometria aplicada à educação* (1942), entre diversas outras.

Domingos Ribeiro Filho (1875-1942) foi conhecido também pelos seus pseudônimos: Dierre Effe, D. Dierre, D.R.F. ou D. R. Não raro, em boa parte dos números compreendidos no período que selecionamos, Domingos aparece com sua assinatura em diversas crônicas. No *Jornal Diretrizes*, em 16 de junho de 1942, Astrojildo Pereira (1890-1965) lança no jornal uma nota de falecimento de Domingos. Por ela verificamos a atuação que o cronista teve na *Careta* e como escritor. Pereira refere-se às suas publicações como romancista, onde escreveu *O Cravo Vermelho* (1907), *Vãs Tortura* (1911), *Uma paixão de mulher* (1915) e *Misere* (1919). Com referência as suas publicações na *Careta*, salienta:

Neste sentido, o melhor que ele produziu, - melhor e em muito maior quantidade - se encontra nas páginas da revista *Careta*, de que foi o principal redator durante 17 anos, e onde, além da crônica inicial, sempre assinada com seu próprio nome ou com o pseudônimo de Dierre Effe, se multiplicava em numerosas seções e notas avulsas.⁶³⁷

⁶³⁵ Informações biográficas disponíveis no site da Academia Brasileira de Letras. Cf.: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=292&sid=208> (acessado em 6 de fevereiro de 2014).

⁶³⁶ *Ibid.*

⁶³⁷ *Diretrizes*, 16 de julho de 1942, p. 13 e 22.

O terceiro nome que aparece nas crônicas é assinado pelo pseudônimo Micromegas. Quando se trata de pseudônimos há uma busca temporal na tentativa de reconhecê-los, porém, nem sempre é possível. Com a mesma dificuldade, Garcia menciona:

[...] que grande parte dos artigos veiculados ou não era assinada pelos autores ou era finalizada somente com iniciais ou pseudônimos, o que dificultou sobremaneira a identificação dos grupos intelectuais reunidos em torno da publicação no período estudado⁶³⁸.

Apesar de todo o esforço, não foi possível localizar quem ou quais pessoas poderiam estar por trás deste pseudônimo. O que de fato pode-se considerar é que suas crônicas possuem uma ênfase parecida com a dos cronistas acima, o que ao menos, nesse sentido, mostra uma química no direcionamento político-editorial da revista.

Cronistas ou caricaturistas, eles pertenciam ao grupo que, à sua maneira, buscavam interpretar o Brasil e suas narrativas da nacionalidade sobre seus enfoques de análises. Desenhos e palavras se complementam dentro do semanário, estabelecendo-se como uma fonte pertinente em nossa tentativa de descortinar a “questão de raça e cor” naqueles momentos.

Mesmo dedicando-se a outras atividades, estes caricaturistas e cronistas conseguiram dinamizar seus esforços nas revistas ilustradas na fusão do traço com o humor e, conseqüentemente, faziam parte da vivência da nação. Nelas, o Brasil foi exposto através do riso e expunham os problemas nacionais, que sob a roupagem da caricatura exibiam as contradições de um país e seus anseios como, por exemplo, qual seria sua “identidade”. Ainda no estudo de Saliba, “analisar a representação humorística da nacionalidade é explorar a enorme ambivalência da linguagem, em todas as suas formas, na construção de um discurso alternativo e de outras possíveis narrativas das nacionalidades”⁶³⁹.

São essas “outras possíveis narrativas das nacionalidades” que estamos buscando neste trabalho, pela qual a iconografia das caricaturas projeta importantes desdobramentos das teorias raciais, eugenia, e como “cor e raça” eram vistas dentro do processo de idealização nacional. Percebemos que “cada imaginação nacional, da mesma forma que produz a sua

⁶³⁸ GARCIA, Sheila do Nascimento. *Revista Careta: um estudo sobre humor visual no Estado Novo (1937–1945)*. *op.cit.*, p. 46. Fabiana Lopes da Cunha também colabora com a questão dos pseudônimos ao dizer que “O humorista, o literato e o caricaturista, também se escondiam atrás de pseudônimos, muitos deles se utilizavam de vários, e em geral se sentiam constrangidos ou tolhidos em sua produção. A dificuldade em serem reconhecidos profissionalmente ou deles mesmos se reconhecerem, fazia com que o rótulo imposto a eles pela sociedade colasse em suas faces como a 'máscara do palhaço e não havia meio de tirá-la'” (CUNHA, Fabiana Lopes da. *Caricaturas carnavalescas: carnaval e humor no Rio de Janeiro através da ótica das Revistas Ilustradas Fon-Fon! E Careta (1908-1921)*. *op.cit.*, p. 98).

⁶³⁹ *Ibid.*, p. 31.

própria narrativa, produz também sua peculiar representação humorística”⁶⁴⁰. Na exploração do humor nas caricaturas, Henri Bergson em seus escritos sobre o riso, esboça entre vários conceitos a causa do humor nos traços da caricatura, no processo em que o caricaturista capta um elemento e o amplia, pois “para que o exagero seja cômico, é preciso que apareça não como um fim, mas como um simples meio de que o desenhador se serve para tornar manifestas aos nossos olhos as contorções que ele vê esboçarem-se na natureza”⁶⁴¹. Esta insinuação que observamos nas caricaturas é categórica para compreender o jogo de “castas sociais” e o poder que diretamente ou indiretamente dominam suas relações.

Tomemos novamente o trabalho de Cunha para melhor ilustrar este argumento. Ao estudar o carnaval de 1909 e seus contrastes na sociedade, percebemos como a caricatura vinculada pelo periódico *Fon-Fon!* exerceu uma manifestação da realidade que o circundava. No debate que se trava, a autora nos mostra que o chefe de polícia do Rio de Janeiro, Sr. Alfredo Pinto, proibia o uso de fantasias indígenas pelos participantes dos carnavais. Sendo assim, a historiadora além de discutir o problema do comportamento e hábitos dos indígenas, que se queriam modificar, apresenta a tese de que a preocupação iria muito além dessa prerrogativa, pois se a fantasia fosse luxuosa e rica – típica das classes dominantes que tinham condições de investimentos - ela não teria problema de uso. O curioso é que a imagem retrata um negro, com um violão – instrumento visto como símbolo de vadiagem⁶⁴² -, na condição de pobreza, cantando a conhecida canção da época *Ó Raio, Ó Sol*. Isto para a autora demonstra na verdade que, “o que incomodava não era a fantasia e sim quem a portava e sua condição socioeconômica, já que ela aponta a questão de que se o traje for elegante, confeccionado por materiais caros, então seu uso era permitido”⁶⁴³.



⁶⁴⁰ SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. *op.cit.*, p. 31.

⁶⁴¹ BERGSON, Henri. *O Riso: ensaio sobre o significado do cômico*. *op.cit.*, p. 32.

⁶⁴² SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. *op.cit.*, p. 32.

⁶⁴³ CUNHA, Fabiana Lopes da. *Caricaturas carnavalescas: carnaval e humor no Rio de Janeiro através da ótica das Revistas Ilustradas Fon-Fon! E Careta (1908-1921)*. *op.cit.*, p. 172.

Ilustração 2. *Fon-Fon!*, 18 de fevereiro de 1909, Ano III, nº 8.⁶⁴⁴

Ao passo que Cunha retrata os conflitos e acontecimentos dos carnavais por meio das caricaturas, compreendem-se outras realidades que giram na interpretação dessa órbita social. O carnaval, para Herman Lima, era uma “festa caricatural por excelência [...]”⁶⁴⁵. Estes desenhos humorísticos assumem um papel inovador no sentido de uma análise crítica da sociedade que pertenciam. Sob a roupagem ilustrativa e alimentada pela tônica do humor acabaram ganhando a aprovação do público da revista.

O estudo de Maria Clementina Pereira da Cunha, *Ecos da Folia*, referencia a importância do carnaval na formação da sociedade brasileira na virada de século e, inclusive, traz caricaturas de periódicos como *O Malho*, *Careta*, *Fon-Fon!* e outras, que refletem a seriedade dessa manifestação cultural na sociabilidade da população, até mesmo com a presença negra.⁶⁴⁶ Para estes autores a visibilidade dos semanários da época se tornou um aporte necessário e pertinente para a investigação elucidando a visão da imprensa na festa popular.

A *Careta* utilizava deste recurso como meio ideológico de propagar seu material, pois não podemos tomar a conclusão errônea de que o semanário não possuía suas posições próprias acerca do mundo que retratava e esta seria uma característica do uso da caricatura, desenhar e ironizar. Ironizar a sociedade, a crítica, a figura de linguagem aplicada à imagem que desorganiza a sociedade que se “organiza”. Nesse ponto emprestamos as palavras de Chartier:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.⁶⁴⁷

A “questão racial” fará parte deste debate, afinal, ela estava no discurso da nação, era um “problema a ser resolvido”, assim como o índio. Com a disseminação cada vez maior das

⁶⁴⁴ Na imagem pode-se perceber o escárnio da situação e da atitude de Pinto retratada por meio da música do “negro violeiro” que canta: “A lei indica/ Que o índio cai/ O pinto fica/ E o índio sai/ Ó terra rica/ Que em leis se esvaia/ O índio fica/ E o pinto sai/ Ordens em bica/ Cantai! Cantai! / Pinto que fica/ Índio que sai/ Só de pelica/ De luvas vai/ Índio que fica/ Pinto que sai/ Fica ou não fica/ Sai ou não sai/ De roupa rica/ Índio pintai” (*Ibid.*).

⁶⁴⁵ LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil. op.cit.*, p. 514.

⁶⁴⁶ A autora diz que, “A presença negra no Carnaval carioca era, na maior parte das vezes, indissociável das diferentes brincadeiras do entrudo. Negros Ra muitos dos mascarados, os participantes dos zé-pereiras, os praticantes da guerra de água. Uma das formas do Carnaval popular, no entanto, aparecia nas ruas com caráter negro ou ‘africano’. Refiro-me aos grupos de cucumbis, presença antiga em festas públicas no país, que se tornam na segunda metade do século XIX” (CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da folia: uma história social do Carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 41).

⁶⁴⁷ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2ª. ed. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1988, p. 17.

teorias raciais, tanto no âmbito intelectual e político como no social, não tardou para que o negro fosse caricaturado atrelado às suas dificuldades e sua visibilidade nos conflitos sociais. É neste momento que enxergamos o que Garcia indaga como “percepção crítica sobre os períodos”. A carga ideológica reproduzida traz uma representação daquilo que se aspirava observar na sociedade para satirizar ou ironizar. A *Careta* representará para nós essa linha de análise. Um material elucidativo à guisa da compreensão da posição social da cor e raça, e como este será visto na sociedade em que participa. Nesse sentido, cabe uma referência a Saliba quando trata de imagens canônicas:

O choque ante uma imagem não-estereotipada pode ser revelador: às vezes, de imediato começamos a perceber como a imagem com a qual nos acostumamos - *a imagem canônica* - é coercitiva. Coercitiva porque nos impunha uma figura reproduzida infinitamente em série, tão infinitamente repetitiva que não mais nos provocava nenhuma estranheza, bloqueava nossa possibilidade de uma representação alternativa, ou seja, não nos levava mais a distinguir, a comparar - em suma, não nos levava mais *a pensar*”.⁶⁴⁸

A condição “racial” não deixou de permear inúmeros retratos do “povo brasileiro” na vida útil destes semanários⁶⁴⁹. Essa permanência da visão estereotipada da cor da pele percorrerá o século XX e também as páginas da *Careta*. Em 1924, por exemplo, nota-se nos traços de Storni a problemática da cor ao retratar o militante abolicionista Alcides Bahia:

⁶⁴⁸ SALIBA, Elias Thomé. *As imagens canônicas e a história. op.cit.*, p. 88. [Grifo do autor]. Sobre Emílio Menezes e seus livros de poesia *Mortalha* - Os deuses em ceroulas: “reúne sua produção de poemas em jornais do período de 1905-16, tem um total de 64 sonetos e poemas; desse total, 42 sonetos são dedicados a satirizar alguma pessoa, geralmente conhecida da época, porque eu a maior parte dos títulos continha as iniciais daquele que é objeto do poema” (*Ibid.*, p. 120).

⁶⁴⁹ Lembremos-nos da diatribe entre poeta parnasiano Emílio de Menezes com o professor Hemetério dos Santos. O segundo, um reconhecido professor negro, ao atacar o primeiro sofre um revide em *Mortalha* (1904), que expressa o humor muitas vezes voltado ao *ad hominem*. O trecho a seguir ilustra as ofensas onde a cor da pele é o símbolo da degradação: “No pedagogium de que é soberano/Diz que: - comigo a critica se lixe;/Sou o mais completo pedagogo urbano/*Pestalozzi genial pintado a piche!*” (MENEZES, 1904 apud SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso*: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio. *op.cit.*, p. 93). [Grifos nosso].



Ilustração 3. *Caretta*, 24 de maio de 1924, Ano XVII, nº 831.

- E “aquilo” o que é?
- É o Alcides Bahia, que foi reconhecido no escuro.

A caricatura acima representa o forte humor e recriação do negro no espaço social. Nele, Alcides Bahia só foi reconhecido por “estar no escuro”, ou seja, somente quando suas partes “brancas” foram visualizadas é que ele foi notado. O nome da ilustração, “quadro negro”, nos indica que o alvo nesse instante é a cor da pele de um “homem de cor”. Há também a possibilidade de analisarmos a tendência de satirizar o indivíduo negro, ao passo que se encontrava em um local escuro e só poderia ser identificada por meio de suas partes “brancas” que, neste caso, daria o contraste a toda a escuridão - inclusive sua cor -, para identificá-lo. A piada constante do negro, arraigada aos seus estereótipos culturais, percorreu diversos números da revista *Caretta*, permitindo a nós um exame da sua posição dentro do contexto social brasileiro. Esta sina do riso ilustrado como representação dos estereótipos é reforçada por Lustosa:

O humor, com sua força de comunicação impactante, tem neles uma rica fonte de inspiração. Se, por essa razão podemos pensar o humor como um elemento que confirma e reforça o preconceito, não podemos nunca esquecer que ele é também propulsor do riso e da confraternização. Ou seja: o humor divide ao acentuar a diferença e une ao provocar o riso de todos.⁶⁵⁰

⁶⁵⁰ LUSTOSA, Isabel. Apresentação. In: _____ (org.). *Imprensa, humor e caricatura: A questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 23.

As recorrentes representações do negro denotam as permanências desse contexto abrupto da qual ele pertencia no imaginário social. Diante da investigação que propomos, torna-se evidente a importância dos periódicos ilustrados neste início de século XX, principalmente aqueles que traduzem os conflitos e os momentos sociais por meios da iconografia, ou mais especificamente, a caricatura. Esta forma de humor gráfico que perdurará pelos anos seguintes persistirá na imprensa e, pelos seus traços apresentará uma possibilidade de olhar a “raça” e sua visão no país, assumindo ou não uma ideologia por seus editores. Certamente, é impossível não relatar o engajamento desses periódicos na cena política do período, por exemplo. Também seria ingenuidade acreditar na neutralidade destes editores. Nesse sentido, nos finais dos anos de 1920, eram comuns as caricaturas satirizando o até então presidente Washington Luís e sua maneira de gerenciar o país, bem como a surgimento de um novo governo que o sucedeu, o de Getúlio Vargas. Por esta relação política, pretendemos demonstrar a importância do estudo historiográfico, aliado às caricaturas do período que, como em um prognóstico, arrematava Lima:

O fato de ser a caricatura considerada elemento dos mais importantes para o historiador do futuro, pelo seu próprio caráter de espelho indisfarçado da realidade contemporânea, não precisa mais ser posto em relevo, desde que em todos os tempos, como vimos, se tem recorrido à obra gráfica desses Carlyles e Cantus do lápis, para se apreender o verdadeiro sentido de certos fatos de difícil compreensão para a posteridade.⁶⁵¹

O ano de 1930 é simbólico de rupturas e reconstruções da nação aos olhos daqueles que pensavam o Brasil como uma “República Velha” que precisava de algo “novo”. Após o período oligárquico, os novos administradores da nação acreditavam que deveriam tirar o Brasil daquele momento de anarquia coletiva que levou a degradação econômica.⁶⁵² Não é de se estranhar que anos mais tarde a adjetivação de “Novo”, para o Estado, representasse a tentativa de conceituar um rompimento definitivo de valores antigos, na ânsia de um progresso nacional aos moldes da ideologia getulista.

Nossa periodicidade compreende um contexto que pertinentemente tem grandes atores na abordagem historiográfica. Getúlio Vargas foi referência na história do Brasil do século XX, não só pelo tempo em que orquestrou o país, mas por todos os valores que se atrelaram a sua estadia como líder da nação. Por sua vez, a revista *Careta* desses anos de análise possuía um interessante enfoque, como por exemplo, a dualidade no humor das personagens presidenciais. Ao passo que Washington Luiz era satirizado, acreditava-se em Getúlio Vargas

⁶⁵¹ LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil. op.cit.*, p. 28.

⁶⁵² PANDOLFI, Dulce Chaves. *Da revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987, p. 1.

como o homem que reformularia a nação – e ele era desenhado, muitas vezes, sob esta roupagem. Entretanto, à medida que se consolida no poder e pela demora na elaboração de uma nova Constituição, traz à tona formas diferentes de discernirem sua figura política nas páginas do semanário. Garcia, que se debruçou sobre as caricaturas no Estado Novo, explica como suas caricaturas sobreviveram por tanto tempo sem censura na revista:

A estratégia utilizada para burlar o controle governamental teria sido a escolha de uma forma de representação que evitasse a satanização dele, mas investisse em um aspecto caricato lúdico, quase infantil, da figura baixinha, gorducha, sorridente e de olhos cerrados, geralmente acompanhada por seu fiel charuto.⁶⁵³

Esta estratégia possibilitou no Governo Provisório a figura de Vargas ser representada por meio das caricaturas, em consonância com os problemas políticos da época. A figura do ex-presidente é igualmente notória quando retratada pelo modelo de gerenciar a nação com características do chamado “populismo”⁶⁵⁴. Luiz Carlos Bresser-Pereira toma nota de Vargas como um estadista, pela visão que a crise de 1929 proporcionou para abrir as portas do Brasil para uma industrialização e assim, “completar sua revolução nacional capitalista”⁶⁵⁵. Pela mudança de postura à mercê de uma oligarquia exploratória travestida por um coronelismo ferrenho, Vargas foi um visionário quando o assunto era fortalecimento do Estado e ruptura das heranças de gerência econômicas e políticas – e principalmente cambiais - para o país.

No campo social e trabalhista, Vargas preocupou-se com a consolidação em atrelar o poder econômico com a industrialização, pois entendia que esta, somada à necessidade de uma classe trabalhadora e média, deveria ser representada por uma ação governamental forte e que permitisse garantias de um futuro país promissor. Assim sendo, o ano de 1930 possuiu vários elementos de análises ao tratar da Revolução de 1930 e todos os processos que culminaram na Era Vargas: sejam eles trabalhistas, industriais, econômicos, autoritários, etc. Este ano também simbolizava uma aproximação ainda maior com a possibilidade de pensar o homem não só pela antropologia física, mas suscitando debates sobre a condição social que ele estava inserido. Neste contexto, muitos dos debates das proposições raciais no Governo Vargas possuíram diálogos entre as estruturas que dominavam a posição do indivíduo na

⁶⁵³ GARCIA, Sheila do Nascimento. *Revista Careta: um estudo sobre humor visual no Estado Novo (1937–1945)*. *op.cit.*, p. 83.

⁶⁵⁴ Vale notar que “embora Vargas acrescentasse a sua caixa de ferramentas políticas, nunca permitiu que sua política trabalhista pusesse em risco os fortes laços que o ligavam a grupos mais ‘respeitáveis’, ou seja, aos políticos profissionais, líderes do comércio e da indústria, militares e funcionários do governo”. (WIRTH, 1970 apud BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Getúlio Vargas: o estadista, a nação e a democracia*. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. (orgs.). *A era Vargas: Desenvolvimento, economia e sociedade*. São Paulo: Editora UNESP, 2012, p. 106).

⁶⁵⁵ *Ibid.*, p. 98.

sociedade, tanto dos que ainda consideravam a “questão racial” como fator “degenerativo”, quanto aqueles que viam os problemas da sua população nas querelas das desigualdades sociais e educacionais.

O “problema racial” era contemporâneo ao Governo Provisório, mas agora ele passava a ser visto sob um novo prisma de “homogeneidade”, em que independente de considerarem ou não o atraso das “raças”, o tema deveria ser observado sob a autoridade do Estado, e tanto o negro, mestiço e o oriental faziam parte deste leque. Não estamos dizendo com isso que cor e raça ganharam seu *status* de igualdade. Sob a ótica do progresso evolucionista que ainda permaneceria e até mesmo nas lições de eugenia, que continuavam em voga, o que se percebe neste novo governo é uma preocupação político-econômica da nação. A “questão racial” não giraria sob o viés exclusivamente “racial”, mas os interesses econômicos para o país seriam peça-chave para a compreensão deste processo. Quando Vargas debruçou-se para compreender as necessidades dos trabalhadores em prol da industrialização percebe-se a *comunidade imaginada* que se postula ao molde de um ideal nacional e, no caso, da cultura mestiça que “despontava como representação oficial da nação”⁶⁵⁶. Assim, cor e raça seriam olhadas através de perspectivas até então pouco visualizadas, mas que não podem ser interpretadas como uma guinada de direitos adquiridos ou mudanças bruscas dos preconceitos sociais.

O que se viu foi a ambiguidade que emergia neste cenário político e cultural em transformação, onde havia a necessidade em dar atenção e valorização do interno para uma consolidação da *comunidade imaginada*, ao passo que dentro dela ainda houvesse entrelaçado valores de estereótipos culturais que enxergassem a “questão racial” sob a tutela da eugenia, branqueamento e um negativismo de cor e raça que seriam responsáveis pelo “atraso brasileiro”. *Careta* traz em suas páginas quase que, semanalmente, os conflitos desse novo governo com o social que o cercava. Mudanças de sujeitos históricos, propostas de constituição, “raça”, trabalho, pobreza, tudo estava à mercê nas abordagens da revista, sempre, é claro, com sua irreverência característica. A seguir, nossas fontes nos permitirão adentrar mais rigorosamente nesta discussão.

2. “STANDARTIZANDO” O “TIPO NACIONAL”.

Mesmo na massa inculta da plebe existe o desejo do aperfeiçoamento racial, senão como fenômeno de consciência, ao menos como reflexo instintivo de amor a prole.

⁶⁵⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012, p. 47.

RENATO KEHL.⁶⁵⁷

É como num tablado de jogo das Damas, separa os brancos e os pretos e diz com solenidade: branco com branco, preto com preto.

PROF. LUIZ L. SILVA.⁶⁵⁸

A comicidade do semanário *Careta* possibilita uma investigação dos contrastes sociais que dialogavam nas cenas cotidianas e políticas, e que refletiu na concepção de uma sociedade complexa nas suas negociações sociais. Além das suas variedades, *Careta* possuía um espaço de comunhão política onde retratou seja por crônicas, textos, caricaturas ou piadas curtas, as contradições dos governos vigentes nas épocas de suas publicações. Getúlio Vargas, que no seu primeiro ciclo de governo durou de 1930 a 1934, foi um personagem constante nos números do semanário neste período. Garcia ao fazer “um estudo sobre o humor visual no Estado Novo”, utilizou as capas da *Careta* como fonte para perceber a conjuntura daquele governo autoritário. Para ela, seu estudo permitiu, à luz de uma reflexão histórica, identificar nas caricaturas:

Suas imagens, mais que simplesmente reprodução de discursos ou notícias de eventos, correspondem a olhares singulares de um grupo sobre seu tempo. Além do riso ligeiro, esses discursos imagéticos continham sementes lançadas aos leitores: uma percepção crítica da realidade, aliada ao humor derrisório, reflexivo. Tais premissas nortearam a investigação, implicando na opção metodológica de recusar “receitas prontas” para a compreensão dos desenhos de humor e de investigá-los a partir de suas múltiplas possibilidades de leitura.⁶⁵⁹

Estas múltiplas possibilidades de leitura serão nosso foco na tentativa de compreender o lugar do negro em um semanário que tem arraigado em suas páginas as sequelas do retrato social sob uma perspectiva que aborda seu retrato negativista. Nesta investigação, elegemos a periodicidade de 1930-1934 não somente pelo seu caráter simbólico na mudança política do cenário brasileiro, mas também na tentativa de identificar um período que mesmo com uma transição de formas de governos distintos, a eugenia permaneceu com um espaço de visibilidade e fazia parte do complexo jogo das “questões raciais” que estavam intrinsecamente ligadas no imaginário social. É admissível refletir esse discurso que se construía logo nos primeiros meses de 1930, no texto assinado pelo pseudônimo Micromegas.⁶⁶⁰ No dia 1º de fevereiro daquele ano, o autor sugere esta complicada discussão sob o título “A nossa cor”⁶⁶¹:

⁶⁵⁷ KEHL, Renato. *Lições de Eugenia. op.cit.*, p. 146.

⁶⁵⁸ *Boletim de Eugenia*, Ano. 3, n. 30, 1931, p. 3-4. Referente ao tópico “Cruzamento do Branco com o Preto”.

⁶⁵⁹ GARCIA, Sheila do Nascimento. *Revista Careta: um estudo sobre humor visual no Estado Novo (1937–1945). op.cit.*, p. 206.

⁶⁶⁰ Quando se trata de pseudônimos há uma busca temporal na tentativa de reconhecê-los, porém nem sempre é possível, como observou Garcia em sua pesquisa: “A esse respeito, vale mencionar que grande parte dos artigos

É sempre motivo de indignação para os que escrevem nos jornais (porque os que não escrevem não podem manifestar-se) o fato de qualquer estrangeiro, em livro, em artigo de imprensa ou em entrevista atribuir-nos qualquer cor que não seja puramente caucasiana.

Essa indignação é evidentemente pueril. Se todos os estrangeiros que escrevem ou falam a nosso respeito afirmassem que a grande maioria da população brasileira é composta de gente clara e loura, nós devíamos tomar a coisa como deboche. Se, como muitas vezes sucede, os camaradas carregam demais na cor, devemos ter paciência.

Já passou em julgado que a população brasileira tem sangue de três raças: o branco, o índio e o negro. As proporções desses três ingredientes têm variado no decurso de quatro séculos, minguando cada vez mais o contingente branco. É claro, claríssimo, portanto, que um dia viremos a ser absolutamente brancos, talvez mesmo loiros lá pelo extremo sul.

É também opinião corrente que devemos preferir esse lento caminhar para a brancura á segregação do elemento preto, como nos Estados Unidos, onde isso é como uma nuvem tempestuosa que se avoluma sem cessar, escurecendo o futuro.

Se fosse possível, na república norte-americana, misturar subitamente as raças, a cor resultante talvez não fosse muito mais branca do que a nossa.

Os americanos timbram, porém, em vão, misturar o café com o leite (a não ser muito clandestinamente) e de certo tempo para cá fecharam a porta aos amarelos e só abrem anualmente uma frestinha aos reconhecidamente brancos.

Nós temos adotado uma política imigratória diametralmente oposta: tudo que entra é simpático.

Certamente, não será possível prosseguirmos em semelhante política indefinidamente. Enquanto a população é de quarenta milhões de quilômetros quadrados: quando for mesmo de sessenta milhões, ainda poderemos ser liberais. Depois, será indispensável dosar as entradas, filtrar as cores.

Não nos zanguemos com o epíteto de mestiço, que na verdade somos. É uma verdade que aparece, a despeito de toda a propaganda que grita lá fora a nossa imaculada brancura; donde se conclui que a propaganda só é eficaz quando apregoa a verdade, com uma pequena tolerância de exagero.

Os americanos do norte certamente não manda apregoar na Europa que têm dinheiro á ufa, que têm mais estradas de ferro que toda a Europa e que possuem os prédios mais altos do mundo. Como essas coisas são verdadeiras toda gente as conhece.

Nós, enquanto perdemos tempo e dinheiro querendo convencer o mundo que aqui dentro todos são brancos, deixamos de tratar de fazer o café brasileiro aparecer nos outros países como procedente do Brasil e não de Costa Rica ou da Arábia. E isso talvez seja fácil porque é uma verdade verdadeira de verdade.

Há uma afirmação otimista que frequentemente se faz do Brasil e que é verdadeira: a das suas possibilidades; disso, porém, não há grande necessidade fazermos propaganda, porque há muita gente com dinheiro que procura descobrir possibilidades e sabem onde elas podem existir.

Coisas que nos poderia ser muito útil, e deveríamos procurar conseguir mesmo por alto preço, é arrolhar os cabotinos que fazem a América, onde colhem dados apreciadíssimos para escrever livros e artigos ou para fazer conferências se utilizado daqueles e destas como veículos de asneiras de todo quilate.

Confiscar essas publicações mesmo a troco de bom dinheiro valia a pena.

A propaganda intempestiva é contraproducente, como sucedeu à do turismo, logo seguida, por uma feroz ironia do acaso, de um surto de febre amarela.

Quando nós tivemos dose suficiente de brancura, juízo, ordem, dinheiro, conforto, salubridade, cultura e outras coisas que são sugadas pelas raízes de uma planta chamada Civilização, o mundo verá tudo isso. Até lá, silêncio.

veiculados ou não era assinada pelos autores ou era finalizada somente com iniciais ou pseudônimos, o que dificultou sobremaneira a identificação dos grupos intelectuais reunidos em torno da publicação no período estudado” (*Ibid.*, p. 46).

⁶⁶¹ *Careta*, 1 de fevereiro de 1930 ano XXIII, nº 1128.

Quando a gente encontra um reclamista berrante e apalhaçado a porta de uma loja, suspeita de que a casa é mambembe.

A extensão dessa fonte é concomitante com a riqueza que ela possui para nossa observação no trato do debate racial do Brasil. De princípio, é possível compreender que logo no começo da década de 1930 as influências das “questões raciais” e eugênicas tinham um amplo espaço de diálogo, não somente no meio acadêmico, mas nos periódicos. Estas problemáticas que surgiam impostas pelo “problema da cor e raça” eram condizentes com o momento social que se vivia no país.

A tentativa de “branquear” o Brasil ganhava visibilidade no texto em que traz uma dualidade crítica indagada por Micromegas. Ou seja, se todos sabiam que o Brasil era composto por “três raças”, portanto, não seria mais importante preocupar-se com problemas sociais e econômicos do que apenas a preocupação em elevar o Brasil a um povo de pele branca? Certo é que a crença de um povo branco, guiado por um controle “matrimonial”, como estabelece Micromegas nos Estados Unidos na frase: “Os americanos timbram, porém, em vão, misturar o café com o leite (a não ser muito clandestinamente)” reflete na tentativa deste país em cessar o contingente negro dentro do seu território, uma prática de cunho eugênico que no Brasil, com Renato Kehl, estava sendo aplaudida com o mesmo nome de “controle matrimonial”. Ora, não foi justamente em *Lições de Eugenia* que Kehl iria dizer que “Só motivos acidentais ou aberrações mórbidas fazem um branco se unir com uma negra”⁶⁶².

Esta situação não se traduz apenas na visão eugenista de Kehl. No *Boletim de Eugenia*, de junho de 1931, temos a publicação do professor Luiz L. Silva da Faculdade de Farmácia e de Odontologia de Santos, com um tópico chamativo para esta abordagem: *Cruzamento do branco com o preto*. Entre outras, ele reproduz o discurso das diferenças cefálicas e físicas entre as cores e projeta que cada elemento deve seguir o cruzamento com sua “raça”. Com efeito, o início do texto responde toda a indagação do professor: “É razoável o casamento do branco com o preto? Não, absolutamente não. E ainda mais, nem razoável nem decente”⁶⁶³. A visão da união matrimonial das “raças” era parte integrante de projetos de teóricos raciais e eugenistas de longa data.

Micromegas escreve este artigo no ano seguinte ao Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, em um momento em que a eugenia “negativa” de Kehl tornava-se mais proeminente.

⁶⁶² KEHL, Renato. *Lições de Eugenia. op.cit.*, p. 13.

⁶⁶³ *Boletim de Eugenia*, Ano. 3, n. 30, 1931, p. 3.

Sendo assim, possuía uma percepção que o insere no discurso em tempo real dos problemas que se avolumavam no processo eugênico no Brasil, entre eles, a imigração e a “raça”.

O texto, situado em um momento inicial de 1930, abrange quase que toda a nossa abordagem e nos serve como introdutório nesta etapa de verificação das fontes. A discussão sobre “branquear”, “mestiço”, “negro”, “controles raciais no matrimônio”, “raça e imigração”, “problemas políticos e econômicos vinculados com a ideia racial” fazem parte de uma gama de palavras-chave que são o arcabouço do nosso estudo complacente às caricaturas e às teses eugênicas que procuravam se propagandear no Brasil.

A almejada identidade perpassava por problemas que estavam vigentes e precisavam ser resolvidos na sociedade como apontou Micromegas: “Quando nós tivemos dose suficiente de brancura, juízo, ordem, dinheiro, conforto, salubridade, cultura e outras coisas que são sugadas pelas raízes de uma planta chamada Civilização, o mundo verá tudo isso”. Um conjunto de elementos que trazem a problemática da análise “racial”, somado aos conflitos sociais, como o “dinheiro” em contraponto a posição econômica que o Brasil desencadeava pelas dificuldades econômicas do café, a “salubridade” – e aí sim, aquela ação eugenista e higienista que vai percorrer o imaginário de médicos e intelectuais ao longo de toda a “discussão racial” -, tudo isso em sintonia com a almejada compreensão de “civilização”. Esta é a caça interna da cor relacionada à nacionalidade, e será um assunto que o Governo Vargas tentará dinamizar dentro das suas possibilidades de ação.

De fato, uma vertente não sincronizada às teses deterministas e da antropologia física começava a se esboçar com mais proeminência nesta época, mas seria um erro acreditar que ela condicionará um discurso hegemônico na revalorização do olhar da sociedade avessa aos critérios “raciais” deterministas, para refletir sobre a nação. Mostramos no capítulo anterior que o debate tornou-se ainda mais acirrado na década de 1930. A segunda metade deste decênio certamente reservou um agravante da leitura “racial”, não por acaso, como aponta Skidmore, em outubro de 1935:

Doze intelectuais brasileiros dos mais conhecidos, inclusive Roquette Pinto, Artur Ramos e Gilberto Freire, preocuparam-se a ponto de lançar, em outubro de 1935, um “manifesto contra o preconceito racial”, no qual advertiam que “a transplantação de ideias racistas e, sobretudo, dos seus corolários políticos e sociais”, constitui risco particularmente grave num país como o Brasil “cuja formação étnica é acentuadamente heterogênea”. Anunciaram que tais “perversões de ideias científicas” baseadas em “fantasias e mitos pseudocientíficos”, criariam no Brasil “perigos imprevisíveis, comprometendo a coesão nacional e ameaçando o futuro da nossa pátria.”⁶⁶⁴

⁶⁶⁴ SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. op.cit.*, p. 225.

A eugenia, que até anos antes estava atrelada para alguns como sinônimo de “saneamento hereditário” e legitimada em um *status* científico como ciência, elevando Renato Kehl como um ícone da eugenia e respeitado no meio médico, se dividia cada vez mais nas várias interpretações do seu conceito aplicável no país. As estruturas que pautavam as diferenças entre “tipos” ou “raças” não se apoiavam somente nas discussões internacionais, mas a própria sociedade brasileira em seus vários níveis sociais se apegava nas ideologias racistas para regular-se dentro das normas dos preconceitos “raciais” na nação.

O texto de Micromegas data 1930, porém o assunto referente à eugenia, “raça” e imigração parecia ser uma constante no período, principalmente na discussão do chamado “tipo racial”:



Ilustração 4. *Careta*, 4 de abril de 1931, Ano XXIV, nº 1.189.

A standartização do tipo nacional.
 Tomemos vários tipos coloridos originários de raças estrangeiras.
 Agita-se tudo isso bem agitado!
 E teremos o tipo étnico! O tipo standard! O almejado tipo padrão!

Do mesmo modo, a ilustração 4 esbarra em um dos pontos principais de discussão, ou seja, qual seria então o “padrão étnico” do povo brasileiro? Este *Standard* acarreta o jogo de palavras que complementam a caricatura e que expõe o brasileiro como uma “coqueteleira de raças”, onde não havia um único “tipo”, mas vários. Além disso, estes “tipos” estariam todos

misturados formando um novo “tipo híbrido”. Na caricatura, o resultado final do brasileiro seria a personagem à direita, disforme, com uma planta na mão embaixo de uma árvore. Cabe a indagação: seria assim que estes teóricos brasileiros que acreditavam nas teorias raciais se viam ou queriam se distanciar? A representação cômica do brasileiro assimétrico aponta aquilo que os eugenistas mais condenavam, a mistura como sinônimo de degeneração, pois o nosso “tipo padrão” seria esta miscelânea da qual cada parte do corpo representaria uma “raça”. Ou ainda, simbolizaria um povo que, no Brasil, teria como tendência sua junção em um grande *cocktail* da miscigenação.

Na caricatura temos personalidades políticas e intelectuais do cenário nacional, a saber, Lindolfo Collor, José Maria Whitaker, Miguel Costa, Evaristo de Moraes, João Pandiá Calogeras, Juarez Távora, Carlos Saldanha da Gama Chevalier, José Bonifácio, Augusto de Lima. Dentre esses, podemos citar a participação de Evaristo de Moraes no Ministério do Trabalho de Getúlio Vargas e José Maria Whitacker, que ocupou o cargo de Ministro da Fazenda por duas vezes no início do Governo Provisório e no Governo de João Café Filho, em 1955. Sobretudo, a caricatura satiriza a variação da nossa própria “identidade racial” a partir de intelectuais e políticos.

O deputado de São Paulo, Teotônio Monteiro Barros (1901-1974), ao participar da discussão dos “tipos raciais” ponderaria que a questão étnica brasileira necessitava de controle, “especialmente as de caráter eugênico e educacional”⁶⁶⁵. Na condução dos melhores “tipos” para o Brasil, o deputado enxergava o “ramo ariano sul europeu” e as do “ramo dólico-loiros” como assimiláveis. No extremo oposto estariam os amarelos como “inassimiláveis”⁶⁶⁶. Sendo assim, como notou Geraldo:

O deputado utilizou como exemplo a preocupação da Alemanha hitlerista e da Itália fascista com a questão racial. Inspirado nos caminhos que vinham sendo traçados por essas nações, o Brasil deveria evitar o perigo de formação de minorias étnicas, além do que essa imigração indesejável poderia “retardar de muito a formação do nosso tipo *standard* racial”.⁶⁶⁷

Este emblema da “mistura racial” para o “tipo” brasileiro não agradava os eugenistas, afinal, em suas concepções, o que era considerado como padrão era aquilo que mais se aproximava da pureza para propagarem os “talentos hereditários” aos mais próximos possíveis. Oliveira Vianna, um dos que disseminavam as notas de eugenia, argumentava que a caracterização da “mistura racial” não ocasionaria vantagens, pois na miscigenação a “raça”

⁶⁶⁵ GERALDO, Endrica. *O “perigo alienígena”*: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945). *op.cit.*, p. 84.

⁶⁶⁶ *Ibid.*

⁶⁶⁷ *Ibid.*

poderia degenerar-se ainda mais. Sendo assim, a fuga de compreender o Brasil como apresentando “vários tipos” se tornaria uma vertente consolidada do meio eugenista. Vianna explica:

Essa desambição natural do índio e essa mediocridade ingênita do negro se transmitem aos seus mestiços, daí a extrema sobriedade das nossas populações mestiças. Curibocas, cafuzos, mulatos, todos, com exceção de uma pequena minoria de eugênicos, vivem a mesma vida dos seus ancestrais, satisfeitos na sua miséria, contentes na sua parcimônia e incapazes de realizar, espontaneamente, o mais leve esforço para melhorar o teor da sua existência miserável. Essa ausência de estímulos de melhoria na sua psique fá-los elementos inertes e improgressivos, forças negativas, que dificultam e retardam o movimento ascensional da nossa massa social para a riqueza e para a civilização.⁶⁶⁸

A fala de Vianna relaciona-se com o cunho idealista do que entendia por “civilização”, pois era preciso ter a ânsia em ser “civilizado” e, neste caso, o elemento mestiço, negro e indígena, diante do seu passado, ainda possuíam resquícios da “falta de progresso”. Este seria um sintoma para alguns intelectuais característicos dessas civilizações “inferiores”, em que não se importariam com a “vontade progressista” que idealizavam as nações contemporâneas. A acepção de que as chamadas “raças inferiores” conservariam a inércia do “progresso” dos seus ancestrais pode ser constatada desde Nina Rodrigues, quando expôs que o espírito criminoso do negro seria advindo da composição de sua sociedade e de sua prematura e infantil moralidade.⁶⁶⁹

A ilustração 4, oferece diferentes “tipo físicos” que preenchem a “coqueteleira brasileira”. Não por acaso, do lado esquerdo da imagem, doze “padrões raciais” podem ser notados. Desse modo, há o negro, o asiático, formas físicas variadas tal qual o nariz, cabelos e olhos, onde todos eles são ingredientes de “raças estrangeiras” que resultariam no “almejado tipo padrão”. Em outras palavras, os próprios retratados seriam um exemplo de mestiçagem. O resultado disforme estabelece para nós as linhas gerais do mestiço “degenerado”, afinal, a caricatura deste “tipo nacional” tem a tendência a uma monstruosidade e fealdade com resultado da “mistura racial”, algo defensável pelos idealistas raciais que propagavam que cada “tipo humano” deveria cruzar-se com sua respectiva “espécie”.

Kehl, por sua vez, mostrou-se veemente contra o “cocktail racial” e, em várias ocasiões, referiu-se aos problemas da nacionalidade brasileira como sendo derivados da miscigenação que se descontrolava no Brasil. O termo “*standardização*”, inclusive, é dito

⁶⁶⁸ VIANNA, Oliveira. *O typo brasileiro: seus elementos formadores*. In: *Dicionário, Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB, v. 1, 1922, p. 287.

⁶⁶⁹ RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os africanos no Brasil*. *op.cit.*, p. 112.

por Kehl em *Aparas eugênicas: Sexo e Civilização*: “a estandardização humana será, pois, fatal, embora num futuro mais ou menos remoto. Caminhamos para isso”⁶⁷⁰.

Aludindo a este *cocktail* como uma “oficina gentium”, o Brasil representava “um grande laboratório de elementos diversos e “dentro dele terá de se operar por muito tempo um grande metabolismo racial, com a assimilação de uns e a desassimilação de outros”⁶⁷¹. Mas para Kehl, a solução encontra-se no parágrafo seguinte, onde a saída para este mal laboratorial que representaria o Brasil estaria nas mãos do homem “branco”. Ele seria responsável pela melhoria e o progresso nacional, mesmo com os percalços das outras “raças”:

Dessa química complexa e morosa resultará, daqui a alguns séculos apesar dos prejuízos acarretados à raça branca, uma nacionalidade melhor caracterizada, um povo forte e varonil que, talvez, se emparelhará dignamente, com os melhores aquinhoados.⁶⁷²

Seja através dos nomes “*cocktail*”, “oficina”, “laboratório” ou “química”, o que percebemos é a influência da “mistura racial” e da preocupação eugênica entre os debates da hereditariedade e a vinculação de idealizar o pensamento nacional por meio de uma “raça única”. Podemos imaginar a contradição que esta caricatura teria para os ideais eugênicos de Kehl. Certamente, concordaria que a mistura geraria um “tipo disforme e degenerado”, mas também discordaria de que a representação do brasileiro seria este mesmo “almejado tipo nacional”. Este, para ele, era o “tipo” a ser evitado com a aplicação da eugenia.

A caricatura seguinte esboça que o próprio termo “eugenia” não estaria reservado apenas ao círculo médico intelectual e permaneceria também representado na memória social, fazendo parte do vocábulo popular como sinônimo de melhoria hereditária. Atrelado nesta ilustração da *Careta* percebe-se que o termo era compreendido na sociedade:

⁶⁷⁰ KEHL, Renato. *Aparas eugênicas: Sexo e Civilização*. *op.cit.*, p. 254.

⁶⁷¹ KEHL, Renato. *Lições de Eugenia*. *op.cit.*, p. 188.

⁶⁷² *Ibid.*



Ilustração 5. *Careta*, 21 de março de 1931, Ano XXIV, nº 1.187.

É preciso também se cuidar da eugenia da raça. No Brasil até os imbecis são os caras inteligentes!

As informações não nos permitem identificar quem seriam os “imbecis” a quem a personagem estaria se referindo, porém, a utilização do conceito de eugenia para “cuidar da eugenia da raça” enfatiza como as personagens que são referências do contingente social articulavam a ideia eugênica dentro do seu contexto no diálogo. Tal pensamento pode ser trabalhado se notarmos que as personagens referem-se que, no Brasil, até os “imbecis” se passariam por inteligentes.

O “Brasil Novo”, título da caricatura, reflete um tema abordado frequentemente nas caricaturas e nos textos de *Careta* sobre a mudança dos regimes políticos e a esperança de um novo Brasil com Getúlio Vargas. Por vezes, Vargas é figurado como um agente de transformação social e um admirável líder político. Compreendemos nossa análise em consonância com Garcia, da qual Vargas, nesse início dos anos de 1930, era “nas entrelinhas das mensagens, objetivava-se representar a imagem de Vargas como o símbolo máximo da coletividade”⁶⁷³.

Assim, para os entusiastas da eugenia como Renato Kehl, que nesse momento voltava-se a admirar a chamada “eugenia negativa”, a sociedade se encontrava como um organismo

⁶⁷³ GARCIA, Sheila do Nascimento. *Revista Careta: um estudo sobre humor visual no Estado Novo (1937–1945)*. *op.cit.*, p. 16.

doente e necessitando de medidas mais draconianas. Talvez, para ele, com o novo governo que surgia, suas aplicações poderiam finalmente se transformar em leis. Na caricatura em pauta, ao dizer que “no Brasil até os imbecis são os caras inteligentes!”, sinaliza que esta visão de Kehl entre “bem dotados” perante os “degenerados” era um discurso conhecido no meio social para outras proposições fora do âmbito das teorias raciais. O diálogo entre as personagens pode sugerir a referência a agentes políticos ou mesmo a elementos da população. O que nos interessa é a condição do termo “eugenia”, que é elevado no discurso de populares para fragmentar e separar aqueles que precisam da “cura da raça”, onde o componente espacial “Brasil” é o foco da condição eugênica das personagens.

A eugenia estava vinculada as “questões raciais” e, mais ainda, discutida em um país como Brasil dotado da pluralidade de “tipos humanos”. Implantada neste amplo debate, os anos de 1930 representaram uma revalorização do discurso oficial do termo “raça” em prol do nacionalismo, o que é inversamente proporcional a uma amnésia do discurso eugênico no organismo social brasileiro. Neste sentido, Schwarcz considera que o “‘mestiço vira nacional’, ao lado de um processo de desafricanização de vários elementos culturais, simbolicamente clareados”⁶⁷⁴. Na *Careta*, em 3 de setembro de 1932, Peregrino Junior escreve na coluna *Block-Notes* um sugestivo texto denominado *Black and White...*, que baliza este momento de balancear entre o valor do negro e do mestiço no cenário nacional, perante a visão “degenerada” e “não civilizada” que carregava o Brasil pela dádiva desses elementos na nação. Sendo assim, acompanharemos este texto:

Evidentemente no Brasil não há preconceitos de raças. Em todo caso, há muita gente que gosta de fazer praça dos seus brasões e há também pessoas imprudentes que falam dos nossos negros e mulatos com uma superioridade desprezadora. Uns e outros têm, porém, contra si uma coisa terrível: o ridículo. Porque a verdade é que o Brasil não leva a sério os pruridos nobiliárquicos desses “brancos” de carregação. É difícil, no caos étnico da nossa sub-raça, apurar com rigor as gotas de “sangue azul” que correm nas veias das pessoas importantes que possuem brasões e empáfia... O melhor é que no meio desses brancos de brasões suspeitos e pele precária, aparece cada sujeito gozado!...

O Sr. Alberto Rangel, por exemplo. Exemplar admirável de branco, o Sr Alberto Rangel não gosta de mulatos. Há pouco, publicou mesmo, em Paris, um artigo turgido de indignação e cólera contra o “mulatismo nacional”. O Sr Alberto Rangel vê mulatismo em tudo, no Brasil, na nossa história, nas nossas artes, na nossa política. E atira-se, cheio de cólera sagrada, contra os mulatos que comprometem com o seu cabelo e seu pigmento a dignidade dos brasões e da brancura da nobreza brasileira...

Realmente no Brasil há mulatos. É fato. Ninguém pode negar. O que é curioso, porém, é que esses mulatos se encontram até mesmo entre os indivíduos de epiderme mais branca... É que aquilo que caracteriza o mulato, entre nós não é tanto o pigmento da pele, mas principalmente o caráter e a inteligência. O mulato não é

⁶⁷⁴SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira. op.cit.*, p. 58.

como muita gente pensa, um tipo racial, é um tipo moral. É a espécie mais curioso e característico da subcultura brasileira. O mulato é pernóstico e sestroso. É metido a sabichão. Fala difícil e escreve empolado. É o tipo do sujeito pau.⁶⁷⁵

Primeiramente, há uma crítica de Peregrino ao escritor Alberto Rangel, no que tange à ressignificação do “mulato” no espaço social. O excerto contribui para repensar o debate sobre “raças” nos anos de 1930. A crítica se fundamenta na acusação contra Rangel, de considerar o Brasil como um povo “racialmente degenerado” pela “mulatização” e culpados pela miscigenação da “raça branca”. A ironia do cronista em relação ao “sangue azul” e “o melhor é que no meio desses brancos de brasões suspeitos e pele precária, aparece cada sujeito gozado”, faz referência ao próprio Rangel como associado a este “mulatismo” que é defendido na coluna. Dessa maneira, o esforço de Peregrino está em compreender o Brasil sobre o prisma da mistura dos povos, e que “aquilo que caracteriza o mulato, entre nós não é tanto o pigmento da pele, mas principalmente o caráter e a inteligência”.

Essa tentativa de Rangel em “eugenizar” o mulato, culpando-o pela condição do Brasil e enaltecendo os “brasões da brancura”, não ganharam unanimidade no início de 1930, justamente pelo esforço de revitalização nacional, algo que se confirmará em 1939, com a criação no Governo Vargas do “Dia da Raça”, uma criação para “exaltar a tolerância de nossa sociedade”⁶⁷⁶. Ainda no texto, Peregrino sentencia Rangel como um legítimo mulato, e recorda de homens de pele miscigenada como Machado de Assis e Lima Barreto:

O Sr. Ribeiro Couto, com uma fina malícia subtil de gente branca, fez a propósito uma observação curiosa escrevendo, “ninguém no Brasil é mais mulato que o próprio Sr. Alberto Rangel...” De resto, acrescenta o autor de “Cabocla” de um modo geral, os “mulatos” quando escrevem ficam “brancos” (Machado de Assis, Lima Barreto). Contrariamente, muitos “brancos” ficam “mulatos” – falando difícil – ao terem de exprimir as menores coisas por escrito. É o caso do Sr. Alberto Rangel, expoente autêntico do “mulatismo” nacional apesar do “sangue azul” que lhe corre nas veias...⁶⁷⁷

Outras informações contribuem para pensar o negro na posição social do Brasil que, como aponta Peregrino Junior, sua condição de cor era ignorada quando outros fatores socioeconômicos eram postos à prova. No caso de Machado de Assis ou Lima Barreto, parecia não haver problemas de não serem brancos. Peregrino, ao citar Ribeiro Couto, que viria a ser, em 1934, membro da Academia Brasileira de Letras, elucida que parte da intelectualidade da época concordava com a quebra do paradigma racial e a uma nova

⁶⁷⁵ *Careta*, 3 de setembro de 1932, Ano XXV, nº 1.263. Assinado por Pelegrino Junior.

⁶⁷⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. *op.cit.*, p. 59.

⁶⁷⁷ *Careta*, 3 de setembro de 1932, Ano XXV, nº 1.263. Assinado por Pelegrino Junior.

significação do sentido de “pertencer à nação” assimilando a cultura negra e mestiça em uma massa uniforme da nacionalidade brasileira.

Um pouco antes, em 21 de novembro de 1931, na coluna “*Looping the Loop: por dizer; por escrever*”, D. Ribeiro Filho pensaria o Jeca de maneira semelhante na contramão daquilo que se acreditava negativamente do brasileiro no exterior. Neste texto, o autor constrói sua argumentação embasada no “Jeca Tatu”, ou seja, a representação do “povo brasileiro”, que segundo ele, teria orgulho de ser como é:

Jeca reage. Jeca é nobre e sábio. É por ele que o Brasil existirá um dia, não muito remoto, quando a falência da civilização ocidental matar pela fome e pela guerra as desgraçadas gerações que se entregaram cega ou ambiciosamente as mãos rapaces e sinistras dos se dizendo homens superiores do mundo (...).

Entre os nossos Jecas não há homens superiores; cada um deles é um centro vivo de resistência indiana, invencível a proliferação das vezanias agudas que descolaram e desfiguraram a risonha e atraente imagem da existência dialética e dionisíaca gravada em todos os cérebros virgens e em todos os corações primaveris.

As várias raças que o sopro dos grandes infortúnios sociais atiraram no nosso continente criaram por seleção natural o seu tipo naturista onde se depositam as reservas de muitas vidas puras, incompatíveis com as ficções dos renegados inventores de deuses, de reis, de gênios e outras fórmulas mentais de conseguir o pão com o suor do rosto alheio.

Os homens da chamada sub-raça brasileira, o negróide, o mameluco, o criolóide, o cafuzo, todas as levas de ignorados íncolas do sertão inclemente sorriem e se recusam a colaborar na rápida e na alienação de estadistas, de missionários, de civilizadores.⁶⁷⁸

Por este aspecto, compreendemos que cor e raça, assim como o sertanejo, eram cada vez mais tomadas por um discurso de defesa ao “homem brasileiro” de um contingente intelectual da sociedade. O “Jeca Tatu”, visto pelo movimento eugênico como um “doente” que precisava regenerar, agora ganhava um *status* de desbravador, sinônimo de brasilidade e não deveria se curvar aos movimentos imperialistas como outras nações. Comprava-se assim o discurso em oposição ao “Jeca fraco e doente” por um “Jeca forte e brasileiro”. O termo sub-raças também ganharia destaque, afinal, fora notado desde a época de Nina Rodrigues⁶⁷⁹, pois haveria a crença de que o Brasil estaria repleto de condições “sub-raciais”. Contudo, no texto, estes elementos seriam a força motora da identificação nacional. É verdade que o pensamento possui uma ambiguidade, uma vez que o “Jeca” ainda não estava “curado” das suas doenças, mas para nós, os discursos apresentaram tanto uma revalorização interna de raça e do sertanejo, dois elementos considerados à margem da sociedade brasileira.

⁶⁷⁸ *Careta*, 21 de novembro de 1931, Ano XXIV, nº 1.222. Assinado por D. Ribeiro Filho.

⁶⁷⁹ Na classificação do autor, os mestiços integrariam um grupo diferenciado composto por “mulatos, mamelucos ou caboclos, curibocas ou cafuzos e os pardos” (RODRIGUES, Raimundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil. op.cit.*, p. 119-121).

Apesar do discurso duplo com relação à “raça” dentro da sociedade, a manutenção dos “brasões brancos”, que almejava Rangel, continuaria vigorando no coletivo das caricaturas da *Careta*. O determinismo do branco como sinal de posição social privilegiada é mantido no escopo das discussões sociais e reafirmava a contradição entre brancos, como privilegiados, e negros e mestiços, como marginalizados.

Há outro texto vinculado na *Careta* na coluna *Looping the Loop: E assim por Deante...*, por Domingos Ribeiro Filho, em 29 de abril de 1933, do qual não se pode negligenciar. É preciso dizer que em sua maioria, as crônicas e textos da *Careta* geralmente são longos e reflexivos, esta não será diferente. Sua importância consiste no debate de adentrar na questão da eugenia como reformulação moral e física do indivíduo. Segue a fonte:

Nenhum aperfeiçoamento humano foi realizado, individual ou socialmente considerado desde que a nossa espécie atravessou o difícil período da horda – declara o professor Armuth num longo estudo sobre O que somos e O que pretendemos ser.

À parte as suas documentações de caráter puramente científico, que interessam os seus colegas, é curioso examinar e seguir as deduções e conclusões a que chegou nessa tese tão franca quanto impressionante numa época de inquietações e de regressos incríveis.

O que nos importa particularmente é o animal humano, pobre ser que se adelgaça e se amofina e que toma como aperfeiçoamento individual precisamente aquilo que exprime a sua nulificação e incapacidade. Tanto mais frágil e vaso quanto mais precioso; apenas esse preço é estimativo e não real, nada representa e não vale nada. Quem o pagaria? Nem mesmo o próprio homem.

Os seres fracos não têm se quer o valor de produção, se quer o de auxiliares da indústria cuja mecanização não tem melhor explicação que da fragilidade crescente dos indivíduos da nossa espécie.

A domesticação dos animais, já de eras remotíssimas, indica que a consciência da fraqueza do homem é ancestral. O uso das armas é outro documento; a sociabilidade e, por fim, o industrialismo corrobora nessa documentação altamente material e irrecusável.

A medicina, desde os processos espontâneos e empíricos até a intensificação do cientificismo acabou de aniquilar os nossos valores físicos e mecânicos.

Mas aqui, se dirá, está o aperfeiçoamento do homem. É um engano ou uma autossugestão. A ciência não é somente prova contrária a afirmação acadêmica e literária, como em si mesma ela é frágil e fugaz. Muito em vez de restituir os valores perdidos pela espécie humana, ainda ela cria o artificialismo que nos acaba de arruinar. É por ela e com ela, precisamente, que o homem deixa os seus últimos valores e regride e deperece.

Alguns sonhadores de perfeição e de aperfeiçoamentos incorporam essas ilusões a própria mentalidade puramente pelo fato de não encontrarem provas reais do que afirmam em recanto algum da existência social ou pessoal. E ainda há uma classe de gente, curiosa e impertinente, que fala em aperfeiçoamento morais, coisa que não está localizada em órgão algum nem em função alguma do nosso corpo, nem mesmo no cérebro que é um órgão infeliz e passivo na sua função de laçao de nossas vísceras e dos nossos tecidos.

Não há, aliás, modelo algum pelo qual se possa aferir ou comparar o aperfeiçoamento do homem. Teríamos que descer na escala do transformismo para achar o nosso modelo ou passar além, ao campo de animalidade pura, onde acharíamos alguns exemplares de perfeição confessada. Mas, com grave desgosto dos intelectuais, esses modelos não têm cérebro e os dispensam das ilusões morais, sociais e filosóficas.

Para desespero de estadistas impostores ou de acadêmicos de nomeada é ainda falsíssimo o aforismo da mente sadia num corpo sadio. Aí estão os nossos e os atletas clássicos, seres deformados e doentes cuja mentalidade nem é humana nem é animal, do mesmo modo que possuem uma corporatura que nem é animal nem é humana.

Mente sadia em corpo sadio é modelo de puro arbítrio e não tem base se quer mesmo nas minuciosas experimentações de laboratórios. Pode-se imaginar ou mesmo encontrar o homem normal e juntá-lo a mulher normal; o produto seria anormal. *A eugenia só é possível na zootecnia.*

E, afinal esse ser tão orgulhosamente humano, cercado de moral e de máquinas, é cada vez mais bruto, mais fanático, mais atormentado pela fome e pelo medo; ser infeliz cuja inteligência só serve para envergonhar a sociedade e levá-la às irremediáveis decomposições.⁶⁸⁰

“A eugenia só é possível na zootecnia”. O texto poderia ter este título se Domingos Ribeiro Filho optasse por nomeá-lo assim, pois é o resumo da sua tese. Para ele, o homem mediante a toda sua história de dependência de animais e maquinário já provou que não tem o “aperfeiçoamento” que alguns cientistas buscariam. Ele, inclusive, parte do princípio inicial de que nem haveria um exemplo de algum “modelo” para seguir uma comparação. Como mostramos no capítulo anterior, a ideia de mente sadia e corpo sadio eram para os eugenistas uma vontade para ser estabelecida em toda sociedade, tanto de corpos físicos belos, como dotados de intelectualidade máxima.

Ribeiro Filho eleva esta crença ao patamar dos fanáticos ou de estadistas, que chama de “impostores”. Percebam que o texto se localiza em 1933, ano em que Adolf Hitler ocupa o cargo de chanceler na Alemanha e põe em prática sua “ideologia racial”. O autor chega até mesmo a afirmar que isso não pertence ao questionamento científico para qual a ciência não tem elementos que possam corroborar com estas premissas. Mais uma vez, agora em um periódico de variedades, notamos o discurso científico em volta da eugenia sendo debatido.

Por este enfoque, verifica-se como não havia unanimidade entre os que dissertavam nos semanários o “problema racial” no Brasil e no mundo. Ribeiro Filho parecia pensar na direção daqueles que não viam na “raça” ou na eugenia uma solução para o comportamento humano ou progresso material ou intelectual do país.

⁶⁸⁰ *Careta*, 29 de abril de 1933, Ano XXVI, nº 1.229. Assinada por Domingos Ribeiro Filho. [Grifo nosso].



— Olha, comadre, o meu Antonho diz que não bebe mais cachaça. Agora é só o *wiska*, bebida de branco; até o cavallo da garra é branco.

Ilustração 6. *Caretta*, 4 de abril de 1931, Ano XXIV, nº 1.189.

- Olha comadre, o meu Antonho diz que não bebe mais cachaça. Agora é só o *wiska*, bebida de branco, até o cavallo da garra é branco.

Este maniqueísmo socioeconômico do branco representando o bem (progresso) versus o negro, que representaria o mal (atraso), possui contornos latentes na imagem caricatural do negro na *Caretta*. Na ilustração 6 visualizamos o diálogo de duas senhoras negras, à beira de uma trilha, onde uma delas relata que o marido havia parado de beber cachaça, pois teria trocado sua preferência pelo “wiska” (uísque), uma bebida de branco, e que até o marketing da garrafa seria representado por um cavalo de cor branca. Aliás, é de conhecimento popular que a cachaça é uma bebida para a massa de menor poder aquisitivo e o uísque é caracterizado pelo seu alto preço no mercado, o que notoriamente reflete a referência do negro bebendo cachaça e do branco bebendo uísque. Portanto, há uma dinâmica das relações econômicas entre negros e brancos na sociedade, colocando-os em uma relação de posições privilegiadas a partir do que consumiam como bebidas alcoólicas. Como aponta Reis, a aguardente era considerada de baixo custo e próprio das classes trabalhadoras e dos “pobres”⁶⁸¹.

O diálogo das personagens remonta a teoria do branqueamento e nessa pontualidade, a preferência pela “brancura”. Nesta condição, Hofbauer diz:

O ideário do branqueamento, em suas várias fases históricas nunca se resumiu à ideia de “transformar uma cor/raça em outra”. As reflexões das elites espelhavam

⁶⁸¹ REIS, José Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930)*. *op.cit.*, p. 92.

concepções de mundo e interesses políticos específicos e tinham respaldo também no imaginário popular. Vimos que, desde cedo, o ideário do branqueamento deitou raízes nas camadas populares. Procurar apresentar-se “o mais branco possível” como uma estratégia para sofrer menos discriminação e ser, talvez, mais aceito, é um comportamento que podemos localizar entre escravos africanos já nos primórdios do colonialismo europeu (e, inclusive, no medievo árabe-muçulmano). Uma prática que teve, aparentemente, certa continuidade no Brasil. Comentei ainda que vários viajantes europeus se mostraram surpresos com o uso ambivalente das denominações de cor de pele no Brasil.⁶⁸²

Além da obsessão por “branquear o negro”, alguns elementos que envolvem a caricatura ganharam grande influência no meio social com características do negro tanto de caráter positiva como negativa. Como positivo vê-se na história da alimentação a feijoada que foi agregada simbolicamente na década de 1930 como uma comida tipicamente brasileira, ou seja, o que antes era visto como “comida de escravos” agora passaria a ser um patrimônio nacional⁶⁸³. O samba⁶⁸⁴ que por vezes passou pelos efeitos da repressão e da caracterização de “dança de preto”, transpôs nesta década a permissão e oficialização, adentrando de vez nas raízes da cultura brasileira – no ano de 1935 os desfiles passam a uma subvenção oficial.⁶⁸⁵ Negativamente, a cachaça ou aguardente, foi estigmatizada como uma bebida das classes menos privilegiadas e está explicitamente atrelada à história da Diáspora e do negro no Brasil.⁶⁸⁶

Mário Souto Maior fez um importante estudo sobre a cachaça na História do Brasil. Sua investigação que percorreu desde as origens na documentação colonial, permitiu grafar de 21 de junho de 1622 a 21 de maio de 1623, nas contas dos rendimentos e despesas deste período algumas constatações referentes à cachaça nos engenhos jesuítas. Nesta data, o “Engenho de Nossa Senhora da Purificação de Ceregye do Conde” foi relatada no cálculo de despesas “uma Canadá de água ardente para os negros da levada por v 480”. Visualiza-se na prestação de contas de 1643 a 1644 o pagamento de “v 640 ‘água ardente para o inverno para dar a alguns negros doentes’; v 480 ‘por uma botija de água ardente da terra para os

⁶⁸² HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão. op.cit.*, p. 408.

⁶⁸³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira. op.cit.*, p. 58.

⁶⁸⁴ Cf.: CUNHA, Fabiana Lopes da. *Da Marginalidade ao estrelato: o samba na construção da nacionalidade (1917-1945)*. São Paulo: Annablume, 2004.

⁶⁸⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira. op.cit.*, p. 59.

⁶⁸⁶ MAIOR, Mário Souto. *Cachaça*. Recife: Instituto do Açúcar e do Alcool - Coleção Canavieira nº 3, 1971, p. 36. Segundo o autor: “Os navios negreiros deixavam os portos brasileiros carregados de aguardente e de tabaco com destino às costas africanas onde servia de escambo para os escravos”.

negros”⁶⁸⁷. Por esta análise, Maior salienta que a “aguardente adquirida e depois fabricada no engenho era para o consumo dos negros, durante o inverno ou quando estavam doentes”⁶⁸⁸.

À medida que caminhamos para os grandes engenhos, Gilberto Freyre aponta que devido, sobretudo, ao banzo, era quase com frequência que o negro entregava-se aos abusos de aguardente, na tentativa de encontrar alguma distração na vida sofrível que levavam.⁶⁸⁹ Maior também argumentou por esta ótica, pois “depois de um longo dia de trabalho sob as ordens de um feitor às vezes desumano eles se viam com o direito de afogar suas mágoas e suas saudades africanas”⁶⁹⁰. Mesmo a cachaça ganhando seu *status* nacional e sendo uma bebida consumida por diversas categorias da sociedade nos dias de hoje, ela esteve atrelada ao estereótipo cultural do negro viciado e embriagado. A cachaça muitas vezes utilizada em rituais de religiosidade afro-brasileira acabou, por excelência, como um sinônimo de bebida com “patente” do negro e pobre. Essas sequelas permearam na consolidação de uma imagem do “negro vagabundo e preguiçoso” que encontrou no vício da bebida uma fuga para a vida escravista. O uísque, por sua vez, uma bebida de alto preço contrasta a diferença racial-econômica da caricatura, em outras palavras, o negro que bebe uísque poderia “branquear-se”, afinal, tratava-se de uma bebida cara e de “branco”.

Estes estigmas de um determinado tipo de bebida alcoólica ligada à “raça” merecem destaque na análise historiográfica, pois muito mais que identificar os agentes que envolvem a utilização deste paradigma caricatural, é necessário que o historiador compreenda o significado das drogas “em cada cultura e de uma imensa rede de significados culturais, ritos e práticas de socialização nelas consubstanciadas”⁶⁹¹. Ou seja, o que levaram os negros a ficarem atrelados às bebidas como a cachaça, corresponde a um conjunto simbólico de permanências históricas desde a Diáspora Africana até a regulamentação da bebida dentro das sociabilidades que, muito mais que consumo e consumidor pairam em uma órbita que envolve agentes políticos e econômicos, bem como, para nós, as teorias raciais e a condenação do álcool por parte da eugenia. Citando o historiador Henrique Carneiro, nesta dinâmica multifacetada das drogas ele afirma que, “o surgimento do taylorismo e do fordismo foi concomitantemente aos mecanismos puritanos da Lei Seca e a discriminação racial de imigrantes serviu de pretexto para a estigmatização do ópio chinês e da marijuana mexicana

⁶⁸⁷ *Ibid.*, p. 34.

⁶⁸⁸ *Ibid.*, p. 35.

⁶⁸⁹ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48°. Ed. São Paulo: Global, 2003, p. 554.

⁶⁹⁰ MAIOR, Mário Souto. *Cachaça. op.cit.* p. 37-38.

⁶⁹¹ CARNEIRO, Henrique. Transformações do significado da palavra “droga”: das especiarias coloniais ao proibicionismo contemporâneo. In: _____; Venâncio, Renato Pinto (orgs). *Álcool e drogas na história do Brasil*. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2005, p. 17.

nos Estados Unidos”⁶⁹². No Brasil, o álcool serviu de argumento hereditário para a proliferação de doenças e a condenação destes como “degenerados”. Portanto, não é difícil compreender quem seriam os mais afetados nesse controle eugênico da bebida. Além disso, a própria eugenia tinha uma visão negativa sobre o alcoolismo. Kehl sentencia:

Eliminar todas as causas que atuando maleficamente sobre o plasma germinal deteriorarem as sementes reprodutoras. As principais causas nocivas são as doenças da evolução crônica e certos tóxicos euforísticos (álcool, tabaco, cocaína, etc.) que determinam desordens balstoftóricas (de hereditariedade induzida, portanto sem influência decisiva na organização ancestral das referidas células) as quais, não obstante, devem ser, com todo o interesse, evitadas⁶⁹³..

A condição social do negro disforme na sociedade brasileira levou a fácil assimilação deste estereótipo cultural após a abolição e, especialmente, no Brasil República. Florestan Fernandes mostrou que por estas condições desvantajosas “[...] sugere, de imediato, que a aglomeração de negros e de mulatos pelas esquinas, nos terrenos baldios e, principalmente, nos bares ou nos botequins representava um produto direto da forma de sua acomodação à vida social urbana”⁶⁹⁴.

Desde a década de 1920, várias bandeiras foram levantadas contra o alcoolismo, principalmente associando a degeneração física e mental. Nessa empreitada, como estudou José Roberto Franco Reis, a Liga Brasileira de Higiene Mental – concepções eugênicas - promoveu campanhas antialcoólicas como um de seus objetivos principais. No Governo Provisório, homens comprometidos com a campanha anti-álcool, como Belisário Penna, Ministro da Educação e Saúde nesse momento, e mesmo com nomes por trás das campanhas da Liga como o médico Afrânio Peixoto, pouco puderam fazer em termos de coibição ao álcool. Reis aponta que os problemas econômicos e a geração da receita financeira do álcool foram alguns dos principais empecilhos para os que sonhavam com o combate contra a bebida nesse momento terem a esperança de uma “lei seca”, aos moldes dos Estados Unidos, no Brasil.⁶⁹⁵ Desse modo, “a adoção de uma lei seca no Brasil representaria um déficit superior a 200 mil contos (...) a receita geral”⁶⁹⁶. Além do mais, como ressalta o historiador:

É evidente, porém, que a enorme preocupação com o alcoolismo decorria do fato dele ser considerado forte fator de debilitação racial. A própria “teoria da

⁶⁹² *Ibid.*, p. 18.

⁶⁹³ KEHL Renato. *Lições de Eugenia. op.cit.*, p. 61. Em nota, o autor ainda destaca que “depois de examinar 5.736 famílias, o Dr. Laitinen concluiu que mesmo em pequenas doses, o álcool exerce uma influência degeneradora sobre a prole. Numa família de descendentes de alcoolistas, composta de 9 pessoas, o Dr. Nardelli constatou que todas eram física e psiquicamente degeneradas”.

⁶⁹⁴ FERNANDES, Florestan. *O legado da “raça branca”*. São Paulo: Dominus Editora, 1965, p. 125.

⁶⁹⁵ REIS, José Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930). op.cit.*, p. 82.

⁶⁹⁶ *Ibid.*

degenerescência”, elaborada por Morel já apontava o abuso alcoólico como importantíssimo fator provocador de uma herança degenerada. No Brasil o álcool foi claramente definido como “inimigo da raça” como dizia Fernando de Magalhães, e por isso sua eliminação era assunto eugênico ligado à defesa nacional e à constituição da nacionalidade.⁶⁹⁷

Outro autor que nos possibilita entender este íterim entre cor, raça e alcoolismo é Jurandir Freire Costa, ao abordar a relação da psiquiatria e eugenia e a visão do álcool. Assim como Reis, Costa estudou a Liga Brasileira de Higiene Mental e pôde perceber que a relação do álcool esteve ligada a condição social, pois “como nessa época os negros e brancos pobres tinham um nível de vida mais ou menos semelhante, pode-se supor, legitimamente, que o alcoolismo da camada pobre da sociedade era, sobretudo, determinado por sua condição socioeconômica”⁶⁹⁸. Ele ainda soma uma análise da década de 1930 para pensar que o alcoolismo possuía um teor de desorganização moral e deveria ser sanado:

A manifestação mais marcante deste equívoco é o endurecimento das campanhas antialcoólicas na década de 1930. Após a Revolução de 1930, a LBHM volta à carga contra o alcoolismo de maneira feroz e, nesse estágio, é fácil perceber que o objetivo dos programas de higiene mental não era o de curar ou prevenir o alcoolismo, mas o de regenerar a sociedade conforme um código moral particular.⁶⁹⁹

Como notamos diversas vezes, a eugenia esteve alinhada ao pensamento de psiquiatras da LBHM em suas análises teóricas e sociais. Não devemos esquecer-nos das participações de eugenistas como Kehl regularmente em seu periódico. Aliás, logo na segunda edição dos *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*, consta o nome de Kehl na relação dos membros titulares desta Liga, mais propriamente na “Seção de medicina geral especializada em suas relações com o sistema nervoso”. Ainda na edição, Kehl contribuiu com um artigo intitulado, “A esterilização dos grandes degenerados e criminosos”⁷⁰⁰.

Contudo, Lowy lembra a concepção de alguns estrangeiros, como o Dr. Wilson Smillie, que anotarà no final dos anos de 1920 a preocupação com o alcoolismo fazendo parte do dia a dia de brancos e negros. Para a autora, “o abuso do álcool é muito frequente, os homens das duas raças e as mulheres negras bebem aguardente”⁷⁰¹. Este era um problema que atingia os ideais sanitários do país e na fala do médico, sua posição sublinhando a questão racial do consumo demonstra como o enraizamento da bebida em relação a cor da pele. Sendo

⁶⁹⁷ *Ibid.*, p. 86.

⁶⁹⁸ COSTA, Jurandir Freire. *História da psiquiatria no Brasil: um recorte ideológico*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p. 91.

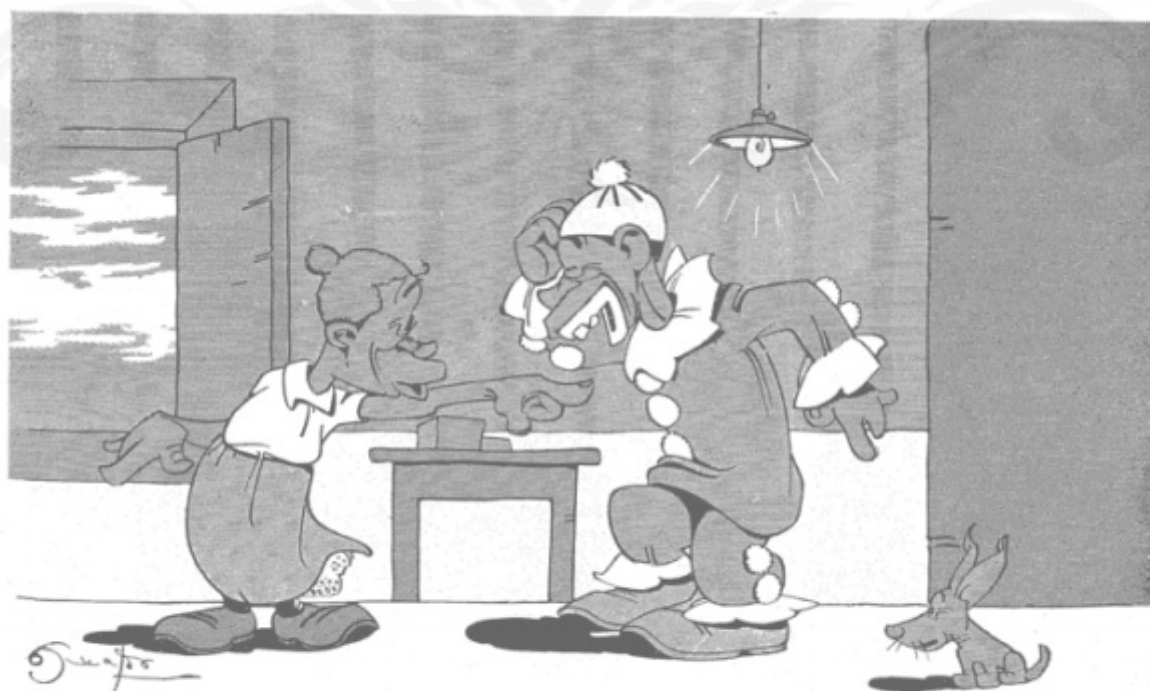
⁶⁹⁹ *Ibid.*

⁷⁰⁰ *Archivos Brasileiros de Higiene Mental*. Ano 1, nº 2, 1925.

⁷⁰¹ LÓWY, Ilana. *Vírus, mosquitos e modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política*. *op.cit.*, p. 136.

um problema sanitário que atinge com veemência o campo, ele não estaria reservado apenas à população negra, mas abrangeria também a população branca.

Também é válido enfatizar nessa construção caricatural que desponta na drástica condição socioeconômica no Brasil, o fato do linguajar das personagens – algo que veremos repetidamente em outras caricaturas. A personagem refere-se ao uísque como “*wiska*”, uma possível referência a não familiaridade do dito artigo de luxo dentro da concepção de vivência do negro e das classes mais pobres. O “Antonho” quer beber “*wiska*” (uísque), uma bebida de branco, onde até o cavalo da garrafa é branco. Será que “Antonho” também queria ser branco como o cavalo da garrafa? Nos anos em que a eugenia exaltava o branqueamento e os diálogos de Vianna e Kehl ecoavam dentro da sociedade, não parece improvável que era desejo de “Antonho” se eugenizar. Para estes “Antonhos”, Florestan traz um depoimento revelador da época dessa relação entre bebida e cor: “Branco quando morre, / foi a morte que levou./ Negro quando morre,/ Foi cachaça que matou”⁷⁰².



— Si tú fô encharcá o estambo de cachaça com as sapeca do Recreio das Barboleta Aromatica, não dorme commigo. Não abro a porta!
— Ora, Marcolina, então quem vem de banquete qué sabê de resto do armoço, da vespra?!

Ilustração 7. *Careta*, 1 de março de 1930, Ano XXIII, nº 1.132.

- Si tu fô enchercá o estambo de cachaça com as sapeca do Recreio das Barboleta Aromatica, não dorme commigo. Não abro a porta!

⁷⁰² FERNANDES, Florestan. *O legado da “raça branca”*. São Paulo: Dominus Editora, 1965, p. 127.

- Ora, Marcolina, então quem vem de banquete qué sabê de resto do armoço, da vespra?!

Em nossa próxima caricatura a referência à cachaça entre as personagens representadas é novamente legitimada no universo do negro. A caricatura do dia 1 de março de 1930 possui um recorte temporal específico que retrata a época do carnaval. Este evento é anualmente contemplado com diversas ilustrações pelos caricaturistas da revista *Careta*. De início, pode-se constatar como um momento fundamental para a compreensão do “povo brasileiro”, pelo semanário onde as analogias intermináveis entre política, estilo de vida e os traços deste acontecimento cultural foram incansavelmente retratados pelos caricaturistas.

No que concerne ao humor, as vestimentas do homem negro apontam para o momento carnavalesco e que, pelo diálogo, assinalam que este estaria saindo para participar das festividades do carnaval. Marcolina, aparentemente a esposa do homem, aconselha-o a não ir “*encharcá o estambo* de cachaça com as sapecas do Recreio das Borboletas Aromática”, pois caso contrário não dormiria ao seu lado quando voltasse e, pior, nem se daria ao trabalho de abrir a porta para o marido entrar. Nesse ponto se convergem não somente a referência do homem ir beber cachaça, como de “vadiar” com outras mulheres. Assim, além do trato da visão do negro sendo reafirmada como beerrão voltado aos vícios, denota ainda na festividade do carnaval sua promiscuidade como infiel e despreocupado com a unidade familiar. Neste caso, também se representa a relação de fidelidade que subentende a cultura ocidental dos votos do casamento, da qual homem parece não estar se importando. Mas é na resposta à Marcolina que se constituirá o cômico. Em réplica, o marido diz, “então quem vem de banquete qué sabê de resto do *armoço*, da *vespra*”. O homem reafirma o que a esposa de imediato subentendia, ele irá farrear com as mulheres e beber cachaça e, não mostra preocupação com as ameaças da companheira, pois considera os prazeres de fora melhores do que os que tem em casa, em especial, a própria Marcolina.

A linguagem utilizada, com expressões populares e voltada ao coloquial, adentrará na representação das classes desprivilegiadas, sejam elas os negros ou mesmo o sertanejo. Palavras com trocas de letras como “armoço” (almoço) ou mesmo incompletas como “vespra” (véspera) dão o humor e a significação para a compreensão do espaço físico e social que a caricatura deseja estar inserida, e ilustram as formas de diálogos classistas que elevam o condicionamento social à expressão de baixa instrução de escolaridade. Em uma época em que o analfabetismo passava a ser uma preocupação, o retrato do negro com uma linguagem tacanha torna-se um elemento de reconhecimento de sua posição social.

A cor arraigada a “vadiagem” está intrinsecamente concatenada na abolição da escravidão no Brasil nos anos de 1888. Com ela, o negro estava – ao menos teoricamente – livre para somar-se ao contingente da massa urbana que se aglomerava nos grandes centros em busca de novas oportunidades com sua “liberdade garantida”. O que estes negros encontraram dentro do espaço das cidades foi uma competição eloquente que iria além de uma “seleção natural” do trabalho. Como agravante, ainda deveriam competir com os imigrantes que aqui chegavam. Olhados sob a lupa da reminiscência da escravidão, somada com as teorias raciais que estavam amplamente divulgadas na sociedade e intelectualidade brasileira, o negro ficou à margem da coletividade também no espaço urbano. Nesta disputa entre a imigração (branca) e os negros, Andrews traz uma estatística interessante:

Nas cidades, os imigrantes desfrutavam – tanto quanto no campo – da mesma preferência na contratação. O censo de 1893 da Cidade de São Paulo mostrou que 72 por cento dos empregados do comércio, 79 por cento dos trabalhadores das fábricas, 81 por cento dos trabalhadores do setor de transportes e 86 por cento dos artesãos eram estrangeiros. Uma fonte de 1902 estimou que a força de trabalho indústria na capital era composta de mais de 90 por cento de imigrantes; em 1913 o Correio Paulistano estimou que 90 por cento dos trabalhadores do setor de construções eram italianos; e um estudo de 1912 sobre a força de trabalho em 33 indústrias têxteis do Estado descobriu que 80 por cento dos trabalhadores têxteis eram estrangeiros, a grande maioria italiano.⁷⁰³

Andrews ajuda a descortinar que após a abolição as novas condições impostas pelo capital e o trabalho deram uma inédita dinâmica à relação de empregos, onde, muitas vezes, permearam por implicações “raciais”. Tais dinâmicas nos levam à conclusão da preferência aos imigrantes.⁷⁰⁴ Com o negro marginalizado, avesso para a sociedade e aglomerando-se nas periferias das zonas urbanas⁷⁰⁵ parecia evidente que a dificuldade em conseguir empregos estimulou outros grupos a estereotiparem negros e mestiços como componentes permissivos e atrelados à vadiagem. Este espectro se tornaria uma rotina no seu estigma do estereótipo cultural. Os julgamentos do negro como “cachaceiro, festeiro, vadio e preguiçoso” serviram para as elites brancas compreenderem a “raça” vinculada à moralidade e aos padrões de trabalho. O imigrante, forte, robusto, com vontade de trabalho versus o “homem de cor”

⁷⁰³ ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Tradução de Magda Lopes. Bauru, SP: EDUSC, 1998, p. 111-112.

⁷⁰⁴ Fernandes considera que “A concorrência do imigrante não só os desalojou das posições mais ou menos vantajosas, que ocupavam; impediu que eles absorvessem, na linha do padrão tradicional de ajustamento econômico imperante sob a escravidão, as oportunidades novas” (FERNANDES, Florestan. *O Negro no mundo dos brancos. op.cit.*, p. 46).

⁷⁰⁵ Vale ressaltar que o contingente negro em sua totalidade não migrou para os centros urbanos e, “muitos escravos, porém, permaneceram nas localidades em que haviam nascido. Estima-se que mais de 60 por cento deles viviam nas fazendas cafeeiras e canavieiras do Centro-Sul do Brasil” (ALBUQUERQUE, Wlamyra R de; FILHO, Walter Fraga. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006, p. 198).

preguiçoso e adepto da ociosidade, foram fatores que contribuíram para a consolidação da disseminação dessa imagem negativa. Nesse sentido, Clovis Moura mostra uma pesquisa feita pela Sociedade Nacional de Agricultura sobre “Estereótipos negativos sobre o negro como imigrante”, que, segundo suas conclusões, apontava-o como “indesejável”⁷⁰⁶.

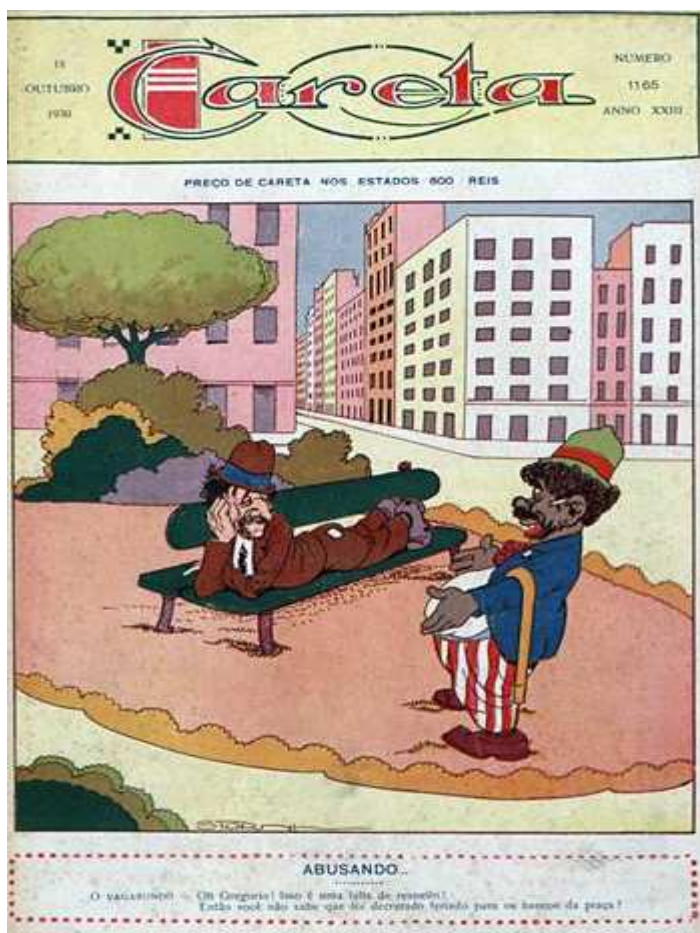


Ilustração 8. *Careta*, 18 de outubro de 1930, Ano XXIII, 1.165.

Abusando...

O Vagabundo – Oh Gregório! Isso é uma falta de respeito!
Então você não sabe que foi decretado feriado para os bancos da praça?

A caracterização do negro vadio e voltado à ociosidade pairou desde a época da escravidão como um dos argumentos dos senhores para a manutenção do sistema escravista no Brasil. Estes, “argumentavam que os cativos não estavam preparados para a vida em liberdade, e que fora do cativeiro se tornariam vadios e ociosos”⁷⁰⁷. Era interesse dos senhores manterem uma mão de obra escrava ao ter que se desfazer deste contingente ao preço de uma

⁷⁰⁶ MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ed. Ática, 1988, p. 80. Segundo razões econômicas: “25 acreditavam que negro era mau trabalhador. Por razões intelectuais e morais, 19 acreditavam que possuía inteligência inferior, degenerado, amoral, indolente, bêbado e criminoso. Por razões raciais, 44 acreditavam em inferioridade congênita, ódio ao branco oculto no coração do negro. Outros 9 acreditavam em existência de preconceito de cor e, por fim, também outros 9 delinearam “outras razões”.

⁷⁰⁷ ALBUQUERQUE, Wlamyra R de; FILHO, Walter Fraga. *Uma história do negro no Brasil*. op.cit., p. 175.

imigração que mesmo com baixíssima precariedade teria que reorganizar todo o sistema exploratório. No que concerne à relação entre negros e a escravidão, sabe-se que ela era recheada de conflitos, pois muitos se rebelaram, fugiram, formaram quilombos e, talvez, por conta disso, esta seja uma das explicações que findaram na cor uma imagem arrolada à vadiagem. Este seria mais um elemento que contribuiria para intensificar após a escravidão o sentido da cor como “degenerado” – ainda mais em comparação a massa integracionista. Desse modo, o fim da escravidão libertou formalmente o negro escravo, mas não foi o suficiente para assegurar suas oportunidades igualitárias como agente social, pois agora estavam mais uma vez à luz das interpretações das teorias raciais. Em seu turno, estas teorias eram bem vistas pelos antigos senhores, ao passo em que mantinham definida sua posição social entre brancos e negros.

No Rio de Janeiro, como resultado da abolição, houve um redirecionamento de boa parte dos negros para a capital federal e, com a virada para o século XX, um conjunto de pautas com enfoque no higienismo e sanitarismo ganhava cada vez mais espaço. Era uma questão de pouco tempo para que os negros se tornassem vítimas raciais das doenças que deveriam ser extirpadas. A aglomeração em cortiços – para depois serem expulsos e migrarem para as favelas – simbolizou sua exclusão de ambientes que deveriam ser “branqueados”. Com poucas oportunidades de disputa no mercado de trabalho foram olhados como preguiçosos e revoltosos por uma recém-memória coletiva da escravidão. Neste contexto, a aversão ao trabalho enraizaria na sua identidade “racial”. O que pode ser observado, no entanto, é que no Rio de Janeiro avistou-se uma cidade sob um aspecto “mestiço”. Isso quer dizer, dualidade de uma cidade branca e uma negra. A segunda não teve tanta sorte, pois “perseguir capoeiras, demolir cortiços, reprimir a vadiagem – o que geralmente equivalia a amputar opções indesejáveis de sobrevivência -, era desferir golpes deliberados contra a cidade negra”,⁷⁰⁸ diz Sidney Chalhoub.

A capital carioca em formação tinha na sua essência, além dos problemas sanitários, a quantidade desproporcional de habitantes aumentando incontrolavelmente. Brevemente, nos anos de 1890, a imigração de estrangeiros homens era mais que o dobro em relação às mulheres – na população total a predominância do sexo masculino era de 56%. José Murilo de Carvalho salienta que o índice nupcial era de 26% entre os homens brancos e 12,5% entre

⁷⁰⁸ CHALHOUB, Sidney. Medo do branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 8, n. 16, 1988, p. 105.

negros, sendo assim o número de solteiros era relativamente alto.⁷⁰⁹ Esses dados representam o inchaço populacional da capital federal na virada do século, o que contribuiu efetivamente para a manutenção do olhar do negro e do pobre para a vadiagem. Carvalho, neste sentido, pensa que o influxo populacional foi um agravante para o descaso do trabalhador livre, principalmente para aqueles que por uma “questão racial” encontrariam menos oportunidades de trabalho:

Uma terceira consequência do rápido crescimento populacional foi o acúmulo de pessoas em ocupações mal remuneradas ou sem ocupação fixa. Domésticos, jornaleros, trabalhadores em ocupação mal definidas chegavam a mais de 100 mil pessoas em 1890 e mais de 200 mil em 1906 e viviam nas tênues fronteiras entre a legalidade e a ilegalidade, às vezes participando simultaneamente de ambas. Pouco antes da República, o embaixador português anotava: “Está a cidade do Rio de Janeiro cheia de gatunos e malfeitores de todas as espécies”.⁷¹⁰

Estes gatunos e malfeitores a quem se referia o embaixador português eram consequências da superlotação populacional do Rio de Janeiro e das baixas condições de nutrir todo o estoque humano no Rio de Janeiro. O problema da criminalidade era recorrente durante o século XIX, porém, essa temática será debatida mais adiante ao apreciarmos caricaturas do gênero. O que nos interessa neste momento é grafar como a vadiagem foi o preço a se pagar pelas transformações que vinham ocorrendo na capital, eclodindo em uma série de episódios como o sanitarismo, imigração, pós-abolição e que, acima de tudo, correspondiam a um jogo de poder socioeconômico. As teorias raciais tiveram seu papel na seleção do material humano direcionado para o trabalho. Não raramente, muito se pensou no controle dessas populações emergentes aos moldes da idealização de uma cidade higienizada, seja limpa da sujeira ou do “homem” na sua hereditariedade. No final do século XIX, as chamadas vilas operárias foram uma das saídas aceitáveis para controlar este “caos do pobre” e efetivar uma cruzada contra a insalubridade da pobreza. Assim, muito mais que controlar a saúde, necessitava-se controlar o trabalhador.

As vilas operárias nos servem como parâmetro para compreender o controle da classe pobre que foi fixada em um local de controle burguês e isto permitiria “abrigá-lo da contaminação moral das ruas agitadas e dos bares viciados e escuros, situados do outro lado do mundo”⁷¹¹. É evidente que no caminhar dessas vilas, as teorias raciais ganharam seu próprio programa, como se observa no Primeiro Congresso de Habitação de 1931. A

⁷⁰⁹ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1991, p. 17.

⁷¹⁰ *Ibid.*, p. 17-18.

⁷¹¹ RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. *op.cit.*, p. 178-179.

preocupação da moralidade e eugenia era um dos fatores a ser considerado nesse controle habitacional. Menos “vagabundos” na rua, alocados em vilas especialmente higienizadas e sob a tutela de um domínio burguês, que controlava o trabalho na mesma intensidade que retirava seu capital dentro das próprias vilas, era uma representação concreta da tentativa de “regenerar” todos aqueles que se encaixavam no modelo que deveria ser sanado, ou mesmo, “curado”. Assim, nesse Congresso, reflete-se a mensagem da preocupação eugênico racial, “A habitação popular passa a ser, no discurso dos especialistas, além de uma questão meramente técnica e prática que os saberes neutros e racionais da engenharia e da arquitetura devem resolver, uma questão de moralidade e de *eugenia*”⁷¹².

O “vagabundo” permaneceria como uma inquietação do Estado como um todo e, com isso, a preocupação de diversas medidas para tentar inspecionar estes “desocupados” que se avolumavam nas cidades. Ao analisarmos a ilustração 8 que - denuncia a “cor” deste “desocupados” -, percebemos como a imagem do negro estava atrelada à marginalização do homem, vista pela “questão racial”. O caricaturista Storni certamente observava que a vadiagem se direcionava a certos estereótipos específicos da sociedade. Sendo assim, caracterizando o espectro negro como este sujeito nada mais fez do que refletir quem eram aqueles que deveriam ser associados a esta aversão ao trabalho. O cigarro na orelha estabelece a ligação entre o homem e seus vícios. Seja pela bebida ou pelo cigarro, os vícios apontavam os cidadãos que não estariam ajustados a uma conduta social almejada.

Com relação à metáfora da qual o “vagabundo” se refere, esta diz respeito aos bancos do Brasil que neste momento vinham sofrendo com a crise de 1929. Segundo o relatório de Otto Niemeyer, “diferentemente das crises de 1920 e 1924, a atual é mais extensa e profunda, como consequência da baixa brutal dos preços, retração dos mercados consumidos e dos créditos estrangeiros”⁷¹³. Para somar-se a esta situação, o Brasil passava por um momento de ruptura política com a Revolução de 1930 onde a dependência do capital estrangeiro e novas buscas de equalizar esta economia tornaram-se uma preocupação na ordem do dia do Governo Provisório. É neste período que o Banco do Brasil firmava-se como entidade de descontos, na raiz de uma tentativa de controle deste abalo econômico. Por esta crise financeira, podemos imaginar que o “feriado para os bancos da praça” sugere o controle vigente dos bancos em relação aos déficits da crise que se instauravam também no Brasil e, até mesmo, com relação às taxas de câmbio. Não era de se estranhar o recesso econômico nos anos de 1930 do Governo Provisório no esforço de controlar a inflação e a recorrente queda econômica do

⁷¹² *Ibid.*, p. 192. [Grifo nosso].

⁷¹³ CARONE, Edgard. *A segunda república (1930-1937)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973, p. 103.

Brasil com relação ao café. Todo esse quadro sugeriu novas maneiras de se pensar a economia, incluindo ocasionar modificações aos bancos e a criação de um banco central, estimular os créditos a injeção do povo brasileiro em aplicação de capitais internos.⁷¹⁴

Diante desse quadro conturbado da economia do país, a *Careta* mais uma vez com suas referências caricaturais deu um amplo enfoque às questões da crise dos bancos, em contraste com o povo que pagava o preço de anos de má administração pública e que fora presenteadada com as consequências de uma crise que tomou uma escala planetária.



Ilustração 9. *Careta*, 15 de julho de 1933, ano XXVI, nº 1.308.

A cigarra e as formigas.

O Magro – O senhor veio também trazer as suas economias?

O Gordo – Eu, não. Vim emitir um cheque.

O contraste social com o momento de crise dos bancos parece ser latente dentro da reconfiguração do sistema econômico que se fazia necessário. Na ilustração 9, por exemplo, é visível a dualidade entre os que ainda permaneciam com o capital e aqueles que estavam sofrendo os flagelos da crise econômica. O diálogo entre o “gordo” e o “magro” apresenta uma metáfora da condição de poder econômico e, neste caso, o “gordo” simularia o excesso

⁷¹⁴ *Ibid.*, p.113.

de capital e o “magro” a ausência dele.⁷¹⁵ Isto formata o inteligente jogo de palavra entre “gordo e magro” e sua representação física. Outro componente a ser visualizado é a quantidade de “gordos” para “magros” na figura. Isso pode estabelecer a má distribuição de renda e a quantidade de pessoas que a crise prejudicava.

Enquanto os pobres aglomeravam-se para trazer sua economia, o rico poderia dar-se ao luxo de “emitir um cheque”, um reflexo entre os picos desta sociedade economicamente desigual no país. Estes “magros”, que na figura foram reproduzidos pela maioria, podem ser considerados como o “povo brasileiro” na sua totalidade de variedades de estereótipos culturais. Na imagem, percebemos nos “magros” as roupas velhas, barbas em excesso, a tristeza ou angústia nas faces. Cabe salientar a personagem negra no canto direito da ilustração sendo lembrada como uma das parcelas da população que sofre diante da sua condição econômica. Storni não desenharia essas pessoas por acaso, ele percebe a sociedade em que vive para inserir os elementos precisos na ilustração para ter seu sentido retratado. O “gordo”, entretanto, ostenta em suas roupas esta diferença econômica, com seu traje elegante denotando a imagem da contradição econômica que se viva naquele período de incertezas do capital. A “gordura” representaria a fartura, enquanto a “magreza” a necessidade.

O título da caricatura, “A cigarra e as formigas” induz uma simbologia ao mundo animal. Podemos compreender a ilustração com a relação que se tem desses insetos. As formigas são conhecidas por trabalharem coletivamente e exaustivamente - tanto para si, quanto em prol da “comunidade” em que vivem -, o que configuraria a visão do “povo brasileiro” na imagem. Por outro lado, podemos interpretar a representação da cigarra para o homem “gordo” e endinheirado. Uma das características deste inseto é o fato de serem grandes e diferentemente da formiga, não vivenciam seu nicho ecológico de forma coletiva. A analogia com o mundo animal dá o destaque para a relação entre os “antônimos” desses grupos, onde as formigas trabalham enquanto a cigarra canta. Há algumas histórias infantis que retratam em forma de fábulas esta representação.

Outro elemento curioso diz respeito aos dois homens ao fundo da caricatura erguendo uma meia. Entendemos que esta ação ilustra o “pé de meia”, uma expressão popular para se referir a quem guarda ou economiza dinheiro. É comum algumas pessoas dizerem: “estou fazendo meu pé de meia”, ou seja, guardando dinheiro. No humor da caricatura um dos homens tampa o nariz como se expressasse o mau cheiro que aquela meia teria. Esta

⁷¹⁵ Deve-se atentar para a qualidade das roupas. O “gordo” em questão traja vestimentas que o situam como alguém da elite social. Por outro lado, existem outros personagens “gordos” à direita, mas o que os difere do “gordo endinheirado” são os trajes.

referência poderia direcionar ao pobre e sua “sujeira” habitual que muitos consideravam como característica.

Por fim, enquanto muitos se dirigiam ao banco na tentativa de guardar suas economias, a minoria que se mantinha com o capital teria condições em ir ao mesmo banco para “emitir um cheque”. Isto expressa o caráter do contraste econômico em um período de crise. A personagem negra estabelece para nós a real condição da marginalidade social que atingia uma considerável parcela da população. Ela representa um grupo que nos traços do caricaturista pode ser maximizada intencionalmente.

O retrato do negro dentro dos problemas sociais do Brasil serão uma constante. A construção desses estereótipos vai ao encontro as suas vivências cotidianas. Assim, não localizamos, por exemplo, situações adversas onde o negro, nesses quatro anos de análise do semanário, estivesse em igualdade ou mesmo acima nas condições do branco. O postulado representa uma evidência da segregação e do reflexo da sociedade do período. Nessas construções culturais do negro na *Careta* constatamos a mesma visão teórica de Velloso:

Na disputa em torno das representações da nacionalidade brasileira, a ideia de etnia, como modeladora de temperamentos, comportamentos e atitudes, ganha centralidade. O recorte, através dos tipos, oferece um rico campo de discussões, condensando com propriedade e originalidade, a presença dos estereótipos culturais na nacionalidade brasileira.⁷¹⁶

Estes comportamentos e temperamentos, com base nas imagens utilizadas até o presente momento, representam a “questão étnica/racial” como condicionada a determinadas condutas e atributos que propagam uma ideia pré-estabelecida da condição daquele agente que, determinado por certos tipos de caracterizações, esboçam padrões que irão se sustentar ao longo das ilustrações, dando a referência de “quem são eles no espaço social”. O negro “malandro”, “pobre”, “ladrão”, apresentará na marca da pele o sinônimo do “negativismo” na expressão de alguma cena social, política ou econômica. Velloso, mais uma vez contribui:

Essas ideias permitem concluir que não importa tanto o caráter redutor do tipo; importa o seu aspecto simbólico. É a sua função identitária que, assegurando o vínculo de pertencimento, confere o reconhecimento e a autoestima aos indivíduos (nem que seja para reelaborar a sua autoimagem).⁷¹⁷

Para tanto, desta simbologia do negro pobre e avesso ao trabalho não está excluída uma visão tão conhecida e caricaturada na esfera social: a “malandragem” e o “malandro”:

⁷¹⁶ VELLOSO, Mônica Pimenta. *A mulata, o papagaio e a francesa: o jogo dos estereótipos culturais*. *op.cit.*, p. 370.

⁷¹⁷ *Ibid.*, p. 372.



Ilustração 10. *Careta*, 30 de dezembro de 1933, ano XXVI, nº 1.332.

O Malandro – Posso passar?

O Groom – Pode. Para um malandro a entrada é sempre franca.

Nossa décima caricatura irá retratar o espectro social do dito “malandro”, sendo representado como um personagem negro. A data da caricatura é sugestiva, são os dias finais do ano de 1933 e, desse modo, a entrada do malandro está associada à passagem de ano, pois o “groom” tem como elemento constitutivo na sua vestimenta o ano que se inaugurava. Este malandro poderia estar fazendo alusão ao próprio “povo brasileiro” composto por um elemento intrínseco da sua *comunidade imaginada*, principalmente, a carioca. Mas afinal, como definir este malandro tendo em vistas as dezenas de possibilidade de construí-lo em seus significados? Como a historiografia pontua a “questão racial” nesse sentido?

Primeiramente, nota-se a condição do trabalhador nas primeiras décadas do século XX. Chalhoub, como discorre em toda sua obra *Trabalho, lar e botequim*, a qualidade de trabalhador poderia ser definitiva em um processo judicial para absolvição ou condenação. O sujeito que apresentasse um bom histórico como trabalhador, possuía certo “prestígio social” por sua conduta. Na dinâmica da relação capitalista que insurgia neste período, é compreensível que o trabalho em contraposição a vadiagem exerça um papel constitutivo do ideal de “cidadão”. Situemos por agora seu inverso, o malandro.

Carlos Sandroni enquadra o malandro, entre outras características, projetado à esquiwa ao mundo do trabalho, pois “trabalha o mínimo possível, vive do jogo, das mulheres que o

sustentam e dos golpes que aplica nos otários, sua contra-partida bem comportada”⁷¹⁸. O autor assinala que esta associação ao malandro era referência tanto na imprensa no final dos anos de 1920 e início de 1930, como no senso comum, mas que existia pelo menos desde o século XIX. Outro estudo que colabora com nossa investigação é de Gilmar Rocha. Ele percebe que “o malandro é visto como alguém cuja esperteza se concretiza na lábia sedutora e na capacidade de aplicar contos aos otários ou, então, alguém que tem no samba um modo de discurso social”⁷¹⁹. Rocha ainda complementa dando ênfase em seu vestuário:

Sem desprezar todas estas variações, basicamente dois tipo paradigmáticos dividem as principais representações da personagem: e um lado, encontramos o simpático e alegre malandro-sambista, quase sempre usando chapéu de palha, camisa listrada e sapado branco, por vezes tão bem representado na pintura de Heitor dos Prazeres; do outro lado, o malandro valente, normalmente boêmio e violento, comumente visto de terno branco, sapado de duas cores, chapéu de panamá, guarda uma certa familiaridade com o antigo capoeira de paletó, chapéu de panamá e lenço no pescoço. Não é difícil encontrarmos os que incorporam duplamente as representações do malandro esperto, simpático e cheio de gingas, e do malandro valente, boêmio, elegante e explorador de mulheres.⁷²⁰

Para os dois autores, o malandro também tem sua associação ao samba. As caricaturas sugerem tanto elementos que direcionam a simbologia do samba – como o chapéu – quanto à referência a cor da pele. Muitas das características atribuídas pelo autor à malandragem são correspondentes com a visão que se tinha do negro. Aversão ao trabalho, promiscuidade, vício no jogo, golpista, entre outros, não fogem da imaginação coletiva do negro na sociedade. A ligação à malandragem ou ao samba, responde à percepção deste grupo nas caricaturas. O antropólogo João Batista Borges Pereira percebeu esta relação em seu trabalho. Focando-se no rádio como fonte, ele diz que a reprodução do negro sob essas figuras vem de muito antes, como “a representação plástica da mãe-preta, do negro malandro, do serviçal ou do indivíduo com traços negróides exagerados [...]”⁷²¹. O autor também fomenta a tese que delimita o negro conectado a malandragem e a “aversão ao trabalho”. Por essas características com sua vida “boêmia” ele estaria “incompatível com as normas disciplinares”⁷²².

Quem também percebe as características do malandro é Roberto DaMatta: “[...] um ser deslocado das regras formais, fatalmente excluído do mercado de trabalho, aliás, definido por nós, como totalmente avesso ao trabalho e individualizado pelo modo de andar, falar e vestir-

⁷¹⁸ SANDRONI, Carlos. *Feitiço decente: transformação do samba no Rio de Janeiro, 1917-1933*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p. 156

⁷¹⁹ ROCHA, Gilmar. “Navalha não corta seda”: Estética performance no vestuário do malandro. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, 2006, p. 134-135.

⁷²⁰ *Ibid.*, p. 154.

⁷²¹ PEREIRA, João Batista Borges. *Cor, profissão e Mobilidade: o Negro e o Rádio de São Paulo*. 2ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p. 180.

⁷²² *Ibid.*, p. 153.

se”⁷²³. O pesquisador mostra a caracterização urbana desse tipo de construção de personagem, principalmente com seus trajes no espaço urbano com “camisa listrada, anel com efígie de São Jorge e sapato de duas cores”⁷²⁴.

A historiadora Fabiana Lopes da Cunha traz uma definição que baliza todos estes elementos e, em geral, sustenta a forma vista do nosso malandro carioca:

Em geral, o malandro sempre esteve associado à esperteza, à audácia, à boemia, à sua coragem e valentia dentro dos “pedaços” que liderava nos morros e bairros pobres da cidade. Seu sustento provinha de atividades reprovadas por parte da sociedade do período, tais como a música, o jogo e a cafetinagem. Por outro lado, o malandro sempre se vestia de forma vistosa, tinha um andar macio e porte exuberante, apesar de não ter trabalho regular e *ser identificado com a marginalidade das camadas economicamente subalternas*. Na verdade, ele é um ser que vive na fronteira entre ordem e desordem.⁷²⁵

Ainda pode ser ressaltado na figura do malandro o *status* da cor negra na sua construção simbólica⁷²⁶. Assim como apresenta Velloso, “os estereótipos culturais podem vir a adquirir outras funções”⁷²⁷ e “oferecem elementos cognitivos e identitários capazes de organizar ideias e produzir referências de autoconhecimento e de ação para os diferentes grupos sociais”⁷²⁸. A representação do malandro em nossa caricatura traz vários elementos que permitem sua identificação. Esta é uma constituição presente da imagem do malandro que circulou por diversas caricaturas da *Careta*. Assim como o “Jeca Tatu” tinha seus próprios trajes, modo de falar e se apresentar, os malandros também possuíam suas características peculiares.

Nesta análise, o elemento negro funde-se com o malandro. Podemos complementar este pensamento ao associar o calor do Rio de Janeiro e a multicoloração do povo que elegeu

⁷²³ DAMATTA, Robert. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 263.

⁷²⁴ *Ibid.* O autor expõe acerca da cultura popular a personagem Pedro Malasartes, que, em suma, referencia ele como malandro pelos seus trajes e aplicação de golpes. Cabe este apontamento para compreender como essa figura do malandro ganha sobrevida ao longo do século XX e como seus trajes e sua “moral” se referem a um estereótipo da malandragem.

⁷²⁵ CUNHA, Fabiana Lopes da. *Da Marginalidade ao estrelato: o samba na construção da nacionalidade (1917-1945)*. *op.cit.*, p. 159.

⁷²⁶ Costa Pinto salienta que “o *fácies* estereotipado do malandro carioca, que o senso comum configurou é a base do qual julga e interpretam os homens e os fatos da *mala vita* da metrópole, encarna na figura a) de um negro ou mestiço, b) que vive num morro, numa favela. ‘Negro’, ou ‘mulato’, e ‘morro’ – são elementos essenciais do estereótipo do malandro e nisso refletem de modo primário e parcialmente verdadeiro, a associação real e objetiva que existe entre os elementos a) classe social b) condição étnica, c) situação ecológica, e, principalmente d) desajustamento social e econômico, que estão à origem do tipo social do malandro” (COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. *O Negro no Rio de Janeiro: Relações de Raças numa Sociedade em Mudança*. *op.cit.*, p. 211). Não consideramos apenas essas questões na figura do malandro, mas a interpretação de Costa Pinto reflete sua figura associada a “questão da cor e raça” no Brasil.

⁷²⁷ VELLOSO, Mônica Pimenta. *A mulata, o papagaio e a francesa: o jogo dos estereótipos culturais*. *op.cit.*, p. 368.

⁷²⁸ *Ibid.*, p. 368-369.

um negro nesta caricatura para representar o malandro e o carioca, mas diante do senso comum construído dentro dos estereótipos culturais, parece inerente que não foi por acaso que o aspecto da cor foi induzido à malandragem. O caricaturista Storni, mais uma vez, distingue dentro dos contrastes sociais essas pertinências do senso comum e, a partir dos seus traços, representa uma ótica social do negro estigmatizado na malandragem.

Na história, “a malandragem, evidentemente mestiça, ganha uma versão internacional quando, em 1943, Walt Disney apresenta pela primeira vez o Zé Carioca”⁷²⁹, diz Schwarcz. A exportação de um personagem brasileiro e a caracterização deste, com símbolos brasileiros, possuem duas facetas: a primeira de apresentar o brasileiro ao mundo; a segunda, inevitavelmente – de maneira intencional ou não -, é a de manter os vícios dos estereótipos culturais que ligam o brasileiro a determinados elementos internos da cultura nacional, muitas vezes contendo fortes ambiguidades positivas e negativas. O “malandro” acabou assimilado como forma de pertencimento à cultura brasileira, mas também ganhou a conotação pejorativa denominada de “jeitinho brasileiro”, como forma de burlar regras e obter favores, muitas vezes, fora da lei.

Outro ponto a ser registrado na caracterização do negro na ilustração 10 – não só nesta, mas aparecerá com frequência em diversas representações -, são seus traços faciais. Observem que há dois sujeitos, um branco e um negro. O negro possui lábios maiores, aparentemente sem cabelos – ou quando possuem são crespos -. Enfim, características próprias que condicionam as imagens a estabelecerem ligações com personagens de real interação popular a partir da maximização de suas feições mais proeminentes. O pesquisador Kabenguele Munanga, ao mostrar o estudo do século XIX do cientista francês Paul Broca (1824-1880), embasa que “traços morfológicos, tais como o prognatismo, a cor da pele tendendo à escura, o cabelo crespo, estariam frequentemente associados a inferioridade”⁷³⁰, em contrapartida, a “pele clara, cabelo liso e rosto ortognato seriam atributos comuns aos povos mais elevados da espécie humana”⁷³¹. Complementando a relação entre caricatura e traços físicos, diz Gené:

Narizes e orelhas são os traços que definem com precisão o estereótipo racial. As caricaturas descrevem, a partir do modelo lombrosiano, uma matriz fisionômica amplamente inclusiva para a “identificação” de uma ampla gama de cidadãos que

⁷²⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. *op.cit.*, p. 60.

⁷³⁰ MUNANGA, Kabenguele. *Negritude: Usos e Sentidos*. São Paulo: Ática, 1988, p. 20.

⁷³¹ *Ibid.* O quarto item do nosso capítulo anterior mostrou como essas ideias de Paul Broca do rosto “ortognato” se fizeram presentes nos discursos de intelectuais do Brasil.

vão desde jornalistas, intelectuais, professores, socialistas, comunistas e anarquistas até agiotas e comerciantes da coletividade.⁷³²

Esses pressupostos físicos são corroborados com o estudo de Fernandes, ao passo que haveria uma identificação do negro estigmatizado na depreciação dos seus traços corporais. Fazer referência à forma do “‘cabelo de negro’ ou ‘pixaim de negro’, ‘beijo rombudo’, ‘negro beijudo’, ‘catinga de negro’, ‘sujo que nem negro’, ‘negro porco’, ‘feder que nem negro’ [...]”⁷³³.

Não devemos esquecer as ações dos que tratavam da higiene mental neste período. As características físicas legitimavam para a marginalização do negro, como propensos a surtos psiquiátricos e, por consequência, predispostos “hóspedes” para os hospícios. Reis, ao verificar o prontuário médico de uma negra interna do Juquery, em São Paulo, mostra que “os estigmas da degeneração física que apresenta são comuns de sua raça: lábios grossos, nariz esborrachado, seios enormes, pés chatos”⁷³⁴. Torna-se evidente a classificação “racial” mediante as feições que o projetam na lente social ou como assinala o autor, fruto dos “‘estigmas’ físicos naturais de sua raça”⁷³⁵.



⁷³² GENÉ, Marcela. Construindo o “inimigo da nação”: caricaturas de judeus na imprensa de Buenos Aires (1930-1935). *op.cit.*, p. 445.

⁷³³ FLORESTAN, Fernandes. *O legado da “raça branca”*. *op.cit.*, p. 242.

⁷³⁴ REIS, José Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930)*. *op.cit.*, p. 151.

⁷³⁵ *Ibid.*, p. 152.

Ilustração 11. *Careta*, 30 de janeiro de 1932, ano XXV, nº 1.232.

Confiança de patrões.

Patrão – Não se come nesta casa nestes dias de carnaval?

Crioula – Se o patrão não fosse velho, eu convidava para as “comidas” do meu grupo.

“Criados” ou empregadas domésticas eram frequentes nas ilustrações da *Careta*, possuindo um aspecto muito comum na vida carioca e muito reiterado na arte de J. Carlos⁷³⁶. Empregadas de casas, cozinheiras ou lavadeiras⁷³⁷ não serão raras nas representações das ilustrações. Curiosamente, a figura da negra - negra e mulher – condicionava um olhar específico no cenário da sociedade carioca.

Na ilustração 11 continuamos estabelecendo os parâmetros de análises físicas onde a figura lombrosiana, que Gené classifica como fisionômica, surge nitidamente. Estas construções visuais permearam o século XIX não somente com a escola de antropologia criminalista italiana, como também pelo retrato composto de Galton – que tratamos no primeiro capítulo. Lombroso debruçou-se na tentativa de compreender a criminalidade por meio do criminoso. Sendo assim, traçou padrões físicos que ajudariam a identificar pessoas propensas a tal atitude. Este esforço reflete o elo entre o desenvolvimento da ciência a favor de problemas que afligiam a sociedade, como no caso, a criminalidade. Por isso, traçar padrões hereditários como doenças, grupos raciais, alcoolismo, árvore genealógica ou ainda, padrões físicos como arcada dentária, medição de mãos, pés, crânios e até mesmo tatuagens e fezes, poderiam sugerir um indivíduo condicionado aos desvios sociais. Suas observações mostram o trato do criminoso como um doente, onde poderiam ser identificadas as causas das doenças e seus tratamentos. Para elucidar o sentido dessas classificações, em sua obra, *Criminal Man*, Lombroso descreve tipos faciais que podem corresponder a propensos criminosos:

The other anomalies exhibited by criminals—the scanty beard as opposed to the generalhairiness of the body, prehensile foot, diminished number of lines in the palm of the hand, cheekpouches, enormous development of the middle incisors and frequent absence of the lateral ones, flattened nose and angular or sugar-loaf form of the skull, common to criminals and apes; the excessive size of the orbits, which, combined with the hooked nose, so often imparts to criminals the aspect of birds of prey, the projection of the lower part of the face and jaws (prognathism) found in negroes and animals, and supernumerary teeth (amounting in some cases to a double

⁷³⁶ LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil. op.cit.*, p. 472.

⁷³⁷ Jaime Larry Benchimol alerta que a figura da lavadeira era personagem característico do século XIX na cidade do Rio de Janeiro. Afinal, era em volta dos chafarizes, poços públicos e bicas que se aglutinavam escravos domésticos para coletar água ou lavar roupas. (BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992, p.65

row as in snakes) and cranial bones (epactal bone as in the Peruvian Indians): all these characteristics pointed to one conclusion, the atavistic origin of the criminal, who reproduces physical, psychic, and functional qualities of remote ancestors⁷³⁸.

Suárez e Guazo contribuem com nosso debate ao passo que:

Diversos rasgos físicos hereditarios, como la forma de la cabeza el color de la piel, la forma de la nariz, la textura del cabello y el color de los ojos, entre otros, se han utilizado para considerar a ciertos grupos humanos como seres inferiores, incapaces de civilizarse, mientras que los que presentan características opuestas pueden llegar a ser considerados como la esperanza para el progreso de la humanidad.⁷³⁹

Assim, o diferente cria um aspecto monstruoso e “fora de padrões”, o que tangenciaria um espectro maniqueísta do tipo físico considerado ideal ou não. A sociedade teria ferramentas para julgar sob a anatomia e à luz de uma ciência, criminosos em propensão. A ilustração 11 não deixa nenhuma dúvida do aspecto símio que a negra é dotada nesta caricatura. Seu tipo físico tem características próprias que elevam a crença de ligações morais por meio do seu biótipo. O sugestivo nome de “crioula” colocaria a personagem em uma “condição racial” determinada, em que pertenceria a uma classe econômica inferior, sujeita ao seu “patrão”. Vemos então duas condições de marginalização do estereótipo cultural para o negro, a saber, o físico e o econômico. Outro apontamento divisório da caricatura é o laço da personagem negra ao referir-se “ao seu grupo”. Afinal, qual seria este grupo? Outros crioulos? Provavelmente. O que temos certeza é que o grupo encontra-se em um patamar social diferente do seu “patrão”.

A semelhança da personagem com um macaco não parece ser por acaso e, por vezes, as analogias com o animal são colocadas à tona na configuração do estereótipo cultural do negro na sociedade, associando-o à selvageria ou a “tipos incivilizados”. Por consequência, há a abundância na referência dos traços físicos entre homens e animais. Neste momento, podemos estabelecer a relação racista aliada à irracionalidade animal em que o negro foi vitimado na sociedade. Não à toa, as teorias raciais que se fizeram vigentes nessas primeiras décadas do século XX estabeleceriam no Brasil, pois

a ideia de raça como critério fundamental e perverso de classificação social, fazendo das características físicas e culturais das pessoas justificativas para a desigualdade. Cor da pele, formato do nariz, textura de cabelo, assim como comportamentos, formas de vestir, de comer, festejar eram tidos, naquela época, como marcas de origem racial e, conseqüentemente, de nível cultural e civilizatório. As pretensas diferenças raciais fundamentaram um projeto político conservador e excludente, para o qual não faltaram opositores.⁷⁴⁰

⁷³⁸ LOMBROSO, Cesare. *Criminal Man*. New York: The Knickerbockers Press. 1911, p. 7-8.

⁷³⁹ SUÁREZ, Laura; GUAZO, López. *Eugenesia y racismo en México*. *op.cit.*, p. 63.

⁷⁴⁰ ALBUQUERQUE, Wlamyra R de; FILHO, Walter Fraga. *Uma história do negro no Brasil*. *op.cit.*, p. 208

Apesar das releituras raciais no escopo da era pós-eugenia e Segunda Guerra Mundial, principalmente com as pretensões antirracismo da UNESCO, as referências ao negro comparado aos macacos não deixaram de existir nas relações racistas sociais que se estendem até a contemporaneidade. A insistência na manutenção dos mitos raciais – como na comparação do negro com o macaco -, segundo Schwarcz, significa,

recuperar uma certa forma de sociabilidade inscrita em nossa história que, já presente na escravidão, sobreviveu alternada no clientelismo rural e resistiu à urbanização, em que o princípio de classificação hierárquica se manteve, sustenta por relações íntimas e laços pessoais.⁷⁴¹

As manutenções dos mitos trazem à baila os antigos estigmas das teorias racistas que, mesmo reinterpretadas, tornam-se dentro da coletividade uma categoria para segregação de grupos, ou melhor, “em relação ao clichê e ao lugar-comum, o estereótipo tem uma dimensão suplementar: é capaz de exprimir mais do que uma ideia; traduz um julgamento”⁷⁴². Isto aparenta uma condenação ao indivíduo e ao ajuizamento desses “grupos”, que são formados no imaginário popular onde a partir de qualquer ato de um indivíduo isolado trará como consequência a generalização para a condição do “grupo idealizado”. De outra forma, quando a personagem da nossa caricatura diz “meu grupo” ela está especificando características do grupo ao qual pertence ou foi segregada.

Nesses jogos de rupturas e permanências dos estereótipos raciais foi possível notar na ilustração 11, além das características físicas o problema classista voltado ao trabalho. A “Crioula” está notoriamente servindo seu “patrão”, o que alude a concepção do negro como elemento inferior na escala social do branco. Outra de nossas caricaturas se mostra pertinente para esta análise:

⁷⁴¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira. op.cit.*, p. 112.

⁷⁴² VELLOSO, Mônica Pimenta. *A mulata, o papagaio e a francesa: o jogo dos estereótipos culturais. op.cit.*, p. 373.



Ilustração 12. *Careta*, 1 de abril de 1933, ano XXVI, nº 1.923.

A hora de inverno.

- Estás vendo, Brigida? Agora voltamos a atrasar o relógio.
- Esse relójo tombem são umas porcaria! Nenhum não dá marcha a ré.

Na ilustração 12, de J. Carlos⁷⁴³, novamente vê-se o fortalecimento da hierarquia no mundo do trabalho. Inicialmente, visualiza-se o “patrão”, de cor branca, sobre a mesa arrumando o relógio de parede. Ele está bem vestido em contraposição à “empregada” negra, com uma vassoura, avental e falando errado. Temos então reflexos históricos das posições empregatícias subalternas que, por meio da cor e *status* social, disseminaram-se na sociedade brasileira. Ao que sugestiona a imagem, as concepções do branco na posição dominante e o negro na posição subordinada continuaram se reafirmando mesmo depois da oficialização da abolição, produzindo o sentido da ascensão social na verticalidade para o primeiro, enquanto na horizontalidade para o segundo. O fato de o negro estar formalmente “livre” não significaria ter a mesma condição de liberdade no mundo do trabalho. Ele ainda era visto como um produto da escravidão e direcionado as disputas da mão de obra menos qualificada. Contrário a ideia de “democracia racial” no Brasil, Fernandes apontava na segunda metade do

⁷⁴³ Segundo Lima, “Um aspecto da vida carioca muito frequente na arte de J. Carlos é o que diz respeito aos criados” (LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil. op.cit.*, p. 472).

século XX onde “existe um abismo entre as ideologias e utopias raciais dominantes no Brasil, construídas no passado por elites brancas e escravistas e a realidade social”⁷⁴⁴.

O estudo de Fernandes coaduna-se com nossa proposta a partir da compreensão que o autor obteve ao abordar a condição deste negro na virada de século e nos cinco primeiros decênios do XX, que se estabelecem em nossa periodicidade. As discussões do autor na amplitude das oportunidades de empregos mostram-se em uma vertente para o negro horizontal e não vertical, ou seja, a mobilidade de atingir patamares melhor remunerados e com posições de prestígio social parecem quase que inexistentes. Portanto, sem perigo de generalizações, o sociólogo afirma que apesar dos negros estarem inerentes às mudanças industriais e às “conquistas do progresso”, “não se pode afirmar, objetivamente, que eles compartilhem, coletivamente das correntes de mobilidade social vertical vinculadas à estrutura, ao funcionamento e ao desenvolvimento da sociedade de classes”⁷⁴⁵.

Por um referencial quantitativo de índices do ano de 1950, o autor pôde identificar a diferença entre os universos sociais entre brancos e negros. Na Bahia há uma predominância maior de negros e mulatos, porém os brancos apresentariam melhor posição com relação aos empregos.⁷⁴⁶ De tal modo, no período de suas análises, os brancos que representavam 1/3 da população estavam em melhor nível ocupacional que negros e mulatos. As utilizações destes estudos em anos posteriores se apresentam como uma evidência de continuação de um sistema que passa pelo nosso recorte.

Ao analisarmos a cidade de São Paulo os extremos são ainda mais latentes. O branco representaria maioria quase absoluta como empregador. Mulatos e negros juntos, mal conseguiram somar 6,1%⁷⁴⁷. Por isto, quando os caricaturistas grafam o negro em condições menos privilegiadas nas possibilidades de ascensão social no mundo do trabalho, nada mais fazem do que demonstrar a linha horizontal que o negro e o mulato percorrem no “mundo dos brancos”. As negociações do trabalho ultrapassam as barreiras da competência do homem e

⁷⁴⁴ FERNANDES, Florestan. *O Negro no mundo dos brancos. op.cit.*, 1972, p. 45.

⁷⁴⁵ *Ibid.*, p. 48.

⁷⁴⁶ *Ibid.*, p. 50 e 60. Em termos populacionais, a Bahia tinha um aglomerado populacional de cerca de 1.428.685 brancos (30%), 2.467.108 mulatos (51%), 926.075 negros (19%) e 156 amarelos (0,0003%). Ao observarmos o quadro VI acerca da “Posição na ocupação das pessoas economicamente ativas da população da Bahia – 1950” constatamos que o branco mesmo representado por 30% versus os negros e mulatos que juntos formavam 70% os brancos ocupam melhor posição tanto como empregados quanto empregadores. Brancos empregados correspondem a 23,01 % a medida que mulatos 49,40% e negros 27,58%. Como empregadores, o branco ocupa 51,87% enquanto os mulatos 38,36% e negros 9,75%.

⁷⁴⁷ *Ibid.*, p. 61. No que tange ao número populacional, brancos representam 7.823.111 (86%), mulatos 292.669 (3%), negros 727.789 (8%) e amarelos 276.851 (3%)⁷⁴⁷. No quadro VIII de Florestan na “posição na ocupação” entre empregados e empregadores temos o branco como empregado correspondente a 84%, mulatos correspondem 3,8% e negros 11%. Já como empregadores saltam os olhos, pois brancos correspondem a consideráveis 91,7%, mulatos 0,9% e negros 5,2%.

caem na posição dos “estigmas raciais” fazendo valer a maneira como os sujeitos eram projetados nas suas atividades econômicas em vista da sua “condição racial”.

Em suas pesquisas, Andrews encontrou resultados próximos aos dados de Fernandes principalmente no que concernem aos empregados negros. Segundo ele, os trabalhos para negros considerados relativamente bons - como em São Paulo na *Treamway, Ligth, and Power Company* - não eram inexistentes, mas raros. Porém, para o autor, “estas oportunidades eram claramente limitadas, e a grande maioria dos negros eram obrigadas a realizar *serviços domésticos* ou ter empregos irregulares e mal pagos [...]”⁷⁴⁸. A ilustração 12 nos assegura a imagem do negro atrelado ao serviço doméstico, mais agravante ainda seria se fosse uma mulher negra. Nesse caso, complementa:

Mas assim como as oportunidades de emprego para os homens negros foram decaindo no decorrer das décadas de 1890 e início da década de 1900, as mulheres negras tinham poucos recursos além de retornar ao trabalho como domésticas. (...) um número suficiente de mulheres negras (e alguns homens negros) conseguiram trabalhos domésticos, a ponto de tornar o criado doméstico negro um aspecto característico da vida em São Paulo, como também em outras cidades brasileiras.⁷⁴⁹

Apesar de o historiador recortar esta análise na virada de século, é sabido que a situação perdurou e criou raízes no estereótipo cultural das mulheres negras relacionado-as ao serviço doméstico, como se esta condição trabalhista estivesse hereditariamente vinculada na “condição racial”.

Carl Degler salienta que mesmo negros bem preparados encontraram dificuldades para um mercado de trabalho mais promissor. Ele cita um caso, em 1968, em que uma moça mulata, “treinada pela IBM, presumivelmente para o trabalho de escritório, que não conseguia encontrar emprego a não ser como criada, o que ela finalmente aceitou por não ter alternativa”⁷⁵⁰. Degler se pautando em estudos de Tales de Azevedo e Donald Pierson, para demonstrar a dificuldade do negro para sair da base da pirâmide no que concerne no seu nível de educação e busca de melhores empregos:

É possível argumentar, como fez Pierson que a contratação de pretos na base da pirâmide econômica seja um exemplo de classe e não de discriminação de cor, tanto no Nordeste como no resto do Brasil. E, como vimos, a classe é certamente um elemento de categorização das pessoas no Brasil. Além disso, como os negros são pobres como resultado da escravidão, não têm educação ou renda para atingir níveis educacionais ou de habilitação que poderiam ajudá-los a elevar sua condição. Há

⁷⁴⁸ ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. *op.cit.*, p.114-115. [Grifo nosso].

⁷⁴⁹ *Ibid.*, p. 116.

⁷⁵⁰ DEGLER, Carl. *Nem preto nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos*. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976, p. 160.

também, uma tendência para que seus filhos continuem nos níveis mais baixos da economia e da sociedade pela mesma razão.⁷⁵¹

Quem também observou esta estratificação do negro nos serviços domésticos foi Luiz de Aguiar Costa Pinto, em seu estudo *O Negro no Rio de Janeiro*. No caso das mulheres, ele explanou que na década de 1940 empregadas domésticas negras eram maioria no Rio de Janeiro. Como exemplo, este número chegaria a quase 50% das mulheres pretas e pardas. Para o autor, “Isso demonstra que, no Rio de Janeiro, para a mulher de cor o emprego doméstico tem sido, e ainda é, a grande oportunidade de ocupação remunerada”⁷⁵². Este tipo de apreciação leva a crer quem gozaria dos privilégios das profissões mais “importantes” no universo do trabalho. Esboça assim, uma preferência de cor e raça para algumas ocupações remuneradas específicas direcionando o negro, por exemplo, aos serviços com menos prestígio social.

Entre o diálogo das personagens é aparente que a negra profere as palavras de maneira errônea à norma da língua portuguesa da época. Por isso, o destaque feito por J. Carlos é proposital. Isto estabelece uma referência de posições hierárquicas do letrado para o semialfabetizado (ou mesmo analfabeto). Enquanto o homem da ilustração, que aparenta estar em uma posição de empregador, diz corretamente “relógio”, a negra subalterna diz a mesma palavra como “relojo”.

Assim, além de evidenciar a distância no vocábulo das mesmas palavras, ambas são grafadas de forma diferente. J. Carlos procurou enfatizar que enquanto o homem diz relógio empregando a letra “g” a mulher emprega o “j”, o que para nós, representa um indício da visão da personagem negra abaixo da classe alfabetizada. Essa condição racial nas caricaturas remonta a tese interessante de Saliba que, “a representação estereotipada, não raro, no ressentimento, na negatividade ou na degradação, integrava a estrutural recusa das classes dominantes em aceitar a maior da população brasileira como parte de um mesmo universo social”⁷⁵³. Concordamos o autor, pois acreditamos que nestas caricaturas há uma vinculação de denúncia latente das formas como estes estereótipos se construíam e se reafirmaram na sociedade brasileira. Fonseca entende que as piadas, ou para nós, o humor inserido nos estereótipos, “discriminam, marginalizam e, às vezes, criminalizam os descendentes africanos –

⁷⁵¹ *Ibid.*, p. 152-153.

⁷⁵² COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. *O Negro no Rio de Janeiro: Relações de Raças numa Sociedade em Mudança*. *op.cit.*, p. 107.

⁷⁵³ SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. *op.cit.*, p. 125.

representando-os como vadios, malandros, ladrões, aproveitadores, e inferiorizando-os diante dos outros contingentes populacionais constituintes no país”⁷⁵⁴.

O estudo de Héctor Fernandez L’hoeste dos estereótipos culturais de Memín, no México, apesar de não se preocupar exclusivamente com a questão racial, insere a problemática na leitura de uma realidade social da personagem. Porém, o fato dele ser negro e representar a miséria em contraposição à sua realidade faz com que haja o entrelaçamento destes estigmas. Para L’Hoeste, no caso de Memín, “ao parecer, a miséria é o que de fato corresponde a uma pessoa da raça negra”⁷⁵⁵ e “não é preciso mais do que ligar uma televisão ou passear pelas zonas mais ricas de qualquer cidade mexicana para nos darmos conta dos limites desse paradigma identitário”⁷⁵⁶.

Oportunamente, devemos lembrar que um dos preceitos da eugenia de Kehl era aconselhar o casamento entre pessoas da mesma classe social, principalmente por um critério vocacional, pois “será um recurso eugênico para reforçar os bons caracteres hereditários, sobre os quais repousam tais particularidades e vocações”⁷⁵⁷. O conselho de Kehl em vista ao seu ideal eugênico, em 1933, propunha a segregação social no matrimônio de pessoas da mesma classe e profissão para a manutenção dos melhores caracteres hereditários. Em outras palavras, empregadas deveriam casar com empregados e patrões com patroas, legitimando assim, seus “talentos hereditários”.

Devemos nos atentar ainda para a construção do humor nesta caricatura. Ele se sustenta com o “atrasar à hora” devido ao horário de inverno. O “patrão” reclama em ter que ficar atrasando ou adiantando o relógio. Por sua vez, a empregada salienta que o relógio deveria ter “marcha a ré” para que não tivessem mais problemas com isso. Sobre o título determinado “Horário de Inverno” é uma referência ao Horário de Verão, que havia sido adotado no Brasil desde o dia 1 de outubro de 1931, sob o decreto nº 20.466⁷⁵⁸.

Outro componente observado nas caricaturas deve-se ao enraizamento em relação à instrução educacional e o modo de falar relativo às características físicas e sociais do “povo brasileiro”. A seguir, a caricatura 13 remonta um diálogo entre o que seriam três homens

⁷⁵⁴ FONSECA, Dagoberto José. *Você conhece aquela? : a piada, o riso e o racismo à brasileira*. *op.cit.*, p. 32.

⁷⁵⁵ L’HOESTE, Héctor Fernandez. De estereótipos vizinhos: Memín Pinguín como uma oportunidade perdida. In: LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, humor e caricatura: A questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 145.

⁷⁵⁶ *Ibid.*, p. 146. Ainda nesta página há um dado interessante da Universidade de Duke, que se dedicou às percepções raciais no sul dos EUA. Esta apontou que “Para 58,9% os negros não são bons trabalhadores; para 32,5%, as relações com negros são difíceis; e para 56,9%, os negros não são dignos de confiança” (*Ibid.*).

⁷⁵⁷ KEHL, Renato. *Aparas eugênicas: Sexo e Civilização*. *op.cit.*, p. 86.

⁷⁵⁸ Consta nos autos do Diário Oficial da União - Seção 1 - 3/10/1931, Página 15585 (Publicação Original). Pode ser visto em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decret-20466-1-outubro-1931-560651-publicacaooriginal-83760-pe.html> (acessado em 10 de fevereiro de 2014).

caracterizados pelo vestuário simplório - podemos situá-los como sertanejos. O que se faz relevante é que além da questão da cor e raça, a caricatura ratifica o retrato das classes menos privilegiadas e sua condição nos empregos e sua maneira de utilizar a língua portuguesa.



Ilustração 13. *Caretta*, 21 de fevereiro de 1931, ano XXIV, nº 1.183.

O novo Ministério.

- Fui me *inscrevê*. O *home préguntou* um rô de coisas e *depois* se eu tinha profissão. *Ahi* fiquei calado.
- O' *naphabetico!* *Ahi* é que você deveria *arrespondê*: - Sem *trabaio*.

O recenseamento de 1872 considerava que perante um universo de 1.509.403 escravizados somente 1.403 sabiam ler e escrever.⁷⁵⁹ Esta observação reflete nas “condições raciais” que a educação mantinha, e se reproduziria mesmo após a escravidão. Na tentativa de compreender as imagens, algumas digressões são necessárias para abranger como a questão educacional, por exemplo, se desenvolveu de forma quase imutável referente ao negro, seja no momento de escravidão ou na Primeira República.

Posto isto, duas condições permitem-nos apreender na imagem: o momento de desemprego, como consequência da crise de 1929, e a maneira como as personagens utilizam a língua matriz para se expressar. Nesse ponto, Edgard Carone cita o discurso de Lindolfo

⁷⁵⁹ FONSECA, Dagoberto José. *Você conhece aquela?: a piada, o riso e o racismo à brasileira. op.cit.*, p. 87-88.

Collor em dezembro de 1930, no surgimento do novo Ministério do Trabalho que ratificaria o problema do desemprego, que viria ser uma preocupação no início da década de 1930:

Se o trabalho ainda apresenta rendimento extremamente precário entre nós é porque ele nunca deixou de ser empiricamente realizado. Pois poderá conceber-se fenômeno menos explicável no Brasil do que o dos homens sem trabalho, tanto em discussão nestes últimos tempos?⁷⁶⁰

Para Angela de Castro Gomes, a criação desse ministério “deveria simbolizar o projeto ‘verdadeiramente inovador’ do governo, com a presença do Estado regulamentando e fiscalizando as relações entre capital e trabalho no país”⁷⁶¹. Entre outras medidas, deu-se a prioridade para o trabalhador nacional e a disponibilidade de um aparato jurídico amparado em legislações do trabalho.

O enfoque no trabalhador tão característico nas lembranças da Era Vargas parece uma inquietação desde o início do Governo Provisório. Não era de se pensar o contrário tendo em vista a relação dos “sem trabalhos” e o ambiente econômico para o desenvolvimento que se tinha o interesse em projetar no Brasil. Com o “Estado interventor”, o Ministério do Trabalho foi uma importante criação, não apenas na tentativa de contenção de crises nos meios trabalhistas, mas também em modernizar o Brasil e ceifar os índices negativos da economia. Esta mudança de concepção em relação ao trabalho, como dissertou Jorge Ferreira, na época da Primeira República, “não reconheciam o valor do trabalho e do trabalhador. Não havia relação entre trabalho riqueza. O trabalhador era pobre e era bom que permanecesse nesse estado porque somente assim ele trabalharia”⁷⁶². Parecia que pela primeira vez o trabalhador teria um aspecto singular dentro de um regimento governamental no país. Este momento pode ser consagrado ainda no Governo Provisório, quando nos anos entre 1931 e 1934 uma série de reformas nesse campo foi efetuada, a saber, “limitação da jornada de trabalho, regulamentação do trabalho feminino e infantil, horas extras, férias, proteção à mulher grávida, pensões e aposentadorias, entre diversas outras”⁷⁶³.

No que diz respeito a nossa caricatura, as personagens são retratadas como trabalhadores rurais. Esta parcela não obteve as mesmas vantagens das novas regularizações do trabalho da mesma forma que aqueles que se encontravam nos centros urbanos. Gomes explica que “trabalhadores rurais, autônomos e domésticos, todos muito numerosos e se

⁷⁶⁰ CARONE, Edgard. *A segunda república (1930-1937)*. *op.cit.*, p. 222.

⁷⁶¹ GOMES, Angela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

⁷⁶² FERREIRA, Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. (orgs.). *A era Vargas: Desenvolvimento, economia e sociedade*. São Paulo: Editora UNESP, 2012, p. 298.

⁷⁶³ *Ibid.*

constituindo na maioria da população trabalhadora do país, ficaram de fora da estrutura de proteção que então se inaugurava”⁷⁶⁴. Com esta afirmação, podemos avaliar a construção do diálogo entre os atores da caricatura no que concerne à especialização do trabalho. O profissional rural parecia ter menos atenção neste deslocamento para o centro urbano, principalmente ao concorrerem com uma massa especializada.

Diante desse quadro, a demanda trabalhista foi incansavelmente retratada na *Careta* entre 1930 a 1934. O modelo da ilustração 13 corrobora com o pensamento difuso na época em semelhança à preocupação com a falta de empregos e, em nosso estudo, pode-se identificar que pessoas sem instrução, ou ainda vistas pela ótica das teorias raciais, teriam mais dificuldades para encontrar uma ocupação remunerada. Neste caso, a eugenia também tinha propostas para seleções de cargos acadêmicos e públicos, que para Kehl, deveriam “premiar indivíduos somato-psiquicamente superiores, de moral reconhecida e de boa linhagem no sentido eugênico”⁷⁶⁵. Outro ponto interessante pode ser estabelecido pela própria visão de Kehl que se apoiava na ideia de que o negro era inferior no aspecto intelectual:

Considero todas as raças suscetíveis de um desenvolvimento progressista, em maior ou menor grau, guardando, porém, certa restrição em relação à raça negra, que, parece-me, é de um grau intelectual um tanto inferior a todas as outras. O fato de se contarem, entre indivíduos de raça negra, exemplos de inteligência brilhante, não julgo capaz de abalar essa crença, ou melhor, essa verdade. São exceções, e raríssimas, que não servem para invalidar a regra.⁷⁶⁶

A caricatura faz alusão à situação precária da “qualidade” do trabalhador brasileiro. Uma série de erros de vocabulários contribui para o entendimento da ausência escolaridade das personagens. Ao se tratarem como “nalphabetico” (analfabeto) direcionam nossa argumentação na roupagem de uma gama significativa do pobre e do negro nesta condição.

Levando para o aspecto “racial” podemos utilizar os dados de Fernandes novamente. O autor mostra, no censo de 1950, que “brancos” possuíam mais escolarização que os negros nos níveis de ensino elementar, médio e superior. A disparidade na educação entre brancos e negros na primeira metade do século XX é latente. Carlos Hasenbalg também constatou esta disparidade em seu estudo nos anos dos anos de 1940-1950, demonstrando o baixo nível de oportunidade por “tipo racial”⁷⁶⁷. Para Degler, os “anos de 1930, por exemplo, 27% das

⁷⁶⁴ GOMES, Angela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. op.cit., p. 29.

⁷⁶⁵ KEHL, Renato. *Aparas eugênicas: Sexo e Civilização*. op.cit., p. 256.

⁷⁶⁶ KEHL, Renato. *A cura da fealdade: eugenia e medicina social*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923, p. 174-175. Esta observação de Kehl nos faz lembrar da própria concepção de Galton sobre os “negros notáveis”, como Toussaint Louverture, do qual era considerada uma exceção.

⁷⁶⁷ Em 1940 no Brasil havia 102.066 brancos contra 3.962 “não brancos” em nível universitário. Com nível secundário 336.348 brancos versus 19.962 “não brancos”. Primário corresponde a 1.334.620 brancos em comparação a 212.790 “não brancos”. Já sem grau nenhum eram 16.660.510 brancos contra 10.171.913 “não

crianças nascidas em São Paulo, em hospitais, eram pretas e apenas 0,6% dos estudantes universitários o eram”⁷⁶⁸. Assim, a caricatura apresenta para nós a imagem deste quadro em que a escolaridade era um problema para o trabalhador.

Costa Pinto ponderou acerca da quantidade mínima de negros que possuíam a possibilidade de ter um diploma superior no Rio de Janeiro nos anos de 1940. Apesar de nesse momento os negros e pardos apresentarem um índice considerável de instrução no nível elementar, os números decaíam assustadoramente quando se tratava de conquistar um diploma nos níveis superiores. Levantando estudos que se referem também ao nosso período, o autor mostrou que apenas 1.09% “tinham certificados de curso superiores”⁷⁶⁹. O que nos leva ao entendimento das possibilidades de ascensão profissional desses grupos em um mercado de trabalho predominado pela superioridade de instrução dos brancos. Costa Pinto traz um jargão popular em sua obra sociológica que exprime a relação entre a força dominante sobre a oprimida: “É necessário abrir escolas para todos; *mas*, para que diabo filho de cozinheira quer ser doutor?”⁷⁷⁰. Esta frase, sobretudo, expressa com proeminência a horizontalização dos grupos menos privilegiados em busca da ascensão social.

A “questão da raça” está associada à educação e ao desemprego, pois as oportunidades não se demonstram as mesmas para os diferentes grupos sociais. A tentativa de controle de imigração na década de 1930 e por consequência, uma incorporação dos negros à classe trabalhadora industrial, segundo Hasenbalg, não evitou “as práticas discriminatórias sutis e informais provaram ser eficientes no controle da penetração de negros e mulatos na classe média assalariada”⁷⁷¹. Isso significa que a mobilidade social horizontal permaneceu dentro da concepção elitista, afim de que o negro permanecesse na sua condição subjulgada e tendo poucas possibilidades de ascensão trabalhista e social. Se a intelectualidade começava a enxergar o negro sobre outro prisma do pertencimento à nação na década de 1930,

brancos” (HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. 2ª. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 294).

⁷⁶⁸ DEGLER, Carl. *Nem preto nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos*. *op.cit.*, p. 156.

⁷⁶⁹ COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. *O Negro no Rio de Janeiro: Relações de Raças numa Sociedade em Mudança*. *op.cit.*, p. 159. Mais adiante, o autor faz uma importante anotação sobre o não investimento de qualificação dos negros: “Por outro lado, o preço baixo e a relativa facilidade de obtenção dessa força produtiva fez com que toda vez que se precisava produzir mais, se pensasse primeiro, em aumentar o número de negros no trabalho e, só depois, em aumentar a qualificação técnica e intelectual do trabalhador. Resultou daí, para o negro uma lamentável homogeneidade social, o que habituou o branco no Brasil a sempre pensar nele como se fosse um bloco indiferenciado, o que de fato foi até bem pouco tempo” (*Ibid.*, p. 162).

⁷⁷⁰ COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. *O Negro no Rio de Janeiro: Relações de Raças numa Sociedade em Mudança*. *op.cit.*, p. 164. [Grifo do autor].

⁷⁷¹ HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. *op.cit.*, p. 243.

proeminentemente como parte da identidade nacional, seu reflexo não exercia a mesma força dentro das oportunidades na sociedade.

Apesar dos estudos que se debruçaram em “quantificar” as amostras de que o negro ou o mestiço possuíram menos oportunidade no mundo do trabalho e escolaridade, a historiografia recente parece bastante consolidada nessa prerrogativa. Alguns trabalhos ao tratarem do mito da “democracia racial” compreendem e estabelecem a lacuna entre brancos e negros no Brasil, no que concerne a visão “racial”. A historiadora Emília Viotti da Costa, ao abordar as tentativas de equalizar as posições sociais, se refere a um recorte do que ainda hoje é perceptível:

A maioria da população negra permaneceu numa posição subalterna sem nenhuma chance de ascender na escala social. As possibilidades de mobilidade social foram severamente limitadas aos negros e sempre que eles competiram com os brancos foram discriminados.⁷⁷²

Criou-se um oceano de argumentos de que no Brasil estaria ausente de preconceitos raciais. Contraditoriamente, cada vez mais foram procuradas formas sociais e políticas de tentar “igualar” as condições de todos os grupos. Concordamos com L’Hoeste que, “Por conseguinte, o que a olhos de quem vive segundo um paradigma de raça é evidente o racismo, aos olhos de quem vive segundo uma ordem de classe pode encarnar flagrante classismo”⁷⁷³. Essa afirmação embasa o contraste brasileiro dos ambientes em que o pertencimento parece mais voltado para a cor e condição social do que por atributos de meritocracia. Os clubes privados⁷⁷⁴, os restaurantes luxuosos, os teatros da elite⁷⁷⁵, as faculdades de medicina de São Paulo, por exemplo, dizem “o que” e “a quem” pertence às instituições e os estereótipos culturais na sociedade brasileira. Por consequência, o preto e o branco estão bem definidos onde cada um pode ou não entrar ou permanecer.

⁷⁷² COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. *O Negro no Rio de Janeiro: Relações de Raças numa Sociedade em Mudança*. *op.cit.*, p. 366.

⁷⁷³ L’HOESTE, Héctor Fernandez. *De estereótipos vizinhos: Mémim Pinguín como uma oportunidade perdida*. *op.cit.*, p. 144.

⁷⁷⁴ Degler aponta que a exclusão de pretos de clubes de classes altas e médias é feita sutilmente e sem referência aberta à cor. Os negros simplesmente não tentam associar-se a clubes brancos exclusivos, pois sabem que as moças brancas recusarão dançar com eles, mesmo na Bahia. (DEGLER, Carl. *Nem preto nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos*. *op.cit.*, p. 157).

⁷⁷⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. *op.cit.*, p. 112.

CAPÍTULO 4

O LUGAR DO NEGRO NAS CARICATURAS.

1. A SIMBOLOGIA NEGATIVA DA COR NEGRA.

Havendo em toda parte muita casta de vadios, que cometem insultos e extravagâncias inauditas, não é de admirar que no Rio de Janeiro, onde o maior número dos seus habitantes se compõe de mulatos e negros, se pratiquem todos os dias grandes desordens.

D. LUIZ DE VASCONCELLOS.⁷⁷⁶

But Freedom is not enough. You do not wipe away the scars of centuries by saying: Now you are free to go where you want, and do as you desire, and choose the leaders you please.

You do not take a person who, for years has been hobbled by chains and liberate him, bring him up to the starting line of a race and then say “you are free to compete with all the others,” and still justly believe that you have been completely fair.

Thus it is not enough just to open the gates of opportunity. All our citizens must have the ability to walk through those gates.

LYNDON BAINES JOHNSON.⁷⁷⁷

Faz-se o negro passar a vida a engraxar sapatos e depois prova-se a inferioridade moral e biológica do negro pelo fato dele ser engraxate.

GEORGE BERNARD SHAW.⁷⁷⁸

Se no capítulo anterior mostramos por meio da *Careta* os aspectos de como a “questão racial” foi ilustrada mediante aos fatores sociais e as teorias raciais juntamente com a eugenia, estabelecendo as raízes de estereótipos culturais como do negro bêbado, vinculado aos serviços domésticos, inferior ao branco, etc., no presente item trataremos de uma forma mais peculiar: a cor como elemento depreciativo e a visão do negro propenso à criminalidade. A primeira parte refere-se a certo maniqueísmo entre a cor branca – que poderia ser interpretada como um sinônimo do “bem” - e a cor negra – que seria o “mal”. Exploraremos estas condições que atribuem a cor e raça um sinônimo de erro, negativismo, situação ruim, entre outras. Sobre a bandidagem relacionada à cor, trataremos em um item independente para facilitar a divisão das temáticas abordadas.

⁷⁷⁶ VIANNA, Oliveira. *O typo brasileiro: seus elementos formadores*. *op.cit.*, p. 286-287. Citando a fala do vice-rei D. Luiz de Vasconcellos.

⁷⁷⁷ Discurso de Lyndon B. Johnson em: “*Commencement Address at Howard University: ‘To fulfill these rights’*”. 4 de Junho de 1965, p. 636. Disponível em:

<http://quod.lib.umich.edu/p/ppotpus/4730960.1965.002/107?page=root;rgn=full+text;size=100;view=image> (Acessado em 20/02/2014).

⁷⁷⁸ SHAW, 1916 apud COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. *O Negro no Rio de Janeiro: Relações de Raças numa Sociedade em Mudança*. *op.cit.*, p. 169.

Primeiramente, cabe-nos uma reflexão: até que ponto a cor da pele seria um desejo na sociedade? Havia uma cultura do “branqueamento”? Não é novidade que as crianças crescem lendo e ouvindo contos como o da “Branca de Neve”. Notam que todas as princesas dos contos de fadas são idealizadas pela cor branca. Podemos conceber além na nossa sociedade que se diz “imune aos preconceitos” e imaginar qual seria a recepção do público ao ver uma negra atuando em uma peça escolar como protagonista de um conto de fadas da Branca de Neve? Raça e cor como um atributo de beleza almejada vêm de longa data. Sobre isso, Degler nos lembra de um episódio contado por Tales de Azevedo que remonta estes exemplos para a realidade dos padrões de beleza:

Tales de Azevedo, um baiano orgulhoso da tolerância racial de sua cidade, conta a história de um menino mulato a quem sempre cabia representar, nas peças escolares, papéis estereotipados da baixa valorização dos negros, tais como pescadores ou charlatães. Em certa ocasião deram-lhe um papel romântico, no qual teria que segurar a mão de uma menina branca, porém, no último momento, foi ele substituído por um menino branco, tendo o diretor alegado que devia dar também a outros a oportunidade de representar. Mas o menino mulato estava convencido de que o haviam retirado da peça porque não seria adequado que um mulato fizesse uma cena de amor com uma menina branca.⁷⁷⁹

O relato de Azevedo se passou na Bahia, um estado com uma maioria populacional de negros e mulatos. Degler, sobre esta discriminação, cita que no teatro adulto na Bahia, papéis importantes que dependem de um negro para serem representados são “desempenhados por brancos pintados de preto!”⁷⁸⁰. Não sabemos o desdobramento do episódio relatado por Azevedo, mas ele nos serve para ilustrar nossas próximas caricaturas acerca do que se ambicionava com padrões de beleza em termos “raciais”. Observa-se este contexto na *Careta*, a partir de duas caricaturas que representam os famosos concursos de belezas que sempre fizeram sucesso entre as meninas e a imaginação masculina. Seguem elas:

⁷⁷⁹ DEGLER, Carl. *Nem preto nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos*. *op.cit.*, p. 153.

⁷⁸⁰ *Ibid.*, p. 154. Ainda nesta página o autor mostra como para personagens de teatro, rádio ou TV, são direcionadas aos negros sempre papéis de caráter social inferior ou que não são cobiçados pelos outros. Para isso, indicamos também: PEREIRA, João Batista Borges. *Cor, profissão e Mobilidade: o Negro e o Rádio de São Paulo*. 2ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. Nesta obra o autor trata da construção caricatural do negro no rádio. É interessante notar como a representação do estereótipo do negro nos impressos encontrou espaço também no rádio e, posteriormente, na TV. O autor cita, por exemplo, que “A estilização deste negro é feita à base de estereótipos impregnados de alusão à sua estética: feito, macaco, tição; ou ligados à sua descategorização social e a sua frouxidão de costumes: malandro, rufião, delinquente, maloqueiro, amasiado, bêbado, vagabundo, mandingueiro, pernóstico, servil.” (*Ibid.*, p. 178).



Ilustração 1. *Careta*, 27 de setembro de 1930, Ano XXIII, nº 1.162.

Ecos do concurso de beleza.

Como os críticos descontentes desejavam o tipo de beleza universal: os olhos da portuguesa; o nariz da iugoslava; o sorriso da italiana; o queixo da húngara; a testa da austríaca; o penteado da russa; o pescoço da rumaica; a altura da francesa e os pés da inglesa...



Ilustração 2. *Careta*, 7 de abril de 1934, Ano, XXVII, nº 1.346.

Doce esperança.

- É minha filha, sim *sinhô*. Vai *sê* rainha no ano que vem.

- Rainha?!

- É sim, *sinhô*. A “morena” já foi, a “lourinha” *tombem*, agora, *antão*, toca a vez dela.

As caricaturas 1 e 2 estão em um intervalo de tempo de aproximadamente quatro anos e tratam da mesma temática: concursos de beleza. Inicialmente, podemos advertir na primeira caricatura o “tipo” de beleza universal que se esperava tanto no Brasil como no exterior. Os “tipos” seriam dos mais variados, fundindo as “qualidades físicas” consideradas mais eminentes em grupos nacionais como: o olho da portuguesa, a testa da austríaca ou os pés da inglesa, enfim, “tipos” europeus são destacados como sinônimos da perfeição. Podemos remeter a caricatura à uma construção feita por Roquette-Pinto, onde satiriza a busca pela beleza universal por meio de índices antropométricos entre a mulher e esculturas de mármore:

Uma das maiores, senão a mais graúda, é precisamente a que consiste em atribuir à prova antropométrica o intuito de verificar si o individuo a ela sujeito tem ou não tem as proporções de uma determinada figura de mármore, considerada como tipo universal da beleza feminina. Isso é cômico. A antropometria, no caso, tem fins bem diferentes.⁷⁸¹

Em nenhum momento a caricatura nos oferece qualquer indício de que haja outro “tipo”, especialmente aludindo à beleza negra como integrante aos “tipos de belezas universais”. Na imagem, ao lado dos homens que admiram o que seria o “tipo ideal”, há uma escultura grega que tradicionalmente representava a preocupação com as formas físicas e a harmonia do corpo, algo muito comum visto por aqueles eugenistas que percebiam nas formas gregas o sinônimo de perfeição física.

Este “tipo” de beleza ideal pode ser encontrado na própria obra de Kehl. Ao analisarmos *Melhoremos e Prolonguemos a Vida* (1922), o autor traz um forte indício dessa observação ao dizer que,

a concepção eugênica de aperfeiçoar a humanidade, favorecendo o nascimento de seres robustos e belos, remonta, como deixei claro a muitos séculos. Lycurgo teve-a quando determinou que se lançassem no Eurotas as crianças raquíticas e degeneradas; Platão quando pregou a necessidade do exame pré-nupcial dos nubentes, que deviam apresentar-se diante de uma junta com o corpo nu, atestando pelo seu estado de saúde a garantia de uma prole perfeita e vigorosa; e Aristóteles, como se verifica percorrendo as páginas de sua “Política”.⁷⁸²

A importância que os eugenistas atribuíam para um corpo “saudável” era notável. Afinal, não bastava apenas uma mente sã, mas havia a necessidade de um corpo em equilíbrio

⁷⁸¹ ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Ensaios de anthropologia brasiliana. op.cit.*, p. 30.

⁷⁸² KEHL, Renato. *Melhoremos e prolonguemos a vida: a valorização eugênica do homem*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1922, p. IX.

e, por isso, incentivos a atividades físicas eram recomendadas como parte do programa de eugenia. Intencionalmente, nesta mesma obra, Kehl dedicará um capítulo para tratar de “Exercícios Físicos”⁷⁸³. Kehl, em especial, era um eugenista que percebia na feiúra um problema social e dedicou algumas obras para falar da *Cura da Fealdade* (1923), onde a estética estaria associada ao corpo e à moralidade.

André Luiz dos Santos Silva estudou a concepção da educação física no projeto eugênico de Renato Kehl. Silva chegou à conclusão que o eugenista via com bons olhos os concursos de beleza feminina e masculina, bem como as práticas educacionais do corpo, pois seria uma forma de atingir os objetivos da “perfeição eugênica”⁷⁸⁴. Citando Kehl, em suma, “os concursos de beleza com a exibição honesta de corpos bem modelados, constituem, pois, fatores indispensáveis de educação estética masculina e feminina”⁷⁸⁵. O corpo consistindo um objeto da eugenia e referenciando as formas gregas de perfeição, não nos surpreende que estes eventos adequarem-se ao que fosse “esteticamente aceito”. O próprio Kehl considerava as “mulatas” uma exceção quanto à beleza, “O mulato, o mameluco e o cafuzo são tipos plasticamente feios na sua generalidade. Conhecem-se belas mulatas e mulatos bonitos, mas como exceção e não como regra”⁷⁸⁶.

Em seu segundo número, o *Boletim de Eugenia*⁷⁸⁷, de fevereiro de 1929, sob a direção e propriedade de Kehl, apresentou uma matéria que nos possibilita decodificar, ao menos em partes, as visões estabelecidas pelos concursos de beleza. Alguns trechos resumem a tônica da publicação e o que procuravam nos candidatos como: “[...] a seleção é muito mais rigorosa nos concursos eugênicos, pois a sindicância abrange a ascendência dos candidatos”⁷⁸⁸. Em torno dessas especificações de ascendência, ainda complementa que “não somente as enfermidades físicas são apreciadas como também as mentais. É necessário, para a classificação, que seja perfeita e sadia a constituição do candidato e seus antepassados”⁷⁸⁹. A presença do termo denominado “antepassados” insere-se na contextualização racial como figura de análise eugênica para nós, afinal, a vontade de uma comunidade de ascendência europeia no Brasil sinaliza uma das respostas das frustrações da cor nesses concursos.

⁷⁸³ *Ibid.*, p. 181-189.

⁷⁸⁴ SILVA, André Luiz dos Santos. *A perfeição expressa na carne: a educação física no projeto eugênico de Renato Kehl* (1917 a 1929). Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2008, p. 119-120.

⁷⁸⁵ KEHL, 1927 apud SILVA, André Luiz dos Santos. *A perfeição expressa na carne: a educação física no projeto eugênico de Renato Kehl* (1917 a 1929). *op.cit.*, p. 120.

⁷⁸⁶ KEHL, Renato. *Lições de Eugenia. op.cit.*, p. 191.

⁷⁸⁷ *Boletim de Eugenia*, Ano. 1, n. 2, 1929, p. 3.

⁷⁸⁸ *Ibid.*

⁷⁸⁹ *Ibid.*

O médico Alexandre Tepedino, em 1931, publicou uma obra nomeada *Alma e beleza*, em referência às mulheres. Para Cunha, esta obra representou outra vertente da eugenia aliada à beleza, ao que concerne um compromisso com a nacionalidade. O autor dirá que: “Todo um capítulo é especialmente dedicado à beleza e à nacionalidade, relação na qual a ‘mulher bela’ teria um ‘compromisso’ a assumir: o *fazer obra eugênica*”⁷⁹⁰. Então, também notamos uma associação aos valores eugênicos agrupados a representação de um “tipo padrão” para a nacionalidade.

Gostaríamos de ilustrar este tema da beleza relacionada à eugenia em outro texto. Em 1936, um pouco à frente do nosso recorte temporal estabelecido pelas fontes, possui significado importante tanto para a construção das nossas caricaturas quanto para revelar como a ideia da beleza eugênica continuou perdurando.



A beleza feminina do nosso tempo.

O homem moderno preocupa-se seriamente com os problemas superiores da eugenia. Daí os numerosos campeonatos plásticos que se realizam no mundo inteiro, todos os anos — em Galveston, em Paris, em Hollywood, em Nice etc. Mas, dando um severo balanço no resultado de todos esses concursos internacionais de beleza, nós chegamos sem esforço á conclusão de que as mulheres mais bonitas do mundo se encontram todas, ou quasi todas, em Hollywood. Uma estatística antropométrica, não ha muito, trouxe-nos uma revelação sensacional: trinta das “estrelas” mais famosas do cinema americano possuem aproximadamente as mesmas dimensões plásticas da Venus de Milo. Quer dizer, o padrão atual da Venus cinematográfica é, nas suas linhas fundamentais idêntico ao padrão clássico da Venus de Milo. Agora, o que é curioso observar é que as mulheres mais belas de Hollywood, segundo quase todos os julgamentos, são mais ou menos as mesmas [...]

Caretta, 26 de setembro de 1936, ano XXIX, nº 1.475.⁷⁹¹

O excerto acima induz aquilo que nossas caricaturas pareciam expressar: a tentativa de “padronização humana”. Em nossa primeira caricatura, ressaltamos o apelo à tentativa de aproximação aos padrões de beleza contemporânea e às estátuas da Grécia Antiga. Por sua

⁷⁹⁰ CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927 – 1942*. *op.cit.*, p. 309. [Grifo da autora].

⁷⁹¹ Foi deslocada aqui apenas a primeira parte do texto que compete ao nosso estudo. O resto do texto é voltado ao tema da beleza feminina em Hollywood e a coloca como padrão universal e preferencial.

vez, o texto argumenta que os “padrões antropométricos” são bem próximos das dimensões da “Vênus de Milo”, da qual seria o modelo ideal de beleza dos antigos. Essa máxima foi levada aos concursos, aos desejos das mulheres tanto no cinema de Hollywood, quanto na imaginação de que somente as mulheres dotadas destes “tipos” próximos de curvas e medidas poderiam ser aceitas como belas. Assim, as medidas corpóreas e a “*Standard* eugênico” seriam uma referência por meio da estética para a aceitação social.

Roquette-Pinto desenvolveu uma análise sobre este tema ao indagar qual seria o “tipo” de beleza nacional. Para ele, não se visa propriamente o brasileiro, mas “um tipo de brasileiro branco”⁷⁹² e que nessas condições “o ‘concurso das Misses’ toma o aspecto de uma prova eugênica”⁷⁹³.

Nesse percurso, a segunda ilustração reflete o paradoxo social do que era considerado o ideal para a estética de beleza. Por este prisma, percebe-se como a “questão racial” tornou-se mais uma vez, inerente aos juízos de valores da sociedade. O título “Doce esperança”, na caricatura, se insinua para a determinada ilusão que o diálogo proporcionará. Ou seja, através do título, o caricaturista insinua a ironia que empregará na medida em que a mulher negra nutriria “esperanças” que sua filha teria alguma condição de sair vitoriosa num concurso de beleza. A ilustração compõe um diálogo entre um homem branco com mãe e filha negras, o que remeteria a algum desses concursos do qual a mãe assegura que sua filha será a rainha no ano seguinte. Por sua vez, o homem demonstra surpresa com a afirmação, mas a mãe prontamente confirma e complementa dizendo que como a “morena” foi rainha e a “loira” também, agora seria a vez da sua filha, que é negra. A personagem demonstra a crença na ilusão de uma “negra” ganhar estes concursos em que o foco eugênico são os “tipos” definidos.

A surpresa do homem tem sentido para sua época. Podemos citar, por exemplo, o concurso de miss universo que, apesar de oficializado apenas em 1952, tem raízes em décadas antes. Para nós, interessa analisar a mulher que se consagrou como a primeira brasileira a ganhar este concurso, a saber, a gaúcha Yolanda Pereira, que conquistou o título do chamado “Miss Universo”, no “Concurso Internacional de Beleza de 1930”. O *Jornal do Brasil*, de 1930, confirma o resultado do evento em que além da brasileira, a Miss Portugal, Miss Grécia e Miss Estados Unidos estiveram melhores classificadas.⁷⁹⁴ Neste mesmo jornal, o secretário

⁷⁹² ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Ensaio de anthropologia brasiliana. op.cit.*, p. 28.

⁷⁹³ *Ibid.*

⁷⁹⁴ *Jornal do Brasil*, 9 de setembro de 1930.

do júri do concurso, Navarro da Costa depõe sobre a vencedora Yolanda Pereira colocando-a como uma espécie de “amostra racial” do Brasil para o mundo:

Este resultado dum júri, que não podia ser parcial, que foi rigorosíssimo, honesto, me alegra, sobretudo, porque é uma esplendida resposta aos que duvidam ainda das possibilidades da nossa raça ter uma mulher capaz de ser “Miss Universo”, em competição com as mais formosas representantes de vinte e seis nações. A mais bela, a “Miss Universo”, ela aí está confundindo o esnobismo derrotista e alevantando em todo o mundo a glória da mulher brasileira.⁷⁹⁵

Não nos cabe julgar se Yolanda Pereira era o exemplo de “nossa raça”, mas evidentemente - e a ilustração 2 nos oferece suporte - o “tipo” escolhido é muito diferente em termos de “composição racial”. Em meio aos desejos de padrões de beleza europeia, fica difícil acreditar que a mãe da garotinha negra estaria correta e que, de fato, sua filha teria chances de ganhar aquelas competições.



Ademais, há outras evidências que se perpetuam nas caricaturas, como a linguagem utilizada pelas personagens. Como em outras, a segunda caricatura traz elementos que traduzem a baixa escolaridade pela maneira como as personagens se comunicam. Expressões como “sinhô”, “tombem” e “antão”, nos dizem sobre a posição destas personagens dentro da sociedade e sua não familiaridade com a língua e educação. Relembremos que o caricaturista destaca na caixa de diálogo as expressões erradas, sublinhando a intencionalidade em demonstrar o erro e fazer as associações com o grupo e seu contraste social.

As roupas também refletem suas distinções. A personagem negra, representada pela mãe, está com uma trouxa na cabeça e com um avental, o que sugere a sua ocupação nos grupos menos privilegiados no “mundo do trabalho”. Uma negra doméstica sonhando que sua filha fosse vitoriosa no universo da beleza da elite branca eugenizada apresenta a contradição

⁷⁹⁵ *Ibid.*, p. 1.

⁷⁹⁶ *Ibid.* Da esquerda para direita: Miss Portugal, Miss Estados Unidos, Miss Grécia e Miss Brasil.

social da ilustração 2. Afinal, a morena já foi e a loirinha também, será que agora seria a vez da negrinha?

Em uma das crônicas, identificamos uma referência a esta “questão racial” em um texto de Peregrino Junior, na coluna *Block-Notes*, sob o título: *Louras ou Morenas?* O texto é longo, mas o julgamos eficaz para compreender a abordagem sobre os concursos de beleza, eugenia e a *Careta*:

Foi evidentemente Annita Loos quem colocou o problema no cartaz. Publicando o seu livro famigerado – “Os homens preferem as louras”... (“gentlemen prefer blondes”...), a escritora “yankee”, não obstante o ar frívolo da sua literatura sem intenções espalhou muita inquietude entre as mulheres. Logo em seguida, para tranquilizar as morenas, cujas inquietações e despeitos começavam a tomar um caráter assustador, Annita Loos fez outro romance... “E casam os morenos”... Entre os homens morenos e as mulheres louras, ela ficava em situação cômoda: demonstrava não ter preconceitos pigmentares e contentava a sua clientela literária. E, com aquele jeito ingênuo que ela sabe dar as coisas maliciosas, Annita Loos botou na ordem do dia um assunto positivamente grave e importante.

Retomando a tese da romancista “yankee”, muitos pesquisadores americanos levaram o problema a sério e inauguraram, com gravidade e convicções, uma série longa de demonstrações experimentais, para saber, do ponto de vista fisiológico, de que lado estava a superioridade: se do lado das louras, se do lado das morenas. Essas pesquisas apaixonaram de tal forma o espírito americano, que um professor da Universidade de Howard perdeu um ano inteiro, no seu laboratório de Fisiologia, a estudar as reações nervosas e físicas de louras e morenas. Um engenheiro da Filadélfia chegou a construir aparelhos especiais, ultrassensíveis, para medir a sensibilidade nervosa das louras e das morenas diante de determinados reativos de ordem sentimental. Essas experiências, realizadas com a maior serenidade, foram publicadas nas mais austeras revistas científicas dos Estados Unidos.

Agora, segundo informam comunicados telegráficos de Berlim, o Sr. Hitler, cujo programa de renovação eugênica da Alemanha é severo e avançado, voltou os seus olhos inexoráveis de ditador para a questão de Annita Loos observou com olhos maliciosos de romancista, e lançou aos nazistas um “ultimato” inesperado.

- Nada de morenas! Para casar, só as louras!

Quer dizer: os alemães de Hitler também preferem as louras... O caso, porém, é mais grave: Hitler não se limitou a preferir as louras, como os homens de Annita Loos, e indo bem mais longe, fulminou as morenas com o azedume de uma intolerância grosseira e inútil.

Com efeito, a “Revista Etnografia” do terceiro Reich (Das Wissen des Volkes) publicou um “Programa positivo para a melhoria da raça do casamento”, no qual o governo oficializa o tipo de mulher do seu agrado e que, por decisão oficial, deve ser do agrado de todos os alemães de origem ariana.

Diz a “Revista de Etnografia” que a raça e a mulher não podem ficar entregues a si próprias, devendo exercer-se uma vigilância intensa “em torno da boa raça ariana”.

“Exigimos, - diz o órgão oficial dos nazistas – que todo herói ariano só convole núpcias com uma ariana loura, de olhos azuis, olhar ranço, rosto de um oval alongado, tez rosada, nariz afilado e boca pequena, e que em qualquer emergência a escolha recaia numa jovem, senhorita”

Já as velhas leis romanas reprovavam o casamento com viúvas – acrescenta a revista. E continua: - Exigimos que nenhum homem louro, de olhos azuis, se case com mulher morena tipo mediterrâneo, de pernas curtas, cabelos pretos, nariz adunco, lábios polpudos, boca rasgada e tendência a adiposidade. Exigimos que nenhum herói ariano se case com mulher morena, tipo negróide, corpo esbelto e seios elipsoides. O tipo da mulher mediterrânea é o tipo da hetaira, e a mongólica é um verdadeiro animal de carga. O jovem ariano deve “escolher” para sua esposa ariana que o equivalha, na intacta, de passado irrepreensível. Não deverá casar-se com uma moça que goste de diversões ou de exibir-se em público. Não deverá

igualmente, casar-se com moça que esteja empregada, porque a vida sedentária predispõe a histeria.

E conclui a “Revista de Etnografia”:

“A esposa de sua ‘escolha’ só poderá ser uma menina visceralmente pura, rigorosamente caseira, aplicada e delicada às crianças”.

Não temos preocupação das morenas para defendê-las das agressões eugênicas do Sr. Hitler. Contudo, é prudente não esquecer que, à luz moderna da ciência, esses tipos extremos de perfeição são, até certo ponto, anti-eugênicos. Estando longe daquele equilíbrio médio e normal, que Grote convencionou chamar – “responsividade”, esses tipos extremos são frágeis e precários, Nicolái observou a superioridade vital dos homens médios sobre os tipos muito altos ou muito baixos. Examinando os pardais mortos durante uma violenta tempestade, Bumptus verificou que todos eles eram representantes de variantes extremos de espécie. A verificação de Lundborg é interessante: os espécimes mais belos da Suécia, “representantes de variante extremos de sua raça, apresentam escassa resistência vital e grande mortalidade”. As estatísticas de Boxyer confirmam essa tese. Entretanto, Hitler, por uma simples questão doutrinária de eugenia, quer casar todos os jovens nazistas da Alemanha com tipos extremos da perfeição ariana. Não estará incidindo num deplorável equívoco esse intolerante fanático da beleza dolico-loura das mulheres arianas?

Além de tudo, é erro grosseiro supor que a inferioridade das mulheres morenas seja coisa provada e indiscutível. Ao contrário, o que a ciência está demonstrando é que cor morena, sendo um milagre da adaptação da Natureza, é antes uma perfeição do que um defeito. Um pesquisador francês, de estatísticas em punho, chegou mesmo a provar, não há muito, que dentro de alguns séculos, não existirá na face da terra tipo louro e puro de mulher ariana. E os “testes” fisiológicos e psicológicos dos sábios pesquisadores “yankees”, falaram sistematicamente a favor da superioridade mental e moral das morenas. Segundo apuraram os laboratórios austeros de Howard e Filadélfia, as morenas têm uma série de superioridades consideráveis sobre as louras: são mais sentimentais e mais sensíveis, são mais saudáveis, comem mais e são mais fiéis. Em compensação, as louras mentem menos, são mais inteligentes e têm uma sensibilidade mais fina e subtil. Eis aí o depoimento da ciência. Contra as morenas? A favor das louras? Não, nem uma coisa nem outra. Mas na sua serena neutralidade, para provar que as morenas não são afinal de contas, nem tão inferiores nem tão imperfeitas, quer do ponto de vista moral, quer do ponto de vista físico, como as pinta o arianismo dogmático e intolerante do Sr. Hitler.

A favor da integral superioridade das louras há, porém, um argumento irrespondível: as morenas oxigenam os cabelos... Quer dizer: são as morenas, plagiando as louras, que dão razão a Hitler...⁷⁹⁷

O texto assinado por Peregrino Junior se insere nos debates que projetamos nas caricaturas. E mais, como a opinião entre o “tipo ideal” era controversa. Peregrino, no início do texto, argumenta como a discussão se encaminharia na literatura e de que maneira alguns cientistas tentaram reproduzir esta noção em laboratório - algo nada anormal para um tempo em que a antropologia física tinha sua posição firmada na sociedade. Porém, ao citar seu contemporâneo Hitler e a eugenia, o autor expõe que seu “fanatismo” levaria os arianos a se relacionar apenas com determinados padrões estéticos por acreditar na atribuição de certas “moralidades” a este “tipo” em degradação a outros. O negro, por sua vez, é o modelo de denegação para o relacionamento. Para constar, há também uma referência à “adiposidade”, ou seja, os padrões não respeitavam quem estivesse acima do peso.

⁷⁹⁷ *Careta*, 30 de setembro de 1933, ano XXVI, nº 1.319. Assinado por Peregrino Junior.

Em um segundo momento, o autor se apega a pesquisadores que tentaram provar a “qualidade da morena” e, curiosamente, recaí em avaliações do seu tempo. O que ele considerava como ciência atual embasa a tese de que haviam características físicas e morais diferentes para morenas e loiras. Em outras palavras, por ser morena, a mulher seria mais fiel ou saudável. Por outro lado, as loiras seriam mais inteligentes ou mentiriam menos. Peregrino pretende igualar os “tipos” e mostrar o equívoco do pensamento eugenista de Hitler. Como de praxe, termina com irreverência indagando o que seriam as “morenas que colorem os cabelos de loiro”, e se não seriam estas que estariam enganando Hitler na condição de “superiores”?

O primeiro ponto concentra-se em percebermos como as doutrinas raciais e a eugenia alemã em voga faziam parte da discussão nacional. Os concursos de beleza e as caricaturas indicam como este “padrão” de beleza se fazia jus no contexto eugênico de seus participantes. A crônica da *Careta* nos complementa para entender a caricatura “Doce esperança” e por quais caminhos a “questão racial” estaria inserido em padrões, forjando o que deveria ser aceito esteticamente como beleza e, por consequência, o lugar marginalizado do negro nesses concursos.

Outra crônica interessante sobre este assunto foi colocada por Micromegas na *Careta*, em 10 de junho de 1933. Com o título *O amor por decreto*, temos mais uma evidência de que o editorial do semanário converge contra as posições de estética hitlerista e da idealização de algumas noções da eugenia:

Modernamente, e, sobretudo nos países de cultura incipiente, tem-se atribuído ao decreto um poder quase mágico. Valorização de produtos por decreto, exames por decreto, honestidade por decreto, etc. etc. Ainda não ha religião por decreto, mas a padralhada já se agita, representada pelos seus porta-vozes, querendo que a futura Constituição seja votada sob a inspiração do Espírito Santo e que obrigue os guryes das escolas publicas a rezar Padres-Nossos e Ave-Marias.

O decreto ainda não se tinha intrometido nos domínios do Amor se não para o efeito negativo, isto é, para desfazer, no declínio, as uniões realizadas sob a influência do filho de Afrodite, ou para impedir certas uniões consanguíneas. Cessou mesmo há muito tempo o despotismo paterno que obrigava jovens românticas a desposar ventruços burgueses apatacados, afirmando as pobres sacrificadas que o gosto viria depois.

Coube agora ao verborrágico Adolf Hitler decretar na Alemanha como se deve amar, a fim de manter a pureza da raça nórdica.

Hitler, cuja raça é de pureza duvidosa, alemão naturalizado cujo bigodinho carlitiano constitui herança pouco cobiçável, não quer que o povo alemão degenere pela união de seus filhos e filhas a criaturas de raças inferiores. Será considerado ilegal o amor de um jovem germânico com uma jovem judia, assim como o amor de uma jovem germânica por um jovem pele-vermelha.

Com os cavalos, os cães, as galinhas e outros bichos, a coisa reduz-se a simples segregação de representantes dois sexos; o amor aparece fatalmente, podendo-se de antemão garantir o aparecimento de puros-sangues, de policiais e de Leghorns. Com as criaturas humanas não pode, porém, a coisa passar-se tão simplesmente, mesmo na Alemanha, onde a disciplina é um fato e onde a vontade do Führer (tradução alemã de Duce) é nesse momento onipotente.

Nos Estados Unidos da América a repulsa do branco pelo negro é de observação corrente. Não obstante, reparando-se bem, encontrar-se-ão por lá criaturas da cor do café chamada café com leite. Ora, na Alemanha há raças suscetíveis de inspirar, em vez de repulsa, uma atração irresistível como geralmente se observa entre os tipos em contraste. Ninguém se admiraria de ver um jovem prussiano, louro e de olhos azuis, embeijado por uma judia de olhos negros e de cálida pele morena.

E que não seria si atrás dela houvesse um velhote de nariz adunco e garras aduncas e atrás do velho um amplo cofre bem recheado?

Entre essas coisas tentadoras e a obediência ao Führer ninguém (pelo menos nós, latinos) estranharia que o jovem prussiano pendesse para a judia e fosse casar-se alhures... se não fosse possível dispensar o casamento.

Hitler tem pouco mais de quarenta anos. Ainda é uma bela idade, mas o truculento chanceler parecer ter chegado precocemente a época em que é possível amar ou deixar de amar, com ou sem decreto.⁷⁹⁸

Micromegas ainda contesta a união seletiva entre casais por “tipos raciais” e critica estes “decretos”. Talvez refira-se ao atestado pré-nupcial que foi amplamente divulgado pela eugenia.⁷⁹⁹ Além disso, o que nos chama atenção é a referência ao negro nos Estados Unidos e o problema segregacionista com a proibição da união inter-racial. Esses elementos aludem à crítica dos autores da *Careta* a estas projeções raciais e eugênicas, principalmente para os “latinos”, como aponta Micromegas. As tentativas de restrição ao casamento ou aos padrões de beleza por conta da “raça” tornaram-se discutíveis em um país que não veria problema algum se um “jovem prussiano pendesse para a judia”. Aliás, a relação entre a miscigenação é levantada como positiva pelos autores. Peregrino e Micromegas vêem na mistura não o diferente, mas o complemento, pois: “Além de tudo, é erro grosseiro supor que a inferioridade das mulheres morenas seja coisa provada e indiscutível. Ao contrário, o que a ciência está demonstrando é que cor morena, sendo um milagre da adaptação da Natureza, é antes uma perfeição do que um defeito” diz Peregrino. Por meio das crônicas, a opinião do semanário reflete sua antipatia com relação à eugenia hitlerista.

Voltando às caricaturas, dissemos anteriormente na ilustração 2 sobre “a trouxa na cabeça”, uma representação simbólica de objetos que inserem determinado agente em um dado contexto, no caso da personagem negra, em categorias menos privilegiadas do trabalho, como empregadas domésticas, lavadeiras, entre outras. Esse tipo de associação entre roupas e personagens é muito comum, inclusive, no capítulo anterior visualizamos a relação entre elas e a malandragem. Com o chapéu de palha e as roupas em trapos identificamos o Jeca Tatu; O homem de cartola e bem vestido aproximamos o *status* social daquele personagem no universo da construção caricatural; “Ferramentas” de trabalho de empregadas como avental, embrulhos sob a cabeça ou mesmo espanadores ajudam na percepção desses agentes na mediação do diálogo imagético.

⁷⁹⁸ *Careta*, 10 de junho de 1933, Ano XXVI, nº 1.303. Assinado por Micromegas.

⁷⁹⁹ STEPAN, Nancy L. *A hora da eugenia: raça gênero e nação na América Latina. op.cit.*, p. 115-141.

A próxima caricatura é um exemplo da utilização dessas “ferramentas” da ilustração e fará alusão à posição socioeconômica do negro e sua condição ocupacional neste período.

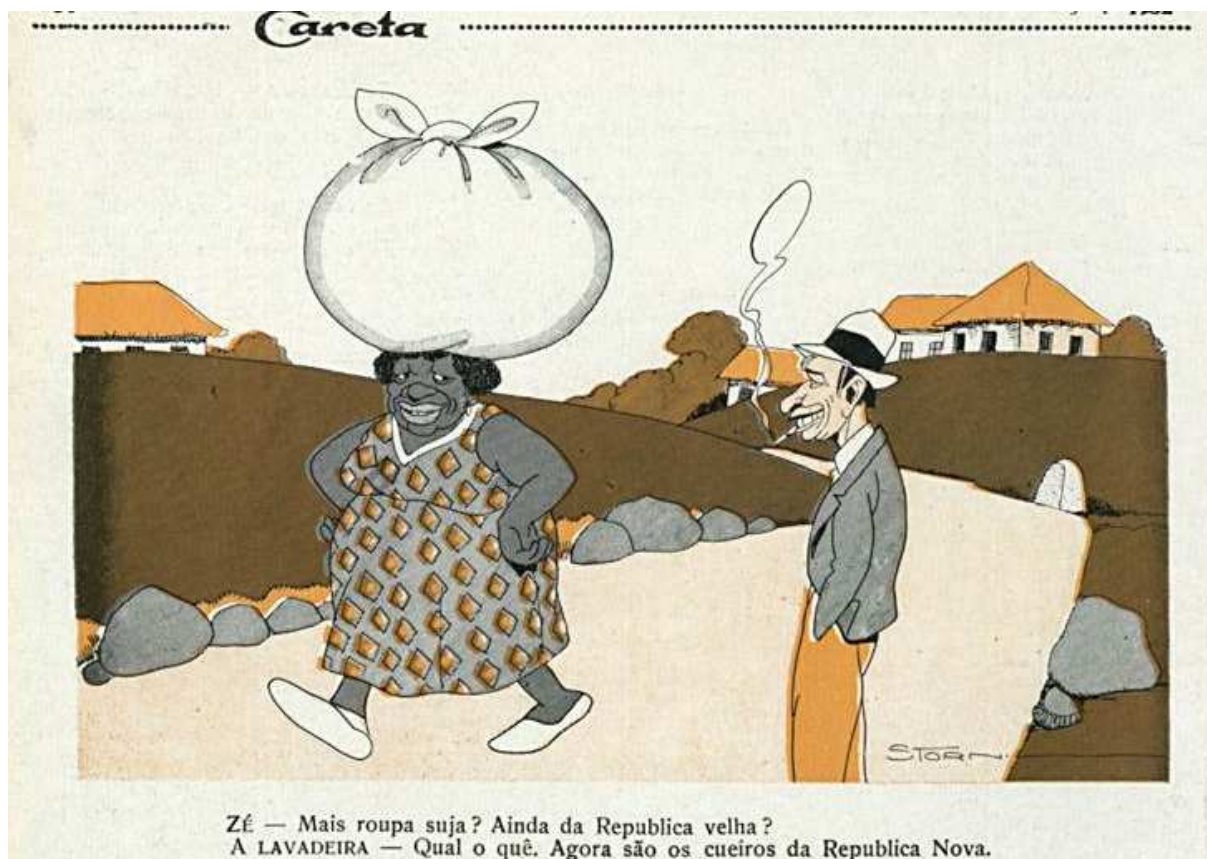


Ilustração 3. *Careta*, 9 de abril de 1932, Ano XXV, nº 1.242

Zé – Mais roupa suja? Ainda da Republica velha?
A Lavadeira – Qual o quê. Agora são os cueiros da Republica Nova.

O diálogo da figura 3 contém uma conotação que está voltada a sátira das mudanças de governo da Primeira República para o Governo Provisório e apresenta uma fase de transição entre os rompimentos das gerencias governamentais. Porém, o humor constitui-se na ironia de uma lavadeira com a trouxa de roupas sujas sobre a cabeça da qual estariam os “problemas do Brasil que deveriam ser lavados”. A situação estabelece-se a partir do homem que pensa que a “roupa suja” seria fruto da “Republica Velha”, porém, a lavadeira logo desfaz a confusão dizendo que agora, as “roupas sujas” são da “República Nova”. A caricatura induz a crença das permanências de antigos problemas na estrutura governamental que se iniciavam nesses dois primeiros anos da Era Vargas.

A constituição da imagem da negra carregando a “trouxa de roupas” e sua nomeação como “lavadeira” simulam, para o caricaturista Storni, um importante símbolo humorístico, pois é a partir dele que ele remonta o quadro social que enxerga. Segundo Ricky Goodwin,

“para o Humor, os estereótipos são ferramentas essenciais. Os conceitos preestabelecidos são os blocos com que os humoristas constroem seus castelos de piadas”⁸⁰⁰. Entretanto, como notamos, eles muitas vezes fragmentam a imagem em reduções e criam generalizações diante da leitura que fazem. Ao associar a lavadeira a uma pessoa negra - que aparecerá diversas vezes na revista -, estamos criando uma ligação “racial” que dependerá da interpretação do receptor da caricatura. O problema centra-se na repetição da conduta, fazendo este receptor associar a ação à identidade da personagem. É evidente, como apontou Goodwin, que os estereótipos são ferramentas essenciais e dão aos humoristas possibilidades para construir suas piadas, mas isso não tira a responsabilidade da mensagem ao preço do humor. Ao passo que há uma reconstrução de um grupo voltado para uma profissão desqualificada, a ambiguidade igualmente estabelece que aquele grupo pertença a determinadas “características”, algo muito comum na percepção da época, principalmente se colocarmos em pauta a concepção dos “talentos hereditários”.

Storni, ao caricaturar a personagem negra e lavadeira, poderia estar associando apenas suas visões de uma realidade social da qual cor e raça estariam condicionados pela falta de outras oportunidades a exercerem esse tipo de função – afinal, de todas as caricaturas analisadas aqui, em nenhuma o negro encontra-se em uma posição que podemos considerar como representada pela ascensão social. Esta leitura reforça a mensagem do contexto que Storni descrevia, inclusive poderemos cair em anacronismos se tentarmos reduzir suas ilustrações apenas por um viés racista. Ele é um agente do seu tempo que denuncia as relações sociais envolvidas, ao mesmo tempo em que podem representar para seu público, posições racistas e classistas no humor.

Sendo assim, a cor da pele como um dos signos do humor esteve presente ao longo da trajetória do Brasil, ao passo em que era uma preocupação social. Este humor relacionado às “cores” é consequência de distinguir o “Outro” como diferente. Destarte, quando se “brinca” com a cor da pele está se afirmando que a sociedade é vista sob elementos nacionais diversificados que, por meio da construção humorística, desempenham ações que se chocam com seu “estado de cor”, colocando à prova sua moralidade, inteligência, sapiência, coragem, sentimentos, em que estarão arraigadas especialmente ao fato de pertencimento aos grupos de “brancos” ou “negros”.

⁸⁰⁰ GOODWIN, Ricky. A monovisão dos estereótipos no desenho de humor contemporâneo. In: LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, humor e caricatura: A questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 535.



Ilustração 4. *Careta*, 28 de fevereiro de 1931, Ano XXIV, nº 1.184.

O Realejo do carnaval.

- Oia! Esse negócio de ocê cantá *Com que roupa?* É comigo?

- Qual o quê! Eu sei que você está sempre de luto...

Nossa próxima imagem, ao que parece, estabelece um diálogo entre duas pessoas da mesma classe social⁸⁰¹, mas que constituem uma relação diferente segundo a cor da pele. A edificação da caricatura compõe a conexão da conversa entre as personagens mediante ao período do carnaval de fevereiro de 1931. Nesse contexto, há um questionamento por parte da personagem negro para o branco sob a marchinha denominada *Com que roupa?*, do compositor Noel Rosa (1929). O “negro” questiona o “branco” se esta música que ele está cantando é para ele. O homem “branco” nega prontamente, pois ele sempre soube qual é a roupa do negro: o luto. “Está sempre de luto” é um referencial a cor da personagem negro, afinal, o “sempre”, estabelece a condição de continuidade e, por ser negro, a personagem branca não teria dúvidas em identificar “com que roupa” ele estaria, pois tal roupa sempre será representada pela sua cor de luto, o preto.

A relação do luto na cultura ocidental leva-nos à morte e, por consequência, compreender o sentido da fusão entre a cor preta e o luto nessas manifestações. A morte também é material da historiografia, principalmente quando ela penetra no âmbito social e

⁸⁰¹ Aqui, mais uma vez, nos pautamos pelos referências das roupas na construção imagética.

interage na conjuntura dos sujeitos. João José Reis, em *A morte é uma festa*, por meio de documentos estudou o episódio chamado cemiterada, “que teve como motivação central a defesa de concepções religiosas sobre a morte, os mortos e em especial os ritos fúnebres, um aspecto importante do catolicismo barroco”⁸⁰². A obra de Reis é, sem dúvidas, uma referência sobre a temática para abrangermos como os ritos fúnebres modificaram as sociedades em prol das concepções religiosas, políticas e econômicas, bem como seus enquadramentos em tempos que o questionamento entre o morto e higienização entrava em choque.⁸⁰³

Ao estudar as vestimentas dos mortos na Bahia entre 1835 e 1836, Reis evidenciou a simbologia de uma gama de cores entre branca, preta, vermelha e colorida.⁸⁰⁴ A relação das cores com o morto representava aspectos do sagrado religioso como, por exemplo, o branco do sudário ou nos africanos o traje característico do candomblé (e também a hierarquia socioeconômica do século XIX).⁸⁰⁵ Um modelo era “usar mortalha preta e crucifixo como Santa Rita”, para as mulheres.⁸⁰⁶ Para nós, vale a observação de Reis sobre o vestuário dos vivos nos momentos fúnebres. Em sua pesquisa, nos inventários do século XIX podem-se constatar os registros de despesas com roupas de luto, onde “muitas vezes, roupas velhas eram tingidas de preto para se adequarem ao estado de luto”⁸⁰⁷. Mais adiante, apresenta a viúva de José Dias Andrade, que morreu em 1817, que “gastou 14\$720 réis só com o alfaiate que costurou as roupas pretas de seus 22 escravos”⁸⁰⁸. Apesar de outras cores fazerem parte deste universo da morte, percebe-se como o preto desempenharia um papel simbólico perante o luto. Esta relação cristalizou-se mais ainda em nossa sociedade de predominância religiosa cristã, pois basta irmos a qualquer velório para presenciar a relação do preto como sinônimo de luto e tristeza.

Por esta associação torna-se fácil compreender o humor que a caricatura 4 expressa. O negro seria um eterno homem de luto por sua causa da sua cor. Isto induz uma associação negativa, uma vez que presumisse que ninguém vê a própria morte ou o luto com bons olhos. Pelo contrário, buscamos evitá-la diariamente. Esta visão cogita a característica ruim atribuída à cor negra que permeia no sentido de “degeneração” pela condição de “cor e raça”, em que num universo simbólico o negro representa a morte e o branco a paz. Nesse sentido, Degler cita uma constatação interessante sobre o simbolismo da cor:

⁸⁰² REIS, José Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930)*. *op.cit.*, p. 49.

⁸⁰³ Cf.: *Ibid.*, p. 76-78.

⁸⁰⁴ *Ibid.*, p. 119.

⁸⁰⁵ *Ibid.*, p. 126.

⁸⁰⁶ *Ibid.*, p. 120.

⁸⁰⁷ *Ibid.*, p. 133.

⁸⁰⁸ *Ibid.*, p. 133-134.

O preto sem dúvida evoca lembranças da noite – essa hora em que os homens com sua grande dependência à visão, se sentem mais desprotegidos e em maior perigo. O braço de outro lado é a cor da luz, emanada principalmente do sol que, por sua vez, é fonte de calor e de outros elementos que tornam a vida suportável. A noite não é apenas escura, mas também fria e, portanto, uma ameaça à vida. É por de admirar que o branco seja visto em todo lugar como símbolo de sucesso, virtude, pureza, bondade, enquanto o preto é associado ao mal, à sujeira, ao medo, ao desastre e ao pecado?⁸⁰⁹

Não podemos afirmar assim como o autor que “em todo lugar” estes símbolos se traduzem em verdadeiras representações. No entanto, em nosso trabalho, ele se faz presente no contexto das caricaturas, por onde a cor tem esta suposição negativa e possui o simbolismo depreciativo.

O antropólogo Victor Turner (1920-1983) percebeu que em certos grupos africanos, a cor preta tem uma conotação má. A referência, lembrada por Degler, diz que “Entre os mandjas, por exemplo, o preto significa a morte. ‘O preto é o símbolo da impureza e a cor branca é a do renascimento’”. E logo depois relata que “mesmo nos seres humanos, entre os ndembus da África Central, eles mesmo negros, ‘são classificados como ‘brancos’ ou ‘pretos’ em termos de nuances de pigmentação. Há aqui implícita uma diferença moral [...]”⁸¹⁰. Para nós, isto constitui que a cor estabelece uma maneira de segregação mesmo em culturas diferentes e geografias distantes. Ela se apresenta como uma possibilidade de barrar o outro socialmente.

Essa visão negativista da cor percorre desde a ideia de problemas “transcendentais”, como a morte, mas também orbita no sentido de algo “ruim” que “migrou” para o Brasil. Na *Careta*, de 10 de novembro de 1934, o caricaturista J. Carlos retrata pertinentemente sob o título de “indesejáveis” a situação do negro no espaço nacional:

⁸⁰⁹ DEGLER, Carl. *Nem preto nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos*. *op.cit.*, p. 220.

⁸¹⁰ TURNER apud DEGLER, Carl. *Nem preto nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos*. *op.cit.*, p. 219.



Ilustração 5. *Careta*, 10 de novembro de 1934, Ano XXVII, nº 1.377.

Indesejável.

Cabral – Dá o fora, rapariga.

Manoela – *Tarvez*. Ocês num fóro buscá a gente na costa d’Africa? Antão? Agora aguenta.

A personagem Manoela está certa. Segundo o historiador Jaime Rodrigues, ao debruçar-se sobre a história da ocupação de Angola pelos portugueses, pôde notar que as “guerras de conquista marcaram o início do contato, seguidas pela instalação dos custosos presídios que visavam abastecer de escravos um país mais ditoso, qual já então se mostrava o Brasil”⁸¹¹. Sobre o contingente de escravos que eram trazidos para o Rio de Janeiro, a pesquisadora Mary Karasch ressalta que “a sociedade dos escravos era diferente também porque a maioria deles vinha do Centro-Oeste Africano”⁸¹². A autora também apresenta um “resumo das origens africanas no tráfico de escravos para o Rio de Janeiro, 1830-1852”⁸¹³ que, em suma, em um universo de 4.041 origens aproximadamente, 3.220 representam origens do Centro-Oeste Africano.⁸¹⁴ Um dos primeiros estudiosos do tema, Raimundo Nina Rodrigues em *Os Africanos no Brasil*, do qual a importância insere-se a relativa preocupação das pesquisas dos afro-brasileiros no país escreveu que entre 1812 a 1820 foram trazidos da

⁸¹¹ RODRIGUES, Jaime. *De Costa a Costa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 45.

⁸¹² KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 36.

⁸¹³ *Ibid.*, p. 45. Cf.: Tabela 1.2.

⁸¹⁴ *Ibid.*

chamada África Setentrional 68 navios, com 17.691 escravos, e da África Meridional 69 navios, com 20.841 escravos.⁸¹⁵

A caricatura 5 ressalta a condição social do negro no Brasil nos anos de 1930, principalmente pela visão que as teorias raciais o atribuíam como “indesejáveis”. O contraste dos europeus (portugueses) com Manoela (afro-brasileira ou africana) remonta ao desejo da mão de obra escrava, que foi utilizada com o resultado da Diáspora Africana e, ao mesmo tempo, uma vontade de banir o negro que se tornou um problema para os ideais nacionais e eugênicos. J. Carlos, ao grafar o nome da personagem de “Manoela”, talvez estivesse provocando o processo transoceânico da escravidão portuguesa, que financiou por séculos a estrutura escravocrata. O “Manoel”, um nome comum em Portugal e na compreensão do estereótipo do português no Brasil, foi vinculado à sua representação como nação. Manoela seria uma “cicatriz” das próprias ações portuguesas que agora a tornavam “indesejável” para alguns no Brasil.

Além disso, aparece mais uma vez a percepção do negro como “preguiçoso” ou “avesso ao trabalho”. Encostada na estátua do que sugere ser Pedro Álvares Cabral, a personagem relembra a mentalidade da assimilação do negro ao ócio ou uma suposta “opção” de vadiagem. No humor racista, expressões como “trabalho de preto” ou “Segunda-feira é dia de branco” reafirmam uma ideia de que o negro estaria avesso ao trabalho. Fonseca, por este tipo de humor que se constrói, estabelece o raciocínio:

Tais ditos não apenas estigmatizam os negros e os empobrecidos na sociedade brasileira como visam escamotear e distorcer, mas também justificar a situação de excluído desses contingentes do mercado de trabalho formal e remunerado. Eles procuram negar o trabalho desenvolvido no período escravista, em que os africanos e seus descendentes foram trabalhadores de segunda a segunda, com sol e chuva.⁸¹⁶

A caricatura proporciona outros dados interessantes para a apreciação em seu cenário visual, como um carro de luxo, casas ao fundo, enfim, a “modernidade” fazendo parte da ilustração em contraposição ao “indesejável”, que estaria fora desse “padrão moderno”. A linguagem mais uma vez tem papel inerente na caricatura do negro. Manoela pronuncia de forma errada diversas palavras como “tarveiz” (talvez), “oces” (vocês), “num” (não), “fôro” (foram), “buscá” (buscar), “antão” (então) e, novamente, o negro é exposto à posição subalterna educacional e visto como um problema social que deveria ser sanado.

Muitas das ilustrações avaliadas trazem esta mensagem da posição social do negro no país, à medida que são construídas com os reflexos da sociedade desigual do início da década

⁸¹⁵ RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: *op.cit.*, p. 35.

⁸¹⁶ FONSECA, Dagoberto José. *Você conhece aquela?: a piada, o riso e o racismo à brasileira*. *op.cit.*, p. 96.

de 1930. Os avanços de uma reinterpretação da identidade nacional pautada no ideal de um “povo brasileiro”, não baniram a eugenia e outras teorias raciais das relações sociais. Em uma época proeminente as novas abordagens de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr. contribuiriam com novos enfoques na interpretação dos problemas nacionais de vieses políticos, econômicos e sociais, ainda sim este espaço era dividido com as “questões raciais” que se mascaravam em um mito de “igualdade racial”. Para Stepan:

A questão é que a ficção racial e social do final da década de 1920 e da de 1930 – de que o Brasil era uma democracia racial em que as várias ‘raças’ misturavam-se livremente – forneceu um contexto em que a eugenia sobreviveu. A comunidade imaginada do Brasil negava a realidade do racismo no país e exaltava as possibilidades de harmonia e unidades raciais. A variante da eugenia identificada como higiene pública e compatível com a miscigenação racial e o mito da democracia racial ganhou apoio; eugenias reprodutivas extremadas, ou higiene racial ao estilo nazista, não.⁸¹⁷

Por isso, a situação de Manoela é ambígua na década de 1930 e sugere as contradições do momento histórico em que cor e raça estiveram no processo reformador, mas ainda gerando duplas interpretações na “condição racial” na sociedade. Elaborando estes postulados, outra caricatura, de 2 de dezembro de 1933, traz um diálogo político entre o “Zé” – provavelmente representado pelo povo - e o político Alcantara Machado, onde o termo “preto” - relacionado a “cor dos homens do governo” - é colocado no núcleo do humor de forma depreciativa para justificar os votos em branco da “bancada paulista”:

⁸¹⁷ STEPAN, Nancy L. *A hora da eugenia: raça gênero e nação na América Latina. op.cit.*, p. 177.



Ilustração 6. *Caretta*, 2 de dezembro de 1933, Ano XXVI, nº 1.328.

Zé - Então vocês acham que os homens do governo são pretos?
 Alcantara Machado – Eu não disse isso!
 Zé – Pois si vocês fazem questão de só votam em *branco*?!...

Uma vez que o humor da caricatura 6 utiliza-se da cena política para constatar uma ocasião em que se sugere que Alcantara Machado e a bancada paulista votaram apenas em “branco”, direciona-se assim, o jogo de antônimos entre o “votar em branco” e os “homens pretos”. No humor, para o Zé, se a bancada vota em “branco” é porque acham que “os homens do governo são pretos”, ou seja, são contrários a eles. Logo estamos observando um sugestivo problema com estes “homens pretos”. Afinal, qual seria o problema dos homens do governo serem todos pretos?

Apesar de Alcantara Machado negar a hipótese do Zé, o diálogo entre os dois aponta para o “problema racial” do Brasil onde o “preto” não teria o apoio do “branco”. No estudo de Andrews é possível identificar uma organização por parte dos negros na política quando cita, em 1925, o jornal *O Clarim da Alvorada* do qual clamava pela criação de “Um grande partido político composto exclusivamente de homens de cor”⁸¹⁸. Isto indica que uma unificação do negro estaria nas soluções dos problemas de igualdade social aliada ao movimento político.

⁸¹⁸ ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. op.cit., p. 227.

A cena da caricatura tem ligação com um episódio real da política nacional. Inicialmente devemos lembrar que Alcantara Machado era o líder da bancada paulista. A referida bancada havia votado em conjunto, em branco, para a decisão de quem seria o chefe da constituinte, em 1933. Isso causou um mal estar entre a bancada paulista e os outros políticos. Os votos em brancos foram vistos como descaso e a falta de posicionamento com relação a um tema tão importante, que era objeto das discussões desde Revolução de 1930. O jornal *Correio de São Paulo*, do dia 15 de novembro de 1933, em sua primeira página, discorre sobre a curiosa ocasião:

Este episódio dá bem amostra do pano nas diretrizes de São Paulo. Foi um gesto de prumo, uma atitude de majestade cívica, um raio que riscou dentro das espessuras desta hora, o Decálogo do pensamento piratiningano no seio da Constituinte. Nebulosa ou esfingética, a posição assumida pela bancada paulista? Talvez. E mais: Retraiu-se de toda e qualquer votação para formar a mesa da Assembleia. Mais ainda: Não votou no Sr. Oswaldo Aranha para líder revolucionário do conclave constituinte. Tem-se mantido discretamente. Espera os acontecimentos. Aguarda o tratamento que for dado a São Paulo, o Glorioso, o Mártir, o Cresus da nação, O Trabalho, a Riqueza, a Tradição, a Cultura. Os paulistas estão na magna assembleia, isolados e talvez indesejados. Paciência!... São dos destinos históricos, os colapsos políticos, os desmaios da preponderância matam. Votaram em branco na eleição para presidência da Constituinte. A nobreza do gesto deve ser acatada, mas em família, na intimidade do lar pode-se divergir. Deviam votar contra! Seria uma afirmação mais positiva, mais forte, mais eloquente, vincando em fulcros indelévels o sentimento paulista contra o seu maior adversário. O voto em branco é um documento de superioridade, mas o voto contra é uma afirmação mais categórica de repulsa (...).⁸¹⁹

Mais esclarecedora foi a indagação de *O Clarim da Alvorada*, no final da década de 1920, ao questionar se “o negro deve ser político?” e complementando: “Se conseguíssemos agremiar um só bloco, então o negro veria mudada a sua posição, sem precisar-se curvar-se, a cada passo, ao mando e vontade de outros”⁸²⁰. Não estão especificados quem são estes “outros” ao qual o negro curva-se às vontades políticas, mas sabemos pela historiografia que a dominação do branco no cenário político, econômico e social regeu as consequências da vida do negro desde a Diáspora.

⁸¹⁹ *Correio de São Paulo*, 15 de novembro de 1933, Ano, II, nº 442.

⁸²⁰ ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. *op.cit.*, p. 227-228.



Ilustração 7. *Caretta*, 24 de outubro de 1931, Ano XXIV, nº 1.218.

Getúlio – Porque vocês são tão poucos?
O Dr. Jacarandá – Nós somos o resto. O outro resto si misturou se...

Outra caricatura que interliga com o tema do cenário político e participação de cor e raça, é acerca da Legião Negra que tinha por característica ser um grupo de oposição e integrou o Exército Constitucionalista formado por indivíduos negros. Muito mais que opositores, eram um grupo racialmente definido e ideologicamente impunham suas raízes negras na soberania da luta armada de 1932. Assumindo as palavras de Flávio dos Santos Gomes, mostravam sua intenção: “Cumprir a lei, a Constituição era o primeiro passo para garantir aquilo que ela não deveria permitir: desigualdade entre brancos e pretos”⁸²¹.

A caricatura 7 situa o diálogo entre Getúlio Vargas e a Legião Negra representada por Dr. Jacarandá, este, segundo Gomes, é “mencionado como um dos primeiros candidatos à presidência da República (o foi nas eleições de Nilo Peçanha e Artur Bernardes) a adotar um discurso explícito a sua condição social de negro”⁸²². Vinculado à luta social da Legião Negra, Dr. Jacarandá estabelece uma aproximação de pertencimento a condição social do negro e seus objetivos de ascensão verticalizada. Tanto a Frente Negra, como a Legião Negra

⁸²¹ GOMES, Flávio dos Santos. *Negros e política (1888-1837)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 73.

⁸²² *Ibid.*, p. 44-45.

representaram um ato político na condução da dinâmica da posição do negro dentro da sociedade varguista. Independente do rigor nacionalista ou ideológico que possuíam, cabe observar uma agremiação que tinha como um dos seus objetivos olhar para a mudança da visão “racial” no Brasil.

Com relação ao cenário político do levante paulista de 1932, a Frente Negra Brasileira não tomou partido dos paulistas e no período do conflito “ficou inativa e suspendeu temporariamente suas atividades regulares”. Petrônio José Domingues resume a organização da Legião em 1932:

A população negra também criou, na quinta-feira, dia 14 de julho – cinco dias após o início da guerra -, um batalhão específico batizado de ‘Legião negra de São Paulo’. Este agrupamento foi uma dissidência da Frente Negra Brasileira. Guaraná Santana era o chefe civil e o capitão da Força Pública; Gastão Goulart, o chefe militar. Os dois eram auxiliados pelo tenente Arlindo Ribeiro, também da Força Pública, e por Vicente Ferreira, uma das maiores lideranças do movimento negro na época. O Tenente Cunha Glória era o secretário. A sede era na Chácara do Carvalho, antiga residência da família Prado, onde funcionava o Quartel General da Segunda Região Militar. A Legião era formada por três batalhões de infantaria e chegou a possuir um efetivo de aproximadamente 2 mil combatentes que cerraram fileiras no exército constitucionalista.⁸²³

No colóquio, Vargas indaga o Dr. Jacarandá do porquê a Legião Negra era representada por “tão poucos” membros. Prontamente, Dr. Jacarandá responde que este seria “o resto”, pois os outros haviam se misturado. A Legião chegou a ter em seu efetivo contingente cerca de 1.600⁸²⁴ soldados de ambos os sexos.⁸²⁵ Marcada por um ideal de integração racial sobreviveu como organização até meados dos anos de 1940.⁸²⁶ É difícil saber por meio do diálogo que “mistura” seria essa. Podemos especular que esteja se referindo a uma “mistura racial” onde alguns integrantes foram para outros setores políticos ou mesmo para Frente Negra abandonando a Legião, mas de fato, sugere a força e a visibilidade que a “questão racial” dominava no itinerante cenário da década de 1930, levando à tona o problema de raça e cor como carro chefe. É evidente uma tentativa de romper com o paradigma do negro ausente do processo político.

Ao que tudo indica, estes negros tentaram adentrar na vida política e se representarem em um mundo que era dominado pela força política do “branco”. Nas linhas eugênicas, Kehl apresentava a segregação das “raças” no cruzamento, mas seu discurso preocupado com a

⁸²³ DOMINGUES, Petrônio José. Os “pérolas negras”: a participação do negro na revolução constitucionalista de 1932. *AfroÁsia*. Salvador, n. 29/30, 2003, p. 207-208.

⁸²⁴ Quanto ao número, Domingues ressalta o número de 2.000 pela Legião e um total de 10.000 negros “incluídos os do Exército e da Força Pública” (*Ibid.*, p. 233). Os números parecem incertos, na mesma página, o autor encontra documentos que dizem até 3.500 pertencentes à Legião.

⁸²⁵ GOMES, Flávio dos Santos. *Negros e política (1888-1837)*. *op.cit.*, p. 71.

⁸²⁶ *Ibid.*, p. 77.

miscigenação atingia um patamar que a “união” das “raças” seria prejudicial. Kehl aconselha que “sob o ponto de vista eugênico, contra indicamos toda e qualquer união de raça, isto é, entre indivíduos da raça branca com a negra [...]”⁸²⁷, ou seja, há uma recomendação contra a miscigenação, que sob a lente da sociedade estaria muito além de um “cruzamento racial”. O negro, nesta visão, está alheio ao branco, inclusive na política. Como descreve Souza “Ao longo da obra *Lições de Eugenia*, como podemos perceber, Renato Kehl recorreu constantemente a estes pressupostos racistas e coercitivos como sugestão para melhorar a constituição racial da população brasileira”⁸²⁸. Com isso, podemos supor a visão do “Zé”, na caricatura 6, numa perspectiva “branca” da política nacional.

Isto nos leva à outra indagação: A que ponto a questão racial deixa de existir em prol de um movimento de maior corpo como o de 1932? Para Domingues, as evidências aludem para as permanências das diferenças raciais. No trabalhado do autor, “até dezembro de 1932, o negro fora impedido de ingressar na Guarda Civil de São Paulo. Tal impedimento só foi superado após forte pressão da Frente Negra Brasileira em audiência com o presidente Getúlio Vargas”⁸²⁹. Além desta constatação, o argumento de Domingues expõe um diálogo direto entre a Frente Negra Brasileira com Getúlio Vargas. Isso pode, em partes, explicar a decisão de entrarem no campo de batalha em 1932.

Outro argumento que podemos tangenciar se refere à própria concepção da “elite paulista”. O historiador João Paulo Rodrigues, ao trabalhar sobre a temática de 1932, mostrou em sua tese que muitos dos argumentos dos paulistas a respeito de outros estados eram compostos por piadinhas, xenofobia e preconceito. Com relação ao nordestino, ele afirma que “Por conviver mais de perto com os paulistas, os nordestinos eram alvos de historinhas e chacotas reiteradamente nas páginas de *O Separatista*, sendo considerados seres atrasados e, ainda, prejudiciais ao desenvolvimento da ‘paulicéia’”⁸³⁰. Outra referência que sugestiona o ideal de superioridade paulista se encontra nas fontes do autor no jornal *O Separatista*, que circulava na época. Nele, dizia: “O Amazonas ainda está na fase de caça e pesca; o Piauí e o Rio Grande do Sul, etc, ainda vivem em estado pastoril; o Nordeste, parte da Bahia, Minas, etc. são Estados Agrícolas e São Paulo já penetra na fase industrial”⁸³¹. Por estas evidências,

⁸²⁷ KEHL, Renato. *Lições de Eugenia*. *op.cit.*, p. 191,

⁸²⁸ SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *A Política Biológica como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. *op.cit.*, p. 146.

⁸²⁹ DOMINGUES, Petronio José. Os “pérolas negras”: a participação do negro na revolução constitucionalista de 1932. *op.cit.*, p. 209.

⁸³⁰ RODRIGUES, João Paulo. *Levante “Constitucionalista” de 1932 e a força da tradição. Do confronto bélico à batalha pela memória*. Tese de Doutorado. Assis: UNESP, 2009, p. 72.

⁸³¹ *Ibid.*

não parecia estar no discurso da “elite paulistana” um espaço igualitário para o negro em suas pastas de ações políticas e sociais.

O espectro da interpretação negativa de cor e raça permeia por outros âmbitos que influenciaram na conjuntura histórica nacional, como é o caso da representação nas ilustrações do café e do câmbio negro na década de 1930, que foram figuras que apareceram nas ilustrações da *Careta*. Obviamente, quando analisamos estas caricaturas e suas metáforas empregadas, podemos pensar que pela cor do café e pela palavra “negro” – em câmbio negro –, representaria uma lógica do próprio desenho, ou melhor, das cores pertinentes para uma imagem dessa finalidade. Afinal, não daria para colorir o café preto da cor branca, e dessa forma, não seria “lógico” com a realidade do produto para a recepção da ilustração. Contudo, a importância que as imagens trazem à nossa problemática é o contorno de como essas estruturas são humanizadas nos agentes negros e colocadas sempre como modelo de negação. Veremos esses dois exemplos, primeiramente o café e em seguida o câmbio negro:

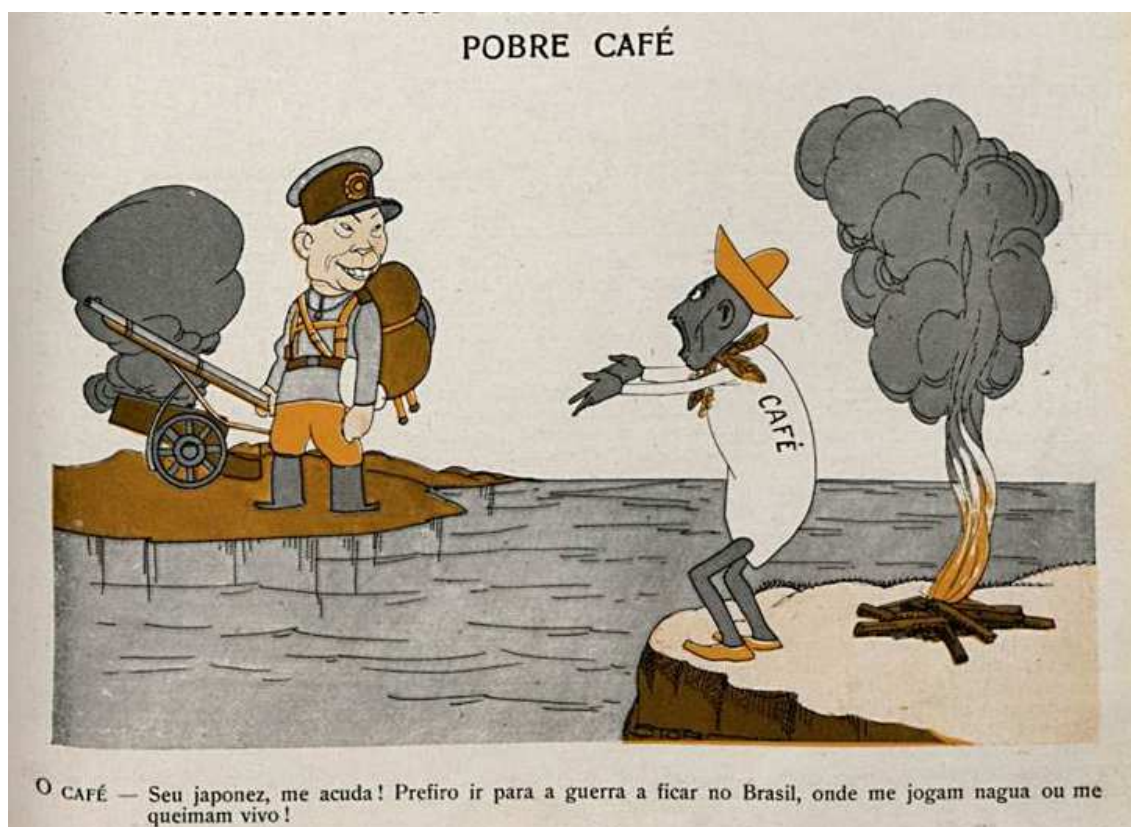


Ilustração 8. *Careta*, 5 de dezembro de 1931, Ano XXIV, nº 1.224.

Pobre Café.

Café – Seu Japonês, me acuda! Prefiro ir para a guerra a ficar no Brasil, onde me jogam na água ou me queimam vivo!



Ilustração 9. *Caretta*, 10 de outubro de 1931, Ano XXIV, nº 1.216.

Trovas.

(A Guatemala desenvolve intensa propaganda no seu café, proclamando-o o melhor do mundo).

O café brasileiro - Tu és, eu também sou /O melhor café do mundo. /Por isso também vou /Pr'a o Oceano profundo!...

As duas últimas ilustrações abordam o café e localizam o Brasil em um contexto bastante estudado pela historiografia: a crise do café. Em suas várias fases, a bebida encontrou terreno próspero, como também se viu atingir por uma crise econômica e política em suas várias etapas no país. No que concerne à crise de 1929, tamanha foi a sua consequência que em um único dia “os seus prejuízos atingiram o volume da receita do Brasil em quarenta anos”⁸³². O Brasil havia sofrido outros colapsos em momentos anteriores como a partir de 1890 e, posteriormente, com os sistemas de convênios e intervenções.⁸³³ Mas, particularmente para nós, foi com a tensão que culminou com a quebra da bolsa de Nova York, somada a má gestão política de Washington Luís - contrário a ampliação dos créditos para o café -⁸³⁴, que trouxeram consequências avassaladoras para a economia cafeeira no país.

⁸³² CARONE, Edgard. *A segunda república (1930-1937)*. op.cit., p. 126.

⁸³³ MARTINS, Ana Luiza. *História do café*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 224-232.

⁸³⁴ Boris Fausto diz que “Com o objetivo de manter a política financeira de estabilidade cambial e assegurar a continuidade da Caixa de Estabilização como um dos instrumentos dessa política, Washington Luís abandona a defesa do café, tentando ampliar consideravelmente as vendas no exterior, por meio da baixa de preços” (BORIS, Fausto. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 129).

Um dos resultados da explosão desta crise foi o enfraquecimento das famílias cafeicultoras, arrendamento de terras e prejuízo econômico em escala nacional. Com a entrada de Vargas, em outubro de 1930, além de romper com a dinâmica oligárquica anterior, foi responsável por uma nova forma de administrar esse quadro problemático do colapso do café. Por meio de estratégias econômicas como impostos, aquisições de estoques⁸³⁵ e abertura de créditos, seu governo procurou estabilizar a “moeda do café” que tanto assegurou a prosperidade da nação em décadas passadas. O retrato da caricatura remonta à importância simbólica que detinha a bebida e um fato curioso que se desdobrou, a saber, a queima do café.

A historiadora Ana Luiza Martins nos conta que “a fatalidade da superprodução, em tempos de crise, levou então o governo à medida extrema da queima do café. Este foi um espetáculo que chocou o país e o mundo, até pelo teor simbólico de se queimar o que fora até então fonte de riqueza”⁸³⁶. O que anos atrás seria visto como “queimar dinheiro”, a medida drástica adotada pelo governo ratificava o desespero em controlar a crise.⁸³⁷ Neste debate, Salomão Silva narra o processo que culminou nas ações de destruição do café:

A centralização política decorrente da Revolução de 1930 deslocou a responsabilidade pela política do café do estado de São Paulo para o Governo Federal. Em fevereiro de 1931, o Tesouro Nacional, com a ajuda do Banco do Brasil, adquiriu os estoques existentes no país, menos aqueles financiados pelo Empréstimo de Realização. As exportações foram tributadas em 20%, além de ter sido cobrado um imposto sobre cada novo cafeeiro. Essa primeira rodada de medidas restritivas foi insuficiente para conter a produção superdimensionada. Um novo imposto foi introduzido, e sua receita vinculada exclusivamente à aquisição de café. Ainda em 1931, foi criado o Conselho Nacional do Café, para administrar a política de retirada dos estoques do mercado. Somente em São Paulo havia 18 milhões de sacas armazenadas. A impossibilidade de prosseguir acumulando estoques levou à decisão de destruí-los fisicamente. Apesar de colossais, as aquisições de café, pelo Governo Federal, não provocaram emissões monetárias. A despesa foi inteiramente financiada pelo imposto de exportação.⁸³⁸

A conjuntura econômica do café no período não se reduz a estes elementos, no entanto, os elegemos para a compreensão sistemática das caricaturas que, a princípio, nos ajudam a pensar nosso objetivo. Em vista disso, as caricaturas 8 e 9 expressam este momento do café em que ambas são referidas à deflagração da crise em que se encontravam.

Ao investigarmos as imagens, podemos notar primeiramente que o café está “humanizado”, ou seja, ele é simbolizado como um personagem humanoíde de cor negra. Em

⁸³⁵ Para exemplificar, Carone mostra que em pagamentos de faturas de café relativo às safras de 1929-1931 “liquidaram-se até agora certa de 18.000.000 de sacas de café, constantes de 269.075 faturas para um total de 1.026.510:798\$100” (CARONE, Edgard. *A segunda república (1930-1937)*. *op.cit.*, p. 134).

⁸³⁶ MARTINS, Ana Luiza. *op.cit.*, p. 243.

⁸³⁷ “De 1931 a 1944 foram destruídas 78 milhões de sacadas, quantia três vezes superior ao consumo mundial anual” (*Ibid.*, p. 245).

⁸³⁸ SILVA, Salomão L. Quadros da. A Era Vargas e a economia. In: Maria Celina D'Araujo (org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 144.

ambas, elas configuram-se em um quadro de desvalorização do produto. Com relação à ilustração 8, origina um diálogo da personagem retratada pelo café com um militar japonês em que conjectura a decadência do sistema econômico onde ele seria queimado ou jogado no fundo do oceano. A fogueira ao lado da personagem confirma o fim do café brasileiro que prefere ir à guerra e tentar uma sobrevida, do que permanecer no país onde seu fim era certo.

A constituição deste humor tem continuidade na caricatura nove. Nosso café, mais uma vez humanizado, seria atirado ao mar. Neste momento dramático “trova” com o café da Guatemala – que segundo a caricatura teria feito a propaganda de ser o melhor café do mundo. Assim, destronado do seu poderio, o café brasileiro lamenta ter sido um dia o melhor café do mundo e agora ter seu fim reservado a contenção econômica. Pode-se dizer que a “Era Vargas apesar de inúmeras iniciativas em defesa da produção, representou o início de um lento processo de declínio do Brasil como líder no mercado mundial de café”⁸³⁹.

Para alguns olhos, a coloração do café poderia ser o suficiente para compreender o porquê de o negro estar associado ao elemento caricaturado e, sem dúvida, parece uma suposição correta, mas não única. O que nos chama a atenção para estas caricaturas são os contextos em que elas estão inseridas e os traços físicos das personagens. Primeiramente, o cenário é o mais caótico possível para o “nosso café”. Em outras palavras, o destino do café era o fundo do mar ou a queima. Nesse sentido, a condição humanizada do negro na observação das caricaturas assinala para o lado negativo da resolução. O negro sendo reconhecido pela cor coloca-o em um patamar da “identidade racial”, onde as diferenças estariam inseridas em uma sociedade que julga universalmente a moral pela cor. O problema em causa estaria na pressuposição do racismo fixado às espreitas do diagnóstico da nação, de outro modo, o humor que se constitui das analogias do “branquinho como leite” ou do “pretinho cor de café”. As derivadas adjetivações que se anexam ao homem pela cor estabelecem a relação da sociedade com a “questão racial”. Como aponta Deligne, “o racismo está sempre à espreita: seja na preguiça dos povos do Sul, seja a vocação dos pugilistas negros para o estupro, seja a má-fé dos israelitas”⁸⁴⁰. Estas construções caricaturais trazem seus reflexos sociais das generalizações de “raças” e nações que tratam os “[...] colombianos como traficantes de drogas, ingleses excêntricos, brasileiros preguiçosos”⁸⁴¹. O problema em si está colocado na recepção dessas imagens e na difusão social para permanência do “humor” atrelado aos seus estereótipos.

⁸³⁹ *Ibid.*, p. 142.

⁸⁴⁰ DELIGNE, Alain. *De que maneira o riso pode ser considerado subversivo. op.cit.*, p. 49.

⁸⁴¹ *Ibid.*

Em um segundo momento, cabe advertirmos os traços físicos, em especial, na caricatura 9. É frequente, como exposto, a singularidade das feições corporais variando do sujeito humano em referência a “raça” ou nação. Dessa forma, os japoneses certamente aparecerão amarelados e com olhos puxados, e negros com lábios avolumados, sem cabelos ou crespos e narizes achatados. Em alguns casos, como vimos em outras caricaturas, com um aspecto quase igual ao de um macaco. Deve-se perceber a influência da visão da antropologia física que contribuiu para a construção das imagens, pois “Com a popularização, essas teses também seriam absorvidas pelo humor gráfico, que abusaria do uso de imagens em que a forma física idealizada do inglês típico era contrastada com a de outros povos considerados inferiores ou degenerados”⁸⁴². Tamara Hunt, no seu estudo sobre as caricaturas inglesas, nos traz uma referência próxima ao nosso trabalho: a visão do negro em formas idealizadas que os caracterizam como “inferiores” e “degenerados”.

Adotando como base o trabalho de Cesare Lombroso, podemos ilustrar melhor como esta visão ganha fôlego nas discussões antropométricas: “The lips of violators of women and murderers are fleshy, swollen and protruding, as *in negroes*. Swindlers have thin, straight lips. Harelip is more common in criminals than in normal persons”⁸⁴³. Assim, a associação do criminoso com características físicas dos lábios inchados “como nos negros”, acarreta uma referência entre a construção física e o estereótipo cultural, que se cristalizara na identificação de uma sociedade que enxerga seus pares por meio de “critérios raciais”. Na análise das caricaturas que representam o câmbio nacional teremos outros modelos desta associação:

⁸⁴² HUNT, Tamara L. Desumanizando o outro: A imagem do “oriental” na caricatura inglesa (1750-1850). In: LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, humor e caricatura: A questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 429.

⁸⁴³ LOMBROSO, Cesare. *Criminal Man. op.cit.*, p. 16. [Grifo nosso].



Ilustração 10. *Caretta*, 11 de novembro de 1933, Ano XXVI, nº 1.325.

No *Far-West* Bancário.

Aranha- Êta negrão! Desta vez não me escapas!



Ilustração 11. *Careta*, 17 de setembro de 1932, Ano XXV, nº 1.265.

O "câmbio negro".

Aranha – Vem pra cá, moleque, que tu levas uma caiação de otimismo!...

Nossa apreciação das caricaturas referente ao "câmbio negro" é semelhante às anteriores que trataram do problema com o café, principalmente pela deflagração do seu viés da crise econômica no contexto do início de 1930. Nas ilustrações 10 e 11 podemos ressaltar um personagem político da época como figura central: o ministro Oswaldo Aranha. Neste caso, o ministro foi desenhado simbolizando as tentativas de controlar o problema do câmbio, que, por sua vez, está humanizado na figura do negro. O problema econômico brasileiro – e a decorrência da crise econômica mundial - do período remete ao governo Vargas a sujeição ao controle das taxas cambiais para estabilização econômica e da reforma monetária. Assim, equilibrar o orçamento do Estado, reduzir as despesas da receita e contrapesar a moeda, eram os sustentáculos de uma solução para a economia da nação. Estava na ordem do dia do discurso de Vargas o controle da economia. Sobre essas disposições, Edgard Carone, ao trazer ao relatório de Otto Niemeyer, de 25 de julho de 1931, diz:

Enquanto as despesas públicas foram supridas, direta ou indiretamente, por meio de pagamentos, consistindo, ou não na emissão de notas, ou na de títulos não tomados pelo público como aplicação de capital, será impossível prevenir as perturbações

econômicas que resultam da variação dos valores nominais, incluindo as variações nas taxas de câmbio.⁸⁴⁴

O relatório de Niemeyer pode ser anotado como um dos esforços dos primeiros anos do governo Vargas em balancear a economia. A tentativa nacional de um *funding loan* da dívida pública era um dos objetivos para retomada da confiança do crédito internacional.⁸⁴⁵ Não à toa, nossa visão das caricaturas em semelhança à crise financeira, se pauta em uma vertente macroeconômica da situação. O desenrolar das possíveis soluções do colapso cafeeiro, monetário ou equilíbrio cambial, exacerbam as opções técnicas ou mecanicistas do plano de gestão financeira. Além disso, ela tem seus reflexos nos debates políticos, nas modificações nos organismos sociais e possuem sua parcela de visibilidade nos contornos da crise.

No que diz respeito a preocupação cambial, ela possuía raízes no decréscimo das finanças relativas ao café e a Grande Depressão, que trouxe uma considerável desvalorização do mil-réis em relação ao dólar e à libra. Para este controle cambial foram necessárias algumas operações do governo, como comenta Marcelo de Paiva Abreu que, nos anos de 1930 e 1931, “moratórias sucessivas em relação às dívidas em moeda estrangeira”⁸⁴⁶. Aliás, para controlar o câmbio estabeleceram-se algumas regras de vendas cambiais de exportação ao Banco do Brasil⁸⁴⁷, onde este foi reintroduzido como monopólio cambial⁸⁴⁸. Ainda em relação ao sistema de controle cambial:

Permaneceu basicamente inalterado até 1932. Foi criado em 1932-33 um mercado “cinzento” alimentado por módico montante de divisas para aliviar a escassez da oferta de divisas principalmente para remessas de lucros. Em meados de 1934 as receitas cambiais não associadas a exportação, bem como a receita cambial gerada por algumas exportações não tradicionais, foram liberadas do controle cambial.⁸⁴⁹

Pelas ações extremadas para o controle cambial, podemos compreender que as medidas tomadas são reflexos da preocupação de grande escala no cenário brasileiro e que

⁸⁴⁴ CARONE, Edgard. *A segunda república (1930-1937)*. *op.cit.*, p. 107. Referente ao relatório de Otto Niemeyer no Diário de Notícias [P. Alegre], 25/07/1931.

⁸⁴⁵ Cf.: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ortodoxia e heterodoxia econômica antes e durante a Era Vargas. In: _____; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. (orgs.). *A era Vargas: Desenvolvimento, economia e sociedade*. São Paulo: Editora UNESP, 2012, p. 207-208.

⁸⁴⁶ ABREU, Marcelo de Paiva. O Brasil e a economia mundial (1929-1945). In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano*. t. III. v. 4. São Paulo: Difel, 1984, p. 20.

⁸⁴⁷ Nos anos de 1940, Getúlio Vargas refere-se a importância do Banco do Brasil para a economia nacional: “A disseminação das agências do Banco do Brasil para o fim de dar ao crédito expansão crescente, através de toda as zonas de produção, constitui prova flagrante de que, pela primeira vez depois de implantado o regime republicado, o Brasil pratica uma política de financiamento especialmente executada em proveito das forças que promovem o desenvolvimento da economia nacional”. VARGAS, 1940 apud BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ortodoxia e heterodoxia econômica antes e durante a Era Vargas. *op.cit.*, p. 180.

⁸⁴⁸ ABREU, Marcelo de Paiva. *O Brasil e a economia mundial (1929-1945)*. *op.cit.*, p. 20.

⁸⁴⁹ *Ibid.*, p. 20-21.

afetava não somente o social, mas os agentes políticos envolvidos na contenção do câmbio. Em contra partida, como indica Salomão Silva, “a inevitável desvalorização da taxa de câmbio, elevando os preços dos produtos importados, equivaleu a um aumento na proteção à indústria nacional”⁸⁵⁰. Neste período nota-se a participação contundente das políticas de Vargas na economia, sobretudo, o sentido nacionalista de apropriação de empresas para o controle nacional. Como expresso na caricatura, o esforço de Oswaldo Aranha em controlar o câmbio “laçando-o” ou “pintando de rosa”, são as representações da conjuntura política que remava na tentativa da estabilidade econômica, um dos objetivos dessa fase inicial do Governo Provisório.

A possibilidade de compreender a figura de Oswaldo Aranha neste cenário, alude ao argumento de autores como Pedro Paulo Zahluth Bastos acerca de uma “consciência” ainda no Governo Provisório com relação ao esforço para a saída da crise. Os primeiros anos varguistas representaram empenhos para contornar os graves índices das taxas cambiais. Bastos, nesse sentido, comenta que “Vargas alegou antes mesmo de chegar ao poder que a incapacidade eventual de resolver o problema cambial da forma tradicional poderia exigir que novas políticas fossem ensaiadas para superar a crise econômica e a restrição externa da economia brasileira”⁸⁵¹. Antes mesmo de ascender-se no poder, o político gaúcho refletia sobre a dificuldade na estabilidade da crise econômica, o que tangencia aos reflexos enquanto esteve à frente do governo. Isso não significa que toda crise foi minuciosamente decidida na mesa e que não houveram equívocos ou atitudes impensadas, mas não concordamos com argumentos atribuídos que os desfechos entre a crise e o governo foram inconscientes ou advindos de uma resolução exclusiva do trato com a economia cafeeira.

A figura política de Oswaldo Aranha apresenta-se como detentor de um poder articulador no Governo Vargas. Sua relação atrelada ao controle da economia o assentou como personagem de destaque nos episódios de contenção da crise. Francisco Luiz Corsi apresenta alguns dados sobre a conjuntura econômica desse período e a participação do ministro. Primeiramente, para o autor, Vargas não adotou uma atitude mais ferrenha com relação aos credores internacionais, e, para agravar, “a introdução do monopólio do câmbio e a celebração de um novo *funding loan* em 1931 foram fruto da grave crise cambial”⁸⁵². Quando a fase crítica do pagamento da dívida externa entrava em uma etapa mais confortável,

⁸⁵⁰ SILVA, Salomão L. Quadros da. *A Era Vargas e a economia. op.cit.*, p. 148.

⁸⁵¹ BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ortodoxia e heterodoxia econômica antes e durante a Era Vargas. *op.cit.*, p. 185.

⁸⁵² CORSI, Francisco Luiz. O projeto de desenvolvimento de Vargas, a missão Oswaldo Aranha e os rumos da economia brasileira. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. (orgs.). *A era Vargas: Desenvolvimento, economia e sociedade*. São Paulo: Editora UNESP, 2012, p. 225.

o governo iniciou “um processo de liberalização do cambio e voltou a renegociar a dívida externa, assinando em 1934 um acordo – o chamado Esquema Oswaldo Aranha [...]”⁸⁵³. Havia uma ampla tentativa governamental no controle da taxa cambial frente a uma convulsão mundial. A crise não era um reflexo exclusivo do Brasil na América do Sul, pois

pelo menos os principais países da região a partir de 1931, adotaram controles de câmbio e de importações políticas creditícias e monetárias de caráter expansivo, medidas que significavam uma maior presença do Estado na economia, políticas de formação de estoque reguladores para os principais produtos de exportação, medidas de proteção e incentivo à indústria e procuravam rever o pagamento de suas dívidas externas.⁸⁵⁴

O Brasil preocupou-se com praticamente todos os elementos que Corsi cita no excerto acima. Contudo, ao analisarmos a projeção da caricatura com a relação cambial econômica, uma vez mais, o negro é o agente representado de forma negativa que, dessa vez, insere-se no contexto da economia deficitária. O câmbio “negro” seria justamente a reprodução do descontrole inflacionário e desvalorização dos mil-réis perante as moedas estrangeiras. Era necessário que alguém “tomasse as rédeas” e dominasse este câmbio “negro”. É justamente na imagem 10, que Oswaldo Aranha tenta este feito. Ao estilo que reproduz os Cowboys do “Velho Oeste” - de chapéu e cavalo – tenta laçar um negro que seria uma referência ao câmbio descontrolado. As roupas adequadas às tradições gaúchas devem ser sublinhadas.

Na tentativa de identificar a construção dos estereótipos culturais, podemos perceber a fala de Oswaldo Aranha com relação ao “câmbio negro”: “Êta negrão! Desta vez não me escapas!”, um humor voltado ao aspecto da cor da pele para a formulação da caricatura. Ao chamar a personagem de “Negrão” está reconhecendo-o por meio “racial”. Assim, é remontado um cenário de dominado/dominador em que o “branco” está na posição de

⁸⁵³ Este acordo “procurou adequar os pagamentos às reais condições do país, era difícil de ser sustentando, pois consumia parte considerável dos superávits da balança comercial” (*Ibid.*). O debate em relação a economia e a taxa cambial foi alvo de diversos trabalhos sobre sua compreensão. *A Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado, talvez tenha sido uma das interpretações que geraram mais embate dentro da historiografia. Para os interessados nestes estudos, recomendamos o texto de FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Instituições e política econômica: crise e crescimento do Brasil na década de 1930. In In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; _____. (orgs.). *A era Vargas: Desenvolvimento, economia e sociedade*. São Paulo: Editora UNESP, 2012. O autor revisita os debates de Celso Furtado e faz as suas considerações sobre a conjuntura econômica do início da década de 1930. Este debate torna-se importante ao passo que contrapõe os argumentos de que apenas a industrialização seria responsável pelo reavivamento da economia em crise do período. Fonseca frisa que “[...] a criação e as modificações nas estruturas institucionais auxiliam decisivamente para revelar a intencionalidade e a consciência dos dirigentes, principalmente quando associadas à análise do discurso, o que nem sempre ocorre com o acompanhamento das políticas monetárias, cambial e fiscal” (*Ibid.*, p. 176). A criação de diversos órgãos – como do Trabalho, Indústria e Comércio, Departamento nacional do Trabalho, Instituto do Açúcar e do Alcool – colaboraram para o projeto que estava sendo pensado nos primeiros anos do Governo Provisório e, portanto, não poderíamos reduzir a política de valorização do café, por exemplo, como única justificativa para o controle das dificuldades financeiras do período. Para complementar os debates na historiografia: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. *Ortodoxia e heterodoxia econômica antes e durante a Era Vargas*. op.cit.

⁸⁵⁴ *Ibid.*, p. 223-224.

“controlar o negro”, pois é necessário domá-lo. O negativismo do “negro” estar associado a ao câmbio econômico descontrolado leva-nos à crença do maniqueísmo das cores no Brasil, ao passo que a cor preta tende a ser associada com questões ruins e servindo de metáfora, dando a tônica da sua posição desprivilegiada. O fato de o câmbio ser “negro” é a eleição da cor que influi no julgamento da sua condição. O câmbio poderia ser adjetivado como “desvalorizado”, “ruim”, “negativo” ou deficitário, porém a colocação do “negro” – que representaria os outros exemplos de adjetivos -, traz este aspecto da “raça” aos elementos positivos ou negativos do cotidiano transformando-o em sinônimo.

Storni, na ilustração 11 apresenta os mesmos agentes, as mesmas roupagens sob uma situação humorística diferente. Dessa vez, o ministro Aranha está com uma lata de tinta de cor rosa para pintar o “câmbio negro” – simbolizando um otimismo. O flagrante aqui é mais latente, pois a “cor” é a representação de algo ruim e deveria ser modificado, neste caso, pela tinta. A cor rosa teria uma representação de afabilidade, ou seja, era necessário ver o câmbio “cor-de-rosa”, com boas estimativas, o que, contrariamente, traz a alusão da cor negra – e no caso o sujeito desenhado -, estaria associada a melhoria. Por vezes, afirmamos que o caricaturista nem sempre expõe o seu ponto de vista na composição da caricatura, porém, os estereótipos culturais são utilizados e a “realidade, roteiro e estereótipos acabaram coincidindo”⁸⁵⁵. Nesse sentido, a anotação de Elio Chaves Flores coaduna-se com nossa visão sobre esses retratos de cor e raça por estes caricaturistas:

E em termos da inversão humorística, talvez haja semelhança com a textualidade da memória quando "inventa", a respeito de seu tempo e dos outros, imagens verossímeis. Pois, como afirma Bakhtin ao definir o contexto rabelaisiano, toda obra que registra "saiu do próprio centro da vida da época, na qual o autor era participante ativo ou uma testemunha interessada"⁸⁵⁶ ..

O retrato de Storni nas duas caricaturas acena o quadro contínuo de uma percepção social degenerativa do negro que, por algum motivo, precisa ser “pintado” ou “contido” nos eventos sociais. Assim, os estereótipos compactuam com os contextos e cenários traçados refletindo uma possível realidade social sobre aspectos “raciais”. Destarte, a imagem deste negro durante o Governo Provisório e com base nas teorias raciais vigentes permaneceria arraigada aos tentáculos do negativismo, exclusão ou modificação. Denominações raciais e da

⁸⁵⁵ Davies trata de cartuns em tempos de guerra e as formas como são grafadas como forma de propaganda do inimigo (DAVIES, Christie. *Cartuns, Caricaturas e piadas: roteiros e estereótipos. op.cit.*, p. 99). Para nós, realidade, roteiro e estereótipo também atuam na propagação das caricaturas da *Careta* estabelecendo por meio do roteiro, a realidade em vista dos estereótipos culturais. Sendo assim, é regra compreender a dimensão do veículo de propagação das imagens e seu vínculo ideológico.

⁸⁵⁶ FLORES, Elio Chaves. Representações cômicas da República no contexto do Getulismo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 21, n. 40, 2001, p. 150.

cor formados através de apelidos como “negrinho”, “negrão”, “pretinho”, “moreninho”, “marrom”, conservaram formas de diferenciação do sujeito perante a formação de grupos na sociedade. O argumento de uma suposta relação “harmoniosa racial” é rechaçado pela configuração humorística socialmente utilizada ao grafarem os indivíduos, sobretudo, pela cor que muitas vezes estão constituídos com apreciações morais e estéticas. Acerca disso, Fonseca expõe que o trato do humor entre brancos e negros:

Dissimula e consolida preconceitos e estereótipos: o negro em geral aparece situando no lugar do excluído, inferiorizado que sobrevive graças às suas atitudes marginais, enquanto o branco é retratado no vértice mais alto da pirâmide social, participando do poder e dos valores hegemônicos.⁸⁵⁷

Outros contornos do humor conectam a esta afirmativa da cor ligada a situações de revés e continuam a ser projetadas até a atualidade. Uma das mais famosas faz referência quando determinada situação torna-se agravante ou prejudicial e passam a denominá-la como “situação preta”. Podemos identificar em duas caricaturas de Stoni este tipo de humor para caracterizar o entrelaçamento entre a frase e uma situação ruim. A cor atuaria como um sinal de que uma ação ou evento se complicou, inclusive, nas caricaturas do período. Nesse momento, a ilustração sugere uma mulher negra com os escritos “situação” na sua roupa para traduzir a metáfora de que “a situação está preta”.

⁸⁵⁷ FONSECA, Dagoberto José. *Você conhece aquela?: a piada, o riso e o racismo à brasileira. op.cit.*, p. 37.



ELIA — Coitado! ainda está sob a acção do ether. Quando acordar não ficará muito satisfeito com minha cara

Ilustração 12. *Careta*, 8 de março de 1930, Ano XXIII, nº 1.133.

O triste despertar.

Homem – Essa mulher que há muito tempo me provoca dá nela! Dá Nela!

Ella – Coitado! Ainda está sob a acção do éter. Quando acordar não ficará muito satisfeito com minha cara.



Ilustração 13. *Careta*, 10 de setembro de 1932, Ano XXV, nº 1.264.

Não se iluda, companheiro. Da outra vez tudo acabou numa succulenta churrascada. Agora vai se acabar numa bruta feijoada nacional, com todos os entulhos...

Nas caricaturas 12 e 13 há um exemplo clássico do linguajar no modelo social e no político respectivamente. Na primeira imagem, o povo - representado pelo homem - sob a ação do éter acusa a “situação” - representado pela mulher - de provocá-lo. Em contrapartida, a negra salienta que o homem não ficará muito feliz ao ver sua cara quando despertar. Na contextualização, quando o homem - povo - retomar a consciência verá que a situação para ele “ficou preta”. Como em outras, a data em que se enquadra a imagem corresponde ao dia 8 de março de 1930, o período de carnaval. Ela nos permite interpretar que depois dos dias festivos, quando o povo “acordar”, não ficará muito feliz com a situação pós-festas.

Storni, nesta caricatura, brincou com a situação utilizando como referência a música do compositor Ary Barroso: “Dá Nela”: Esta mulher Há muito tempo me provoca/ Dá nela! Dá nela!/ É perigosa/ Fala mais que pata choca/ Dá nela! Dá nela! Fala, língua de trapo/ Pois da tua boca/ Eu não escapo/ Agora deu para falar abertamente/ Dá nela! Dá nela!/ É intrigante/ Tem veneno e mata a gente/ Dá nela! Dá nela!

Na caricatura 13 o enfoque delimitado é o cenário político, mais particularmente um episódio na história do Governo Provisório: a chamada Revolução Constitucionalista de 1932.

Em suma, “a Revolução de 1932 constituiu de fato um importante marco no processo de depuração das elites”⁸⁵⁸. Segundo João Paulo Rodrigues, a égide desse conflito teria se justificado por Getúlio Vargas nomear como interventor para São Paulo um homem que além de não ser paulista, “[...] na década de trinta a exclusão de São Paulo da liderança de seu estado e do país contrapôs-se radicalmente à corrente ufanista burilada desde o século XIX criando um ambiente propício para o desabrochar de rancores e ressentimentos”⁸⁵⁹. Assim, deflagrada a guerra que duraria aproximadamente três meses de São Paulo contra o Governo Federal, os paulistas saíram derrotados em outubro de 1932.⁸⁶⁰ A leitura que se faz dos antecedentes não se resume apenas a questão interventora, mas sim por toda atmosfera de tensões econômicas e sociais que deflagravam entre o Governo Vargas e São Paulo.⁸⁶¹

A maneira panfletária que este acontecimento abarcou nos meios de comunicação deve ser levada em conta para o entendimento da caricatura. Notam-se tanto para as medidas governistas alinhadas às bases de Getúlio Vargas, quanto aos paulistas que projetaram uma memória de 1932. Por isso, entende-se “[...] com farta distribuição panfletária, músicas, volantes, cartões-postais, opúsculos, manuais para voluntários, hinos, bandeiras, fotografias, *caricaturas*, livros, cartazes, obras de memorialistas e publicações comemorativas”⁸⁶². Nossa caricatura se apresenta como uma forma de apreender, ainda nos autos de setembro de 1932, uma versão da *Careta* sobre o conflito. O embate extrapolou as trincheiras armadas, sendo elevado a uma verdadeira “guerra” propagandística em rádios e impressos.

O conflito de 1932 trouxe um destaque considerável na *Careta*. Parte dos exemplares da época traziam caricaturas ou textos com referência ao caso. A imagem 13 foi um desses exemplos que no caminhar do desfecho ironiza o fato de que no fim a vitória seria do Governo Provisório, pois da outra vez - referindo-se a Revolução de 1930 -, “tudo acabou numa suculenta churrascada”, em alusão ao churrasco, símbolo cultural dos gaúchos e,

⁸⁵⁸ PANDOLFI, Dulce Chaves. *Da revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987, p. 13.

⁸⁵⁹ RODRIGUES, João Paulo. *Levante “Constitucionalista” de 1932 e a força da tradição. Do confronto bélico à batalha pela memória. op.cit.*, p. 17-18

⁸⁶⁰ Os fatores que culminaram o levante possuem seus desafios e problemáticas próprias na historiografia que ultrapassam os objetivos deste trabalho. Portanto, recomendamos a pesquisa de João Paulo Rodrigues para complementar a questão em sua essência do conflito político e da memória coletiva deste evento no Governo Provisório. O autor cita, por exemplo, a interpretação de Emilia Viotti da Costa ao dizer que “considerando que os mitos criados durante a luta teriam prejudicado a compreensão dos fatos” (*Ibid.*, p. 24). Assim, muito mais que um evento estabelecido em nossas caricaturas, ele tende a reflexões na sua própria constituição conceitual dos “mitos” criados pelas conjunturas dominantes ou mesmo sob as diversas interpretações posteriores da historiografia.

⁸⁶¹ Complementa-se, “Deste modo, nos limiares de 1932 predomina uma esfera de amplo descontentamento social e de sentimentos perturbadores em São Paulo, envolvendo tanto os partidos mais antigos, os comerciantes, os industriais e os militares, quanto os trabalhadores, que, todavia, como analisado, tinham motivos para se contrapor à burguesia e ao Governo Central” (*Ibid.*, p. 62).

⁸⁶² *Ibid.*, p. 32. [Grifo nosso].

portanto, uma analogia ao que podemos supor sobre a vitória de Getúlio Vargas. Entretanto, por ser deflagrada uma guerra civil, tudo acabaria “numa bruta feijoada nacional”, ou seja, com todas as misturas e participações da nação, de estados, elites e intelectuais bem como “com todos os entulhos” e as implicações destrutivas de uma guerra.

Este pequeno contexto histórico da Guerra Paulista nos faz compreender o motivo da tal “churrascada”. No entanto, devemos focar que a imagem apresenta-se com uma mulher negra mexendo um grande caldeirão de feijoada. Em suas vestes, como na caricatura 12, está grafada a palavra “situação” em referência a cor. A feijoada, como demonstramos anteriormente já possuía um significado de “comida de escravos”⁸⁶³ e, nesse caso, compreende-se como a mistura de vários estados da federação na Revolução de 1932, que gerou uma típica feijoada brasileira – e todos os elementos culturais que nela podem ser subentendidos. Mas, a mulher que mexe a feijoada é representada pela metáfora da “situação ruim” fazendo menção aos efeitos do conflito e que estaria negativa para todos os envolvidos.

Neste universo popular “racial”, outras conotações referentes a cor ganharam espaço na linguagem coloquial da sociedade, a saber, o “gato preto” que representaria o azar, um indivíduo com o “passado negro”, sem contar os diversos antagonismos entre o mal representado por vestimentas pretas e o bem pelas brancas - do panteão mitológico religioso, podemos citar a cor de “demônios” e “anjos”, respectivamente. Na representação do “preto” e no “branco” na sociedade brasileira perceberemos quase sempre que as ações ganharam uma “coloração”.

O resultado de postular cores com significações será uma oportunidade da manutenção do racismo. Com o espectro das teorias raciais tão presente no Brasil, em que perduraram os debates intelectuais com relação à incógnita se o negro era ou não menos capaz que o branco, facilita a construção dos estereótipos estipulando sentidos positivos ou negativos a eles. Destarte, estas tendências de julgamentos pela “cor” desqualificam o negro e o colocam em alguma espécie de fator de “consequência hereditária”. Em decorrência dessas permanências dos estigmas “raciais”, Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes apontam que essas formas contemporâneas de racismo encontram-se em outros locais:

Nos livros didáticos, tanto na presença de personagens negros com imagens deturpadas e estereotipadas quanto na ausência da história do povo negro no Brasil. Manifestam-se ainda nos meios de comunicação de massa (propagandas, publicidade, novela), que insistem em retratar o negro e outros grupos étnicos/raciais que vivem uma história de discriminação, de maneira indevida e equivocada.⁸⁶⁴

⁸⁶³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*, p. 58.

⁸⁶⁴ GOMES, Nilma Lino; MUNANGA, Kabengele. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2006, p. 180.

As construções da imagem das diferenças “raciais” na sociedade permeiam as generalizações classistas onde o negro ou o miscigenado deveriam ocupar um local subalterno em contraposição com o branco. O humor da “situação estar preta” pode soar inocente ao seu uso, mas perpetua o negativismo relacionado à cor na mesma intensidade das representações da cor branca com o sentido de paz, ou o cor-de-rosa pode representar uma visão “positiva” de algo. Se adentrarmos no “conceito racial”, este humor resumiria a tentativa de legitimar as diferenças de posições sociais “raciais” na sociedade e, como aponta Munanga e Gomes, “toda piada sobre o negro emitida em nossa sociedade carrega, no fundo, a ideia de inferioridade racial contra a qual tanto lutamos”⁸⁶⁵.

As piadas se intensificam dando origem a outras, sempre permeando o sentido dos “contrastos raciais”. A este exemplo citamos uma: “- Quando o negro vai à faculdade? - Quando está construindo”⁸⁶⁶. Isto sugere a permanências do humor estereotipado do negro sendo eleito como inferior intelectualmente. Na piada, ele não conseguiria cursar uma universidade devida sua inteligência e apenas contribuiria para uma no seu aspecto braçal. Não é exagero dizer que o negro ainda hoje tem baixo acesso a universidade pública e privada, principalmente em cursos elitizados como medicina e direito, porém, a permanência desse humor traz a leitura errônea de um estigma da cor referente a “funções sociais”. A “questão racial”, por sua vez, pode ser notada se invertermos o sujeito da piada. Será que ela teria “sentido” ou ocasionaria “risos” aos apreciadores deste tipo de humor se a referência fosse o “branco” no lugar do “negro”? O que sugere o gozo deste humor com o negro numa posição de inferiorizado? As respostas para estas perguntas estão na própria divisão “racial” do país e daqueles que são os alvos da piada.

Apropriando-se do estudo de Fernandes sobre o Folclore do negro em São Paulo, o autor expressões que inferiorizam o negro por conta da cor: “Negro é vaso ruim, não quebra”; “Negro não come, engole”; “Logo se vê que é negro”; “Negro quando não suja na entrada, suja na saída”; “Preto bom, já nasce morto”; “É preto só por fora”; “Coitado, não tem culpa de ser negro”, entre outras.⁸⁶⁷ Nota-se nessas expressões racistas a forte tendência em utilizar a cor como sinônimo de desqualificação. Nela, além da depreciação quanto a cor relacionada ao erro, está também propagada que a condição de “ser negro” é denegada pelos outros grupos “raciais”. Em outras palavras, uma condição “biológica” da negritude.

⁸⁶⁵ *Ibid.*, p. 182.

⁸⁶⁶ FONSECA, Dagoberto José. *Você conhece aquela?: a piada, o riso e o racismo à brasileira. op.cit.*, p. 87.

⁸⁶⁷ DEGLER, Carl. *Nem preto nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos. op.cit.*, p. 131.

É exatamente pelo preconceito “racial” sobreviver na escala nacional que as chamadas Ações Afirmativas existem e são um reflexo da constante luta a qual se inserem no organismo social.⁸⁶⁸ Há um esforço para que este tema caia no esquecimento em vista de uma comunidade igualitária do cidadão sem reflexos das categorias de raça e cor. As formulações eugênicas e das teorias raciais, apesar de não fazerem parte da ciência contemporânea como antes, ainda são utilizadas no discurso social como forma de deslegitimar o outro por meio de generalizações de grupos.

2. A COR DO CRIME

Nossa última análise remete ao estereótipo cultural em que associa criminalidade relacionada à cor e raça. Essencialmente, o negro tem sido tarjado como um sujeito potencialmente inclinado ao crime, como se hereditariamente respondesse a esta ação. Essa ideia que perdurou por muito tempo nas teorias raciais - como a eugenia - pode ser explorada nas caricaturas da *Careta* de 1930-1934, onde encontramos cinco caricaturas em situações das mais variadas – inclusive em uma propaganda comercial farmacêutica – que agregam dentro da ilustração o negro aliado à bandidagem. Ao final do exame das caricaturas, notaremos que a constituição da relação entre cor e hereditariedade somada com a criminalidade vem de longa data.

Historicamente, o país matinha com cada vez mais frequência o discurso das teorias raciais no início do século XX. Com a aceitação da eugenia cada vez mais proeminente trouxe uma visão significativa para as “questões raciais”. Muitas vezes aliada com a psiquiatria, a eugenia e outras teorias que visavam o debate da “raça”, resultou nos diagnósticos da “higiene mental racial” dos chamados “degenerados”. Sobre esta afirmativa, Stepan diz que “graças a essa associação, a eugenia acabou ligada aos problemas da criminalidade, delinquência juvenil e prostituição, ‘patologias’ dos pobres e, no caso do Brasil, da população mestiça e negra”⁸⁶⁹. Se os eugenistas acreditavam no “talento hereditário”, nada mais lógico de que o contrário também fosse real, neste caso, o “criminoso hereditário”. Tornou-se comum mediante a este prisma caçar o sujeito e não a ação – estaria enquadrado nestas fundamentações, por exemplo, epiléticos, negros, viciados, entre outros. Aliás, sobre a hereditariedade criminosa, Kehl destaca “o homem que procria sem reflexão, que aumenta um

⁸⁶⁸ Para Munanga e Gomes, “O objetivo da ação afirmativa é superar as desvantagens e desigualdades que atingem os grupos historicamente discriminados na sociedade brasileira e promover a igualdade entre os diferentes” (GOMES, Nilma Lino; MUNANGA, Kabengele. *O negro no Brasil de hoje. op.cit.*, p. 187).

⁸⁶⁹ STEPAN, Nancy L. *A hora da eugenia: raça gênero e nação na América Latina. op.cit.*, p. 58.

conviva em torno de uma mesa insuficiente, que perpetua suas *taras físicas* num novo ser, é um bruto ou um *criminoso*”⁸⁷⁰.

Esta reflexão de Kehl sobre a propensão “nata” de ser criminoso e quase incorrigível pode ser vista no *Boletim de Eugenia* de novembro de 1930. Ao discutir sobre a criminalidade, Kehl argumenta que “o pior é que a maioria dos delinquentes são incuráveis ou incorrigíveis, em virtude de suas tendências inatas para o crime, sendo necessário mantê-los, indefinidamente sob vigilância em estabelecimentos de reclusão”⁸⁷¹. A crença na associação entre crime e hereditariedade notava-se como preocupação real para aqueles intelectuais.

Alguns defensores da eugenia utilizavam critérios para coibir práticas criminosas que, entre outras, receitavam a esterilização como profilaxia. Esta foi uma prática defendida por Kehl em muitas de suas obras. Citando o exemplo da Suíça como experiência positiva, o eugenista chega a relatar a esterilização de “um homem de 32 anos, homossexual reincidente e imoral”⁸⁷². As conclusões de degeneração e criminalidade tendiam a colocar uma gama variada de elementos sociais e, em nosso caso, o negro, em um grau de “inferioridade” em que categoricamente teriam mais chances de cometer desvios criminais. Tendo o negro carregado diversos estereótipos culturais negativos, as teorias levaram a generalizar o “grupo” como um fator de risco para o crime, onde suas bases articulam-se desde a desumanização do negro no processo escravista. Como relata o estudo de Clóvis Moura:

Em vista disto a imagem do negro tinha de ser descartada da sua dimensão humana. De um lado havia a necessidade de mecanismos poderosos de repressão para que ele permanecesse naqueles espaços sociais permitidos, e de outro, a sua dinâmica de rebeldia que a isso se opunha. Daí a necessidade de ser ele colocado como irracional, as suas atitudes de rebeldia como patologia social e mesmo biológicas.⁸⁷³

Esta desumanização permitiu que as aproximações do negro com a criminalidade, em parte, fosse algo pré-estabelecido na consciência da “raça negra” e, portanto, uma evidência característica da sua suposta “inferioridade”. A edificação da imagem do negro como delinquente obviamente tem raízes socioeconômicas, mas a “questão racial” em uma condição de eugenia, ou mesmo da antropologia criminalista, ainda perduraria no imaginário coletivo. De 70.000 crianças abandonadas, 90 por cento são negras e uma proporção parecida é “obtida entre a população juvenil criminoso”⁸⁷⁴. Andrews expõe a fala do presidente da Fundação

⁸⁷⁰ KEHL, Renato. *Porque sou eugenista?* 20 anos de campanha eugênica (1917-1937). *op.cit.*, p. 79. [Grifo nosso].

⁸⁷¹ *Boletim de Eugenia*, Ano. 2, n. 23, 1930, p. 8.

⁸⁷² KEHL, Renato. *Lições de Eugenia*. *op.cit.*, p. 175. [Grifo nosso].

⁸⁷³ MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. *op.cit.*, p. 23.

⁸⁷⁴ ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. *op.cit.*, p. 368.

para o Bem-Estar dos Menores, que preocupantemente traduz o julgamento do negro onde “uma criança pequena, negra e pobre é, por definição, considerada perigosa”⁸⁷⁵.

Assim, a abordagem criminal não estabelece os motivos que levaram determinados grupos a cometerem delitos, pelo contrário, a análise resulta na explicação de que a condição da cor seria a pressuposição inicial. Em outras palavras, a cor viria em primeiro lugar na suspeita do indivíduo. Esta relação, para Flauzina:

[...] acompanhou a trajetória da população negra no país, sinaliza para as disposições inequívocas do sistema penal em dar prioridade às intervenções sob o segmento, desde uma perspectiva que sobrepõe a negritude, como elemento negativo, a todas as outras dimensões constitutivas do indivíduo [...].⁸⁷⁶

Olívia Maria Gomes da Cunha, por meio da sua obra, *Intenção e gesto: Pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no rio de Janeiro, 1927-1942*, procurou demonstrar algo muito próximo do que estabelecemos aqui: um certo modelo de “identidade” pautado na construção de “tipos” de criminosos. Em seu estudo, buscou “entender qual foi o papel desses saberes na formulação de uma ‘identidade criminal’ construída em consonância com uma ‘identidade nacional’, já não mais explicitamente calcada na observação das ‘raças’, mas dos indivíduos”⁸⁷⁷. Para nós, o aspecto da “raça” é mais importante para delimitar até que ponto essa “identidade criminosa” foi caracterizada também como sinônimo de negritude.

Em vários momentos aliamos nossas investigações às teorias científicas da antropologia criminalista em nosso trabalho⁸⁷⁸, não foi ao acaso que ela apareceu. Uma união entre os saberes jurídicos, médicos e policiais, em um contexto em que os conhecimentos médicos/legais exerciam influências nos aparatados de identificação dos criminosos – muitas vezes por ação antropométrica –, se faz como justificativa para pensarmos suas pertinências. Elas fazem parte da contemporaneidade da eugenia dialogando com ela. Suas práticas

⁸⁷⁵ *Ibid.*

⁸⁷⁶ FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p. 153.

⁸⁷⁷ CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Intenção e gesto: Pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no rio de Janeiro, 1927-1942*. *op.cit.*, p. 238. A autora anota uma proposta de também enxergar outras narrativas da nacionalidade que não se limitar ao aspecto “racial”. Ela entende que a problemática não se limita apenas a “raça”. Sem dúvida, a eugenia percorreu outros caminhos, como da estética corporal, alcoolismo ou doenças, como a tuberculose e sífilis, nesta tentativa de “regeneração” do organismo nacional. Inclusive tratamos de alguns desses aspectos anteriormente.

⁸⁷⁸ A importância desta abordagem reflete nas incidências em que esses métodos foram utilizados para “identificar criminosos”. Tomando como base Alphonse Bertillon, “‘O que ocorreria se pudéssemos medir as divergências patológicas que separam, segundo a avaliação dos médicos de nossas colônias, o europeu do negro africano?’ Indagava Bertillon, elogiando as possibilidades de emprego de um método nascido em Paris para ser aplicado em problemas relacionados à criminalidade” (*Ibid.*, p. 245). Isto mostra para nós como a forma de enxergar negro, “raça” e criminalidade estão associadas em diversos estudos desta antropologia que permeou na compreensão do negro como criminoso. Assim, muitas vezes, “degeneração e inferioridade racial” – negros e mestiços – seriam pressupostos para más condutas morais como o crime.

estiveram no Brasil com a escola de Paul Broca desde a segunda metade do século XIX e adentraram por toda a década de 1930. A linguagem científica estabelecia relações com o poder investigativo e coercitivo do policial na sociedade. Por vezes, mostramos que a eugenia não só seduzia o pensamento médico, mas diversos outros intelectuais de outras áreas como políticos, psiquiatria, direito, escritores, etc.

Afrânio Peixoto, por exemplo, nos anos de 1930, organizou o primeiro curso de extensão sobre criminologia vinculada à Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Cunha versa a maneira de abordar o tema da mestiçagem e raça do autor que não o deixou como apenas “especulativo”:

Mas, a temática do “mestiçamento” e das “raças” não aparecia em seus trabalhos como um objeto meramente especulativo. Ao contrário, com habilidade Afrânio a tratava como um dos aspectos mais relevantes da política da segurança pública. Isto porque imaginava que o “caos” étnico e racial produziria efeitos perversos e desestabilizadores da “ordem social”.⁸⁷⁹

Em um sentido que englobava a eugenia, Afrânio Peixoto insere a questão médico-legal para fundamentar que havia um “problema racial” na moralidade do negro e do mulato. Assim, a relação da “biotipologia criminal” e a questão da tentativa de identificação da criminalidade não ficaram exclusivamente reservadas às décadas anteriores ao nosso período⁸⁸⁰. Se apropriando de Kehl, em *Psicologia da personalidade*, o eugenista diz que “o atraso mental desempenha, ao lado da mestiçagem, que é fato muitas vezes responsável pela maior emotividade e pela maior impulsividade, saliente papel o aparecimento dos revoltosos, em suma, dos delinquentes”⁸⁸¹. Esta referência estabelece uma ligação desde a virada do século XIX, dos estudos entre criminalidade e “raça”.

Partimos disso para salientar como a noção do indivíduo, enquanto um elemento criminoso ou não criminoso, estaria alicerçado nos anseios daqueles que entendiam a biotipologia. Muitos destes estudiosos se ajustavam na hereditariedade ou em fundamentos da eugenia para identificar um criminoso. No início da década de 1930 ainda era notável uma tentativa de identificação entre semelhanças físicas, anatômicas e fenotípicas, para sugerir um criminoso em potencial. Da mesma forma, o indivíduo também deveria ser avaliado em suas

⁸⁷⁹ *Ibid.*, p. 265. Sobre formação de Afrânio, a autora complementa “Formado na tradição da antropologia criminal de Lombroso e Ferri, Afrânio acreditava que a observação e a descrição dos traços físicos e comportamentais compunham quadros analíticos das *individualidades*”. [Grifo do autor].

⁸⁸⁰ Dessa forma, Cunha aponta uma vertente “neolombrosiana” na década de 1930. A autora lembra inclusive um debate em torno da figura de Lampião e suas medições antropométricas do crânio. (*Ibid.*, p. 341-343).

⁸⁸¹ KEHL, 1956 apud Cunha, Olívia Maria Gomes da. *Intenção e gesto: Pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no rio de Janeiro, 1927-1942. op.cit.*, p. 323.

particularidades.⁸⁸² Vale lembrar que neste período, a discussão da “degeneração racial”, tanto de negros, mestiços e asiáticos, somava-se aos argumentos contra a imigração desses grupos. Com um histórico da antropologia criminalista no Brasil e as aceitações da criminalidade por traços físicos ou, em nosso caso, a “raça”, não é de se estranhar que o negro considerado muitas vezes “incivilizável” tenha ganhando um *status* de “delinquente nato”, pois não estaria adaptado à “civilização” moderna.

A interpretação de Cunha no aspecto da identificação criminal no início da década de 1930 não singulariza apenas a questão da cor, mas deixa clara a existência dela como uma marca do “indivíduo”:

Entre os embates em torno da eleição de critérios identificatórios, parece ter havido a predileção por uma questão em especial. Categorias raciais e termos referentes à cor da pele foram cogitados, abandonados, retomados, revestidos de novas abordagens teóricas, e motivos de discussão não só entre especialistas, mas utilizados indiscriminadamente pelos responsáveis pelo preenchimento das fichas identificatórias.⁸⁸³

A iniciativa do Governo Provisório com a nacionalização e mesmo as propostas de homogeneidade na população brasileira não deixaram o “discurso racial” isento ou suprimido. Muitos dos intelectuais que estavam presentes nesta época pensavam as “questões raciais” com pesquisas relacionadas ao higienismo, eugenia e mesmo das práticas da antropologia criminalista. Estes estudos são retomados, reinterpretados, mas não esquecidos. Prova disso foi a fundação do Laboratório de Antropologia Criminal, no início da década de 1930, dirigido por Leonídio Ribeiro, do qual tinha como foco, entre outras, as relações entre o crime e o biótipo de negros e homossexuais⁸⁸⁴. A referência a “grupos raciais” voltados à criminalidade endossa uma prática de enxergar pela lupa das ciências da época uma junção entre “delinquência” e “hereditariedade”, por exemplo. Afinal, o negro se configuraria como um potencial criminoso e passivo de estudos e investigações. De outra maneira, a “raça” era uma marca de identificação criminal que fazia parte da identidade do criminoso. Portanto, o que vale destacar é que a tentativa de decifrar os “problemas raciais” foram referências para

⁸⁸² Em referência a obra de Waldemar Berardinelli e João Mendonça. Cf.: BERARDINELLI, W. e MEDONÇA, J. *Biotipologia criminal*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1933.

⁸⁸³ Cunha, Olívia Maria Gomes da. *Intenção e gesto: Pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no rio de Janeiro, 1927-1942*. *op.cit.*, p. 50.

⁸⁸⁴ GUTMAN, Guilherme. *Criminologia, Antropologia e Medicina Legal. Um personagem central: Leonídio Ribeiro*. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.* São Paulo, v. 13, n. 3, 2010, p. 492. Ver também: CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista, BP: EDUSF, 1998, p. 226. Aqui, diz a autora, “historiando a trajetória desta nova ciência no país, Leonídio Ribeiro lembrava a criação do Laboratório de Antropologia Criminal no Instituto de Identificação do Rio de Janeiro, em 1932, ‘destinado a realizar pesquisas sobre as causas da criminalidade em nosso país’ e apresentava os resultados de duas pesquisas do Laboratório, uma sobre ‘33 negros e mestiços autores de homicídios’ e outra sobre um grupo de ‘195 homossexuais profissionais’, ambas ‘do ponto de vista biotipológico’”.

os aparatos criminais e colaborou com a manutenção do “senso comum” que a cor e raça poderiam constituir uma evidência policial com base na biotipologia e nas ciências da época.

A ótica do negro como bandido esteve presente nos tempos do Governo Provisório nas caricaturas da *Careta*. Estas imagens são diagnósticos da comicidade sobre a situação vigente de uma sociedade desigual, nos traços dos caricaturistas que focalizaram uma realidade social e transfiguraram-na para o riso dos outros. A primeira caricatura que selecionamos é curiosa, pois diferente de todas as outras aqui trabalhadas, se trata de uma propaganda comercial:



Ilustração 14. *Careta*, 6 de outubro de 1934, Ano XXVII, nº 1.372.

Muito cuidado com essa TOSSE mesmo tendo aparência benigna. A tosse é sempre prejudicial, traiçoeira e perigosa. Atalhe os perigos e sofrimentos da tosse com o GRINDELIA DE OLIVEIRA JUNIOR. Sua fórmula é completa, e seus resultados admiráveis e seus efeitos imediatos. Ha muitos xaropes, alguns até com nomes semelhantes; nenhum porém, igual ao legítimo GRINDELIA DE OLIVEIRA JUNIOR: Tosse-Asma-Rouquidão-Bronquite.

Se excluirmos a imagem e pautarmos-nos apenas na legenda, poderíamos considerá-la apenas como propaganda farmacêutica salientando os perigos da tosse. Esta era uma de muitas publicidades de remédios da época, que por meio dos periódicos divulgavam seus produtos, e uma fonte rentável para a sobrevivência dos semanários. O problema desta propaganda está justamente na imagem que foi vinculada ao texto. Primeiramente, atenta-se ao título: “Cuidado! Olhe o perigo!”. Sabemos de início que há um perigo à vista. A

ambiguidade da foto é sugestionável ao ponto que se preocupa com os perigos da tosse, mas atrela a imagem de um homem negro pronto para cometer um crime. Descrevendo melhor a ilustração percebemos um sujeito branco, com uma pasta, possivelmente voltando do trabalho e, em determinado momento, um homem negro aparece com um bastão, levanta-o sobre a cabeça simbolizando um ataque. “Cuidado! O perigo!”.

Outro indício neste jogo de imagem é pensarmos o primeiro período do texto da propaganda em relação à figura que diz: “Muito cuidado com essa TOSSE mesmo tendo aparência benigna”. Na caricatura a tosse seria representada por um negro criminoso do qual se deveria tomar muito cuidado, mesmo se apresentasse uma aparência benigna. Novamente, complementa que, “A tosse é sempre prejudicial, traiçoeira e perigosa”. Portanto, pode-se traduzir a visão do negro como negativista e aliada a bandidagem, que é reforçada nesse estereótipo cultural como uma analogia à tosse, onde se apresentaria como “prejudicial, traiçoeira e perigosa”. Assim como sugere a figura, a analogia do negro e a tosse é algo que deveria ocasionar preocupação e ser evitada.

A condição de “ser negro” poderia pressupor a culpabilidade e a consequência hereditária da condição de criminoso para a visão de alguns eugenistas e teóricos raciais em nosso período. Por ventura, o negro que não cometesse delitos não seria considerado exceção deste estigma, mas o que cometesse se tornaria um parâmetro estatístico que foi inserido ao estereótipo cultural da criminalidade. De outro modo, caso um negro tenha cometido um crime, isso era esperado por pertencer a uma “raça degenerada”. Não é o indivíduo que cometeu o crime, mas sim o “grupo/tipo”. Esta caracterização atrelada ao cômico da condição de cor e raça se finda na configuração do negro perante a visão social. Schwarcz nos apresenta um episódio bastante elucidativo sobre esta visão racial na última década do século XX:

É nesse país também que a notícias de crimes como o que aconteceu no Bar Bodega passam sem fazer grande alarde. A referência é uma chacina ocorrida em 10 de agosto de 1996, num dos muitos “botecos” de classe média da cidade de São Paulo. Os culpados logo foram encontrados – em mais um ato de “extrema competência da política brasileira” – e (por acaso) eram todos pretos. Mais estranheza do que o fato em si causaram seus desenlaces. Cerca de dez dias depois a polícia libertou os (agora) ex-suspeitos e apresentou os novos: todos brancos.⁸⁸⁵

Coincidência ou insistência? O relato acima não é uma exceção a regra que situará o negro como um incriminado até que se prove o contrário. Por serem admitidos como suspeitos em potencial, estes indivíduos tendem primeiro a serem presos para depois interrogados. Uma prática que pretende ajuizar sob um olhar eugênico e da antropologia

⁸⁸⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. *op.cit.*, p. 117.

criminalista o negro predisposto à bandidagem por razões hereditárias vinculadas às “questões degenerativas”. No caso em questão, exclusivamente à cor da pele sugere que ele seja um suspeito. No mesmo livro, a autora analisou informações que assinalam “sujeitos às mesmas penalidades, os negros têm 80% de chances a mais do que os brancos de serem incriminados”⁸⁸⁶. Demonstramos que o contexto econômico desde a abolição formal da escravidão não inseriu o negro em uma linha vertical de ascensão social, pelo contrário, ou horizontalizava ou declinava as chances de uma subsistência no mundo social e do trabalho que se estruturava. Sendo assim, condicionados à marginalização e desigualdade social, os desvios estabeleceram visões em relação à cor para a identificação dos criminosos. Para alguns, o negro teria um atrativo à criminalidade e, por isso, assim como a tosse, deve-se tomar cuidado e ficar à espreita, pois este é “traíçoeiro”.

Devemos nos atentar à questão publicitária que modela o leitor para as formas padronizadas desejadas na sociedade. Da mesma maneira que podemos apreciar imagens do branco associados a uma beleza estética, o negro não estaria condicionado a ser representado igualmente. Não parece ser à toa o uso de um homem negro para se referir ao negativismo e associado à criminalidade. No estudo de Maria Luiza Tucci Carneiro é possível notar essa consonância nos periódicos – inclusive na *Careta* - da época, com relação a outro grupo indivíduo estigmatiza na sociedade da época, a mulher:

Mãe, boa esposa e dama. Beleza? Sim, segundo os padrões estéticos estabelecidos pelo cinema e pelas revistas. Tornaram-se constantes em *Careta*, *O Cruzeiro*, *Revista da Semana*, *cultura e Vamos ler?* Fotos das grandes atrizes do cinema americano que, em nuances de luz e sobram, representavam a figura ideal de beleza feminina: branca, loura e elegante.⁸⁸⁷

Heman Lima pensou alguns elementos interessantes sobre as caricaturas nos anúncios. A *Careta* apresentava, semanalmente, diversos anúncios desde as primeiras páginas às últimas. Variando entre remédios, roupas, beleza feminina, produtos masculinos, entre outros, as propagandas eram recheadas de ilustrações chamativas sobre os produtos. Muitas vezes, para a realização destas ilustrações foram incumbidos os principais caricaturistas das revistas da época. Assim, “No tempo em que a publicidade estava entregue apenas aos desenhistas de periódicos de caricaturas, é natural que lhes coubesse a tarefa de apregoar com o vigor, a graça e fantasia do seu lápis, os produtos mais diversos do nosso comércio

⁸⁸⁶ *Ibid.*

⁸⁸⁷ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O racismo na história do Brasil: mito e realidade. op.cit.*, p. 39.

especializado”⁸⁸⁸. Ao analisar a arte na propaganda caricatural, o autor se apropria das palavras de Lo Duca e sintetiza a importância dos anúncios nesses periódicos:

O poder manifesto desse instrumento de propaganda – comercial ou outra – explica-lhe a difusão e a intensidade. A difusão que lhe conferiu uma importância social e estética que tem relações com a da imprensa do cinema e do rádio, mas que tem muito pouco que ver com as artes tradicionais. Sua intensidade permite considerar sua influência sobre as artes, os costumes e a economia.⁸⁸⁹

Para exemplificar a força do anúncio neste momento podemos fazer referências às tiragens do periódico *O Malho*, em 1906. A revista teve que mudar suas tabelas de preços de anúncios mediante a quantidade de tiragem que chegou a 40 mil da qual se fez necessário pela enorme abundância de papel que utilizava.⁸⁹⁰ Deste modo, as propagandas nos periódicos eram uma opção rápida e eficiente dos produtos chegarem às casas dos consumidores. As ilustrações permitiam visualizar, imaginar e até mesmo qualificar os produtos, e, por isso, o cuidado com as ilustrações. Sendo assim, imagens como a que utilizamos refletem significativamente a expressão social e o medo de determinados grupos sociais da época. Afinal, podemos acreditar que a ideia do fornecedor era deixar o seu produto o mais real possível por meio do anúncio. Ele deveria ser aceito pelo consumidor e pela sociedade.

⁸⁸⁸ LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil. op.cit.*, p. 700.

⁸⁸⁹ *Ibid.*, p. 695.

⁸⁹⁰ *Ibid.*, p. 712.



Ilustração 15. *Careta*, 26 de agosto de 1933, Ano XXVI, nº 1.314.

A pergunta enérgica.

O marido – Quem está aí? Vamos! Responda! Por onde entrou?

A mulher – Por que quer saber por onde ele entrou?

O marido – Para eu sair.

A próxima caricatura retoma as ilustrações humorísticas de J. Carlos, em que enfatiza o diálogo cômico de um casal de idosos. Em uma cena que sugere uma invasão domiciliar, o marido quer saber por onde o ladrão entrou. A preocupação do homem não é por medo, mas para aproveitar e fugir pelo mesmo lugar. O humor constitui-se na fuga do marido da sua esposa. O que se destaca na construção da imagem é a presença de um homem negro como um personagem ladrão/invasor cristalizando-se novamente. O bandido retratado na caricatura não nos oferece nenhum diálogo e participa do humor apenas pela ação de invadir. A ilustração não induz qualquer elemento para interpretarmos de maneira diferente a sua participação de outra forma, e apenas consolida o estereótipo cultural de estar ali como ladrão por ser negro.

A mentalidade ainda na década de 1920 balizava na crença do estereótipo do negro como, entre outros, o de ser um criminoso nato.⁸⁹¹ Em nossa caricatura humorística reafirmava-se esta ideia de pertencimento de características relacionadas à moral. Do mesmo

⁸⁹¹ MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro. op.cit.*, p. 80.

modo que o discurso visual estabelecia a ideologia do pensar do Estado na sociedade, ela também delimitava rupturas de padrões e reafirmações de outros. Carneiro destaca a importância dos sentidos das caricaturas, que servem como “termômetro” para medir esta visão “racial”:

O riso, o humor e a descontração também fazem parte do cotidiano. Neste sentido, não podemos desprezar as caricaturas, charges políticas piadas e ilustrações que circulavam pelas revistas ilustradas brasileiras. Elas também servem como termômetro para medir a discriminação, reveladora dos sentimentos racistas que dominavam o país.⁸⁹²

O negro atua, para Carneiro, à guisa da construção social dos padrões “raciais”, a serviço dos traços onde surge como “Pai João, Pai Tomás ou a doméstica Dona Benedita, resquícios da escravidão”⁸⁹³. Esta representação seria o reflexo dos conflitos que pareciam inalteráveis dentro da conjuntura social e neutralizavam suas perspectivas de igualdade em oportunidades. A bandidagem atuará nesse caminho de culpabilidade “racial” pela condição da cor e raça. Podemos nos perguntar, por que a mulher branca era o sinônimo dos anúncios de cosméticos de beleza e o negro atrelado a cenas de crime? Pode-se interpretar uma latência estética que delimita quem é quem dentro do Brasil nesse período.

Nosso “negro bandido” em contraposição ao “casal branco”, é a reprodução do medo da “cor” na sociedade referenciada por Fernandes. O autor indaga a permanência da concepção escravocrata na República onde, “o negro encarnava um perigo público”⁸⁹⁴. Portanto, era quase simbólica uma alusão para os caricaturistas tratarem da bandidagem social e inseri-los no contexto da cena. As recepções destas imagens abrangem certa “fatalidade” ou mesmo uma “doença” em ser negro, como se prognosticamente era compreensível o fato do negro cometer crimes. Assim, como aponta Fernandes ao tratar dos estereótipos do negro, percebe-se uma importante sequela da fala popular sob o pensar destes “grupos”:

Coligimos imenso material que infelizmente não pode ser arrolado aqui, sobre os novos estereótipos, que focalizavam a “cor” de forma degradante para o “negro”. Nessas representações, não só o “preto” era associado à personalidade-status que se pode extrair dos “serviços de negros”, dos trabalhos braçais e mecânicos mais rudes. A focalização das qualidades do “negro” sofre brusca reorientação. A vida social desorganizada ofereceu o sistema de referência para o processo de reavaliação. “Negro” e cachaceiro ou “pingueiro”, “negro e “vagabundo”, “negro e “desordeiro”, “negro e “ladrão”, “negra e “Mulher à-toa”, etc. tornaram-se termos alternativos.⁸⁹⁵

⁸⁹² CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O racismo na história do Brasil: mito e realidade*. op.cit., p. 32.

⁸⁹³ *Ibid.*, p. 34.

⁸⁹⁴ FERNANDES, Florestan. *O legado da “raça branca”*. op.cit., p. 136.

⁸⁹⁵ *Ibid.*, p. 241.

Em vista deste cenário, as representações humorísticas do negro criminoso se apresentam como uma denúncia manifestada na condição social da qual era submetido. Assim, como apresentou Fonseca com relação às piadas, “retratam o universo racista e o preconceito brasileiro difundido uma visão da violência cotidiana, ou seja, de que os negros são perigosos”⁸⁹⁶. Nossa imagem comprova esta citação. A cor da pele não é escolhida por acaso pelo caricaturista, ela esboça a reação da sua vivência social através da construção da caricatura, pois ela precisa ser um retrato daquilo que se quer representar e, portanto, denuncia os contextos do seu tempo.

Parte dessa afirmação é fundamentada pelo autor, que remete aos momentos da escravidão no Brasil. A elite branca sentia-se ameaçada pelas diversas revoltas e insurreições de africanos e seus descendentes. Porém, o medo maior talvez tenha sido após a Revolta dos Malês, em 1835, na Bahia.⁸⁹⁷ Em uma sociedade dividida pela cor e raça, o maniqueísmo também impregnava a noção de quem era reconhecido como bom ou mal. Como aponta o historiador Ricardo Alexandre Ferreira, as tensões no final do período da escravidão tiveram o emblema dos aumentos dos crimes cometidos por escravos em regiões de grandes lavouras exportadoras no sudeste.⁸⁹⁸ Contudo, o quadro após a abolição e a massa negra que se aglutinava nas regiões urbanas permeou a continuidade do “medo” negro, ao passo que os furtos e crimes continuavam atrelados a interpretações da condição racial. Sevcenko dissertou sobre o caos que surgia no Rio de Janeiro acerca das habitações e as massas que elevavam o nível populacional das cidades, mas não daria as mesmas condições de vida a todos: “Ora, na condição de elevado índice de desemprego estrutural e permanente sob que vivia a sociedade carioca, revezando-se entre as únicas práticas alternativas que lhe restavam: o subemprego, a mendicância, a *criminalidade*, os expedientes eventuais e incertos”⁸⁹⁹.

Célia Maria Marinho de Azevedo contribui para a compreensão desta problemática relacionada à cor e crime em raízes históricas. A autora diz, “Assim, ao longo da década de 1870 grande, parte das atenções das autoridades policiais convergia para a questão dos crimes diários de escravos contra senhores, administradores, feitores e respectivas famílias”⁹⁰⁰. Nesse sentido, nos sugere uma construção histórica que se mantiveram na Primeira República e nos anos do Governo Provisório.

⁸⁹⁶ FONSECA, Dagoberto José. *Você conhece aquela?: a piada, o riso e o racismo à brasileira*. *op.cit.*, p. 93.

⁸⁹⁷ *Ibid.*, p. 94.

⁸⁹⁸ FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Escravidão, criminalidade e cotidiano: Franca 1830-1888*. Dissertação de Mestrado. Franca: UNESP, 2003, p. 126.

⁸⁹⁹ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. *op.cit.*, p. 59. [Grifo nosso].

⁹⁰⁰ AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra medo branco: o medo no imaginário das elites no século XIX*. 3ª. ed. São Paulo: Annablume, 2004, p. 157.

Boris Fausto também nos traz um dado interessante em seu estudo sobre criminalidade. Ele destaca os desfechos de processos criminais de roubo analisados no ano de 1880 a 1924. Fausto salienta que a “questão da cor” exercia um fator discriminatório no andar dos julgamentos somados ao sentido de inferioridade dos negros e pobres em relação às sessões judiciais. Ele entendeu que brancos foram mais absolvidos nos processos em relação aos negros com uma margem de 27,3% para os primeiros e 20,2% para o segundo. Quando se trata de condenações, 57,4% dos negros foram condenados e, somente 36,4% dos brancos tiveram condenação. Quanto ao arquivamento dos processos, brancos tiveram 36,3% enquanto negros 22,4% arquivamentos.⁹⁰¹ Esses dados nos ajudam a perceber a construção e associação do “medo negro” com relação à criminalidade.

ARREPENDIDO



— Mas você, até no dia de finados, teve coragem para metter a faca na barriga de um homem?
 — Eu ignorava, seu dotô, mas assim que eu «sube» que era dia de finados, eu logo tirei a faca.

Ilustração 16. *Careta*, 17 de novembro de 1934, Ano XXIII, nº 1.169.

Arrependido.

- Mas você, até no dia de finados, teve coragem para metter a faca na barriga de um homem?

- Eu “ignorava, seu dotô”, mas assim que eu “sube” que era dia de finados, eu logo tirei a faca.

Na caricatura 16, sob a assinatura de J. Carlos, nota-se pontualmente a posição do negro no núcleo da condição do protagonista criminoso. Sob o olhar de três homens da lei –

⁹⁰¹FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984, p. 236.

todos brancos -, o negro é acusado de assassinar no feriado de finados. Nessa caricatura não há nomes, referências objetivas, há apenas a situação cômica com os agentes policiais e o negro. Isto nos estabelece uma clara associação de posições maniqueístas e hierárquicas. O negro foi capaz de matar um homem até no “dia de finados”. Este é o centro do humor, pois percorre a posição da influência social do negro como desajustado e cometendo crimes sob qualquer natureza, inclusive não respeitando o “dia dos mortos”. Em uma visão hierárquica, quem ocupa a posição de homens da lei são os brancos. O negro está fadado como réu.

Cor e raça pela eugenia lombrosiana estavam caracterizadas na visão implícita que sugere “tipos humanos” relacionados às ações. Klineberg, nesse sentido, lembra que Lombroso “estabeleceu analogias tão frequentes entre eles e as características usadas na classificação racial, que pareceu sugerir que pelo menos indiretamente a raça estava implicada”⁹⁰². A interpretação dessas teorias que consideravam o “aspecto racial” foi assimilada na sociedade como fundamentação de permanência dos estereótipos culturais. Pelos dados do autor, ao analisar o criminalista italiano, “[...] o pronatismo que ele encontrou em 45,7 por cento dos criminosos que estudou é um traço negróide, da mesma forma que o são o cabelo encarapinhado, os lábios grossos e o nariz chato [...]”⁹⁰³. Para complementar a questão podemos entender que:

La asociación de caracteres anatómicos con la criminalidad, la locura, la delincuencia, la epilepsia y los patrones de conducta considerados como “antisociales”, convergen en la doctrina de la degeneración, cuyos principales exponentes son los denominados degeneracionistas franceses, Morel y Magnan, y en la Inglaterra victoriana, el gran clásico de la psiquiatría Henry Maudsley, profesor de medicina legal en Londres; así como la escuela positiva italiana.⁹⁰⁴

As utilizações de técnicas para a identificação do criminoso por aspectos hereditários com base na eugenia ou pelos traços propostos por dados antropométricos permanecem no retrato social, quase imutável na condição do estigma da “raça”. Assim, a relação da ciência como “folclore” no que tange ao negro na condução da moralidade foi analisado também por Fernandes. A importância da apreciação deste autor para compreendermos o contexto do estereótipo cultural do negro na criminalidade é estabelecida por Sylvia Gemignani Garcia:

⁹⁰² KLINEBERG, Otto. *As diferenças raciais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1966, p. 215.

⁹⁰³ *Ibid.*

⁹⁰⁴ SUÁREZ, Laura; GUAZO, López. *Eugenésia y racismo en México. op.cit.*, p. 29. Ainda na visão dos autores: En México, como en muchos países occidentales, la asociación entre la medicina y la ciencia jurídica jugó un papel relevante para el establecimiento de los sistemas penitenciarios, a partir de la década de los treinta. Los médicos, especialmente psiquiatras, y los dedicados a la medicina legal, eran considerados por los jueces – como ahora- el personal ‘experto’ para resolver los aspectos relacionados con la higiene mental, porta tanto, capaces de dictaminar acerca de la salud mental de los criminales y delincuentes, y así auxiliar a los juristas para definir la situación de los mismos, de acuerdo con su responsabilidad no en torno a los actos delictivos que se juzgaran (*Ibid.*, p. 188).

Florestan enfoca o problema historicamente, em busca da base social das representações do preconceito de cor, identificando-a nas relações entre senhores e escravos na sociedade colonial e imperial brasileira, experiência geradora de elementos culturais que são conservados pela tradição ao longo dos séculos.⁹⁰⁵

Fernandes parece ter percebido que criminalidade e a “cor” estavam enraizando-se na memória coletiva há muito tempo. Contudo, ao passo que estamos analisando décadas anteriores a do autor, entendemos que esta cristalização ganha traços cada vez mais proeminentes econômicos e sociais que marginalizam a posição do indivíduo sob os olhares repressivos da sociedade em formação. Em situações semelhantes do cotidiano pode conter desfechos diferentes pela “questão racial”.

A eugenia, em seu turno, contribuiu para a permanência dessas estruturas aliada as outras teorias raciais pré-dispostas anteriormente da sua articulação no Brasil e, tendo em vista as gerações que se mantêm em um curto espaço de tempo, estes valores permanecem inseridos e propícios para os discursos individuais que se utilizam – às vezes mesmo sabendo que as teorias foram reinterpretadas - a mantê-lo na ânsia do conflito e na justificação preconceituosa e na sustentação do “senso comum” dos estereótipos culturais, denegando uma melhor posição para o negro na sociedade.



Ilustração 17. *Careta*, 12 de agosto de 1933, Ano XXVI, nº 1.312.

⁹⁰⁵ GARCIA, Sylvia Gemignani. Folclore e sociologia em Florestan Fernandes. *Tempo Social; Rev. Sociol.* São Paulo, v. 13 n. 2, 2001, p. 152.

Aplausos gerais.

“Caco de Vidro – O chefe de polícia vae instalar a sede dos distritos condignamente.

“Galinhola” – Ótima medida! Eu já me senti vermelho de vergonha num xadrez imundo, ao lado vários estrangeiros.



Ilustração 18. *Careta*, 24 de fevereiro de 1934, Ano XXVII, nº 1.340.

A cantiga às avessas.

- Há uma forte corrente... a nosso favor.

Partiremos agora para as caricaturas 17 e 18. Elas podem ser compreendidas na mesma linha de análise das anteriores, mas agora com novos personagens. Em outras palavras, nessas imagens observamos não somente o elemento negro, mas o branco na ação da criminalidade, o que não descaracteriza a posição de “inferioridade” do negro, que não deixa de estar ausente da construção da situação. Em ambas as caricaturas, o humor estabelece o diálogo sob aspectos referentes à criminalidade, levando-nos na tentativa de entender a posição do negro com outros agentes nestas ações.

Em ordem, a caricatura 17 reúne um grupo de personagens “marginalizados socialmente” em volta de um homem negro lendo um jornal. Uma das personagens, apelidado de “Caco de vidro”, diz aos outros que o chefe de polícia irá instalar novos distritos. Em seguida, a personagem comicamente nomeada de “Galinhola” saúda o procedimento, pois se sentia envergonhado em se ver preso ao lado de “vários estrangeiros”. O sugestivo humor subentende a entonação de que os marginalizados teriam vergonha da sua condição ao serem

presos com outros criminosos estrangeiros. A classe social é inerente à construção da figura e, por conseguinte, a cor novamente remete a quem faz parte do grupo criminoso inserido nos elos da corrente social. O “distrito policial” é outro artifício significativo pelo qual insinua que esses indivíduos estão envolvidos com a criminalidade, pois a preocupação era com um local melhor para quando voltassem para a prisão.

Posteriormente, a caricatura 18 é contextualizada por dois homens espiando atrás de um muro, projetando invadir uma residência. Entretanto, são surpreendidos por um cachorro feroz que está preso sob uma corrente. O riso concentra-se na corrente que imobiliza o cachorro, pois ela auxiliará os bandidos, que poderão invadir o local sem sofrer ataques do animal. Os homens são componentes dos retratos do cotidiano social, que faziam parte do semanário que na maioria das vezes em tom humorístico, frequentemente aliavam o humor aos problemas que se maximizavam no Brasil. Neste caso, uma referência aos assaltos, roubos de residência e aumento da criminalidade.

Na situação ilustrada, não se nota uma predominância exclusiva da cor. Pelo contrário, há um branco e um negro. O que nos cabe perguntar, porque apenas a imagem do negro continuou a ser relacionada com esta prática? Se percorrermos a historiografia, poderemos encontrar em Fernandes, ao citar Roger Bastide, referente ao final do século XIX e início do XX, acerca dos índices de criminalidade que apontam a incidência de crimes cometidos majoritariamente por brancos e não negros.⁹⁰⁶ Sem nos estender no que destoia da temporalidade da nossa análise, esta referência serve-nos para implicar historicamente uma condição econômica que foi na mentalidade do estereótipo elevada a cor e raça. Torna-se importante este tema tendo em vista que muitos imigrantes também faziam parte da população contida na criminalidade, como inclusive, pode ser evidenciada na caricatura 17. Parece-nos que as teorias raciais e a eugenia possuíram um papel significativo na conservação das construções que delimitavam quem deveriam ser identificados no mundo do crime.

Degler descreve o humor inserido no estereótipo da criminalidade do negro. Para isso, conta uma famosa anedota do Rio de Janeiro: “dois indivíduos conversavam e um dizia para o outro ‘quando passam dois brancos correndo, penso, lá vão dois atletas treinando; quando passam dois negros correndo, já sei – estão fugindo da polícia!’”⁹⁰⁷. Degler traz outras evidências:

Ainda recentemente em 1968, numa conferência sobre o negro feita no Rio de Janeiro, Marcos Santa Rita, jornalista e novelista da Bahia, também deu seu

⁹⁰⁶ Cf.: FERNANDES, Florestan. *O legado da “raça branca”*. *op.cit.*, p. 146-147.

⁹⁰⁷ DEGLER, Carl. *Nem preto nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos*. *op.cit.*, p. 134.

testemunho sobre o efeito dos estereótipos no comportamento policial, no que diz respeito aos negros. Conforme conta na ocasião, a cor da pele de um cidadão faz uma grande diferença para a polícia. Um branco poderia, por exemplo, dirigir durante anos na cidade do Rio de Janeiro sem ter que apresentar seus documentos, mas um negro teria que fazê-lo na primeira ocasião em que a Maria-Preta passasse por perto, especialmente à noite.⁹⁰⁸

Ainda que o autor estivesse neste excerto fazendo menção a um discurso de Marcos Santa Rita, em 1968, não nos chama menos a atenção a constituição de um debate que se projetava há muitas décadas antes. Ao citar a polícia, ele identifica como a instituição separava e julgava por meio da cor aqueles que deveriam ou não ser suspeitos em potencial. Nessa construção social é que a imagem do negro permanece como subscrita à criminalidade. Parte disso foi corroborada pela própria imprensa. Como mostra o autor através de uma queixa feita por uma mulher negra aos jornais de São Paulo: “Todos pensam que só a negra rouba sua patroa; os jornais publicam fotografias de cinco mulheres pretas ladras e apenas uma branca. A mulher branca também bebe e anda pelas ruas, mas eles só acusam a mulher preta”⁹⁰⁹. O que o brasilianista constata é o alarde que se faz nesta assimilação de que o negro cometeria mais crimes que qualquer outro indivíduo. A fala da mulher aos jornais sugere justamente o entrelaçamento entre os estereótipos culturais que aliam o negro ao crime. A branca também rouba e bebe, mas por que somente o negro teria o destaque nas chamadas policiais?

Degler cita ainda uma pesquisa feita por Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni sobre os estereótipos que se tem do negro, ao indagarem 552 estudantes brancos em Florianópolis, na década de 1950. Eles puderam constatar que 71% consideraram negros e mulatos como “Falso, desonesto e ladrão”, enquanto apenas 29% atribuíam essas características ao branco.⁹¹⁰ Ainda nesta linha, é citada também uma pesquisa feita por Roger Bastide e Pierre van den Berghe onde examinaram a opinião de 580 estudantes brancos em São Paulo. Nota-se aqui, entre outras, que 76% julgaram-lhes deficientes no tocante à moralidade.⁹¹¹

As manutenções dos argumentos das teorias raciais tão vigentes na égide social estabelecem a relação de poder que, como afirma Evandro Charles Piza Duarte ao trabalhar sobre a temática do racismo e criminologia, “encobre-se o fato de que a permanência de determinada concepção é dada pela adequação às relações do poder que ela mantém e

⁹⁰⁸ *Ibid.*

⁹⁰⁹ *Ibid.*

⁹¹⁰ *Ibid.*, p. 139.

⁹¹¹ *Ibid.*, p. 140.

dinamiza”⁹¹². O poder classista e racista foi um componente para que as diferenças pelo escopo da eugenia e das diversas teorias raciais tivessem sobrevidas no imaginário popular, a fim de manter a horizontalidade “racial” e não apresentar perigo aos dominantes brancos. O problema vai além das teorias deterministas, ela alavanca a disputa de poder que delimitada, muitas vezes, pela cor da pele, tendia a vetar o individuo na sua busca pela ascensão social. Estas associações negativas entre cor e raça, foram de certa forma, uma arma utilizada para aqueles que queriam a manutenção de suas condições sociais e econômicas.

O reflexo da posição do negro como propenso ao crime continua sem pouca modificação no colóquio popular. As caricaturas analisadas são um espelho de um olhar de quase 80 anos atrás, mas que possui sua manutenção na sociedade brasileira. Ao elegermos as caricaturas da *Careta*, no Governo Provisório, percebemos a dimensão da “questão racial” como elemento constituinte da vida nacional. Os diversos momentos do governo que acabamos por estudar transbordam a possibilidade de visualizar a importância do discurso de “raça e cor” na dinâmica das relações do início da década de 1930.

⁹¹² DUARTE, Evandro Charles Piza. *Criminologia & racismo: introdução à criminologia brasileira*. Curitiba: Juruá, 2002, p. 286.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou apresentar, como uma de suas características, um posicionamento sobre Galton e sua produção intelectual na historiografia brasileira. São poucas as pesquisas de hereditariedade ou eugenia que perceberam suas interpretações na cunhagem da eugenia e como essa influência foi polimorfa nas concepções de outros intelectuais da sua época e tempos depois. Procuramos compreender sua obra e sua ciência em seu tempo e a partir dela pensarmos as rupturas e permanências de sua postulação inicial. Mesmo com diversas pesquisas apresentando a pluralidade da eugenia em vários países, observar Galton tornou-se necessário para mediar as discussões e debater como os intelectuais do período se apropriaram da eugenia proposta por Galton, principalmente com relação às visões que tratam de raça e cor como parte do pensamento eugênico.

Mostramos como a concepção conceitual da eugenia, forjada por Galton, teve recepção como ciência de uma época e as diversas maneiras que foi interpretada e recebida em várias partes do mundo. Através das suas principais obras e da formação do conceito, percebemos que ela esteve longe de ser uma “não ciência”, como alguns pesquisadores a elegeram ao longo da historiografia. Sua projeção, disseminação, aderência em estabelecimentos científicos, universidades, teses, livros, colocou-a como um paradigma da época. A “ciência de Galton” colaborou para diálogos, descontentamentos, debates e aceitações dos mais variados membros da academia, sejam eles a favor ou contra suas postulações. Contudo, foi amparada como um estudo da hereditariedade que tomou coro no seu tempo. Tanto com Galton e sua chamada “eugenia positiva”, quanto àqueles que adotaram a “eugenia negativa”, como Charles Davenport, este trabalho procurou enfatizar que sua interpretação não se deve reduzir a uma “pseudociência”.

Foi neste jogo “conceitual” da palavra “eugenia” que balizamos nossa perspectiva da interpretação por Galton e sua recepção no Brasil. Ao retirarmos o véu da sua compreensão de “não ciência” foi possível entender o diálogo que ela proporcionou para a nação, ao lado de ideologias e teorias como o branqueamento, saneamento, higienismo, entre outras. No país em que o “debate racial” esquentou os ânimos de intelectuais, políticos, literários, sociedade e cientistas, durante décadas, notou-se como ela encaixou nos ideais daqueles que viam por meio da hereditariedade uma forma de “consertar” a “degeneração” de um povo “doente”. Raça e cor eram, por excelência, preocupações nacionais. Homens como Raimundo Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Silvio Romero, Alberto Torres, Manuel Bomfim, Roquette-

Pinto, Renato Kehl, Miguel Couto, Julio de Revorêdo, Oliveira Vianna e tantos outros, foram responsáveis pela produção de pesquisas que discutiram a “relação racial” na constituição da identidade nacional – ou de como compreendiam ela.

Outro ponto que deve ser destacado em nossos resultados é como a discussão política no Governo Provisório potencializou a questão da eugenia no país. Mostramos diversos trabalhos como de Stepan, Koifman, Geraldo e Souza pensaram nosso período ou os caminhos que levavam a eles. Para nós, coube oferecer e apresentar o debate de políticos e intelectuais em torno do que entendiam por raça e cor e como esses diálogos se conjecturaram na política nacional e nas propostas de imigração, por exemplo. Assim, constatamos as turbulências de um debate totalmente dividido do entendimento de raça e cor que demandava a observação na trajetória de cada político para notarmos suas posições. Além disso, não devemos esquecer a posição de Vargas nesse início de governo que se mostrou reflexivo com o tema da eugenia, mas em nenhum momento colocou-se de maneira radical ou defendendo posições contrárias à cor e raça. Na verdade, ele conseguiu ser flexível e orbitar por várias vertentes em seu governo na década de 1930 e 1940.

Os diálogos que circundavam a eugenia tiveram grande auge durante as décadas de 1920 e 1930, mas não se limitaram a elas. Para nós, cabe ressaltar o período entre esses anos, e, sobretudo, os anos iniciais do Governo Provisório, sua legitimidade nas discussões entre médicos, políticos, intelectuais que, em diversos momentos, esteve inserida nas propostas constitucionais e médicas com respaldo em argumentos de raça e cor. Até mesmo aqueles que viam com bons olhos a eugenia tinham suas próprias interpretações do conceito. Notamos esta pluralidade de interpretações com a de Kehl, no seu endurecimento de uma eugenia mais “branda” para uma mais “radical”, ou mesmo suas críticas aos que percebiam a eugenia diferentemente da sua. Nosso trabalho evidencia que a eugenia nunca teve um sentido único e uniforme no Brasil, nem mesmo para Kehl.

Uma das múltiplas interpretações foi percebida no que se refere à imigração. Os preconceitos, as visões de raça e nação se misturavam, ao passo que teorias raciais se tornavam argumento para consolidação de leis que proibissem certos “tipos não desejáveis”. O reflexo dessas discussões pôde ser visto na constituição de 1934, e as medidas restritivas que se procuraram endossar contra algumas “raças”.

É nesse emaranhado de argumentações que envolveram a eugenia que nossa fonte se mostrou um achado substancial para compreender o período e a temática. A *Careta* foi um periódico de grande recepção e tinha uma abordagem muito peculiar com relação à política, economia e sociedade. Constatamos por meio de suas caricaturas e crônicas o posicionamento

sobre cor e raça de seus profissionais, mas também o debate que permeava a sociedade da época. Com a análise das caricaturas somadas aos contextos temáticos que apresentavam pudemos contribuir com o jogo de discussões da eugenia e da questão racial que se apresentavam não somente nos ambientes médicos ou políticos, mas também sociais. J. Carlos, A. Storni e O. Navarro foram exemplares na abordagem à medida que causavam risos e também traziam reflexões sobre a horizontalização e verticalização da sociedade em seu aspecto racial.

Nosso material permitiu também observar cronistas no mesmo espaço-tempo das caricaturas e confirmar uma posição editorial da revista tanto nas imagens quanto nos textos. Domingos Ribeiro Filho, Peregrino Júnior ou o pseudônimo Micromegas rechearam as páginas de boa parte de nossas 240 edições e no que tange ao aspecto racial mostraram uma perspectiva contra a segregação, principalmente sob o escopo da eugenia.

Com esta fonte propusemos a possibilidade de enxergar a “questão de raça e cor” nos enredos da vida social e política do país. Ao notarmos no capítulo dois Miguel Couto fazendo um discurso com teor eugenista, abrangemos como estas discussões moviam o mundo político e social. As personagens retratadas, os “amarelos”, o “Jeca Tatu”, ou mesmo Miguel Couto, compõem uma construção imagética de situações que delimitam uma problemática “racial” e de “identidade nacional” daqueles anos. Também pudemos observar como um jurista paulista, Julio de Revorêdo, entremeava a questão produzindo um testemunho próprio de como acreditava que o tema deveria ser tratado, inclusive na sua matéria jurídica. As particularidades das análises dos atores do nosso recorte contribuem para a riqueza da pluralidade de entender nossa fonte.

O cotidiano se apresentou em diversas imagens que trouxemos e permitiu enxergar a relação de poder que cor e raça exerciam na sociedade. A vinculação de negros a determinadas ações negativas ou de condições marginalizadas, deu a tônica da sua posição naquele meio social que se organizavam. Sublinhamos a partir das suas representações caricaturais que lugares ocupavam e a quem serviam, ou mesmo que relações hierárquicas estabeleciam dentro do país. Como a cor influenciava na percepção do que era sinônimo de bom ou ruim. Mais ainda, como esta relação racial estava ligada a um discurso de eugenia no Brasil.

Vimos, por exemplo, que Micromegas no texto *A nossa cor* fez uma ode a valorização do nosso "tipo nacional" em decorrência daqueles que viam na miscigenação algo ruim. O mesmo se pode dizer da crônica *Black and White* de Peregrino Junior. Desse autor, notamos, inclusive, o texto *Louras ou Morenas?* que demonstrou com mais ênfase suas críticas as

propostas científicas da eugenia ligadas às concepções de Hitler na Alemanha Nazista. Com muito bom humor, a indagação de que não seriam as morenas "oxigenadas" que se forjariam de loiras que estariam enganando Hitler demonstra sua descrença de que os casamentos deveriam ser arranjados mediante a cor e raça, em vista de um "ser superior". Posição esta também encarada por Micromegas na crônica *O amor por decreto*. Seguindo a mesma linha, Micromegas indagava da necessidade de leis para casamentos em vista de uma seleção entre homens e mulheres.

Participando do debate que envolvia eugenia, raça e cor, na coluna *Looping the Loop: E assim por Deante...*, escrita por Domingos Ribeiro Filho, em 29 de abril de 1933, teremos uma posição enfática do escritor ao dizer que a eugenia só seria possível na zootecnia. Uma posição similar ao longo do seu texto que envolve a crítica às segregações raciais, com base em posições biológicas e uma valorização racial interna.

Entre caricaturas e crônicas nossa pesquisa pôde constatar a posição de um periódico que se colocava com uma reflexiva crítica aos adeptos da eugenia e àqueles que pensavam na manutenção das diferenças raciais. As tentativas de aproximação desses autores e ilustradores com a questão racial tornou-se proeminente na própria construção dos seus textos e imagens pautadas nos estereótipos culturais que refletiam a posição do negro, asiático ou mestiço na sociedade brasileira.

Nosso trabalho pretendeu alinhar discursos políticos, médicos e intelectuais com aqueles que apareciam em um periódico de grande difusão na década de 1930 como a *Careta*. As posições variadas confirmam o que pensávamos juntamente com outros autores da literatura da eugenia e que, no Brasil, ela respondeu a níveis particulares de compreensão e foi elevada como ciência pertencente a um diálogo científico. A *Careta* proporcionou enxergamos este caráter polimorfo e multifacetado trouxe dos discursos eugênicos e que consagram a ideia de que o tema não estava reservado apenas em áreas especializadas ou comunidade política. A eugenia estava presente em periódicos e dialogava com seus leitores na *Careta*. Em menor ou maior grau de entendimento para quem lia suas páginas, é certo que ela procurou tomar seu lugar em um discurso que envolvia toda a sociedade, principalmente no que tange a questão de cor e raça.

A *Careta* se posicionou em relação a estes motes e tanto em suas crônicas, quanto caricaturas, apresentou críticas àqueles que defendiam a segregação racial ou justificavam a partir de cor e raça um sinônimo de degeneração ou atraso social nacional. O semanário percebia a discussão racial no cenário político brasileiro e mundial e procurou assumir uma

posição crítica que ia desde a eugenia de Hitler, as quotas raciais dos Estados Unidos ou ao problema de imigração asiática no Brasil.

Isso nos leva à outra consideração importante. Em muitas caricaturas da *Careta* não havia nenhuma referência nominal à eugenia. Isto não significa a ausência dela naquele momento. Nossa proposta projetou uma discussão científica presente na época, e todas as caricaturas que estão participando deste colóquio remetem, explicitamente ou implicitamente, à condição de raça e cor no Brasil. Falar da “questão racial” no país neste momento é discorrer de teorias raciais e, para nós, a eugenia. As permanências do que Florestan Fernandes chamou de horizontalização ou verticalização de grupos na sociedade pôde ser compreendida nos traços dos caricaturistas quando elegeram posições sociais mediante as concepções “raciais”. O humor, muitas vezes despercebido e mascarado pelo riso, foi de importante elemento para acusar os atores sociais que representavam o oprimido e opressor. O riso, aliado às caricaturas, transformou-se em uma fonte no rumo do nosso trabalho.

Quando nos debruçamos sobre bibliografias, como por exemplo, Nicolau Sevcenko, Carl Degler, Florestan Fernandes, Thomas Skidmore, George Andrews e tantos outros, notamos que, apesar de nem sempre tratarem especificamente do nosso período, suas digressões em seus trabalhos e análises da conjuntura social da posição da raça e cor no país permitem um diálogo entre eles que contribui com as indagações do nosso estudo. Os elos do “debate racial” se entrelaçaram à medida que percebemos a relação de poder que a questão colocou dentro do país. Procuramos evidenciar uma manutenção de posições acerca do problema racial que vão perdurar na análise de estudos posteriores. Entramos como uma peça no grande quebra cabeça da tentativa de compreender o lugar da cor e raça no Brasil. E mais, ao observarmos a posição da eugenia com Nancy Stepan, Vanderlei Sebastião de Souza e Mark Adams - para citar apenas alguns -, justificamos a força da ciência na pertinência da manutenção dos conflitos “raciais” na sociedade como um todo.

Esteve entre nossos objetivos atribuir a importância das fontes impressas, principalmente iconográficas, como as caricaturas, para o trabalho do historiador. Não há ineditismo neste tipo de abordagem, mas esta pesquisa pretende somar aos diversos estudos que apontamos desde a introdução e que trouxeram importantes contribuições, ampliando o leque de possibilidades metodológicas do “fazer história”. Uma chamada para aqueles que ainda permanecem receosos sobre as pertinências em estudar um momento da História utilizando como fonte imagens e humor visual.

Ademais, esperamos que *A eugenia no humor da Revista Ilustrada Careta: raça e cor no Governo Provisório (1930-1934)* permita o diálogo com importantes questões para as

pesquisas que envolvem a temática da eugenia, entre eles, a visão heterogênea da ciência de Galton e suas pertinências em cada contexto histórico. Nosso caso mostrou que mesmo no Brasil ela possuiu aspectos diversificados e serviu para fomentar discursos de ordem “racial” para políticas públicas ou também como crença de uma “ciência hereditária do futuro”, em especial, no Governo Provisório. Confiamos que esta pesquisa tenha dado a sua contribuição na tentativa de compreender a heterogeneidade desta eugenia brasileira polimorfa e multifacetada.

REFERÊNCIAS

Arquivos e Acervos On Line

Acervo da Academia Brasileira de Letras:

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=292&sid=208>

Acervo da Fundação Biblioteca Nacional: <http://memoria.bn.br/>

Arquivos de Francis Galton: <http://www.galton.org/>

Brasiliiana eletrônica: <http://www.brasiliana.com.br/>

Diário Oficial da União - Seção 1 - 3/10/1931, Página 15585 (Publicação Original). Pode ser visto em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20466-1-outubro-1931-560651-publicacaooriginal-83760-pe.html>

Hemeroteca Digital Brasileira da “Biblioteca Nacional”:

<http://hemerotecadigital.bn.br/>

MLibrary. Digital Collections: <http://quod.lib.umich.edu/lib/collist/>

Open Library: <https://openlibrary.org/>

Bibliotecas Consultadas

Biblioteca "Acácio José Santa Rosa" da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” Campus de Assis, (FCL - Assis).

Biblioteca da Universidade Estadual de Campinas.

Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Biblioteca da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Campus de Araraquara, (FCL - Araraquara).

Biblioteca de Manguinhos – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

Periódicos

Archivos Brasileiros de Hygiene Mental. Ano 1, nº 2, 1925.

Boletim de Eugenia, Ano I, nº 1, 1929.

Boletim de Eugenia, Ano I, n. 2, 1929.

Boletim de Eugenia, Ano I, nº 10, 1929.

Boletim de Eugenia, Ano I, nº 11, 1929.

Boletim de Eugenia, Ano I, nº 12, 1929.
Boletim de Eugenia, Ano II, nº 15, 1930.
Boletim de Eugenia, Ano II, n. 23, 1930.
Boletim de Eugenia, Ano III, n. 30, 1931.

Careta, 6 de junho de 1908, Ano I, nº 1.
Careta, 3 de maio de 1924, Ano XVII, nº 828.
Careta, 24 de maio de 1924, Ano XVII, nº 831.
Careta, 1 de fevereiro de 1930 Ano XXIII, nº 1.128.
Careta, 1 de março de 1930, Ano XXIII, nº 1.132.
Careta, 8 de março de 1930, Ano XXIII, nº 1.133.
Careta, 27 de setembro de 1930, Ano XXIII, nº 1.162.
Careta, 18 de outubro de 1930, Ano XXIII, 1.165.
Careta, 21 de fevereiro de 1931, ano XXIV, nº 1.183.
Careta, 28 de fevereiro de 1931, Ano XXIV, nº 1.184.
Careta, 21 de março de 1931, Ano XXIV, nº 1.187.
Careta, 4 de abril de 1931, Ano XXIV, nº 1.189.
Careta, 10 de outubro de 1931, Ano XXIV, nº 1.216.
Careta, 24 de outubro de 1931, Ano XXIV, nº 1.218.
Careta, 21 de novembro de 1931, Ano XXIV, nº 1.222.
Careta, 5 de dezembro de 1931, Ano XXIV, nº 1.224.
Careta, 30 de janeiro de 1932, ano XXV, nº 1.232.
Careta, 9 de abril de 1932, Ano XXV, nº 1.242.
Careta, 18 de Junho de 1932, Ano XXV, nº 1.252.
Careta, 3 de setembro de 1932, Ano XXV, nº 1.263.
Careta, 10 de setembro de 1932, Ano XXV, nº 1.264.
Careta, 17 de setembro de 1932, Ano XXV, nº 1.265.
Careta, 1 de abril de 1933, ano XXVI, nº 1.923.
Careta, 29 de abril de 1933, Ano XXVI, nº 1.229.
Careta, 10 de junho de 1933, Ano XXVI, nº 1.303.
Careta, 15 de julho de 1933, ano XXVI, nº 1.308.
Careta, 12 de agosto de 1933, Ano XXVI, nº 1.312.
Careta, 26 de agosto de 1933, Ano XXVI, nº 1.314.
Careta, 30 de setembro de 1933, ano XXVI, nº 1.319.
Careta, 11 de novembro de 1933, Ano XXVI, nº 1.325.
Careta, 2 de dezembro de 1933, Ano XXVI, nº 1.328.
Careta, 30 de dezembro de 1933, ano XXVI, nº 1.332.
Careta, 24 de fevereiro de 1934, Ano XXVII, nº 1.340.
Careta, 10 de março de 1934, Ano XVII, nº 1.342.
Careta, 7 de abril de 1934, Ano, XXVII, nº 1.346.
Careta, 2 de junho de 1934, Ano XXVII, nº 1354
Careta, 6 de outubro de 1934, Ano XXVII, nº 1.372.
Careta, 10 de novembro de 1934, Ano XXVII, nº 1.377.
Careta, 17 de novembro de 1934, Ano XXIII, nº 1.169.
Careta, 26 de setembro de 1936, ano XXIX, nº 1.475.

Correio de São Paulo, 15 de novembro de 1933, Ano, II, nº 442.

Diretrizes, 16 de julho de 1942, Ano V, nº 107.

Fon-Fon!, 18 de fevereiro de 1909, Ano III, nº8.

Jornal do Brasil, 9 de setembro de 1930, Ano XL, nº 216.

Fontes Bibliográficas de Pesquisa

BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

DARWIN, Charles. *A origem das espécies*. 4ª. ed. Tradução de John Green. São Paulo: Martin Claret, 2004.

_____. *Origin of species by means of natural selection, or The preservation of favored races in the struggle for life*. New York: P. F. Collier, 1902.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48ª. ed. São Paulo: Global, 2003.

GALTON, Francis. *Essays in eugenics*. London: The Eugenics Education Society, 1909.

_____. *Hereditary Genius*. London: Macmillan and Co, 1869.

_____. Hereditary Talent and Character. *Macmillan's Magazine*. vol. 12, 1865. p. 157-166.

_____. *Inquiries into human faculty and its development*. London: Macmillan and Co, 1883.

_____. *Memories of my life*. London: Methuen & CO, 1908.

_____. *Narrative of an Explorer in Tropical South Africa*. London: John Murray, Albemarle, 1853.

_____. *Probability, the foundation of eugenics*. Oxford: At the Clarendon Press, 1907.

_____. *The Art of Travel*. 3ª. ed. London: John Murray Albermale Street, 1860.

GOBINEAU, M.A de. *Essay sur l'inégalité des races humaines*. 10ª. ed. Paris: Librairie de Firmin-Didot ET CIE, 1884.

HITLER, Adolf. *Minha Luta*. Tradução de Klaus Von Puschén. São Paulo: Centauro, 2001.

KEHL, Renato. *A cura da fealdade: eugenia e medicina social*. São Paulo: Monteiro Lobato, 1923.

_____. *Aparas eugênicas: Sexo e Civilização*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933a.

_____. *Educação Moral*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1937.

_____. *Eugenia e Medicina Social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1923.

_____. *Lições de Eugenia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.

_____. *Melhoremos e prolonguemos a vida: a valorização eugênica do homem*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1922.

_____. *Política eugênica*. Porto: Imprensa Portuguesa, 1933b.

_____. *Porque sou eugenista? 20 anos de campanha eugênica (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1937.

Lyndon B. Johnson: 1965 (in two books): containing the public messages, speeches, and statements of the president. [Book 2], p. 635-640. Disponível em: <http://quod.lib.umich.edu/p/ppotpus/4730960.1965.002/107?page=root;rgn=full+text;size=100;view=image>

LOMBROSO, Cesare. *Criminal Man*. New York: The Knickerbockers Press, 1911.

PEARSON, Karl. *The life, letters and labours of Francis Galton*. v.1. Cambridge: University Press, 1914.

_____. *The life, letters and labours of Francis Galton*. v.2. Cambridge: University Press, 1924.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: Ensaio sobre a tristeza brasileira*. 2ª. ed. São Paulo: Instituição Brasileira de difusão e cultura, 1981.

REVOREDO, Julio. *Imigração*. São Paulo: Editora Paulista, 1934.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. 3ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

_____. *O alienado no direito civil brasileiro*. 3ª. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.

_____. *Os africanos no Brasil*. São Paulo: Madras, 2008.

ROMERO, Silvio. *Doutrina contra doutrina: o evolucionismo e o positivismo na República do Brasil*. Rio de Janeiro: J. B. Nunes, 1894.

_____. *História da Literatura Brasileira*. v.1. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1888.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Ciência e Cientistas do Brasil*. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (orgs.). *Antropologia Brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. *Ensaio de antropologia brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1933.

_____. *Seixos rolados – estudos brasileiros*. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado e Cia., 1927.

SALEEBY, Caleb Williams. *The progress of eugenics*. London: Cassell and Company, Ltd, 1914.

VIANNA, Oliveira. O typo brasileiro: seus elementos formadores. In: *Dicionário, Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB, v. 1, 1922.

Bibliografia Geral

ABREU, Marcelo de Paiva. O Brasil e a economia mundial (1929-1945). In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano*. t. III. v. 4. São Paulo: Difel, 1984.

ADAMS, Mark B. Eugenics in the History of Science. In: _____ (org.). *The Wellborn science: eugenics in Germany, France, Brazil and Russia*. New York: Oxford University Press, 1990.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R de; FILHO, Walter Fraga. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)*. Tradução de Magda Lopes. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

ARAÚJO, C.E.M; FARIAS, J. B; GOMES, F. S. G; SOARES, C. E. L. Nas quitandas, Moradias e Zungus: fazendo gênero. In:_____ et al. (orgs.). *Cidades Negras: Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006.

ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra medo branco: o medo no imaginário das elites no século XIX*. 3ª. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

BARAJAS, Rafael. Posada, cronista gráfico da identidade popular. In: LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, humor e caricatura: A questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ortodoxia e heterodoxia econômica antes e durante a Era Vargas. In: _____; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. (orgs.). *A era Vargas: Desenvolvimento, economia e sociedade*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

_____. Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre o significado do cômico*. 2ª. ed. Tradução de Guilherme de Castilho. Lisboa: Guimarães Editores, 1993.

BLACK, Edwin. *Guerra contra os fracos: a eugenia e a campanha dos Estados Unidos para criar uma raça dominante*. Tradução de Tuca Magalhães. São Paulo: A Girafa Editora, 2003.

BOTELHO, André. Manoel Bomfim: Um percurso da cidadania no Brasil. In: _____; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Getúlio Vargas: o estadista, a nação e a democracia. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. (orgs.). *A era Vargas: Desenvolvimento, economia e sociedade*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

BORIS, Fausto. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *Crime e cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

BULMER, Michael. *Francis Galton: pioner of heredity and biometry*. Maryland: The John Hopkins University Press, 2003.

BURKHARDT, Frederick; EVANS; Samanta, PEARN, Alison. *A evolução: cartas seletas de Charles Darwin, 1860-1870*. Tradução Alzira Vieira Allegro. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CARNEIRO, Henrique. Transformações do significado da palavra “droga”: das especiarias coloniais ao proibicionismo contemporâneo. In: _____; Venâncio, Renato Pinto (orgs.). *Álcool e drogas na história do Brasil*. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2005.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O Anti-semitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*. 2ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. *O racismo na história do Brasil: mito e realidade*. 3ª. ed. São Paulo: Ática, 1996.

CARONE, Edgard. *A segunda república (1930-1937)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

CARRARA, Sérgio. *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. Medo do branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 8, n. 16, 1988. p. 83-115.

_____. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. 2ª. ed. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1988.

COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

CONCEIÇÃO, Fernando. Mordendo um cachorro por dia. No Brasil a mídia retrata a imagem do negro com três “l”: lúgubre, lúdico e luxurioso. In: MUNANGA, Kabengele (org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Estação Ciência, 1996.

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista, BP: EDUSF, 1998.

CORSI, Francisco Luiz. O projeto de desenvolvimento de Vargas, a missão Oswaldo Aranha e os rumos da economia brasileira. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. (orgs.). *A era Vargas: Desenvolvimento, economia e sociedade*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6ª. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Jurandir Freire. *História da psiquiatria no Brasil: um recorte ideológico*. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. *O Negro no Rio de Janeiro: Relações de Raças numa Sociedade em Mudança*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

COUTINHO, Marília; FREIRE JR., Olival and DIAS, João Carlos Pinto. The noble enigma: Chagas' nominations for the Nobel Prize. *Mem. Inst. Oswaldo Cruz* [online]., vol. 94, suppl. 1, 1999. p. 123-129.

CUNHA, Fabiana Lopes da. *Da Marginalidade ao estrelato: o samba na construção da nacionalidade (1917-1945)*. São Paulo: Annablume, 2004.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecoss da folia: uma história social do Carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927 – 1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAVID, Henry P; FLEISCHHACKER, Jochen; HOHN, Charlotte. Abortion and Eugenics in Nazi Germany. *Population and Development Review*. Population Council, v. 14, n. 1, 1988. p. 81-112.

DAVIES, Christie. Cartuns, Caricaturas e piadas: roteiros e estereótipos. In: LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, humor e caricatura: A questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

DEGLER, Carl. *Nem preto nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos*. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.

DEL CONT, Valdeir Donizete. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. *Scientiae Studia*. São Paulo, v. 6, n. 2, 2008. p. 201-218.

DELIGNE, Alain. De que maneira o riso pode ser considerado subversivo. In: LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, humor e caricatura: A questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

DE LUCA, Tania Regina. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; _____ (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1999.

_____. *Leituras, Projetos e (re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

DIMAS, Antonio. O turbulento e fecundo Silvio Romero. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país* São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DOMINGUES, Petrônio José. Os “pérolas negras”: a participação do negro na revolução constitucionalista de 1932. *AfroÁsia*. Salvador, n. 29/30, 2003, p. 199-245.

DUARTE, Evandro Charles Piza. *Criminologia & racismo: introdução à criminologia brasileira*. Curitiba: Juruá, 2002.

DUARTE, Regina Horta. *A biologia militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

_____. História e biologia: diálogos possíveis, distâncias necessárias. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, 2009. p. 927-940.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (orgs.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

FERNANDES, Florestan. *O legado da “raça branca”*. São Paulo: Dominus Editora, 1965.

_____. *O Negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

FERREIRA, Jorge. Os conceitos e seus lugares: trabalhismo, nacional-estatismo e populismo In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. (orgs.). *A era Vargas: Desenvolvimento, economia e sociedade*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

FERREIRA, Luiz Otávio. O ethos positivista e a institucionalização das ciências no Brasil. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (orgs.). *Antropologia Brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FLORES, Elio Chaves. Representações cômicas da República no contexto do Getulismo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 21, n. 40, 2001. p. 133-156.

FONSECA, Dagoberto José. *Você conhece aquela?: a piada, o riso e o racismo à brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2012.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Instituições e política econômica: crise e crescimento do Brasil na década de 1930. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; _____. (orgs.). *A era Vargas: Desenvolvimento, economia e sociedade*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

GARCIA, Sylvia Gemignani. Folclore e sociologia em Florestan Fernandes. *Tempo Social; Rev. Sociol.* São Paulo, v. 13 n. 2, 2001. p. 143-167.

GENÉ, Marcela. Construindo o “inimigo da nação”: caricaturas de judeus na imprensa de Buenos Aires (1930-1935). In: LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, humor e caricatura: A questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

GILLHAM, Nicholas Wright. *Sir Francis Galton: From African exploration to the birth of eugenics*. New York: Oxford University Press, 2001.

GOMBRICH, Ernest Hans. *A história da Arte*. 13^a. ed. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

GOMES, Ana Carolina Vimieiro. A emergência da biotipologia no Brasil: medir e classificar a morfologia, a fisiologia e o temperamento do brasileiro na década de 1930. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.* Belém, v. 7, n. 3, 2012. p. 705-719.

GOMES, Ângela de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. (orgs.). *A era Vargas: Desenvolvimento, economia e sociedade*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

_____. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. O redescobrimento do Brasil. In: GOMES, Ângela M. C; OLIVEIRA, Lúcia. L; VELOSSO, Mônica. P. (orgs.). *Estado Novo: ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

GOMES, Flávio dos Santos. *Negros e política (1888-1837)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GOMES, Nilma Lino; MUNANGA, Kabengele. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2006.

GOODWIN, Ricky. A monovisão dos estereótipos no desenho de humor contemporâneo. In: LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, humor e caricatura: A questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

GRAHAM, Loren R. Science and Values: The Eugenics Movement in Germany and Russia in the 1920s. *The American Historical Review*. Oxford, v. 82, n. 5, 1977. p. 1133-1164.

GUTMAN, Guilherme. Criminologia, Antropologia e Medicina Legal. Um personagem central: Leonídio Ribeiro. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.* São Paulo, v. 13, n. 3, 2010. p. 482-497.

HASENBALG, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. 2ª. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

HOBSBAWM, Eric J. *A era do Capital, 1948-1875*. 5ª. ed. Tradução de Luciano Costa Neto. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. *A era dos Impérios 1875-1914*. 9ª. ed. Tradução de Sieni Maria campos e Yolanda Steidel de Toledo. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. *A era das Revoluções 1789-1848*. 25ª. ed. Tradução de Maria Tereza Teixeira e Marcos Penchel.. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

_____. *Nação e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: As bases da política de Saúde Pública no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec Anpocs, 1998.

HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HUNT, Tamara L. Desumanizando o outro: A imagem do “oriental” na caricatura inglesa (1750-1850). In: LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, humor e caricatura: A questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

JANOVITCH, Paula Ester. *Preso por trocadilho – A imprensa de narrativa irreverente paulistana de 1900 a 1911*. São Paulo: Editora Alameda, 2006.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KEVLES, Daniel J. *In the name of eugenics: genetics and uses of human heredity*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1985.

KLINEBERG, Otto. *As diferenças raciais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1966.

KOIFMAN, Fábio. *Imigrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Mass e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 5ª. ed. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LEÃO NETO, Valdemar Carneiro. *A crise da Imigração Japonesa no Brasil, (1930-1934): Contornos Diplomáticos*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.

LEMOS, Renato. *Uma história do Brasil através da caricatura 1840-2001*. Rio de Janeiro: Editora Letras & Expressão, 2001.

L'HOESTE, Héctor Fernandez De estereótipos vizinhos: Mémim Pinguín como uma oportunidade perdida. In: LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, humor e caricatura: A questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

LESSER, Jeffrey. Um Brasil melhor. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, 2014. p. 181-194.

LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. 4 vols. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1963.

LIMA, Nísia Trindade. Euclides da Cunha: o Brasil como sertão. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LÖWY, Ilana. *Vírus, mosquitos e modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

LUSTOSA, Isabel. Apresentação. In: _____ (org.). *Imprensa, humor e caricatura: A questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

_____. *O nascimento da imprensa brasileira*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2004.

_____; TRICHES, Roberta. O português da anedota. In: _____ (org.). *Imprensa, humor e caricatura: A questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

MACKENZIE, Donald. Eugenics in Britain. *Social Studies of Science*. University of York-UK, v. 6, n. 3/4, 1976. p. 499 - 532.

MAIO, Marcos Chor; RAMOS, Jair de Souza. Entre a riqueza natural, a pobreza humana e os imperativos da civilização, inventa-se a investigação do povo brasileiro. In:_____; VENTURA, Ricardo Santos (orgs.). *Raça como questão: história ciência e identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.

MAIOR, Mário Souto. *Cachaça*. Recife: Instituto do Açúcar e do Alcool - Coleção Canavieira nº 3, 1971.

MARTINS, Ana Luiza. Desenho, letra e humor: estereótipos na caricatura do império. In: LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, humor e caricatura: A questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

_____. *História do café*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira. História da Ciência: objetos, métodos e problemas. *Ciência & Educação*. v. 11, n. 2, 2005. p. 305-317.

MOTA, André. *Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o golpe militar de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ed. Ática, 1988.

MUNANGA, Kabenguele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, v. 18, n. 50, 2004. p. 51-51.

_____. *Negritude: Usos e Sentidos*. São Paulo: Ática, 1988.

NERY, Laura. Nostalgia e novidade: estratégias do humor gráfico em Raul Pederneiras. In: LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, humor e caricatura: A questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

NOGUEIRA, Clara Asperti. Revista Careta (1908-1922): símbolo da modernização da imprensa no século XX. *Miscelânea*. Assis: v.8, 2010. p. 60-80.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Autoridade e política: o pensamento de Azevedo Amaral. In: GOMES, Ângela M. C; OLIVEIRA, Lúcia. L; VELOSSO, Mônica. P. (orgs.). *Estado Novo: ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Da revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

PEREIRA, João Batista Borges. *Cor, profissão e Mobilidade: o Negro e o Rádio de São Paulo*. 2ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Um moderno folhetim (ou uma história em quadrinhos trágico-cômica). In: LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, humor e caricatura: A questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

PORTOCARRERO, Vera. *Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

PROPP, Vladímir. *Comicidade e Riso*. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. São Paulo: Ática, 1992.

RAGO, Luzia Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAMOS, Jair Souza. Como classificar os indesejáveis? Tensões e convergências entre raça, etnia e nacionalidade na política de imigração das décadas de 1920 e 1930. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (orgs.). *Antropologia Brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

RASKIN, Victor. *Semantic mechanisms of humor*. Dordrecht: D. Reidel, 1985.

REGIANNI, Andrés H. Depopulation, Fascism, and Eugenics in 1930s Argentina. *Hispanic American Historical Review*. Duke University, v. 90, nº 2, 2010. p. 283-318.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REY, Luís. Um século de experiência no controle da ancilostomíase. *Rev. Soc. Bras. Med. Trop.* vol. 34, n. 1, 2001, p. 61-67.

ROCHA, Gilmar. “Navalha não corta seda”: Estética performance no vestuário do malandro. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, 2006. p. 133-154.

ROCHA, Simone. A educação como ideal eugênico: o movimento eugenista e o discurso educacional no Boletim de Eugenia 1929-1933. *Caderno de Pesquisa: Pensamento educacional*. Paraná, v. 6, n. 13, 2011. p. 162-177.

RODRIGUES, Jaime. *De Costa a Costa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SÁ, Dominichi Miranda de. Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, 2009. p. 183-203.

SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na república brasileira. In: NOVAIS, F. (org.). *História da vida privada no Brasil 3: Da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____. As imagens canônicas e a história. In: Maria Helena Capelato, et al. (org.). *História e cinema Dimensões históricas do audiovisual*. 2ª. ed. São Paulo: Alameda, 2011.

_____. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANDRONI, Carlos. *Feitiço decente: transformação do samba no Rio de Janeiro, 1917-1933*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

SANTOS, Ricardo Ventura. Os debates sobre mestiçagem no Brasil no início do século XX: Os sertões e medicina-antropologia do Museu Nacional. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (orgs). *Antropologia Brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

SCHOFIELD, Robert E. The Industrial Orientation of Science in the Lunar Society of Birmingham. *Chicago Journals*. Isis, v. 48, n. 4, 1957. p. 408-415.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

_____. Nina Rodrigues: um radical do pessimismo. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEYFERETH, Giralda. Roquette-Pinto e o debate sobre raça e imigração no Brasil. “As leis da eugenia” na antropologia de Edgard Roquette-Pinto. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (orgs.). *Antropologia Brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

_____. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª. ed. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1985.

SILVA, Salomão L. Quadros da. A Era Vargas e a economia. In: Maria Celina D'Araujo (org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SKINNER, Barrhus Frederic. *Ciência e comportamento humano*. 11ª. ed. Tradução de João Carlos Todorov e Rodolfo Azzi. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Muad, 1999.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Arthur Neiva e a ‘questão nacional’ nos anos 1910 e 1920. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, 2009. p. 249-264.

_____. “As leis da eugenia” na antropologia de Edgard Roquette-Pinto. In: LIMA, Nísia Trindade; SÁ, Dominichi Miranda de. (orgs). *Antropologia Brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2008.

_____. *Em nome da raça: propaganda eugênica e as ideias de Renato Kehl nos anos de 1910 e 1920*. In: *Revista história regional*. Ponta Grossa, v. 11 n. 2, 2006. p. 29-70.

_____. Retratos da nação ‘tipos antropológicos’ do Brasil nos estudos de Roquette-Pinto 1910-1920. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.* Belém, v. 7 n. 3, 2012. p. 645-670.

SPEKTOROWSKI, Alberto. The Eugenic Temptation in Socialism: Sweden, Germany, and the Soviet Union. *Comparative Studies in Society and History*. Cambridge University Press, v. 46, nº 1, 2004. p. 84-106.

STEPAN, Nancy L. *A hora da eugenia: raça gênero e nação na América Latina*. Tradução de Paulo M. Garchet. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005.

_____. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, Gilberto (org.). *Cuidar, controlar e curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

STERN, Alexandra Minna. “The Hour of Eugenics” in Veracruz, Mexico: Radical Politics, Public Health, and Latin America’s Only Sterilization Law. *Hispanic American Historical Review*. Duke University, v. 91, nº 3, 2011. p. 431-443.

SUÁREZ, Laura; GUAZO, López. *Eugenesia y racismo en México*. Coyoacán, México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

TELLES, Angela Cunha da Motta. *Desenhando a nação: revistas ilustradas do Rio de Janeiro e de Buenos Aires nas décadas de 1860-1870*. Brasília: FUNAG, 2010.

UGLOW, Jenny. *The Lunar Men: The Friends Who Made the Future 1730-1810*. London: Faber & Faber, 2003.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A mulata, o papagaio e a francesa: o jogo dos estereótipos culturais. In: LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, humor e caricatura: A questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

_____. *Modernismo no Rio de Janeiro: Turunas e Quixotes*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

WEGNER, Robert; SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Eugenia 'negativa', psiquiatria e catolicismo: embates em torno da esterilização eugênica no Brasil. *Hist. cienc. Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, 2013. p. 263-288.

ZIMMERMAN, Eduardo A. Racial Ideas and Social Reform: Argentina, 1890-1916. *Hispanic American Historical Review*. Duke University, v. 72, nº 1, 2010. p. 23-46.

ZINK, Rui. Da bondade dos estereótipos. In: LUSTOSA, Isabel (org.). *Imprensa, humor e caricatura: A questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

Teses e Dissertações

CUNHA, Fabiana Lopes da. *Caricaturas carnavalescas: carnaval e humor no Rio de Janeiro através da ótica das Revistas Ilustradas Fon-Fon! E Careta (1908-1921)*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2008.

DÓRIA, Carlos Alberto. *Cadências e decadências do Brasil: o futuro da nação à sombra de Darwin, Haeckel e Spencer*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2007.

FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Escravidão, criminalidade e cotidiano: Franca 1830-1888*. Dissertação de Mestrado. Franca: UNESP, 2003.

GARCIA, Sheila do Nascimento. *Revista Careta: um estudo sobre humor visual no Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação de Mestrado. Assis: UNESP, 2005.

GERALDO, Endrica. *O “perigo alienígena”: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945)*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2007.

GONÇALVES, Paulo Cesar. *Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o novo mundo*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2008.

KROPF, Simone Petraglia. *Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006.

RAMOS, Jair Souza. *O ponto da mistura: raça, imigração e nação em um debate na década de 20*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

REIS, José Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 1994.

RODRIGUES, João Paulo. *Levante “Constitucionalista” de 1932 e a força da tradição. Do confronto bélico à batalha pela memória*. Tese de Doutorado. Assis: UNESP, 2009.

SILVA, André Luiz dos Santos. *A perfeição expressa na carne: a educação física no projeto eugênico de Renato Kehl (1917 a 1929)*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *A Política Biológica como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

_____. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1930-1935)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2011.

TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro: Silvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2005.